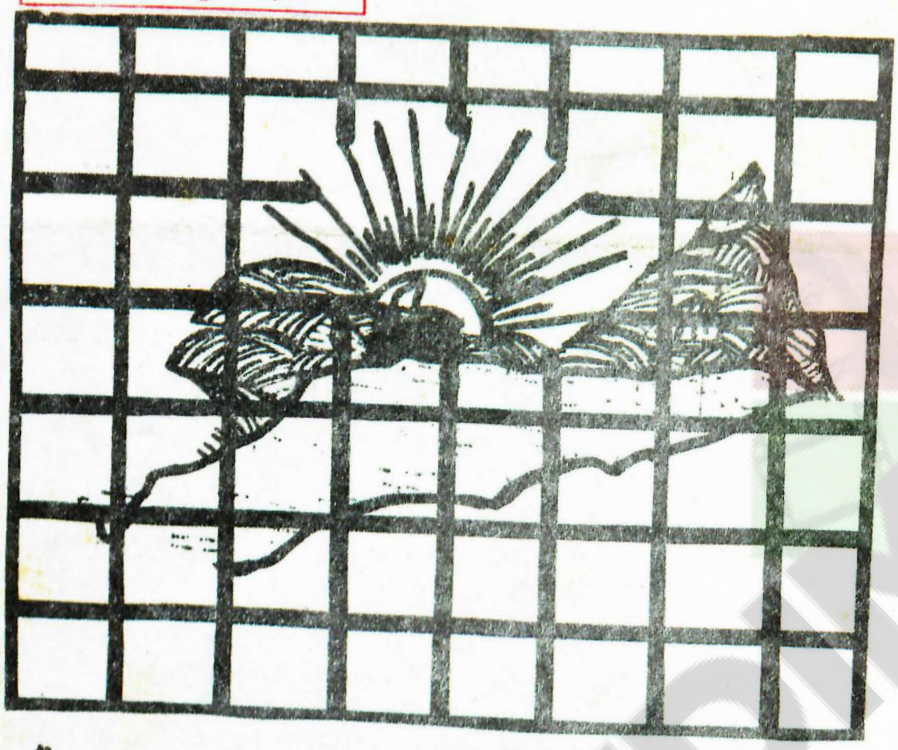
FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	Dossiê de países do continente africano
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	237
Quantidade e tipo de documentação	Jornal, Dossiê, Revista, Livro
Dia/ Mês/Ano	1982 a 2001
Formato	A4 e A5
Resumo	A documentação é oriunda da instituição Cúria Diocesana de Nova Iguaçu que reuni na pasta um dossiê referente às questões vividas por alguns países do continente africano como, por exemplo, o Apartheid na África do Sul, os assuntos envolvendo a Igreja no Timor Leste e seus conflitos. A documentação encontra-se em bom estado de conservação.
Palavras-Chave	Timor Leste; África; Direitos Humanos; Igreja; Guerra; Confronto; África do Sul; Apartheid; Moçambique
Notas explicativas	*

em **timor-leste**

a paz é possível

Nº 13 - Novembro/Dezembro 1985



TIMOR-LESTE: 10 ANOS DE OCUPAÇÃO 10 ANOS DE RESISTÊNCIA

Que balanço fazer, ao fim destes 10 anos de ocupação do território de Timor-Leste pelas forças armadas indonésias?, é o que nos propomos analisar neste artigo.

Mais de 200 mil mortos, um povo preso no seu próprio país, falta de livre acesso ao território para verificação da violação por parte da Indonésia dos direitos elementares do povo timor.

A resistência armada organizada, ou a resistência passiva, mostram bem a oposição ao projecto de 'indonesianização'.

A esperança que não quebra, de um país livre e em paz, permite à solidariedade internacional continuar o seu trabalho de informação e apoio à causa timor.

10 ANOS DE SOLIDARIEDADE

Calai
Montes
Vales e fontes
Regatos e ribeiros
Pedras dos caminhos
E ervas do chão,
Calai

Calai
Pássaros do ar
E ondas do mar
Ventos que sopram
Nos praias que sobram
De terras de ninguém,
Calai

Calai
Canas e bambus
Árvores e «ai-rús»
Palmeiras e capim
No verdura sem fim
Do pequeno Timor,
Calai

Calai
Calai-vos e calemo-nos
POR UM MINUTO
É tempo de silêncio
No silêncio do tempo
Ao tempo de vida
Dos que perderam a vida

PELA PÁTRIA
PELA NAÇÃO
PELO POVO
PELA NOSSA LIBERTAÇÃO

Calai — UM MINUTO DE SILÊNCIO ...

(Borja da Costa)

Rua de Campolide, 215, 4.º Dto. 1000 Lisboa Portugal



PORTUGAL

Os governantes de Portugal tiveram em geral a convicção de que não poderiam impedir a anexação de Timor pela Indonésia.

Já em 1975, nos encontros secretos entre a Indonésia e Portugal, realizados em Londres, os representantes portugueses afirmavam que não fariam nada para impedir esta anexação, mas aconselhavam a Indonésia a desenvolver esforços no sentido de "ganhar o coração" dos timores para que a integração se pudesse efectuar com o acordo das Nações Unidas.

Até 1981, enquanto a ONU condena a Indonésia pela invasão, Portugal fica em silêncio.

Em 1982, quando se prevê que já não haja uma maioria de países para condenar a Indonésia, Portugal propõe entregar o problema nas mãos do Secretário Geral: é um último esforço para evitar uma derrota, ou lavar das mãos?

O silêncio em 1983/84, se é justificado pela necessidade de levar a Indonésia a dialogar, conduz lentamente à aceitação da soberania indonésia sobre Timor. Diplomatas e membros do governo apoiam pontualmente a propaganda indonésia.

Nas conversações de Nova Iorque, os representantes de Portugal, que estão mal informados (e pouco fazem para se informar), aceitam as informações indonésias. Isto reflecte-se nos relatórios do Secretário Geral.

Em 1985, a posição da Indonésia parece mais forte do que nunca : a Austrália (Governo Trabalhista) reconhece a soberania do Governo indonésio sobre Timor; a Comissão dos Direitos Humanos da ONU e, em seguida, a Sub-Comissão das Minorias consideram inútil continuar a examinar este problema alegando que a Indonésia está a desenvolver esforços para libertar os presos e promover economicamente o território.

É então que o Estado português parece apoiar com mais força o direito do povo de Timor à autodeterminação. Jaime Gama escreve aos 'Cinco' para que levantem a questão na reunião dos países não-alinhados em Luanda (após ter tentado afastá-los da Fretilin, cf. 'O Jornal' 23/8/85). O mesmo Ministro afirma, com mais força do que nunca, o direito à autodeterminação, no seu discurso na Assembleia Geral da ONU; aceita encontrar-se com o representante da Fretilin na ONU, Ramos Horta. O Presidente da → República consagra,também, uma parte significativa do seu discurso, na A.G.,a Timor.

Mais uma vez a pergunta: esforço sincero para encontrar uma solução ou tentativa de salvaguardar as aparências?

Se a primeira hipótese, a única moralmente aceitável, é verdadeira, será preciso manter esse esforço e tomar as medidas concretas que a tornem possível, em particular ao nível do M.N.E. e na condução das conversações de Nova Iorque.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A.G. da ONU - De 1975 a 1981 o número de países que condenavam a invasão militar de Timor passou de 73 a 58. Os países que apoiavam a integração de Timor na Indonésia passaram de 9 a 42.

Em 1982, para evitar uma vitória da Indonésia na A.G. da ONU - em total desrespaeito pelos princípios que a própria ONU diz defender - propôs-se que o problema fosse confiado ao S.Geral.A Indonésia, que afirmava tratar-se de um problema interno sobre o qual a ONU não tinha de pronunciar-se, perde pontos:50 votos contra 46 e 50 abstenções.

Desde então a Assembleia Geral adia o problema.

Comité dos 24 - Na Comissão de Descolonização (Comité dos 24), como já acontecia no tempo da colonização portuguesa,é reafirmado desde há 20 anos o direito de Timor à descolonização e a escolher livremente o seu futuro.

Comissão dos Direitos Humanos - Em 1982, quando a questão de Timor estava em risco de desaparecer da ordem de trabalhos da A.G., o problema foi posto na Comissão dos Direitos Humanos sob este aspecto particular - violação dos direitos humanos. Este ano, a Comissão considerou que a Indonésia tinha feito alguns esforços para melhorar a situação e, para encorajar esta "boa vontade" indonésia retirou o problema da sua agenda.

O que aconteceu, na verdade, é que após a abertura de Timor,em 1982, aos visitantes estrangeiros, a Indonésia fe- →

chou novamente o território e os raros visitantes ainda admitidos são estreitamente guiados e vigiados.

Países Não-Alinhados - O assunto de Timor, que fora retirado da agenda da cimeira dos países não-alinhados em Nova Delhi (1983), por métodos pouco claros devido à acção da Índia (apoiante da Indonésia) foi re-introduzido na reunião dos M.N.E. de Luanda, embora não houvesse consenso entre os participantes.

A eleição do Zimbabwe para a presidência do Movimento, e para organizar a cimeira do próximo ano, enquanto a Indonésia apresentava a sua candidatura, poderá permitir levantar o problema na reunião dos Chefes de Estado.

C.E.E. - A entrada de Portugal na C.E.E. oferece a Portugal novas possibilidades de acção no seio da Comunidade cujos membros, tradicionalmente se abstêm nas votações da ONU sobre este assunto.

As relações económicas destes países com a Indonésia, que são o motivo da abstenção, podem também ser utilizados como meio de pressão sobre o governo de Jakarta.

O Parlamento Europeu tem vários organismos, em particular ao nível dos direitos humanos, onde o assunto pode ser apresentado afim de fazer pressão sobre os diversos governos da C.E.E. e sobre o governo indonésio.

SOLIDARIEDADE

Enquanto os governos, muitas vezes movidos por interesses económicos, abandonaram progressivamente a defesa dos direitos do povo de Timor, outras organizações começaram a defendê-los.

Hoje existem comités de solidariedade com Timor em vários países e noutros, onde não se criaram comités com este fim específico há organizações diversas que têm trabalhado este tema a par com outros casos. Há alguns anos que diversas destas organizações têm procurado coordenar as suas actividades e informar-se mutuamente. Vários encontros tiveram lugar ao nível europeu. Na Austrália, os diversos grupos de solidariedade fizeram mais um passo organizando uma estrutura colectiva (ACET).

Este trabalho de solidariedade cresce e começa a produzir frutos, embora eles não substituam a falta de interesse mostrada pelos governos. Importante, a este nível governamental, é a solidariedade dos governos dos cinco países africanos de expressão protuguesa.

Entre os governos e os grupos não governamentais convém assinalar a actividade de políticos, como as que levaram às tomadas de posição conjunta de 121 congressistas e senadores americanos, ou de 411 deputados de vários países europeus.

Assinalamos também as tomadas de posição de grupos ou personalidades religiosas, as quais não devem ser entendidas como atitudes de auto-defesa, mas como manifestações de defesa dos direitos humanos, no sentido mais lato.

Organizações não-governamentais como Pax Christi e Pax Romana intrevêm regularmente na ONU, pronunciando-se sobre o caso de Timor na Comissão dos Direitos Humanos, ou na Sub-Comissão.

INTERIOR

IGREJA

Nestes 10 anos de ocupação indonésia, a tragédia experimentada pelo povo de Timor-Leste foi sempre vivida pela Igreja, que tem acompanhado o povo através dos seus serviços humanitários.

Assiste-se a uma crescente abertura do povo ao cristianismo e à Igreja Católica. A Igreja timorense, forçada ao isolamento em razão do bloqueio e da restrição de entradas em Timor (nestes 10 anos apenas 2 padres estrangeiros foram autorizados a entrar no território), vê facilitada a entrada, pelo governo indonésio, de numerosos sacerdotes e religiosos vindos da Indonésia. Não haveria motivos para descontentamento se esses missionários indonésios se mostrassem mais pastores e servidores das comunidades do que cidadãos ao serviço da Indonésia. Entretanto, a Igreja timorense nunca deixou de afirmar a identidade própria do povo timor, o que a levou a ter de enfrentar perseguições e difamações.

A tendência 'indonesianizadora' fez-se assim sentir gradualmente sobre a Igreja, como sobre a sociedade em geral. A imposição do 'bahasa' indonésio, como língua nacional, e a vinda de professores indonésios para as escolas timorenses, são alguns dos meios utilizados para o projecto de indonesianização. As celebrações religiosas em português ou tétum, e as músicas tétum

(→ 6)

A IGREJA DE TIMOR-LESTE

E O PROGRAMA INDONÉSIO DE LIMITAÇÃO DOS NASCIMENTOS

O programa indonésio de controle dos nascimentos em Timor-Leste tem levantado controvérsias e uma onda de protestos. Este plano, que faz parte da estratégia indonésia de domínio sobre Timor, foi justificado pelo Governador Mário Carrascalão, alegando que mesmo o chefe da Igreja católica em Timor, Mons.Belo, tinha apoiado o programa.

Para clarificar a sua posição, Mons.Belo escreveu uma carta pastoral, em Março deste ano. Sob o tema "Paternidade Responsável", o Administrador Apostólico de Dili denuncia a maneira como este programa tem sido realizado em Timor-Leste e aborda questões fundamentais a este respeito.

Esta carta pastoral é, talvez, um bom exemplo do que pode ser visto como a maneira de Mons.Belo 'dizer e não dizer' as coisas...

Mons.Belo critica as actividades dos promotores indonésios da campanha de limitação dos nascimentos em Timor-Leste "*Esta espécie de K.B. (planeamento familiar) consiste em ir por aldeias e povoações distribuir indiscriminadamente os meios contraceptivos (pílulas, injecções e outros meios). Estes agentes não dão informação às populações e, além disso, não respeitam a consciência cristã dos timorenses, onde a maioria da população é católica (438.000 católicos). Gera-se, assim, entre os cristãos certa apreensão e mal-estar.*"

Tudo isto acontece, diz Mons.Belo, "*embora Timor seja um território que não entra na zona obrigatória do programa*".

Uma parte da carta pastoral está dedicada a um resumo dos ensinamentos da Igreja católica acerca do planeamento familiar, expressos na encíclica de Paulo VI "Humanae Vitae". Considerando justo e necessário planificar a família, isto é, "*criar condições tais que a família, pais e filhos, possa encontrar a felicidade e prosperidade, quer materiais, quer espirituais, e a capacidade de determinar, segundo a consciência, o número de filhos*".

Mons.Belo indirectamente critica o programa, ao definí-lo como imposto pelo Governo indonésio para os seus próprios fins, sem olhar ao bem-estar da população. Ao mesmo tempo, faz notar que a Igreja católica romana aceita a "paternidade responsável" e denuncia vigorosamente o argumento de que a família com dois filhos seja um símbolo de prosperidade e felicidade. Isto ignora, afirma ele, o significado da criança para os timorenses, como materialização e perpetuação do amor do casal. Mons.Belo mesmo a generosidade de famílias timorenses que adoptaram alguns dos muitos órfãos deixados pela invasão e a querra.

Embora se considerem positivos, nesta carta pastoral, alguns elementos do programa indonésio de controle dos nascimentos, que se supõe oficialmente "*ter em conta os ensinamentos de cada religião e a fé da população*", Mons. diz: "*Quanto ao K.B. que sabemos está a ser praticado em Timor, e que consiste simplesmente em distribuir pílulas às pessoas ignorantes, em dar injecções às mulheres desprevenidas, com o intento de conquistar o maior número de adeptos, nós reprovamos esta espécie de K.B. Lamentamos, discordamos e reprovamos um K.B. que não faz informação às populações e não tem em conta a consciência cristã da população que é católica*".

Grande parte do conteúdo desta carta pastoral confirma claramente os agusos denunciados em vários relatórios recentes, que dão conta da esterilização forçada de homens e mulheres em Timor-Leste, ou do tratamento anticonceptivo, contra a sua vontade ou sem o seu conhecimento.

Assim sendo, médicos e pessoal médico implicados neste programa estão em evidente ruptura da ética e prática médicas, e o problema deve ser levado à atenção das organizações humanitárias internacionais que trabalham em Timor-Leste ou na Indonésia.

****

ENCONTRO DE GRUPOS CRISTÃOS NA HOLANDA

Organizada pela Comissão holandesa 'Justiça e Paz', realizou-se nos dias 1 e 2 de Novembro uma conferência informal de organizações ligadas às Igrejas europeias. Os presentes, em que também se incluía "A paz é possível em Timor-Leste", examinaram a situação no território e reflectiram sobre o papel que podem desempenhar, enquanto representantes de organizações das Igrejas na Europa, na tarefa de solidariedade e apoio à Igreja timorense.

Este foi o primeiro encontro entre grupos europeus, a levantar especificamente a questão da responsabilidade dos cristãos em relação ao problema de Timor.

Da resolução final, a ser tornada pública, daremos conta no próximo número.

A Igreja em Timor-Leste

A evangelização de Timor remonta ao século 16 (1530), por acção dos missionários dominicanos.

Timor marca um ponto único na expansão colonial portuguesa, pois aqui o primeiro passo não cabe a militares e colonos mas antes a missionários: o primeiro português chegado a Timor foi frei António Taveiro (dominicano), a quem se seguiram muitos outros missionários da mesma ordem, enviados para o território por Afonso de Albuquerque.

A acção destes padres centrou-se, em traços largos, na construção de igrejas e colégios, sem conflitos com o poder e tradições locais. É possível afirmar que o povo recebeu a mensagem evangélica com a alma totalmente franqueada.

No primeiro século da presença dos missionários a prática da Igreja tinha algo em comum com o que acontecia no tempo dos Apóstolos: concentravam grande número de povo e, após uma longa evangelização, aqueles que acreditavam em Jesus Cristo eram baptizados e só se lhes exigia saber o 'Credo', o 'Acto de contrição', o 'Pai Nosso' e a 'Ave Maria'.

Quando o vice-rei D.António Luis de Câmara Coutinho resolveu incorporar Timor na administração civil e militar da India, abrangendo igualmente o domínio eclesiástico, Timor passou a ter um governo subalterno de vice-rei.

Desde esse momento até 1712 sentiu-se uma forte contestação por parte dos naturais face ao poder civil e militar português que teimava não ter em conta a política autóctone. A situação alterou-se com as medidas de D.Manuel de Sotto Mayor de concessão de cargos às autoridades locais: régulos, datos e chefes de sucos.

Em 1769 a administração portuguesa muda a sua sede de Lifan (costa norte do território timorense), para Dili.

A par destes caminhos sinuosos da administração portuguesa colonial, assiste-se ao emergir de uma Igreja que nasce e se fundamenta nas bases populares. Uma Igreja que se encontra e realiza na prática eclesial de um clero atento à realidade de um povo com identidade própria. Assistia-se a celebrações religiosas em ambiente e espaço tradicional timorense. No entanto, os grandes modelos do passado estavam presentes:

A. Persiste ainda em Timor, embora com intensidade cada vez menor, a prática de uma Igreja voltada para dèntro. A Igreja entende-se como a exclusiva portadora da salvação para os homens; ela é essencialmente clerical, no sentido de que sem o clero nada de decisivo pode acontecer na comunidade. Cultiva-se a tradição, a exactidão das fórmulas ortodoxas oficiais. No entanto, com todo o seu peso de fórmulas e rituais, a Igreja de Timor nunca se mostrou insensível aos problemas humanos que ocorriam fora dos seus limites, no mundo e na sociedade.

B. Timor foi missionado dentro de um determinado modelo de Igreja. A Igreja fez-se presente mediante um "pacto" com o Estado colonizador que provê todas as necessidades da Igreja e garante o seu funcionamento. Trata-se de uma relação entre hierarquias: a civil com a religiosa, que figura na concordata da Santa Sé com o Governo de Lisboa.

C. A Igreja aproxima-se das classes dominantes- os colonos - que dominam a ilha, e organizam as obras a partir dos seus interesses. A Igreja dá a sua interpretação a este pacto: ela quer anunciar a Palavra de Deus (baptizar), quer servir o povo e as grandes maiorias pobres; estas são carentes, não têm meios, instrução, participação. Para ajudá-los, a Igreja aproxima-se daqueles que efectivamente têm condições de ajudar, isto é, os colonos e também os muitos regulados timorenses. Educa-lhes os filhos (porque têm meios), para que estes, imbuídos de espírito cristão, libertem os seus irmãos pobres e facilitem assim as relações sociais. Esta lógica verificar-se-ia não produzir muitos frutos...

Nesta óptica, a Igreja dedica-se inteiramente à tarefa da educação e promoção da população. A sua acção estende-se desde a catequese à criação de Escolas Primárias, Escola dos Professores Catequistas (em Lahane-Dili), Seminário menor (primeiro em Soibada, depois em Dare), Seminário maior (em Macau até 1967, a partir daí a formação tinha lugar nos seminários de Évora - filosofia - Leiria - teologia - e finalmente em Braga), Escola de Artes e Ofícios (em Lahane), até a realizações de projectos socio-económicos e agrícolas. A Igreja aparece como uma Igreja <u>para</u> os pobres, e não tanto <u>com</u> os pobres e <u>dos</u> pobres. Dentro deste processo, só no fim dos anos 50 é que o Governo criou em Timor o ensino liceal até ao 5º ano. No entanto, as escolas primárias continuam a ser obra exclusiva da Igreja.

Surpreendido pela tomada de Goa, Damão e Dio pela União Indiana, pelo eclodir das guerrilhas nas antigas colónias de África e sobretudo, pelo caso de Uato Lari (julho 1959)

→
- alguns oficiais indonésios disfarçados, entraram no território e conseguiram sublevar o espírito de alguns timorenses para a revolta; dominados pelas tropas portuguesas foram deportados para Angola - o poder colonial sente-se ameaçado e ultrapassado e vê-se na necessidade de adoptar uma nova estratégia: controlar a situação em Timor.

O Estado desmembra-se da Igreja, retira da influência da Igreja as escolas primárias. Numa atitude de concorrência, o governo duplica as escolas primárias, acrescenta o ensino liceal até ao 7º ano, cria Ciclos Preparatórios, bem como a Escola Técnica Prof.Silva Cunha.

Perante este facto, a Igreja é conduzida para uma ética de progresso e compromisso social. A Igreja preocupa-se não tanto com os baptismos, como fizera anteriormente, mas em consciencializar o povo no sentido de que o mundo é o lugar da acção de Deus, construindo o Seu Reino já agora.

A Igreja orienta-se para um modelo de desenvolvimento que atenda às reais necessidades do povo e não ao consumismo dos colonos.

Dili, que pertencera à diocese de Malaca, Goa e Macau, torna-se em 1940 uma diocese sufragada de Goa, estatuto que manteve até 1977. O Vaticano, após a invasão indonésia, muda o estatuto eclesial de Timor-Leste para "immediamente sogetta alla Santa Sede" (directamente dependente da Santa Sé), reafirmando assim a não integração da Diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia.

Sendo a Indonésia um dos mais fortes países muçulmanos (é de notar que a maioria dos peregrinos a Meca são indonésios), vê-se confrontada com a crescente aceitação pelo povo da Igreja de Timor-Leste.Dois factos provam essa influencia: a importância numérica dos católicos em Timor - a percentagem de católicos em 1975 não ultrapassava os 32%, e em 1983 situava-se ao nível dos 80%) - e as posições do ex-Administrador Apostólico, Mons.Martinho da Costa Lopes.(1977/1983). Mons.Lopes foi forçado a abandonar o território após a campanha de difamação, e pressões sobre o Vaticano, conduzida pelas autoridades indonésias. Os padres e religiosos, que se mantêm desde sempre ao lado do povo,testemunham o genocídio, e as recentes posições de Mons.Belo denunciando a constante violação dos direitos humanos em Timor e em prol da sua identidade enquanto povo que luta pela paz e justiça no território, são exemplo de uma Igreja que acompanha e vive o sofrimento do seu povo.

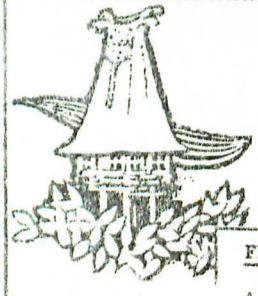
surgindo por toda a parte, são uma prova de que não se aceita o indonésio como língua para as cerimónias religiosas.

A aparente melhoria das condições de vida e o projecto indonésio de desenvolvimento de Dili, são objecto da prapaganda indonésia para convencer os observadores desprevenidos sobre os benefícios da integração. Na realidade, mantém-se a situaçao de carência generalizada, desnutrição, doenças. O recente relatório da Ammistia Internacional (Junho 1985) dá provas da violação dos direitos humanos em Timor-Leste até agora. A transmigração, movimento de populações,de javaneses para Timor-Leste, aumenta a marginalização dos timorenses no seu próprio país - Mons.Belo afirma em Julho 84 *"os timores vão tornar-se na sua própria terra cidadãos de 2ª classe"*; os programas de controlo da natalidade contribuem para o projecto de exterminação do povo timor; as aldeias estratégicas - novos campos de concentração, as prisões, o contínuo desembarque de material de guerra e movimento de tropas em Dili, tudo isto somado à táctica dos 'desaparecimentos', execuções sumárias, torturas, ilustra a situação que se vive em Timor desde há 10 anos.

Mas, nestes 10 anos, também a resistência do povo maubere se mantem viva: resistência armada, no mato, cujo apoio por parte da população é inegável. Outros níveis de resistência, a resistência passiva, a não identificação com uma cultura que lhe é estranha, tem sido obstáculo para a acção do ocupante.

Esta é uma situação que pode prolongar-se. Mas a História mostra-nos, e a nossa Esperança confirma-nos, que já antes outros 'gigantes' caíram, e 'pequenos' se levantaram fazendo valer a força dos seus direitos e a sua dignidade como Povo.

****



FICHA TÉCNICA

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE - Boletim

Director interino - José Manuel P. Almeida
Sede - R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Periodicidade - bimestral
Preço deste nº - 20$00
Assinatura por 6 nºs - 150$00
Tiragem - 1.000 ex.
Composto e montado na R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Impresso na Associação 'O NINHO'
R.Actor Taborda, 30, 3º D 1000 Lisboa

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO GERAL À ASSEMBLEIA GERAL DA O.N.U.

Perez de Cuellar fêz, uma vez mais (pelo 3º ano consecutivo), o ponto da situação de Timor-Leste no âmbito da missão que lhe foi confiada pela Assembleia Geral em 1982.

O S.G. da O.N.U. diz que "a melhoria da situação humanitária do povo de Timor-Leste continua a ser uma das suas preocupações principais", e assinala as melhorias registadas pela Cruz Vermelha a nível sanitário e alimentar.

As conversações entre Portugal e a Indonésia prosseguem até hoje. Os dois países chegaram a acordo à saída de timor de 171 pessoas, famílias de 24 ex-funcionários públicos da administração colonial portuguesa. Muitas pessoas esperam ainda uma decisão semelhante. Este ponto "fácil", que interessa os 2 governos e apresentado pelos responsáveis portugueses como um ponto prévio para quebrar o gelo, é o único resultado concreto após 2 anos de conversações.

A Indonésia prometeu, também, garantir as liberdades religiosas dos timorenses, na sua maioria católicos. O documento do Conselho Presbiteral e os textos de Timor-Leste que publicâmos no boletim anterior mostram os limites desta liberdade.

O caso de Timor-Leste não foi submetido este ano à Assembleia Geral. Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, declarando que, pela primeira vez, encontraria o representante da Fretilin em Nova Iorque abordou este problema no seu discurso perante a A.G. a 23 de Setembro. Jaime Gama afirmou: "O exercício do direito de autodeterminação pelo povo de Timo-Leste não se concretizou ainda. E num processo de autodeterminação, em que o povo do território é o sujeito principal , ele não pode ser ignorado quando se decide o seu futuro.

Reproduzimos parte de um artigo do D.N. de 25/9/85, onde se critica este discurso chamando-o "Timor: um discurso por ano". Referindo-se ao reconhecimento formal (que valeu uma nota de protesto do Executivo de Lisboa), proclamado pelo Governo australiano, da Soberania da Indonésia sobre Timor- com base na existência de petróleo e gaz natural nas águas de Timor, que Camberra e Jakarta se apressam a explorar em conjunto -.o'Diário de Notícias' refere ainda: " É surpreendente que no seu discurso na Assembleia Geral da O.N.U., Jaime Gama não tenha feito qualquer referência ao fundamento da nota emitida pelo Governo português uma semana antes. Ao menos para desmascarar a hipocrisia, que não é exclusiva de Santo, mas antes partilhada por muitos outros dos quais se esperaria, pelo menos, um pouco mais de pudor. Depois de ter abandonado a prática da apresentação de uma moção de condenação da Indonésia, na abertura da A.G. da O.N.U., Portugal não pode limitar-se a um discurso por ano, como cumprindo um ritual."

→

****

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

A Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados realizou-se em Luanda, de 4 a 7 de Setembro último. Angola, tentou, com o apoio dos outros países africanos de expressão portuguesa, re-introduzir Timor na agenda das reuniões.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros português pedira aos países africanos para levantar o problema. Afirmou que "a autodeterminação de Timor é a única solução", e insistiu na importância das negociações em curso entre Portugal e a Indonésia.

O projecto do documento final considerou positiva a abertura de tais negociações sob os auspícios do Secretário Geral da O.N.U. e afirmou "a necessidade da participação de representantes do povo timorense".

A Indonésia empenhou-se em retirar esta alusão à anexação de Timor, argumentando que uma reunião de nível ministerial não podia re-introduzir um assunto retirado numa conferência a nível de chefes de Estado. Não chegando a acordo, a Conferência decidiu remeter este assunto para a Assembleia Geral da O.N.U.

Apesar da falta de consenso, o comunicado final afirma:

"*Os ministros manifestaram preocupação pela situação prevalecente em Timor-Leste, relevando a necessidade urgente de uma solução pacífica para o problema, através de diálogo.(...)*

Os ministros apelaram ao S.G. da O.N.U. para que desenvolva esforços no sentido de se obter uma solução global, duradoura e estável para Timor-Leste. (...)

→8

→ *Nesse sentido, registaram como passo positivo o início do diálogo encetado entre Portugal e a Indonésia, sob a mediação do S.G. da O.N.U., não ignorando a necessidade da participação dos representantes do povo de Timor-Leste neste processo, com vista a salvaguardar os interesses de todas as partes directamente envolvidas no conflito."*

****

AUSTRÁLIA

O Primeiro Ministro australiano, Robert Hawke declarou à TV australiana: "Reconhecemos a autoridade soberana da Indonésia (sobre Timor-Leste). Estamos satisfeitos pela maneira como o governo indonésio desenvolveu uma política económica e de assistência social muito positiva em Timor, e esperamos que os timorenses tenham as mesmas oportunidades que os outros cidadãos indonésios".

Estas declarações, conhecidas antes de serem difundidas pela TV indonésia, provocaram estranheza em Portugal, que continua a ser considerado pela O.N.U. como potência administrante de Timor-Leste.

Uma nota emitida pelo governo australiano tentou explicar que o Primeiro Ministro se colocava na perspectiva de uma evolução indonésia e da possibilidade dada aos timorenses de manifestar a autodeterminação que não puderam exprimir ... Portugal, entretanto, chamou o seu Embaixador "Em Serviço".

Observadores e diplomatas interpretam estas declarações australianas como condição para a exploração de importantes jazigos de petróleo no limite das fronteiras marítimas entre Timor e a Austrália, avaliados entre 500 e 5.000 milhões de barris pelos geólogos australianos. Um porta-voz do Ministério dos Recursos Naturais anunciou que a Indonésia estava pronta a aceitar a exploração "meio por meio" da zona em disputa.

R. Hawke, questionado no Parlamento sobre as suas declarações, afirmou tê-las feito a título pessoal e não em nome do governo que continua a defender as decisões da Conferência do Partido Trabalhista: "apoiar os esforços do mandato do Secretário Geral da O.N.U.".

Até aqui o governo Trabalhista tinha-se limitado a "tomar nota" da integração Timor na Indonésia, fórmula que lhe permitia não pronunciar-se acerca do reconhecimento "de jure" feito pelo governo Liberal de Malcolm Frazer em 1979. Hawke afirmou que este reconhecimento nunca fôra anulado, →que o seu governo tratava habitualmente problemas relativos a Timor-Leste com a Indonésia (Direitos Humanos, refugiados, fronteira marítima), e que as suas declarações acerca da soberania indonésia não o impediam de continuar a intervir em favor dos Direitos do Homem.

****

VIAGEM DE MONS. BELO À EUROPA

Mons. Belo regressou a Timor-Leste, depois de uma estadia na Europa onde procurou, segundo a Agência France-Press, "vias para diminuir a tensão entre os timorenses e as forças indonésias de ocupação".

Em entrevista dada à Agência France-Press, antes do seu regresso a Dili, em 6 de Agosto, Mons. Belo disse ter passado 45 dias em Roma "tentando lançar novas negociações entre a Fretilin e a Indonésia".

Mons. Belo foi recebido em audiência privada pelo Papa João Paulo II que lhe afirmou "Agora, Timor representa o problema mais delicado do mundo inteiro". O Papa animou o Administrador Apostólico a "trabalhar pela Igreja, a combater o sofrimento do povo e a procurar uma solução justa para a paz em Timor".

Interrogado acerca da situação militar em Timor, Mons. Belo disse: "não tenho relatórios sobre 'desaparecimentos' ou tortura, desde o começo do ano, mas é difícil saber a verdade porque não há informação livre em Timor". Afirmou ainda que as visitas dos diplomatas e jornalistas a Timor que se tornaram mais numerosas desde o início do ano, tinham pouco significado: "Ainda que essas pessoas sejam independentes, elas não podem dizer a verdade, porque são demasiado guiadas para ver a verdade. Espero que virão visitantes a Timor e serão capazes de ver outras coisas, não aquelas que os indonésios pretendem fazer ver-lhes. Espero que poderão ir às aldeias falar livremente com a população, e não apenas com o governador, o chefe militar e o bispo", acrescentou Mons. Belo.

Interrogado sobre as grandes somas de dinheiro "injectadas" pela Indonésia em Timor-Leste, Mons. Belo declarou: "o único problema em Timor, é o problema da liberdade dos seus habitantes".

Acerca destes e outros receios dos padres de Timor-Leste de fazer declarações aos meios de comunicação, ele disse "é preciso termos cuidado, eu não quis falar com jornalistas em Roma porque sei que poderia ter problemas ao regressar a Dili. Por exemplo, eu pedi uma licença de saída para ir a Roma em Outubro de 1984, e só a tive em Maio de 1985. Os únicos que podem entrar e sair de Timor são os javaneses".



GRUPOS DE SOLIDARIEDADE EUROPEUS

Grupos de solidariedade com Timor-Leste, vindos da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Portugal e Suiça, reuniram-se em Paris a 28 e 29 de Setembro.

O Encontro salientou a importância dos contactos da Resistência via Rádio Maubere; acolheu o discurso de Jaime Gama na Assembleia Geral da O.N.U., que afirmava ser a autodeterminação o ponto central em quaisquer negociações na O.N.U. sobre Timor-Leste, assim como o primeiro contacto formal estabelecido entre o Governo português e a Fretilin.

Os participantes manifestaram a sua preocupação pelas contínuas violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de ocupação indonésias, tal como demonstra o relatório de Junho de 1985 da Amnistia Internacional. Exprimiram a sua solidariedade com a Igreja de Timor-Leste que tem acompanhado o povo timorense no sofrimento e por esta razão é reprimida e perseguida.

O Encontro elaborou um Plano de Acção para os próximos seis meses, incluindo coordenação de esforços para apoiar Timor-Leste em vários organismos das Nações Unidas e da C.E.E., e para estreitar laços com outros movimentos de solidariedade com Timor-Leste, na Austrália, Nova Zelândia e Sul do Pacífico. Foram igualmente consideradas acçoes a ter lugar por ocasião do 10º aniversário da invasão indonésia a Timor-Leste, em 7 de Dezembro de 1975.

U.S.A.

O Cardeal O'Connor, presidente do "Comité para o desenvolvimento social e a paz mundial", dos bispos norte-americanos, defendeu na Conferência católica dos Estados Unidos o apoio à luta da Igreja de Timor-Leste para a paz e a liberdade.

Em carta enviada a Mons.Belo, em Junho último, o cardeal O'Connor afirma: *"Asseguro-lhe a nossa oração permanente. Deus dar-lhe-á a si e à Igreja de Timor-Leste a força na luta para preservar a dignidade da vida e o direito do seu povo de viver em paz e em liberdade".*

Precedendo esta carta, o Gabinete Católico Nacional para a Informação comentava o assunto nos seguintes termos:

1. *A maior parte da população católica timorense foi dizimada pela acção militar indonésia, pela doença e má nutrição, desde que as tropas indonésias invadiram o território e os portugueses o abandonaram em 1975.*

2. *O Governo norte-americano, que fornece à Indonésia a maioria do equipamento militar, reconhece a autoridade 'de facto' da Indonésia sobre Timor-Leste, enquanto admite que um acto válido de autodeterminação pelos timorenses ainda não teve lugar.*

3. *Ainda falta à Indonésia a aprovação das Nações Unidas para as suas acções em Timor-Leste.*

O Departamento de Estado Norte Americano, aparentemente para justificar a sua ajuda, elaborou um relatório de fundo sobre Timor-Leste, salientando que o governo indonésio está a construir estradas, escolas hospitais, afirmando por outro lado que as organizações de ajuda internacional têm pleno acesso ao território.

No que diz respeito aos direitos humanos pode lêr-se no relatório: *"os relatos recentes de atrocidades são impossíveis de verificar sem informação adicional"*: e continua: *"as novas autoridades militares locais demonstram grande sensibilidade em relação aos direitos humanos".*

Em contraste com estas declarações, o Bispo de Baltimore Francis Murphy, criticou numa conferência de imprensa, em 25 de Junho, o fraco empenhamento do Departamento de Estado norte americano frente aos direitos humanos em Timor-Leste, ao mesmo tempo que felicitou os esforços de Amnistia Internacional, pelo seu documento sobre os abusos contra os direitos humanos em Timor-Leste.

ESPANHA

JORNADAS PRO-DIREITOS HUMANOS E AUTODETERMINAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Durante os dias 17, 18 e 19 de Setembro 1985, tiveram lugar em Madrid estas jornadas, convocadas pelo IEPALA(Instituto de Estudos Políticos para América Latina e África), e apoiadas por diversas organizações não governamentais espanholas. O encontro contou também com a presença de Monsenhor Martinho da Costa Lopes.

Depois da apresentação, testemunhos e debates sobre o problema de Timor-Leste,os presentes adoptaram a seguinte resolução:

1. DENUNCIAR a grave situação criada pela invasão de Timor-Leste, que provocou a presente situação, caracterizada por:

a) O contínuo genocídio do povo Maubere pela guerra, a fome e as doenças,que dizimaram a população do território numa percentagem que oscila entre 20% e 30%.

b) A persistente violação dos mais elementares direitos humanos, a través das prisões arbitrárias, 'desaparecimentos', execuções sumárias, torturas...

c) O intento de eliminar a identidade étnica, cultural e religiosa do povo Maubere, exemplificado na imposição do indonésio como língua única, perseguições religiosas contra a maioria católica, transmigração de famílias camponesas de Java, criação de aldeias estratégicas, controlo de nascimentos...

d) A continuação da resistência armada frente à ocupação, forçando a Indonésia a manter em Timor-Leste um exército de ocupação de 40.000 homens, que sofre anualmente centenas de baixas.

2. ACUSAR o Governo indonésio de:

a) Violação do artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos dos Povos,que consagra o direito à autodetermina - ção.

b) Violação das sucessivas Resoluções emanadas da Assembleia Geral da ONU sobre o problema de Timor,durante os anos 1975 a 1982.

c) Violação das decisões do Conselho de Segurança da ONU.

d) Violação das decisões de outros órgãos das Nações Unidas, tais como as → chamadas Terceira e Quarta Comissão, Comissão de Descolonização e Comissão dos Direitos Humanos.

3. Em razão do já exposto:

a) EXIGIMOS ao Governo da Indonésia:

1º A abertura do território de Timor-Leste; o fim do bloqueio informativo; livre acesso e circulação das instituições humanitárias.

2º O cumprimento do cessar-fogo acordado entre a Fretilin e as forças armadas do Governo indonésio, em 23 de Março 1983.

b) APELAMOS:

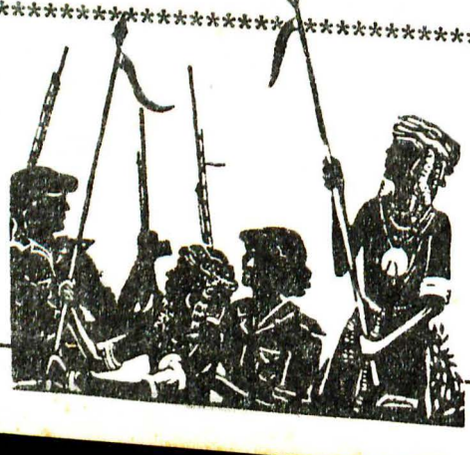
1º A Comunidade Internacional para que, através dos seus organismos competentes, garanta o cumprimento do Direito à Autodeterminação do povo Maubere, e reconheça e aceite a Fretilin considerando-a como parte interessada nas negociações em curso nas Nações Unidas entre Portugal e a Indonésia.

2º Ao Governo português para que assuma as responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo Direito Internacional como potência administrante, e respeite os seus princípios constitucionais, entre os quais se encontra o da "promoção e garantia do direito à independência de Timor-Leste".

3º Ao Governo espanhol para que, conforme os princípios constitucionais de defesa dso Direitos Humanos, apoie categóricamente, tanto na ONU como noutros foros internacionais, o legítimo direito à autodeterminação de Timor-Leste.
Assim, pedimos-lhe a anulação dos acordos de venda de armas à Indonésia, e de qualquer material que possa ser utilizado com fins bélicos.

4º A todas as forças políticas, sindicais e sociais, assim como a opinião pública, para que respondam de forma generosa e concreta às necessidades exigidas hoje pela solidariedade com o povo timorense.

****



Declaração sobre Timor-Leste

(A ser enviada aos Órgãos de Soberania, Conferência Episcopal Portuguesa, Núncio Apostólico em Lisboa, Administrador Apostólico da Diocese de Dili e Órgãos de Comunicação Social)

Há cerca de dez anos que o povo de Timor-Leste sofre a tortura, a fome e a morte resultante da ocupação brutal por uma poderosa nação estrangeira que, persistentemente, vem praticando um genocídio cultural e físico que já vitimou perto de um terço da população do território.

Diferenças culturais muito acentuadas e os próprios massacres e arbitrariedades perpetrados pelas forças de ocupação, têm cimentado uma resistência generalizada que nem a falta de apoios exteriores nem a enorme desproporção de forças têm conseguido destruir.

O completo bloqueio da ilha e, sobretudo, o terror imposto pelas autoridades indonésias, têm abafado os gritos de angústia e de revolta e os apelos lancinantes do povo maubere. Só algumas vozes corajosas da Igreja, da Resistência, de Parlamentares e da Solidariedade têm impedido que o silêncio seja absoluto e o genocídio completo.

Portugal, que colonizou Timor-Leste durante mais de quatro séculos, continua a ser, face ao direito internacional e perante a ONU, a potência administrante do território, e a sua constituição consagra, no artigo 297.º, que:

> «Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste.»

A falta de iniciativa e de empenhamento dos nossos governantes, na defesa do direito à autodeterminação do povo deste território, tem sido, ao longo destes dez anos, uma ignominiosa demissão perante as suas responsabilidades históricas, políticas e humanas, e tem contribuído até para que as iniciativas de terceiros sejam, geralmente, desaproveitadas e resultem pouco eficazes. Algumas excepções, tais como o recente apelo do MNE no sentido de lembrar o problema de Timor-Leste na Conferência dos Não-Alinhados, em Setembro deste ano, ou as iniciativas diplomáticas de Outurbro de 1982, ou diversas intervenções públicas do Presidente da República, não alteram o quadro geral de abandono a que o Estado Português votou o tão martirizado Povo de Timor-Leste.

Saudamos as conversações de paz em curso, sob os auspícios do Secretário Geral da ONU. Consideramos, no entanto, que o Governo Português não pode substituir-se ao povo de Timor-Leste, não devendo, pois, decidir por ele, nas conversações com o ocupante, sem a participação dos principais interessados. É de facto ao Povo Maubere que cabe decidir do seu futuro. Esquecer este princípio do direito internacional, seria não só injusto mas também perigoso, pois corresponderia a ignorar a persistente resistência à ocupação, que levou autoridades indonésias a sentar-se à mesa das conversações com dirigentes da Fretilin, em Março de 1983; seria esquecer o reestabelecimento de Rádio Maubere no ano de 1985 em curso; seria menosprezar as vozes avisadas dos pastores das Igrejas de Timor-Leste e de Portugal que sobre o assunto se pronunciaram e não conduziria a uma solução efectiva do problema.

Como homens e como portugueses, não podemos deixar esmagar, calar e esquecer o martirizado povo de Timor-Leste e, por isso declaramos que, em consciência, nos sentimos obrigados a exigir:

1) Que os Órgãos de Soberania e os responsáveis políticos de Portugal se informem e informem o Povo Português e o mundo sobre a situação de Timor-Leste;

2) Que os Órgãos de Soberania e os principais responsáveis se empenhem, de facto, na defesa da vida, da dignidade, da cultura e dos direitos do Povo Maubere, nomeadamente do seu direito à autodeterminação;

3) Que sejam envidados todos os esforços para que se alcance rapidamente o cessar-fogo e que, mediante conversações entre todas as partes envolvidas, se encontre uma solução justa, que respeite o direito internacional, tenha em conta os legítimos interesses de todas as partes e propicie um futuro de paz e justiça para a região;

4) Que nessas conversações participe, como parte fundamental e imprescindível, o povo de Timor-Leste, através dos seus representantes, nomeadamente daqueles que resistem à actual ocupação;

5) Que nessas conversações Portugal assuma, plenamente, as suas responsabilidades de potência administrante, mas não representante do Povo Maubere enquanto tal. Que nessa qualidade desenvolva com eficácia, acções políticas e diplomáticas junto da ONU, de todos os estados seus membros, e das organizações internacionais apropriadas, por forma a criar condições para que o povo de Timor-Leste

se autodetermine em acto genuíno e livre de interferências estrangeiras, e verificado por observadores internacionais independentes;

6) Que as fronteiras de Timor-Leste se abram a observadores internacionais e às organizações humanitárias, e que seja reestabelecida a liberdade de circulação de pessoas e informações;

7) Que cessem as campanhas de esterilizaçfo forçada das mulheres timorenses e a política de transmigração que estão a esvaziar Timor dos seus autóctones e a substituí-los por populações indonésias;

8) Que aos refugiados timorenses, particularmente aos residentes em Portugal, seja concedido o apoio necessário a uma vida digna e, nomeadamente, à formação dos seus jovens.

Consideramos que estas são as condições mínimas necessárias para impedir a eliminação do Povo Maubere, e para que o Estado Português assuma o sentido da sua história e a sua dignidade perante os portugueses e o mundo. São estas as condições para que à violência e à morte se substitua a fraternidade e a autêntica Paz, fundadas na Justiça, para bem do Povo de Timor-Leste e de todos os povos da região e do mundo.

Portugal, Setembro a Dezembro de 1985.

Promovido por *«Paz e Justiça para Timor-Leste» — Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda — Igreja da Pasteleira — 4100 Porto,* para onde devem ser devolvidas, até 7-12-85, as assinaturas de pessoas maiores de 18 anos.

Patrocinado por: Conselho de Leigos da Diocese do Porto, Comisão Justiça e Paz da Diocese de Setúbal, Comissão para os Direitos do Povo Maubere de Braga, Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto, Liga Operária Católica (LOC), Juventude Operária Católica (JOC), A Paz é Possível em Timor-Leste, Movimento Católico de Estudantes da Diocese do Porto, ...

Nome	Profissão	Localidade

em
timor-leste
a paz é possível



N.º 19 — MARÇO 1987

SUMÁRIO:

Eleições
Na Indonésia 1
Em Timor-Leste 2
A Igreja timorense e as eleições 3

Dossier
Autodeterminação: Papua Ocidental ... 5

Interior
Notícias 4

Internacional
Timor-Leste na Comissão dos Direitos Humanos 6
Negada a visita a parlamentares 6

Solidariedade
Terceira Consulta Cristã 7
Apelo em favor dos quatro 8

ELEIÇÕES INDONÉSIAS

Em 23 de Abril deste ano terão lugar na Indonésia eleições gerais para a Assembleia dos Representantes do Povo (DPR — Parlamento indonésio).

São elegíveis, por sufrágio universal e directo, 400 dos 500 lugares do DPR, cabendo os 100 restantes às Forças Armadas, por nomeação presidencial.

Estas são as primeiras eleições após a imposição da doutrina do Estado —Pancasila — como única ideologia de todos os partidos e organizações sociais. A referência obrigatória e exclusiva ao Pancasila, imposta num projecto de lei pelo Parlamento indonésio, significa um controlo efectivo do governo sobre todas as organizações políticas e sociais do país, e o afastamento de todos os elementos contestatários do regime. Numa mensagem ao Parlamento, em Agosto de 1986, o Presidente Suharto referia que, a partir de agora, já não haveria conflitos ideológicos, os quais tinham deixado feridas profundas no passado. Tal facto constituía um *"progresso fundamental"* e indicava que o país tinha entrado numa nova era de maturidade política (*'Surabaya Post'*, 15/8/86).

Participam nestas eleições os três únicos partidos autorizados por lei:

— O GOLKAR ('Golongan Karia', ou Grupos Funcionais), federação de vários grupos de interesses ligados ao aparelho de Estado e às Forças Armadas, partido governamental no poder. Criado antes do golpe de 1965 (que derrubou Sukarno, o "pai" da Independência, dando lugar a Suharto) para fazer frente às organizações de massas controladas pelo PKI (Partido Comunista da Indonésia), foi lançado em força por Suharto em 1970, obtendo nas eleições de 1971 (as primeiras depois do golpe de 65) 62,8% dos votos.

— O PPP ('Partai Persatuan Pembangunan', Partido da Unidade para o Desenvolvimento), resultante dos quatro partidos islâmicos existentes, obrigados por Suharto a coligarem-se em 1973. Apesar de os muçulmanos constituirem cerca de 90% da população indonésia, os "muçulmanos estatísticos", seguidores da filosofia e cultura pré-islâmica da História javanesa, nunca apoiaram organizações muçulmanas e, mesmo nas eleições de 1955 (as únicas verdadeiramente livres e democráticas realizadas na Indonésia) o conjunto dos partidos muçulmanos conseguiu menos de 50% dos votos nacionais. Para surpresa do regime, o PPP foi inicialmente uma plataforma eficaz das organizações islâmicas e obteve mais lugares nas eleições de 1977 do que o total obtido pelos 4 partidos nas eleições de 1971. A interferência massiva, por parte do regime, nos assuntos internos do partido, a infiltração de agentes em lugares de direcção, bem como o suborno e manipulação de correntes que assegurasse o controlo por parte das facções pró-governamentais, ajudaram a atribuir ao partido um papel marginal e subsidiário, de total apoio ao regime.

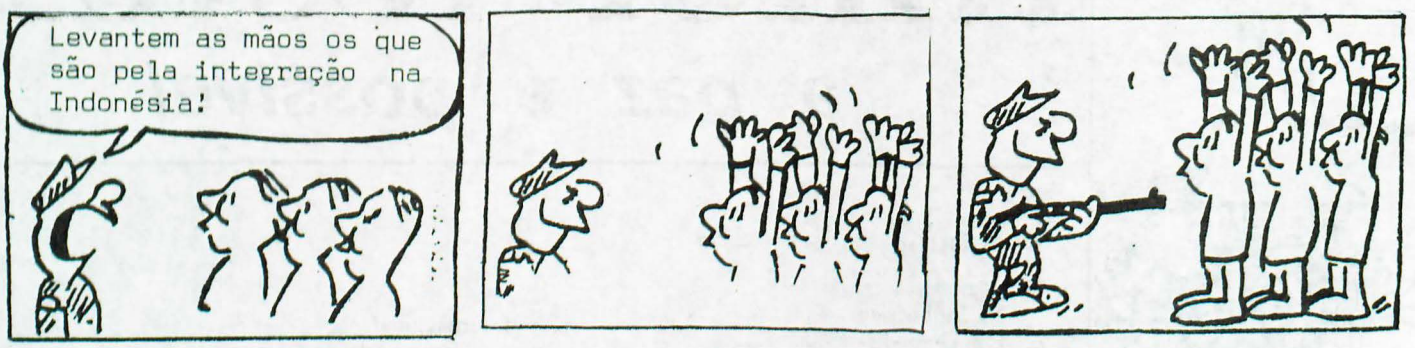
— O PDI ('Partai Demokrasi Indonesia', Partido Democrático Indonésio), formado a partir da fusão do PNI (Partido Nacionalista Indonésio), o maior partido indonésio — que fora o de Sukarno — antes do golpe de 1965, com o 'Partai Katolik' (Partido Católico) e o 'Parkindo' (Partido Protestante). Esta coligação efectuou-se por imposição do regime e não por livre escolha dos partidos em questão.

Com a aceitação do Pancasila por sua única ideologia, desvaneceram-se as diferenças entre os três partidos autorizados, que devem aceitar e apoiar a política governamental e abster-se de críticas porque, segundo o projecto de lei aprovado em Agosto de 1985 que regulava esta questão, esse tipo de liberdade *"produziu um desastre nacional no passado"*. Espera-se, em geral, que o GOLKAR obtenha uma percentagem mais elevada de votos do que nas anteriores eleições de 1982 (64,4%), pretendendo alcançar-se os 70%.

Quanto à margem de manobra de que dispõem os outros dois partidos basta referir as afirmações, em Setembro de 1986, de um responsável do Instituto das Eleições Gerais, organismo que superintende a organização das mesmas, segundo o qual todas as intervenções na campanha eleitoral deveriam ser admitidas à apreciação do Departamento do Interior, da polícia ou *"outros organismos governamentais"*, a fim de evitar *" extremismos"* durante a campanha (*'Jakarta Post'*, 21/8/86).

A máquina eleitoral governamental está a funcionar; quem acreditará no seu carácter pluripartidário e democrático quando, em 2 de Maio de 1986, foi nomeada pelo Governo a direcção do PDI (Partido cristão), ou depois das declarações do presidente do PPP (Partido islâmico) sobre os objectivos do seu partido para as próximas eleições: *"Torná-las um êxito, respeitar as regulamentações eleitorais e orar para que o dia de amanhã seja melhor do que o de ontem"* (*'Kompas'*, 17/2/86). □

ELEIÇÕES INDONÉSIAS EM TIMOR-LESTE



A realização do acto eleitoral em Timor-Leste reveste-se de particular importância, estando a Indonésia empenhada em atribuir-lhe um carácter referendário, para mostrar através dele a adesão dos timorenses à integração a Indonésia. O Embaixador indonésio junto das Nações Unidas, Ali Alatas, declarou que as eleições de Abril provarão que *"os timorenses reconheceram que também fazem parte da Indonésia e se integraram realmente na República da Indonésia"* (*'Jakarta Post'*, 11/2/86).

O lançamento de novas operações militares em Timor-Leste, a partir de Julho passado (v. último boletim), pretendia aliás assegurar o "êxito" das próximas eleições: varrer a resistência, aterrorizar a população.

Não é difícil prever uma presença massiva no acto eleitoral, dado que qualquer recusa de voto seria considerada pró-Fretilin. O governador de Dili, Mário Carrascalão, declarava em Maio de 86: *"Timor-Leste é parte integrante da Indonésia, daqui em diante a população inteira tem a responsabilidade de tornar um êxito as eleições de 87, como manifestação da democracia do Pancasila"* (*'Jakarta Post'*, 10/5/86). As forças militares de ocupação parecem estar tão decididas a entusiasmar a população de Timor-Leste que alguma da sua propaganda foi até distribuída em Tétum, a língua local, enquanto essa língua tem sido banida tanto das escolas como de toda a vida administrativa, e substituída pelo Bahasa indonésio.

Os processos de votação

Haverá 62 assembleias de voto e o número de eleitores registados é tido oficialmente como sendo 357.754. Para Timor-Leste, Irian-Jaya e outros territórios onde se verifica resistência armada, foram anunciados preparativos para assembleias eleitorais especiais. Em Dezembro 1986, o Ministro do Interior anunciou que, ao contrário das 25 províncias indonésias onde os eleitores depositarão os votos para cada uma das 3 eleições (Parlamento, Assembleia Provincial e Assembleia Sub-distrital) numa única urna para cada assembleia (amarela para o Parlamento, branca para a DPRD-I e azul para a DPRD-II), nas zonas de conflito da Papua Ocidental e Timor-Leste haverá três urnas para cada uma das assembleias — uma para cada partido — ou seja, um total de nove urnas. Idêntico processo foi utilizado em 1982. Os eleitores em Timor-Leste colocarão o seu boletim de voto na urna do partido "escolhido". Isto facilitará aos funcionários a tarefa de verificar como votam as pessoas.

Eliminará também a possibilidade de inscrever algo nos boletins de voto. Cada eleitor apresenta o seu "cartão modelo-C" (requisito especial para Timor-Leste), anuncia o seu nome ao presidente da assembleia que lhe entrega um boletim de voto amarelo (para o Parlamento), devendo ser imediatamente colocado na urna do partido. Depois, volta à mesa para o boletim seguinte e repete o processo para as outras duas assembleias.

Os candidatos

A lista dos candidatos para todas as províncias foi anunciada em princípios de Fevereiro. O cabeça de lista do GOLKAR por Timor-Leste é o actual Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja. Todas as listas regionais são encabeçadas por "angariadores de votos" que, provavelmente, não ocuparão lugar no Parlamento devido às funções que exercem. A escolha de Mochtar, um civil, para Timor-Leste, sugere que Jakarta espera impressionar a opinião mundial e talvez convidar diplomatas estrangeiros para verem o homem que melhor conhecem do regime, "ganhar" para o GOLKAR uma maioria absoluta. Os restantes quatro nomes da lista do GOLKAR são todos membros do actual Parlamento, nunca tendo nenhum deles elevado a voz acerca da situação em Timor-Leste. Em 1982 o GOLKAR "ganhou" os quatro lugares de Timor-Leste no Parlamento indonésio.

Os cinco candidatos apresentados pelo PPP, têm nomes indonésios sonantes, enquanto o PDI colocou o seu próprio secretário-geral, Nicolaus Daryanto, como "angariador de votos", sendo os dois outros candidatos javaneses católicos.

Tudo parece a postos para repetir o êxito obtido pelo GOLKAR nas eleições de 1982, um êxito que ultrapassou todas as expectativas, já que houve mais votantes do que inscritos:

Resultados das eleições de 1982

Eleitores inscritos	306.506
Votantes	311.325
GOLKAR	309.608
PPP	673
PDI	1.044

O trabalho fora tão eficiente que os responsáveis se ultrapassaram a si mesmos. O voto de 99,5% dos timorenses a favor do partido governamental, responsável pela ocupação militar e pela morte de cerca de um terço da população durante os últimos sete anos, ultrapassava os limites da credibilidade. Refira-se que até governos, como o de Bob Hawke, Primeiro-Ministro australiano, que sugerem à Indonésia que *"arranje uma maneira de legitimar a anexação através de uma fórmula que manifeste a vontade da população"* (Agosto de 1986), não aceitam resultados tão chocantes.

Será o governo indonésio capaz de aceitar uma baixa significativa dos votos para o GOLKAR em troca de resultados finais mais verosímeis?

Espera-se, entretanto, que a Indonésia convide alguns observadores para assistirem ao acto eleitoral (não à sua preparação). Em Dili, onde a proporção de indonésios é forte — cerca de metade da população total — as eleições poderão aparentar um ar de normalidade. É até possível que os indonésios estabelecidos em Timor possam abster-se de votar, ou votar PPP ou PDI, sem correr riscos. Quanto aos timorenses, não terão outra possibilidade senão apoiar massivamente os seus "salvadores"! □

TESTEMUNHO DE UM TIMORENSE SOBRE AS ELEIÇÕES DE 1982

(carta datada de 5 de Maio de 1982)

"Desde o ano passado os javaneses obrigaram o povo todo a alistar-se para as 'eleições' deste ano de 1982. Desde princípios de Março deste ano começaram a fazer casinhas rodeadas de paliçadas, tipo curral, cujo local serve em vários sítios para as sessões de esclarecimento e para as 'eleições'. Por todas as povoações, aldeamentos, postos e concelhos, se vêem essas casinhas do mesmo tipo, todas em algum campo aberto. Os partidos pelos quais se vai votar são os três partidos indonesianos. Os funcionários são todos obrigados a votar pelo GOLKAR. O povo todo é obrigado a comparecer para os comícios. Nesses comícios treinam o povo a votar e a 'votar' só no GOLKAR, no embondeiro[1] *da caixa n.º 2 (há três caixas), do partido do governo, apelando para a unidade que é só fachada para terem o povo nas garras. (...)*

Para os comités responsáveis pelas 'eleições' obrigam elementos de influência aos olhos da população a participar, incluindo antigos elementos da Frente, antigos prisioneiros que apanharam porrada violenta, choques eléctricos, etc. Eles são obrigados a falar contra as suas consciências, as suas convicções, obrigados a mentir à luz do meio-dia.

Nas listas dos eleitores inventam nomes para aumentar o número. Em Bé-Aço, inventaram cerca de uma centena de Marias que depois nas chamadas nunca compareceram. Afinal todo o povo estava lá sob a mira das espingardas. Para as várias localidades onde se vão realizar as 'eleições', destacam tropa que vai controlar a zona e as eleições. Afinal Timor-Leste não tem nada a ver com esses partidos indonesianos. Timor-Leste tem de se decidir é sobre o seu destino, pela independência ou por outra solução. Nos comícios proclamam que todo o povo é livre para 'escolher', 'votar' por quem quiser, mas é obrigatório e é melhor votar pelo do centro, o partido do governo indonesiano. Os javaneses mandam os timores, os chefes das repartições de Dili a ir por todo o Timor a fazer a campanha do GOLKAR, a mentir e a cantar estribilhos do governo de Jakarta e dos militares. Para Baucau e Viqueque foram os Srs. Luís Gonzaga, Armindo Mariano, Quito Osório e Eurico. Todo o povo recebeu ordens de aparecer na vila para a manifestação do GOLKAR, no dia 27 de Abril, terça-feira, no campo de futebol. Depois, começaram a gritar, sempre a gritar 'Viva Golkar' *e* 'Hotu-hotu hakilar: viva Golkar'. *Durante o comício, o Quito Osório, entre outras coisas disse:* 'Em Baucau, eu fiz uma pergunta ao povo e eles responderam muito bem. Gostava de fazer também aqui a mesma pergunta: agora, na era do *pembangunan*, já vivem melhor ou não?' *E todo o povo respondeu* 'ainda não', *para grande espanto dele. E tratou de mudar o mais depressa possível de assunto gritando outros* slogans.

Depois começou o cortejo golkarista à volta da vila; os que seguravam megafones e altifalantes gritavam sempre: 'Viva Golkar, Viva Suharto'. *O povo seguia como num cortejo fúnebre, de cabeça baixa, silenciosos, usando as camisolas que tinham distribuído, segurando e agitando com desprezo as bandeirolas de papel que lhes deitaram à mão aos montes. Os funcionários é que aclamavam a plenos pulmões* 'a salvação que Suharto trouxe' — 'Suharto penyelamat bangsa', 'Suharto pai do desenvolvimento' — 'Suharto Bapak pembangunan'. *Ali ao lado estavam javaneses e* hansips *vigiando. Nesse dia 27 à noite houve um baile do Golkar no mercado da vila. Muitos bailaram só para evitar desconfianças dos militares e dos 'apóstolos' do Golkar. (...)*

Depois de muito treino, no dia 4 de Maio, o povo foi à 'caixa do centro'. Já antes as tropas passaram revista às casas perguntando pelo número de moradores e visitantes. No local das 'eleições' está a tenda com duas portas para dois quartos. Em cada quarto estão três caixas. As caixas do primeiro quarto são amarelas. As do segundo são brancas. As cortinas são verdes e amarelas. Onde não há cortinas, usam esteiras. Lá nos compartimentos estão 7 pessoas: 3 do comité das 'eleições', 3 'bapak saksi' *(testemunhas) e um escriturário. Este regista um número de* surat panggilan[2] *numa lista e devolve este* surat panggilan. *Depois segue-se a chamada dos números registados. A seguir entrega-se o* surat panggilan *aos do comité e eles dão um cartão amarelo para ser introduzido, como foi ensinado e ensaiado, na caixa do centro do partido do governo. As testemunhas estão assistindo à cena toda. Saindo do primeiro quarto o 'votante' recebe outro cartão branco para ser introduzido na caixa do centro do segundo quarto.*

Assim termina a comédia. Antes disto andaram a distribuir milhares de camisolas do GOLKAR por todo o Timor e cartazes para serem pregados e colados em toda a parte. Querem criar ar de festa e de liberdade enquanto militares e hansips *abraçados às espingardas vigiam todo o movimento das pessoas aterrorizadas."* □

[1] Símbolo do Partido Golkar. [2] Lista de chamada.

A IGREJA CATÓLICA DE TIMOR-LESTE E AS ELEIÇÕES

Em 1982, quando Timor-Leste se preparava para votar pela primeira vez no quadro da República da Indonésia, a Igreja católica timorense julgou ser seu dever apresentar algumas reflexões sobre o significado de tais eleições na situação particular de Timor-Leste. Assim, foi redigido um documento que, em grande parte, se apoiava sobre textos oficiais da Igreja e citações de diversos Papas. O Conselho Presbiteral de Dili adoptou esse documento e decidiu publicá-lo, mas um padre indonésio, que teve conhecimento do assunto, assegurou que a publicação de um tal documento provocaria a cólera dos militares e traria consequências desastrosas para a Igreja em Timor-Leste. Receosos, alguns padres retiraram o apoio já dado e, sem um apoio unânime, o Conselho Presbiteral optou por não publicar o documento de que transcrevemos alguns extractos:

A data de 25 de Abril de 1974 proporcionou ao povo de Timor a oportunidade de exercer os seus direitos inalienáveis de liberdade em ordem a escolher o seu próprio destino.

A partir de Agosto de 1975 houve acontecimentos que perturbaram a vida socio-política do povo de Timor.

No dia 7 de Dezembro de 1975, forças armadas indonésias entraram em acção no território de Timor Oriental e estabeleceram o Governo do Poder Constituído, começando a levar o povo a participar "de facto" na vida da nação da República da Indonésia. No entanto, desde então como agora, continua a debater-se a questão "de jure" de o povo de Timor Oriental fazer parte da nação indonésia. É dentro deste condicionalismo e desta situação "de facto", que o povo é chamado a votar no próximo mês de Maio do corrente ano. No entanto, perante tais acontecimentos a

Internacional

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O representante de Portugal em Genebra, embaixador Costa Lobo, fez perante a Comissão dos Direitos Humanos duras críticas contra o regime indonésio que ocupa Timor-Leste:

- Não é correcta a realização de eleições num território ocupado militarmente;
- O desrespeito do direito dos povos à autodeterminação é acompanhado, sistematicamente, pela violação de outros direitos humanos;
- Timor-Leste é certamente um dos territórios onde é mais fácil comprovar a negação do direito do seu povo de escolher o seu próprio destino.

Há muito que os políticos indonésios não estavam habituados a tais críticas. No dia seguinte, o embaixador indonésio ripostou: *"Moral e juridicamente Portugal abandonou todos os seus direitos no que diz respeito ao povo de Timor-Leste"*. O embaixador português retorquiu dizendo que esta argumentação *"não tem qualquer fundamento ou alguma base no quadro das Nações Unidas"* — era também uma novidade ver um embaixador português fazer uso do seu direito de resposta — *"são as Nações Unidas, os seus órgãos e documentos que atribuem a Portugal responsabilidades relativamente a Timor-Leste"*.

A cólera do representante indonésio terá crescido quando o embaixador francês apoiou a posição portuguesa sobre *"os múltiplos obstáculos ao exercício do direito à autodeterminação"*. Se a posição de Portugal desagradou à Indonésia, a posição francesa pode ser para ela mais grave. A França é o primeiro dos grandes países da Europa a quebrar a tradição de abstenção dos países da CEE sobre este problema e pode trazer importantes consequências em futuras votações na ONU, pela influência que uma mudança de voto da França poderia ter sobre outros países.

Duas organizações cristãs, Pax Christi e Pax Romana, condenaram também a violação dos direitos do povo de Timor pela Indonésia. Enquanto R. J. Rajkumar, representante da Pax Romana, sublinhava a continuação da ocupação militar ilegal e as violações de direitos elementares, como o direito à livre circulação, à liberdade de expressão, à liberdade económica, bem como os limites à obtenção de informações, A. C. Zoller, representante da Pax Christi, insistiu sobre os apoios de que a Indonésia dispõe para continuar essas violações, apoios de governos e de organizações internacionais.

O representante de Portugal voltou a intervir sobre o problema de Timor no ponto da agenda referente aos desaparecidos, tendo-o acompanhado diversas organizações. □

DESAPARECIDOS

Pela primeira vez desde que as tropas indonésias invadiram Timor-Leste, em 1975, o problema das pessoas desaparecidas foi objecto de intervenções públicas perante a Comissão dos Direitos Humanos.

Milhares de pessoas desapareceram em Timor-Leste desde a invasão, grande parte delas após terem sido presas pelas tropas indonésias ou pelas polícias, INTEL e KODIM.

É difícil recolher dados sobre estes desaparecidos. Não há, nem pode haver, em Timor-Leste grupos ou associações que — tal como as "Mães da Praça de Maio" na Argentina — denunciem estes casos. Temendo as represálias, os timorenses recusam mesmo comunicá-los à Cruz Vermelha Internacional: esta só aceita queixas vindas de familiares das vítimas e esses familiares receiam as consequências quando a Cruz Vermelha apresentar o caso às autoridades. Até 1984 a Cruz Vermelha Internacional só tinha apresentado 8 (oito) casos de desaparecidos ao governo indonésio.

O Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, um organismo dependente da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, aceita transmitir todos os casos sobre os quais tenha informações suficientemente concretas: até 1984 tinha transmitido 13 casos.

Em 1985 o Grupo de Trabalho enviou 53 (cinquenta e três) novos casos, 8 dos quais foram posteriormente localizados em prisões, mas o governo de Jakarta declarou que não responderia aos pedidos de esclarecimento porque já assinara um acordo com a Cruz Vermelha e só aceitava tratar deste problema com ela.

No seu relatório de 1986, o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos protestou contra esta atitude do governo indonésio, tanto mais que as informações recolhidas pela Cruz Vermelha não podem ser tornadas públicas por essa organização.

Uma nova lista de mais de 100 (cem) timorenses desaparecidos, após terem sido detidos e encarcerados, foi recentemente elaborada e deverá ser entregue ao Grupo de Trabalho da ONU.

Em 1985 a Comissão dos Direitos Humanos retirou o problema de Timor-Leste da sua agenda alegando que o governo indonésio se mostrara cooperante tendo, em particular, prometido que nesse ano fecharia o campo de deportação de Ataúro.

Em 1987 os deportados continuam em Ataúro e o governo indonésio nem aos pedidos de esclarecimento de um organismo da própria Comissão aceita responder.

Quando voltará a Comissão de Direitos Humanos a inscrever Timor-Leste na sua agenda de trabalhos? □

NEGADA VISITA DE DEPUTADOS A TIMOR

Deputados britânicos e australianos, que desejavam visitar Timor-Leste em Janeiro deste ano, viram recusado o seu pedido pelo Governo indonésio. Os parlamentares que requereram autorização em Outubro do ano passado, são membros do Grupo Parlamentar para os Direitos Humanos, em Londres, e do Grupo Parlamentar Amnistia Internacional, em Camberra.

O grupo australiano foi o primeiro a obter resposta da embaixada indonésia, que argumentou não ser oportuna uma visita em Janeiro de 1987, com a realização de eleições em Abril. Quando os parlamentares britânicos escreveram, então, de novo à embaixada indonésio em Londres pedindo autorização para realizar a visita depois das eleições, receberam uma recusa imediata.

Em declarações à imprensa (14/1/87) Lord Avebury, presidente do Grupo Parlamentar britânico para os Direitos Humanos, afirmou: "É preocupante que observadores estrangeiros sejam excluídos de Timor-Leste. As forças de ocupação do Governo indonésio estão empenhadas numa operação massiva contra as forças da resistência, que continua a lutar pela libertação do seu pequeno país. Os indonésios pretendem que o resto do mundo pense que a resistência já não opera no território e é por isso que não podem permitir que observemos que a guerra generalizada ainda continua". □



Dossier

AUTODETERMINAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA PAPUA OCIDENTAL

A o norte da Austrália fica situada a segunda maior ilha do mundo, normalmente designada por Nova Guiné.

Os contactos europeus com a Nova Guiné iniciaram-se no século XVI embora a penetração colonial se tenha concretizado apenas no século XIX. A Holanda foi pioneira ao anexar, em 1848, a metade ocidental da ilha, até ao meridiano 141 de longitude leste, mantendo-a como um apêndice negligenciado das Índias Orientais Holandesas.

A metade oriental da ilha foi dividida, em finais do século XIX, entre os alemães que se apropriaram do nordeste em 1884, e os ingleses que, nesse mesmo ano, declararam a parte sudeste como protectorado da Coroa.

Em 1906 a Austrália assumiu a administração da parte inglesa e, no fim da Primeira Guerra Mundial, um Mandato da Liga das Nações confiou-lhe a administração da parte alemã.

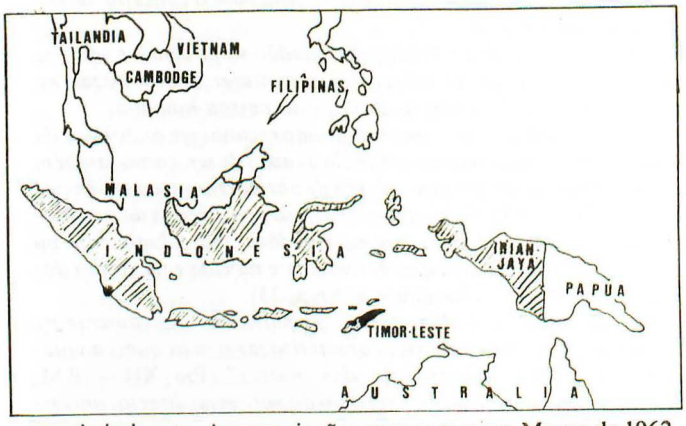
O problema da Nova Guiné, ou Papua Ocidental, surge como consequência do processo de descolonização que se iniciou no final da Segunda Guerra Mundial. Em 1942 os japoneses expulsaram os holandeses das Índias Orientais, mas em 1944 foram, por sua vez, expulsos da Nova Guiné Ocidental pelas Forças Aliadas. A autoridade do Japão sobre a maior parte do território das Índias Orientais manteve-se, no entanto, até à rendição em 1945, altura em que os nacionalistas indonésios proclamaram a independência e resistiram fortemente ao restabelecimento do controlo holandês. A Nova Guiné holandesa foi, ao contrário, restituída à antiga potência colonial pelas Forças Aliadas.

A Holanda, incapaz de destruir a nova República, em parte devido à resistência nacionalista, em parte devido à falta de apoio internacional (sobretudo americano), aceitou em 1949 a independência da Indonésia mas recusou entregar-lhe a Nova Guiné Ocidental, que não fazia parte das Índias Orientais holandesas. Embora tenha sido acordado que este assunto seria resolvido no decorrer de negociações a efectuar durante o ano seguinte, tal não chegou a acontecer. Em lugar disso, os holandeses optaram por promover a ideia de uma Nova Guiné Ocidental independente, ou Papua Ocidental como começavam a chamar-lhe, preparando os naturais nesse sentido.

Para os indonésios, pelo contrário, a luta contra o neo-colonialismo holandês na que eles chamavam, por seu lado, a IRIAN ocidental, tornou-se uma causa popular para os nacionalistas, fortemente incentivada por Sukarno.

Desde o fim dos anos 50 as administrações holandesa e australiana das duas partes da Nova Guiné encorajavam uma certa cooperação administrativa entre as duas metades da ilha, favorecendo assim a ideia de uma reunificação da ilha em caso de futura descolonização. Perante as tentativas indonésias para minar a autoridade holandesa na parte ocidental, a Holanda elaborou um programa de criação de uma elite administrativa local e encorajou a ideia de um futuro Estado independente da Papua Ocidental. Durante o último ano de dominação colonial a bandeira da Papua Ocidental flutuava ao lado da holandesa enquanto a Holanda prometia a autodeterminação afirmando que — caso fosse necessário — controlaria a efectivação do processo.

Sem dúvida que os holandeses exploraram, em vista dos seus próprios interesses, as diferenças étnicas e culturais existentes entre a população melanésia da Nova Guiné Ocidental e a cultura do resto da população indonésia, predominantemente malaia. Enquanto os dirigentes indonésios denunciavam o projecto holandês como uma manobra neo-colonialista, a sua posição era, no entanto, mais ditada pelo prestígio e orgulho nacionais do que por uma genuína preocupação de respeito pelos sentimentos da população da Papua Ocidental. No início dos anos 60 os indonésios tornavam-se, no plano mundial, violentamente anti-imperialistas (e recebiam armas da URSS). O Partido Comunista Indonésio assumia um papel cada vez mais importante no apoio ao Presidente Sukarno. Para limitar os avanços comunistas o Presidente Kennedy procurou estreitar as suas relações com a Indonésia pressionando os holandeses a abandonar a Nova Guiné e a evitar, assim, uma guerra que, tudo levava a crer,



estaria iminente. As negociações começaram em Março de 1962, procurando uma fórmula que pudesse salvar a face aos holandeses e transferir o poder sobre a Nova Guiné Ocidental para a Indonésia. Os seus 800.000 habitantes, porém, nunca foram consultados sobre o assunto. O Acordo de Nova Iorque, de Agosto de 1962, baseava-se no plano elaborado pelo diplomata americano Ellsworth Bunker, mediador da ONU, e previa a transferência de poderes sob o controlo das Nações Unidas, por um período transitório, e um acto de autodeterminação no termo desse período. As Nações Unidas ratificaram este Acordo em 21 de Setembro e, no dia 1 de Outubro, o controlo da Nova Guiné Ocidental foi confiado à UNTEA (Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas), organismo especialmente constituído para o efeito.

Na altura da transferência de poderes da Holanda para a UNTEA, muitos holandeses tinham deixado a administração local e cerca de 75% dos postos encontravam-se já nas mãos dos papuenses ocidentais. A intervenção da UNTEA caracterizou-se de facto por uma chegada massiva de indonésios que preencheram rapidamente as vagas deixadas pelos holandeses e pelos papuenses que abandonaram o país, suplantando também o pessoal das Nações Unidas. Os símbolos e instituições da Papua Ocidental desapareceram e a Indonésia conseguiu mesmo convencer a administração das Nações Unidas a proibir a celebração do aniversário do hastear da bandeira da Papua Ocidental.

As tropas indonésias, em princípio sob o comando do Secretário Geral da ONU, excederam também em número as "forças de paz" das Nações Unidas, constituídas por soldados paquistaneses.

Segundo um estudo de Paul van der Veur sobre aquele período, os dirigentes indonésios não respeitaram os acordos de Nova Iorque e a liberdade de escolha do povo da Papua Ocidental não passou de uma farsa.

Em 1 de Maio de 1963 terminava o mandato da administração do território pela UNTEA, porém o papel das Nações Unidas não acabava aqui. Segundo o artigo XVI do Acordo Indonésia-Holanda os consultores das Nações Unidas deveriam continuar a colaborar com a administração indonésia. O Acto de Livre Opção, ou de autodeterminação, deveria ser preparado pela Indonésia com a *"ajuda, assistência e participação"* das Nações Unidas. Os preparativos deveriam incluir: *"uma formulação clara perguntando se a Indonésia deveria ou não continuar a exercer o controlo do território"*, e também: *"a garantia para todos os habitantes autóctones de poderem participar nesse Acto, que deveria ser realizado de acordo com a 'prática internacional'"*.

A Indonésia garantia igualmente o respeito pelos Direitos Humanos de todos os habitantes, incluindo o direito à livre expressão de pensamento, liberdade de movimentos e de reunião (artigo XXII).

O problema estava no facto de a Papua Ocidental ter sido administrativamente absorvida pelo sistema político indonésio. Enquanto a Indonésia proclamava que estes Direitos Humanos

(continua na pág. 7)

Igreja não abdica de proclamar o princípio doutrinal "de que o povo é soberano do seu próprio destino" (Redemptor Hominis, 17).

Por isso, quando o abuso da força oprime e abafa os anseios fundamentais de um povo, destrói-se pela base o conceito verdadeiro de democracia.

Este direito e dever (votar) do cidadão só poderá ter valor se os poderes públicos reconhecerem, respeitarem, harmonizarem, tutelarem e promoverem os direitos da pessoa humana.

Pelo contrário, "se a autoridade não reconhecer os direitos da pessoa ou os violar não só perde ela a razão de ser, como também as suas disposições perdem a força de obrigarem em consciência" (Pacem Terris, 61). *Com efeito "a defesa dos direitos da pessoa é condição necessária para que os cidadãos, individualmente ou em grupo possam participar activamente na vida e na gestão dos negócios públicos"* (Gaudium et Spes, 73).

Votar, sendo a melhor forma de participar activamente na gestão do bem comum, exige características sem as quais a votação seria "uma manipulação das massas" (Pio XII — RM, 12/1944). *Isto supõe que o exercício do voto seja: directo, universal, livre e secreto.*

Para que o povo possa manifestar as suas preferências por um partido requer-se a possibilidade da existência de uma pluralidade de opções políticas, como a expressão da liberdade de consciência. Pode acontecer que tal liberdade de consciência venha a ser limitada pelas mais diversas circunstâncias da existência, pela fraqueza e malícia dos homens, pelas propagandas, promessas e manobras desleais. Tenha-se, no entanto, bem presente que "violentar as consciências é um grave dano feito ao homem. É o mais doloroso golpe infligido à dignidade humana. É, num certo sentido, pior que infligir a morte física, que matar: "Não temais aqueles que matam o corpo..." (Mt. 10, 28) disse Cristo, ao demonstrar quanto é pior fazer violência ao espírito humano, à consciência humana" (João Paulo II, 10/1/82).

Nesta actividade, essencialmente política, a Igreja não interfere com a sua acção, mas não abdica da sua missão de esclarecer com a doutrina do magistério comum, para orientar da maneira mais clara os cidadãos em ordem a cumprirem os seus deveres cívicos.

Conclusão

Expusemos de forma breve e resumida as principais linhas doutrinais do magistério da Igreja, motivados pela oportunidade do acontecimento das eleições no próximo mês de Maio.

Esta mensagem é dirigida a um povo concreto, o povo de Timor Oriental. Confrontando esta doutrina com a situação real da vida do Povo, queremos fazer algumas observações que possam servir de ajuda à reflexão e à formação das consciências.

1. Fomos claros ao afirmar que a Igreja não interfere, nem deve interferir com a sua acção na esfera propriamente política dos povos, mas não pode abdicar da sua missão e mandato divino de iluminar e formar as consciências acerca dos direitos humanos fundamentais. O acontecimento das eleições em que o povo é chamado a intervir, agudiza de tal modo um problema que seria cobardia e traição à nossa missão de Igreja e ao povo, silenciar a questão fundamental que diz respeito a Timor, isto é, o seu direito inalienável de ele próprio e não outros por ele, poder escolher o seu destino. Não é da nossa competência resolver este problema, mas sim é um dever nosso apelar para os poderes públicos responsáveis e interessados para que o exercício de tal direito seja reconhecido.

2. Dentro deste princípio o significado de uma votação neste momento em Timor Oriental seria substancialmente diferente do que a mesma votação proposta ao povo da Indonésia. E o povo de Timor não é advertido sobre estas consequências por isso parece-nos que um tal acto poderá vir a constituir uma gravíssima violação das consciências. Uma tal votação em Timor, não beneficiará este povo, nem a instituição que lha exige.

3. O ambiente socio-político em que o povo se encontra, não parece ser apto e capaz de favorecer umas eleições serenas e responsáveis. Verificamos, também, que o povo, vítima de profundas feridas morais e psicológicas que o traumatizam profundamente, é inibido de poder tomar uma opção política válida, como se requer em todo o acto eleitoral.

Dili, Festa da Cadeira de S. Pedro,
aos 22 de Fevereiro de 1982

Em 1987 a situação não difere muito. O exército indonésio continua a ocupar o território, os timorenses não possuem qualquer liberdade de reunião ou de associação, reina o terror. É pouco provável que o clero timorense se pronuncie publicamente sobre as eleições, dado que se acentuou a pressão sobre a Igreja: foi lançada uma ordem de prisão contra o P. Hilário Madeira; o P. Mateus da Cruz foi submetido a um longo interrogatório por ter escapado vivo a uma emboscada na qual morreu a maioria dos militares indonésios que o escoltavam; o P. Walter van Wouwe foi maltratado por um oficial indonésio; a igreja de Atsabe foi cercada pelo exército e 6 pessoas que aí se encontravam foram presas; a residência do próprio Mons. Belo encontra-se constantemente vigiada...

As eleições de 1987 deverão ser uma repetição das anteriores de 1982, nas quais o partido governamental indonésio obteve 99% dos votos. O PDI, coligação que agrupa, entre outros, os antigos partidos cristãos indonésios, estaria a tentar obter o apoio da Igreja de Timor-Leste, utilizando para esse fim o seu carácter "cristão" por um lado, e apresentando-se, por outro lado, como "oposição" ao partido que detém o poder. Esta manobra do PDI, afirma um membro do clero timorense, teria dois objectivos:

— o primeiro seria conseguir que a Igreja e os timorenses entrassem numa luta eleitoral que é exclusivamente indonésia;

— o segundo seria desacreditar a influência da Igreja junto dos timorenses porque — ainda que a Igreja de Timor defendesse o PDI — o resultado será obrigatoriamente favorável ao GOLKAR, como partido do governo. □

Notícias do interior

— Em princípios de Dezembro passado, foi preso pela INTEL (polícia secreta), o administrador de Maubisse, de nome Aleixo, e levado para Dili.

— Em Ilomar, depois de uma operação de surpresa dos guerrilheiros sobre os soldados indonésios ZIPUR, em Dezembro do ano passado, os soldados indonésios prenderam muitos elementos da população que têm familiares no mato e fuzilaram as pessoas, que, antes da operação, eram consideradas suspeitas.

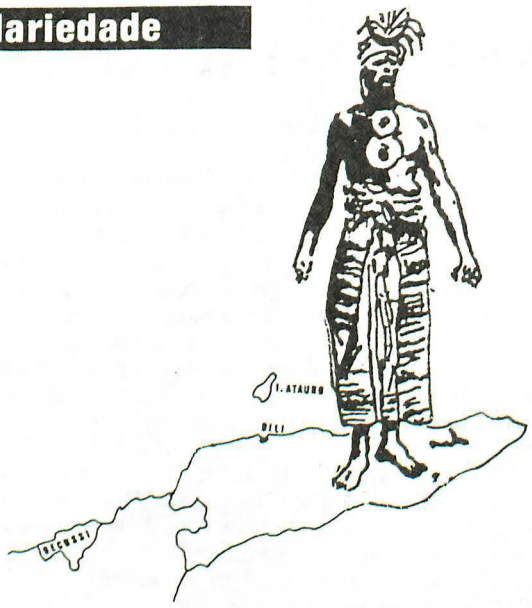
— O administrador do posto de Lospalos encontra-se preso, pelas forças da INTEL, de Dili, acusado de se ter correspondido com a resistência no mato e com a Fretilin no exterior.

— Mantém-se a ofensiva militar indonésia, chamada "Operação Extinção". Durante os últimos meses (de Dezembro/86 a Fevereiro/87) tem-se acentuado o controlo sobre as populações: toda a deslocação tem de ser autorizada pelas forças militares. Os postos de vigilância indonésios multiplicaram-se, particularmente na faixa Metinaro/Baucau. Em Viqueque a população não pode afastar-se para além de 5 km de distância da vila.

Em Janeiro último registaram-se fugas de população para o mato, particularmente em Bucoli/Baucau. Dois soldados 'ratih' (timorenses no exército indonésio) desertaram, com o respectivo armamento, em Quelicai. □



Solidariedade



TERCEIRA CONSULTA CRISTÃ

Convocada pela Comissão Justiça e Pax da Holanda e pela delegação da Pax Christi Internacional junto da ONU, decorreu em Genebra a 3.ª reunião consultiva sobre Timor-Leste, enquanto se desenrolava a Comissão dos Direitos Humanos.

A Consulta reuniu organizações cristãs de vários países europeus, dos EUA e da Austrália. Os debates, entre organizações bem diferenciadas, não são tornados públicos nem há decisões formais tomadas pelo conjunto ds participantes. Os encontros destinam-se a troca de informações e reflexões, tendo sido adoptado nesta reunião um texto proposto na 2.ª Consulta, reunida em Junho de 1986 na Holanda. Este documento descreve vários aspectos da situação em Timor-Leste, liga claramente a violação dos direitos humanos à recusa pela Indonésia do direito do povo timorense à autodeterminação, considerando, assim, que o reconhecimento deste direito é condição essencial para a resolução do problema. O texto destina-se a ampliar o conhecimento da questão de Timor-Leste junto das Igrejas e organizações cristãs e a recolher novos apoios.

Os participantes ouviram com interesse informações sobre o maior empenho de Portugal na defesa dos direitos do povo timorense. O embaixador português em Genebra participou na sessão pública do encontro, presença que foi interpretada como marca do acrescido interesse com que as autoridades portuguesas abordam todo o problema.

Foi reafirmada a necessidade de criar em Lisboa um centro de informação sobre Timor-Leste, para servir os grupos de solidariedade com a causa do povo timorense, interesse aliás já manifestado em encontros anteriores. Um projecto elaborado em comum pela 'Comissão para os Direitos do Povo Maubere' e pelo grupo 'A Paz é Possível em Timor-Leste' foi apresentado e discutido. O mesmo projecto deverá ser debatido na próxima reunião internacional dos comités de solidariedade com Timor-Leste, que se reunirá na Alemanha em fins de Março.

Lisboa foi escolhida para acolher a 4.ª Consulta cristã sobre Timor-Leste. A possibilidade de ouvir directamente o testemunho dos refugiados timorenses foi um elemento determinante nesta escolha. □

(continuação da pág. 5)

AUTODETERMINAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA PAPUA OCIDENTAL

estariam garantidos pela sua Constituição, a prática era bem diferente, não apenas sob o regime de Sukarno mas, sobretudo no período conturbado de 1965/66 que levou à queda de Sukarno e à sua substituição por um regime militar. Estava patente que o Acordo de Nova Iorque era ambíguo e satisfazia os indonésios que apenas desejavam que a Papua Ocidental lhes fosse entregue. O governo de Suharto, obrigado a respeitar a "legalidade" da qual dependia a ajuda internacional, começou a preparar, em 1968, o Acto de Livre Opção. Este Acto, como muitos outros acontecimentos políticos dessa época, foi realizado de tal maneira que apenas podia dar lugar a um resultado favorável ao governo.

Fernando Ortiz Sans, representante especial do Secretário Geral das Nações Unidas, assistiu e participou no Acto de Livre Opção, mas a intransigência indonésia e a falta de preparação das Nações Unidas tornaram a sua missão impossível. Quando Ortiz chegou à Papua Ocidental, em fins de Abril de 1969, verificou não existirem funcionários das Nações Unidas, devendo estabelecer um grupo de apenas 16 pessoas para tentar desempenhar a sua missão. Foi necessário insistir para que a Indonésia divulgasse as cláusulas do Acordo de Nova Iorque. Não foi possível fazer aprovar um boletim de voto universal e os indonésios, de acordo com a prática então em curso no seu país, fizeram nomear pelo governo central todos os membros das assembleias consultivas. Estes membros eram submetidos ao tratamento do tipo "cenoura e cacete" visando intimidá-los e ao mesmo tempo conquistar os seus favores; qualquer voto contra a Indonésia seria considerado uma traição e tratado como tal.

Quando as assembleias consultivas começaram a manifestar-se ninguém estranhou não se ouvir uma única voz contra a integração, embora alguns membros denotassem hesitação. Os habitantes da Papua Ocidental referem-se habitualmente a este acontecimento como o Acto de Não Opção.

Quando Ortiz Sans apresentou o seu relatório às Nações Unidas mencionou as deficiências do Acto de Livre Opção, a falta de cumprimento, por parte dos indonésios, do artigo XXII sobre a liberdade de expressão, de movimento e de reunião, concluindo que o processo se desenrolara não de acordo com a prática corrente internacional estipulada pelo Acordo de Nova Iorque, mas sim segundo as normas da prática indonésia: *"A administração* (indonésia) *exerceu sempre um apertado controlo político sobre a população"*.

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas tanto a Indonésia como a Holanda se esforçaram por interpretar o relatório de Ortiz Sans como reconhecimento de que o mandato do Secretário Geral se tinha cumprido no sentido do Acordo de Nova Iorque. O representante do Gana propôs uma alteração para permitir à Papua Ocidental uma nova ocasião de exprimir a sua vontade em 1975, mas essa proposta não foi aprovada. A moção original foi adoptada por 84 votos a favor e 30 abstenções, sem votos contra, sendo considerada pela população da Papua Ocidental como uma traição da comunidade internacional e dos seus órgãos representativos.

Esta população continua a acreditar que a injustiça cometida pelos órgãos das Nações Unidas é tão flagrante que mais tarde ou mais cedo estes serão levados a corrigir a sua decisão. □

(Adaptado de *"Flight into Limbo — Refugees in Papua New Guinea"*, de Garry Trompf, Alan Smith e Kevin Clements. Editado por *"Religious Society of Friends — Quakers — in Australia"*. Maio 1985).

ESTUDANTES TIMORENSES RETIDOS EM JACARTA

Continuam retidos em Jacarta os quatro estudantes timorenses, detentores de passaportes portugueses, a quem fora prometido poder abandonar a Indonésia.

Recordamos que três dos estudantes, da Universidade Católica de Atmajaya, em Jacarta, foram presos acusados de posse de armas, em Setembro passado. Libertados em Outubro, estão sujeitos a perseguições e intimidações várias por parte da polícia política. Em 20 de Outubro os estudantes, que agora eram quatro, refugiaram-se na embaixada da Holanda, em Jacarta, pedindo asilo político, que lhes foi recusado pelo embaixador, ameaçando-os mesmo de deixar entrar a polícia indonésia se os estudantes não abandonassem a embaixada.

Em 22 de Outubro o Reitor da Universidade e 4 personalidades indonésias entram na embaixada e dizem que a polícia está pronta para entrar com o acordo do embaixador; se aceitarem abandonar voluntariamente a embaixada nada de mal lhes acontecerá. O Reitor da Universidade escreve uma carta como garantia disso: *"porque as autoridades mo garantiram". "Nada lhes acontecerá* (escreve o Reitor) *até receberem passaportes portugueses e deixarem a Indonésia".*

No mesmo dia, o Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros faz uma promessa no mesmo sentido ao seu homólogo holandês, presente em Jacarta, e dias mais tarde os passaportes portugueses são entregues à embaixada.

Desde então os estudantes continuam à espera do visto de saída das autoridades indonésias.

Entretanto o M.N.E. indonésio declarou ultimamente que nunca prometeu que esses quatro estudantes timorenses poderiam sair, e dias mais tarde, em 27 de Fevereiro, afirmou que se o Governo indonésio *"disser que os estudantes são portugueses (passaporte português) será o mesmo que confessar que a integração de Timor-Leste na Indonésia nunca aconteceu".*

Por detrás destas afirmações e contradições haveria fortes pressões militares para impedir a saída dos quatro e, simultaneamente, tentativas para levar os estudantes a aceitarem "livremente" regressar a Timor-Leste onde se perderia rapidamente o seu rasto...

Aliás, em Jacarta, no dia 18 de Dezembro passado, esteve reunido o Centro de Estudos Estratégicos Internacional (CSIS), para estudar formas adequadas de impedir a saída dos quatro; no dia seguinte, as forças de segurança de Jacarta (LAKSUSDA) efectuaram uma reunião com os dirigentes da Universidade Católica sobre a mesma questão.

O caso dos estudantes timorenses tem obtido a solidariedade e apoios vários internacionais. Em Portugal, por iniciativa de "A Paz é Possível em Timor-Leste", dezasseis organizações cristãs lançaram em Janeiro um apelo em favor dos quatro estudantes (ver notícia junto). O advogado português dos timorenses, Loff Barreto, foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Presidente da República e pelo cardeal patriarca de Lisboa, que prometeu fazer todas as diligências ao seu alcance para que os quatro timorenses possam sair da Indonésia.

Este caso passará a ser tratado entre a Indonésia e Portugal, no quadro das negociações de Nova Iorque, que se realizam sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, após a demonstração de passividade por parte das autoridades holandesas, mediadoras até agora para este assunto.

Dado que as autoridades indonésias estão particularmente incomodadas pelos aspectos "político" e os "passaportes portugueses", as pressões deveriam ser efectuadas a partir de outros países, para obter a saída dos quatro estudantes. □

APELO EM FAVOR DOS 4



Antonino Gonçalves, um dos quatro estudantes timorenses retidos na Indonésia

Apelo de 16 organizações cristãs

(D.N. 28/1/87)

OS GOVERNOS de Portugal e da Holanda foram solicitados por 16 organizações portuguesas a aumentar as suas pressões sobre a Indonésia para que seja rapidamente solucionado o caso dos quatro estudantes timorenses.

Um apelo distribuído em Lisboa pelo grupo A Paz é Possível em Timor-Leste e subscrito, entre outros, pela secção portuguesa da Pax Christi, Liga Operária Católica, Conselho Português de Igrejas Cristãs e Aliança Evangélica Portuguesa, alerta para o perigo que correm os quatro estudantes.

O apelo refere que os quatro receiam que um regresso a Timor-Leste signifique "a sua prisão ou desaparecimento, como aconteceu desde Outubro com outros estudantes".

A Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa, o Centro de Reflexão Cristã, o Centro Universitário Manuel da Nóbrega, de Coimbra, o Centro Universitário Padre António Vieira e a Comissão Diocesana Justiça e Paz, de Setúbal, são outros subscritores do apelo.

Também o assinaram a Comunidade Dominicana João XXIII, o Grupo de Solidariedade com Timor-Leste, da Lourosa, o Instituto Universitário Justiça e Paz, de Coimbra, o Movimento Católico de Estudantes e o Movimento Católico de Profissionais Metanóia.

LEITORES:

O boletim "EM TIMOR-LESTE A PAZ É POSSÍVEL" chega hoje às vossas mãos com um novo visual. Continuamos empenhados na tarefa da informação, como base para uma solidariedade consciente. Gostaríamos de apostar num diálogo com os leitores, saber "ecos" das notícias que damos, de iniciativas, de sugestões...

Tentámos melhorar o aspecto gráfico, actualizámos os preços das assinaturas do boletim. Desejaríamos ter notícias da vossa parte!

Ficha técnica:

Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00

em **timor-leste**

a paz é possível



Nº 17 - OUTUBRO 1986

dossier

PROGRAMA INDONÉSIO DE TRANSMIGRAÇÃO

INDONÉSIA: 155 milhões de habitantes; 13.677 ilhas, das quais 6.000 não habitadas; rápido crescimento da população por um lado, e repartição demasiado desigual, por outro lado.

O programa indonésio de transmigração massiva foi promovido como meio de melhorar o nível de vida dos camponeses das super-povoadas ilhas de Java e Bali. Na realidade, este programa demonstra graves falhas: longe de prestar assistência aos pobres sem-terra das ilhas centrais, a transmigração levou muitos desses migrantes a situações de penúria e ameaça de destruição os habitantes e regiões que receberam os transmigrantes. Longe de ser um projecto de natureza humanitária, o objectivo principal do programa é a promoção da "Segurança Nacional".

Apresentamos neste 'dossier' vários aspectos do fenómeno indonésio da transmigração, para um melhor enquadramento e compreensão da aplicação do seu programa em Timor-Leste.

APOIO DOS GOVERNOS E AGÊNCIAS OCIDENTAIS

A transmigração, movimento de massa dos pobres sem-terra das ilhas centrais super-povoadas de Java, Lombok, Bali e Madura, para outras ilhas com menor densidade populacional, é o maior programa de colonização da História. Com mais de 3,6 milhões de pessoas deslocadas em 1984 e planos governamentais de deslocação de mais de 65 milhões nos próximos 20 anos, o programa tem sido comparado à colonização da Amazónia, tão controversa e criticada.

O programa indonésio recebe apoios financeiros dos Governos Ocidentais - em Junho 1985 estes contribuiram com cerca de 800 milhões de dólares para o programa, estando outros 750 milhões "a caminho". Cálculos recentes indicam que mais de 1/3 das despesas da transmigração são custeadas por agências estrangeiras, soma que será certamente ultrapassada se o Governo indonésio cortar o seu orçamento para o programa de transmigração devido à baixa dos seus lucros do petróleo.

Em Junho 1985, o Banco Mundial anunciou o seu 5º, e mais elevado, empréstimo ao programa, totalizando o montante dos empréstimos mais de meio bilião de dólares. O projecto, alega o Banco Mundial, contribuiria para o êxito da transmigração, nomeadamente reduzir a taxa de crescimento da população em Java; estimular a mal aproveitada força de trabalho nessa ilha e tirar proveito da terra inculta das outras ilhas; criar 200 mil novos empregos por ano. O projecto, ainda segundo o Banco, reduziria também a exaustão dos solos e a erosão nas áreas de Java densamente povoadas.

Estas justificações estão vazias de sentido, como reconhecem as próprias autoridades indonésias: "Demograficamente, a transmigração de pessoas de Java não significa muito porque a taxa de crescimento nesta ilha é grande" (Ministro da Transmigração, M. Martono, em Junho 1985, num seminário confidencial sobre a transmigração). Um estudo recente revela que a percentagem de camponeses sem terra em Java aumentou de 3,2% para 14,9% entre 1973 e 1980, com a percentagem de camponeses possuindo menos de 0,5 hectare atingindo entre 45,7% a 63%.

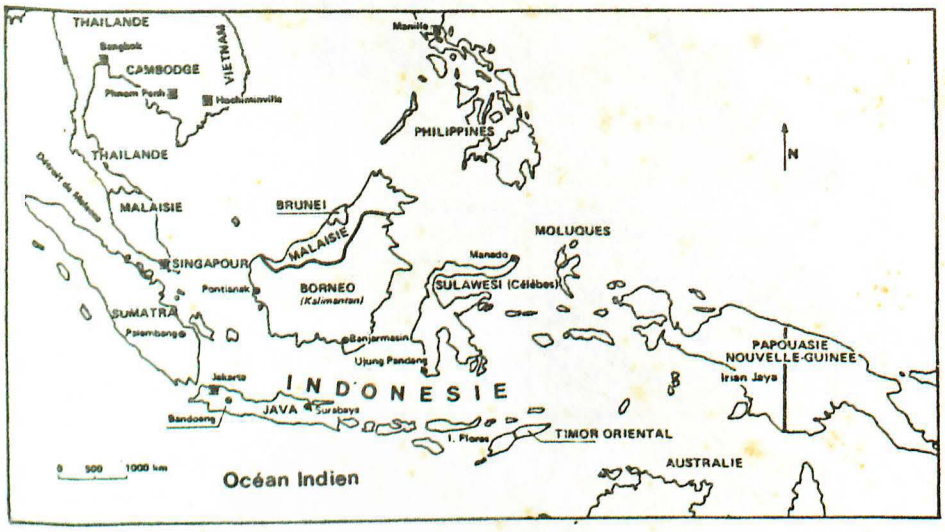
Quanto à criação de postos de trabalho, com os custos da transmigração absorvendo mais de 6% do orçamento nacional, os críticos insistem que deve resultar menos dispendiosa a criação de novos empregos que não exijam a destruição de vastas áreas de floresta tropical nem dos modos de vida da gente que as habita. Controversa desde o seu início, que levará os Governos e agências ocidentais a apoiar o programa indonésio de transmigração?

Os Governos ocidentais declaram que a sua "ajuda" se dirige à transmigração por se tratar de um exercício humanitário para o desenvolvimento e a construção nacional. Tais argumentos seriam antes o disfarce dos motivos subjacentes das nações ocidentais para apoi- →

Rua de Campolide, 215, 4.º Dto. 1000 Lisboa Portugal

→

ar o Governo indonésio na tentativa de estender o seu controlo às ilhas periféricas do arquipélago. Segundo esta análise, as razões reais do apoio do Ocidente a este programa devem ser procuradas a outro nível: o nível onde a macro economia e as considerações de estratégia geo-política passam por cima de quaisquer preocupações humanitárias.



A Indonésia, a 5ª. maior nação do mundo pela sua população, tem tido desde há séculos um papel crucial no grande jogo do comércio internacional e dos golpes de poder. Desde a Segunda Guerra Mundial o país tem sido considerado a "ponta-de-lança" do controlo do Sueste Asiático pelos Estados Unidos. Os Governos ocidentais, conduzidos pelos Estados Unidos, consideram a Indonésia determinante para os imperativos geopolíticos de manter o Sueste Asiático na esfera de influência ocidental, aberto às necessidades do "mundo livre" quanto a comércio, recursos naturais e económicos, e especialmente livre do controlo comunista.

Como adiante se verá, a aplicação prioritária do programa em áreas como Timor-Leste ou a Papua Ocidental, demonstra bem o objectivo de promoção da Segurança Nacional indonésia que caracteriza o projecto de transmigração.

Não é por acaso da História que um dos principais arquitectos da guerra do Vietname e o Presidente do Banco Mundial, que primeiro promoveu o apoio do Banco à transmigração, sejam uma e a mesma pessoa: Robert Mc Namara.

TRANSMIGRAÇÃO: DA POBREZA À MERA SUBSISTÊNCIA

Hoje, poucos governos estrangeiros acreditam que a transmigração resolverá os problemas javaneses de falta de emprego e de terra. A tónica é posta agora nos benefícios económicos para os próprios transmigrantes: oportunidade de ter uma terra que poderão chamar sua e melhoria do nível de vida tanto dos colonos como dos que habitam a região de origem.

De facto, no papel, o estatuto do transmigrante parece bom: de início tem direito a 0,25 hectare com uma casa, mais 1 hectare de terra arável pronta para cultivar. Segundo Martono, isto pode fornecer alimento suficiente para a subsistência "se fôr cultivada como deve ser". Nos primeiros meses, os transmigrantes devem receber ajuda alimentar e instrumentos agrícolas. Mais tarde (sempre no papel), recebem outro hectare para o cultivo de produtos comerciáveis.

A realidade é, contudo, bem diferente:

- Por falta de boas terras, adequadas à agricultura (que foram distribuidas nos primeiros planos de transmigração, entre 1969 e 1980), muitos destes locais estão situados em áreas remotas. Grandes zonas de floresta foram abatidas por empresas privadas cuja única preocupação é terminar o trabalho da maneira mais rápida e rentável. Em muitos casos apenas foram cortadas as árvores com interesse comercial, deixando ficar todas as outras. Os transmigrantes não conseguem terminar de limpar o terreno por falta de dinheiro, tempo ou máquinas para o fazer.
- As máquinas pesadas utilizadas pelas empresas de desbravamento da floresta danificaram o solo.
- À chegada, muitos transmigrantes não encontram construídas as casas prometidas, ou estas são de baixa qualidade.
- Há falta de estradas e outras infraestructuras nos sítios de repovoamento, o que muitas vezes impede a venda de produtos nos mercados próximos.

Uma consequência das graves deficiências do programa é o retorno a Java de muitos migrantes ("remigração") com o que isso supõe de dificuldades de reinstalação. Em suma, a operação de "transferência da pobreza javanesa" resultou ineficaz.

→

→

TRANSMIGRAÇÃO: UNIFICAÇÃO NACIONAL CONTRA DIVERSIDADE ÉTNICA

"Solução" para o problema da pobreza dos camponeses de Java, exploração dos recursos naturais das ilhas pouco habitadas e fornecimento de mão-de-obra às regiões onde ela não existe, não esgotam os objectivos do programa indonésio de transmigração. Com efeito, o reforço da unidade nacional de um país étnicamente dos mais variados, com cerca de 300 grupos étnicos que falam 365 dialectos diferentes do 'Bahasa' indonésio (a língua nacional), é um dos problemas mais importantes enfrentado pelo governo indonésio.

Movimentos separatistas têm irrompido, com diferentes graus de intensidade, em Kalimantan, Aceh, Sulawesi e nas Molucas. Na Papua Ocidental, o movimento de luta pela independência tem crescido, sobretudo desde que, em 1963, foi anexada pela Indonésia. E existe Timor-Leste, que não escapa ao desejo de unificação nacional indonésia, com o que sabemos significar a morte cultural de um povo. A despeito do professado intento de uma república multi-étnica (com o slogan "unidade na diversidade"), o pluralismo cultural não existe na Indonésia. Os pedidos locais de certa autonomia regional ou cultural são frequentemente interpretados pelas autoridades indonésias como sendo fundamentalmente anti-indonésios. Nomeadamente no que se refere ao estatuto de relativa autonomia, constitucionalmente prevista, da região de Jogdjakarta, espera-se que em próxima revisão constitucional essa autonomia desapareça em benefício do fortalecimento do poder central.

"Através da transmigração, tentaremos realizar o que tem sido prometido: integrar todos os grupos étnicos numa nação, a Indonésia ... Os diferentes grupos étnicos desaparecerão um dia pela sua integração e haverá apenas uma especie de homem" (Ministro da Transmigração, 20/3/1985).

RE-ALDEAMENTOS ESTRATÉGICOS

A política do governo indonésio relativamente às áreas rurais em geral, e às indígenas em particular, caracteriza-se por uma dupla estratégia: suprimir todas as iniciativas políticas locais e as instituições; impôr uma organização política hierárquica, de âmbito nacional. Onde existem chefes tradicionais, a sua autoridade tem sido promovida e aumentada integrando-os na administração fiscal. Ao contrário, as instituições locais democráticas e igualitárias, bem como as cerimónias e rituais, são suprimidos. A centralização política da vida comunitária indígena e a sua incorporação na administração do governo, tem em vista a imposição dos planos oficiais de deslocação dos povos indígenas e de tomada de posse das suas terras para projectos de desenvolvimento. De facto, o re-aldeamento ('resettlement') é a ponta-de-lança do programa do governo para reestruturar a organização social e económica dos povos indígenas. As comunidades dispersas são primeiro deslocadas das suas tradicionais terras e costumes, e depois reunidas em grandes aldeamentos ligados por estradas aos postos da administração nacional. Frequentemente estas mudanças são levadas a cabo pela força, contra a vontade das populações envolvidas. Em Timor-Leste (ver artigo "Aldeias estratégicas") este é um dos processoe de provocar a desagregação social, cultural e mesmo económica.

Na Papua Ocidental, região anexada em 1963 como já referido, onde se verificam fortes tensões e resistência à administração indonésia, os objectivos do re-aldeamento são claros: as comunidades são deslocadas para outros locais, sendo-lhes retirada a posse das suas terras para a criação de locais de transmigração, snedo mais tarde novamente colocadas nas suas próprias terras, onde se encontram como minoria desprezada pelos transmigrantes pelos seus costumes "primitivos".

O programa indonésio de transmigração e re-aldeamento forçado aparece com um claro intento de implantação do modelo javanês, económico e cultural, sobre o arquipélago como um todo, arrastando consigo a destruição de culturas étnicas ricas e variadas.

TRANSMIGRAÇÃO E SEGURANÇA NACIONAL

Embora este programa seja ostensivamente declarado com objectivos económicos e sociais, não nos surpreende que ele deva também assegurar a defesa nacional. Na Indonésia, política de "defesa" não significa defender o Estado contra os invasores estrangeiros, mas sim assegurar o apoio das populações locais a qualquer programa, nacional ou local, que o Exército ponha em prática "em nome do povo".

Num documento de 1983, o Major-General Sembiring afirmava: "O programa de transmigração em Irian-Jaya (Papua Ocidental) deve ser levado a cabo de maneira especial, em ordem a resolver o problema de segurança". Ao →

→
mesmo tempo que acusava o povo local de "atrasado", "bem diferente dos seus compatriotas de Java", tudo isso tornando "os atrasados favoráveis à propaganda dos separatistas", o Major-General queixava-se de "o aparelho governamental não ser suficientemente dominante no interior, contra a influência dos chefes tribais e dos missionários".

A colinização nas regiões fronteiriças da Indonésia tem um objectivo estratégico explícito. O Ministro da Transmigração foi surpreendentemente sincero sobre o assunto em Setembro de 1985, num encontro sobre transmigração: "Estão em curso preparativos para um programa de locais de transmigração baseados no modelo 'Saptamarga', para aplicação em zonas de conflito ... tais como a ilha Natura em Riau, ilhas ao largo da costa ocidental de Sumatra, Timor-Leste e a região fronteiriça de Kalimantan oeste. A maior área para situação de locais deste tipo é a Papua Ocidental". Os locais de transmigração segundo o modelo 'Saptamarga' são povoados por membros das Forças Armadas no activo ou na reserva.

A TRANSMIGRAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Em fins de 1979, várias centenas de milhar de timorenses foram cercados e forçados a deslocar-se para dezenas de acampamentos estratégicos, chamados aldeamentos pelos indonésios, mas descritos pelos timorenses como campos de concentração. Os regulamentos de segurança são estrictos; as pessoas são proibidas de entrar ou de sair sem autorização especial, mesmo para se deslocarem às hortas, e o cultivo da terra reduz-se às áreas junto ao limite do campo.

A população de Timor-Leste foi desenraízada e resituada como resultado de uma campanha militar de destruição da resistência armada. Como outros povos vivendo na periferia do Estado indonésio, os timorenses são, na sua maioria, camponeses habituados a viver em aldeias de montanha isoladas e distantes.

A violenta desapropriação dos ancestrais direitos da terra em Timor-Leste é o exemplo mais extremo das intenções dos militares em relação às "tribos isoladas e alienadas" através do arquipélago. No entanto, apesar das repetidas mudanças tácticas, a "segurança territorial" não conseguiu sufocar a resistência, não apenas nas montanhas do interior, onde os guerrilheiros se movem livremente, mas também nos campos fortemente vigiados.

Com a guerra devastando ainda Timor-Leste, existem menos condições para a implantação em larga escala da transmigração rural. Assim, a Indonésia começa pelo repovoamento das regiões "pacificadas", pretendendo transformá-las em zonas de grande produção de arroz e propriedades com culturas de exportação, ao mesmo tempo que impede os timorenses de retomar a sua prática habitual de agricultura. Os indonésios desdenham os camponeses timorenses "atrasados", como lhes chamam, e afirmam que a produção e expansão do arroz é o resultado do "aumento dos conhecimentos de agricultura do povo", tornado possível pela entrada de agricultores "modelo" de Bali. Os agricultores balineses foram trazidos como transmigrantes a partir de 1982, e colocados em várias novas aldeias, junto com timorenses "translocais" que foram retirados das suas aldeias. Muitos destes agricultores "modelo" verificou-se que nunca o foram. Recentemente, quando jornalistas entrevistaram jovens transmigrantes balineses, souberam que eles não eram agricultores mas sim licenciados em escolas superiores, que pensaram poder obter emprego como homens de negócios ou funcionários do Estado em Timor-Leste.

A transmigração em Timor-Leste está a produzir dois tipos diferentes de aldeamentos. Nas aldeias estratégicas (ou campos de concentração) os timorenses vivem sob apertado controlo militar e foram deliberadamente esquecidos pelo estilo indonésio de desenvolvimento. Por outro lado, existem alguns aldeamentos conhecidos como "aldeias de potencial" ('desa potensial'), dotadas de campos de arroz irrigados e plantações. Tunubibi (distrito de Bobonaro) e Beco (distrito de Covalima) são dois exemplos, ambos frequentemente citados na imprensa indonésia. Tunubibi, fundada em 1982, tem uma população de 50 famílias balinesas e 50"translocais" (testemunhos timorenses referem apenas famílias balinesas). Utiliza energia solar e equipamentos e facilidades de alta tecnologia.

Estas "aldeias de potencial" fazem parte de uma estratégia visando destruir a aldeia tradicional, e as bases culturais do povo de Timor-Leste. Os habitantes da 'desa potensial' vão sendo incorporados na economia de mercado, e os responsáveis pelo Gabinete de Timor-Leste, no Departamento de Agricultura indonésio, falam publicamente de planos para transformar o território de Timor-Leste numa vasta plantação, de culturas de exportação - alto rendimento agrícola para compensar as quebras nos lucros do petróleo. Entretanto a imensa maioria dos timorenses definha nos campos de concentração, quase sem terra para cultivar e sujeitos a pesadas restrições na sua liberdade de movimentos. →

→

REVITALIZAÇÃO MILITAR DO PROJECTO

O Ministro da Transmigração, M.Martono, faz agora supôr que o seu departamento não procurará mais a quantidade e sim a qualidade dos transmigrantes, ao mesmo tempo que concentrará a sua acção na melhoria das condições dos locais já existentes. O ministro afirma mesmo que o seu ministério não avançará com o estabelecimento de novos locais de transmigração.

No decurso desta mudança, as Forças Armadas deram um forte impulso ao programa ao demonstrar o seu apoio sem reservas. Se Martono fala em não avançar com o estabelecimento de novos aldeamentos, poucos dias depois da participação eloquente de Murdani, Chefe-de-Estado Maior das Forças Armadas, na preparação de novos locais, deverá concluir-se que a tarefa será agora da responsabilidade das Forças Armadas e não do Ministério da Transmigração? Qualquer que seja a resposta a esta pergunta, a componente segurança é agora a mais proeminente do programa, comparada com os seus objectivos social e económico. □

(*Fontes: "The Ecologist", nº 2/3 1986 'Indonesia's Transmigration Programme'*)

CIMEIRA DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

(continuação da pág.14)

A derrota da Indonésia na procura da chefia do Movimento e a escolha do Zimbabwe (estreitamente relacionado com Angola e Moçambique) deixavam esperar que o assunto de Timor fosse novamente levantado na Cimeira de Harare, em Setembro deste ano.

O anúncio da abertura de embaixadas indonésias em vários países africanos, nomeadamente no Zimbabwe, mostraram que a diplomacia indonésia está decidida a conquistar posições na África tradicionalmente favorável a Timor-Leste. Pouco antes da Cimeira, uma nova delegação indonésia visitou o Zimbabwe e terá declarado que o seu país não participaria na Cimeira se Timor-Leste fizesse parte dos assuntos a discutir ... e não foi! □

TIMOR-LESTE: A GUERRA CONTINUA

(cont. da pág. 11)

Monteiro Leite e um soldado, enquanto a guerrilha perdeu o comandante do pelotão, Falosai, e 11 guerrilheiros. Os responsáveis militares indonésios declararam, na altura, que nunca mais tentariam negociar com a guerrilha, acusada de falta de lealdade por ter assassinado o negociador Luís Monteiro Leite. O cerco dos negociadores pelos militares indonésios dá outra luz a este acontecimento.

O segundo confronto é precisamente aquele que permitiu capturar às forças indonésias o mapa militar que serviu de base a estes artigos, combate realizado em Ala-Pupulo, no qual uma força de Marinir 1 teve mais de 20 mortos e feridos e onde a guerrilha recuperou 11 armas «AR 15» e diverso material. Como se poderá ver no mapa, Ala-Pupulo está situado no limite duma zona de segurança da Resistência. Este facto deixa pensar que as forças indonésias, perante a baixa das actuações da guerrilha, tinham decidido afastar-se das estradas e campos e talvez mesmo passar à ofensiva; porém a guerrilha estaria atenta e terá decidido reagir quando os indonésios se aproximavam demasiado da sua zona de segurança.

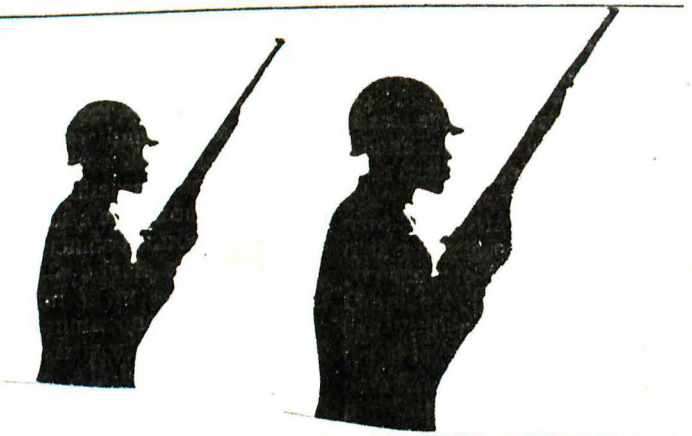
Ou deslocamento do teatro das operações?

Um facto é claro, e foi referido várias vezes ao Eng.º Anacoreta Correia no decurso da sua visita a Timor: houve uma forte e súbita baixa das acções da guerrilha na zona de Lospalos desde o início de 1985. Os militares indonésios atribuem o facto à falta de armas (1 arma para cada 2 ou 3 guerrilheiros) e à falta de munições (tiro a tiro em vez de rajadas). Pode haver dificuldades dessa ordem numa guerrilha que não recebe nenhum apoio do exterior desde 1975, todavia os mesmos militares reconhecem que à baixa de actividade na região de Lospalos correspondeu um aumento das hostilidades na zona de Baucau-Viqueque, mais a oeste.

Houve, na realidade, da parte da Resitência uma redistribuição de forças para dar uma resposta global à estratégica indonésia. Após a ruptura das negociações em 1983 os militares indonésios cortaram Timor-Leste em duas partes, segundo a linha Baucau-Viqueque. Queriam isolar os dois núcleos mais activos da guerrilha — o de Ainaro-Same-Alas a sul de Dilli e o da ponta leste, no qual está o comandante-em-chefe Xanana Gusmão. A partir da linha Baucau-Viqueque, os indonésios tentaram empurrar a guerrilha para Leste e ocupar o terreno por fatias sucessivas. Acabariam por levar a cabo a batalha final, ou deixar morrer lentamente o núcleo mais forte da resistência, na zona de Lospalos esvaziada da sua população. Um olhar rápido sobre a implantação militar indonésia deixa ver que está a postos o dispositivo militar que divide o território em várias linhas norte-sul: Baucau-Viqueque, Laga-Vatu Carabau e Lautem-Loré.

Para lutar contra essa estratégia indonésia, a direcção da guerrilha terá, provavelmente, deslocado meios humanos e materiais da zona de Lospalos para Oeste. *A baixa das acções da guerrilha na região de Lospalos é largamente compensada do ponto de vista estratégico pelo aumento da actividade na região de Baucau e Viqueque, região mais central e que facilita o contacto com as outras unidades actuando no Centro e centro-Oeste.*

Não podendo nenhuma das partes obter a vitória no plano militar, é no terreno diplomático que se jogará a batalha decisiva. □



'Diário de Notícias'
Opinião - 15/8/86.

Aldeias estratégicas em Timor-Leste

Um mapa militar à escala de 1/50000, mostrando a parte oriental de Timor, de Luro-Iliomar, para oeste na direcção de Tutuala, mas não incluindo esta vila (fig. 1), chegou a Lisboa em Julho deste ano. Este mapa permite ter uma ideia mais clara da situação das populações e das forças militares, numa área que cobre cerca de 1/10 da superfície total de Timor-Leste.

O mapa foi elaborado e impresso pelos serviços cartográficos do exército indonésio. Parece interessante sublinhar que a sua edição data de 1962, treze anos antes da invasão. Isto prova que, numa época em que os políticos indonésios asseguravam na ONU «Não só não apresentámos até agora qualquer reivindicação territorial (sobre Timor-Leste) como declaramos categoricamente que não temos a mínima intenção de o fazer no futuro» (discurso da sr.ª Supeni na XVII sessão da ONU, 1962), os militares indonésios estudavam até aos mais ínfimos pormenores o território da colónia portuguesa.

O mapa (1,30x1,10) é constituído por dois mapas, colados um ao outro, no sentido vertical. Foi capturado às forças indonésias em 20 de Dezembro de 1985, no decorrer de uma emboscada em Hirino-Alapululo, e serviu de base ao comandante-em-chefe Xanana Gusmão para nele assinalar e escrever numerosas informações: desde os locais de desembarque dos indonésios em 1976 aos ataques da Resistência, de Agosto de 1983 a Dezembro de 1985. O crédito que podemos dar a estas informações baseia-se na exactidão, nunca desmentida, dos factos apresentados pelo comandante Xanana Gusmão e pelas informações concordantes recebidas de outras fontes.

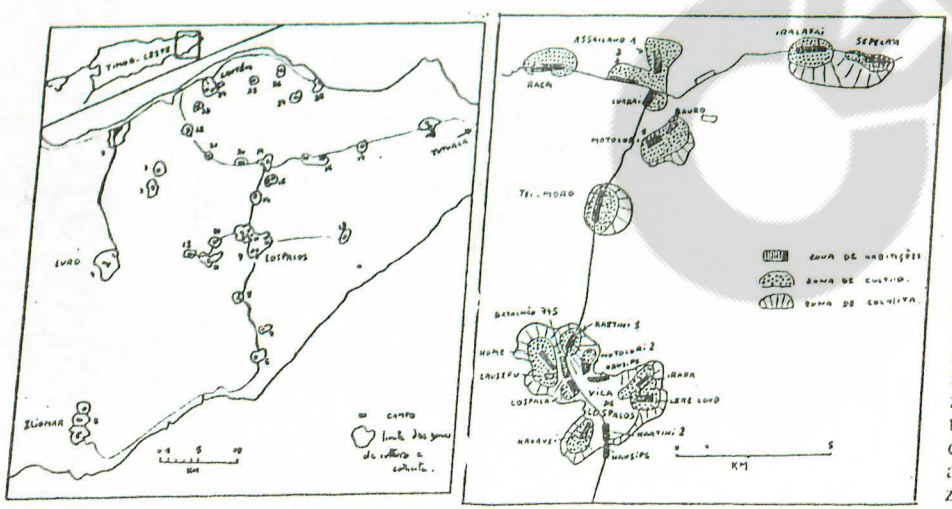
Neste artigo, vamos dar especial atenção à situação dos campos onde vive a população timor sob controlo indonésio. A escala do mapa (um centímetro no mapa corresponde a 500 m no terreno) permite um rigor que não seria possível num mapa mais pequeno.

A zona representada cobre cerca de 1700 km². O seu ponto culminante é o monte Legumau (1260 m) na parte oeste, e o terreno é moderadamente acidentado. Antes da ocupação, a população vivia em geral dispersa, formando povoações bastante pequenas.

Hoje, segundo as indicações do comandante Xanana Gusmão, toda a população controlada pelas forças indonésias está reagrupada em 49 campos, que a população chama de «campos deconcentração» e que são na verdade «aldeias estratégicas».

Estão assinalados no mapa 54 campos, mas cinco foram deslocados depois de Agosto de 1983 e estão hoje abandonados.

A população foi reagrupada na base das antigas zonas de povoamento, podendo cada campo reunir as populações de uma a seis zonas antigas. Acontece, todavia, que a população duma antiga povoação está dividida em campos separados. Muitas vezes, são reagrupados no interior de uma única zona de defesa diversos campos: dois, três e mesmo doze. A zona de defesa de Lospalos, por exemplo, reúne doze campos e uma população que ronda os 23 000 habitantes.



Hoje, segundo indicações do comandante Xanana Gusmão, toda a população controlada pelas forças indonésias está reagrupada em 49 campos, que entre os populares são designados por «campos de concentração», mas que, na verdade, constituem autênticas «aldeias estratégicas».

Se alguns dos campos foram criados no local da povoação antiga, aproveitando deste modo as casas e algumas zonas de cultivo, a grande maioria das povoações foi deslocada por razões estratégicas e colocada ao longo das estradas.

Ainda ao nível das generalidades, podemos dizer que cada campo dispõe, geralmente, de uma zona para as hortas, imediatamente à volta das habitações, e de uma segunda zona para colheitas, além das hortas. A zona de cultivo não ultrapassa a extensão de 1 km à volta da zona das casas e pode ser reduzida a escassas centenas de metros. A zona de colheita, quando existe, estende-se também até ao máximo de 1 km. Estas zonas variam, de campo para campo, em razão das condições do terreno e da pressão, actual ou passada, da guerrilha.

As populações, que vivem unicamente da agricultura, vêem assim os seus meios de subsistência extremamente reduzidos, conforme se pode avaliar pela figura, na qual tentámos respeitar o melhor possível as dimensões das zonas de abastecimento de cada campo. No total, uma população que estava espalhada sobre 1700 km², deve hoje satisfazer-se com cerca de 70 km, menos de 5 % da superfície anterior.

Para suprir, em parte, a insuficiência de tais recursos, a maioria dos campos é autorizada a organizar uma saída em grupo, sob escolta militar, uma vez por mês, em direcção a terras antigamente cultivadas e que continuam a produzir alguns frutos ou tubérculos. Excepcionalmente, os militares podem decidir de uma segunda saída, se a fome apertar; bem como podem anular a saída mensal, se houver sinais da presença da guerrilha. Estas zonas de «recurso» estão situadas a pequenas distâncias, de 1 a 6 km, do campo. Por fim, existem zonas de «segundo recurso», mais distantes, às quais vários campos podem ter acesso, em circunstâncias excepcionais.

Constatamos também que as populações de diversos campos podem, por vezes, deslocar-se ao mercado de Lospalos, sob escolta militar. É provavelmente aí que vendem alguns dos produtos das hortas para poder comprar outros. Em geral, o milho e a mandioca produzidos nas hortas não são consumidos pela população, porque ela precisa de vender esses géneros para poder comprar roupas e outros artigos necessários, diz Xanana Gusmão.

Vários outros elementos interferem na situação alimentar das populações. Assim, sabemos que, se uma parte dos homens recrutados pelo exército indonésio nas forças militares auxiliares (batalhão 745 e «hansips») são remunerados, outros pelo contrário, são obrigados a consagrar muitas horas de vigia nos postos de guarda aos campos e às estradas ou a executar trabalhos não remunerados («Gotong Royong»), não podendo, durante esse tempo, tratar das suas hortas.

A figura n.º 2 mostra com mais pormenor os campos de Lospalos até ao cruzamento da estrada Baucau-Tutuala, permitindo assim distingüir, para cada campo, a zona de habitação, bem assim como a zona de cultivo e a zona de colheita.

A concentração das populações nas aldeias estratégicas e a reduzida área de cultivo e/ou colheita de que dispõe cada campo são, por si só, um impedimento para qualquer desenvolvimento económico das ditas populações. □

CARTA DO INTERIOR

De um extenso documento, assinado pelo Comandante Xanana Gusmão, datado de 2 de Abril de 1986 e recebido em meados de Julho, publicamos alguns excertos com incidência na 'VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS'.

"Violação dos direitos humanos

Temos vindo a denunciar, conjuntamente com várias organizações independentes e idóneas, as sistemáticas violações dos Direitos Humanos, cometidas pelos assassinos ocupantes sobre a população encurralada nos campos de concentração. A Amnistia Internacional publicou já um documento de extraordinário alcance, revelando a verdadeira situação em Timor-Leste. Pensamos que o Governo português tenha vindo a'acompanhar', por 'outras fontes', a deveras difícil situação do nosso povo. A Indonésia tem procurado, sistemáticamente também, negar os factos enquanto as persrguições continuam, as prisões arbitrárias e as torturas prosseguem e as restrições de toda a ordem mantêm manietadas as populações. O nosso povo até se compara a si próprio aos frangos (que anteriormente podia possuir às centenas), amarrados debaixo dos lanténs à espera de serem degolados; a população tem vindo a expressar-se nestes termos, quando encontra os guerrilheiros:

"Nós, se fossemos frangos, o inimigo já nos teria atado as patas e cortado as asas; neste momento, estamos à espera quando é que eles nos cortam o pescoço; estamos à espera de seguir as pegadas dos que já desapareceram... Meus filhos, estamos a sofrer muito, nós sofremos mais do que vocês".

Qualquer lista que possamos agora fornecer, acerca de massacrados e desaparecidos ou do número das pessoas presas e torturadas, levará sempre uma relação incompleta dado que é difícil, nas condições de extrema vigilância em que se encontra a população, conhecer-se o número exacto. Em segundo lugar, é frequente ver-se elementos constantemente chamados e constantemente presos... Devido às dificuldades de comunicação com o exterior e, nomeadamente, de comunicação interna, a nível do território,as nossas denúncias vão com um considerável atraso em relação aos acontecimentos do dia-a-dia. Este facto obriga-nos a seleccionar os dados,de maior interesse, de casos com maior duração ou abrangendo um grande número de pessoas, quando se trata de prisões arbitrárias. No entanto, para provar que as atrocidades continuam, fornecemos a seguinte situação:

(Segue uma lista de massacrados, presos, espancados, em represálias a operações da guerrilha ou mera perseguição às populações dos campos.)

(...)

Todos estes elementos, que foram levados a Baucau, em 19 de Março findo, encontram-se no edifício do "Koramil" e, à excepção das 3 crianças (Casimiro,Júlio e Domingas, de 3 anos, 7 meses e 2 anos), estão a ser submetidas a interrogatórios violentos,tendo-lhes sido aplicados essencialmente choques eléctricos.Todos eles dormem num só quarto (*27 pessoas*), no chão e sem esteira nem cobertor; não possuem mudas de roupa porque foram apanhados, nas respectivas hortas, com os farrapos que levavam no corpo, não tendo sido autorizados a passar pela casa ou a comunicar com os familiares. Esta prática do inimigo de apanhar "de surpresa" os desconfiados tem por objectivo impedir a fuga destes para o mato. Estes presos estão a reber uma concha de arrôz , por refeição e... porque se fala de arroz, a Indonésia fará uma intensa propaganda de que os prisioneiros estão a "ser bem tratados, pois até comem melhor do que em sua própria casa", e isto não é nenhuma mentira já que, nas suas pobres palhotas, muitos têm que recorrer ao "maek" e outras coisas que só os porcos comem!

...Enquanto o Ocidente considerar que estes problemas 'não são dele', enquanto Portugal continuar eternamente apático, os desaparecimentos também continuam." □

BAIXAS NAS TROPAS INDONÉSIAS E TIMORIZAÇÃO DA GUERRA

Entre o dia 1 de Janeiro e 10 de Abril,deste ano, foram enterrados no "cemitério dos heróis", em Dili, 40 militáres mortos em combate e 53 no cemitério de Baucau. Estas mortes compreendem não apenas os soldados indonésios mas também os timorenses incorporados no exército indonésio.

Os cadáveres dos oficiais são imediatamente transportados para a Indonésia. Os soldados indonésios mortos em combate nas zonas próximas da fronteira são levados para o Timor indonésio, como aconteceu com 26 soldados do Batalhão 511 mortos em 25 de Abril, perto de Bobonaro. Nesse dia, os guerrilheiros atacaram um campo militar dos arredores da vila, cerca das 3 horas da madrugada,cap →

→
turando grande quantidade de material. Os 26 cadáveres foram transportados a bordo de 3 helicópteros.

Dado que os militares indonésios e timorenses são enterrados separadamente, é possível constatar que no cemitério de Dili os enterros de timorenses são, desde há pouco tempo, mais numerosos do os indonésios. Isto significa, sem dúvida, uma utilização em maior escala dos timorenses para as missões perigosas.

Várias informações confirmam o esforço de "TIMORIZAÇÃO" da guerra levado a cabo pela Indonésia. Salientamos de entre algumas:

Dos 112 prisioneiros saídos de Ataúro em 24 de Março passado, metade são 'hansips' (auxiliares das tropas indonésias) presos em 1981 e 1983. Foram re-integrados como 'hansips'. O seu recrutamento é, sem dúvida, considerado pelo exército indonésio como a melhor maneira de os controlar. Além disso, serão utilizados nas missões perigosas contra a guerrilha, por exemplo, operações de cerco, com soldados indonésios a - trás deles.

Entre o dia 3 e 10 de Abril, as forças indonésias organizaram o cerco do Monte Kablake, com todos os homens dos arredores de Ainaro e Same.O cerco compunha-se de 3 anéis, o primeiro com'hansips', o segundo com as forças regulares timorenses dos Batalhões 744 e 745 e a população civil, o terceiro, enfim, constituído por militares indonésios. Esta táctica já foi utilizada massivamente em 1981, sobretudo com civis.

A partir de Junho, foram lançadas novas operações de cerco em diversos distritos, particularmente em Same e Viqueque - em certos casos até os alunos das escolas tiveram de participar nas operações.

Em Março e Abril,cerca de 200 militares timorenses dos Batalhões 744 e 745 foram promovidos a cabos ou sargentos e, pela primeira vez, foi admitido um timorense na escola de oficiais na Indonésia.

Polícias timorenses foram, também, recentemente transportados para zonas de combate mais intenso, a fim de participarem no esforço de guerra. □



200 BARRIS DE PETRÓLEO POR CADA TIMORENSE

Uma descoberta extraordinária de petróleo no mar de Timor vem, talvez, tornar mais urgente do que nunca a resolução do problema de Timor-Leste.

É de lembrar que a Austrália reconheceu, no ano passado, a soberania "de Jure" da Indonésia sobre a antiga colónia portuguesa de Timor-Leste. Esta decisão, contrária aos princípios da Carta das Nações Unidas, aconteceu ao mesmo tempo que se tornava pública a existência de negociações entre os dois países sobre a exploração do petróleo do mar de Timor. Estas negociações não poderiam, contudo, chegar a um completo acordo antes de o problema de Timor-Leste ser resolvido ao nível internacional.

No início de Setembro foi revelado as prospecções efectuadas por Companhias australianas e americanas tinham atingido reservas fabulosas (120 milhões de barris - a descoberta mais importante desde há 20 anos). Os ensaios permitiram uma extracção de 10.000 barris por dia (mais de duas vezes a producção actual da Arábia Saudita) e as Companhias interessadas pensam poder atingir uma extracção de 30 a 40 mil barris por dia.

Entretanto, cresce a tensão entre a Austrália e a Indonésia. A imprensa australiana escreve que a Indonésia poderia invadir militarmente a Austrália se esta recusasse partilhar o bolo...

Para a Austrália, Indonésia e quantos outros, torna-se cada vez mais urgente resolver o problema de Timor-Leste para poder partilhar, em total legalidade, os benefícios do seu petróleo.

120 milhões de barris de petróleo e apenas 600.000 timorenses, ou seja, 200 barris por cada timorense. Este cálculo estaria já na cabeça das autoridades indonésias quando elas invadiram Timor-Leste? □



IGREJA

MONS. BELO DENUNCIA PANCASILA

Mons. Ximenes Belo, Administrador Apostólico de Dili, deu instruções aos padres e religiosos de Timor-Leste no sentido de boicotar a corrida do Governo indonésio - difundir a ideologia de Estado, o Pancasila, através dos seus programas obrigatórios de mentalização.

Estas declarações de Mons. Belo foram directamente provocadas por um incidente ocorrido em Lospalos, no qual um padre da paróquia de Lospalos-Lautém foi brutalmente espancado por soldados indonésios em 27 de Junho.

Numa carta firme, dirigida às autoridades indonésias, datada de 7 de Julho, Mons. Belo escreve: "Quero informá-los que nenhum dos padres ou religiosos da diocese de Dili participará no programa do Pancasila desi - gnado para o pessoal de Igreja em Timor-Leste. Este é um sinal de solidariedade com o Padre Walter van Wouwe, SDB, padre da paróquia de Lospalos-Lautém, que foi brutalmente espancado em 27 de Junho por dois membros do ABRI (exército indonésio), em Lautém", escreve Mons.Belo.

"A nossa recusa em participar neste seminário significa o nosso protesto, sentido fortemente, contra o comportamento brutal e desumano que continua a ocorrer e que humilha os nossos pastores.

Que sentido tem falar do Pancasila quando padres, que se entregaram eles próprios ao apoio moral e material do povo, são desprezados, objecto de suspeitas, maus tratamentos e mesmo crúeis espancamentos".

A carta termina dizendo que o boicote se fará sentir "este ano e nos anos futuros", a menos que sejam tomadas medidas pelas autoridades para assegurar ao pessoal de Igreja o exercício dos seus deveres em plena liberdade.

Prisões em Atsabe

Numa carta ao Comandante-em-Chefe das Forças Armadas indonésias, Mons. Belo protesta contra "a brutalidade do ataque aos fiéis de ATSABE. Forças regulares indonésias invadiram a igreja de Atsabe e prenderam 6 jovens que se encontravam na igreja. Este incidente aconteceu em Julho. Mais tarde e, segundo parece, em relação com estas prisões, foram detidos vários estudantes timorenses na Indonésia. Amnesty Internacional e SOS-Tortura lançaram um apelo em favor de um deles: Antonino Gonçalves, estudante da Universidade Católica de Atmajaya, em Jacarta (ver notícia pág. 10). □

NOTÍCIAS BREVES

* Segundo timorenses refugiados na Austrália, os serviços secretos e a polícia indonésia teriam inventado um novo meio para detectar os simpatizantes da resistência. Membros da população são incitados a distribuir pamfletos de propaganda da Fretilin, pamfletos que são, na realidade, produzidos pelos serviços secretos. Todas as pessoas que aceitam os pamfletos são em seguida denunciadas e interrogadas pelas forças indonésias. Várias dezenas de pessoas presas no quadro desta operação teriam desaparecido ao longo das últimas semanas. ('Diário de Notícias' - 22/9/86).

* 24/3/86 - 112 prisioneiros originários da região de VIQUEQUE saíram da ilha de Ataúro, para onde tinham sido deportados entre 1981 e 1983 por suspeita de simpatias pela guerrilha.

* 24/4/86 - Foram inauguradas duas novas aldeias estratégicas, uma em BETU LALE, entre VEMASSE e OSSU, e a outra em LAI SORU LAI, perto de QUELICAI.

* Os camponeses timorenses da planície de Lospalos vêem-se expropriados militarmente das suas terras para permitirem a expansão das plantações de cana-de-açúcar pertencentes a Ali Murdani. Ali Murdani é irmão de Benny Murdani, o chefe de Estado Maior General e número 2 do regime indonésio, que comandou a invasão de Timor-Leste em 1975 e se opôs a uma solução negociada em 1983. Uma fábrica de tratamento da cana-de-açúcar estaria para ser construída no próximo ano em Lospalos. □



HOSPITAL DÁ PRODUTOS TÓXICOS A TIMORENSES

XAROPE ENVENENADO - "VENDA EXCLUSIVA A TIMORENSES"

Segundo informações de várias fontes, um médico indonésio dos Serviços de Saúde de Dili teria lançado, ou tentado lançar, um xarope envenenado.

Duas caixas de xarope 'EBERCINA'contra a febre e a tosse foram entregues a um comerciante chinês, com a indicação de vender esse xarope apenas a timorenses, indicação, aliás, escrita nas caixas! Tendo o comerciante recusado o produto, as caixas foram confiadas, em depósito, a um timorense. Intrigada com as inscrições, a mulher deste avisou uma timorense, membro da administração, e esta o Governador. A análise feita ao medicamento por um médico indonésio teria,segundo as nossas fontes permitido detectar a presença de veneno. →

s já mas pen- ica- do. Enfermeiros timorenses protegeram o médico indonésio quando este foi atacado por forças da Inter/Bakin, os serviços secretos militares.

Uma nota enviada de Darwin diz que este caso de alimentos intoxicados «parece servir para confirmar relatórios anteriores sobre a involuntária esterilização de mulheres timorenses por meios químicos».

O médico ligado a esta operação desapareceu, entretanto, sem que se saiba se ele era o único incriminado.

Tempos antes desta descoberta muitas crianças morreram, em particular no bairro de Kuluhun em Dili e em Cotulau - Modabeno, ao sul de Dili. Neste último caso, cerca de 20 crianças morreram em poucos dias, em muitos casos irmãos e irmãs. A população vê relação entre as mortes e a ingestão do xarope. Nomeadamente, alguns 'hansips' (tropas auxiliares) que perderam filhos quiseram matar os enfermeiros que tinham distribuido o xarope. Ainda segundo as nossas fontes, os enfermeiros timorenses que se tinham limitado a distribuir o medicamento que lhes tinha sido entregue pelos Serviços de Saúde, tiveram de esconder-se em Dili.□

REPRESÁLIAS

Em represálias a diversos ataques da guerrilha contra o posto de OSSU, as forças de ocupação prenderam várias dezenas de pessoas en diversos locais, cerca de 40 em VIQUEQUE, 18 dos quais foram levados para Dili após "interrogatórios". Outros 6 foram presos em Dili (bairro de BECORA) pelo administrador do posto de OSSU, em 14 de Março. De entre estes, 3 pessoas (Verónica Pinto, José Pinto e Fernando da Costa Soares)foram libertadas após intervenção das autoridades eclesiásticas, apresentando marcas de tortura. Os outros 3 foram dados como desaparecidos.

Em Junho, cerca de 15 timorenses de Ossu foram levados à antiga Pousada de Baucau,hoje ocupada pelos "Bóinas Vermelhas". Entre os presos encontravam-se vários alunos (rapazes e raparigas) das classes adiantadas e membros da PRAMUKA (movimento de juventude para-militar indonésio, sob as aparências de escotismo). Enquanto a maioria era torturada na Pousada de Baucau, as raparigas (14 -15 anos),despidas, sofriam toda a espécie de abusos por parte de "Bóinas Vermelhas" nos jardins da Pousada.□



PRISÃO DE ESTUDANTE TIMORENSE EM JACARTA

Foi preso no passado dia 3 de Setembro,em Jacarta, Antonino Gonçalves, de 33 anos,estudante de Timor-Leste na Universidade Católica de Jacarta, onde frequentava o último anos do curso de Direito, tendo sido levado para local desconhecido. Trata-se da primeira vez as autoridades indonésias prendem um timorense fora do território de Timor-Leste.

A operação terá sido da responsabilidade das forças de elite "Bóinas Vermelhas" desenvolvidas pelo General Murdani. Os comandos "Bóinas Vermelhas", vestidos à civil, são geralmente responsabilizados pelas execuções na rua de cerca de 4.000 pessoas em Java.

Antonino Gonçalves foi sargento do exército português, tendo participado, após a invasão indonésia, na resistência à ocupação estrangeira. Em 1978, a sua mulher, pais e sogros foram assassinados pelas forças indonésias em Timor-Leste e Antonino Gonçalves foi preso.

Organizações como Pax Christi, Pax Romana e Amnistia Internacional, divulgaram um apelo recomendando acções para que sejam respeitados os direitos de Antonino Gonçalves, da da a prática habitual da tortura e dos "desaparecimentos" por parte das forças de segurança indonésias. □

Timor-Leste: a guerra continua

Utilizando um mapa detalhado da região de Lospalos, na parte Este de Timor, examinámos num precedente artigo (DN 15/8/86) as aldeias estratégicas nas quais está concentrada uma população outrora dispersa por 1700 km². A partir do mesmo mapa e das indicações nele inscritas pelo comandante-em-chefe da Resistência, Xanana Gusmão, passemos a examinar as forças militares em presença na zona.

Forças Indonésias

As forças militares indonésias são compostas por tropas indonésias e timorenses. As tropas timorenses são recrutadas para formar unidades separadas, regulares (Batalhão 745) ou auxiliares *(hansips e ratilhs)*.

Na região abrangida pelo mapa, aproximadamente a décima parte da área de Timor-Leste, estão 4 batalhões indonésios de infantaria e unidades mais pequenas de comandos, de tanques e de artilharia. Os batalhões de infantaria têm os seus comandos nos montes Laleno (Bat. 411), em Iliomar (Bat. 312), em Leuro (Bat. 327) e em Loré (marinir 1). Há unidades de tanques em Lautem, Lospalos Luarai e Porlamano e unidades de artilharia em Lospalos, Ililapa, Maluro, Poros, Muapitine, Iliomar, Luro e Baduro. O comandante Xanana Gusmão assinala ainda a presença de elementos do grupo 4 (comandos) e do zippur 11.

Junto dessas forças indonésias encontram-se ainda duas companhias do Batalhão 745, composto de timorenses, e, em cada aldeia, forças auxiliares *(hansips e ratihs)*. Estes militares timorenses são frequentemente suspeitos de simpatia pela resistência. Segundo informações oficiais prestadas ao Engº Anacoreta Correia, em Julho, entre os 135 presos detidos na prisão política de Comarca, em Dili, contavam-se 39 militares.

Cada aldeia estratégica é guardada por forças mistas, indonésias e timorenses. A mais forte concentração de tropas localiza-se em Lospalos. O campo de Lospalos está cercado por 6 postos militares constituidos por um pelotão indonésio. A entrada norte é controlada pelos «boinas vermelhas», apoiados por uma unidade de artilharia, e a entrada sul por uma unidade de tanques e uma companhia de *hansips*. No interior do campo estão os quartéis de duas companhias do Bat. 745.

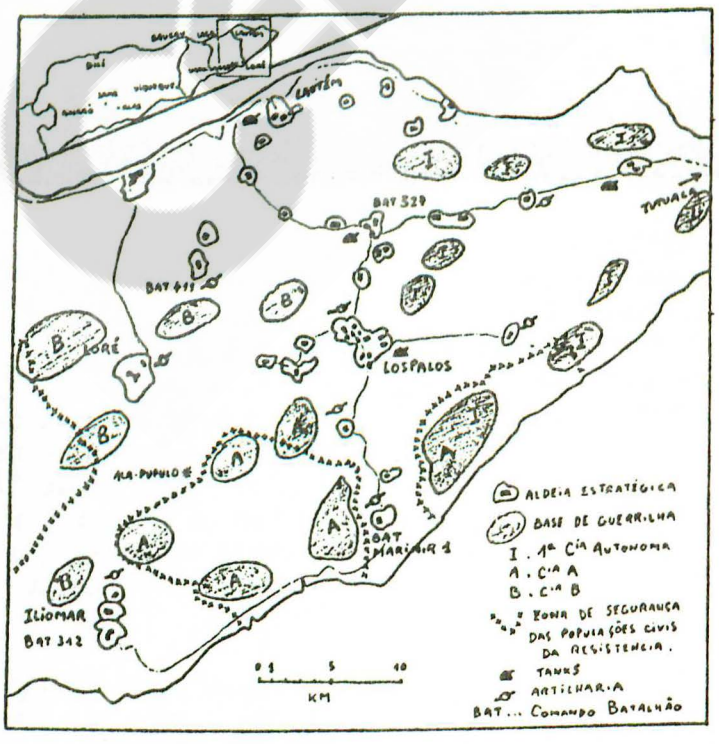
Resistência armada

As forças da resistência na zona abrangida pelo mapa são a 1ª Companhia Autónoma de Guerrilha, a leste de Lospalos, e as duas companhias da 1ª Unidade das falintil a oeste de Lospalos, a Companhia A, a sul e a Companhia B, mais a norte.

Cada companhia possui várias áreas (cuja extensão varia de 5 a 20 km², aproximadamente) assinaladas com «bases», e correspondendo mais ou menos às «bases clássicas» representadas num mapa indonésio capturado em Julho de 1985. Ignoramos se essas «bases» (entre 5 e 9 para cada companhia) são rotativas ou se cada uma delas é ocupada por um destacamento da dita companhia. (Na nossa opinião algumas delas devem ser rotativas.) A guerrilha parece estar presente no conjunto da zona e particularmente forte no sul. É aliás, na costa sul que estão marcadas duas vastas zonas (70 km² e 155 km²) nas quais, segundo as informações de Xanana Gusmão, as populações civis não submetidas aos indonésios podem circular livremente, o que deixa pensar que o risco de incursões indonésias é reduzido. No lado esquerdo do mapa está representada parte de uma terceira zona com as mesmas características, 57 km² nesta parte do mapa.

Baixa nas acções da guerrilha?

O nível das acções militares, elevado entre Agosto de 1983 e o fim de 1984 (59 acções assinaladas no mapa), decresceu subitamente em 1985. As operações dividem-se entre ataques às posições inimigas, situadas próximo ou dentro das aldeias estratégicas, e emboscadas às tropas em deslocação ou em operação militar. As emboscadas realizaram-se todas nas estradas ou nas imediações (menos de 2 km) dos campos, o que deixa supor que as forças indonésias ou ao serviço da Indonésia não se afastam desses campos e que os guerrilheiros têm de ir provocá-las no seu próprio terreno. Estas emboscadas demasiado



Houve da parte da resistência uma redistribuição de forças para dar uma resposta global à estratégia indonésia, que cortara Timor-Leste em duas partes, após a ruptura das negociações, em 1983

próximo das aldeias, ou mais ainda os ataques aos próprios aquartelamentos situado nas aldeias, provocam represálias sobre as populações civis. Estes últimos ataques podem mesmo provocar baixas na população civil por «balas perdidas». Sabemos por uma outra fonte que no último grande ataque ao posto de Iliomar, em Janeiro de 1985, houve 12 mortos entre os militares indonésios, mas 20 na população civil: um preço elevado para uma população já severamente castigada nas suas condições de sobrevivência.

Um jornalista da Reuters, que visitou Timor recentemente, afirma que o ataque a Iliomar foi o último ataque de certo vulto da Resistência e que nele teriam estado envolvidos 60 guerrilheiros (DN 18/8/86). Na realidade, houve pelo menos dois confrontos de certa importância na zona nos finais de 1985, mas a iniciativa não pertenceu por inteiro à Resistência. Em 21 de Julho, um poletão da Companhia A da 1.ª Unidade das Falantil foi surpreendido a 1 quilómetroa oeste de Lospalos por uma companhia de *hansips*. Terá havido uma tentativa de conversações entre os comandantes das duas forças, na qual interveio também o DPR Luís Monteiro Leite, membro da Assembleia Regional. As conversações terão sido interrompidas quando o comandante da força de guerrilhas se apercebeu que estava a ser cercado por 3 companhias de soldados indonésios. Morreram no confronto o comandante dos *hansips*, o DPR Luís

(continua na pág. 5)

DEPUTADO PORTUGUÊS VISITA TIMOR-LESTE

A visita a Timor realizada pelo deputado Anacoreta Correia foi uma visita "particu - lar". Particular nos dois sentidos da palavra! Antes de mais, porque o deputado do C.D.S. não conseguiu, apesar de todos os seus esforços, que a sua viagem fosse considerada "viagem de serviço" como ele o esperava. Particular também porque esta visita tinha dois objectivos contraditórios: melhorar as relações entre Portugal e a Indonésia, e informar sobre a situação real em Timor-Leste. Como fácilmente se compreende, o êxito político desta missão exigia que as informações divulgadas fossem, pelo menos, "aceitáveis" para a Indonésia. O General Benny Murdani deixou bem claro este ponto, nos dois encontros que teve com Anacoreta Correia, ao sublinhar o efeito contrário que teve uma visita da R.T.P. em 1983.

RECUSADA A MISSÃO DE SERVIÇO

Membro da Comissão Eventual da Assembleia da República, para o acompanhamento da questão de Timor, o deputado Anacoreta Correia está especialmente ligado à questão de Timor desde Junho deste ano, quando os responsáveis em Portugal dos movimentos timorenses UDT e Fretilin, rivais desde 1975, chegaram a um acordo: o deputado do C.D.S. fora o principal construtor deste acordo. É interessante saber que conduziram a este entendimento começaram em Dezembro de 1985, quando A. Correia já obtivera os apoios que lhe assegurariam o visto para Timor. (Relatório pág. 5).

O visto foi concedido pelo General Benny Murdani, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas indonésias, comandante militar da insão em 1975-76 e hoje ainda Director das Operações em Timor-Leste. Os intermediários foram homens de negócios portugueses que trabalham na zona e estão interessados na normalização das relações entre Portugal e a Indonésia (Anacoreta Correia é consultor de um deles), assim como por amigos de B. Murdani.

Tendo obtido de Benny Murdani o acordo de princípio desde Março, A. Correia não estabeleceu, no entanto, os contactos oficiosos para converter a visita em "viagem de serviço" senão no último momento. Foi tudo tão precipitado que, quando o deputado iniciou a sua viagem, subsistia a dúvida sobre o carácter daquela. O Presidente da Assembleia da República teve de enviar um telex para dissipar a dúvida: a visita seria particular. O Presidente da Assembleia, tendo-se ainda apercebido de que A. Correia deveria estar na Indonésia no dia 17 de Julho, data considerada por Jacarta como o 10º aniversário da integração de Timor-Leste na Indonésia, recomendava também ao deputado que evitasse nesse dia tudo o que pudesse ser utilizado politicamente pela Indonésia.

Tudo o que referimos mostra a vontade de A. Correia de ganhar, antes da sua viagem, o maior peso político possível. A recusa da Assembleia da República a confiar-lhe uma missão oficial retirou alguma importância à sua iniciativa, sem alterar a orientação da visita.

VER TIMOR OU CONTACTAR AS AUTORIDADES

Dos 8 dias que durou a visita, 4 foram passados na Indonésia (Java e Bali) e 4 em Timor-Leste. O deputado teve 5 reuniões com altas autoridades militares indonésias, 5 encontros e reuniões de trabalho com o Governador de Dili e 'briefings' com as autoridades civis e militares em todos os locais visitados. Sendo a duração média das visitas, fora de Dili, duas horas contando o tempo da viagem (de helicóptero), é legítimo perguntar-se se o visitante terá tido tempo de ver para além do que as autoridades lhe queriam mostrar.

O relatório da visita reflecte, como é normal, as longas conversas com as autoridades indonésias ou pró-indonésias: 39 páginas são-lhes directamente consagradas, mas os mesmos pontos de vista encontram-se diluídos nas outras páginas.

As reflexões de A. Correia temperam, por vezes, as demonstrações favoráveis à Indonésia, querendo mostrar uma certa distência mas sem nunca chegar a opôr-se realmente à Indonésia.

No sector da educação, por exemplo, A. Correia reconhece que existe por detrás dela "uma questão estratégica: conquistar esta geração" e "fazer um trabalho de uniformização cultural", mas conclui: "Seja como fôr ... fiquei muito bem impressionado" (página 58).

Sobre a imigração indonésia para Timor-Leste, Anacoreta Correia assume claramente a posição 'colonizadora' da Indonésia ao declarar: "Na minha opinião ela tem mais aspectos positivos do que negativos" (página 24).

→

Estas opiniões são elaboradas a partir da realidade tal como ela foi descrita pelas autoridades. Não seria difícil, na maioria dos casos, rebater os dados contidos nas 40 páginas que descrevem esta situação, mas isso não é possível no quadro de um simples artigo.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico e social, visível em Dili, ele é artificial em grande parte e são os indonésios (mais de metade da população da capital) que essencialmente beneficiam com ele. Os timorenses tornam-se cidadãos de 2a. classe e estrangeiros no seu próprio país, como diz Mons.Belo.

É verdade que Anacoreta Correia afirma existir uma rejeição generalizada da Indonésia, sublinhando mesmo: " Embora a Indonésia faça esforços para captar a confiança dos timorenses, não sei se será capaz de a alcançar " (página 29). A afirmação tem o seu peso mas A. Correia retira-lho noutras passagens do relatório quando tenta explicar que essa "situação psicológica" é o fruto de um "traumatismo" ligado a "violências passadas" e que poderá ser ultrapassado; que a situação "melhorou muito" e que "a Indonésia aposta na juventude".

Muitos factos nos deixam duvidar da melhoria da situação: notícias recentes de vagas de prisões realizadas logo que o deputado português acabou a sua visita; envenenamento criminoso de crianças por meio de um xarope distribuido pelos serviços de saúde; desaparecimentos de estudantes; operações militares utilizando a população civil como escudo, como já fora feito em 1981; invasão de uma igreja pelos militares e prisão de pessoas que aí se encontravam... Melhoria da situação?!

Anacoreta Correia termina a sua conclusão afirmando: "As autoridades indonésias reconhecem que este (os direitos humanos) é um terreno no qual é preciso avançar, mas não aceitam discutir o estatuto de Timor como parte integrante da Indonésia". Mas será possível falar de um sem o outro? □

JACARTA FESTEJA ANEXAÇÃO

A 17 de Julho o Governo indonésio celebrou o décimo aniversário da brutal anexação de Timor-Leste, que preferem chamar "integração". Ainda que nos meses anteriores Jacarta paracesse estar preparando-se para um grande acontecimento, este revestiu-se de pouco aparato, não sendo autorizada a permanência de jornalistas estrangeiros.Uma grande vaga de prisões teria, entretanto, precedido as festas do 10º aniversário (coincidindo com o fim da visita de Anacoreta Correia), segundo notícias do interior.

Tal como em 1976, quando a "Carta de integração" foi assinada e muito poucos representantes estrangeiros se deram ao incómodo de estar presentes, assim dez anos mais tarde apenas 6 embaixadores estrangeiros compareceram: da Polónia, Roménia, Jugoslávia, Marrocos, Irão e Singapura. O Presidente indonésio, Suharto, manteve-se afastado, enviado 3 dos seus ministros. Também o General Benny Murdani esteve ausente, sem dúvida para não chamar a atenção para o contínuo alto índice de focos militares na "27a." província indonésia.

Alguns timorenses, como o Governador Carrascalão e o membro da "Assembleia Regional" do Golkar (partido governamental na Indonésia), Clementino Amaral, aproveitaram o décimo aniversário para queixar-se do facto de Timor-Leste ser ainda tratado como "região especial". Carracalão ('Kompas', 17 de Julho) lamentou particularmente levar esse estatuto a um 'dualismo', minando a sua autoridade e poderes como Governador. O que isto significa, de facto, é que o poder está no comando militar porque a condução da guerra é a máxima prioridade.

Clementino Amaral ('Kompas', 18 de Julho) juntou às suas queixas algumas críticas interessantes acerca dos tão propagandeados esforços de Jacarta pelo "desenvolvimento":

- os largos fundos de investimento foram uma fonte de corrupção;
- um pavilhão de desportos construído em Baucau ruíu antes da inauguração oficial, enquanto as casas económicas em Dili mais pareciam um matadouro devido à falta de qualidade dos materiais utilizados;
- o sistema de abastecimento de água em Liquiça era um desastre; as canalizações rebentavam em toda a parte, depois de prontos os acabamentos, nada ganhando a população com este dispendioso projecto. □

FICHA TÉCNICA

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE - Boletim

Director interino - José Manuel P. Almeida
Sede - R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Periodicidade - bimestral
Preço deste nº - 20$00
Assinatura por 6 nºs - 150$00
Tiragem - 1.000 ex.
Composto e montado na R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Impresso na Associação 'O NINHO'
R.Actor Taborda, 30, 3º D 1000 Lisboa

O. N. U.

COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO

No dia 15 de Agosto, 21 personalidades e representantes de Organizações Não Governamentais (ONG) intervieram perante o Comité de Descolonização da ONU, assim como os representantes das repúblicas de Angola, Moçambique, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe, sobre o problema de Timor-Leste.

Portugal e a Indonésia utilizaram o direito de resposta. Enquanto a Indonésia fez uma intervenção muito extensa e violenta, Portugal limitou-se a uma breve declaração.

A ocupação de Timor-Leste "pela força" e a "necessidade de chacinar cerca de um terço da população do território para organisar o seu poder militar, administrativo e económico", afirmou Luisa Teotónio Pereira, representante da Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), mostram que "estamos em presença, de facto, de uma nova colonização" por parte da Indonésia.

"Continuamos a reconhecer hoje a profunda identidade histórica e nacional do povo timor, nascida sob a ocupação portuguesa e fortificada pela imposição de uma nova presença colonial. O povo de Timor-Leste construiu, ao longo dos séculos, uma maneira própria de viver, baseada numa língua comum, uma filosofia de entrenhamento à terra, uma organização social específica. É esta gestação, lenta e bem enraízada nas realidades demonstradas pelo povo maubere, que explica a continuação da luta, dez anos após a invasão estrangeira".

"Enquanto o povo timor persistir na recusa da ocupação indonésia, o povo português não lhe recusará o seu apoio", afirmou ainda Luisa T. Pereira.

Segundo uma fonte diplomática referida pelo semanário 'Expresso' (23/8/86), esta sessão de trabalho sobre Timor foi considerada nos corredores da ONU como "a mais rica e a mais séria que se realizou nos últimos anos" em comissões especializadas da ONU. □

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

Quanto à Assembleia Geral da ONU, o problema de Timor esteve ausente dos debates.

As conversações entre Portugal e a Indonésia continuam sob os auspícios do Secretário Geral e, embora ninguém acredite que produzam resultados significativos, nenhuma das partes quer tomar a responsabilidade de romper o diálogo. Sabe-se que a Indonésia queria aproveitar as eleições gerais indonésias de 1987 para convidar observadores da ONU e declarar que o povo timorense ratificou a integração. As autoridades portuguesas, por seu lado, pretendiam um pouco mais do que isso, pedindo que, na altura das eleições fosse feita em Timor-Leste uma pergunta específica sobre a integração.

Se a organização das eleições pela Indonésia não deixaria aos timorenses nenhuma possibilidade de responderem 'não' à integração, as autoridades indonésias parecem apesar de tudo recear essa eventualidade e terão rejeitado a proposta portuguesa.

Segundo a jornalista Teresa de Sousa ('Expresso')* o S. G. da ONU consideraria a questão de Timor como um dos principais "falhanços" do seu mandato e encaminhar-se-ia para uma posição pragmática de reconhecimento da ocupação, como ponto de partida para eventuais negociações. Mas para 'negociar o quê?'. O reconhecimento da anexação de Timor-Leste na Indonésia, contra o Direito Internacional e contra a vontade do povo de Timor não retiraria, pelo contrário, os melhores meios de pressionar o Governo indonésio no sentido de fazer respeitar o povo timorense e os seus direitos elementares?

A discussão do problema de Timor-Leste na Assembleia Geral da ONU dependeria do relatório do Secretário Geral; o relatório, por seu lado, só seria publicado após a obtenção de resultados significativos nas Conversações: tudo parece bloqueado! □

* 'Expresso' - 13/9/86.

CIMEIRA DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

(HARARE - ZIMBABWE)

Os Governos das antigas colónias portuguesas que fazem parte do Movimento dos Países Não-Alinhados, têm habitualmente apoiado Timor-Leste. Em 1985 este assunto foi discutido durante 6 horas na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros após ter sido incluido na ordem de trabalho pelo Governo de Angola, país anfitrião. Perante a forte resistência da Indonésia, apoiada pela India e a Jugoslávia, e segundo os quais "não se podia pôr em causa um dos membros mais proeminentes, e fundador dos Não-Alinhados", não se chegou a acordo. (cont. pág. 5) →

A CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL E TIMOR-LESTE

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tem sido alvo, ultimamente, de severas críticas por parte de organizações humanitárias internacionais, preocupadas com a situação de Timor-Leste, que o acusam de cumplicidade com a propaganda indonésia.

É sabido que os relatórios do CICV, em Genebra, desempenham um importante papel político na questão de Timor-Leste, sendo eles o melhor argumento utilizado pela Indonésia para provar que já não há problemas em Timor-Leste. Estes relatórios ajudaram, aliás, a retirar Timor-Leste da agenda da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, no seu último encontro em Genebra.

Segundo declarações do representante permanente da Pax Christi em Genebra "a Indonésia dá uma imagem parcial da realidade em Timor-Leste. Organizações como Pax Christi e Amnistia Internacional já apontaram este facto ao CICV, mas quando se realizaram os debates na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra, o CICV ignorou completamente os inúmeros apelos à clarificação das suas actividades".

O consentimento a prestar-se a tais manipulações pela Indonésia contraria a 'regra de ouro' do Comité Internacional da Cruz Vermelha: preservar a neutralidade política nas suas actividades. Os relatórios do CICV nunca falam claramente sobre a situação política num dado país e, de acordo com aquela regra, os governos não devem tornar públicos quaisquer elementos dos relatórios do Comité, a menos que os publiquem integralmente. Se um governo não cumpre esta regra, o Comité tornará pública uma rectificação. Ora, no caso de Timor-Leste, o CICV recusou todos os pedidos a fornecer uma clarificação da situação.

Os artigos do Boletim do CICV apresentam ponto por ponto, as visitas e outras actividades levadas a cabo, mas não mencionam as restrições que lhes foram impostas em Timor Leste. Assim, tem-se a impressão que o CICV opera livremente no território e que os seus relatórios são representativos da situação global: medo de levantar a voz contra um ocupante cruel, ou negociação com a Indonésia da permanência do Comité em Timor-Leste?

Durante muito tempo a relação entre a Indonésia e o CICV, sobre a questão de Timor, foi bastante difícil - entre Dezembro de 1975 e Outubro de 1979 esteve impedido de trabalhar em Timor-Leste. Só nessa altura, depois de numerosas pressões internacionais, obteve o Comité autorização para prestar auxílio às vítimas da fome causada pelos bombardeamentos indonésios. Diante da brutalidade de novas operações militares, e dos entraves postos às suas actividades, o CICV decidiu retirar-se de Timor-Leste em Julho de 1983, mantendo no entanto a sua presença na ilha-prisão de Ataúro. Regressa em 1984 com autorização de visitar algumas prisões (apenas algumas, enquanto um acordo estabelecido entre as 2 partes prevê a visita a todos os presos políticos), visitas aliás preparadas cuidadosamente pela Indonésia aos locais préviamente permitidos.

É inegável o contributo da presença do Comité Internacional da Cruz Vermelha em Timor-Leste, no programa de reunião de famílias, na assistência e melhoria das condições de vida dos timorenses, particularmente em Ataúro. A constatação desses benefícios leva-nos a poder exigir a clarificação por parte do CICV da real situação em Timor-Leste - mais não seja do que em nome da tradicional IMPARCIALIDADE que a Cruz Vermelha Internacional merece pela sua acção em numerosos países.

Responsáveis do CICV pelos programas em Timor-Leste formulavam assim a questão: "Se o Comité critica publicamente a Indonésia, pode ser expulso ... Querem que o CICV saia de Timor?" Parece-nos ser esta uma falsa questão. Se é verdade que a Cruz Vermelha Internacional deve aceitar certas condições para obter da Indonésia a autorização de continuar no território, a Indonésia precisa também co CICV para se justificar junto da opinião mundial e dos outros governos. Existe, portanto, uma margem de manobra que permite ao CICV, se assim o quiser, apresentar uma imagem de Timor-Leste mais conforme à realidade. □

"A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE" tem disponível 1 mini-exposição de fotografias e textos sobre Timor-Leste - 10 gravuras (em cartão brilhante, formato A4) acompanhadas de 13 textos - utilizável em expositores, apoio em reuniões de informação....
Preço de cada exemplar: 800$00
Pedidos a: "A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE"
Rua de Campolide, 215 - 4º Dtº
1000 LISBOA



CONGRESSOS MIEC/JECI

Decorreu em Lovaina (Bélgica), no mês de Agosto, o X Congresso da Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI), e a XXXI Assembleia Interfederal do Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC).

Nos trabalhos do MIEC foi aprovada uma resolução a favor de Timor-Leste, apresentada pelos delegados portugueses, que obteve o apoio das delegações asiáticas (habitualmente favoráveis à Indonésia), tendo os jovens indonésios presentes abandonado a sala, em protesto ruidoso, após tentarem em vão boicotar a resolução.

A moção aprovada é acompanhada de uma carta, assinada por mais de 125 representantes dos diversos países nos encontros do MIEC/JECI, e dirigida ao:

- Secretário Geral das Nações Unidas
- Presidente de Portugal
- Presidente da Indonésia
- Comissão dos Direitos Humanos da ONU
- Parlamento Europeu
- Conselho da Europa
- Parlamento belga
- Parlamento português

" (...) A nossa preocupação agudiza-se ainda mais com os relatórios de fontes bem informadas da Igreja católica e organizações internacionais, tais como Amnistia Internacional, referindo que a presença indonésia em Timor-Leste tem sido acompanhada por uma gritante violação dos direitos humanos e uma política de 'genocídio cultural' tendo por objectivo a eliminação de todos os traços de um povo cultural e históricamente diferente", denunciam os delegados do MIEC e JECI na carta enviada.□

SEMANA INTERNACIONAL DA PAZ

De 21 a 27 de Julho teve lugar na paróquia de Carcavelos a Semana Internacional da Paz, organizada pela secção portuguesa da Pax Christi. 80 jovens e adultos reflectiram sobre a problemática da paz e como construí-la nas áreas que a todos afectam: 'O desenvolvimento e a paz'; 'A paz e a cultura'; 'A ordem internacional e a paz; 'A Igreja e a paz', foram alguns dos temas abordados.

A questão de Timor-Leste, situação actual e formas possíveis de acção, foi também objecto de trabalhos de grupo e debate. Os participantes na Semana da Paz decidiram enviar uma carta a Mons. Belo, Administrador Apostólico de Dili, manifestando o seu "regozijo e admiração pelo modo como a Igreja de Timor-Leste tem assumido, ao lado do povo, a mesma resistência corajosa, sendo sinal de esperança e libertação".

"Sentimo-nos comprometidos como cristãos e como portugueses, e queremos exprimir-vos a nossa solidariedade e a nossa vontade de denunciar à nossa volta os ataques aos direitos humanos e a tentativa de aniquilamento do vosso país pela guerra e pela fome".□

ALDEIA INTEIRA MASSACRADA PELOS INDONÉSIOS

Num comunicado distribuído em 10/9/86, a comissão política da UDT denunciou o massacre, por forças militares indonésias, de todos os habitantes da povoação de FÓ-MANO, no suco de Xana, em Uatolári, zona leste de Timor, no passado dia 3 de Agosto.

Tal massacre, esclarece a nota, foi aparentemente decidido pelas autoridades militares indonésias como represália a uma emboscada montada, dias antes, pela Resistência e na qual perderam a vida todos os militares indonésios de uma força equivalente a uma Companhia, incluindo um major, nas margens da ribeira de Bé-Bui.

"As autoridades indonésias", afirma o comunicado, "têm feito afirmações com que pretendem minimizar as atrocidades cometidas contra os timorenses. De onde se conclui que a não ser encontrada uma solução que respeite o direito à autodeterminação do povo timorense, de duas uma: ou o conflito se eterniza ou as autoridades indonésias poderão simplesmente decidir a eliminação física do povo timorense". Acrescenta ainda o comité político da UDT que esta segunda solução "parece não estar afastada do horizonte de alguns militares".□

em
timor-leste
a paz é possível

N.º 21 — JULHO 1987

PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Quando passou por Lisboa em Abril passado, Perez de Cuellar afirmou que a ONU continuava a reconhecer o papel de Portugal como "Potência administrante" de Timor-Leste. Como tal, Portugal deveria apresentar uma proposta de solução que sirva de contraproposta à posição da Indonésia, teria afirmado o Secretário Geral da ONU aos membros da Comissão parlamentar para o acompanhamento da questão de Timor (*Expresso*, 1/5/87).

Esta ideia parece ter estado presente, no ano passado, na origem da viagem do deputado Anacoreta Correia à Indonésia e a Timor-Leste. A Assembleia da República recusou ao deputado a representatividade oficial que ambicionava e advertiu-o contra os riscos de recuperação da sua presença pela Indonésia. Além do seu relatório sobre a viagem, A. Correia elaborou um plano para a solução do problema de Timor, mas ele não foi tornado público.

Mais recentemente, pessoas ou grupos tão diversos como D. Duarte Pio, herdeiro da coroa, e a associação regional do Porto APRIL, ligada à campanha presidencial da Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, avançaram elementos de proposta que julgam dever integrar um plano de conjunto para a solução deste problema.

D. Duarte defendeu *"uma hipótese de solução progressiva que começando pelo reconhecimento pela Indonésia de um estatuto de autonomia para o território, possa concluir-se, em razão da expressa manifestação de vontade do seu povo, pelo reconhecimento da independência ou de alguma forma de associação com Portugal. Portugal poderia, em contrapartida, reconhecer à Indonésia o direito de garantir a segurança da região e, em consequência, libertá-la da condenação internacional de que é alvo"* por causa de Timor.

APRIL realizou um debate durante o qual foi obtido um consenso sobre a obrigação de Portugal, ao assumir em pleno a sua posição de potência administrante, apresentar à Indonésia uma contraproposta de paz.
Isso exigiria a curto prazo:

— estabelecer um plano de paz,
— reconhecer e apoiar o papel que a guerrilha desempenha na preservação da identidade do povo timorense,
— sensibilizar os responsáveis internacionais (em particular da CEE). Esta sensibilização passa pela realização da Conferência Internacional de Parlamentares, projecto da Assembleia da República que foi adiado a pedido do Governo.

A sensibilização da opinião pública e dos responsáveis ao nível internacional é tanto mais necessária quanto as suas reacções parecem contraditórias:

— Por um lado, no campo dos Direitos Humanos, todos ou quase reconhecem que a ocupação indonésia de Timor-Leste provocou uma violação generalizada destes direitos a um nível muito elevado: a morte de cerca de um terço da população total não será um facto único na história recente da humanidade?

— Por outro lado, ao nível político, muitos pensam que Timor-Leste não tem outra solução senão integrar-se na Indonésia. Mesmo entre os que defendem "os direitos humanos" dos timores, alguns parecem ignorar ou recusar ver que essa enorme violação é indissociável da von-

(cont. pág. 7)

SUMÁRIO:

Interior 2
Ainda as eleições
Situação militar
Controlo dos nascimentos

Igreja 4
Mons. Belo
Igreja muda posição em Timor
Estudantes indonésios escrevem ao Papa

Direitos do Homem 5
Ataúro e os deportados timores
Os desaparecidos

AINDA AS ELEIÇÕES

Com o atraso a que estamos habituados por causa do bloqueio ao qual Timor-Leste está submetido, as informações sobre a preparação das eleições de Abril chegam agora:

"Assiste-se todos os dias a ameaças e intimidações por parte das autoridades ocupacionistas à população civil, principalmente no interior da ilha, para que durante as eleições evitem o máximo possível as desordens e boicotes.

"Eles dizem que se avise os guerrilheiros 'para que durante as eleições não perturbem o povo, caso contrário nos lugares afectados pelos assaltos ou desordens, a população civil pagaria as favas'."

"Há ordens dos militares e do governo local com promessas de dinheiro a todos os bupati, camat *e* kepala desa *que trabalhem e contribuam para o bom andamento e sucesso das eleições. Caso surja alguma desordem eles serão os responsáveis, com ameaças de prisões ou penas de morte".*

"Aqueles que não querem tomar parte ou dar votos por outros motivos são considerados comunistas, revoltosos e anti-Pancasila. Estes têm apenas três alternativas a escolher: Ataúro, Comarca ou a morte".

"Nos princípios deste mês até à presente data (este documento é datado de 12 de Abril) *em todos os sucos* 'desa', *fazem ensaios para habituar a população a votar durante as eleições. Todos são obrigados a participar nestes ensaios".*

"Mobilizam pessoas do governo com ordens de instruir o povo para que todos escolham somente o 'Golkar', se querem salvar a vida e viver em paz".

"Há só um partido escolhido pelo povo, 'Golkar', doutra forma a situação tornar-se-á pior".

Ao mesmo tempo os efectivos militares foram reforçados: *"para manter a ordem durante as eleições, evitar os ataques dos guerrilheiros e as revoltas da população civil".*

"Antes das eleições está proibida a conversa em grupos de mais de três pessoas nas ruas, estradas, e em casas particulares". □



SITUAÇÃO MILITAR

Numa entrevista dada a um jornalista sueco, Terje Svabö, do *Svenska Dagbladet* (27/3/87), o Coronel Yosfiah, comandante militar de Timor-Leste, afirma que a resistência timorense (FRETILIN) tem no máximo 150 homens armados e que não tem conhecimento de combates nos últimos meses. Dos 3000 militares de que dispõe, só 11 teriam sido mortos no último ano.

Estas informações são desmentidas por uma outra fonte oficial indonésia. Um documento do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) de Jacarta estima em 1500 o número dos combatentes da FRETILIN e em 15000 o dos militares indonésios presentes em Timor-Leste.

Quanto às baixas indonésias, longe dos 11 mortos num ano declarados pelo Coronel Yosfiah, o jornalista sueco indica ter recolhido uma informação de fonte oficial de 32 soldados mortos em Dezembro. Este número parece referir-se a um ataque, já conhecido por outro lado, na estrada Lospalos-Iliomar onde 30 soldados teriam sido mortos e 3 presos. Comunicados da FRETILIN em Lisboa (22/6/87) indicam que em represálias por este ataque, os militares indonésios teriam preso 26 habitantes de Iliomar. Dez foram logo executados e os outros teriam conseguido fugir.

Se o exército indonésio sofreu um revés deve-se todavia sublinhar que a estrada Lospalos-Iliomar esteve muito tempo cortada, por atravessar uma zona que a guerrilha considerava zona libertada. A reconstrução dessa estrada mostra a vontade e a capacidade dos militares indonésios.

Segundo os comunicados da FRETILIN distribuídos em Lisboa no dia 22 de Junho e que dão informações militares sobre dois períodos, um de Novembro/86 até 10 de Janeiro/87 e outro de Abril até 17 de Maio, os combates continuam em todo o território, à excepção duma larga zona à volta de Dili. Em 20 combates que provocaram baixas, um único é assinalado como tendo provocado baixas nos dois lados, três combates teriam provocado baixas unicamente do lado da resistência, e os outros (16) unicamente do lado indonésio, sendo o mais grave o da estrada Lospalos-Iliomar. Estes factos levam a pensar que os combates são essencialmente ataques rápidos onde o efeito de surpresa é preponderante e determina o resultado do combate, de um lado como do outro. □

*Timorenses aguardando a sua vez de votar, nas eleições de 23 de Abril. Não é difícil adivinhar a razão porque não se encontra um único rosto feliz. ('*Kompas'*, 27/4/87)*

Ficha técnica:

Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00

CONTROLO DOS NASCIMENTOS

Segundo o jornal indonésio *Merdeka* (19/5/87), o Dr. Haryono Suyono, director do Instituto Indonésio de Planeamento Familiar teria dito a dois padres trabalhando em Timor-Leste (um timorense e um indonésio) que as mulheres timorenses resistiam às pressões das autoridades para o controlo de nascimentos (uso da espiral ou da pílula). Por causa desta resistência, afirmou o Dr. Haryono, o seu governo iria fazer uma "abordagem especial" deste problema em Timor-Leste. Ele pedia à Igreja Católica que informasse as mulheres sobre os métodos naturais de controlo dos nascimentos e convencesse os jovens a casarem-se mais tarde.

Alguns dias mais tarde o mesmo jornal (*Merdeka*, 2/6/87) publicava uma informação sobre as dificuldades de aplicação do programa de Planeamento Familiar em Timor. Os resultados obtidos eram ligeiramente inferiores a 50% dos objectivos fixados para o total de participantes e só 35% para os novos participantes. São com certeza estes fracos resultados que levaram o director do Instituto a procurar o apoio da Igreja Católica. As suas promessas sobre a abordagem especial da questão não parecem muito sérias, visto que o Dr. Gorde, chefe do Serviço de Planeamento Familiar para Timor-Leste, anunciou para a campanha 1987/1988 um objectivo de 7000 novos participantes contra os 4200 obtidos durante o ano precedente e que, em matéria de estatística, só são consideradas as mulheres que aceitam a espiral ou a pílula.

Uma carta vinda de Timor sublinha o contraste existente entre a atenção que as autoridades indonésias dão ao controlo de nascimentos e os deficientes serviços de saúde. *"Hoje os muitos médicos, enfermeiros e serventes que trabalham em Timor-Leste não têm, na sua maioria, capacidade para prestar assistência ao povo. Paludismo, diarreia, cólera e outras doenças matam anualmente centenas de crianças e adultos".* As consultas médicas e os medicamentos estão fora do poder de compra dos timorenses. *"Uma ampola injectável de 2 cc de vitamina C custa 500 rupias nos postos de saúde e nas farmácias, e uma simples consulta em Colmera-Dili, sem receber medicamentos, custa no mínimo 5000 rupias"* mas *"os instrumentos para o controlo de nascimentos são distribuídos gratuitamente".*

"Muitas vezes, no interior, ameaçam as famílias que não aceitam o Planeamento Familiar, dizendo que estão contra as ordens do Presidente, enquanto os que aceitam recebem prémios".

"As autoridades sanitárias indonésias convencem as mulheres grávidas a ir à maternidade, dando-lhes depois injecções abortivas. Por vezes seguem-se complicações que acabam em intervenções cirúrgicas com extracção dos ovários, a pretexto que a doença seria fatal."

É de recordar que recentemente tanto o Sub-Comité para os Assuntos Exteriores do Congresso Norte-americano como a Conferência Episcopal católica deste país se manifestaram contra o controlo forçado dos nascimentos em Timor-Leste (ver o nosso último boletim). □



Igreja

MONS. BELO

O Administrador Apostólico de Dili, figura enigmática pelas suas tomadas de posição contraditórias, continua sujeito à desconfiança dos militares indonésios e à vigilância dos seus agentes secretos. Durante a campanha eleitoral de Abril último, o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Mochtar Kusumaatmadja, fez-se acompanhar de alguns poucos jornalistas estrangeiros na sua visita-campanha em Timor.

O jornalista sueco Terje Svabö, um dos jornalistas que teve este privilégio, diz ter *"pedido uma entrevista ao bispo católico na capital de Dili mas este pedido foi recusado. Não nos foi também permitido falar com nenhum dos outros padres católicos. (...) A Igreja Católica tem falado abertamente sobre as condições nesta província, talvez tão abertamente que as autoridades não querem mais comunicações entre os padres e os estrangeiros."* (*Svenska Dagbladet*, 27/3/87).

Notícias vindas de Timor afirmam que é o próprio Mons. Belo que teria recusado receber os jornalistas porque a experiência ensina que os jornalistas que acompanham as autoridades indonésias neste tipo de visitas são escolhidos entre os que oferecem garantias a essas autoridades.

O mistério das estátuas destruídas, ao qual já fizemos referência nos boletins precedentes, continua por desvendar. Já assinalámos duas estátuas da Virgem destruídas em Comoro e no seminário de Dili. Duas outras estátuas sofreram estragos em Subão e Ainaro.

As autoridades indonésias tentaram responsabilizar a FRETILIN por estes actos mas os timorenses atribuem-nos aos ocupantes. Mons. Belo acusou publicamente os estrangeiros de não respeitarem as tradições dos timorenses.

Tendo circulado a notícia de que pessoas teriam recebido dinheiro para destruir outras estátuas em Dare, Becora e Lecidere, os cristãos organizaram-se para assegurar durante a noite a vigilância nos locais onde se encontram essas estátuas. □

"IGREJA MUDA DE POSIÇÃO EM TIMOR"

Um outro exemplo deste deslizar é dado num artigo publicado com o título acima referido no *Diário de Notícias* (6/6/87) por António Cadavez. No essencial A. Cadavez analisa o problema dos jesuítas de Timor.

O Pe. Felgueiras, superior do seminário de Dili, foi demitido das suas funções e afastado de Timor. Este afastamento, que já tínhamos anunciado, é tornado oficial no boletim *"Jesuítas"* do mês de Maio. Este boletim anuncia também a nomeação dum jesuíta indonésio como assistente do Superior Geral para a região da Ásia-Oriental.

O cerco aperta-se sobre Timor-Leste, mas o acto principal dessa evolução aconteceu em Agosto passado sem chamar a atenção. Os jesuítas portugueses trabalhando em Timor foram então integrados *"na poderosa Província indonésia da Companhia de Jesus, que efectuou pressões sobre a Cúria Generalícia para que os sacerdotes portugueses ficassem sob a sua jurisdição"* (*D.N.*, 6/6/87).

Desde a invasão em 1975, o superior provincial português não obteve autorizações dos indonésios para visitar os seus religiosos. A sua passagem sob jurisdição da Província indonésia seria, conforme declarações de dois assistentes do Superior Geral dos jesuítas ao jornalista, uma *"questão de funcionalidade"*. Não é possível todavia não a considerar também como um prémio oferecido ao governo indonésio. Se o Vaticano seguisse esse mesmo raciocínio e exemplo ele deveria integrar a diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia, apesar da oposição da Igreja de Timor-Leste.

A integração dos jesuítas portugueses na Província indonésia fez-se sem consultar os interessados e a decisão, *"tomada em Roma"*, *"foi dada a conhecer ao Provincial dos jesuítas portugueses, Pe. Vaz Pato, como facto consumado após a visita a Timor do Assistente Geral da Companhia, Pe. Pittau"*, afirma o jornal.

A nova dependência dos jesuítas de Timor-Leste viria a facilitar novas decisões para os afastar e os substituir por indonésios. Foi o que aconteceu menos de um ano depois. Aproveitando uma estadia do Pe. Felgueiras em Portugal (a primeira visita à sua família desde 1975), o Pe. Darminta, provincial da Indonésia, comunicou ao provincial português que o Pe. Felgueiras já não era necessário no seminário de Dili.

Se é evidente, como afirma o *Diário de Notícias*, que Mons. Belo não pode ser estranho a essa decisão, é claro também, para quem conhece os problemas da Igreja de Timor, que não teria tomado essa decisão sem fortes pressões exteriores à diocese e ao clero de Timor-Leste.

"Os jesuítas portugueses receberam com demasiada resignação esta ordem da Cúria Generalícia", afirma o *Diário de Notícias*, que refere também *"a tristeza e humilhação dos jesuítas portugueses com esta decisão do Superior Geral"*.

A posição dos padres timorenses ao lado do seu povo e contra os invasores indonésios é bem conhecida e os indonésios atribuem-na à formação que receberam no seminário. Por razões de funcionalidade, a Igreja de Timor-Leste é obrigada a enviar os seus seminaristas maiores e os aspirantes à vida religiosa para seminários e casas de formação na Indonésia. Ainda ficava o seminário menor de Dili; como não pode ser transportado para a Indonésia são os indonésios que entrarão nele! □



ESTUDANTES INDONÉSIOS ESCREVEM AO PAPA

Segundo a revista católica indonésia *Hidup* (n.º 4 - 1987) o Presidente do PMKRI (movimento dos estudantes católicos indonésios), Paulus Januar, entregou, em nome do PMKRI, uma carta ao Papa João Paulo II, através do embaixador do Vaticano, Mons. Francisco Canalini, que recebeu 7 membros do PMKRI na sua residência.

"O conteúdo da carta, idêntico à conversa tida com o embaixador do Vaticano, refere-se ao surgimento e aos esforços do PMKRI, até hoje. O embaixador ficou muito satisfeito com a sua presença e apreciou a luta e a existência desta organização", afirma *Hidup*, que acrescenta: *"O problema da integração do povo e da Igreja de Timor-Leste são os pontos principais contidos na carta"*.

Hidup passa então a citar a carta dos estudantes:

"Santo Padre, como membros da Igreja Católica da Indonésia queremos falar sobre o caso de Timor-Leste. Até agora a Igreja Católica de Timor-Leste ainda não se integrou na Igreja Católica da Indonésia. O PMKRI continua consciente da verdadeira situação em Timor-Leste, assim como da luta do povo de Timor-Leste como parte da nação indonésia. O povo de Timor-Leste, que se sente parte da nação indonésia, proclamou a sua integração na República da Indonésia. Essa aspiração não apareceu de repente, ela encontra-se latente desde há muito. Não se baseia apenas na questão política, mas relaciona-se também com factores psicológicos e sociológicos".

A carta prossegue, segundo *Hidup*, afirmando que foi a ambição de uma minoria que levou ao sofrimento do povo de Timor-Leste, e afirma:

"A crise que continua a verificar-se em Timor-Leste é consequência das posições tomadas pelo governo português para manter o colonialismo em Timor-Leste sob uma nova forma. Os portugueses utilizaram uma força política local, a FRETILIN, para apoiar o seu plano colonialista sob uma nova forma, com o pretexto da descolonização. Para conseguir tal objectivo, a FRETILIN aterrorizou o adversário político que representa a aspiração do povo maioritário e a parte inseparável da nação indonésia."

"Por isso, pedimos ao Santo Padre que tome as medidas necessárias para a nossa união com os nossos irmãos católicos de Timor-Leste, conforme as suas aspirações, e para a integração na República da Indonésia".

De facto é essa integração política na Indonésia o verdadeiro objectivo do PMKRI, cujo presidente tentou impedir um debate sobre Timor no Congresso Mundial dos Estudantes Católicos realizado no ano passado em Bruxelas. Não tendo conseguido impedir o debate nem o voto de resoluções favoráveis a Timor, Paulus Januar e a sua delegação abandonaram a sala onde decorria o debate. □

Direitos Humanos

ATAÚRO E OS DEPORTADOS TIMORES

DEPOIS de 7 anos de existência o campo de deportados de Ataúro foi oficialmente fechado. A diplomacia indonésia não deixará de utilizar em sua vantagem o encerramento deste campo, que era o mais conhecido, dado que numerosas delegações estrangeiras tinham podido visitá-lo, desde que a Cruz Vermelha Internacional ali estabelecera um posto permanente. Para além do encerramento do campo é necessário interrogarmo-nos sobre o que aconteceu aos deportados que de lá saíram.

Começo e crescimento do campo

A pequena ilha de Ataúro, ao largo de Dili, a capital de Timor-Leste, foi transformada em campo de deportação política em 1980. As condições de vida dos deportados tornaram-se particularmente dramáticas no final de 1981 e princípio de 1982, altura em que os deportados atingiram o número mais elevado, e antes da Cruz Vermelha Internacional ser autorizada a entrar. A pequena população local de Ataúro, constituída por pescadores pobres, sofreu também com este súbito afluxo de deportados.

O primeiro grupo chegou em 1 de Julho de 1980, tratava-se de pessoas suspeitas de terem participado no ataque de 10 de Junho em Dili (ataque ao paiol de Becora, ao emissor-rádio de Marigia e aos postos militares de Faturraba e Dare). Estes suspeitos tinham sido presos, torturados, libertados depois dos interrogatórios, e novamente presos para serem levados para Ataúro. Estavam acompanhados pelas famílias de alguns guerrilheiros que tinham participado neste ataque.

Foi principalmente durante as grandes operações militares de 1981 que o seu número aumentou. A maior parte dos deportados tinham um membro da sua família na resistência ou eram suspeitos de serem simpatizantes dessa resistência. Presos em grupo ou isoladamente, reagrupados nas instalações portuárias de Laga, aí esperavam um barco que os transportaria para Ataúro.

Alguns, como um grupo que chegou em 5 de Agosto de 1981, vinham da prisão Comarca de Dili e já tinham passado meses ou mesmo anos na prisão.

Testemunhas pensam que o número máximo de deportados em Ataúro atingiu os 6000 no final de 1981, época em que a fome e as doenças provocaram numerosas mortes entre eles, principalmente de crianças.

Devido ao bloqueio é difícil obter informações detalhadas sobre os movimentos de deportação para Ataúro ou sobre a posterior transferência de Ataúro para novos lugares de detenção ou deportação na ilha de Timor.

A Cruz Vermelha Internacional em Ataúro

Em Fevereiro de 1982, após repetidas diligências, o CICR obteve autorização de visitar a ilha de Ataúro. Apesar dos esforços de última hora para melhorar as condições sanitárias e de alojamento destas "pessoas temporariamente deslocadas", o CICR considerou necessário instalar na ilha um posto permanente que, até ao encerramento do campo, trouxe uma ajuda substancial, principalmente nos domínios alimentar e sanitário. Pela sua simples presença, o CICR constituía também uma certa protecção contra os abusos dos militares indonésios.

As condições de vida em Ataúro melhoraram progressivamente e chegaram mesmo a ser melhores do que as de muitos timorenses na ilha principal de Timor. O Governo da Indonésia fez então de Ataúro um ponto de visita obrigatório para as missões diplomáticas e para os jornalistas estrangeiros que pediam para visitar Timor-Leste. Muitos concluíram, um pouco rapidamente, que se as condições tinham melhorado em Ataúro, seriam melhores em todo o Timor-Leste.

Em 1983, quando o CICR se viu obrigado a abandonar Timor, devido às grandes operações militares da Indonésia e aos limites impostos à sua acção, o seu posto manteve-se na pequena ilha. A diplomacia indonésia aproveitar-se-ia desse facto para desmentir na ONU a retirada da Cruz Vermelha Internacional de Timor-Leste.

"Libertados" ou "transferidos"

Foram exercidas pressões internacionais sobre a Indonésia para que pusesse fim à sua prática de deportações políticas, simbolizada na existência do campo de Ataúro. Para desarmar as críticas de que o seu país era alvo perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU, os diplomatas indonésios afirmaram que o campo seria fechado e os seus ocupantes autorizados a regressar à sua região de origem ou a fixar-se em local da sua escolha.

A realidade é bem diferente.

650 deportados originários das zonas de Lospalos e de Baucau (zona Leste), retirados de Ataúro no final de 1982 e princípio de 1983, foram transferidos para a zona ocidental de Timor-Leste perto da fronteira indonésia. Foi criado um campo especialmente para eles em Purgoa, perto de Cailaco. Quando a existência deste campo começou a ser conhecida e denunciada no estrangeiro, as autoridades da Indonésia negaram que se tratasse de um campo de concentração, chamando-o campo de "transmigração". Mas a verdade é que os seus habitantes não podiam sair nem mesmo receber visitas das suas famílias. Foi só em Dezembro de 1985 que o CICR teve autorização para visitar Purgoa e no fim de 1986 foi autorizado a organizar o transporte dos seus habitantes para as suas regiões de origem. Entre a saída de Ataúro e o regresso às suas famílias decorreram 3 anos.

Certos deportados, longe de reencontrarem a liberdade ao saírem de Ataúro, foram enviados para as prisões de Dili ou de Jacarta: é o caso nomeadamente de 11 pessoas retiradas de Ataúro em 8 de Julho de 1984 e de outras 32 retiradas em 28 de Junho de 1985.



Transferência de ex-deportados para as suas regiões de origem, organizada pela Cruz Vermelha Internacional

A saída de Ataúro esteve, por vezes, na origem de novos sofrimentos; por exemplo, em 26 de Junho de 1985, quando 86 pessoas de Manatuto saíram, deixando em Ataúro 64 membros das suas famílias: ou a mãe e as crianças saíram deixando o pai em Ataúro, ou o contrário. Foram assim separadas numerosas famílias.

Em Outubro de 1984 mais de 600 deportados, originários da região de Ainaro, foram levados para um local isolado na Costa Sul, perto de Zumalai. Não havia nada neste lugar inóspito e eles não tinham sido autorizados a levar os raros bens que tinham podido obter através do seu trabalho durante o exílio em Ataúro. Assim constituído, o campo de Bunuk foi um campo de fome e de doenças, particularmente de paludismo. O número elevado de mortos causados por estas circunstâncias levou o conjunto dos deportados de Ataúro a escrever a Mons. Belo (14/12/84) dizendo que se a sua libertação fosse semelhante à dos seus co-deportados enviados para Zumalai eles prefeririam permanecer em Ataúro. O embaixador indonésio Ali Alatas abusou desta ocorrência, sem esclarecer as razões, para declarar perante a Comissão dos Direitos Humanos que muitas pessoas deslocadas para Ataúro não queriam sair de lá (Genève, 16/1/85).

Neste momento o campo está oficialmente fechado mas 450 deportados teriam optado por aí continuar. (Fevereiro de 1987). Certos casos explicam-se pelos casamentos havidos entre deportados e membros da população originária da ilha, mas os outros casos?

Os deportados do interior

O CICR, que acompanhou os deportados de Ataúro durante estes últimos cinco anos, tem registado os seus nomes e locais de residência das suas famílias. Quando autorizado a visitar certas povoações da ilha de Timor, o CICR procura os "Ex-Ataúros" que aí se deveriam encontrar mas em 2/3 dos casos não os descobre.

O CICR reencontrou em Dare 500 dos Ex-Ataúros da região de Ainaro e 100 na cidade de Ainaro, todos em condições alimentares e sanitárias deficientes (relatório do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Junho de 1985).

Os Ex-Ataúros são só uma parte dos deportados, outros foram deslocados de uma região para outra no interior da própria ilha. Vivem em campos especiais ou reagrupados nas povoações de onde não podem sair. As autoridades da Indonésia escondem a existência destes deportados. A própria Cruz Vermelha só tem conhecimento deles pelo acaso de uma visita ou na sequência de uma denúncia. Em 1986, por exemplo, o CICR foi informado da presença de pessoas deslocadas em campos vizinhos de Aileu, apenas a 50 km de Dili. Para verificar a veracidade da informação, o CICR decidiu uma visita-surpresa. Sem *"surat jalan"* (salvo-conduto) o jipe do CICR pôs-se a caminho num domingo de manhã. O emblema da Cruz Vermelha, a proximidade da capital e uma boa dose de sorte fizeram com que nenhum dos controles militares existentes no percurso exigisse o *surat jalan*. O CICR pôde constatar a veracidade da informação mas o descontentamento das autoridades indonésias provocou uma crise que quase conduziu a uma nova retirada da Cruz Vermelha Internacional, como acontecera em 1983. Três semanas mais tarde, para evitar o pior, a Indonésia autorizava o CICR a fazer a lista dos 149 deportados dos campos de Aiserimou e Manu Tani. A maioria encontrava-se lá desde 1979 e 1982.

Por serem suspeitas de terem estado na origem da revelação deste caso ao CICR, foram presas 7 pessoas: três dos deportados, um enfermeiro, um catequista, um funcionário público e um antigo prisioneiro que tinha tido contacto com a Cruz Vermelha. Torturados no local em Setembro de 1986, foram em seguida encarcerados nas instalações militares da polícia política, Intel, perto do Comando do Distrito Militar (KODIM) de Dili. Em Fevereiro de 1987 encontravam-se ainda detidos nestas instalações da Intel em Dili. Ignora-se se aí continuam.

A acção da Cruz Vermelha Internacional permitiu que a maior parte dos 149 deportados fossem reconduzidos para as suas regiões de origem.

Subsistem outros campos e locais de deportação; alguns são conhecidos mas existem poucas informações sobre eles: Halikou, Laklubar, Bobonaro... O campo de Saelari no distrito de Baucau é dos mais conhecidos mas os militares indonésios proíbem à Cruz Vermelha o acesso do campo sob o pretexto de que não se trata de um campo de prisioneiros nem de deportação mas de um campo de "re-educação".

Enquanto a Indonésia recusar o acesso a Timor às organizações humanitárias e de defesa dos Direitos Humanos, assim como a livre circulação dos jornalistas e observadores estrangeiros, haverá razões para pensar que tem muitas coisas a esconder. O encerramento de campos de deportação quando se tornam demasiado conhecidos só representa um progresso para os Direitos Humanos se os deportados que lá se encontravam forem postos verdadeiramente em liberdade e se as suas condições de vida e de segurança não forem agravadas. As informações obtidas até agora não permitem pensar que é o caso de Timor-Leste, bem pelo contrário! □

PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

(cont. pág. 1)

tade indonésia de **integrar** e da **recusa** timorense dessa integração.

Frente ao plano indonésio de integração, em curso de realização pela violência, existe o direito à autodeterminação exigido pelos timores, apoiado por Portugal e reconhecido pela ONU. Este direito precisa de se apoiar num plano suficientemente elaborado para que o conjunto das Nações possa ver nele um caminho concreto e plausível para a realização da autodeterminação.

A FRETILIN já elaborou um "Plano de Paz" que tornou público após o malogro das negociações com a Indonésia em 1983, mas faltou-lhe apoio internacional.

No estado actual das coisas um plano de paz, para ser credível ao plano internacional, deverá necessariamente envolver portugueses e timorenses; os portugueses por causa do papel de "Potência administrante" que a ONU lhes reconhece; os timorenses porque é o seu futuro que está em jogo e porque, no terreno, não poderá haver paz sem o seu acordo.

Timorenses e portugueses têm nas suas mãos a responsabilidade da elaboração deste plano. Para o conseguir terão de ultrapassar as suas susceptibilidades recíprocas de colonizadores e colonizados. □

OS 500 ANOS DAS DESCOBERTAS

Os bispos portugueses reunidos em Fátima decidiram associar-se às comemorações dos 500 anos das Descobertas, promovidas pelo Governo.

A Conferência Episcopal declara querer comemorar este 5.º centenário em união com as Igrejas do Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Princípe, Macau e Timor-Leste.

De acordo com as "Igrejas irmãs", as celebrações deverão contribuir *"não só para consolidar a paz e a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana"* mas também *"para um novo impulso da missão, do diálogo respeitoso com outras culturas e religiões"*.

Sendo os direitos humanos particularmente violados em Timor-Leste e estando a cultura timorense sob ameaça de desaparecer, esperamos que uma atenção especial lhes será concedida, tanto mais que será difícil à Igreja de Timor-Leste associar-se a essas celebrações. □



INFÂNCIA

as crianças brincam na praia dos seus pensamentos
e banham-se no mar dos seus longos sonhos

a praia e o mar das crianças não têm fronteiras

e por isso todas as praias são iluminadas
e todos os mares têm manchas verdes

mas muitas vezes as crianças crescem
sem voltar à praia e sem voltar ao mar

em
timor-leste
a paz é possível

Nº 22 — OUTUBRO 1987

PORTUGAL — HESITAÇÕES E AMBIGUIDADES

O caso de Timor-Leste tem estado novamente presente na primeira página dos jornais. O programa apresentado ao Parlamento pelo 2.º governo de Cavaco Silva chamou a atenção pela sua notória ambiguidade e omissão. O Governo apresentava o seu propósito de defender *"o respeito pela identidade cultural e religiosa do povo timorense e a preservação da matriz cultural portuguesa do Território"*, uma fórmula que significa um recuo comparada com o *"direito à autodeterminação e independência"*, afirmado na Constituição. Longe de acalmar as preocupações surgidas, Cavaco Silva reforçou-as ainda com a sua resposta a uma interpelação da bancada socialista: *"Esta matéria tem uma história que não começou com o décimo Governo Constitucional (...). O sr. deputado sabe muito bem que foi o Governo que se recusou a aceitar que as eleições realizadas pela Indonésia pudessem ser tomadas como um referendo. Mas, eu pergunto: o que se conseguiu até este momento?"*

Reafirmando as responsabilidades do Presidente da República e do Governo, Cavaco Silva lançava um apelo à Assembleia da República que *"na sequência de trabalhos realizados no passado, se deve associar à procura de uma solução que, pelo menos agora, ressalve a dignidade nacional"*. O Primeiro Ministro acrescentava ainda: *"O Governo nada fará nesta matéria que seja contra o entendimento de outros órgãos de soberania. O que poderá — isso sim — é vir a esclarecer, de forma clara e inequívoca, todo este processo para que no futuro não seja acusado de não ter ressalvado a dignidade nacional"*.

Alguns dias depois a ONU publicava o relatório do seu Secretário-Geral (v. pág. 5). À imagem do que aconteceu em anos anteriores, Perez de Cuellar fazia da situação em Timor-Leste uma descrição tranquilizante, referindo-se às ajudas levadas a Timor mas omitindo as carências e violações dos Direitos Humanos. A grande novidade deste relatório consistiu no anúncio de uma possível visita a Timor-Leste por uma missão parlamentar portuguesa. Novo passo em falso para o Governo, visto que a Assembleia da República desconhecia a proposta. O Governo mostrava-se entretanto surpreendido pela notícia e anunciava ir estudar atentamente o relatório do Secretário-Geral. Este afirmava claramente: *"As duas partes consideram a possibilidade de uma delegação parlamentar portuguesa visitar Timor-Leste, em vista a obter informações em primeira-mão sobre a situação"*. O Governo não podia ignorar a decisão do seu representante em Nova Iorque, participante nas conversações com a Indonésia.

Era impossível não fazer a ligação entre esta anunciada visita a Timor e a omissão da referência à autodeterminação no programa do Governo. Aliás, a imprensa indonésia já exultava e o jornal das Forças Armadas, 'Angkatan Bersenjata', reclamava o reatamento das relações diplomáticas rompidas por Portugal após a invasão em 1975.

O jornal indonésio 'Jakarta Post', de 16 de Setembro, esclarecia ainda mais o processo afirmando que, segundo declarações do embaixador e negociador Ali Alatas, fora o seu homólogo português em Nova Iorque que fizera a proposta da visita parlamentar, mas sublinhava que a sua realização *"depende da*

(continua na pág. 2)

SUMÁRIO:

Portugal
Jornalista visita Timor 2

Interior
Klalerek-Mutin, Laclubar — testemunhos 3

ONU
Comité de Descolonização 6
Sub-Comissão dos Direitos Humanos 9

Internacional
Senadores e Igrejas Protestantes manifestam-se nos E.U.A. 11

(continuação da pág. 1)

natureza da visita, (...) nunca acolheremos visitas de investigação".

Posto perante a precipitação indonésia e as reacções desfavoráveis em Portugal, o Governo via-se obrigado a retroceder. Em 23 de Setembro o Ministro dos Negócios Estrangeiros reafirmava perante a Assembleia da ONU *"o direito do povo de Timor-Leste a que lhe seja assegurada a liberdade de definir o seu destino colectivo, na observância do princípio fndamental e inquestionável da autodeterminação, tal como foi definido pelas resoluções 1514 e 1541 da Assembleia Geral das Nações Unidas".*

O Primeiro Ministro lamentava no dia seguinte, à saída do palácio de Belém, *"a hipocrisia na cena internacional"* no que respeita à questão de Timor-Leste. *"Quando se fala na violação dos direitos do homem no Afeganistão ou no Kampuchea, alguns esquecem-se da situação de Timor, onde se continua a violar os direitos do homem".* □

JORNALISTA PORTUGUÊS VISITA TIMOR

O semanário *'Tempo'* anunciava na sua edição de 6 de Agosto: *"A convite pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, o director do 'Tempo' esteve esta semana em Timor-Leste, de onde nos escreve a crónica que hoje publicamos e, sem quaisquer restrições, consultou documentos e ouviu depoimentos (...)".*

Sob o título *"Comportamento vergonhoso de Portugal"*, seguem-se duas páginas inteiras, que supomos baseadas em documentos e testemunhos, consultados e recolhidos *"sem quaisquer restrições".*

Quinze dias mais tarde Nuno Rocha volta ao assunto e explica *"Como se faz uma reportagem histórica".* Ficamos então a saber que no dia 5 de Agosto, data em que enviou o seu trabalho publicado a 6, Nuno Rocha estava em Bangkok onde se encontrou com o Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, tendo este convidado o jornalista a visitar a Indonésia e Timor-Leste. No dia 6 acompanhou o Ministro no seu avião pessoal até Jacarta, chegou a Dili no dia 8 e partiu no dia seguinte. Assim, concluímos que em 5 de Agosto, Nuno Rocha apenas tinha a promessa de poder consultar documentos e recolher depoimentos, mas a sua fé era tão grande que conseguiu escrever aquilo que ele já sabia e considerar cumpridas as promessas recebidas.

Para que não restassem dúvidas acerca do sentido da sua missão, o jornalista enviou um telegrama ao embaixador português junto das Nações Unidas: *"Estive em Timor, em 8 e 9 de Agosto, a convite do ministro da Indonésia, sr. Mochtar. Falei com o bispo e o governador residentes. Situação normal. (...). Vou lutar pela verdade que conheço, propondo reabertura das relações diplomáticas com a Indonésia e negociações sobre Timor. (...) Sou testemunha a favor da Indonésia e do seu povo".*

O representante diplomático indonésio na Sub-Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, tal como o perito soviético membro desta Sub-Comissão, invocaram este *"testemunho imparcial".* Mais inquietante ainda é o facto de o relatório do próprio Secretário-Geral da ONU ter citado esta visita e a de *"muitos outros jornalistas"* para mostrar que a situação está a melhorar! □

PRIMEIRO-MINISTRO NO VATICANO

Diversas organizações católicas subscreveram uma carta dirigida ao Primeiro Ministro Cavaco Silva, por ocasião da sua visita ao Vaticano, e encontro com o Papa agendado para 19 de Outubro.

Damos aqui conhecimento do texto enviado.

Lisboa, 15 de Outubro de 1987

Conscientes da importância da visita oficial que V. Exª irá realizar à Santa Sé, cujo empenhamento em favor dos Direitos Humanos é conhecido, vimos sublinhar o papel relevante da Igreja na procura de uma solução justa para Timor-Leste.

Já no passado o Papa João-Paulo II recomendou à Indonésia "o respeito pelos direitos humanos" em Timor-Leste e, no discurso de recepção das credenciais do embaixador indonésio junto do Vaticano (Julho de 1984), o Papa manifestou a "esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias, para a identidade étnica, religiosa e cultural do povo" de Timor-Leste.

Estas últimas palavras foram quase integralmente reproduzidas no programa do Governo a que V. Excelência preside. No entanto, a omissão da referência à autodeterminação, como consta do artigo 297.º da Constituição da República Portuguesa, levantou algumas dúvidas sobre as reais intenções do Governo, felizmente atenuadas em posteriores declarações.

A delicada situação das Igrejas na Indonésia impede por vezes o Vaticano de manifestar mais veemência na defesa dos direitos do povo de Timor-Leste, e na condenação das arbitrariedades e violações de que esse povo continua a ser vítima ainda hoje. Ninguém, todavia, ignora a influência da diplomacia do Vaticano, bem como das declarações do Papa, e todos procuram o seu apoio.

Pertence-nos como portugueses lembrar que, além da "identidade étnica, religiosa e cultural", existe em Timor "a consciência de uma identidade nacional fortemente sentida que não suporta ver-se reprimida e aniquilada", como já o afirmavam os bispos portugueses numa nota da Comissão Permanente do Episcopado, em Abril de 1984.

Esperamos que V. Excelência, ao encontrar o Santo Padre, seja portador da afirmação da constância e clareza a que o Governo de Portugal está vinculado por razões morais, históricas e constitucionais, e solicite ao Vaticano um apoio mais claro aos anseios do povo e da Igreja de Timor-Leste.

Subscrevemo-nos com os nossos melhores comprimentos,

'A Paz É Possível em Timor-Leste'
Associação de Estudantes da Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa
Centro de Reflexão Cristã
Centro de Solidariedade Cristã 'Maranatha'
Centro Universitário Manuel da Nóbrega
Centro Universitário Padre António Vieira
Comunidade dos Irmãos do Campo
Grupo 'Justiça e Paz' da Capela do Rato
Grupo de Solidariedade com Timor-Leste — Lourosa (Feira)
Juventude Agrária e Rural Católica
Engº Leite Garcia, Presidente da Comissão Nacional 'Justiça e Paz'
'Libertar' — Grupos Cristãos de Base
Liga Operária Católica
Movimento Católico de Estudantes
Movimento Católico de Profissionais 'Metanóia'
Movimento Cristão para a Paz
Movimento de Solidariedade Rural
Paróquia de Moselos — Feira (Porto)
Pax Christi (secção portuguesa)
'Paz e Justiça para Timor-Leste'

KLALEREK-MUTIN

Dois habitantes de Klalerek-Mutin, que fugiram em 11 de Outubro de 1986 deste campo controlado pelo exército indonésio, trouxeram algumas informações sobre a vida nesta *"aldeia-prisão".* O campo de Klalerek-Mutin foi criado pelo exército para substituir outro campo, o de Crarás, destruído pelos mesmos militares em 7 de Setembro de 1983, após o levantamento dos 'ratih', timorenses recrutados pela Indonésia para combater a guerrilha.

A população de Crarás, segundo estes testemunhos, era de 1593 habitantes em 1983, hoje apenas restam 570 habitantes em Klalerek-Mutin. A maior parte dos que faltam foram assassinados nas semanas que seguiram o levantamento. Um documento datado de Novembro de 1984 indica que havia em Klalerek-Mutin 46 viúvos, 122 viúvas e 276 órfãos. Da população de Crarás, sublinhava o documento vindo dos meios da Igreja católica, 1278 pessoas tinham sido mortas e 56 tinham desaparecido.

A nova *"aldeia-prisão"* de Klalerek-Mutin foi instalada junto da estrada Viqueque-Luca, na margem direita da ribeira We-Tuku, a cerca de 1 km da praia.

O campo de Crarás era já constituído pela população de 7 povoações reagrupadas forçadamente. Em Klalerek-Mutin estes elementos foram redistribuídos em cinco RK — cada RK é composto por cerca de 12-15 homens fortes e 90-100 mulheres, crianças e velhos.

A aldeia está cercada por dois anéis de segurança: o primeiro, a 200 metros, é composto por 12 postos de guarda (*jagas*) ocupados todas as noites por todos os homens válidos da aldeia. O segundo anel é constituído por 10 postos, com distância de 300 metros entre si, que são utilizados para a vigilância durante o dia, com dois homens em cada posto.

No interior do campo está instalado um pelotão militar indonésio (TNI), apoiado por 12 hansips (auxiliares timorenses).

Os militares indonésios receiam os ataques da Companhia A da 4.ª Unidade da Resistência que actua na região. O posto militar está situado no centro do campo e rodeado das palhotas da população. Para intimidar a população os militares indonésios ameaçam-na de morte caso se verifique um ataque da Fretilin ao seu posto.

Os ocupantes dos postos de guarda são igualmente ameaçados de morte se não assinalarem a aproximação ou passagem das forças da Resistência. Em 24 de Julho de 1986, seis homens de guarda, cujas idades vão dos 10 aos 47 anos, acusados de não ter assinalado a passagem de guerrilheiros, foram espancados e torturados (com pontas de paus aguçados e choques eléctricos); no terceiro dia *"confessaram"* que tinham sido contactados por um dos seus familiares pertencendo à Resistência.

O trabalho nocturno nos postos de guarda esgota os homens que ainda são obrigados — tal como o resto da população — a participar nos trabalhos de *'Gottong Royong'.*

A zona onde foi implantado o campo de Klalerek-Mutin tem uma terra fértil. Anteriormente estas terras pantanosas serviam as várzeas de toda a população de Viqueque, mas hoje estão abandonadas. No ano passado toda a população foi mobilizada para trabalhar uma grande várzea para as autoridades indonésias e seus colaboradores. Depois de cavarem o terreno, todos — homens, mulheres e crianças — foram obrigados a pisar a terra húmida até ficar *"bem pastosa".* Este longo e penoso trabalho era tradicionalmente feito pelas manadas de búfalos, mas hoje só dois colaboradores dos indonésios possuem alguns búfalos e é o povo que tem de realizar essa tarefa.

Embora o *'Gottong Royong'* seja na Indonésia, em princípio, um trabalho voluntário realizado em benefício da comunidade, em Timor-Leste não passa de um trabalho forçado beneficiando alguns privilegiados.

Quanto às hortas da população, têm como limite um raio de 1 km à volta do campo. Durante a maior parte do ano a população dispõe apenas de 2 ou 3 dias por semana para trabalhar nas suas hortas, mas chegados os períodos de trabalho agrícola intenso (sementeiras, monda, colheita) ela é obrigada a trabalhar todos os dias para os ocupantes e só tem o Domingo para cultivar as suas hortas. As mulheres estão ainda sujeitas, por turnos, a fornecer trabalho gratuito em casa dos ocupantes e dos seus colaboradores: ir buscar água e lenha, lavar louça e roupa...

Todos estes factores se aliam para que a população sofra de fome. Tenta então defender-se esmagando troncos de palmeiras e folhas de que se alimenta. A fome mata sobretudo crianças de tenra idade. As doenças, especialmente o béri-béri, provocam também muitas mortes, não existindo em Klalerek-Mutin o mínimo serviço de saúde.

Mas o que revolta mais profundamente os timorenses é o *"serviço"* que as mulheres jovens, mulheres de guerrilheiros ou solteiras, entre os 15 e os 25 anos, são obrigadas a prestar aos militares indonésios. Os militares podem ir ao *'Balay-Desa'* consultar a lista das raparigas *"de serviço"* nesse dia e ir a casa delas.

No mesmo espírito existe um dia *'ola raga'*, apresentado como jornada de desporto, em que as raparigas solteiras, viúvas e jovens casadas cujos maridos estão na Resistência são obrigadas a vestir calções e jogar futebol com os militares indonésios. Depois do jogo há um baile e as mulheres são forçadas a seguir os militares que se mostram interessados. Em Agosto de 1985, três jovens mulheres, com os maridos na Resistência, Cristina de 30 anos, Martinha de 32 e Adelina Soares de 26, foram presas por ter recusado acompanhar os militares. Levadas para o *'Kasi Satu'* (posto militar) de Viqueque foram torturadas com choques eléctricos e queimaduras de cigarros na cara, nos seios e órgãos genitais.

NDR — Sabe-se que a Cruz Vermelha Internacional fez em 1986 uma visita a Klalerek-Mutin. Que terá observado? Que pode fazer para melhorar essa situação? Terá sido autorizada a voltar a Klalerek-Mutin? A presença da Cruz Vermelha Internacional em Timor-Leste não pode ser constantemente utilizada pela Indonésia e seus apoiantes para dizer que situações como a de Klalerek-Mutin não existem. □



LAKLUBAR

Um pelotão da Companhia B da Resistência encontrou um grupo de nove elementos da povoação de Laclubar, no dia 30 de Novembro de 1986, nas imediações desta povoação. Estes elementos declararam aos guerrilheiros que tinham sido levados para Laclubar em 1979 pelos militares indonésios.

A população só pode fazer as suas hortas num raio de 1 a 2 km em redor da vila e sofre de fome. Os terrenos são pobres e as colheitas apenas garantem 3 a 5 meses de consumo. Para sair da vila é necessário um salvo-conduto (*'surat jalan'*) passado pelo 'Koramil' e pelos 'Nanggalas' (comando e militares indonésios). Todos os dias às 5 horas da tarde a população é submetida à "chamada".

A população de Laclubar deve prestar dois dias de trabalho gratuito por semana para os ocupantes e autoridades.

Os mesmos elementos da população declararam ainda que o Padre Mateus, superior da Missão de Soibada e irmão de Francisco Lopes, ex Vice-Governador (*'Wakil Gubernur'*) de Dili após a invasão, era vítima de forte perseguição pelos militares. Em Setembro, quando regressava a Dili no seu carro, o Padre Mateus foi detido na estrada Kribas-Soibada no lugar de Pua Laka. O carro foi minuciosamente inspeccionado, os sacos de arroz que transportava foram rebentados e esvaziados no chão, o Padre foi completamente desnudado para ser revistado e, embora nada tenham encontrado, os militare espancaram-no brutalmente, acusando-o de fornecer armas e informações à Fretilin.

NDR — Estas informações constam de um documento assinado por Xanana Gusmão e distribuído pelo Gabinete de Informação da Fretilin em Lisboa. □

BREVES

* O Comandante-em-Chefe da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assina um documento que contém os nomes de 851 timorenses mortos entre 1976 e 1986. O documento datado de 20 de Agosto de 1986, assinala para cada vítima o local, data e autores do massacre. Um documento anexo ao primeiro, datado de 11 de Setembro de 1986, foi entretanto publicado com mais 98 casos.

* Em 11 e 12 de Julho de 1987 chegaram a Baucau e Lospalos 1.000 "boinas vermelhas" transportados em aviões Hercules. Estas tropas especiais são comandadas pelo Coronel Soenart e teriam como objectivo, no prazo de 6 meses, a captura de Xanana Gusmão e a destruição da estrutura e direcção da Fretilin.

Informações chegadas por via da Fretilin, não confirmadas até agora, acrescentam que o plano indonésio previa um acordo de cessar-fogo, para cuja obtenção a Indonésia esperava ter a Igreja Católica como intermediária, e a realização de conversações durante as quais os militares indonésios tentariam capturar Xanana Gusmão.

* No início de 1987 as forças da Resistência identificaram os seguintes Batalhões indonésios:

Na faixa Manatuto/Baucau/Beaço/Natarbora, Batalhões 515, 143, 305, 643, 410 e 724.

Na faixa Betano/Aileu/Laclubar/Soibada e na faixa Betano/Zumalai/Bobonaro/Maubisse, Batalhões 744, 745, 303, 323, 320 e 509.

Na faixa Baucau/Viqueque/Tutuala, Batalhões 744, 745, 412, 509, 330, 515, 327, 411, 312 e 331. □



TIMOR NAS NAÇÕES UNIDAS

A Assembleia Geral da ONU adiou mais uma vez o debate sobre a questão de Timor-Leste. A Indonésia pensa, com alguma razão, que o tempo joga a seu favor. Entre 1975 e 1982 o número de países condenando a invasão e, mais tarde, a anexação de Timor-Leste desceu de 73 para 50, enquanto os apoiantes da Indonésia subiram de 9 para 46. Contudo, desde 1982 a Indonésia não se sente suficientemente segura para exigir da Assembleia Geral um voto que consagraria a integração.

Por seu lado, Portugal receia também um voto que retiraria o papel de árbitro à Assembleia Geral e tenta atrasar o processo. Se estes sucessivos adiamentos fossem acompanhados de esforços para recuperar o tempo perdido, haveria sem dúvida maneira de vencer a Indonésia, dado que nem o tempo nem o alegado "desenvolvimento económico" podem levar a prescindir do direito à autodeterminação.

Noutras instâncias da ONU a questão de Timor-Leste sofreu uma evolução negativa até 1985. O Comité de Descolonização, em Nova Iorque, continuava a considerar que a descolonização de Timor-Leste estava por fazer, mas diminuía o interesse pelo assunto.

Quanto à Sub-Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, foram votadas resoluções em 1982, 83 e 84, mas em 1985 os peritos verificaram que não estavam reunidas as condições para a adopção de uma moção e abstiveram-se de apresentá-la. No mesmo ano, alegando a boa vontade indonésia na colaboração com a Comissão dos Direitos Humanos, decidiram os membros desta Comissão, reunidos também em Genebra, retirar a questão de Timor-Leste da agenda da sessão confidencial — a sessão mais importante ao nível dos Estados.

Viragem?

Quando tudo parecia indicar que a Indonésia estava próxima de uma vitória — não no território de Timor mas na ONU — eis que 1986 marca o início de uma viragem:

Em 1986, e neste ano (v. artigo seguinte), ganha força o debate sobre Timor no Comité de Descolonização. Em Setembro deste ano, na Sub-Comissão dos Direitos Humanos, é adoptada uma resolução que contraria as teses da Indonésia e pede ao Secretário-Geral que prossiga os seus esforços com vista a encorajar todas as partes envolvidas: Portugal, Indonésia e *"os representantes de Timor-Leste"* a cooperar para chegar a uma solução.

Ora até hoje o S.G., interpretando restritivamente a moção da Assembleia Geral de 1982, apenas considera como partes interessadas Portugal e a Indonésia. Uma centena de deputados de diversos países escreveram já a Perez de Cuellar, pedindo-lhe que associe os representantes do povo timorense a essas iniciativas, mas em vão.

Limitar o conflito a Portugal e à Indonésia é preparar claramente o caminho para a integração de Timor-Leste na Indonésia, visto que Portugal não apresenta quaisquer reivindicações territoriais sobre Timor-Leste.

Relatório do Secretário-Geral

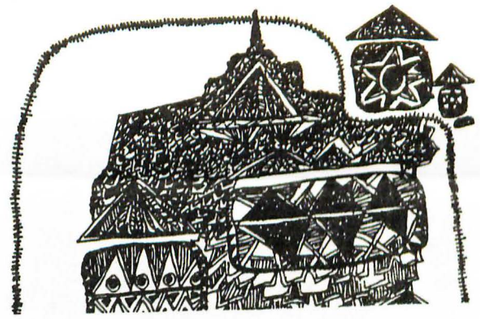
O relatório do Secretário-Geral, datado de 8 de Setembro, pretende mostrar uma imagem de progresso, através de uma longa enumeração dos contactos que a ONU estabeleceu com os dois governos, das conversações ocorridas entre eles, das actividades de organizações internacionais, etc.

O Secretário-Geral faz referência ao projecto da UNICEF de ajuda a crianças, mulheres e suas famílias, mas não diz que esse projecto é inteiramente controlado pela Cruz-Vermelha indonésia, organismo que é, na Indonésia, ele próprio controlado pelo exército.

O relatório enumera, em seguida, as actividades da Cruz-Vermelha Internacional:

- Reunião de famílias, mas que significa a saída de 380 pessoas frente à situação geral, como argumento das alegadas melhorias?
- Programas médicos e alimentares nas *"zonas vulneráveis"*, mas são necessários meses de preparação para que a Cruz-Vermelha seja autorizada a visitar um campo ou uma aldeia e, após uma visita relâmpago, o cumprimento das decisões tomadas é assegurado pela Cruz-Vermelha indonésia.
- As visitas a prisioneiros políticos são também preparadas com muita antecedência e apenas podem realizar-se em quatro prisões (2 em Jacarta e 2 em Dili). A Cruz-Vermelha Internacional não ignora a existência de dezenas de outros campos de detenção, mas não pode visitá-los.
- As visitas de *"muitos jornalistas, incluindo um jornalista português"* (ver informação p. 2), fazem sorrir quem sabe do que se trata. O Secretário-Geral refere também a visita de um membro do Parlamento Português (Anacoreta Correia, cf. Bol. n.º 17, p. 13), mas nada diz sobre as conclusões dessa visita.

De facto parece ser a intenção de todo o relatório anunciar a possibilidade de uma visita a Timor-Leste por uma delegação parlamentar portuguesa. □



Ficha técnica:

Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00

COMITÉ DOS 24 (Nova Iorque)

A presença de D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, no Comité de Descolonização da ONU, no dia 13 de Agosto, foi o facto mais notado do debate da questão de Timor perante esta comissão das Nações Unidas, e foi também o que mais reteve a atenção dos meios de comunicação portugueses.

No entanto, a presença de dirigentes da UDT numa reunião internacional onde estávamos habituados a ver unicamente representantes da Fretilin, é um sinal pelo menos tão importante quanto a presença do bispo de Setúbal.

Perante o Comité dos 24 interveio João Carrascalão, irmão do actual governador de Timor-Leste, e líder da UDT refugiado na Austrália. A Indonésia tem frequentemente afirmado que a sua intervenção militar em Timor-Leste se deveu ao pedido da UDT que lutava então contra a Fretilin. João Carrascalão era, na altura, o comandante-em-chefe da UDT, sendo portanto significativo o seu testemunho. Além disso, devido aos laços familiares que o ligam ao actual governador de Dili, João Carrascalão teve oportunidade de visitar duas vezes Timor-Leste nos últimos anos, a última das quais em Janeiro de 1987. Na sua declaração J. Carrascalão afirma que os timorenses continuam a desejar a independência (v. extractos do discurso).

Moisés Amaral, líder da UDT em Portugal, descreve, numa declaração escrita, a perseguição de que o seu povo é vítima por parte dos indonésios:

"A minha família contava 35 membros em 1975 e em 1979 estava reduzida a 9. Em menos de três anos perdi os meus pais, 7 irmãos e irmãs, 4 cunhados e cunhadas e 15 sobrinhos e sobrinhas.

O meu clã, composto por mais de 600 pessoas, foi reduzido a menos de 100 sobreviventes...

A minha tribo, formada na origem por mais de 25.000 membros, hoje apenas conta com algumas centenas de pessoas".

Foi no intuito de *"alertar as consciências de todos os povos do mundo para o martírio do povo timorense"*, que D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, presidente da Pax Christi em Portugal e presidente da Comissão Episcopal da Acção Social no seio da Conferência Episcopal portuguesa, se deslocou a Nova Iorque.

"É preciso combater palmo a palmo (...) para que este problema não seja resolvido de maneira negativa", declarou D. Manuel ao 'Diário de Notícias' (15/8/87).

Um antigo oficial japonês que combateu em Timor-Leste na 2.ª Guerra Mundial fez um paralelo entre a ocupação indonésia e a ocupação nipónica: *"O Governo também nos dizia que a guerra era uma guerra santa, e que estávamos a construir uma grande esfera de prosperidade na Ásia de leste"*.

Além das intervenções já citadas, e das apresentadas pela Fretilin, intervieram ainda a Amnistia Internacional e diversos organismos de solidariedade: Tapol (Grã-Bretanha), Catholic Institute for International Relations (Grã-Bretanha), Kommittee Indonesia (Holanda), ASTO (França), Asia Watch (E.U.A.) e Hobart East Timor Committee (Austrália). Uma religiosa australiana interveio em nome desta última organização, fazendo-o também em nome de numerosas comunidades e organizações cristãs, bem como de personalidades como o arcebispo Gilford Young.

O embaixador português encontrava-se ausente de Nova Iorque, limitando-se um funcionário da delegação diplomática portuguesa a afirmar que *"escutara com muito interesse as informações fornecidas pelos intervenientes"*, mas *"se dispensava de fazer mais comentários, dadas as negociações em que a delegação estava envolvida"* com a Indonésia.

O documento elaborado pelo secretariado do Comité afirmava aliás que, a um pedido de informação sobre a situação em Timor-Leste, o Governo Português respondera *"nada ter a acrescentar às informações prestadas na sua nota de 6 de Abril de 1979"*; ora essa nota informativa limitava-se já a dizer que *"a situação de Timor-Leste o impedia de assumir as suas responsabilidades relativas à administração do território e que lamentava não estar em condições de fornecer as informações pedidas"*.

Perante os elementos oferecidos pela propaganda indonésia sobre o número de escolas, hospitais, quilómetros de estradas construídos, Portugal poderia apresentar a outra face dessa colonização: os massacres, prisões, torturas, deslocações de população, etc., mas não o fez. Num comunicado distribuído à imprensa, a "Comissão para os Direitos do Povo Maubere" e "A Paz é Possível em Timor-Leste" perguntam se são as negociações em curso que impedem o Governo de fornecer estas informações, enquanto a Indonésia faz livremente a sua propaganda. □



Bispo de Setúbal nas Nações Unidas: "alertar as consciências para o martírio do povo timorense"

INTERVENÇÃO DE D. MANUEL MARTINS

Diz-se frequentemente que vivemos numa era nova em que o homem se tornou o centro e o critério dos acontecimentos. Devemos lá chegar. Mas temos ainda, infelizmente, um longo e difícil caminho a percorrer.

Provas? Lembrarei as guerras, a fome, os regimes ditatoriais impostos como jugo a tantas sociedades, destruindo aquilo que há de mais belo no homem — e que se identifica com ele — a sua liberdade.

Neste cortejo de sombras que são a vergonha da humanidade destaca-se Timor-Leste. Não vou contar a sua história, aliás bem conhecida. Quero apenas lançar um grito de alarme e gostaria que, desde este lugar, ele seja escutado em todo o mundo civilizado.

Poderia intervir como bispo da Igreja Católica, *"perita em humanidade"*, *"consciência dos povos"*, a quem compete denunciar corajosamente as situações de injustiça, sem medo de nenhum César por mais poderoso que seja.

Poderia falar como Presidente da Comissão Episcopal de Acção Social, tendo esta criado a Comissão Nacional *"Justiça e Paz"* cuja vocação é estar atenta e alertar os responsáveis para todas as situações que possam gerar a guerra;

Poderia falar simplesmente como português para me levantar contra a Indonésia que teima em escravizar e mesmo fazer desaparecer um povo que durante cinco séculos fez história comigo;

Fá-lo-ei, todavia, como Presidente da Secção Portuguesa do Movimento Internacional Pax Christi que, pela sua vocação, encarna todas estas preocupações e as exprime pela denúncia das violações dos direitos humanos e pela educação para a paz.

Assim, venho hoje aqui denunciar a situação de Timor-Leste a quem a Indonésia insiste em ignorar o direito a existir como povo e como nação, e para lançar um apelo à consciência do mundo que aqui se faz ouvir, para que não deixe escrever sobre Timor-Leste o epitáfio da morte.

Nenhum sentimento colonialista ou neo-colonialista move um bispo português a tomar esta iniciativa. Os laços históricos e culturais que nos unem ao povo timorense, uma vez corrigidas as relações de dominação, permitiram a eclosão de laços de respeito e solidariedade.

Senhor presidente,

"A Santa-Sé continua a seguir a situação (em Timor-Leste) com preocupação e espera que em todas as circunstâncias a identidade étnica, religiosa e cultural deste povo merecerão uma consideração particular". O Papa João-Paulo II dirigia estas palavras ao novo embaixador indonésio junto do Vaticano, em Julho de 1984.

O reconhecimento e o respeito por esta identidade profunda constituem, com efeito, o limite mínimo abaixo do qual nem a Igreja nem nenhum defensor da pessoa humana e dos seus direitos pode descer. Ora esta identidade encontra-se fortemente e violentamente ameaçada em Timor-Leste.

Porquê esta atitude por parte da Indonésia? Mais de onze anos de recusa, feita de sangue e de heroísmo, não bastarão para abrir-lhe os olhos, bem como os do resto do mundo?

Ignorar um direito natural, reconhecido internacionalmente, calar, pelas armas, todo um povo que grita liberdade e respeito pela sua dignidade, exterminar, através de meios de uma crueldade inaudita, um povo que quer escolher o seu destino, e que possui condições naturais e históricas para o fazer, constitui uma situação que não podemos calar. Devemos denunciá-la *"sobre os telhados"*.

Senhor presidente,

A Indonésia utiliza a força militar para impor as suas estruturas sociais e a sua administração a um povo que possuía a sua própria organização social tradicional. Esta foi súbita e violentamente destruída quando as populações foram agrupadas, deslocadas e concentradas em novos aglomerados sem condições para o seu desenvolvimento, tendo por objectivo um controlo mais apertado.

Por outro lado, a língua indonésia foi imposta aos timorenses, quer na administração quer nas escolas.

As escolas católicas foram igualmente obrigadas a adoptar a língua indonésia. A fim de poder manter a existência das escolas católicas, a Igreja viu ser-lhe retirado todo o controlo sobre elas, não apenas sobre os programas mas também sobre os professores que são nomeados e suspensos sem que a Igreja seja sequer consultada.

Senhor Presidente,

Em 10 anos de ocupação indonésia os católicos timorenses passaram de 30% a 80% da população total do território. *"Trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós a defesa da sua identidade"*, declarou Mons. Belo, pastor desta Igreja.

Mas a própria Igreja encontra-se ameaçada neste papel protector, e vítima de intimidações. O Governo indonésio possui numerosos meios para influenciar a Igreja de Timor-Leste e o isolamento a que ela está submetida é um deles: com efeito, os obstáculos levantados à entrada de missionários estrangeiros obrigam Mons. Belo a recorrer a padres e religiosas indonésios que, apesar da sua generosidade pastoral, trazem consigo uma cultura que o conjunto dos timorenses rejeita.

Desta forma a Igreja, que é em grande parte o refúgio da identidade timorense, da sua cultura e aspirações, e assim entende permanecê-lo, sofre pressões com vista à indonesianização desde o seu próprio seio.

Em condições cada vez mais difíceis esta Igreja continua a denunciar, como o fez o Conselho Presbiteral da diocese, em 1 de Janeiro de 1985:

- as operações militares contra a resistência,
- as represálias contra as populações civis,
- o recrutamento de jovens timorenses como auxiliares dos militares indonésios em tais operações,
- as detenções de civis,
- a ineficácia dos serviços de saúde,
- a concentração da população em campos onde são mantidos em condições desumanas, sem poderem produzir a sua própria alimentação,
- o ocupação sistemática dos postos-chave dos serviços públicos por indonésios e a marginalização dos timorenses.

(continua na pág. 8)

(continuação da intervenção de D. Manuel Martins)

A Indonésia tenta, entretanto, dar uma aparência mais aceitável a novos métodos que utiliza para alcançar o mesmo objectivo.

Assim, a par do envio de civis indonésios para Timor-Leste, o planeamento familiar teria em vista melhorar as condições de vida num território que não produz bens em quantidade suficiente. Mas é necessário sublinhar que este planeamento é imposto sem o consentimento das pessoas interessadas e se aplica sobre uma população já dizimada por 12 anos de guerra e massacres. Uma carta vinda de Timor sublinha o contraste existente entre a atenção prestada pelas autoridades indonésias ao controlo da natalidade e as deficiências dos serviços de saúde. *"Paludismo, diarreias, cólera e outras doenças matam cada ano centenas de crianças e adultos"*. Enquanto as consultas médicas e os medicamentos estão fora de alcance da bolsa dos timorenses, os instrumentos para o controlo da natalidade são distribuídos gratuitamente.

A Conferência Episcopal Católica dos Estados Unidos da América declarou recentemente: *"Dada a enorme perda de vidas já sofrida pela população, de maioria católica, esta política indonésia assume o carácter de genocídio"*.

Senhor Presidente,

"A Igreja crê que o povo de Timor-Leste se sente lesado nos seus direitos humanos fundamentais. Entre esses direitos está o do povo timorense orientar e dirigir o seu próprio destino, consoante a sua identidade", afirma o Conselho Presbiteral da diocese de Timor-Leste.

É sobretudo aqui, nesta tribuna das Nações Unidas cuja voz se ouve no mundo inteiro, que devemos afirmar que um Homem nunca poderá ser negociado. E muito menos um povo!

Não esqueçamos que a credibilidade desta Instituição passa pelo respeito destes princípios e tenhamos esperança de que ela não virá a perdê-la ou a vê-la diminuída devido à negligência destes princípios.

Não podemos ignorar Timor-Leste, nem mantê-lo em silêncio, nem negociá-lo. Timor-Leste é um povo com uma história e um futuro. Ninguém tem o direito de lhe cortar o caminho.

Senhor Presidente, muito obrigado.

INTERVENÇÃO DE JOÃO CARRASCALÃO

Muito antes da Indonésia ter recebido a alegado *"convite"* para intervir em Timor, já tropas regulares indonésias, os tristemente célebres *'topi merah'* (boinas vermelhas), estavam no interior do nosso país sob o comando do então Ten. Cor. Dading Kabualdi. A sua missão era fornecer material de guerra à insignificante força da Apodeti de Atsabe e familiarizarem-se com as difíceis condições do terreno. Os aldeões da região fronteiriça eram constantemente perseguidos e forçados a atravessar a fronteira para Timor indonésio onde eram apresentados à imprensa como refugiados vindos da Fretilin e da UDT. A verdadeira intenção era, porém, obrigar os fisicamente capazes a receber treino militar básico e enviá-los para o nosso país para semear o caos e a confusão.

(...)

Sobre a chamada *"Assembleia Popular"* alegadamente *"eleita"* em Maio de 1976 e que *"votou"* pela integração do nosso país na Indonésia, permitam-nos, Senhor Presidente, distintos delegados, partilhar convosco a nossa própria experiência, como testemunhas desta farsa. Helicópteros indonésios apanharam uns poucos de indivíduos nos poucos distritos então sob ocupação militar indonésia, levaram-nos para Dili onde os juntaram a outros elementos caçados nas ruas de Dili e foram todos então proclamados *"eleitos"*. Foi esta *"assembleia"*, reunida pelos helicópteros da força aérea, pelos veículos militares nas ruas de Dili, que a Indonésia utilizou para proclamar que Timor estava integrado na Indonésia através de um processo democrático.

(...)

É preciso deixar bem claro que a UDT foi, tem sido e será um partido favorável à independência. É uma calúnia, uma mentira, apresentar a UDT como favorável à integração do nosso país na República da Indonésia.

Queremos um Timor independente e queremos que o nosso povo faça uma escolha soberana através de um processo democrático sob a supervisão das Nações Unidas. Fazemos esta declaração com o acordo dos nossos partidários em Timor e fora do nosso país. Ao afirmá-lo perante esta Comissão, estamos perfeitamente conscientes dos perigos que correm as nossas irmãs e irmãos, amigos e partidários, que estão em Timor. Eles podem ser detidos amanhã, ser física e psicologicamente destruídos, maltratados, aprisionados, torturados e alguns podem mesmo sofrer a pena capital. Já há mais de uma década que o nosso país foi invadido pela Indonésia. Soubemos desde logo o pesadelo, o horror, o massacre que o nosso povo iria sofrer.

(...)

Pode perguntar-se porque permaneceu a UDT silenciosa, ausente da ONU, durante todos estes anos. Responderemos que definimos uma estratégia e estamos a segui-la passo a passo.

(...)

Não há colonialismo bom ou mau. O colonialismo é o colonialismo. Contudo, muitas vezes ouvimos a Indonésia acusar Portugal como se fossem as tropas portuguesas que estivessem a ocupar Timor desde 1975. É verdade que a Indonésia construiu estradas, edifícios, estádios de futebol, escolas e hospitais em Timor. É verdade que a televisão chegou a Timor pelas mãos indonésias. Deveríamos estar-lhes gratos por isso? E quem responderia pelas dezenas de milhares dos nossos compatriotas chacinados nos últimos dez anos? Deveria o povo da Namíbia renunciar ao seu direito à independência só porque o Governo da África do Sul asfaltou estradas e construiu escolas e hospitais na Namíbia?

(continua na pág. 10)

SUB-COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS (GENÈVE)

A aprovação de uma resolução sobre Timòr-Leste na reunião da Sub-Comissão, com 6 votos a favor, 4 contra e 9 abstenções, mostra, antes de tudo, que a situação de Timor-Leste continua a ser mal conhecida, mesmo pelos peritos que constituem esta Sub-Comissão e que deveriam ser das pessoas mais documentadas.

Apenas dois peritos (S.ra Daes, da Grécia, e Sr. Whitaker, da Grã-Bretanha) intervieram sobre o caso de Timor.

Quanto aos representantes dos governos presentes como observadores que também podem intervir, para além de Portugal e da Indonésia que são partes interessadas, apenas o representante da Nicarágua se referiu a Timor-Leste numa intervenção de carácter mais geral.

Pax Christi Internacional e Pax Romana, duas organizações cristãs que possuem o estatuto de Organização Não Governamental junto da ONU, intervieram sobre Timor-Leste, como o têm feito desde há vários anos. Este ano apresentaram-se pela primeira vez duas outras organizações: a Human Rights Advocates e a National Aboriginal and Islander Legal Service Secretariat (NAILS).

Foi entregue aos peritos um dossier constituído por uma carta de 40 senadores norte-americanos a George Shultz e um artigo do 'New York Times' comentando a carta, a "Reflexão Cristã sobre Timor-Leste", e três outros textos elaborados por "A Paz é Possível em Timor-Leste" sobre os deportados, prisioneiros políticos e desaparecidos.

Luísa Teotónio Pereira fez uma intervenção em nome da Pax Romana, e um jovem timorense em nome da NAILS. José Guterres tinha apenas 13 anos na altura da invasão mas conheceu a prisão, a tortura e a deportação política na ilha de Ataúro. A sua intervenção é um relato da sua experiência pessoal.

O representante do governo indonésio que estava inscrito para responder às intervenções das ONG no ponto 9 (administração da justiça e direitos humanos dos prisioneiros) renunciou à palavra após o discurso de José Guterres. A delegação indonésia desenvolveu desde então grandes esforços em contactos pessoais com os membros da Sub-Comissão para tentar alterar uma situação adversa.

No debate da resolução apresentada pelo Sr. Whitaker, declarando-se co-autores os peritos francês e grego, a defesa das teses indonésias foi assumida pelo perito soviético.

A missão diplomática portuguesa mostrou-se muito activa, tendo contestado as declarações do representante indonésio. Este citara afirmações de um senador americano, Richard Sugar, pronunciadas em Agosto de 1986, ao que o diplomata português fez notar que R. Sugar era um dos 40 signatários de uma carta dos senadores norte-americanos a G. Schultz sobre a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste. □



RESOLUÇÃO APROVADA EM GENÈVE

A **Subcomissão de luta contra as medidas discriminatórias e pela protecção das minorias**

Guiada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e pelas regras universalmente aceites da lei humanitária internacional,

Relembrando as suas resoluções 1982/20 de 8 de Setembro de 1982, 1983/26 de 6 de Setembro de 1983 e 1984/24 de 29 de Agosto de 1984 sobre a situação em Timor-Leste,

Preocupada por novas alegações sobre a violação dos direitos humanos a que o povo de Timor-Leste continua a ser submetido por causa da situação que persiste no território,

Tomando nota com satisfação do espírito de cooperação constante de que as autoridades fizeram prova em ordem a facilitar o reagrupamento das famílias,

1. **Felicita-se** pelas medidas tomadas pelo Secretário-Geral sobre a questão de Timor-Leste;

2. **Solicita** ao Secretário-Geral que prossiga os seus esforços com vista a encorajar todas as partes envolvidas, nomeadamente a potência administrante, o governo indonésio e os representantes de Timor-Leste a cooperarem para conseguirem chegar a uma resolução durável que tenha plenamente em conta os direitos e os desejos do povo de Timor-Leste;

3. **Solicita** às autoridades indonésias que facilitem, sem restrições, as actividades das organizações humanitárias em Timor-Leste;

4. **Recomenda** portanto à Comissão dos Direitos do Homem que estude atentamente, na sua quadragésima quarta sessão, a evolução dos direitos do homem e das liberdades fundamentais em Timor-Leste.

INTERVENÇÃO DE JOSÉ GUTERRES

Já foi dito muitas vezes nesta Sub-Comissão, especialmente pelos representantes do NAILS *(National Aboriginal and Islander Legal Service Secretariat)* que a dominação e ocupação estrangeiras resultam quase inevitavelmente na violação sistemática dos direitos individuais básicos.

Sou timorense e o primeiro a falar em nome desta organização.

Tinha treze anos quando as forças militares indonésias invadiram Timor-Leste. No seguimento da invasão fugi para o mato com a Resistência. Mais tarde fui capturado pelas forças indonésias. Fui então enviado para a prisão chamada Comarca, em Dili, em 1980. Aí estive até ser transferido para a ilha de Ataúro em 3 de Setembro. Em Julho de 1984 fui libertado. Comecei a trabalhar com a Cruz Vermelha indonésia em 1985 e nos princípios de 1987 cheguei a Portugal ao abrigo do programa de reunificação de famílias.

Durante 12 anos assisti pessoalmente a um grande número de execuções arbitrárias, aprisionamentos e tortura, mostrando um desprezo sistemático pelos mais elementares direitos civis e políticos dos timorenses.

Em 1978-1979 as forças armadas indonésias levaram a cabo uma grande ofensiva contra a resistência timorense e a população civil.

Uma parte da minha família estava comigo no mato. Estávamos todos concentrados na mesma área e foram lançadas bombas incendiárias contra nós. Eu consegui fugir mas o meu irmão foi morto num combate. Uma das minhas irmãs desapareceu durante um intenso bombardeamento e nem eu nem a minha família a voltámos a ver.

Em 1980 fui preso pelas tropas indonésias e sujeito a interrogatórios e a tortura. Cada soldado indonésio usava o seu próprio método de tortura para me obrigar a confessar os meus *"crimes"*. Diferentes métodos de tortura foram usados:

Fui espancado à coronhada e com paus.

Fui amarrado de pés e mãos e mergulhado de cabeça, pendurado pelos pés, num tanque de água. Ao fim de cerca de dois minutos era içado e interrogado. Enquanto não confessasse repetiam a operação. Logo que confessava, no meu estado de afogamento, eram-me feitas mais perguntas e a tortura recomeçava de novo.

Fui amarrado e duas pequenas espécies de crocodilos *(buaya kecil)* foram atados ao meu corpo. Quando puxavam a cauda dos animais, eles arranhavam-me e mordiam-me, cravando as unhas e os dentes na minha carne. Durante este tempo continuavam a fazer-me perguntas.

Vi também os meus amigos a serem torturados. Vi-os serem sujeitos a choques eléctricos, espancados com varas de ferro e de madeira, os dedos dos pés colocados por debaixo da perna de uma mesa com soldados e oficiais sentados em cima do tampo, vi-os serem queimados com pontas de cigarros, nas orelhas e nos órgãos sexuais. Foram também pontapeados no peito.

Fui levado para uma prisão secreta (Comarca). Fui fechado numa cela muito pequena de 1 m por 2 m com nove pessoas. Não conseguia dormir nem saber se era dia ou noite. Davam-me apenas uma colher de arroz por dia. De vez em quando os guardas abriam a porta e levavam um prisioneiro. Nunca mais os voltei a ver.

Mais tarde fui levado para a ilha de Ataúro com os meus amigos, e lá fiquei durante quatro anos. Não podia falar com os estrangeiros que eram trazidos nos helicópteros militares. Durante a visita de uma delegação australiana, eu e um companheiro de prisão fomos brutalmente espancados e ameaçados de morte porque ousámos falar com eles. O mesmo aconteceu quando jornalistas portugueses visitaram a ilha de Ataúro; depois do seu regresso, quatro dos meus companheiros foram torturados e enviados para a prisão de Comarca.

Eu morria de fome. Tudo o que tínhamos para comer era uma latinha de milho para toda a semana. Não tive nenhuma assistência médica quando fiquei doente. Batiam-me frequentemente quando chegava atrasado para o trabalho.

Existem muitas outras prisões em Dili, Aileu e outras partes do território, com pequenos grupos de prisioneiros. Eu próprio entrei numa dessas prisões, sem conhecimento dos militares, e vi 6 prisioneiros com as caras inchadas e outros sinais de maus tratos.

De dois em dois meses os militares revistavam as casas da população à meia-noite; malas, armários, cartões de identidade tudo era revistado

Estou profundamente preocupado com a sorte dos meus amigos que ainda estão em Timor-Leste. Testemunhei pessoalmente e eu próprio fui vítima das mais brutais violações dos direitos humanos, resultantes dos esforços do governo indonésio para consolidar a sua dominação colonial sobre Timor-Leste e acredito que até os desejos genuínos do povo de Timor-Leste serem respeitados, o sofrimento continuará.

Obrigado, Sr. Presidente.

Genebra, 27 de Agosto de 1987



(continuação da intervenção de João Carrascalão)

A realidade, Sr. Presidente, distintos delegados, a realidade que se esconde por detrás das estradas, dos edifícios, das escolas é que neste preciso momento o nosso povo enfrenta ainda uma guerra de extermínio; o nosso povo é diariamente aprisionado, as nossas mulheres são violadas; o nosso povo não é livre no seu próprio país. A guerra arrasta-se sem fim à vista. Se olharmos nos olhos a face de uma mulher ou de uma criança de Timor, vemos dor, angústia, uma sensação de perda. Nada apaga o sofrimento, mas se a comunidade internacional estiver disposta a assumir as suas responsabilidades é possível alcançar uma solução de paz. Da nossa parte, direcção da UDT, juntamente com a Fretilin, temos declarado mais de uma vez que não renunciaremos ao diálogo, a negociações com o Governo da Indonésia.

(...)

Estamos dispostos a participar em consultas para encontrar uma solução de paz para o problema. Deverá ficar claro que nenhuma solução será aceitável se não envolver um referendo ou eleições gerais supervisionadas pelas Nações Unidas. As pretendidas eleições que se verificaram, atingindo números de 300 a 500 por cento, são simplesmente um exercício ridículo. Mais de uma década de ocupação militar brutal fizeram surgir, sobretudo entre a nova geração, um imenso sentimento nacionalista, determinação de luta e uma vontade invencível de atingir os nossos objectivos, em todos os sectores da nossa sociedade.

(...)

Nova Iorque, 13 de Agosto de 1987

E.U.A.

40 SENADORES ESCREVEM A G. SHULTZ

Quarenta dos cem senadores norte-americanos, democratas e republicanos, manifestaram ao Secretário de Estado a sua preocupação perante as novas ofensivas militares indonésias contra os resistentes timorenses: *"No passado estas ofensivas foram caracterizadas por graves violações dos direitos humanos contra a população do território, incluindo execuções sumárias, marchas forçadas, deslocações de populações, tortura, prisões políticas, além da falta de alimentos e fome"*.

Os senadores manifestaram também a sua preocupação acerca do *"programa de controlo da natalidade apoiado pelo Banco Mundial mas imposto aos timorenses em muitos casos". "Houve também casos de esterilizações forçadas"*. Tudo isto num território que *"sofreu uma redução de população devida a mais de 11 anos de guerra"* e que *"se encontrava sub-povoado antes do lançamento destes programas de controlo dos nascimentos"*.

Os senadores inquietam-se quanto ao destinos das famílias divididas, citando o caso da sobrinha de Mons. da Costa Lopes, único membro sobrevivente da sua família, que é impedida de vir ter com o seu tio em Portugal.

O caso dos quatro estudantes timorenses retidos em Jacarta contra a sua vontade é também objecto de análise neste documento.

"Continuamos a reconhecer o valor das relações de amizade entre os Governos da Indonésia e dos EUA, baseadas em considerações estratégicas e políticas" dizem os senadores, mas essa amizade exige o respeito pelos direitos humanos: *"livre actuação das organizações humanitárias internacionais, reunião de famílias e emigração, e progressos visíveis para resolver o estado de guerra existente em Timor-Leste"*.

O jornal *'New-York Times'* (9/8/87) considera que esta tomada de posição de grande número dos senadores americanos é tanto mais notável quanto a situação em Timor-Leste *"tem tido pouca repercussão na opinião pública"*.

Por outro lado, 32 congressistas escreveram também a G. Shultz pedindo-lhe que intervenha a favor dos quatro estudantes timorenses retidos forçadamente em Jacarta. □

CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS PROTESTANTES

O Conselho Nacional das Igrejas Protestantes dos Estados Unidos da América (US NCCC) publicou recentemente um documento de estudo sobre a questão de Timor-Leste. Descrito como *"o resultado de 18 meses de pesquisas, consultas e tentativas de esclarecimento da opinião pública sobre a situação de Timor-Leste"*, este documento de 26 páginas é o primeiro formalmente apresentado pelas Igrejas protestantes norte-americanas.

Uma grande parte do documento descreve, de maneira puramente factual, os antecedentes da actual situação, desmontando assim a *"versão oficial"* dos acontecimentos utilizada pelas Igrejas protestantes da Indonésia, sem no entanto definir claramente uma posição própria.

O texto apresenta, em conclusão, o que poderia ser uma *"resposta adequada"* das Igrejas norte-americanas a este problema que *"1) seja a bem da verdade, justiça, direitos humanos, compaixão e reconciliação, e 2) seja realista à luz das relações entre os governos e as Igrejas dos Estados Unidos e da Indonésia"*.

Os quatro pontos apresentados são:

1 — Ajuda alimentar e assistência básica através do Departamento de Participação no Desenvolvimento (um órgão da Comunhão das Igrejas na Indonésia), do Catholic Relief Service, da Cruz-Vermelha Internacional e de outras agências. *"Devemos estar atentos para que esta assistência não seja utilizada para fins partidários ou opressores"*.

2 — Direitos humanos, sobretudo nas zonas isoladas, nos locais de detenção: *"Apelamos para o acesso livre e total da Cruz-Vermelha Internacional"*.

3 — Acesso de jornalistas e representantes de Igrejas e organizações humanitárias de outros países ao território de Timor-Leste.

4 — *"Esforços contínuos"* para alcançar uma solução *"mutuamente aceitável"* quanto a direitos humanos, prisioneiros políticos, termo das hostilidades militares.

Convém lembrar que, segundo a 6.ª Assembleia do Conselho Mundial das Igrejas, em texto aliás citado neste documento, o conceito de *"direitos humanos"* inclui expressamente o direito dos povos à autodeterminação.

Quanto às actividades propostas para a obtenção da *"resposta adequada"* dividem-se em três grandes linhas:

— Consultas regulares e colaboração com as Igrejas, organizações humanitárias e de defesa dos direitos humanos, dentro e fora da Indonésia, procurando intervir junto de personalidades e de agências governamentais dos Estados Unidos.

— Estabelecimento de programas de informação e educação sobre Timor-Leste, incluindo declarações públicas sobre a política do Governo e acções que prolongam a luta e o sofrimento do povo.

— Apoio a iniciativas de desenvolvimento em Timor-Leste nos domínios da saúde, assistência social e cultura.

Pensamos que o principal problema que as Igrejas norte-americanas poderão ter de enfrentar será o isolamento de Timor-Leste imposto pela Indonésia. Serão as Igrejas indonésias um intermediário isento para evitar que a assistência seja utilizada para *"fins políticos ou opressores"*? Publicámos no nosso último boletim uma carta dirigida ao Papa pelo Movimento Católico de Estudantes da Indonésia, pedindo-a integração da Igreja timorense na Igreja da Indonésia. Dado que a razão do conflito é precisamente esta integração que os timorenses rejeitam, qualquer ajuda às Igrejas de Timor-Leste deverá saber distinguir entre Igrejas da Indonésia e Igrejas de Timor-Leste, e esforçar-se por estabelecer um contacto directo com estas últimas. □



**"Guerra em Timor-Leste,
200.000 mortos,
Quebrem o silêncio!"**

BRASIL

"Os partipantes no 7.º encontro internacional cristão de solidariedade 'Óscar Romero' manifestam a sua solidariedade com a luta de libertação do povo de Timor-Leste contra a invasão genocida por parte da Indonésia. Este povo luta e resiste desde há quase 12 anos contra o exército indonésio e precisa da solidariedade, sobretudo dos povos indígenas que já sofreram e sofrem na carne o roubo físico e cultural da sua identidade".

Os presentes no encontro, cerca de 350, reunidos perto do Rio de Janeiro de 12 a 19 de Julho, manifestaram assim o seu apoio ao povo de Timor-Leste, através da moção que foi apresentada pelo próprio bispo brasileiro Dom Pedro Casaldaliga. □

UNIÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL (Berlim-Oeste)

A questão de Timor-Leste foi abordada em Assembleia Plenária da Conferência da União Democrática Internacional reunida em Setembro, em Berlim Ocidental. O caso de Timor foi levantado nesta importante reunião de forças conservadoras e democratas-cristãs, pelo Centro Democrático Social (CDS).

Em declarações à sua chegada a Lisboa, a 26 de Setembro, o líder do CDS, Adriano Moreira, afirmou que a UDI não negará o seu apoio a Portugal na questão de Timor-Leste. Adriano Moreira sublinhou ainda que nesta conferência estiveram presentes personalidades tão importantes comos os primeiros-ministros da França, Grã-Bretanha e Alemanha Federal.

(*'Diário de Notícias'* - 27/9/87) □

AUSTRÁLIA

A *"Comissão Católica Justiça e Paz"* australiana publicou em Março passado um documento sobre *"Timor-Leste, um povo esquecido"*. Ao mesmo tempo a CCJP divulgava o texto *"Timor-Leste, Uma Reflexão Cristã"*, adoptado em Fevereiro na reunião internacional de grupos cristãos em Genebra.

O documento da Comissão Justiça e Paz australiana retoma as grandes linhas de reflexão de Genebra quanto à *"necessidade de uma solução política e da consulta da opinião do povo timorense"*, e no que diz respeito aos *"direitos dos timorenses contra as violências e abusos"* e aos direitos *"da Igreja de Timor-Leste"*.

A Comissão *"espera que as Igrejas da Indonésia, Ásia e Pacífico estabeleçam relações com a Igreja de Timor-Leste e partilhem realmente com ela as suas preocupações tão marcadas pela sua trágica experiência"*.

Soube-se em Maio último que os bispos católicos australianos tinham decidido não renovar o mandato da Comissão. □

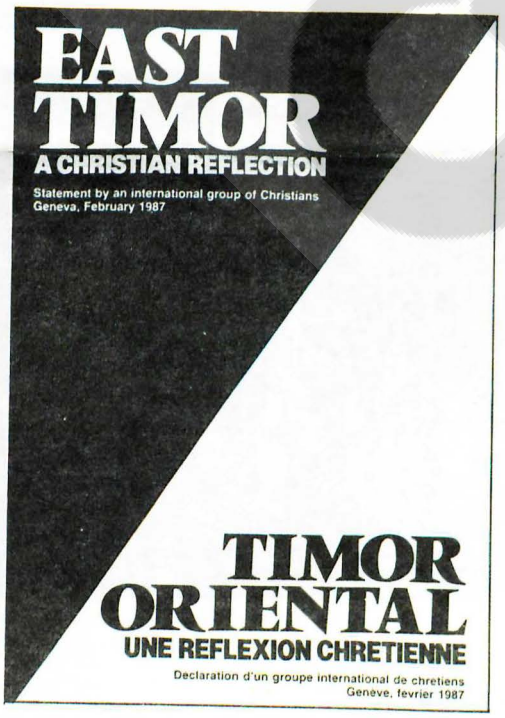
ÁSIA-PACÍFICO

Em Novembro próximo deverá reunir em Manila, Filipinas, a primeira consulta cristã da Ásia-Pacífico, zona onde se situa Timor-Leste.

Grupos de Hong-Kong, Japão, Filipinas, Nova-Zelândia e Austrália apoiam esta reunião de carácter privado, destinada a pessoas ou organizações que já trabalham sobre a questão de Timor-Leste. □



REFLEXÃO CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE



Os leitores receberam com o n.º 20 (Maio) do nosso boletim, um exemplar da *"Reflexão Cristã sobre Timor-Leste"*, adoptada em Fevereiro passado por várias organizações cristãs reunidas em Genebra. Este documento representa o esforço de numerosas organizações para alertarem a nível internacional Igrejas e movimentos até agora pouco atentos ao problema de Timor-Leste.

Perante a resistência timorense à anexação do seu território pela Indonésia, resistência que se mantém desde há 12 anos, apesar do isolamento e das múltiplas violações infligidas pela Indonésia, a *"Reflexão Cristã"* constata que é preciso deixar ao povo e à Igreja de Timor-Leste o direito de escolher o seu futuro.

Voltamos a convidar os leitores a enviar-nos a **"Declaração de Apoio"** incluída na última página da brochura e a dar a conhecer esta *"Reflexão"* a outros grupos, comunidades, organizações...

A 4.ª Consulta Cristã internacional sobre Timor-Leste terá lugar em Lisboa, em Janeiro próximo; esperamos poder recolher até essa data o maior número possível de apoios.

Os interessados em participar no encontro de Lisboa, ou na sua preparação, podem pedir mais informações a:

A Paz é Possível em Timor-Leste
R. de Campolide, 215 - 4.º Dt.º
1000 LISBOA

em
timor-leste
a paz é possível

N.º 20 - MAIO 1987

SUMÁRIO

2 Eleições na Indonésia

Interior
2 Mais votos do que eleitores
3 3 novos vice-governadores
3 Serviço de correspondência da C.V.
4 Carta ao clero timorense

Portugal
6 Visitas de personalidades a Portugal
7 Portugal e as relações CEE/ASEAN

Internacional
7 USA: Bispos e Congresso intervêm sobre Timor
8 Ministro australiano critica a Indonésia

QUE SOLUÇÃO PARA TIMOR-LESTE

Temos assistido com satisfação às numerosas tomadas de posição dos governantes portugueses acerca do problema de Timor, que contrastam com uma passividade não muito antiga.

As dificuldades serão ainda múltiplas antes de se alcançar uma solução justa para o problema timorense provocado há 12 anos pela invasão militar indonésia, mas os governantes portugueses parecem hoje decididos a aceitar esse desafio, enquanto ainda ontem baixavam os braços com frequência antes de tentar qualquer iniciativa. Os seus esforços estendem-se agora a vários níveis, desde a ONU e a Igreja Católica até às estruturas internacionais ligadas aos partidos políticos, passando pela CEE e pelos países aliados de Portugal — e até os aliados da Indonésia, como o demonstrou a recente visita de Cavaco Silva à Tailândia.

Mas todos estes esforços não impedem que subsista uma dúvida: qual é, verdadeiramente, a solução que Portugal procura para Timor-Leste? Os governantes portugueses falam de autodeterminação para o povo timorense mas, no entanto, continuam a não receber os representantes desse povo. Durante largos anos a desculpa alegada foi a existência de duas organizações rivais, FRETILIN E UDT. Entretanto as duas organizações fizeram, desde há um ano, uma aliança, pediram uma audiência em conjunto aos dirigentes portugueses mas até hoje não receberam resposta.

Autodeterminação significa, antes de tudo, serem os timorenses a decidir o seu próprio futuro. Não nos parece um bom sinal que eles não sejam sequer ouvidos e consultados.

Quanto às negociações entre Portugal e a Indonésia, conduzidas sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, continua a reinar o silêncio absoluto. O governo português dá a entender que quer controlar este processo sem interferências. A Comissão Eventual, da Assembleia da República, para acompanhamento da questão de Timor, decidira a realização de uma Conferência Internacional para a defesa do povo timorense, em ordem a sensibilizar para esta questão os parlamentares do maior número possível de países.

Uma tal iniciativa traria um apoio considerável aos esforços empreendidos pelos governantes portugueses, mas o governo depois de ter atrasado certas decisões sobre a organização da Conferência fez saber à Comissão Parlamentar, em 9 de Abril, que não concordava com a realização da Conferência... em Junho.

Será que o governo português teme que um debate público — bem como uma consulta oficial aos representantes timorenses — ponha em causa os acordos negociados entre os governos indonésio e português? É certo que muitos governos estrangeiros se contentariam com um acordo que, à medida do desejo do Primeiro-Ministro australiano quanto às eleições indonésias, *"viesse legitimar a anexação"* forçada de Timor-Leste pela Indonésia.

Não poderá existir uma solução verdadeira para a questão de Timor-Leste sem a participação dos representantes timorenses. Neste sentido, a opinião pública portuguesa e internacional deve exigir que eles sejam parte integrante na elaboração de qualquer solução. □

Indonésia

ELEIÇÕES: "FESTIVAL DA DEMOCRACIA" OU "TEATRO DE SOMBRAS"?

O *Presidente Suharto considerou um "Festival da Democracia"* o processo eleitoral que acaba de ter lugar na Indonésia. O jornal *'Le Monde'*, pelo seu correspondente J.-C. Pomonti, prefere chamar-lhe *"a pompa e circunstância do regime militar"*. Para caracterizá-lo melhor, poderíamos também invocar uma arte na qual os indonésios são mestres incontestados: o teatro de sombras. No teatro de sombras a imagem projectada no ecran é apenas isso: uma imagem, uma sombra, enquanto a realidade é completamente diferente — veremos um coelho, um cavalo ou um pássaro onde na realidade estão apenas duas mãos vazias.

Festival da Democracia

A democracia indonésia dispõe de opções muito limitadas visto que só três partidos políticos estão autorizados a participar em eleições e que o Presidente da República se reserva o direito de nomear directamente 100 dos 500 deputados, escolhidos entre os membros das Forças Armadas.

A partir do ano passado esta democracia sofreu uma nova limitação. Os partidos políticos, como todas as organizações sociais, foram constrangidos a adoptar como sua exclusiva base ideológica a ideologia oficial do Estado, o Pancasila. De facto é o próprio Estado (ou seja, as Forças Armadas omnipresentes) que se arvora em juíz da fidelidade a esta ideologia.

Em Janeiro passado, perante os governadores e presidentes de Câmara indonésios reunidos em Jacarta, o general Benny Murdani, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas indonésias, expôs *"as três grandes ameaças que pairam sobre a Indonésia"*: os restos do PKI — Partido Comunista Indonésio, destruído e ilegalizado em 1965 — os religiosos fanáticos da grande comunidade islâmica, e os políticos liberais que insistem em defender os direitos humanos e outros valores democráticos de tipo ocidental. *"Tais ideais,* afirma B. Murdani, *não estão de acordo com o Pancasila"*.

A 'pompa e circunstância' do regime

Embora o Golkar seja, em princípio, considerado como o partido do governo enquanto o PPP e o PDI são apresentados como partidos da oposição, não existe verdadeiramente uma oposição. O processo eleitoral tem mais em vista criar uma imagem do que deixar que a oposição se exprima. Aliás, durante a campanha eleitoral os partidos da "oposição" não estavam autorizados a criticar o governo e, ainda antes do início da campanha, todos os partidos já tinham manifestado a sua intenção de apoiar a eleição do general Suharto à Presidência da República para um quinto mandato de cinco anos.

Na Indonésia, afirma J.-C. Pomonti no jornal *'Le Monde'*, o importante não é o resultado das eleições mas o facto de elas terem tido lugar. As eleições são para o regime uma ocasião de se afirmar e de festejar o seu triunfo.

	1982	1987
GOLKAR	64%	72%
PPP	28%	16%
PDI	8%	11%

Teatro de sombras

A Indonésia necessita imperiosamente da ajuda dos países desenvolvidos do ocidente e estes necessitam de poder justificar, perante as suas próprias opiniões públicas, os altos níveis de ajuda económica e militar prestada ao regime indonésio. Assim a Indonésia tem de cuidar da sua imagem.

Apesar das suas críticas contra *"os valores democráticos de tipo ocidental"* lançadas na reunião de governadores e presidentes de Câmara já mencionada, Benny Murdani manifestou a sua preocupação quanto ao resultado das eleições. Exprimiu-as numa fórmula que evoca a atenção posta pelos apresentadores indonésios de imagens no seu célebre teatro de sombras: *"O Golkar não deveria perder as eleições pois isso prejudicaria a imagem da Ordem Nova. Mas também não deveria vencer de uma forma demasiado espectacular pois isso também seria desvantajoso já que a Ordem Nova preserva em alto grau a democracia"* (B. Murdani, 20/1/87). □

Interior

TIMOR: NOVAMENTE MAIS VOTOS QUE ELEITORES

A Indonésia e particularmente o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Mochtar Kusumaatmadja, parecem ter ficado muito incomodados com as afirmações pronunciadas pelo Primeiro Ministro Cavaco Silva, na sua visita à Tailândia.

Cavaco Silva lembrou a morte de 200.000 timorenses desde a invasão indonésia e acusou a Indonésia de provocar a extinção da identidade cultural timorense.

Mochtar Kusumaatmadja, cabeça de lista do Golkar para as eleições em Timor-Leste, reagiu violentamente a estas acusações feitas num país da ASEAN (Associação das Nações do Sueste Asiático) que apoia a Indonésia na questão de Timor, e apenas a escassos dias das eleições. *"Ele não conhece a situação em Timor-Leste"*, afirmou Mochtar acrescentando *"gostaria que ele viesse ver por si próprio, mas é evidente que não virá"*.

Mochtar acusou ainda Mário Soares de ambivalência. Segundo afirmou, representantes dos dois países têm debatido, nas Nações Unidas, os Direitos Humanos em Timor durante os últimos dois anos; as conversações *"começaram por sugestão do Presidente Soares quando ainda era Primeiro Ministro, como saída para o problema de Timor-Leste. Mas quando ascendeu à Presidência da República mudou de ideias e começou a atacar-nos"*.

Em Lisboa, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Brito e Cunha, considerou absurdo o convite a visitar Timor: *"A integração deste território é resultado de uma ocupação militar, não sendo acto constitutivo de soberania à face do direito internacional vigente"*. Declarou ainda o porta-voz que Portugal propôs em Janeiro deste ano que uma delegação parlamentar se deslocasse a Timor *"fora do contexto eleitoral, com liberdade de circulação, de contactos e de permanência sem limites de tempo, a fim de poder avaliar a situação, mas tal proposta não mereceu qualquer resposta da Indonésia"*.

Quanto às eleições em Timor-Leste sabe-se apenas que os números anunciados pouco após o escrutínio mostram que em 1987, tal como em 1982, o número de votos ultrapassou novamente o número de eleitores inscritos.

Eleitores inscritos	360.144
Votantes	362.048
GOLKAR	339.231
PDI	20.163
PPP	2.654

Em declarações publicadas pelo jornal indonésio *'Kompas'* (27/4/87) o governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, afirmou a propósito dos resultados das eleições que *"com a participação de cerca de 99% dos eleitores, o povo timorense demonstrou ao mundo que Timor-Leste aceitou amplamente a integração na República da Indonésia"*. O governador declarou que o aumento de votos no PDI (20 vezes superior aos das últimas eleições) é positivo, sobretudo para a imagem da Indonésia nas Nações Unidas.

Segundo M. Carrascalão, o povo timorense participou, até agora, três vezes em eleições gerais: a primeira aquando da integração na Indonésia, em 1982 e 1987. *"As duas eleições anteriores não foram consideradas a nível internacional (especialmente pelos países aliados de Portugal) como expressão da vontade própria do povo de Timor-Leste. Isto verificou-se sobretudo com as eleições de 1982, nas quais o Golkar recebeu 99,5% dos votos. Mas agora que o PDI conseguiu 20.163 votos, o mundo pode constatar que o povo de Timor-Leste foi livre de votar no partido da sua escolha"*, declarou Carrascalão.

O governador de Timor, fiel às autoridades ocupantes, esboçou no entanto uma crítica ao lançar um apelo aos *"representantes do povo"* para que não se esqueçam dos seus deveres: *"Eles devem lutar pelos interesses do povo, para que o povo não tenha necessidade de vir constantemente ver o governador porque sente que os seus interesses não estão a ser protegidos"*. □

TRÊS VICE-GOVERNADORES MILITARES

Em Abril o Ministro do Interior da Indonésia decretou a divisão do território de Timor-Leste em três regiões, sendo cada uma administrada por um Vice-Governador. Os três Vice-Governadores escolhidos são militares indonésios exercendo funções militares no corpo expedicionário de ocupação de Timor.

Esta divisão representa uma diminuição dos poderes de Mário Carrascalão, governador de Timor-Leste nomeado pelos indonésios. Esta medida provavelmente significa ainda que os militares indonésios não estão satisfeitos com o governador e os administradores distritais, que eles próprios escolheram. Recorde-se que M. Carrascalão, por ocasião do 10.º aniversário da proclamação de integração de Timor-Leste na Indonésia, apresentou algumas críticas e que vários administradores de distrito e altos funcionários foram detidos no fim do ano passado.

Esta nova militarização da administração, num momento em que a Indonésia se esforça por fazer acreditar que a situação está normal e que as tropas indonésias presentes em Timor estão lá sobretudo para construir estradas, mostra pelo contrário a necessidade de utilizar todos os meios disponíveis na luta contra a resistência timorense.

As novas regiões são:
- Wilayah 1, capital em Baucau, compreende os distritos de Baucau, Viqueque, Lautem e Manatuto.
- Wilayah 2, capital em Ermera, inclui os distritos de Ermera, Liquiça, Aileu e Manufani.
- Wilayah 3, capital em Maliana, inclui os distritos de Bobonaro, Amseno, Ainaro e Covalima. □

SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA DA CRUZ VERMELHA CONTROLADO PELOS MILITARES

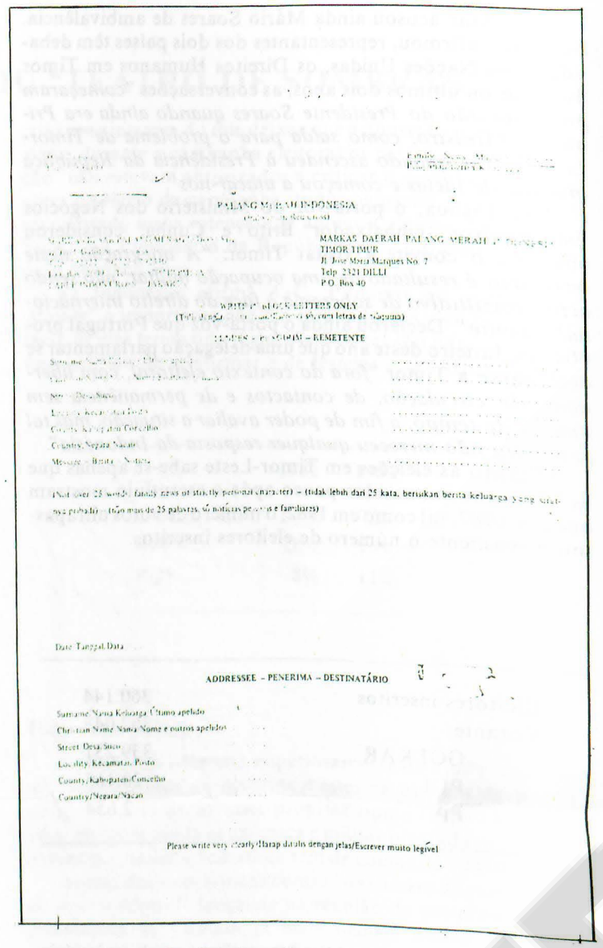
Uma curta mensagem de 25 palavras, no máximo, de carácter pessoal, distribuída pela Cruz Vermelha é objecto de cinco níveis diferentes de controlo, na "viagem" entre o autor e o destinatário. Esta revelação poderia parecer exagero se o informador que a transmite não tivesse participado ele próprio neste serviço e não o descrevesse com detalhe.

Para permitir que os membros de famílias separadas pela ocupação militar indonésia em Timor-Leste pudessem comunicar entre si, a Cruz Vermelha Internacional pediu autorização para estabelecer um serviço de correspondência. O 'Tracing and Mailing Service' (TMS) funciona particularmente entre certos prisioneiros ou deportados e suas famílias. Só podem beneficiar deste serviço os prisioneiros e deportados oficialmente conhecidos como tal pela Cruz Vermelha, o que significa, por exemplo, que apenas os prisioneiros submetidos a julgamento (43 em Jacarta e menos de 200 em Dili) reunem essas condições.

Todos os funcionários do TMS (serviço da Cruz Vermelha) são timorenses mas o o serviço é dirigido por uma equipa de quatro indonésios (Team Operasi), sem ligação alguma com a Cruz Vermelha e cujo chefe é um coronel indonésio na reserva (Suaryono).

Eis, passo a passo, o percurso da correspondência:

1. Um membro do TMS dirige-se à prisão (Jacarta e Dili) e entrega ao director (um militar) os impressos da Cruz Vermelha. O director fixa uma data para a recolha dos formulários já preenchidos.
2. O prisioneiro escreve a sua mensagem em tétum (língua timorense), em português ou em indonésio. Se escreveu em tétum ou em português deve explicar ao director da prisão o conteúdo do que escreveu.
3. Se a mensagem não contém nenhuma informação proibida o director da prisão carimba o impresso e entrega-o ao TMS na data combinada.
4. Os serviços do TMS traduzem a mensagem para indonésio e colam a tradução no formulário.
5. O TMS entrega a mensagem ao Kodim (Comando Militar Distrital) de Dili para aí ser censurada. Uma semana mais tarde, aproximadamente, o comandante do Kodim devolve a mensagem ao TMS.
6. Logo que o TMS detém um número de mensagens para o mesmo destino que justifiquem uma viagem, pede ao Team Operasi autorização para efectuar essa viagem.
7. Munido da autorização escrita do Team Operasi, o TMS solicita ao Kodim um 'surat-jalan' (salvo-conduto) para realizar a viagem.
8. Com o 'surat-jalan' um funcionário pode pôr-se a caminho. Durante toda a viagem é acompanhado por um agente da Intel (Intelligence Service — polícia política).
9. Chegado ao destino, o funcionário do TMS apresenta-se no Kodim local e entrega as mensagens ao comandante. Este controla as mensagens e os nomes dos destinatários antes de autorizar a distribuição.
10. O agente da Intel acompanha a dsitribuição. Os destinatários podem responder à mensagem recebida, utilizando o mesmo tipo de impressos da Cruz Vermelha e a sua resposta segue o mesmo percurso em sentido inverso. □



PALANG MERAH INDONESIA

MARKAS DAERAH PALANG MERAH
TIMOR TIMUR
Jl. Jose Maria Marques No. 7
Telp 2321 DILLI
P.O. Box 40

WRITE IN BLOCK LETTERS ONLY

ADDRESSEE – PENERIMA – DESTINATÁRIO

Please write very clearly/Harap ditulis dengan jelas/Escrever muito legível

Impressos do Serviço de Correspondência da Cruz Vermelha Internacional.

CARTA DE XANANA GUSMÃO A PADRES TIMORENSES

Transcrevemos uma carta de Xanana Gusmão, Comandante da Resistência, aos padres timorenses, datada de Junho de 1986. Trata-se de um apelo dirigido à Igreja de Timor-Leste, para que continue a defender os direitos do povo timorense, colocando-se ao seu lado.
Escrito num tom apaixonado, este documento inscreve-se num certo clima de tensão vivido no seio da própria instituição eclesial. Já por várias vezes referimos as fortes pressões indonésias a que está submetida a Igreja de Timor.
Esta mensagem, para além do seu carácter particular, constitui um alerta para que a Igreja de Timor-Leste não se deixe arrastar por essas pressões e um desafio para que se mantenha fiel às suas responsabilidades.
(Nota: Os sub-títulos foram acrescentados pela redacção).

Reverendo Padre,

(...) companheiro de luta e irmão de sangue maubere! A posição assumida por V. Revcia e por outros timores, digo, padres timores, não só é uma grande consolação para nós como tiramos, dessas posturas, constante inspiração moral e política, enquanto que aqueles, (que também nasceram nesta terra mas negam ao nosso Povo os seus direitos), só têm merecido o nosso total desprezo!

Realmente, a Igreja não "faz política" no estrito sentido da palavra mas a Igreja, por outro lado, não pode colocar-se fora, não pode abstrair-se dum processo em que ela (i.e., os seus elementos) está integrada, pois esses elementos (representantes ou clero) fazem parte (e parte viva) de uma sociedade na qual está inserida.

A missão da Igreja

A Fretilin não considera a Igreja como uma estrutura abstracta e muito menos uma estrutura irreal ou fictícia, pois a missão profética (eu diria a missão libertadora) deve torná-la, na prática, num suporte das massas para a sua libertação. E, como conceito, a libertação que pensamos pertencer à Igreja, não significando um envolvimento integral ou directo (mas, porque não? — embora devamos considerar sempre em termos relativos — não podemos admitir que uma posição como a tomada pelo Cardeal das Filipinas, pelo Bispo Tutu ou pelas Igrejas de todo o mundo que vão em defesa das liberdades, em defesa dos violentados, em defesa de soluções que respeitem os direitos de todos, não são, melhor dito, seja um envolvimento integral da Igreja nos processos políticos?), afirma, por si só, que qualquer posição a ser tomada pela Igreja deve, fundamentalmente, ir de encontro aos direitos e às liberdades da sociedade em que se insere cada uma. E, por isso mesmo, pensamos que as posições apolíticas só podem colocar a Igreja "em cima" da sociedade, só podem fazer da Igreja uma estrutura "morta", uma estrutura "sem missão" numa sociedade, o que na época contemporânea pode não dignificar a Igreja e, cremos, que uma situação assim só pode remeter a Igreja a um distanciamento com as massas.

Rev.do Padre, não nos iludamos com as "fantásticas" conversões pois, se queremos ser objectivos e realistas, com os pés bem assentes no chão de Timor-Leste, temos de concordar que a busca de protecção, aliada ao repúdio ao ocupante, está na base das "milagrosas" conversões. Não é nossa intenção ofender a Igreja com estes factos (que qualquer pessoa de bom-senso facilmente notará) mas simplesmente quero, com isso, afirmar que o nosso Povo espera e deseja manter a sua confiança de que a Igreja de Timor-Leste continue interpretando, com fidelidade, as suas aspirações, os seus anseios, a sua vontade, a sua luta! Doutro modo, o Povo Maubere pode perder essa confiança, que sempre depositou na Igreja, quando verificar que esta "contraria" aquilo que ele busca com o sacrifício da sua própria vida e não nos admiraremos se essas rápidas conversões se desmantelem... por culpa da própria Igreja!

A Igreja não deve ficar satisfeita somente com os números, que serão ilusórios se a prática da fé não comprovar. Nós sabemos (e lamentamos) a "guerra santa" que se desenvolve nas zonas controladas pelo inimigo: as conversões "ad hoc" — primeiro, baptiza-se e depois se aprende (se se aprende) a doutrina. Nada é mais prejudicial a uma Igreja que respeitamos! Conhecemos as dificuldades, conhecemos as boas intenções e os esforços, mas pensamos que a Igreja deve evitar a auto-satisfação pois a verdadeira essência das conversões pode ficar relegada a simples dados estatísticos.

Divisões entre o clero

Segundo o nosso entender, as circunstâncias da guerra permitiram essas conversões em massa e este facto, logicamente, demonstra a confiança do nosso Povo na sua Igreja. Esta confiança será um compromisso de fé se a Igreja não vacilar em se colocar sempre ao lado do nosso povo; caso contrário, a frustração será grande e o compromisso para o aprofundamento da fé dissolver-se-á nos "luliks" que "verdadeiramente defendem as aspirações" das massas. Eu não sou padre nem catequista mas, já anteriormente, conhecia muitos casos em que perante um problema, uma doença, uma aflição, os cristãos (quando muito) oravam a Deus nas igrejas mas, logo a seguir, iam fazer os "hamulak".



Xanana Gusmão, Comandante da Resistência.

Reverendo Padre, **não negamos nem esqueceremos nunca a decidida e corajosa atitude da Igreja de Timor-Leste e, para além disso, afirmamos que a nossa luta seria extremamente mais difícil não fosse o indispensável apoio que a Igreja de Timor-Leste tem vindo a conceder e a garantir à Resistência!**

Mas sabemos também que existem padres timorenses que são "seratus per sen" (cem por cento) indonésios e o próprio Mons. Belo (não renunciando ao direito do nosso Povo) hoje defendem a integração sob a fachada de "autonomia". Esta divisão (de opções políticas) no seio da Igreja retira a capacidade à Igreja de Timor-Leste de se apresentar, como o fez nos anos anteriores, como uma força de peso, como uma voz idónea... que também deve ser ouvida! A "deslumbrante" teoria que defendem os "seratus per sen" é uma vil traição ao nosso Povo e esta posição descredita a Igreja, porque alguns dos seus membros legitimam a força e o crime e protegem a injustiça não desejando a verdadeira paz para a pátria do Povo Maubere!

A paz só é possível em Timor-Leste com o assentimento da Fretilin; qualquer iniciativa de impôr uma paz pela rendição (que o fantoche "gubernur" procurava adocicar com "descida para as vilas para um processo de integração na sociedade") receberá como resposta a continuidade da guerra. Nós estamos capazes de continuar a atacar e destruir as vilas e campos e de parar, na maior parte do país, o trânsito nas rodovias e, se não o fazemos, é somente porque o Povo Maubere sofreria muito mais.

Como movimento de libertação, nós temos o **sagrado dever de continuar a afirmar ao nosso mil vezes heróico povo que prosseguiremos a luta, custe o que custar, até à vitória sobre o criminoso ocupante ou à exterminação total!**

Respeito pela Igreja

A confiança e o respeito que temos para com a Igreja de Timor-Leste pode dar lugar, como também ao nosso povo, a uma frustração irreparável se a Igreja de Timor-Leste virar as costas ao nosso Povo. Rev.do Padre, não é nenhuma ameaça (Deus me livre!), porém devo confessar que a desilusão será grande demais para a esquecermos facilmente!

Eu falo da Igreja como um todo, pois todos quantos estamos no mato estamos profundamente reconhecidos pelo facto de muitos padres sofrerem com o nosso Povo, não em palavras sensacionais mas numa acção firme e contínua, num esforço tenaz e persistente, ao lado do nosso Povo, e tendo à cabeça o venerando e mui querido Monsenhor Martinho Lopes! É, destes filhos de Timor-Leste, que a nossa Pátria precisa e é de filhos como o P.e Francisco Fernandes que o nosso Povo precisa!

Sua Santidade o Papa João Paulo II, quando se dirigiu aos catequistas, realçou o importantíssimo papel por eles desempenhado e declarou também que a Igreja necessitará sempre deles. Nós também somos de opinião que, com os Padres timores, verdadeiros filhos de Timor-Leste e com os Padres estrangeiros que se entregaram à causa do nosso Povo e um punhado de catequistas bem formados, podemos prescindir, absolutamente, dos "seratus per sen" pois a República indonésia necessitará desses cidadãos indonésios de 2.ª classe para converterem a imensa maioria muçulmana na pátria deles. E não irão sós, temos a certeza, pois terão um rico "gubernur" que os protegerá em todos os aspectos de uma autonomia, isso sim, no interior da grande Indonésia! Ali, poderão reclamar os seus direitos de "falarem livremente o português" e conversarem em "tetum" sobre as rupias que forem amontoando!

Apelo à Unidade

Reverendo Padre, perdoe-nos a linguagem e perdoe-nos este incontrolável estado de alma, mas é difícil, para nós, tolerarmos que alguns indivíduos pretendam a desgraça do nosso Povo, a sua destruição, a sua morte como Povo que é, igual a outros Povos do Mundo! No Pacífico Sul, um punhado de ilhéus com menos de meia centena de milhar de habitantes constituem um estado soberano; as Maldivas, as

(continua na pág. 8)

Portugal

PEREZ DE CUELLAR: "PORTUGAL NÃO ARREFECEU OS SEUS ESFORÇOS"

Há alguns tempos ouvíamos os responsáveis pela diplomacia portuguesa declarar que não podiam fazer nada por Timor-Leste porque a questão se encontrava nas mãos do Secretário Geral da ONU. Hoje podemos perguntar-nos se Perez de Cuellar não procura, também ele, fugir às suas responsabilidades. Respondendo a perguntas dos jornalistas, o Secretário Geral da ONU, em visita a Portugal, declarou: *"Trata-se de um problema entre Portugal e a Indonésia e a ONU não pode fazer muito, apenas facilitar os contactos"*.

Num discurso pronunciado perante Perez de Cuellar, Cavaco Silva definiu a presença indonésia em Timor-Leste como *"uma ocupação militar estrangeira, seguida de violações maciças dos direitos humanos e a recusa do exercício livre da escolha do seu destino"*.

Cavaco Silva rejeitou a tese indonésia segundo a qual a autodeterminação de Timor-Leste já se teria efectuado, e reafirmou a vontade portuguesa de prosseguir as negociações em Nova Iorque sob a égide do Secretário Geral da ONU, em busca de uma solução política para o problema.

O Primeiro Ministro qualificou ainda de *"inaceitáveis"* os entraves colocados à saída dos timorenses, como sucedeu e sucede com os quatro estudantes retidos em Jacarta pelas autoridades indonésias.

O Secretário Geral da ONU, num telegrama enviado a M. Soares após sua visita, afirma ter constatado que Portugal *"não arrefeceu os seus esforços para encontrar uma solução"*. □

FRANÇOIS MITTERRAND: "SOLIDARIEDADE COMUNITÁRIA"

O Presidente da República francesa visitou Portugal no passado mês de Abril. Um dos assuntos abordados nesta visita foi a questão de Timor-Leste. O representante da França na Comissão dos Direitos Humanos manifestou, em Fevereiro, a sua preocupação pela violação desses direitos em Timor-Leste. Até onde vai a mudança de atitude da França?

Interrogado por um jornalista acerca da sua posição após a viagem à Indonésia, Mitterrand respondeu: *"A impressão com que fiquei depois daquelas conversações (com os responsáveis indonésios) é de que estamos infelizmente longe de uma aproximação das teses em confronto. No entanto, a ONU não disse a sua última palavra. Se uma solução política se desenhasse a França considerá-la-ia, tendo em conta os princípios aos quais está ligada, quer se trate dos Direitos Humanos ou da solidariedade comunitária"* (*'Diário de Notícias'*, 6/4/87).

Durante a visita e depois de ter escutado Mário Soares declarar que a França *"como berço da liberdade e da fraternidade, não pode deixar de estar ao lado de Portugal na questão de Timor, pois só assim estará do lado do direito e justiça"*, Mitterrand afirmou estar convencido de que a solução não está para breve mas há que defender os Direitos Humanos no território.

Na conferência de imprensa final, Mário Soares lembrou aos jornalistas que Portugal não tem pretensões sobre Timor-Leste mas salientou a necessidade de defender o respeito pelos Direitos do Homem e a especificidade cultural do povo maubere. O Presidente da República declarou que não podia aceitar *"que Timor-Leste seja incorporado pela força num país não democrático como é a Indonésia"*. O Presidente francês mostrou-se mais reservado: *"O papel da França no plano mundial requer prudência"*, limitou-se a afirmar François Mitterrand. □

CARDEAL CASAROLI: CONVERSAÇÕES "CONFIDENCIAIS"

O Cardeal Casaroli, secretário de Estado do Vaticano, esteve em Lisboa no passado mês de Abril. Interrogado sobre Timor-Leste, o número dois da hierarquia do Vaticano tentou desdramatizar a situação actual da Igreja no território timorense. Considerou ser esta Igreja *"um espaço importante no seio da vasta comunidade católica, graças ao esforço missionário de Portugal"*.

O Cardeal congratulou-se também pelo acordo recentemente concluído entre Portugal e a China sobre o futuro de Macau, qualificando-o de *"muito interessante para Macau, para Portugal e para a Igreja católica"*.

Quanto às conversações com o Presidente da República, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, incidiram *"sobre Macau, Timor e a China"*, mas o Cardeal Casaroli considerou o seu conteúdo *"confidencial"*.

No que diz respeito a Timor, a mesura das afirmações do Cardeal, ou o seu silêncio, passando pela apresentação da Igreja timorense, que se encontra *"suficientemente bem"*, segundo as suas palavras, parece situar-se dentro do espírito de 'prudência' que tantas vezes caracteriza os dirigentes eclesiásticos ao evitar pronunciar-se sobre situações gritantes de violação de direitos. Esperamos, porém, que o contacto com as autoridades portuguesas terá permitido ao Cardeal Casaroli medir o grau de determinação de Portugal e que isso terá repercussões na própria posição do Vaticano. □

PORTUGAL: VETO ÀS RELAÇÕES CEE/ASEAN?

Entre a CEE e a ASEAN existem relações económicas importantes, tendo o Primeiro Ministro Cavaco Silva, na sua recente visita à Tailândia, país membro da ASEAN, declarado que poderia utilizar o seu direito de veto no seio da CEE se a Indonésia não aceitar rever a sua posição em relação a Timor-Leste. Parece, aliás, que já o teria feito em Novembro passado, ao opor-se a uma proposta da Comissão Europeia para elevar o nível da sua representação em Jacarta.

Por outro lado, o governo português, que recusou participar na reunião CEE-ASEAN, em Outubro do ano passado, por ela se efectuar na Indonésia, mas se fizera representar pelo governo britânico, não aceitou participar na reunião de Abril que novamente teve lugar em Jacarta, desta vez não se fazendo representar e endurecendo assim a sua posição.

Por ocasião da primeira ausência em Outubro, Portugal sofreu pressões de vários governos da CEE e Claude Cheysson, comissário da CEE, criticou esta ausência a pretexto de que um diferendo entre dois Estados não devia afectar as relações CEE-ASEAN. A *"solidariedade comunitária"*, da qual falou F. Mitterrand em visita a Lisboa, será um dia uma realidade? □

Internacional

U.S.A. CONTROLO FORÇADO DA NATALIDADE... (CONGRESSO)

O Sub-Comité das Operações Exteriores do Congresso americano, num relatório sobre as despesas de ajuda ao estrangeiro, manifestou a sua preocupação acerca de *"um programa de controlo da população imposto em Timor-Leste pelas autoridades ocupantes, apesar do severo despovoamento da ilha após a invasão indonésia em 1975"*. O relatório afirma que tais programas deveriam ser absolutamente voluntários, incluir uma formação adequada e respeitar os valores religiosos dos timorenses. □

...ASSUME CARÁCTER DE GENOCÍDIO (BISPOS CATÓLICOS)

A Conferência Episcopal Católica dos Estados Unidos acaba de publicar um documento denunciando a *"brutal invasão e ocupação de Timor-Leste, começada em 1975 pela Indonésia"* e apelando a uma *"paz justa e autêntica para Timor"*.

Chamando a atenção para a *"urgente necessidade de garantir a liberdade de expressão e o fim da intimidação da Igreja Católica em Timor"*, o documento assinala ainda a prática de esterilizações sem informação ou o consentimento dos interessados, afirmando que *"as medidas de controlo forçado da natalidade introduzidas pela Indonésia em Timor-Leste são particularmente inquietantes. (...) Dada a enorme perda de vidas já sofrida pela população, esta política indonésia assume o carácter de genocídio"*.

Os bispos norte-americanos terminam com um apelo aos responsáveis do seu próprio país *"que muito têm contribuído com assistência económica e militar à Indonésia"*, possuindo assim os meios *"para influenciar o governo da Indonésia a tomar medidas que ajudem a construir uma paz justa e autêntica no território, a pôr fim às políticas de controlo forçado da natalidade em Timor, e a melhorar os sofrimentos deste povo"*. □



AUSTRÁLIA

MINISTRO DEMITIDO POR CRITICAR INDONÉSIA

O Ministro estadual do Trabalho e dos Serviços Administrativos do território do Norte, Tom Harris, foi demitido das suas funções por ter qualificado o regime indonésio de *"ditadura militar"*.

Entretanto o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo federal australiano apresentou as desculpas do governo ao embaixador indonésio, A. Marpaung, que declarou serem falsas as afirmações de Tom Harris, como o demonstra a recente realização de eleições.

Observadores australianos consideram que a rápida demissão de Harris se deve às delicadas negociações sobre uma visita australiana à Indonésia, prevista para Junho. O embaixador indonésio, Marpaung, considerou ser pouco provável que o incidente afecte a melhoria das relações entre os dois países. □

"UMA DAS MAIS SOLITÁRIAS GUERRAS DE LIBERTAÇÃO"

"Existem ainda cerca de 3.000 homens armados da Fretilin, que continuam a combater o invasor indonésio sem auxílio do exterior", declarou Ross Fitzgerald, professor da Universidade de Queensland, na Austrália, ao apresentar fotografias provenientes de Timor, que atravessaram o bloqueio indonésio. *"Trata-se de uma das mais solitárias guerras de libertação do mundo"*, acrescentou R. Fitzgerald, *"dado que a Fretilin tem de contar apenas com o armamento indonésio que captura e com o que lhe é entregue pelos timorenses que desertam das forças indonésias"*. □

C.E.E.

AS O.N.G. DA C.E.E.

A XIII[a] Assembleia Geral das Organizações Não-Governamentais dos países comunitários aprovou por unanimidade uma recomendação pedindo o fim imediato das hostilidades da Indonésia contra o povo timorense.

Reunida em Bruxelas, em Abril passado, a Assembleia Geral das O.N.G. europeias defende que seja reconhecido ao povo timorense o seu direito à autodeterminação e à preservação da sua identidade étnica, cultural e linguística. Pede também à Comunidade Europeia que obtenha junto do governo indonésio o respeito pelos Direitos Humanos em Timor-Leste e que sejam tomadas medidas eficazes para que as O.N.G. possam desenvolver livremente programas de acção humanitária em favor do povo timorense. □

UNIÃO INTERNACIONAL DE JOVENS SOCIALISTAS

Representantes das juventudes socialistas de França e Portugal, reunidos em Estrasburgo, em 7 de Abril, estudaram acções de solidariedade com os jovens de Timor-Leste, no quadro da União Internacional de Jovens Socialistas (IUSY). □

CARTA DE XANANA GUSMÃO

(Cont. pág. 6)

Seicheles, por exemplo, são pontos que não se vêem no mapa e são países independentes. O Povo de Timor-Leste, com recursos naturais que garantem o seu progresso, não pode ser independente só porque a Indonésia não quer? A mensagem dirigida aos estudantes na Indonésia (e penso que V. Rev.cia já deve ter tomado conhecimento) foi para responder à vacilante posição assumida pelo Monsenhor e pelos "seratus per sen".

Garatujada sob a pressão da raiva de assistirmos que alguns filhos renegados desta terra e deste Povo ousem negar os direitos do nosso Povo e recorram a formas mais veladas para fazer desaparecer o nosso Povo, peço, no entanto, a V. Rev.cia para que transmita a nossa mensagem, esta mensagem, a outros Padres e o apelo da direcção da luta no sentido de quebrarem esta situação política no seio da Igreja e fazê-la readquirir **o peso da sua voz!**

Para finalizar, peço imensas desculpas pelo carácter desta mensagem mas penso que são estes os cruciais problemas em que o nosso Povo se debate, na medida em que uma postura inadequada por parte da Igreja só arrastará os sofrimentos e prolongará a guerra, proporcionando ao vândalo agressor capacidade de ir exterminando o nosso Povo!

Timor-Leste, aos 17 de Junho de 1986

Com muita estima e consideração,
Kay Rala Xanana Gusmão □

Ficha técnica:

Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00

em
timor-leste
a paz é possível

N.º 23 — JAN./FEV. 1988

1975 - 1987
UMA GUERRA DE OCUPAÇÃO QUE OS GENERAIS INDONÉSIOS PENSAVAM RESOLVER EM 15 DIAS DURA HÁ 12 ANOS!

Qual o ponto da situação após estes 12 anos? A primeira Consulta Cristã da Ásia/Pacífico sobre Timor-Leste resume a situação actual em 7 pontos:

1. Timor-Leste continua a ser um dos mais importantes problemas militares da Indonésia. O número de tropas de combate no território, as estruturas dos comandos especiais directamente controladas a partir de Jacarta, a situação de apertada segurança interna e a contínua negação de acesso ao exterior, ilustram claramente essa importância.
2. A presença indonésia em Timor-Leste não se resume à ocupação militar mas apresenta cada vez mais um carácter colonial. A economia está controlada por monopólios dominados pela elite indonésia e a vida social, cultural e política está estruturada para servir os interesses indonésios, à custa do povo timorense que é, sistematicamente, excluído, marginalizado e desprovido de poder.
3. Gritantes violações dos direitos humanos continuam a ser praticadas, com intensidade variada. É também necessário reconhecer que o sempre presente clima de medo e as restrições quanto à livre comunicação, direitos legais, reunião e movimentação estão agora institucionalizadas em Timor-Leste. A supressão da cultura timorense e a sistemática indonesianização da sociedade timorense constituem igualmente um abuso dos direitos fundamentais para a preservação da identidade timorense.
4. A resistência armada timorense à integração permanece, aparentemente, indestrutível e constitui um poderoso símbolo de oposição timorense à anexação. Contudo, deve salientar-se que as atitudes timorenses menos conhecidas, em todos os níveis da sociedade incluído o clero, funcionários públicos, estudantes, e o povo nas aldeias, são testemunho de que a oposição à integração continua entrincheirada por todo o território de Timor-Leste.
   Isto reflecte-se igualmente na decisão dos dois partidos políticos, UDT e Fretilin, de actuar conjuntamente na luta política pela independência.
5. A Igreja Católica local tem crescido rapidamente, tornando-se uma organização massiva à qual adere a maioria dos timorenses. Encontra-se sob a administração directa do Vaticano através de um Administrador Apostólico e não faz parte, formalmente, da Igreja indonésia. A Igreja timorense continua a clamar pelo fim do conflito e dos abusos dos direitos humanos e por uma solução justa, bem como por maior liberdade para cumprir com as suas pesadas responsabilidades pastorais. A Igreja encontra-se sujeita a consideráveis pressões políticas, externa como internamente, e sente intensamente o seu isolamento. Necessita de ver aumentados os apoios e contactos, especialmente por parte da comunidade eclesial internacional.
6. Os laços ocidentais e regionais, económicos, políticos, militares e de segurança com a Indonésia constituem um dos maiores obstáculos para o avanço da causa timorense. A nível regional tal situação é exemplificada pela interdependência das economias japonesa e indonésia, pelos compromissos políticos da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), pela cooperação activa com a Indonésia de outros governos da região, particularmente da Austrália e Papua Nova Guiné, e pela crescente ambição indonésia de alargar a sua influência política ao Pacífico Sul.

(Continua na pág. 7)

SUMÁRIO:

Interior 2
Aldeias de concentração
Prisioneiros políticos

Internacional 5
Departamento de Estado dos E.U.A
Primeira Consulta da Ásia-Pacífico

Igreja 9
Igrejas indonésias e Timor
Apelo de Mons. Belo

SITUAÇÃO NAS ALDEIAS DE CONCENTRAÇÃO

Chegaram-nos informações, datadas de 1986, sobre aldeias de concentração. Aliás, a situação no interior de Timor-Leste e o bloqueio a que o território está submetido dificulta a recolha e o envio para o exterior dessas informações. Estes breves quadros, por reduzidos que sejam, completam os de Klalerek-Mutin e Laclubar, publicados no último boletim. A sua multiplicação tende a revelar algumas linhas comuns da situação prevalecente em Timor-Leste.

Sepelata, Iralafai, Missão (Fuiloro) e Txauluturo

A população só pode sair para as suas hortas quando os 'babinsas' (militar representante do KORAMIL — comando do sub-distrito) colocados em cada campo, lhes concede autorização. O controlo das saídas e entradas é feito na casa do 'babinsa': as saídas são às 8 horas e o regresso às 12 ou 13 horas. Quase todos os dias soa o sinal de inspecção (de surpresa) decidido pelos 'babinsas' para reunir a população e verificar se alguém saiu ou entrou sem passar pelo controlo.

A população é obrigada a trabalhar todos os dias na construção de estradas sem receber pagamento por esse trabalho. Mas ainda antes de partir para o trabalho na estrada a população tem de fazer a limpeza em redor dos postos militares, das 6 às 9 horas da manhã.

Por vezes, a população sai do campo para ir buscar cocos ou "kumbilis" nas zonas de povoações abandonadas, sendo sempre acompanhada por uma secção do Batalhão 312. No regresso, cada pessoa que saiu tem de entregar aos militares dois cocos e os produtos alimentares de que eles precisam.

A população destes quatro campos sofre de fome desde Maio. Em SEPELATA, 11 famílias ainda possuem uma lata de milho, algumas têm meia lata, mas a maioria já não tem nada para comer. Na MISSÃO (FUILORO), 25 famílias têm ainda uma lata, algumas meia lata, e a maioria não tem nada. Em TXAULUTURO, 6 famílias têm uma lata, a maioria está a passar fome. A falta de terras cultivadas e a improdutividade das outras são as causas da fome.

Txai-Supalira

Cinco dias por semana de trabalho forçado nas estradas, das 7 horas da manhã ao meio-dia. *"Este trabalho de construção de estradas, no qual vocês colaboram directamente, é para o progresso e o desenvolvimento de Tim-Tim* (nome dado pelos indonésios a Timor-Leste). *É um dever que estão a cumprir"*, declara o oficial indonésio.

Depois do meio-dia, a população vai directamente para as suas terras de cultivo sem almoçar, visto que às 15 horas tem de regressar ao campo.

A área de cultivo é autorizada num raio de 50 metros à volta do campo e o tempo de trabalho não é suficiente para alargar essas culturas. A população não tem autorização para sair do campo e procurar cocos, "kuans" ou "kumbilis" e, portanto, sofre de fome.

A primeira colheita de milho foi má devido às severas medidas de segurança impostas pelos indonésios. Os javalis, macacos, "lorikus" e papagaios destruíram grande parte da colheita, que apenas chegava para cinco meses. A população estava a contar igualmente com as abóboras, a mandioca e inhames, mas a nova companhia do Batalhão 327 veio instalar-se no lugar da antiga aglomeração de TXAI, devastando as hortas da população.

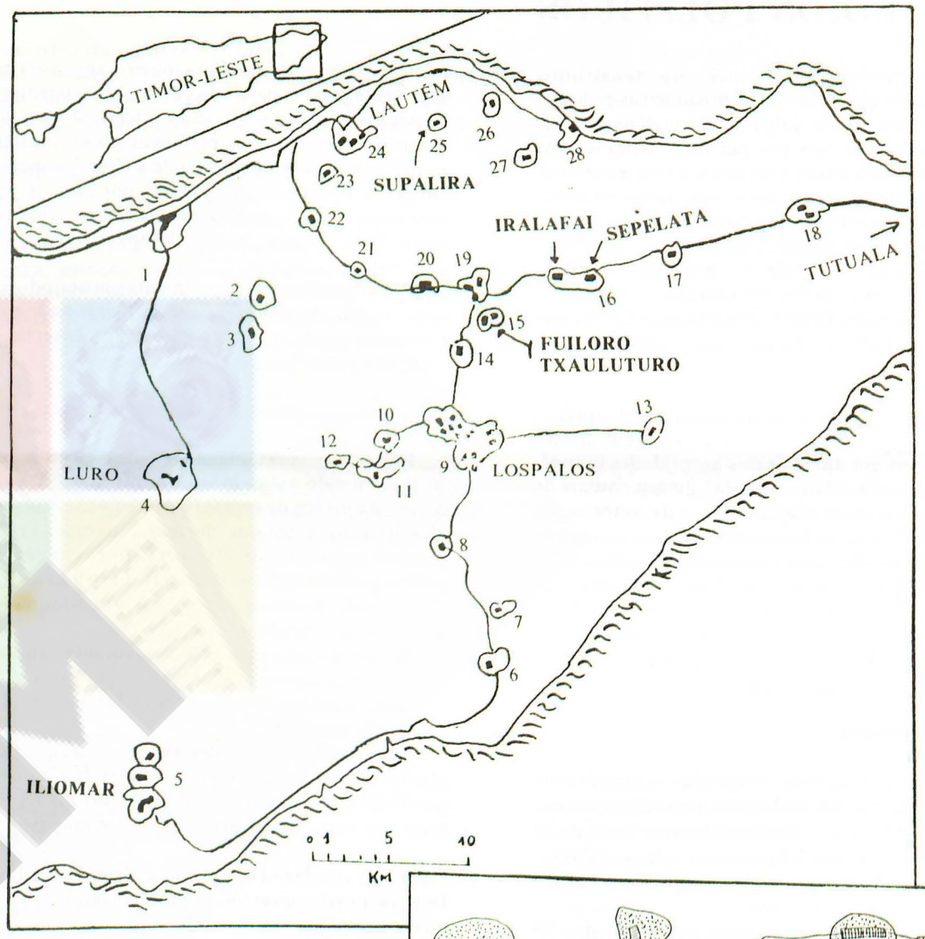
Iliomar

A população está autorizada a cultivar a terra numa distância de 80 a 100 metros do campo e a circulação limita-se a estas mesmas distâncias. Desde o levantamento de 1983, a população está proibida de cultivar para além dos postos de guarda ("jagas"). Do facto resultam longos períodos de fome. Além das hortas particulares, pequenas e de má qualidade, existe apenas um campo colectivo para os quatro "sucos" reunidos em ILIOMAR. Este campo, situado a 3 km do aldeamento, é cultivado pelos "hansips" (tropas auxiliares timorenses) e fornece 1 kg e meio de cereal por pessoa/ano.

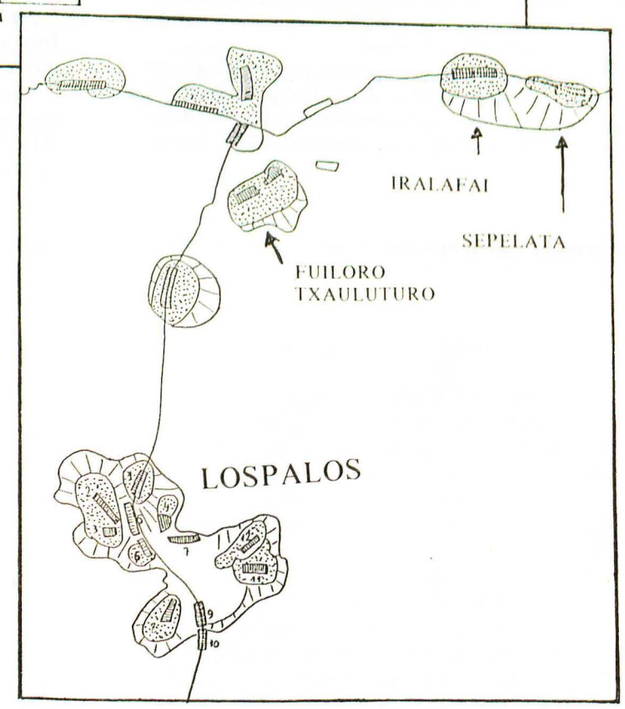
Um dia, o DANRAMIL (comandante do KORAMIL) de Baucau, em visita a este posto declarou que se a população de ILIOMAR não fosse transferida para um local onde as condições do terreno permitissem a extensão das suas culturas, ela poderia extinguir-se. Mas, em lugar de ser transferida, a população teve de acolher as famílias que tinham sido deportadas para o campo-prisão de PURUGOA e para as quais a Cruz Vermelha Internacional obtivera o regresso à sua região de origem. Estas famílias, cujas casas tinha sido destruídas quando foram deportados, partilham desde há cerca de um ano as casas de parentes, já que não têm possibilidade de construir novas habitações, visto não poderem sair do campo para procurar os materiais necessários. Cada uma das aldeias que compõem hoje o campo de ILIOMAR contava, no tempo da presença portuguesa, com 50 a 60 homens válidos, sem contar as mulheres, crianças e inválidos; hoje não são mais de 10 a 20 homens. □

Ficha técnica:

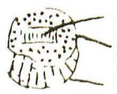
Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00



Mapa da região da Ponta-Leste, onde se situam as aldeias de concentração atrás mencionadas, com descrição mais detalhada na figura de baixo. É de notar a delimitação estrita de cada aglomerado.



ALDEIAS DE CONCENTRAÇÃO



Zona de habitação
Zona de cultivo
Zona de colheita

PRISIONEIROS POLÍTICOS

Amnistia Internacional, no seu relatório anual, apresenta em destaque o caso dos prisioneiros políticos de Timor-Leste que foram julgados e condenados sem nenhuma garantia de justiça por parte dos tribunais, na directa dependência do poder executivo, e sem a presença de observadores, que as autoridades indonésias recusam.

Num outro documento, Amnistia Internacional divulga os nomes de 136 prisioneiros políticos timorenses detidos nas prisões de COMARCA e BECORA, em Dili. Condenados a pesadas penas encontram-se 43 outros timorenses na prisão de CIPINANG (JAVA) a 2500 km de Timor-Leste e, segundo AI, 12 esperam o julgamento na COMARCA.

Estes números não representam a totalidade dos prisioneiros políticos timorenses, mas têm a vantagem de não poderem ser postos em dúvida pelas autoridades indonésias, dado que são a face "oficializada" do seu sistema de repressão. Em troca desta oficialização e da autorização concedida à Cruz Vermelha Internacional para visitar três vezes por ano as 3 prisões acima nomeadas, as autoridades indonésias recebem os relatórios da Cruz Vermelha, nos quais declara ter visitado os prisioneiros políticos. Estes relatórios, onde apenas se mencionam os cerca de 180 prisioneiros já referidos, são citados nas Nações Unidas para mostrar que a situação é "razoável".

As detenções continuam

Em Agosto de 1985, já Amnistia publicara uma lista de 154 pessoas julgadas e condenadas, das quais 153 se encontravam na prisão. O jornal indonésio "Jacarta Post" de 20 de Agosto último, refere que 24 prisioneiros foram libertados das prisões de Dili, na maioria dos casos antes do cumprimento total das suas penas.

O exame das listas de prisioneiros políticos e dos 24 libertados, comparando com as listas de Agosto de 1985, permite concluir que 64 dos prisioneiros e 8 dos libertados não faziam parte das listas em Agosto de 1985. Assim, entre Setembro de 1985 e Agosto de 1987, pelo menos 72 timorenses foram julgados e condenados por razões políticas. Significa isto que mais de um terço dos prisioneiros julgados foram-no ao longo dos últimos 2 anos, um dado que parece contradizer as afirmações indonésias acerca da normalização da situação em Timor-Leste.

As vantagens de ser julgado... e condenado

Ainda que os processos não tenham qualquer significado quanto à prática da justiça — os advogados de defesa designados oficiosamente pelo tribunal são indonésios que, segundo as suas próprias declarações, pedem aos réus que se declarem culpados para avançar mais depressa — e ainda que todos os acusados sejam condenados, é vantajoso ser julgado.

Existem em Timor-Leste muitos prisioneiros políticos que nunca foram apresentados a tribunal. Os primeiros prisioneiros a serem julgados foram-no em fins de 1983, oito anos após a invasão. Muitos passaram 3 a 4 anos na prisão antes do julgamento. Esta situação melhorou um pouco ultimamente: os prisioneiros julgados nos últimos dois anos, e dos quais se conhece a data de detenção, foram julgados entre 4 a 24 meses após a sua detenção.

O julgamento de um prisioneiro apresenta assim algumas vantagens. A partir da condenação, o tempo de prisão começa a contar e é marcada uma data para o fim desse suplício. Além disso, os prisioneiros são transferidos para as prisões oficiais, aquelas onde a Cruz Vermelha Internacional os poderá visitar 3 vezes por ano. A partir desse momento serão também recenseados, pelo menos pela Cruz Vermelha, e o seu desaparecimento seria mais embaraçoso.

Para o prisioneiro é igualmente um período mais calmo que começa. As prisões militares locais onde passaram os primeiros meses após a detenção são, de facto, os lugares onde são interrogados e torturados.

A confirmação das informações da Fretilin

Entre 72 pessoas julgadas desde há 2 anos, pelo menos 30 tinham sido assinaladas em informações cujas fontes, devido à ameaça de represálias, não podem geralmente ser identificadas, e nas que chegam através da Fretilin. Essas pessoas tinha sido detidas pelas forças militares ou pela polícia política indonésia (Intel). Em 19 casos, a informação assinalava que tinham sido maltratadas ou torturadas, informação omitida nos outros casos.

As autoridades indonésias, involuntariamente, ao trazerem estes prisioneiros perante o tribunal, vêm confirmar a seriedade destas informações saídas de Timor através de canais clandestinos.

Analisando os casos destas 30 pessoas que puderam ser identificadas nas informações vindas de Timor, é também possível fazer uma pequena ideias das razões que podem levar um timorense a ser julgado e condenado.

7 pessoas condenadas porque a Cruz Vermelha Internacional contactou com deportados que a Indonésia lhe escondia

Em Agosto de 1986, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) é informado da existência, junto de AILEU, a 50 km de Dili, de 149 pessoas deportadas, algumas das quais desde 1979, outras desde 1982, retidas nos campos de AISERIMOU e MANU TANI, e impedidas de regressar às suas regiões de origem. Dada a proximidade, a missão do CICR presente em Dili decide verificar a veracidade desta informação e desloca-se a AILEU sem pedir autorização aos militares indonésios (ver boletim n.º 21).

A liberdade tomada pelo CICR não agradou aos militares. Em 23 de Agosto, o Kodim de AILEU detinha:

— Adriano Corte-Real, 38 anos,
— Calisto Corte-Real, 28 anos, e
— Ronaldo Pereira,

vivendo estes três deportados nos campos de AISERIMOU e MANU TANI.

Simultâneamente, fora detidos:

— Justino Ribeiro, enfermeiro e antigo prisioneiro,
— Jaime Soares, catequista e antigo prisioneiro,
— Egídio de Jesus, funcionário público (tesoureiro), e
— Henrique Falcão, antigo deportado de Ataúro, que estabeleceu contacto com a Cruz Vermelha por outro motivo.

Todos eram suspeitos de ter informado a Cruz Vermelha sobre a existência de deportados.

(continua na pág. 8)

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS E.U.A.

Os excertos do relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América sobre Direitos Humanos, que a seguir transcrevemos, deixam transparecer a preocupação de poupar a Indonésia, aliada privilegiada dos E.U.A. na zona.

É de lembrar que numerosos congressistas, bem como 50% por cento dos senadores norte-americanos, interpelaram em várias ocasiões o Departamento de Estado sobre a questão de Timor-Leste. Não podia este, portanto, ignorar o problema, embora tente atenuar as acusações feitas à Indonésia, mencionando factores pretensamente positivos (acesso ao território, desenvolvimento, amnistia, presença da Cruz Vermelha Internacional, libertação de três estudantes...).

Apesar deste objectivo, o relatório é conclusivo: o KOPKAMTIB (Comando para a Restauração da Segurança e da Ordem) não tem apenas *"plenos poderes para deter e interrogar as pessoas susceptíveis de pôr em perigo a segurança"*, **como também** *"não torna públicas"* **as suas acções, nega** *"qualquer tipo de protecção"* **(incluindo, portanto, a da Cruz Vermelha) e até a lei** *"é constantemente violada"*.

"Em 1986, o Governo continuou os seus esforços para consolidar o controlo e melhorar o bem-estar do povo de Timor-Leste. Ocorreram escaramuças periódicas entre a guerrilha da Fretilin e o exército com um número de baixas desconhecido, embora pequeno de ambos os lados.

O Governo continua a permitir um acesso selectivo (ao território) incluindo visitas diplomáticas sob escolta, visitas de jornalistas ocidentais e, pela primeira vez desde 1975, a visita de um parlamentar português. As organizações internacionais de direitos humanos viram ser-lhes negado o acesso ou autorização para assistirem a julgamentos.

Como resultado de ambiciosos planos governamentais, Timor-Leste está a beneficiar de melhorias significativas no campo dos serviços sociais, particularmente no que diz respeito a centros de educação e saúde, comunicações e situação económica.

Os relatórios de execuções sumárias em 1986 não analisam separadamente os casos de Timor-Leste e Irian Jaya. Ambas são áreas de constantes hostilidades entre as autoridades e os grupos rebeldes locais, limitando o Governo o acesso a estes territórios. O Governo continua a oferecer amnistia aos rebeldes de ambas as províncias. Segundo os relatórios, mais de 50 guerrilheiros da Fretilin renderam-se em 1986, sendo-lhes permitido, segundo os termos da amnistia, estabelecer-se na comunidade local sob o controlo da polícia e da Igreja.

Muitos relatórios sobre desaparecimentos referem casos verificados até 1986. O acesso regular da Cruz Vermelha Internacional às prisões de Timor-Leste ajudou a localizar pessoas ditas desaparecidas.

A organização militar KOPKAMTIB tem plenos poderes para deter e interrogar pessoas suspeitas de pôr em perigo a ordem pública. As prisões e detenções feitas ao abrigo destes poderes raramente ou nunca são tornadas públicas, embora a prisão dos três estudantes timorenses em Jacarta tivesse sido reconhecida e os estudantes libertos. As pessoas presas e detidas sob a responsabilidade do KOPKAMTIB não têm direito a ajuda legal ou a outro tipo de protecção.

Os mandatos judiciais são obrigatórios, excepto em casos de suspeita de conspiração subversiva, crimes económicos e corrupção.

No entanto, segundo relatos frequentes, esta lei é constantemente violada, subrepticiamente ou mesmo abertamente.

As chamadas telefónicas, tanto locais como internacionais, estão geralmente sob escuta pelas autoridades.

Embora a correspondência não seja geralmente violada, as cartas "de" e "para" Timor-Leste são sujeitas a exame oficial.

Em Timor-Leste há restrições à liberdade de reunião das pessoas, mas o governo autoriza os partidos políticos e a reunião pública de pessoas com fins sociais ou religiosos, desde que não haja suspeita de risco.

Verificam-se também restrições na deslocação de pessoas para e no interior de Timor-Leste. A maioria da população rural timorense que vivia nas zonas Centro e Leste da província foi instalada em aldeamentos criados pelo governo desde 1979, para isolar a população dos rebeldes da Fretilin e facilitar o seu acesso à saúde, educação e outros serviços governamentais." □





IGREJA UNIDA AUSTRALIANA TOMA POSIÇÃO

A Igreja Unida da Austrália (Uniting Church of Australia — UCA) publicou, em Junho último, um importante documento intitulado "A Igreja Unida e Timor-Leste". Apresentado como uma análise da situação actual em Timor-Leste, e expressão da solidariedade com as Igrejas de Timor-Leste *"que animam o seu povo nos esforços para alcançar uma solução justa, condição para a paz, segurança e esperança"*, este relatório continua o debate sobre Timor-Leste que se vem fazendo no seio das Igrejas protestantes. Debate nem sempre pacífico: *"A UCA enfrenta o mesmo dilema da Igreja católica: como desenvolver a nossa acção e relações de forma a não destruir a relação com a Indonésia (Igreja e Estado) nem distanciar-se do povo que luta em Timor-Leste. É um assunto difícil, porque levanta a questão do nosso reconhecimento, ou não, da capacidade do PGI (Conselho das Igrejas Protestantes da Indonésia) para falar dos problemas de Timor-Leste"*.

Trata-se, efectivamente, da apresentação clara de um problema fundamental, por uma Igreja.

O relatório começa com uma descrição factual dos antecedentes do conflito, invasão indonésia, e apoios do povo timorense, mormente a Igreja católica. *"A Igreja católica (como instituição) encontra-se perante um dilema: ou aceita a integração de Timor-Leste como facto consumado ou apoia a actual luta de libertação liderada pela Fretilin. Se aceita a integração ou a anexação, a Igreja separa-se da maioria do povo"*.

No capítulo sobre a situação actual de Timor-Leste, são assinaladas quatro grandes áreas de negação dos direitos do povo timorense:

- assassínios e tortura;
- falta de liberdade de expressão, de reunião e censura da imprensa;
- des-timorização de Timor-Leste e controlo da população: escolas, língua indonésia, transmigração, controlo obrigatório da natalidade, prostituição forçada a troco da vida;
- Não exercício do direito à autodeterminação: a continuação da luta até hoje indica que tal acto nunca ocorreu.

O sumário da situação conclui afirmando: *"O problema dos direitos humanos não pode ser separado do problema da autodeterminação"*, e *"é pouco provável que o Governo indonésio dê o seu acordo à existência de um governo semi-independente em Timor-Leste"*. *"A situação não se pode resolver militarmente. Só uma solução política poderá resolver a longo termo os problemas da área"*.

Como atrás referimos, o documento é, no entanto, especialmente significativo ao examinar o papel do Conselho das Igrejas Protestantes (PGI): *"Em declarações públicas, o PGI tem-se colocado abertamente ao lado do governo indonésio na sua invasão a Timor-Leste. Ao mesmo tempo que criticou publicamente Portugal por ter falhado na preparação de Timor-Leste para descolonização, apoiou a invasão indonésia"*. *"Uma das razões que justifica o importante lugar dos cristãos entre os líderes indonésios é o seu passado envolvimento na luta da Indonésia pela independência. Existe na comunidade cristã indonésia uma tradição de compromisso pela liberdade e direitos humanos. Esperávamos que esta tradição estivesse mais presente na questão de Timor-Leste"*.

No capítulo final do documento, a UCA refere-se a novas formas de relacionamento com as Igrejas em Timor-Leste. *"Até agora, as Igrejas (protestantes) têm adoptado a posição de não fazerem declarações ou apelos se para tal não forem requeridas pela Igreja local. Seguimos idêntica posição em relação a Timor-Leste, dependendo das informações do PGI. (...) Talvez seja altura de a UCA procurar conselho junto da Igreja mais próxima do povo timorense: a Igreja católica de Timor-Leste"*. □

PRIMEIRA CONSULTA DA ÁSIA PACÍFICO SOBRE TIMOR-LESTE

Decorreu em Manila, Filipinas, de 16 a 18 de Novembro, a primeira consulta sobre Timor-Leste de organizações cristãs e de solidariedade da região Ásia-Pacífico. A comprovar o interesse e preocupação que a questão suscita na área, apesar da pouca informação em geral a que até agora teve acesso, está o número de participantes — cerca de 40 — provenientes de 13 países.

A Consulta teve lugar após uma Conferência do Nuclear Free and Independent Pacific, igualmente realizada em Manila, com a participação de delegações de cerca de 20 países da região, onde a questão de Timor-Leste foi objecto de atenção e aprovada uma moção de solidariedade com o povo timorense e a sua luta de resistência.

Convocada pelo grupo australiano 'Christians in Solidarity with East Timor' e pelo Conselho Nacional de Igrejas das Filipinas, a Consulta contou com a participação de representantes dos dois partidos políticos timorenses, Fretilin e UDT.

Os trabalhos começaram com uma análise da situação interna em Timor-Leste, ocupação, direitos humanos e Igreja, dando especial relevo ao carácter colonial da ocupação e à resistência, nas suas diversas componentes, como resposta do povo timorense. Sublinhou-se a necessidade do apoio à Convergência Nacionalista pelas organizações de solidaridade, em ordem ao seu reconhecimento e participação nas decisões que dizem respeito ao futuro do povo de Timor-Leste.

Reproduzimos já no editorial um resumo da análise global da situação, feita pelos participantes.

O debate da questão timorense nas Nações Unidas e o papel desempenhado por Portugal mereceram uma atenção particular.

Os participantes na Consulta dirigiram-se aos órgãos de soberania portugueses, afirmando a importante responsabilidade de Portugal na garantia de uma solução justa e protestando contra a ambiguidade manifestada em recentes declarações do Governo português. Os participantes apelaram ainda às autoridades portuguesas a reconhecer formalmente os dois partidos timorenses e a promover a sua participação no processo negocial.



"... Apelos ao diálogo directo com a comunidade cristã em Timor-Leste, num espírito de solidariedade e comum empenho pela justiça e pela paz: ajudar a construir a Igreja em Timor-Leste não apenas com material e pessoal mas, sobretudo, livre, aberta e com identidade própria."

(do documento da Uniting Church of Australia)

Quanto à discussão sobre Timor-Leste nos fóruns das Nações Unidas, tais como a Comissão dos Direitos Humanos, Comité de Descolonização, e outros onde a questão se mantém em debate, os participantes acordaram no estabelecimento de uma rede entre si, coordenando informação, dados sobre Organizações Não Governamentais autorizadas a intervir junto dos corpos das Nações Unidas, bem como 'timings' no que diz respeito aos contactos a desenvolver a nível local com outras organizações, Igrejas, parlamentares, etc., em vista à participação em fóruns internacionais e extra-ONU.

As próximas reuniões das duas Comissões acima mencionadas foram consideradas momentos importantes de intervenção, devendo começar-se desde já a análise dos meios de influência sobre a Comissão dos Direitos Humanos, a decorrer em Fevereiro de 1988, em Genebra.

Ficou, entretanto, expressa a consternação dos delegados à Consulta pelos inadequados relatórios oficiais das Nações Unidas sobre a questão de Timor-Leste, tendo-se recomendado que sejam apresentadas petições junto do Secretário-Geral, reclamando a plena participação dos timorenses.

Ainda no plano internacional salientou-se a importância do papel desempenhado pelo Vaticano, que tem assumido a responsabilidade directa pela Igreja Católica de Timor Leste. Recomendou-se que sejam dirigidos apelos à Santa Sé, particularmente por organismos católicos, para que mantenha sob a sua directa jurisdição a diocese de Dili, até ser alcançada uma solução justa baseada no direito do povo timorense à autodeterminação.

No mesmo espírito se recomendaram apelos ao Conselho Mundial das Igrejas e à comunidade protestante internacional para que dialoguem directamente com a comunidade cristã em Timor-Leste, em lugar de apenas o fazer através das Igrejas indonésias, cujas teses pró-governamentais são conhecidas, num espírito de solidariedade e comum empenho pela justiça e pela paz: ajudar a construir a Igreja em Timor-Leste não apenas com material e pessoal mas, sobretudo, livre, aberta e com identidade própria.

Para implementar as linhas de acção decorrentes da análise feita, com os recursos existentes, os participantes na Consulta aprovaram as seguintes propostas:

1. Fornecimento de informação básica sobre a questão, à comunidade ampla;
2. Informação regular ao serviço de organizações não-governamentais na Ásia e no Pacífico;
3. Estabelecimento de grupos de apoio na Papua Nova-Guiné e nas Filipinas;
4. Informação e lobbying nos principais foruns políticos, extra-Nações Unidas;
5. Documentação sobre os efeitos da ocupação indonésia, e colonização em Timor-Leste, sobre as mulheres e as crianças;
6. Encorajamento a organizações de direitos humanos, humanitárias ou outras, para procurar acessos independentes a Timor-Leste.

E a primeira Consulta sobre Timor-Leste da região Ásia-Pacífico terminou os trabalhos em clima de festa, não ainda a festa de Timor-Leste livre e seguro do seu porvir — que esse ainda enfrenta muitas ambiguidades e silêncios da comunidade internacional — mas a da solidariedade de **povo a povo**, onde cada gesto forte e amigo é já um passo ganho. Foi decidida nova convocação em data a anunciar. □

UMA GUERRA DE OCUPAÇÃO...

(Continuação da pág. 1)

7. Timor-Leste não tem sido objecto de votação na Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1982 e a Indonésia continua a sua grande campanha diplomática e de desinformação, para boicotar qualquer discussão sobre o assunto. Timor-Leste permanece, no entanto, uma questão que suscita activo interesse numa série de corpos das Nações Unidas e em muitos foruns internacionais e nacionais, envolvendo governos, partidos políticos, parlamentos, Igrejas e organizações não-governamentais.

A própria Indonésia nada ganhou com esta guerra — bem pelo contrário — mas os militares que detêm o poder não podem aceitar a humilhação de uma derrota e obrigam a nação, incluindo as Igrejas da Indonésia, a considerar a indonesianização de Timor-Leste como uma causa nacional. Esta colaboração das Igrejas indonésias com o seu governo é facilitada pela informação deformada que circula no país.

Após 12 anos de ocupação estrangeira, a vontade de independência dos timorenses aprofundou-se e fortaleceu-se.

Frente ao impasse que se verifica no território, assume grande importância a responsabilidade da comunidade internacional. □

CONSELHO DA EUROPA

30 de Setembro de 1987. O deputado socialista Manuel Alegre propôs em Estrasburgo que a situação de Timor-Leste seja debatida no Conselho da Europa dado que esta questão diz respeito não só a Portugal, mas a toda a comunidade internacional. *"Portugal não pode abdicar das suas responsabilidades políticas e morais. Pensamos que os nossos parceiros europeus devem também assumir as suas. O Conselho da Europa é por excelência o forum dos Direitos do Homem. A situação de Timor-Leste constitui uma das violações mais flagrantes desses direitos"*, afirmou o deputado português.

Deveria ser apresentada nesta Assembleia, em Janeiro, uma resolução condenando a ocupação militar de Timor-Leste e a violação dos direitos humanos, declarou Manuel Alegre. □

ASSEMBLEIA ACP / CEE

"O *s países que se orgulham de respeitar os direitos humanos não podem, por razões de Estado, esquecer o martírio do povo maubere"* declarou o Presidente Mário Soares na Assembleia dos países ACP-CEE reunida em Lisboa no final de Setembro-início de Outubro.

A Assembleia Parlamentar ACP-CEE reúne representantes de 66 países da África, Caraíbas e Pacífico e um número igual de parlamentares da CEE.

Por proposta de deputados de todos os partidos portugueses e de representantes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, a Assembleia aprovou por unanimidade uma resolução sobre a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia.

Uma resolução semelhante tinha sido rejeitada na última Assembleia reunida em Arusha, considerando que ela era estranha no quadro da Convenção de Lomé.

A Assembleia votou agora a referida resolução, argumentando que Portugal, potência administrante de Timor-Leste, é membro da Convenção de Lomé e que esta apoia a autodeterminação e independência dos povos colonizados.

Embora a Assembleia não tenha qualquer poder executivo, a unanimidade que aí se manifestou, assim como os resultados da Assembleia Mundial da União Interparlamentar que se realizou algumas semanas mais tarde, não deveria deixar os governos indiferentes. Tal como afirmou o Presidente Mário Soares, a *"razão de Estado"* não pode justificar tudo. □

PARLAMENTARES: VISITA PREPARADA

A eventual visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste sobre a qual as delegações portuguesa e indonésia nas conversações de Nova York chegaram a um acordo de princípio (ver boletim n.º 22, pág. 1), mas que não tem ainda o acordo do governo português, encontra-se já em preparação em Timor. Informações recentes chegadas até nós dão-nos conta do estado dos trabalhos que estão a ser efectuados em algumas estradas e aldeias que supostamente serão visitadas pela delegação. As mesmas informações assinalam ainda que manifestações anti-portuguesas estão a ser preparadas por iniciativa e com o apoio da administração indonésia. Refugiados timorenses em Portugal dizem que manifestações semelhantes tinham sido organizadas em 1983 aquando da visita a Timor de uma missão parlamentar australiana; nessa altura, alguns presos tinham sido retirados da prisão e forçados a participar nas manifestações antes de regressar às suas celas. □

PRISIONEIROS POLÍTICOS

(Continuação da pág. 4)

Um timorense ao serviço da Cruz Vermelha, José Guterres, teve oportunidade de entrar na MESSPEMDA (casa do governo regional) em AILEU onde pôde ver seis deles com sinais de maus tratos. Informada, a Cruz Vermelha Internacional perguntou por que razão eles tinham sido detidos mas, apesar da evidência, as autoridades responderam que sabiam há já bastante tempo que estas pessoas tinham contactos com a resistência.

De AILEU, os prisioneiros foram levados para uma casa próxima do Kodim de Dili e ocupada pelos comandos da Intel (polícia política) onde se encontravam ainda alguns no início de 1987.

Calisto Corte-Real e Jaime Soares foram julgados em 1986 e condenados, respectivamente, a 1 ano e 1 ano e meio de prisão.

Os restantes foram julgados em 1987, e condenados a penas compreendidas entre 1 e 3 anos de prisão. □

4.ª CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE

De 22 a 24 de Janeiro terá lugar em Lisboa a 4.ª Consulta Cristã sobre Timor-Leste, reunindo organizações e Igrejas da região Europa e América do Norte.

Esta Consulta propõe aos participantes:

- Conhecer o povo timorense pelo contacto com os refugiados;
- Ouvir em directo um testemunho difícil de obter de outra maneira, dado que Timor-Leste se encontra fechado aos observadores;
- Aprofundar a reflexão já iniciada sobre a responsabilidade das Igrejas.

São organizadores desta Consulta:

- A Paz é Possível em Timor-Leste
- Catholic Institute for International Relations (Londres)
- Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal
- Pax Christi (secção portuguesa)

Os trabalhos da Consulta terminarão com uma Celebração Ecuménica da Palavra, nos Balteiros (Vale do Jamor), seguida por uma Sessão Cultural Timorense, de acesso livre — Domingo, 24 de Janeiro, a partir das 12 h.

Mais informações podem ser obtidas junto de:
4.ª Consulta Cristã sobre Timor-Leste
C.R.C.
R. Castilho, 61-2.º D
LISBOA (Telefone: 57 69 52)

AS IGREJAS INDONÉSIAS E TIMOR-LESTE

Num extenso documento de trabalho sobre Timor-Leste, o PGI — Conselho das Igrejas Protestantes da Indonésia, que reúne 90% dos protestantes indonésios — faz a história da intervenção indonésia em Timor-Leste. *"As Igrejas da Indonésia, tanto a católica como as protestantes, foram acusadas de não prestar a devida atenção a este problema"* diz o PGI, mas as Igrejas do Ocidente *"nunca falaram dos direitos humanos em Timor-Leste durante a colonização portuguesa (...) só depois da integração de Timor-Leste na Indonésia se começou a falar dos Direitos do Homem neste território"*.

Seria difícil afirmar que as Igrejas do PGI estão totalmente desprovidas de razão. Se ao longo das 21 páginas do documento as Igrejas indonésias fazem do caso de Timor-Leste uma história que retoma as teses oficiais do seu governo, é necessário reconhecer que antes delas outras Igrejas procederam do mesmo modo. Não deixa, no entanto, de ser menos surpreendente que para se justificarem e ao seu governo, as Igrejas não abordem uma única vez as responsabilidades indonésias quanto aos 200 mil timorenses vítimas da guerra — responsabilidades que as autoridades civis e militares indonésias reconheceram em várias circunstâncias, ainda que reduzindo este número para metade e conferindo-lhe um carácter de erros passados. Mais chocante do que a constante cooperação das Igrejas com o governo em todos os projectos visando Timor-Leste, é a total incompreensão manifestada por elas em relação aos sentimentos do povo timorense.

Eis alguns excertos significativos do documento:

"A Igreja Católica Romana da Indonésia (MAWI) como Igreja de que o povo de Timor-Leste faz verdadeiramente parte, com a maioria a confessar a religião católica, sente-se chamada a canalizar por aí as ajudas, incluindo as ajudas socio-humanitárias (educação, saúde e outras) para aumentar o nível de vida deste povo no processo da integração e do desenvolvimento em Timor-Leste."

(...)

"MAWI limitou-se a lembrar que não é uma organização política que resolva problemas políticos, mas procura o progresso humano e canaliza as ajudas socio-humanitárias para Timor-Leste pelos seus canais em acordo com o Governo da República Indonésia de quem recebe, ao mesmo tempo, facilidades e novas ajudas."

(...)

"As relações entre a Igreja Católica de Timor-Leste (diocese) e o MAWI são boas; por exemplo, o bispo de Dili é sempre convidado para as reuniões da MAWI e ele está sempre presente. A direcção da diocese de Dili já não está em Portugal, ela recebe ordens directamente do Vaticano... esta mudança significa que Timor-Leste é parte integrante da Indonésia."

"O P.G.I., constituído por 55 Igrejas representando cerca de 90% dos cidadãos protestantes da Indonésia (...) (procura) a reconciliação e correcção para, em conjunto, construir para o povo de Timor-Leste um futuro melhor, mais próspero e mais justo; e declara-se solidário com o povo de Timor-Leste que sofreu a guerra que o levou a perfazer a construção da nação indonésia."

(Após citar algumas acções de ajuda ao povo de Timor-Leste, o documento acrescenta:)

"Estas actividades foram realizadas com diversos organismos empenhados no progresso do povo: o Ministério Social da República Indonésia, o Ministério da Saúde da República Indonésia, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação Cultural da República Indonésia.

O PGI *"ajuda de maneira positiva e construtiva as actividades dos governos central e regional para o desenvolvimento do povo de Timor-Leste, aumentando as motivações dos dirigentes religiosos locais para atingir a estabilidade e maturidade"....*

Conclusão

"Da narração dos acontecimentos que se fez acima, conclui-se que o povo de Timor-Leste, no meio de vários sofrimentos e lutas forjou a sua identidade como parte indivisível da nação e dos outros povos da Indonésia.

Para a nação e a República Indonésia, o problema de Timor-Leste está encerrado e é tarefa de todos os grupos, incluindos as Igrejas que estão na Indonésia, formar o povo de Timor-Leste, dando-lhe igualdade de oportunidades e o mesmo desenvolvimento nos diversos aspectos da vida humana, nacional e patriótica na base da nação do Pancasila.

O povo de Timor-Leste no seio dos vários costumes da nação indonésia continua a criar a sua identidade e a sua fisionomia na direcção do caminho seguido pela nação e o povo indonésio em vista a um futuro conjunto mais próspero". □



MONS. BELO PEDE PESSOAL MISSIONÁRIO

O apelo de Mons. Belo à vinda de pessoal missionário foi redigido por um jesuíta indonésio e dirigia-se aos superiores religiosos da Indonésia (MASRI) reunidos de 24 de Agosto a 15 de Setembro (torna-se impossível distinguir no texto o que é de Mons. Belo ou do P. Dijkstra).

A falta de padres (cada padre tem a seu cargo mais de 10 000 fiéis); a explosão da juventude; a pressão do Islão (34 'jemaah' vindos da Arábia Saudita chegaram em Julho, aprovados pelo IAIN para ficar em Timor-Leste, devendo estes esforços ter uma continuidade); são os três motivos principais do apelo.

Após ter fornecido alguns números sobre a diocese o texto continua:

SITUAÇÃO POLÍTICA

Sob este título o apelo de Mons. Belo sublinha três pontos:

1. A perda de autoridade do pessoal eclesiástico.
2. *"Uma situação tensa"* devido ao facto de o governo *"não ter a coragem de falar abertamente com os chefes da Igreja"*.
3. Abusos de autoridade praticados por alguns funcionários.

ABORDAGEM SUGERIDA

Sem que seja possível determinar a quem se dirigem estas sugestões, que parecem deslocadas num apelo feito aos superiores das ordens e congregações religiosas, o texto enumera três pistas para uma aproximação:

1. Dar mais autoridade aos chefes da Igreja, visando a resolução dos problemas sociais e promover a paz.
2. Dar ao Governo e funcionários (a todos os escalões) uma autoridade total para que a administração se processe sem dificuldade.
3. Reorganizar a administração da Província tendo em conta as necessidades e aspirações da população.

PESSOAL MISSIONÁRIO

Retomando o apelo própriamente dito sobre o pessoal missionário o texto, que é dirigido aos superiores religiosos do país de onde vêm também os ocupantes militares, sublinha algumas exigências ou faz certas constatações que não são estranhas a esta situação particular.

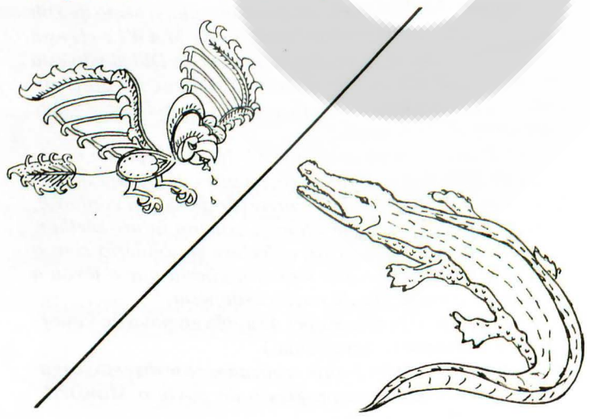
1. O pessoal missionário deverá chegar durante os próximos dois anos. *"Dentro de 4 a 5 anos será irremediavelmente tarde de mais"* em virtude dos esforços de islamização. É sem dúvida esta urgência que leva Mons. Belo a lançar o seu apelo aos religiosos indonésios.
2. Existem na verdade dificuldades para a entrada de missionários vindos de outros países. A revista TABLET (15/8/87) relata que dois padres, um jesuíta e um salesiano, deveriam abandonar Timor-Leste mas nenhuma declaração, quer da Igreja quer do Governo, confirma esta notícia, diz o texto do apelo (ver neste boletim notícia do regresso do P. Felgueiras). Aludindo à situação militar, o apelo esclarece: *"apesar disso, até ao momento, a entrada de religiosos em Timor-Leste ainda pode ser tratada com o Governo local"*. Mas evidentemente, isto só é possível para religiosos de nacionalidade indonésia. O texto assinala ainda que os próximos missionários esperados são capuchinhos (OFM) e deverão chegar em 1988.
3. A chegada de religiosos indonésios traz consigo alguns problemas e é sem dúvida para os sublinhar que o texto lembra que existem em Timor-Leste 6 congregações religiosas femininas:
   - Canossianas, 36 religiosas: 7 estrangeiras e 29 timorenses, e ainda 8 noviças e algumas postulantes.
   - Carmelitas activas, 7 religiosas das quais 6 são timorenses, 3 religiosas com votos temporários, algumas noviças e postulantes.
   - 4 congregações vindas da Indonésia:
     - Irmãs de S. Carlos Barromeu (CB)
     - Irmãs Rainha do Rosário (PRR)
     - Irmãs de Santa Ursula (OSR)
     - Servas do Espírito Santo (SSpS)

   Estas congregações não contam com vocações locais. *"A falta de vocações locais parece dever-se a aspectos técnicos e pastorais"*, afirma o apelo.
4. Do anteriormente exposto decorre a enumeração das qualidades que se espera dos religiosos que vão trabalhar em Timor-Leste:
   - *"Ter espírito missionário; vir para servir o Reino de Deus"*.
   - *"Ter espírito de inculturação: ver com os olhos do povo, amar com o coração do povo e cooperar com o povo"*.

     Para tal é necessário desenvolver o dialecto local.
   - *"Vir sem preconceitos: estar ao lado do povo simples. O caminho mais seguro é a educação"*.
   - *"É preciso que os novos métodos pastorais estejam de acordo com a situação e a condição dos crentes locais. É preciso utilizar métodos pastorais de acordo com as aspirações do povo, da Igreja e dos crentes locais"*.

Quanto à *"situação"* do território e às *"aspirações do povo"* o documento diz muito em poucas palavras, sob uma forma prudente:

"Pode dizer-se que existem em Timor-Leste duas forças que se combatem: os nossos irmãos do mato que se mantêm firmes nos seus objectivos, e os nossos irmãos que vieram para estabelecer a segurança. Resultado: a posição do governo é mais militar do que civil". □



MONS. CANALINI — ENTREVISTA A JORNAL INDONÉSIO

Sob o título: "Grande desenvolvimento em Timor-Leste", o jornal indonésio SUARA PEMBARUAN, de 21 de Setembro de 1987, publica uma entrevista do embaixador do Vaticano, Mons. CANALINI acompanhada da sua fotografia.

Mons. CANALINI, que é Núncio na Indonésia desde Agosto de 86, já visitou Timor-Leste e teria declarado ao SUARA PEMBARUAN: *"Na verdade, o desenvolvimento é esplêndido. Quando visitei Timor-Leste, em Outubro do ano passado, havia já grandes melhoramentos no plano material"*.

A entrevista insiste, no entanto, sobre a posição do Vaticano face ao problema.

Mons. CANALINI teria explicado ao jornalista que no Vaticano os assuntos estão divididos por diversos departamentos.

"Antigamente Timor-Leste fazia parte de Portugal e dependia do departamento EUROPA mas, depois da 'anexação' pela Indonésia, deveria fazer parte da Indonésia e, portanto, depender do departamento ÁSIA. No entanto, face ao problema (existente entre a República da Indonésia e Portugal) que ainda não está resolvido, o Vaticano espera uma solução que esteja de acordo com a lei internacional. Visto que estão a decorrer negociações, o melhor é esperar que o problema se resolva".

Se o Vaticano incluísse a diocese de Dili no departamento ÁSIA *"estaria a reconhecer implicitamente a sua dimensão indonésia"* e o Vaticano, diz Mons. CANALINI, *"não pode fazer isso"*.

Que a diocese de Dili venha a depender, no futuro, do departamento ÁSIA ou do departamento EUROPA, em conformidade com a solução do problema de Timor-Leste, isso não constituirá nenhum problema da parte do Vaticano: *"porque não é importante para o Vaticano que uma diocese dependa de um ou de outro departamento"*.

O Vaticano, afirma o jornal a partir de declarações do Núncio, *"actua segundo o que está planificado e decidido pelas leis internacionais, e embora a unificação da diocese de Dili às outras dioceses indonésias fosse uma boa solução, o Vaticano nada pode adiantar sobre a decisão que virá a tomar no futuro"*.

O facto de a diocese de Dili pertencer ou não à Conferência Episcopal indonésia é um problema secundário segundo aquilo que o jornal indonésio apresenta das declarações do Núncio. *"O Administrador Apostólico de Dili assiste já a todas as reuniões da Conferência Episcopal da Indonésia e põe em prática os programas desta Conferência. O importante é que os fiéis possam praticar as suas actividades livremente. O aspecto teórico pode ser posto de parte"*.

"Uma resolução rápida do problema é importante para o Vaticano", teria afirmado o Núncio que disse seguir com atenção as conversações entre os representantes indonésios e portugueses na O.N.U. *"Será bom para o povo de Timor-Leste que a solução seja obtida por via pacífica e garanta aos timorenses um ambiente melhor para que eles possam viver em normalidade e não como acontece actualmente"*.

O Núncio Apostólico teria, finalmente, sublinhado que os conflitos em que surgem dissidentes, levantam à Igreja católica problemas morais mas, após uma hesitação, negou que tivesse havido dificuldades nas relações entre a Indonésia e o Vaticano depois da integração de Timor-Leste.

O Vaticano deve permanecer atento aos Direitos Humanos: *"comparando com o passado, a situação é certamente bem melhor"* teria dito o Núncio Apostólico, que se manifestou satisfeito por ter sido enviado para a Indonésia. □

JESUÍTA PORTUGUÊS REGRESSA A TIMOR
GERAL DECIDE CONTRA PROVINCIAL INDONÉSIO

Antes de deixar Timor para visitar a sua família em Portugal o P. Felgueiras, superior do Seminário de Dili, teve o cuidado de se certificar, junto das autoridades indonésias, que poderia regressar.

Em Agosto de 1986 os jesuítas portugueses, sem serem sequer consultados, tinham sido transferidos da Província portuguesa da Companhia, para a Província indonésia, o que significa que passariam desde então a depender dos superiores indonésios.

Enquanto o P. Felgueiras se encontrava em Portugal o Provincial português recebeu do seu homólogo indonésio uma carta comunicando que o superior do Seminário de Dili já não era necessário em Timor.

Na Austrália, alguns amigos de Timor ficam preocupados; o superior Provincial da Indonésia, P. Darminto, diz entretanto que esta decisão foi tomada pelo Administrador Apostólico de Dili. Interrogado sobre a questão, Mons. Belo escreveu que não se opunha ao regresso do P. Felgueiras. A embaixada indonésia em Roma confirma que a promessa que o P. Felgueiras obteve antes de sair continuava válida e que as autoridades civis e militares não se opunham ao seu regresso, antes do fim de Outubro.

Segundo o 'Diário de Notícias' foi o Superior Geral dos Jesuítas, o P. Kolvenbach que tomou pessoalmente a decisão do regresso do P. Felgueiras a Timor, confirmando implicitamente que os obstáculos ao seu regresso tinham sido colocados pelos jesuítas indonésios.

O 'Diário de Notícias' adianta ainda que, segundo fontes da Companhia de Jesus, o Superior Geral teria também decidido vincular de novo o P. Felgueiras à Província portuguesa da Ordem. Uma tal decisão parece justificada, tanto no que diz respeito ao P. Felgueiras como aos outros jesuítas portugueses e timorenses, depois da estranha atitude do superior Provincial da Indonésia, mas esta notícia não foi ainda confirmada.

Ainda segundo o mesmo jornal (D.N. - 8/1/88), o P. Felgueiras autorizado a regressar a Timor-Leste em Outubro, continua desde então retido em Jacarta, esperando o visto para Timor que as autoridades indonésias ainda não lhe entregaram. □



PRIMEIRO-MINISTRO RECEBIDO PELO PAPA

Fazer sentir ao Papa que existe em Timor *"uma identidade fortemente sentida que não suporta ver-se reprimida ou aniquilada"*: foi lembrando esta citação da nota do Conselho Permanente do Episcopado (Março de 1984) que 20 organizações católicas portuguesas pediram ao Primeiro Ministro, por altura da sua viagem ao Vaticano, que insistisse não só no reconhecimento dos "direitos culturais e religiosos" dos timorenses, defendidos pelo Papa em 1984, mas solicitasse um apoio mais claro aos anseios do povo e da Igreja de Timor-Leste (v. notícia último boletim).

Segundo as declarações de Cavaco Silva após o seu encontro com João Paulo II *"o Papa foi quem primeiro abordou a questão"* de Timor-Leste. Não se conhece entretanto o conteúdo das afirmações. O Primeiro Ministro declarou que pedira ao Papa para *"ajudar a manter a pressão internacional sobre a Indonésia, em face das atrocidades cometidas contra o povo de Timor-Leste"*. O Primeiro Ministro pediu, mais concretamente, ao Papa que mantivesse a diocese de Dili sob a directa dependência da Santa Sé dado que a sua integração na Igreja da Indonésia significaria o reconhecimento da anexação do território de Timor-Leste pela Indonésia. Segundo afirmou alguma imprensa portuguesa, o Papa não teria ele próprio dado esta garantia, que teria sido claramente formulada pelos Serviços do Vaticano.

"Podemos respirar de alívio em relação à não integração da diocese de Dili na Igreja indonésia", declarou ao 'Expresso' o antigo Administrador Apostólico, Monsenhor Martinho da Costa Lopes.

Jornalistas que acompanharam o Primeiro Ministro na sua visita assinalam, no entanto, que para muitos observadores do Vaticano esta garantia de independência para a diocese de Dili é apenas provisória e a integração é, a médio prazo, inevitável. *"Não passam de boatos"*, declarou Monsenhor da Costa Lopes, *"a Igreja não mudou de posição oficial"*.

Este reconhecimento poderá não se efectuar no imediato, estima um jornalista do 'Expresso', mas poderia acontecer durante a visita do Papa à Indonésia, visita cuja data não está ainda marcada, mas que não se realizará antes de 1989. Cavaco Silva mostrou-se igualmente preocupado com esta eventual visita do Papa à Indonésia mas tentou iludir os perigos declarando que *"se o Santo Padre fosse à Indonésia estaria em boas condições para sensibilizar melhor aquele país para o caso de Timor"*.

Comentando esta visita Adriano Moreira, líder do CDS, sublinhou o seu interesse mas também os limites: *"Se é sempre oportuno dobrar o joelho em Roma* — afirmou — *bater o pé em Washington é indispensável"*. □

CONVERGÊNCIA NACIONALISTA TIMORENSE

Os líderes da Convergência Nacionalista Timorense, formada pela FRETILIN e pela UDT, declararam em Lisboa que aceitariam um período de transição para pôr fim à ocupação indonésia e preparar as condições para o acesso de Timor-Leste à auto-determinação.

Esta declaração foi feita no decorrer de uma reunião-debate na presença de deputados de todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, (o deputado Ângelo Correia, do PSD, fez questão de salientar que estava presente em nome pessoal).

Um período de transição controlado pela ONU deveria anteceder eleições livres. Todos os participantes concordaram com esta proposta, mas D. Duarte de Bragança, pretendente ao trono de Portugal e promotor de uma campanha de solidariedade com os refugiados timorenses, foi o único a defender uma solução de condomínio entre Portugal e a Indonésia. Esta proposta visaria, segundo o seu autor, desarmar a resistência dos países que temem que a independência de Timor-Leste destabilize a zona do Pacífico. □

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Segundo a imprensa portuguesa, ao receber o novo embaixador indonésio no Vaticano, a 14 de Dezembro, João Paulo II teria lembrado que *"a Igreja católica espera que uma atenção especial seja dada à identidade étnica, religiosa e cultural do povo de Timor-Leste"*.

Ainda segundo a imprensa, o Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja, mostrou numa conferência de imprensa posterior o seu descontentamento com esta recomendação do Papa. *"O Papa possui informações unilaterais"*, teria declarado Mochtar, *"a cultura local não está em perigo"*.

O Ministro indonésio mencionou também o aumento do número de católicos depois da invasão: *"Aqueles que eram pagãos ou animistas converteram-se ao catolicismo"*, e sublinhou ainda a ajuda indonésia à Igreja: *"A comunidade católica está hoje bastante melhor e as suas críticas ao Governo não a impediram de receber subsídios estatais."*

"Penso que o Papa elogiaria a Indonésia se soubesse o que nós fizémos pela Igreja em Timor-Leste", declarou por fim o Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros. □

em
timor-leste
a paz é possível

N.º 24 — MAR.-ABR. 1988

O GOVERNO PORTUGUÊS E AS ONG

"A falta de informação é um aliado objectivo do silêncio que, muitas vezes, cobre as mais chocantes violações dos direitos humanos e os violadores contam com esse silêncio".

Foi Durão Barroso, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que fez esta afirmação perante a Comissão dos Direitos Humanos em Genebra. Se considerarmos que o silêncio dos governantes portugueses sobre a questão de Timor-Leste favoreceu durante muito tempo a posição do Governo indonésio, deixando-lhe o terreno livre, compreenderemos que a afirmação do Secretário de Estado abre caminho para uma mudança da situação.

A informação tem sido, desde há alguns anos, a principal arma de *"A Paz é Possível em Timor-Leste"* e de outras Organizações Não-Governamentais (ONG), em Portugal e outros países. Dispondo de meios muito limitados temos obtido resultados ainda modestos mas suficientes para sensibilizar a opinião pública em Portugal, como se pôde verificar por ocasião da IV Consulta Cristã sobre Timor-Leste, realizada em Lisboa em Janeiro passado (ver pág. 8).

Esta função das ONG foi publicamente reconhecida pelo Secretário de Estado na sua intervenção já citada:

"O meu Governo entende manter com elas uma atitude de diálogo e abertura. Os ideais que as motivam e o respeito que merecem por parte da opinião pública fazem das ONG agentes privilegiados da promoção dos direitos humanos e de denúncia das violações mais flagrantes".

Se nos alegramos com esta anunciada cooperação — e efectivamente começada — convém, no entanto, sublinhar que é indispensável o envolvimento dos próprios governantes para obter apoio de outros governos. Nesse sentido, um passo sério foi dado na Comissão dos Direitos Humanos onde os representantes do Governo português associaram claramente os numerosos casos de violações dos direitos humanos à recusa indonésia de respeitar o direito do povo timorense à autodeterminação: *"O processo de descolonização foi ilegalmente interrompido por uma acção militar de uma terceira potência..."*. A clareza e a firmeza do Governo português provocou reacções favoráveis de vários países, em particular dos países da CEE (ver pág. 6).

Não há, no entanto, motivo para cantar vitória: o povo timorense continua a ser maltratado e, em geral, esquecido a nível internacional. Para que a situação mude e a Indonésia compreenda que o respeito dos direitos do povo timorense é também do seu interesse, será necessário continuar a pressioná-la. O Parlamento Europeu parece empenhar-se nessa via e pede à Comissão que o informe dentro de seis meses sobre os progressos realizados (ver pág. 12).

Apesar do encontro do Grupo Inter Não-Governamental sobre a Indonésia (INGI), reunido nos últimos dias de Abril na Holanda, importará ver se os Governos considerarão as recomendações do Parlamento Europeu nos seus contactos com a Indonésia ou se, pelo contrário, se limitarão a querer preservar as suas boas relações políticas e económicas com o gigante do Sueste Asiático.

A nova situação criada pela atitude do Governo português e do Parlamento Europeu abre às ONG uma maior margem de manobra para apoiar — perante a opinião pública e junto dos seus governos — a causa dos Direitos Humanos e o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste. □

SUMÁRIO:

Interior 2
Direitos Humanos: violações continuam
Ex-funcionário chega a Lisboa

ONU 6
Comissão dos Direitos Humanos

Igrejas 8
Quarta Consulta Cristã
Eukumindo: relatório sobre Timor

Internacional 12
E.U.A.: Timor no Congresso
Parlamento Europeu

DIREITOS HUMANOS: AS VIOLAÇÕES CONTINUAM

O muito severo e quase perfeito bloqueio a que Timor-Leste está sujeito desde há 12 anos, pela Indonésia, não é o único responsável pela falta de informações sobre a violação de Direitos do Homem naquele território ocupado militarmente.

O clima de terror lá existente (as testemunhas mais imparciais calculam que um terço da população foi morta neste curto período) conduz a que a maioria dos timorenses nunca falem, mesmo entre eles, da situação com que são confrontados.

Refugiados dizem-nos que se abstêm de fazer perguntas sobre os membros da sua família levados pelos militares ou de visitar outros que tenham sido julgados e condenados por razões políticas: mostrar qualquer interesse por eles é razão bastante para se ser suspeito de rebelião.

Quando os habitantes de outras localidades vão a Dili, igualmente se furtam a contactos, mesmo com familiares residentes na capital, para evitar que uns e outros sejam considerados suspeitos no caso de surgir uma informação sobre a sua região.

Nestas condições as informações circulam dificilmente.

Dois exemplos:

(1) Em Maio de 1986, foram presos em Aileu 9 timorenses que ocupavam lugares de responsabilidade nos serviços administrativos indonésios:

MATEUS RIBEIRO; chefe dos Serviços de Saúde,
EGÍDIO DE JESUS, chefe dos Serviços Governamentais,
JAIME MARTINS, chefe dos Serviços de Educação,
SALVADOR MARIA, chefe dos Serviços Sociais,
JOSÉ DE LIMA, adjunto da direcção dos Serviços de Desenvolvimento e Economia,
DOMINGOS CASTRO, funcionário do mesmo serviço,
DOMINGOS, chefe de Aldeia,
LEÃO DA COSTA, enfermeiro,
FLORINDO PARADA, enfermeiro.

Apesar da categoria social dos prisioneiros e da proximidade de Dili (cerca de 50 km) a informação que nos chegou sobre o seu caso só foi elaborada em Outubro de 1987, dezoito meses depois do acontecimento.

(2) Em Agosto de 1986, 7 pessoas foram detidas em Aileu por suspeita de terem fornecido à antena do Comité Internacional da Cruz Vermelha informações sobre a existência de dois campos de deportados (Aiserimou e Manu Tani). Por este crime foram torturados, julgados e condenados a penas de 1 a 3 anos. O facto da Cruz Vermelha Internacional ter acompanhado o caso desde o início, evitou-lhes um final mais dramático mas não impediu as represálias.

Para se saber o que se passa em Timor-Leste, somos obrigados a recorrer a fontes de informação clandestinas ligadas à Igreja católica ou à Resistência timorense. É impossível verificar a exactidão absoluta de todas as informações mas em muitos casos elas são confirmadas por outras fontes, algumas vezes até, pelas autoridades indonésias.

Os casos oficiosamente admitidos por estas são apenas a ponta do iceberg, menos de um décimo dos casos, cujas notícias chegam ao exterior. Também os prisioneiros julgados pelas autoridades indonésias, sobre os quais não temos qualquer informação, mostram que mesmo entre os casos com continuação e transferência para Dili muitos não chegam ao nosso conhecimento.

"A Paz é Possível" elaborou listas nominais (disponíveis a pedido) de casos de prisões, torturas, violações, assassinatos, dos quais teve conhecimento, ocorridos nos três últimos anos:

1985	—	249 casos
1986	—	253 casos
1987	—	48 casos

O reduzido número de casos em 1987 é devido à demora com que a informação nos chega.

Estamos certos de que estes casos apenas representam uma pequena parte das violações ocorridas, porque outras informações nos chegam assinalando massacres ou prisões mas sem indicar o nome das vítimas:

- 10 homens assassinados em Laga, no princípio de Fevereiro de 1986, entre os quais Tomás, um antigo deportado de Ataúro, recentemente regressado a Laga.
- 300 homens de Uabubo, Uaguia e Ossu, presos em 21 de Fevereiro em represália a uma acção da guerrilha.
- 9 homens e mulheres do campo de Bauró-Missão, detidos e torturados em Junho pelos comandos indonésios, mais tarde libertados, apenas um deles foi enviado ao Kodim.
- Dois irmãos, alunos da escola do mesmo campo, mortos por espancamento pelos soldados do Batalhão 723 porque se tinham distanciado do grupo com o qual caminhavam na estrada.
- 80 pessoas de Viqueque, entre as quais mais de 30 mulheres e raparigas, levadas a Baucau em dois camiões. Torturadas em público com choques eléctricos. Sabina, de 15 anos, foi violada sucesivamente por 4 dos torcionários até perder os sentidos.

Se tivermos em conta estes casos e outros semelhantes, onde a identidade das vítimas não é mencionada, os nomes das listas que acima referimos devem ser multiplicados por três ou mais.

No regresso da sua estada em Dili, onde passou o Natal, o Comandante-chefe das Forças Armadas indonésias, general Benny Murdani, declarou aos jornalistas que serão precisos ainda vários anos para vencer a resistência timorense. Isto significa que, não obstante o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas, vão continuar as violações que pretendem impôr a submissão do povo timorense ao Estado indonésio. □

Ficha técnica:
Director: Ana Nunes
Sede: R. de Campolide, 215 - 4.º D - 1000 Lisboa
Proprietário: A Paz é Possível em Timor-Leste
Periodicidade: Bimestral **Tiragem:** 1000 exempl.
Execução gráfica: Gamatipo, Artes Gráficas, Lda.
Preço avulso: 20$00 **Assinatura anual:** 250$00

REPRESSÃO SOBRE OS ESTUDANTES TIMORENSES

Antigo aluno do Seminário de Dili e funcionário público, José António Moniz da Silva fazia parte dos quadros da FRETILIN na altura da invasão indonésia de Timor-Leste, em 1975. Quatro anos depois, foi capturado e levado para Dili. Em 1981, teve a oportunidade de ir estudar para a Faculdade de Economia Cooperativa do Instituto Superior Karamala em Jojakarta (Java).

Com 41 anos, acabara o curso em Julho de 1987, assim como a sua mulher, e esperava a cerimónia de entrega do diploma que deveria ter lugar em Janeiro de 1988.

O casal tinha adoptado uma menina. Em 15 de Dezembro de 1987, pela manhã, José acompanhou a sua mulher e a sua filha até ao infantário e seguiu depois, sozinho, na sua moto. Segundo a polícia do posto de Sleman (Borobodur), teria sofrido um acidente às 7.30 h da manhã, atropelando uma criança. Ninguém, senão a polícia, teve conhecimento deste acidente; nenhuma criança, foi hospitalizada ou tratada num posto de socorros da área, nesse dia; a moto não tinha qualquer sinal de acidente e a única ferida que o José apresentava era na nuca!

Em Julho de 1987, respondendo a um apelo do governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, que pedia o contributo científico dos estudantes timorenses para o desenvolvimento de Timor, José redigiu uma análise de 30 págimas onde criticava os aspectos políticos do chamado "progresso de Timor-Leste".

O documento enviado para o Governador pelo correio foi interceptado e entregue ao KOPSKAM (Serviços Secretos) de Dili. Em Agosto de 1987, o chefe dos serviços públicos de Dili, o indonésio Amarudin, deslocou-se a Jojakarta e informou o José de que a sua análise tinha desagradado às autoridades e que uma Comissão viria de Jacarta interrogá-lo sobre as suas análises. A Comissão nunca chegou, mas em 15 de Dezembro 1987 aconteceu o estranho "acidente" acima relatado. Os estudantes, colegas de José, tanto indonésios como timorenses, estão convencidos de que ele foi vítima dos Serviços Secretos. Mais tarde, o Dr. Amarudin disse, em Dili, a um estudante timorense que seria melhor os seus colegas não procurarem mais as razões da morte do José porque estas tinham causas políticas.

Outros casos

O que se passou com José A. M. da Silva é o segundo caso de morte suspeita entre os timorenses estudando na Indonésia.

O primeiro, ocorrido em Maio de 1987, disse respeito a um aluno do Instituto de Agricultura de Semarang/Java Central, de nome Acácio, natural de Lospalos, elemento activo da Resistência clandestina, e que foi encontrado morto em condições estranhas dentro de um poço.

Outros estudantes foram presos em Jacarta mas foram libertados pouco depois em consequência de protestos internacionais (incluindo os dos Governos dos EUA e da Austrália).

Quatro estudantes timorenses (António Gonçalves, Abílic Oliveira, Sereno, João Freitas da Câmara, os três alunos da Universidade Católica de Atma Jaya, e Fernando Afonso da Silva) que pediram asilo político na embaixada da Holanda em Jacarta, em Outubro de 1986, esperam ainda o visto de saída que as autoridades indonésias continuam a recusar.

Outros estudantes (Germano da Silva, aluno da Escola Superior de Administração Pública-LAN e Domingos Sarmento, aluno de Direito da Universidade Cristã da Indonésia-óUKI) foram presos em Outubro de 1986 quando se -UKI) foram presos em Outubro de 1986 quando se encontravam de férias em Dili. Germano da Silva continua detido na sede do comando militar.

Apesar de todas as pressões a que são submetidos os timorenses que estudam na Indonésia eles gozam de uma liberdade que não têm os que vivem em Timor-Leste; só eles conseguem, por exemplo, expedir uma carta para o exterior sem passar pela censura. Este facto preocupa cada vez mais o Governo indonésio que, em consequência, aumenta progressivamente a pressão sobre os estudantes nos quais tinha posto a sua esperança para "indonesianisar" o povo de Timor-Leste. □

IGREJA

Em 12 de Novembro foram distribuídos panfletos em Dili, até nos serviços administrativos do ocupante, apelando à retirada das tropas indonésias e ao regresso de Portugal para preparar a autodeterminação e independência. No dia seguinte, e em consequência do aparecimento dos panfletos, os padres timorenses Leão da Costa e Domingos Cunha foram detidos e submetidos a interrogatórios pelo Kopskam (serviços de segurança indonésios).

No mesmo mês, um religioso salesiano de origem portuguesa, a viver em Timor há mais de 40 anos, foi detido quando se encontrava caçando a fim de obter carne para alimentação dos órfãos de Lospalos, que se encontram a seu cargo. Maltratado pelo militares indonésios, o irmão José Ribeiro só mais tarde foi libertado, após pressões do clero. Mons. Belo, a quem fora prometida uma autorização para se deslocar a Roma em Janeiro, absteve-se de denunciar publicamente estes ataques contra os padres e religioso, segundo parece para não pôr em causa a sua viagem.

Tal como se passou em 1983, antes da demissão de Mons. da Costa Lopes, seu predecessor, fala-se de pressões para a demissão de Mons. Belo. O embaixador indonésio em Bruxelas teria mesmo confidenciado a um parlamentar europeu que esta demissão era já um dado adquirido e por esta razão se encontrava Mons. Belo em Roma, em Janeiro. Apesar desta informação Mons. Belo regressou a Timor. □

NOVO FRACASSO MILITAR INDONÉSIO

A grande operação militar confiada ao Coronel Soenarto e aos Boinas Vermelhas, em Julho de 1987, parece ter fracassado apesar dos meios postos em acção para desmantelar as estruturas da guerrilha e capturar o seu chefe, Comandante Xanana Gusmão. Em Julho o coronel e as suas tropas foram transportados para Baucau, em ponte aérea, tendo recebido reforços em Agosto — 7.200 homens, artilharia pesada e 46 tanques; um novo Batalhão de Boinas Vermelhas chegou ao aeroporto de Baucau em 16/17 de Outubro e em 18 de Outubro desembarcaram no porto de Lautém mais militares e material de guerra.

No dia 10 de Dezembro o Coronel Soenarto foi chamado a Jacarta sem ter obtido os resultados esperados, mantendo-se, no entanto, as suas tropas em Timor-Leste. □

EX-FUNCIONÁRIO PORTUGUÊS CHEGOU A LISBOA

Último funcionário português da administração colonial, impedido de sair de Timor desde a invasão indonésia, Inácio de Moura conseguiu deixar o território e, chegado a Lisboa, propôs-se informar as autoridades portuguesas sobre a situação em Timor-Leste.

Inácio de Moura foi para Timor em 1965, em cumprimento do serviço militar. Após este, decidiu ficar no território, entrou para o quadro administrativo como chefe de posto e casou-se com uma timorense.

Quando a Fretilin tomou o poder Inácio de Moura colocou-se ao seu serviço, desempenhando as funções de delegado de imprensa do novo governo.

Após a invasão foi capturado ao fim de três dias de esconderijo:

"Nessa altura fuzilavam todos sumariamente. Estive diante de um pelotão, despido, à espera, mas (...) não me mataram. Parece que o bispo de Dili interveio junto das autoridades.

Estive um ano preso. (...) Cada prisioneiro que ia chegando era torturado pela polícia secreta (Intel). Queimavam os presos com cigarros e davam muita porrada. Felizmente não levei muita. Bastava olhar para mim e viam que era europeu e tinham um certo receio. Só fui torturado psicologicamente.

Ao fim de um ano saí da prisão, tendo de me apresentar semanalmente no comando militar indonésio em Dili. Quando lá iam estrangeiros ou jornalistas chamavam-me e, a pretexto de interrogatórios, empatavam-me ali, com medo que eu contactasse alguém".

Em 1983, foi operado a um tumor, em Jacarta, com o apoio do CICV. Através desta organização, pediu para voltar a Portugal. *"Eles diziam que sim, mas que para eu sair teria de passar por Timor. Era tudo engendrado para me apanharem. Depois, quatro indivíduos da Intel entraram abusivamente na residência dos delegados do CICV e prenderam-me. Algemaram-me e regressei a Timor.*

Andei 10 anos a vegetar. Sobrevivi porque a minha mulher e alguns amigos me davam dinheiro".

Depois, alguém o aconselhou a trabalhar para impressionar os indonésios e sair da lista negra. Começou então a trabalhar com o Governador no Gabinete do Bem-Estar Social.

"Aos poucos comecei a ganhar uma certa confiança por parte deles".

Assim, veio a ser nomeado chefe do Serviço de Impostos e, em duas ocasiões, escolhido para acompanhar o deputado Anacoreta Correia, em 1986, e o jornalista Nuno Rocha, em 1987.

"Em 1985, pedi para ir passar o Natal com a família, à Austrália". Esqueceram-se de lhe dar resposta. No ano seguinte, quando repetiu o pedido, só o fizeram em Fev. 87. Aproveitou e saiu no último Natal: *"Tive de subornar alguns indonésios para conseguir o passaporte".*

Dois dias antes de deixar Dili, pintou a casa a fim de acalmar quaisquer possíveis suspeitas quanto ao seu regresso...

Durante estes doze anos de cativeiro nunca soube nada dos esforços empreendidos pela sua libertação.

A invasão

"A 7 de Dezembro de 1975 Dili foi invadida por terra, mar e ar pelos indonésios.

O número exacto de mortos é difícil sabê-lo, mas a proporção dessa tragédia pode cifrar-se em cerca de 200.000 vítimas.

Os que se entregaram às autoridades indonésias quando foi decretada uma amnistia foram chacinados sem pidedade.

Posso mostrar aldeias inteiras dizimadas. Enquanto cicerone oficial nunca o pude fazer, pois todo o programa da visita era rigorosamente estabelecido pelos indonésios e nem sempre os visitantes convidados por Jacarta mostravam sequer interesse em conhecer os 'pormenores'. Em Maubara, em 1976, os indonésios juntaram todos os chineses — que nem se metem na política — na praia, mais dois timorenses curiosos e abateram-nos a tiro. Foram depois à aldeia roubar tudo o que encontraram e violaram as chinesas.

Em 1982 ou 1983, não me lembro bem, toda a população nativa de Craras (Vikeke) foi dizimada.

Em 1983, depois de um ataque da FRETILIN a objectivos militares em Ainaro, os indonésios, com o apoio das milícias timorenses, voltaram ao local, mataram os adultos e violaram as crianças com mais de 12 anos que estavam na escola.

Situação militar

Os indonésios contam com cerca de 20 000 homens, mas têm tido muitas baixas, mais de 15 000. O primeiro cemitério foi feito junto do porto de Dili, mas tornou-se muito pequeno. Fizeram um segundo em Santa Cruz e transformaram aquele em 'jardim da integração'.

A guerrilha continua no terreno. Sem apoios exteriores, a Resistência timorense começou por contar apenas com o armamento deixado pelo Exército português, logrando capturar sistematicamente material de guerra às forças invasoras.

A resistência controla boa parte da zona Leste do território em mais de 100 aldeias, (...), enquanto as tropas indonésias se mostram sem vontade de combater.

A estrada Baukau-Vikeke é local onde as tropas indonésias nem procurar assegurar o controlo.

Em toda aquela área, a população costuma dizer que "a Indonésia manda até às 04.00 h da tarde e depois quem manda é a Fretilin".

Em Dili a guerrilha não se sente. É preciso ir a Baukau para ver a base militar de onde saiem os aviões (de fabrico americano) que diariamente vão bombardear as posições da Fretilin, porque há zonas ocupadas pela Resistência. Após os bombardeamentos há incursões de tropas terrestres, mas logo que regressam, a guerrilha volta às suas posições.

Jacarta minimiza o esforço da Resistência dizendo que só há 500 guerrilheiros. Há mais de 1500 em armas.

Os soldados indonésios estão cansados de tanta guerra. Estão lá mas pensam nas famílias. Perdem a vida ou ficam mutilados. E depois, ganham miseravelmente.

Muitos soldados dizem: "Viemos aqui para morrer para que os generais em Jacarta vivam à nossa custa".

Situação social

Continua a morrer muita gente na ilha, tanto devido à guerra como à fome.

A agricultura não é explorada, sobretudo na região Leste, e os timorenses não saem das vilas para não cairem nas mãos do ocupante e serem fuzilados por colaboração com os guerrilheiros.

A fome atinge cerca de 200 000 dos 600 000 timorenses, que se vêem obrigados a alimentar-se de ervas, arbustos e frutos selvagens.

No que respeita à saúde a população vive permanentemente à beira da morte: a malária e a tuberculose matam todos os dias. Não há medicamentos e os que vêm pelo CICV nunca chegam às mãos da gente miúda.

Em Dili e em todo o território livre da guerra, os javaneses controlam todo o comércio e os timorenses têm apenas pequenos quiosques de venda de tabaco, sabonetes e bugigangas.

Na capital há timorenses no funcionalismo público mas os postos-chaves são de indonésios.

Quanto a Mário Carrascalão, apesar de não estar de acordo com ele na orientação política, considero que, como homem, é muito boa pessoa. Tem ajudado muito o pobre e faz o que pode.

O Serviço Social existe e funciona por especial empenho do Governador, embora este represente Jacarta.

O serviço canaliza as ajudas materiais à população, designadamente para a construção de casas e para garantir a escolaridade das crianças.

Dili tem há três anos uma Universidade, cuja frequência é acessível e não discriminatória, embora a Universidade seja orientada pela política de integração.

A integração cultural da juventude é a grande arma do ocupante. Não há liberdade de expressão, não há sequer um livro isento, não há liberdade de reunião.

Dili é uma cidade isolada. Os timorenses sentem-se abandonados pela opinião pública mundial. Só quando saí de Timor soube que a FRETILIN e a UDT tinham resolvido constituir uma frente conjunta. É óptimo para o povo de Timor que isso tenha acontecido.

Os 12 portugueses que ainda ficaram mantêm uma vida normal, sujeitando-se, contudo, à lei do agressor. Alguns são funcionários do Governo e há mesmo um membro do Parlamento Provincial, um parlamento fantoche, que se limita a dizer que sim a tudo.

Resistência civil

Não é só a Fretilin que resiste em Timor, são todos os timorenses. A 12 de Dezembro de 1987, apareceram cartazes a exigir a retirada do ocupante e fazendo um apelo a Portugal.

A população resiste também através do boicote às iniciativas dos javaneses. Nas festas, por exemplo, de um lado ficam os indonésios e do outro os timorenses e os portugueses.

No terreno da luta não armada, a Igreja católica e o Administrador Apostólico de Dili são, actualmente, a única embaixada do mundo exterior e a única entidade que ainda pode falar, mas alguns padres (dois originários de Goa, ex-Índia portuguesa, e um belga) mostram maior empenho em obter os subsídios de Jacarta.

Monsenhor Ximenes Belo é pessoa honesta que tem denunciado as atrocidades e que os indonésios andam desejosos de expulsar.

Visitas de observadores estrangeiros

Todas as visitas de estrangeiros ao território são preparadas pelas autoridades indonésias.

Acompanhei Anacoreta Correia em 1986: fui instruído para não traduzir tudo o que lhe diziam e para não mostrar muita coisa, além de não revelar que muitos dos civis que ele viu eram soldados indonésios à civil.

Se uma comissão parlamentar portuguesa visitar Timor não verá nada. Será tudo encenado. Mesmo que os visitantes pedissem para ir a determinados lugares, a desculpa seria a falta de transportes, avarias de helicópteros, estradas intransitáveis...

Os indonésios farão como de costume: mandarão esconder a tropa e terão sempre a funcionar a sua Pide, a Intel.

Os agentes secretos da Intel são os responsáveis pelas prisões, fuzilamentos e desaparecimentos. Basta desconfia-

(continua na pág. 12)

"SEM O EXERCÍCIO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO NENHUMA PAZ É POSSÍVEL"

Mais uma vez chegou uma carta de Timor-Leste com um grande atraso, datada de 15 de Outubro: recebemos uma fotocópia em Fevereiro. O original deveria acompanhar um quadro que um guerrilheiro timorense quis oferecer ao grupo "A Paz é Possível em Timor-Leste", segundo a carta enviada pelo líder da Resistência timorense: Xanana Gusmão.

Nas nossas dificílimas condições de luta, não estamos capazes de acompanhar, a par e passo, o interesse e a preocupação que têm orientado o intenso labor desse grupo. Todavia, nós estamos certos de que o lema com que se designou o grupo continuará a activar, no âmbito da resistência maubere, os melhores esforços para pôr fim ao martírio do Povo de Timor-Leste.

(...)

Nós só concebemos uma paz verdadeira para a nossa Pátria e para o nosso Povo, quando ela é resultado de um esforço político-diplomático para uma solução negociada do conflito, que preserve, por um lado, os interesses tanto da Indonésia como de Timor-Leste e, por outro, a paz e a estabilidade na região. Uma pretensa paz, enquadrada na intenção de 'beneficiar' o povo de Timor-Leste com uma 'autonomia' sob o regime da Pancasila não pode nem nunca poderá ser o ideal da nossa luta. A resistência popular à ocupação da nossa Pátria estabeleceu um objectivo sagrado — Libertação da Pátria do domínio estrangeiro! Só uma Pátria, livre e independente, sob um sistema democrático pluralista, pode permitir ao Povo Maubere viver em paz e buscar, nessa paz, o caminho do seu progresso e, nessa paz verdadeira, cultivar e assegurar a sua identidade histórica, a sua personalidade cultural e a sua integridade religiosa.

Sem o exercício do fundamental direito à autodeterminação, que assiste também ao nosso povo, nenhuma paz é realmente possível... O nosso povo não busca a falsa imagem do 'progresso' quando ele está manietado no pensar e no agir, como ele é, como ele existe, e o nosso povo não pode aceitar nunca a ignomínia de negar a sua própria identidade.

(...)

A resistência armada, cujo objectivo último é garantir ao nosso povo a defesa da sua identidade, em todos os planos, não pode consentir que uma guerra de genocídio possa abafar os gritos de sobrevivência do Povo Maubere. Afirmamos que a paz em Timor-Leste só será possível, quando se tiver em conta que estes doze anos de resistência armada afirmam a nossa determinação de continuar a defender, até à última gota de sangue, **os inalienáveis direitos do Povo de Timor-Leste!**

Para isso, estamos confiantes de que podemos continuar a confiar no incondicional interesse do grupo *"A Paz é Possível".* □

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

No que diz respeito a Timor-Leste, o que terá marcado a 44.ª Sessão da Comissão dos Direitos Humanos, reunida em Genebra em Fevereiro-Março de 1988, terá sido a nova abordagem deste problema.

Nos últimos anos, conscientes sem dúvida da pouca abertura dos países membros para o problema político subjacente, os intervenientes centravam as suas declarações sobre os direitos humanos no sentido mais restrito. Nesta sessão, duas intervenções de Portugal — do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e do embaixador junto das Organizações Internacionais — colocaram claramente o problema dos Direitos Humanos em Timor-Leste ao nível do direito à autodeterminação violado pela Indonésia.

"Portugal, na sua qualidade de potência administrante, reconhecida pelas Nações Unidas, deste território não-autónomo, cujo processo de descolonização foi ilegalmente interrompido por uma acção militar de uma terceira potência, considera que é seu dever chamar a atenção da comunidade internacional para a necessidade de fazer respeitar em Timor-Leste os princípios e os direitos que sempre foram considerados essenciais para qualquer povo: o direito à autodeterminação..."

(Durão Barroso — Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação).

Nunca houve autodeterminação

O chefe da representação portuguesa, embaixador Costa Lobo, procurou pela sua parte demonstrar que, contrariamente à argumentação utilizada pela Indonésia, Timor-Leste nunca se autodeterminou.

Antes da invasão: *"Em 3 de Novembro de 1975 um comunicado conjunto dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, salientava a necessidade de um acto de autodeterminação por parte do povo de Timor"*, lembrou o embaixador português.

Em 7 de Dezembro sobrevém a invasão indonésia *"mas este acontecimento não altera a situação... porque um território não-autónomo só pode deixar de o ser na sequência de um acto de autodeterminação. A própria potência ocupante se deu conta disso"*.

Organizou então uma consulta no seio de uma assembleia de 37 membros designados de maneira *"muito pouco democrática"*. *"Na realidade todo o processo foi controlado pela potência ocupante... Nenhum orgão das Nações Unidas aceitou o convite para assistir ao pretenso acto de autodeterminação"*.

Portugal *"potência administrante reconhecida pelas Nações Unidas... não quer, no entanto, arrogar-se o direito de único juiz no que diz respeito à autenticidade ou à validade do pretenso acto de autodeterminação, mas também não é a potência ocupante — potência que, além disso, e em virtude do resultado da consulta, passaria a integrar no seu território o território não autónomo — (...) que pode julgar o valor dessa consulta"*, afirmou o embaixador Costa Lobo.

A Indonésia pretende igualmente que os timorenses, que votaram nas eleições legislativas indonésias, já manifestaram a sua integração na nação indonésia. Costa Lobo rejeita esta interpretação, como fazem aliás as Nações Unidas que não enviaram observadores, ao contrário do que pedia a Indonésia.

"Não podemos aceitar que a simples passagem do tempo possa substituir um acto de autodeterminação", diz ainda o embaixador português, refutando outro argumento indonésio. A importância primordial da autodeterminação para o respeito dos Direitos Humanos foi também sublinhada pelas Organizações Não-Governamentais (4 intervenções).

Tendo em conta a indiferença pelo problema de Timor manifestada nas sessões anteriores da Comissão, pode considerar-se positivo o facto de várias delegações — França, Alemanha Federal, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália e Irlanda, portanto todos os países da CEE membros da Comissão, com excepção da Espanha — e ainda os E.U.A., Austrália, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Nicarágua terem assinalado o caso de Timor-Leste nas suas intervenções. Estes quatro últimos países e a França intervieram no ponto 9 da agenda da Comissão, relativo à autodeterminação. Os outros Estados membros insistiram sobre as conversações entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, para chegar a uma solução do problema. A Austrália, de acordo com as suas anteriores declarações acerca da soberania indonésia sobre Timor-Leste, finge ignorar a posição das Nações Unidas e afirma-se preocupada com as restrições impostas pelo Governo indonésio à *"liberdade de movimento e comunicações de e para a* **província** *de Timor-Leste"*.

A delegação indonésia, que utilizou o direito de resposta sempre que podia, mostrou-se particularmente preocupada com *"o apoio manifestado por vários membros da Comissão ao diálogo entre a Indonésia e Portugal sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU"* e, afirmando a sua disposição de colaborar com o Secretário-Geral, declarou: *"No entanto, a minha delegação gostaria de reiterar que um diálogo só pode ser bem sucedido se as partes mostrarem sinceridade e consistência na sua atitude, impedindo assim a adopção de uma atitude hipócrita, que poderia pôr em perigo a conclusão do diálogo"*.

Frente à ameaça velada de uma ruptura das negociações sob a égide da ONU, a delegação portuguesa respondeu: *"A minha delegação concorda inteiramente com o delegado indonésio e gostaria apenas de acrescentar que um outro elemento essencial para o êxito do diálogo é a disposição para aceitar o compromisso, para fazer concessões. E a este respeito (...), no que toca ao problema de Timor-Leste, cabe sobretudo à Indonésia — que ocupa o território, impôs as regras sobre a vida diária do seu povo, restringe o acesso a Timor-Leste e impede Portugal, a potência administrante, de exercer os seus deveres de descolonização — fazer concessões e aceitar compromissos. No que diz respeito a Portugal, há apenas um ponto sobre o qual não podemos fazer concessões — o respeito pelos princípios internacionalmente estabelecidos: o direito dos povos à autodeterminação e o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais."*

Parece não ter sido possível propôr a votação de uma resolução sobre Timor-Leste, mas a Comissão, ao adoptar o relatório da Sub-Comissão dos Direitos Humanos, aceita implicitamente as recomendações da Sub-Comissão, em particular as que dizem respeito à necessidade de admitir os representantes do povo timorense nas conversações que se realizam em Nova Iorque.

A falta de credibilidade da Indonésia ficou também patente na eleição dos membros da Sub-Comissão. O candidato indonésio, perito em direitos humanos, era afinal Yusuf Wanandi, responsável do CSIS (a central de informação e contra-informação do regime) que, nas três voltas sucessivas, apenas obteve 10, 1 e 2 votos favoráveis. □

INTERVENÇÃO DE CRISTIANO COSTA NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Pela segunda vez um refugiado timorense testemunhou a sua experiência perante as Nações Unidas, apoiado desta vez pelas autoridades governamentais portuguesas.

Sou um timorense que conseguiu fugir de Timor-Leste, abandonando a minha terra e os meus parentes para dar o meu testemunho sobre as violações dos Direitos Humanos perpetradas pelos militares indonésios em Timor-Leste. Fugi de Timor em Outubro de 1987 e, passando pela Indonésia, cheguei a Macau em 31 de Dezembro de 1987.

As forças indonésias invadiram a cidade de Dili no dia 7 de Dezembro de 1975 e três dias depois invadiram a minha cidade natal, Baucau. Nesse mesmo dia, vi pára-quedistas indonésios torturarem e executarem timorenses depois de os capturarem. Outros foram enviados para as prisões de Baucau, Flamboyant, e RTP (antiga base de uma das companhias do exército português). Tinha então 15 anos. Face a este ambiente de terror fugi para o mato, para as áreas controladas pelos resistentes timorenses.

Em 1979 um dos meus irmãos foi morto pelos militares indonésios, e eu fui capturado pelas forças indonésias em Ostiko, região de Baucau, e fiquei detido até 1980 na base militar de Baucau.

Em 1981, na operação levada a cabo pelas forças militares indonésias denominada 'Operasi Pagar-Kikis I', fui obrigado pelos militares a participar nesta operação que era comandada pelo Coronel Sahala Rajaguguh e mobilizava 40 batalhões indonésios e a população civil de Timor-Leste. Durante esta operação vi as forças indonésias massacrarem sem dó nem piedade crianças, mulheres, velhos e inválidos, em Aitana, na zona de Lacluta.

Em Abril de 1982, em preparação para as primeiras eleições impostas em Timor-Leste pelo Governo indonésio, os militares aprisionaram um grande número de pessoas da parte leste de Timor. Também fiz parte de um grupo de 324 pessoas presas e levadas para a zona de Taci-Tolu, perto de Dili. Fomos libertados ao fim de três meses.

Em 1983, após o cessar-fogo entre a guerrilha e as forças militares indonésias, verificou-se uma nova vaga de massacres e aprisionamentos de pessoas suspeitas de simpatia com a Fretilin nas vilas ocupadas, em todo o território. Para não falar de outros casos de massacres, cito apenas o massacre já conhecido de Krarás, onde uma povoação de mais de 2.000 pessoas foi quase totalmente exterminada. Foi na sequência destes acontecimentos que fui novamente preso em 28 de Agosto de 1983, em Baucau, suspeito de colaborar com a Fretilin. Fui submetido a interrogatórios e à tortura. Durante duas semanas, em Baucau e em Dili, sofri choques eléctricos, espancamentos, queimaduras e partiram-me os dentes. Ainda me lembro do nome do oficial indonésio de Baucau encarregado da tortura e dos interrogatórios: era o capitão A. Haryanto.

Em 2 de Setembro do mesmo ano amarraram-me, juntamente com 20 prisioneiros entre os quais se encontrava outro dos meus irmãos, e enviaram-nos para a prisão Comarca de Dili. Também foram presos em Baucau alguns colegas meus, Adolfo Fraga, António Espírito Santo, Benjamim Guterres, Isidoro Ximenes e Carlos Alves, que depois desapareceram.

Na prisão Comarca de Dili não tínhamos autorização de receber visitas dos familiares, não recebíamos uma alimentação normal nem assistência médica. As nossas condições só melhoravam na véspera das visitas da Cruz Vermelha Internacional ou de visitantes estrangeiros mas, após a sua partida, as más condições continuavam (...).

Os prisioneiros políticos que não eram presos políticos mas de delito comum, muito mais saudáveis e privilegiados do que nós, eram os escolhidos para serem filmados ou entrevistados. Quando no dia 4 de Setembro de 1984, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Mochtar Kusumaatmadja, e o Governador de Timor, engenheiro Mário Carrascalão, visitaram a prisão, foram estes presos de delito comum que foram filmados e entrevistados.

Muito prisioneiros políticos eram obrigados a assinar falsas confissões que eram em seguida utilizadas para encenar simulacros de julgamentos. Duas advogadas indonésias de Kupang eram designadas pelo tribunal para defender os réus mas não tinham contacto com os prisioneiros. De facto, as advogadas trabalhavam com a acusação e o juiz para elaborar as condenações e atribuir as penas que já tinham sido decididas pelos militares. Eu próprio e 49 outros recusámos assinar essas confissões falsas e por isso nunca fomos julgados. Em 27 de Abril de 1985, depois de 20 meses de prisão, aqueles que tínhamos recusado colaborar com estes julgamentos fomos libertados. Fomos então obrigados a apresentar-nos todas as semanas no comando militar indonésio.

Mais tarde, regressado a Baucau, vi no dia 17 de Agosto de 1987 muitas pessoas capturadas pelos militares indonésios em represália aos ataques dos guerrilheiros a Laisoro-Lai (Quelicai) e Seiçal (Baucau). Estas pessoas foram interrogadas e torturadas pelos Boinas-Vermelhas, à meia-noite no Hotel Flamboyant, em Baucau. Os mais suspeitos foram enviados para Dili e permanecerem nas prisões dos Boinas-Vermelhas em Dili.

Em Janeiro de 1988, depois da minha fuga, foram detidos e interrogados Abel da Costa Ximenes e Joaquim Saldanha que trabalhavam comigo na cooperativa Puskud, e o meu primo Egas da Costa que estuda Filosofia na Faculdade Driarkara em Jacarta.

Enquanto os militares indonésios permanecerem em Timor-Leste, nunca será possível a paz no território porque o medo, a tortura, os interrogatórios, os massacres, as violações, as detenções arbitrárias e as execuções são o flagelo constante do povo de Timor-Leste.

(...)

Permita-me agradecer-lhe a oportunidade de fazer esta intervenção. Permita-me igualmente pedir-lhe que tome medidas para proteger a minha família em Timor-Leste contra quaisquer represálias dos indonésios devido à minha intervenção neste lugar.

Obrigado Senhor Presidente. □

QUARTA CONSULTA CRISTÃ SOBRE TIMOR-LESTE

Na sequência dos encontros realizados na Holanda (1985 e 1986) e na Suiça (1987), esta Quarta Consulta Cristã teve lugar em Lisboa, de 22 a 24 de Janeiro. Estes encontros destinam-se divulgar informação e promover a reflexão entre Igrejas e organizações cristãs (católicas e protestantes) sobre a situação do povo de Timor-Leste.

Organizações cristãs atentas às violações dos Direitos Humanos e aos problemas do Desenvolvimento tentam chamar a atenção de estruturas de Igrejas mais pesadas e por vezes mais sensíveis aos argumentos da Indonésia do que aos apelos dos timorenses.

A realização desta IV Consulta em Lisboa teve como principal interesse permitir a intervenção de refugiados timorenses que puderam testemunhar directamente as violações dos Direitos Humanos de que foram vítimas na sua pátria. Mais do que muitos estudos e discursos, este testemunho directo poderá ter aberto os olhos a algumas delegações que, pelo seu relacionamento com as Igrejas da Indonésia, estavam mais habituadas a ouvir as teses do ocupante, embora o bloqueio imposto a Timor-Leste lhes deixasse pensar que a Indonésia tinha coisas para esconder.

O bispo de Setúbal, Dom Manuel Martins, como Presidente da Pax Christi (Secção Portuguesa) e o Pastor Salvador, responsável da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, pronunciaram os discursos de acolhimento. A Igreja Presbitariana, o movimento Pax Christi e o Instituto Católico para as Relações Internacionais (CIIR, de Londres) eram com o grupo *"A Paz é Possível em Timor-Leste"*, os organizadores desta reunião internacional.

"Não viémos aqui para uma reunião de amigos, viémos aqui sim com dois objectivos profundamente humanos e muito nobres. Por um lado queremos comungar do sofrimento de um povo, amordaçado no corpo e na alma, que a força iníqua da crueldade não consegue fazer morrer", afirmou D. Manuel Martins.

"Por outro lado queremos gritar bem alto que isto não pode continuar, a situação desumana e vergonhosa já durou bastante. (...)

"Permito-me sublinhar alguns pontos que explicam este nosso encontro.

Em primeiro lugar, os povos são como as pessoas: têm direitos de fundo que devem ser respeitados e promovidos por todos os outros povos. Estes direitos são desenhados pela raça, origem, história, religião, pelas tradições e experiência comum, pelo projecto que vivem e que sonham, pelo sofrimento, etc. E tudo isto cria uma fisionomia própria, que caracteriza e distingue um povo.

Em segundo lugar, não podemos consentir que sejam os interesses económicos ou políticos a comandar as relações entre os povos.

A verdadeira civilização é aquela que caminha tendo o homem como centro e critério das suas preocupações. E quando digo homem, digo também com a mesma verdade e força: povo.

Em terceiro lugar, uma sociedade, um povo, um país amolece, perde as razões de viver a sério quando se insensibiliza perante a violação destes valores. E muito mais se esta sociedade ou país tem alguma coisa a ver, estruturalmente, com o povo que tem esses valores em discussão e agressão.

Finalmente, a paz não se constrói pela força, porque a justiça não se constrói pela injustiça. Quero dizer que a paz não é igual a situações consumadas: Timor, a 27.ª província da Indonésia.(...)

Timor não pode morrer. Timor é um povo, diferente de qualquer outro, com passado, presente e futuro. Com história. Timor, o povo heróico de Timor, tem lutado até ao sangue para preservar a sua identidade, a sua fisionomia, a sua verdade.

Hoje mais do que nunca, é o nosso grito que mais faz tremer os poderosos. Se nos calarmos, Timor acabará por morrer, mas o pecado ficará connosco."

O pastor José Salvador diria por seu lado:

"Espero que nós todos, cristãos, membros de comunidades que professamos o nome de Cristo, sejamos capazes de aceitar o desafio de levarmos as nossas Igrejas a acções mais corajosas na defesa do povo de Timor. Sem indecisões, sem receio dos conflitos que a nossa luta possa levantar, sem outros compromissos que talvez se justifiquem da parte dos Governos, de grupos económicos ou de partidos políticos, mas que não se justificam da parte de Igrejas cristãs sem outros compromissos que não sejam os nossos compromissos com o Reino de Deus - Reino de paz, de justiça e de libertação para toda a gente.

Se formos alcançados por esse desafio terá valido a pena esta conferência sobre Timor-Leste".

Por norma, para permitir a participação de organizações que mantêm relações com as Igrejas da Indonésia, o nome dos participantes destes encontros não é divulgado. Quanto aos participantes portugueses que não têm este problema, estavam presentes não só grupos de solidariedade com o povo de Timor-Leste, mas também movimentos católicos e protestantes: Liga Operária Católica, Movimento Metanoia, Movimento Cristão para a Paz, um movimento de estudantes e um de mulheres ligados às Igrejas protestantes, Jornal Libertar, Centro de Reflexão Cristã, Comissão Nacional Justiça e Paz, Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC), etc.

Além de ouvirem os testemunhos de alguns refugiados recentemente chegados a Portugal e de conversarem com estes e outros timorenses que se apresentaram espontaneamente nesta parte do encontro, os participantes ouviram também duas intervenções de responsáveis da Convergência Nacionalista formada pelos dois principais partidos políticos timorenses, a FRETILIN e a UDT.

"Na altura da invasão indonésia a Timor-Leste eu tinha 15 anos - afirmou perante os participantes um dos refugiados - *e encontrava-me em Baucau, a 135 km a leste de Dili. Dada a invasão deixei a cidade de Baucau, juntamente com a população e dirigimo-nos para a montanha, para as áreas controladas pelas FALINTIL, exército de libertação de Timor-Leste. Os invasores indonésios consideravam os nossos estudantes como comunistas e daí muitos terem sido executados.*

Quatro anos depois fui capturado: em Março de 1979, no momento em que as forças opressoras faziam operações de cerco e aniquilamento, operações denominadas "Hapus Bersih".

Em Maio de 1979 os ocupantes acusaram-me de apoiar a guerrilha, pelo que fui interrogado em 12 daquele mês, no edifício que foi sede do Posto Administrativo de Quelicai. Quiseram que eu fornecesse dados sobre a rede clandestina. Para isso provocavam queimaduras com pontas de cigarros acesos e empregavam choques eléctricos durante a noite do interrogatório. Eles não conseguiram o que queriam e por isso soltaram-me ao fim de três dias de interrogatório, após uma 'lavagem cerebral' -nessa sessão diziam que Fretilin era comunista e que já tinha perdido a guerra. Antes de me libertarem pressionaram-me no sentido de nada dizer sobre o que se passara comigo, pois caso contrário voltaria a ser preso e novamente torturado.(...)

Em Março de 1980 matriculei-me no Externato de S. José de Balide, em Dili. O Conselho Directivo da Escola fez-me saber que a Escola funcionava ao abrigo da Diocese e independente e qualquer tendência política. Ela preservava a identidade cultural do povo de Timor-Leste. Foi dito que não era dada qualquer equivalência por parte do ensino oficial.

A Escola era e continua a ser sistematicamente ameaçada pelas autoridades indonésias e pela polícia política, a Intel. Em Junho de 1980 desapareceu o Professor Venâncio Gomes, que estudara Agro-pecuária em Portugal, e com ele cinco estudantes daquela escola. A Escola é apoiada pelos pais dos alunos e pela Igreja local. Com estes apoios, e apesar de todas as dificuldades - falta de material, de fundos e de pessoal docente - a Escola funciona. Os ocupantes recolhem informações até ao detalhe sobre a vida dos professores e dos alunos. Os jovens timores continuam a frequentar a Escola com o objectivo de defender e aprofundar a identidade cultural do povo de Timor-Leste.

Para além do Externato de S. José funciona o Corpo de Escuteiros Católicos, dirigido por sacerdotes. Os ocupantes dizem que o C.E.C. é uma Associação política no seio da juventude em geral e da juventude católico em particular. O Corpo de Escuteiros Católicos quer manter a sua dignidade moral e a sua identidade cultural. Esta defesa tem uma grande importância no combate que os timorenses travam pela independência.

Por outro lado, organizada pelos indonésios está a 'Praja Muda Karana' (PRAMUKA), que se rege pelos princípios do Pancasila (ideologia oficial do regime indonésio). Enquanto a Pramuka é subsidiada pelos ocupantes, o CEC vive dos apoios dados pelos pais dos escuteiros e amigos. Pela pressão exercida pela polícia, as empresas e trabalhadores, incluindo os motoristas, são obrigados a dar dinheiro para os acampamentos realizados pela Pramuka. A existência do CEC e do Externato de S. José é um incómodo para os ocupantes indonésios que, para se verem livres de um e de outro, exercem contínuas represálias sobre os professores e sobre os estudantes".

No Domingo realizou-se uma celebração litúrgica ecuménica no campo dos Balteiros (Vale do Jamor) e uma sessão cultural na qual participaram sete grupos culturais timorenses vindos de diversos núcleos.

A vitalidade cultural timorense e a vontade dos refugiados em participar num encontro internacional sobre Timor-Leste mostrou bem a sua decisão de se afirmarem e de não deixarem por mãos alheias o que a eles diz respeito.

A natureza destas consultas cristãs, como espaço de encontro e reflexão, é pouco propícia a resultados espectaculares. Em 1987 decidiu-se publicar uma 'Reflexão' sobre o problema e recolher apoios: esta publicação, editada em inglês, francês, alemão e português, foi uma maneira de alargar o conhecimento da questão de Timor-Leste nos meios cristãos. Este esforço deverá ser prosseguido, tendo ainda o caso de Timor-Leste pouca divulgação nos meios de comunicação internacionais. Se os refugiados o permitirem (alguns ainda têm família em Timor e receiam represálias), os seus testemunhos poderão vir a ser publicados.

Sendo o quadro da O.N.U. um dos mais importantes para uma solução do problema, houve propostas para um novo encontro em Nova Iorque, em Agosto, o que permitiria não só sensibilizar Igrejas e organizações cristãs da América do Norte mas também intervir na discussão do assunto de Timor no Comité de Descolonização das Nações Unidas.

A realização da Quarta Consulta Cristã em Lisboa teve também alguma repercussão na opinião pública e nos responsáveis portugueses cujo papel é importante na resolução do problema visto que, à luz do direito internacional, Portugal é a potência administrante do território, cuja descolonização não foi concluída. Delegações dos participantes foram recebidas na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Assembleia da República e na Conferência Episcopal Portuguesa. □



PAPA: MAL INFORMADO SOBRE TIMOR?

O Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros já afirmara que o Papa João Paulo II estava mal informado e que as informações que recebia sobre Timor-Leste provinham apenas de uma das partes. Frans Seda, apresentado pelo jornal indonésio 'Jakarta Post' como *"o líder da comunidade católica indonésia"*, membro da Comissão Pontifical Justiça e Paz, antigo embaixador do seu país junto da CEE, veio apoiar as anteriores afirmações de Mochtar. *"O Papa está verdadeiramente mal informado"*, declarou Frans Seda que, no entanto, tem contactos com o Vaticano.

A reacção das autoridades indonésias ao apelo que o Papa lhes dirigiu em 14 de Dezembro passado, em favor dos *"direitos étnicos, religiosos e culturais do povo de Timor-Leste"*, deixa transparecer um profundo despeito. João Paulo II apenas repetiu o apelo já lançado em Julho de 1984, ao receber as credenciais do anterior embaixador indonésio, mas se julgou dever repeti-lo textualmente é, claramente, porque esse apelo feito há três anos não encontrou resposta satisfatória.

Apesar do descontentamento indonésio, Frans Seda tenta pôr em relevo o lado positivo da intervenção de João Paulo II: *"Apesar de tudo, o Papa fala e discute connosco e não com Portugal ou as Nações Unidas"* declara, o que significaria que o Papa reconhece implicitamente a soberania indonésia sobre Timor-Leste.

Para apoiar esta interpretação, Frans Seda afirma que estava em Roma em Outubro passado quando o Primeiro Ministro português foi recebido pelo Papa e que, se Cavaco Silva afirmou que João Paulo II lhe falara sobre Timor, o *'Osservatore Romano'* não mencionou esse facto.

A Igreja Católica indonésia está dispensada da submissão ao Pancasila

Em 1986 o Parlamento indonésio votou uma lei que obriga todas as organizações sociais, incluindo as religiosas, a inscrever os cinco princípios (Pancasila) da ideologia nacional como os primeiros dos seus estatutos. A Conferência Episcopal católica tentou em vão escapar a esta submissão à ideologia nacional mas foi obrigada a acatá-la como as outras.

A lei prevê a demissão e substituição, por via autoritária, dos responsáveis que não sejam fiéis ao Pancasila. Uma tal prática seria evidentemente contrária à natureza e às exigências da Igreja Católica que, com outras organizações religiosas, acaba de ser dispensada desse cumprimento. O carácter geral da lei parece ter sido apenas um estratagema para submeter ao regime as organizações que este pretende controlar legalmente. □

EUKUMINDO: RELATÓRIO SOBRE TIMOR-LESTE

Um relatório sobre *"o problema das violações dos Direitos Humanos em Timor-Leste"* foi publicado em Dezembro passado por EUKUMINDO — Grupo Europeu de Trabalho para as Relações Ecuménicas com a Indonésia.

Neste documento Eukumindo, que não quer comprometer as relações com os seus parceiros indonésios (o PGI, união de Igrejas protestantes), não pode todavia ignorar a situação vigente em Timor-Leste, aparecendo este aspecto essencialmente nas conclusões do documento.

O relatório começa com um sumário histórico: através de uma petição dirigida ao Governo, o Parlamento indonésio pediu-lhe que ponha termo à guerra civil em Timor-Leste. *"O exército voluntário indonésio"* invade Timor *"mas encontra inesperadamente uma forte resistência. A guerra continua como guerra de guerrilha".*

"Desde 1979, e particularmente a partir de 1983, o Governo indonésio fez grandes esforços para o desenvolvimento de Timor-Leste, fazendo mais em poucos anos do que os portugueses em 400 anos."

"No entanto, Timor-Leste encontra-se isolado. O Governo indonésio autoriza poucas visitas".

Replicando às acusações feitas à Indonésia sobre a sua intervenção e o genocídio timorense, Eukumindo afirma que o número de mortos tem sido exagerado, que a Indonésia não é uma ditadura militar, o exército goza da estima popular devido ao seu papel na luta pela independência da Indonésia, e salienta a função dos militares como *"escola da nação".*

Justificando ainda a entrada das forças indonésias em Timor-Leste, Eukumindo afirma: *"A honestidade das afirmações dos líderes indonésios, que declaravam não terem pretensões territoriais sobre Timor-Leste, está confirmada pelo facto de a sua intervenção só ter ocorrido após o estabelecimento de uma república popular no seu arquipélago, incapaz de sobreviver sòzinha, mas apenas com auxílios exteriores. Fácilmente se imagina de onde viriam essas ajudas".*

Referindo-se às dificuldades de informação sobre Timor, o documento queixa-se de só chegarem ao conhecimento do público relatórios orientados. *"É sabida, por exemplo, a grande influência que os membros da Fretilin (no exílio) exercem junto da Amnistia Internacional e organizações similares. Pode dizer-se que elas descrevem o conflito do seu ponto de vista e ignoram simplesmente os novos desenvolvimentos em Timor-Leste".*

Quanto à informação chegada pelo canal da Igreja católica o documento declara: *"Mesmo esses relatórios, na nossa opinião, não podem ser aceites inquestionavelmente. (...) Desde que Timor-Leste se tornou a 27.ª Província da Indonésia a Igreja Católica, que ocupava uma posição de grande poder durante o domínio português, perdeu a sua influência. É concebível que nestas circunstâncias ela considere, por vezes, os grupos de resistentes como seus aliados naturais".*

O documento de Eukumindo, que não contesta a soberania indonésia sobre Timor-Leste, indica alguns meios para melhorar a situação ao nível dos Direitos Humanos. Destacamos alguns pontos dessas conclusões:

"1. Estamos preocupados pelo facto de existir tão pouca informação de confiança sobre Timor-Leste. Pedimos, portanto, mais possibilidades de visitas a Timor-Leste para jornalistas estrangeiros, representantes de Igrejas e de organizações internacionais de ajuda.
(..)
"3. Estamos profundamente preocupados pelas notícias de violação dos Direitos Humanos contra timorenses, de tortura, de promessas de amnistia não respeitadas, etc.. Tais acontecimentos vão contra as declarações do Governo indonésio. Pedimos, portanto, que os representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha possam ter livre acesso a todas as prisões onde se encontram presos políticos.
"4. É necessário explorar todas as possibilidades em ordem a conseguir uma solução para Timor-Leste que seja aceitável por todas as partes, para que cessem os conflitos armados e o medo das arbitrariedades". □

SECRETÁRIO DAS IGREJAS INDONÉSIAS APOIA GOVERNO DE SINGAPURA



Cinco membros da Conferência Cristã da Ásia (organização ecuménica composta pela maioria das Igrejas protestantes) foram expulsos pelas autoridades governamentais de Singapura, em Novembro passado, sob a acusação de *"desvio dos princípios"* e *"ajudarem a financiar movimentos pró-comunistas e conferências de solidariedade".*

Fridolin Ukur, secretário-geral do PGI, organização que reune 90% dos protestantes da Indonésia, manifestou o seu apoio a esta medida de expulsão, afirmando que alguns membros da CCA eram *"radicais e conflituosos no tratamento dos problemas".*

Numa entrevista ao jornal indonésio *'Suara Pembaruan'*, citada pelo *'Jakarta Post'* (2/1/88), Fridolin Ukur declarou que o PGI se tinha retirado da Conferência em 1982.

"Na Assembleia de 1985, em Seul, foi notória a influência dos movimentos sociais radicais no interior da CCA. Felizmente nenhuma conferência (religiosa) *seguiu as propostas da CCA porque o PGI utilizou todas as suas forças para frustrar essas intenções"*, acrescentou o secretário-geral do PGI.

Recorde-se que na Assembleia de Seul estava previsto um debate sobre a questão de Timor-Leste, mas as Igrejas indonésias, ameaçando retirar-se de todas as comissões da CCA, conseguiram fazer anular o debate. Após uma acesa discussão, durante a qual algumas delegações sugeriram que as duas partes (indonésios e timorenses) deviam ser ouvidas, as ameaças venceram. O Padre Fernandes, padre católico timorense, só pôde apresentar a sua leitura dos factos diante de um pequeno número de participantes, à margem dos trabalhos da Assembleia, enquanto o Pastor Supit declarava perante a Assembleia: *"As afirmações sobre o genocídio em Timor-Leste não são verdadeiras. A intenção do exército indonésio não é matar, mas ajudar as famílias a reunir-se".* E acrescentou ainda: *"O PGI luta pelo fim do conflito, pela resolução dos problemas sociais e a reconciliação das famílias, clãs e povos. Mas isso só pode realizar-se no quadro da Constituição da República indonésia onde pode ser preservada a diversidade no interior da unidade da Nação".*

Apesar da sua vitória em Seul, o PGI sabe que o problema regressará necessariamente nas próximas Assembleias e, segundo parece, prefere tomar a dianteira! □

Indonésia

SUHARTO REELEITO

O General Suharto, que em 1965 derrubou o seu antecessor Sukarno com um golpe de Estado que custou a vida a mais de meio milhão de indonésios acaba de ser reeleito Presidente da República, iniciando o seu quinto mandato. A eleição, aliás, não causou surpresas, visto que Suharto era o único candidato apoiado pelos três partidos — que, de resto, se regem pela mesma ideologia: o Pancasila. A principal novidade desta eleição foi a escolha de Sudharmono, para Vice-Presidente, e foi contra esta escolha que se manifestou o único voto de oposição à reeleição do Presidente. Os restantes 999 membros da Assembleia Consultiva Popular votaram a favor de Suharto e o único contestatário foi obrigado a sair do Parlamento quando tentou explicar a razão do seu voto.

A escolha de Sudharmono, presidente do Partido governamental Golkar, parece ligada a uma revalorização do cargo de Vice-Presidente até agora bastante apagado, numa altura em que Suharto, de 66 anos, deixou entender que poderia não ir até ao fim do seu novo mandato.

A eleição presidencial foi, entretanto, precedida por uma remodelação na chefia das Forças Armadas. O General Benny Murdani, estratega da invasão de Timor-Leste em 1975, foi substituído na chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas pelo General Try Sutresno, antigo ajudante-de-campo de Suharto, que ocupava o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército.

Depois da eleição, o Presidente Suharto procedeu à remodelação do governo. A mudança mais notada no estrangeiro foi a substituição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, M. Kusuma-Atmadja eleito no ano passado pela Assembleia do Povo como representante de Timor-Leste, por Ali Alatas, embaixador junto das Nações Unidas em Nova Iorque e, a esse título, principal representante indonésio nas conversações com Portugal sobre a questão de Timor. □

PARLAMENTO EUROPEU

Em Dezembro de 1985 a Comissão dos Assuntos Políticos do Parlamento Europeu decidia elaborar um relatório sobre os Direitos Humanos na Indonésia, e em Fevereiro seguinte confiava à deputada socialista holandesa, Sra. Van den Heuvel, a tarefa de elaborar o relatório.

Confrontada com a violação massiva dos Direitos Humanos em Timor-Leste, que o Governo indonésio chama a sua "27.ª Província" mas que a ONU considera um território não autónomo do qual Portugal é a "potência administrante", a relatora encontrava-se perante uma questão:

- Abordar o problema de Timor-Leste num relatório sobre os direitos humanos na Indonésia não seria, implicitamente, considerar que Timor-Leste faz parte da Indonésia?
- Ignorar as graves violações cometidas em Timor-Leste pelo governo indonésio não seria passar em silêncio sobre uma parte importante das violações cometidas por esse governo, conhecimento indispensável para julgar a sua atitude global?

A deputada holandesa escolheu assim mencionar o caso de Timor-Leste no seu relatório geral sobre a Indonésia, reservando o essencial das suas considerações sobre a antiga colónia portuguesa para um relatório separado, a ser apresentado ao Parlamento em Maio de 1988.

O relatório e a resolução sobre a Indonésia foram discutidos e votados em 10 de Março passado. Os considerandos da moção aprovada pelo Parlamento são um revés para o regime militar indonésio:

"... O regime político indonésio não é uma democracia parlamentar...;

... O Pancasila tem uma função de ideologia de Estado, mas a interpretação do seu conteúdo compete em exclusivo ao Presidente Suharto;

... A liberdade de associação é seriamente limitada pela lei relativa às organizações de massas ('Ormas');

... A liberdade de imprensa é objecto de restrições;

... execuções sumárias, torturas e maus tratos infligidos a prisioneiros, detenções sem processo;

... não existe um sistema de imparcial justiça...;

... migrações internas... forçadas;

... política governamental para impedir que as mulheres tenham um comportamento socialmente activo fora dos terrenos tradicionais da educação e da família...".

Sobre o caso específico de Timor-Leste a resolução do Parlamento Europeu afirma:

"...

F. Considerando que estas violações assumem particular gravidade no território de Timor-Leste, sujeito desde 1975 à ocupação pela força por parte de tropas indonésias, o que impede o povo de Timor-Leste de exercer o seu direito à autodeterminação, e de ver respeitados os seus direitos fundamentais, em muitos casos, e sobretudo, o direito à vida.

(...)

5. Exorta os Estados membros da Comunidade Europeia a desenvolverem uma acção política que contribua para a retirada das forças indonésias do território de Timor-Leste e para o respeito pelos direitos fundamentais do seu povo, incluindo o direito à autodeterminação, bem como a apoiarem os esforços do Secretário-Geral da ONU no sentido de alcançarem os objectivos mencionados;

(...)". □

E. U. A: TIMOR DISCUTIDO NO CONGRESSO

Em 4 de Fevereiro o senador norte-americano D. Durenberger lançou, no Senado, um apelo aos membros da Comissão dos Direitos Humanos, então reunidos em Genebra:

"Os E.U.A. deveriam fazer mais pela situação em Timor-Leste. Não nego que a situação em Timor seja melhor em 1988 do que em 1981, mas também não posso negar os numerosos relatórios, que recebi em primeira mão, sobre contínuas violações nessa área. (...) Apelo a todos os membros da Comissão dos Direitos Humanos para que aprovem uma resolução, a mais firme possível, sobre Timor-Leste. Embora se tenham verificado alguns melhoramentos em Timor nos últimos anos, eles são pouca coisa diante das graves condições, em geral, existentes no território ou dos sentimentos dos seus habitantes, a quem tem sido negado escolher o seu próprio futuro".

No dia anterior, o deputado Tony Hall já abordara a questão na Câmara dos Representantes, salientando que os melhoramentos recentes não apagam os sérios problemas que persistem em Timor-Leste. Referindo-se à importância da discussão do assunto na Comissão dos Direitos Humanos, o congressista afirmou:

"Portugal, nação com uma longa e histórica responsabilidade com Timor-Leste, tem este ano assento na Comissão dos Direitos Humanos. Muitos congressistas norte-americanos esperam que Portugal aproveitará a sua posição para recolher apoios da Comissão que conduzam a uma melhoria dos Direitos Humanos para o povo Timorense". □

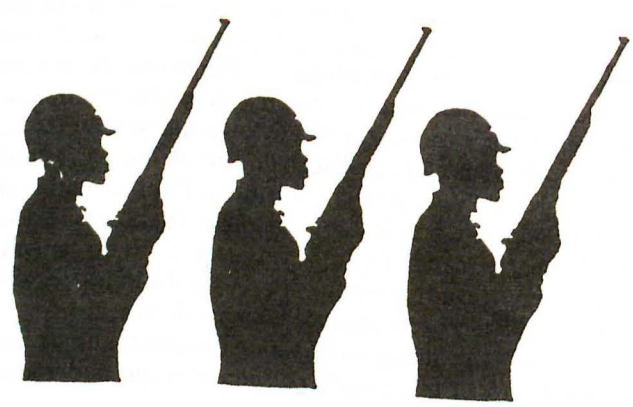
(continuação da pág. 5)

EX-FUNCIONÁRIO PORTUGUÊS . . .

rem de ligações à Resistência e prendem o suspeito. Há timorenses a colaborar com a Intel: "os bufos".

Sobre as prisões, é preciso desconfiar do que se vê. As autoridades, sempre que há visitas, têm o cuidado de retirar os presos e "encarcerar" funcionários. Vários funcionários do meu serviço tiveram de fazer as vezes de presos.

Não há só as prisões de Dili (Balide e Becora). Estou convencido de que todos os comandos militares têm a sua prisão e o seu centro de interrogatório, sob o controlo da Intel". □

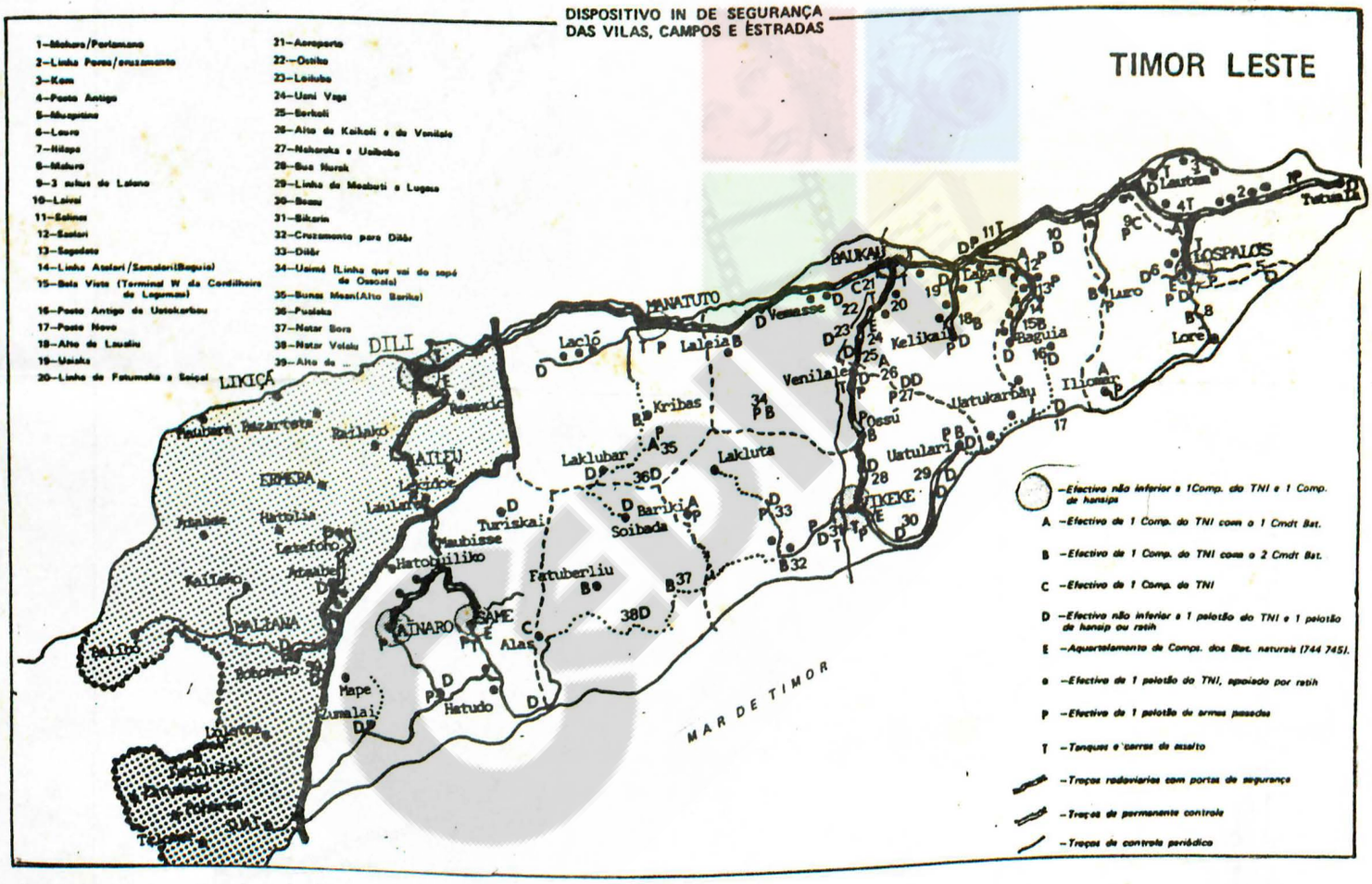


em timor-leste

a paz é possível

Nº 16 - JULHO/AGOSTO 1986

Mapas recentemente chegados do interior apresentam uma imagem da situação militar em Timor-Leste: presença da resistência armada em quase todo o território e forte dispositivo militar indonésio, particularmente em certas zonas do território.
(ver pág. 2/3)



NESTE NÚMERO:

- Mapas sobre a situação militar
- Notícias do interior
  - . Carta a Mons. Costa Lopes
  - . Carta do com. Xanana Gusmão
- Dossier: A Igreja em Timor-Leste
- Portugal: Maior clareza de posições?
  - . Perez de Cuellar em Lisboa
- Internacional
  - . Democracia Cristã toma posição
  - . Parlamento Europeu aprova moção
  - . Visita de Reagan à Indonésia
  - . Austrália: posições contraditórias
- Solidariedade
  - . Conselho Internacional da Pax Christi
  - . D.Hélder Câmara com os refugiados
  - . Encontros internacionais

Rua de Campolide, 215, 4.º Dto. 1000 Lisboa Portugal

MAPA DE CONTROLE TERRITORIAL

TIMOR LESTE

1–Mehara/Portamano
2–Linha Pores/Assalaino
3–Kom
4–Linha Raça/Lautém
5–Muapitine
6–Ililapa
7–Maluro
8–Louro
9–Laleno
10–Tutumboro
11–Laivai
12–Saelari
13–Atelari
14–Loi Ulo
15–Posto Novo
16–Campo de Kapuas
17–Aliambata
18–Linha Fatumaka/Seiçal
19–Berekoli
20–Campo de , a sul da Ribeira de Assalaitula
21–Campos de Nahareka e de Usibobo
22–Linha de Meabuti a Lugasa
23–Beasu
24–Bua Nurak
25–Campo de Lisruka, em Bubuana
26–Linha Loilubo/Ostiko
27–Bukoli/Uatakama
28–Campo de Uai-Ká
29–Kairui
30–Linha de Kaju Laran Klalerok Mutin Bikarin
31–Luka
32–Bubur Liço
33–Dilôr
34–Behau (Ilimano
34–Behau (Ilimanu)
35–Metinaro
36–Mane Hat
37–Natar Bora
38–Linha de Betano

Ilha de ATAÚRO

DILI
LIKIÇÁ
MANATUTO
Ilhéu do JACO
OSPALOS
LAUTÉM
VIQUEQUE
Laleia
Venilale
Kelikai
Boguria
Lore
Kribas
Lakluta
Uatulari
Ilioman
Atabae
Hatolia
Letefo
Kailako
Laulara
Aileu
Maubara Bazartete
Balibo
Bobonaro
Lolotoe
Fatululik
Fatumean
Fohorem
Tilomar
SUAI
Fatuberliu
Ainaro
Hatudo
Ala
Zumalai
MAR DE TIMOR
TIMOR INDONÉSIO

–Zonas virtualmente consideradas sob controle militar do ocupante indonésio
–As extensíssimas áreas sob controle das FALINTIL ou designadas por áreas libertadas
–Bases de destacamentos de guerrilheiros
–Forma de disposição dos campos de concentração ao longo das rodovias e zonas de produção
–Campos de concentração mais afastados das vilas e sua zona de produção
–Rodovias não utilizáveis
–Rodovias utilizáveis
–Delimitação entre as zonas de guerra e a parte do território sob efectivo controle militar IN
–Zonas de menor presença militar da guerrilha
Divisão Administrativa após Abril de 1974

MAPAS ANALISAM SITUAÇÃO MILITAR

Documentos chegados a Lisboa através de fontes da resistência em Timor-Leste dão conta pormenorizadamente das posições e dispositivos militares da Fretilin e Indonésia no território.

Estes documentos, enviados pelo comandante Xanana Gusmão, constam de um mapa capturado às forças militares indonésias em Junho de 1985, escrito em bahasa indonésio e mostrando a disposição das forças da Fretilin em Março de 1985; Incluídos estão também 2 outros mapas preparados pela Fretilin em Timor-Leste: o 1º revela a perspectiva da Fretilin sobre a situação militar (áreas libertadas e disposição dos campos de concentração); o 2º mostra o dispositivo de segurança das forças armadas indonésias no território. Faz a distinção entre pequenas e grandes unidades militares e identifica as posições de tanques e unidades de artilharia indonésia.

O mapa indonésio sugere que as forças da Fretilin (Falintil) operam verdadeiramente em unidades organizadas na maior parte do território, excepto na área a ocidente da linha traçada entre Dili e a costa sul (Suai).

Vários comandantes das Falintil nomeados no mapa indonésio são conhecidos como líderes da Fretilin em 1975; outros são novos. Isto leva a confirmar que tem havido continuidade e que a Fretilin tem recrutado novos líderes, não estando dependente dos sobreviventes de 1975.

Analisados conjuntamente, os três mapas dão uma ideia das áreas mais expostas aos combates:

- definem as áreas de maior concentração militar indonésia. Aparte a capital, o foco principal de forças estende-se ao longo da linha norte/sul, Baucau/Viqueque, onde se concentra uma grande representação de forças regulares indonésias combinadas com os batalhões timorenses 744 e 745 (forças auxiliares recrutadas pela Indonésia). Tudo o que fica a leste desta linha aparece militarmente activo.

- As posições militares indonésias descritas são, quase certamente, posteriores a 1983, data da sua re-organização depois do quebrar do cessar-fogo com a Fretilin em Agosto desse ano. Os relatórios da Fretilin sobre bombardeamentos aéreos e ofensivas da artilharia são posteriores a essa época - características da guerra entre 1976 e 1979, mas não tanto nos anos 80 a 83. A estratégia indonésia, desde 1983, parece ter sido a construção de um sistema de controlo de segurança ao longo das principais estradas - ao longo da costa norte, de Dili a Lospalos e Tutuala - e a construção de um cordão reforçado atravessando a ilha, de Baucau a Viqueque.

- O facto de que a guerra não se confina à zona leste deste cordão é demonstrado pelo dispositivo de tropas, tanques e artilharia a ocidente desta linha, especialmente na zona montanhosa da costa sul: Barique, Dilor, Fatuberliu, Alas, Ainaro e Same.

O significado humano destes documentos é acentuado pela fotografia que os acompanha, datada de Janeiro de 1985, mostrando soldados indonésios, rodeados por recrutas timorenses, exibindo as cabeças cortadas de 2 guerrilheiros.

(Sumário de um artigo de Jill Jolliffe - "Rough notes towards an analysis of the military situation in East Timor", Abril 86)

(continuação da pág. 20) ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

tica de desenvolvimento do território. *"Só que, convém lembrá-lo claramente, as mais estradas ou edifícios que possam eventualmente existir em Timor-Leste não fazem esquecer os trezentos mil mortos timorenses desta guerra colonial"*. E acrescenta o relatório que *"este pseudo-progresso não é capaz de calar a voz de milhares de aldeãos mauberes assassinados; não é, e jamais será, suficiente para abafar os lamentos dos milhares de torturados nas prisões oficiais e para-oficiais; não será nunca bastante forte para abafar o grito de revolta das mães timorenses obrigatoriamente tornadas estéreis numa atitude racista que não podemos nem queremos ignorar; não é suficiente para silenciar o grito de revolta dos democratas de que aqui fazemos eco"*.

O Parlamento português considerou também a necessidade de *"marcar uma nova etapa na acção pelo direito à identidade da comunidade timorense"*, através de um conjunto de acções destinadas a sensibilizar a comunidade internacional. Nomeadamente *"para a participação dos legítimos representantes do povo maubere nas negociações sobre o seu futuro e para uma solução que satisfaça os timorenses, a comunidade internacional e o povo português"*. (Diário de Notícias - 18/7/86)

CARTA DE TIMOR

(Extractos de uma carta pessoal dirigida a D. Martinho da Costa Lopes, ex-Administrador Apostólico de Dili, datada de 20 de Fevereiro de 1986.)

A GUERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Nos concelhos de Lospalos, Baucau, Viqueque, Manatuto, Same, Ainaro e Bobonaro, principalmente, se fizeram sentir as nossas acções de guerrilha com mais intensidade nos meses de Janeiro, Março, Abril, Novembro e Dezembro do transacto ano, causando ao invasor muitos mortos e feridos, continuando a maior parte do território e encontrando-se não muito longe das vilas e campos de concentração. Foram capturados alguns dos nossos guerrilheiros, encontrando-se alguns na Comarca de Dili nas mãos dos comandos militares regionais (Kodim), no Comando de Nangala, no Kotis, etc. Dos desaparecidos conta-se a companheira Cecília Ximenes, capturada em Lospalos com uma arma no princípio do ano passado. Depois de muito agredida, deu-se por desaparecida no Kodim local. No Kodim de Baucau foi dado por desaparecido o nosso guerrilheiro Chico Belo, capturado em meados do mesmo ano, em Venilale. Em Ainaro foi capturado e desaparecido o companheiro Domingos, caído nas mãos do inimigo em 24 de Dezembro passado.

Nos dias 6, 7 e 8 do corrente mês, o inimigo em grosso fez um cerco à pedregosa montanha da Resistência de Matebia, com o auxílio da força aérea no intuito de capturar o nosso companheiro Xanana que na altura se encontrava no sítio. No primeiro dia do ataque chegaram ao cemitério de Dili 9 cadáveres (de 1 capitão, 2 alferes, 1 sargento e 5 soldados), no 2º e 3º dias chegaram 8 cadáveres. Desconhecem-se os que foram enterrados em Baucau e outros transportados directamente de "Hércules" para Java. Da nossa parte nada houve. Diariamente não faltam cadáveres para o cemitério de Dili. Em Baucau abriu-se mais um novo cemitério, entre Baucau e Uailili e está também quase cheio. O Hospital central "Dr. Carvalho" está abarrotado de soldados feridos e mutilados. Os soldados indonésios estão desmoralizados e fartos de guerra. Têm pouca vontade de fazer a guerra. Muitos oficiais indonésios já tomaram consciência de que a Indonésia é incapaz de dominar esta situação, militar e politicamente. O próprio Panglima disse há dias: "...a guerra está a ganhar menos intensidade, eles os guerrilheiros são apenas duzentos e tal munidos de armas deixadas por portugueses, mas modernas. Esta guerra de guerrilhas é impossível vê-la acabar". Outros dizem: "Nós estamos apenas a aguardar ordens para a retirada. A Indonésia não pode remar contra as ondas incontidas do mundo."Pela recusa dos seus homens a avançar, foram há dias chamados para Denpasar 2 comandantes de batalhão. Muitos deles estão a participar activa e efectivamente na nossa luta, sob várias formas. Isto é verdade. Por isso procuram então armar os filhos de Timor-Leste e pô-los a lutar contra os seus próprios irmãos.

Nas vilas e campos de concentração o povo maubere continua a oferecer a sua resistência passiva, colaborando activamente com a resistência armada em todas as circunstâncias. O próprio inimigo sabe que é assim. O povo maubere está cada vez mais consciente da necessidade de participar na luta, porque sabe que só assim pode libertar a nossa Pátria do jugo colonial indonésio e acabar de vez com todos os sofrimentos impostos pelo ocupante. Hoje, muitos dos que ocupam uma posição de relevo na sociedade actual, e muitos dos que pediram a integração, todos eles também já tomaram consciência de que a luta da Fretilin é justa e, por isso, muitos estão a participar também na nossa luta de várias formas.

EXECUÇÕES SUMÁRIAS E PERSEGUIÇÕES

Desta resistência e participação activa e efectiva do povo maubere, o inimigo procura vingar-se com perseguições, capturas, prisões, execuções sumárias, etc. No ano passado o inimigo fez várias execuções pelo interior do nosso território. Vamos apontar alguns casos chegados ao nosso conhecimento:

1. Em Kelikai, no dia 19/10, foram mortos pelo batalhão 724, 3 jovens: Julião,18 anos, Tadeu Ximenes, 17 anos e Victor Ximenes, num local chamado Sula Nau.

   Em Laga foram mortos 10 companheiros, entre eles um chamado Tomás, recém-chegado do campo de concentração de Ataúro.

   Em Baguia também foi morto um companheiro recém-chegado de Ataúro.

2. Em Venilale foram mortos 3 rapazes que andavam a guardar o seu gado. Ainda recentemente, no dia 14 de Dezembro foram mortos um chefe chamado Armindo e um seu filho, quando voltavam da sua horta distante da vila cerca de 3 km. Nem tão pouco se importavam com o "salvo-conduto" que lhes →

→

foi apresentado. E, assim, em escassos segundos, 2 vidas se transformaram em 2 cadáveres. Quantos casos assim se têm dado por esse Timor fora! No dia 31 de Janeiro do corrente ano foram capturados em Kelikai e Laga muitos elementos da população. Após 2 semanas de torturas, 8 deles foram conduzidos para a prisão central de Dili, enquanto outros foram mandados regressar às suas casas. Eis os nomes dos 8: Luís Maria, Félix Ximenes, David Ximenes, Justino e Manuel (Kelicai, suco Abafala), Cristóvão Ximenes e Carlos (Laga, suco Atelari) - omisso um nome.

3. Em Soibada, em meados de 1985, foram presos muitos elementos da população local, juntamente com o chefe do Posto da área. Passaram revista à residência do Pe. Mateus. Foram, por isso, objecto de espancamentos, chicotadas, queimaduras de cigarros, etc. O chefe do Posto e o José Vong foram conduzidos para o Comando de Nangala em Dili. O Pe. Mateus interveio junto das altas esferas civis e milltares de Dili, e o caso foi parar ao gabinete de B. Murdani que imediatamente mandou vir alguns dos seus oficiais subalternos para a investigação do referido caso. O chefe do Posto e outro foram mandados regressar às suas casas. Vários casos assim se deram pelo interior do território.

PRISÕES E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

Até meados de Setembro de 1985, existiam na prisão comarca de Dili (Becora e Caicoli) 177 presos políticos, julgados e não julgados, e 43 presos na prisão central de Cipinang em Jacarta. Desconhece-se o número dos que se encontram nos comandos militares regionais (Koramil e Kodim), nos comandos da Nangala, Kotis, Korem, etc. No dia 24 de Dezembro, Benni Murdani mandou libertar os 15 elementos militares e polícias presos na comarca de Caicoli e foram reintegrados nos seus antigos postos. Temos a certeza de que existem centenas de presos políticos timorenses espalhados pelas várias ilhas da Indonésia, cujo paradeiro se desconhece. Os que desapareceram em 1979, 1980 e 1983, sobretudo.

No campo de concentração de Ataúro ainda se encontram cerca de 937 presos, dos concelhos de Viqueque (936) e Lospalos (1). Estão longe dafamília há mais de 5 anos.No decorrer do ano passado foram libertados daquele campo os presos dos concelhos de Manatuto e Same.

Em 28 de Junho foram enviados para a comarca de Caicoli 32 elementos, homens e mulheres, incluindo uma criança - já foram todos julgados. Destes faleceu no dia 19 de Novembro um companheiro de nome Jeremias Menezes, do concelho de Viqueque, motivado por maus tratos.

No campo de concentração de Purgoa, em Cailaco, os presos dos concelhos de Baucau, Viqueque e Lospalos transferidos de Ataúro para lá em fins de 1982 a princípios de 83, já têm condições um pouco melhores, embora não possam ainda voltar para as suas terras, devido à situação.

Em Aileu estão concentrados presos vindos de muitos pontos do país. Com a ida das senhoras do Governador e Comandante militar para lá, há pouco, as coisas melhoraram um pouco.

Em Dõtik, na contracosta e em Halicou, Maliana, as coisas estão na mesma.

CONDIÇÕES DE VIDA NO INTERIOR

No interior do país, em muitas vilas e campos de concentração, o povo não tem condições de vida como um povo. E percorrermos, por exemplo, as vilas de Luro, Laivai, Tutuala, Lorê, Iliomar, Uatolari, Cajularan, Lacluta,etc., para vermos que o povo vive num autêntico cerco. Não circulam mais de 3 Km. Fora disto, tem de ir munido de um 'salvo-conduto' passado pelas autoridades militares da área a por eles acompanhado. Facilmente são acusados de contactarem com os nossos guerrilheiros, logo são alvo de torturas, massacres, etc. O povo vive nas cabanas e, à noite, é obrigado a dormir em abrigos cavados dentro ou fora de casa. O povo vive numa tensão constante de medo. Os javaneses, rabo entre as pernas, metem-se nos esconderijos. Os Hansips controlam toda a noite. Em Uatolari fazem um cerco de arame farpado à volta do posto; às 5 da tarde toda a gente deve entrar já dentro do cercado. Do modo como estão, é claro que o povo continua esmagado pela fome. São desprezadas as suas antigas hortas e plantações. Vivem como rebanhos sob a ameaça dos canos das armas.

Aquilo que os jornalistas ou outros observadores internacioanis descrevem, dizendo que o povo está a ter uma melhoria na alimentação, saúde, etc., não passa de uma curta visão da situação global de Timor-Leste.Todos os que cá chegam, primeiro são conduzidos por elementos escolhidos (Intel) - logo só podem informar aquilo que lhes convém;segundo, são conduzidos precisamente para os lugares que eles julgam convenientes.

→

→

O povo continua a morrer de fome, de doença, de torturas e massacres. Neste ano prevê-se uma grande fome, pois o pouco milho lançado à terra foi todo deitado abaixo pela ventania.

Em Loes, no mês de Novembro, a ventania levou pelos ares centenas de "palhotas de zinco" - o grande desenvolvimento levado a cabo pela Indonésia em Timor-Leste. Em muitas outras localidades passou-se o mesmo.

SAÚDE

Saindo um pouco de Dili, depara-se com a falta de cuidado ou negligência. Há falta de medicamentos ou, se existem, são raríssimos. O povo não tem dinheiro para os comprar. Logo são tratados apenas os que têm rupias. De facto a rupia é a base de tudo - por tudo e por nada é "oan-rokok" (dinheiro para cigarros). Quer seja uma simples assinatura de um "salvo-conduto" ou papeladas para serem admitidos como funcionários do Estado.

Em todos os postos e sucos são montados agentes do programa KB (Keluarga Berencana) ou seja planeamento familiar, os quais incentivam o povo para limitar o nascimento de filhos (cada família só pode ter 3 filhos). No interior os militares obrigam as nossas mulheres a receberem injecções e são-lhes distribuídas "tablets" para tal efeito. Todas são obrigadas a tomar parte. É uma forma de o inimigo eliminar a nossa identidade racial.

EDUCAÇÃO

No sector educacional, intencionalmente o inimigo procura também matar a nossa cultura. É obrigatório o estudo da língua indonésia. As crianças passam o tempo a cantar o hino da Indonésia e dedicam-se principalmente à educação física, com base nas archas pelas ruas da cidade, ostentando fardas. Em muitas localidades de Timor as alunas são obrigadas a deixar as aulas para irem dar à luz ou casar com o professor indonésio.

A muito custo, o externato de S.José em Balide e o Seminário Menor em Lahane vão administrando um ensino conveniente.

DILI

Dili, o maior centro populacional, também é fonte de corrupção e alienação. A insegurança que ameaça as suas vidas, bem como a fome e a doença, justificam esta aglomeração populacional na capital, que atinge actualmente cerca de 80.000 almas, incluindo indonésios que aqui se fixam. O centro da cidade é bastante grande para dar certa segurança a todos quantos, por motivos políticos, são perseguidos nas montanhas. A impossibilidade de fazer a vida nas suas terras, devido ao aperto do "cerco", obriga outros a afluir também para a cidade, procurando ganhar o seu pão sempre com a esperança de um dia poderem regressar às suas terras. Mas, hoje, na cidade a vida vai-se tornando cada vez mais difícil.

A IGREJA

A Igreja católica em Timor-Leste continua a ser a esperança deste povo martirizado. Nestes tempos difíceis a Igreja tem tentado aliviar o sofrimento e as dores do nosso povo, moral e materialmente, na medida das suas possibilidades. Em circunstâncias difíceis a Igreja tem contribuído imenso para a nossa luta de libertação. Isto é um facto que o povo timorense não esquecerá facilmente. A Igreja identifica-se com o povo timorense, é por isso que ela sofre também com o seu povo. Quantas vezes os seus pastores foram alvo de severas críticas e maus tratamentos por parte do ocupante!

No dia 1 de Fevereiro de 1986, um telegrama enviado de Ossu ordenou a prisão imediata do Pe. Hilário Madeira, que estava então na Câmara Eclesiástica. O caso foi levado até ao gabinete do Governador. Contudo, a Igreja continua a caminhar ao lado do povo, vivendo os mesmos sofrimentos e partilhando a mesma esperança.



FICHA TÉCNICA

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE - Boletim

Director interino - José Manuel P. Almeida
Sede - R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Periodicidade - bimestral
Preço deste nº - 20$00
Assinatura por 6 nºs - 150$00
Tiragem - 1.000 ex.
Composto e montado na R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Impresso na Associação 'O NINHO'
R.Actor Taborda, 30, 3º D 1000 Lisboa

CONFIANTES NA NOSSA VITÓRIA, DIFÍCIL!

(Extractos de uma carta do Comandante-chefe da Resistência Nacional, Xanana Gusmão, a timorenses que lhe manifestaram o desejo de participar na luta.)

COMPANHEIROS E IRMÃOS,

As minhas também calorosas saudações a todos.

Antes de passarmos à questão propriamente dita que vos levou a escrever-me, enfrentando assim os perigos que vos ameaçam, quero manifestar, em nome de todos quantos, no interior da nossa Pátria, persistimos na resistência armada contra o agressor indonésio, o meu profundo apreço pela vossa participação na luta de todos nós e afirmar-vos que a vossa mensagem foi acolhida com imensa alegria.

Mais do que um dever moral, devo realçar que o vosso corajoso acto deve ser inserido no alto espírito patriótico que todo o verdadeiro filho de Timor-Leste possui no seu sangue e na sua própria carne. Julgo ter compreendido uma exteriorização mesclada talvez de "mea culpa", talvez de acusação, numa disposição a que eu poderia chamar, senão de auto-crítica, de resultado de uma séria e profunda reflexão dos erros que couberam a todos nós. Sou de opinião de que todos nos sentimos responsáveis, cada um em sua medida, pelo desenrolar dos acontecimentos na nossa querida terra.

CONTINUAR A LUTAR PELOS NOSSOS DIREITOS INALIENÁVEIS

Porém creio, sobretudo, que após dez anos difíceis de luta, devemos ultrapassar, com convicção, a simples tomada de consciência das causas e efeitos no curso da nossa guerra de resistência nacional e marcharmos, de mãos dadas, sempre conscientes das inúmeras dificuldades que nos rodeiam mas, por outro lado, firmes na determinação de continuar a lutar pelos nossos direitos inalienáveis e confiantes na nossa vitória, difícil! (...)

O passado deve ser encarado no seu próprio papel de uma lição histórica, da qual devemos aprender a compreender e a explicar, sem subterfúgios, os erros - como as causas dos insucessos, das derrotas e das adversidades , que constituem os resultados palpáveis do próprio processo; esta tomada de consciência, honesta, constitui a premissa necessária para que o presente se torne claro, englobando esforços objectivos e audazes para um futuro que todos desejamos. Esta foi e é a característica que acompanhou a nova Direcção da luta , desde a reorganização em 1981.

NENHUM DE NÓS DESEJA ARRASTAR O POVO MAUBERE A UMA GUERRA DE EXTERMÍNIO

Penso que nenhum de nós deseja arrastar o martirizado povo Maubere a uma guerra de extermínio (como é o objectivo de Jacarta) ou levar o povo Maubere a suportar outras guerras...

Foi para evitar a destruição de nós mesmos, ou de nós todos, como povo que tem os mesmos direitos que outros povos do mundo, que a Fretilin assumiu a responsabilidade política que lhe era exigida, adoptando a política de reconciliação nacional, como linha de orientação para se obter a UNIDADE de todas as forças democráticas e nacionalistas na luta contra o inimigo comum. Nestes termos, a convergência nacionalista, conseguida com a UDT, deve ser vista não só como um acontecimento de grande importância na história do nosso povo, que anseia a paz e estabilidade para construir um futuro melhor para todos os seus filhos sem excepção, como ainda um degrau positivo nos nossos esforços para pôr fim aos sofrimentos do povo Maubere.

A Fretilin assumiu este sério compromisso e está disposta a assumir as responsabilidades que lhe couberem ainda, com vista a assegurar que Timor-Leste não se torne o propalado "foco de tensões" na área. Este é o espírito que move a actual Di

→

→

recção da luta, em todos os planos e sectores, dentro do princípio de "evitar mais sofrimentos" ao mil vezes heróico povo de Timor-Leste!

PLURALISMO POLÍTICO, ECONOMIA MISTA, NÃO-ALINHAMENTO

A Direcção da luta tem confiança de que todos os militantes da Fretilin, em que condições de luta estiverem, saibam assumir esta linha de orientação política traçada, no quadro dos princípios de pluralismo político, economia mista e não-alinhamento. Somos um povo pequeno, já exterminado em mais de 1/3, somos uma terra pobre e sub-desenvolvida em todos os aspectos e no mais alto grau - povo e terra que necessitam de todos os seus filhos para o tornar feliz, livre e soberano e a ela próspera e independente!

Talvez vos conheça bem, queridos companheiros, embora hoje a luta exija que eu não deva "conhecer-vos", mas não importa poeque é justamente para servi-la que iniciamos estes contactos pelo papel. Devo afirmar, contudo, que tenho a sensação de estar a dirigir-me a velhos companheiros da mesma trincheira mau-bere e devo afirmar, por outro lado, que a vossa participação na nossa luta é um sinal claro de que avançamos. A "longa e silenciosa separação" foi, assim mesmo, uma condição necessária para que hoje possamos, de mãos dadas, unir os nossos melhores esforços para libertar a nossa Pátria da eterna escravidão colonial. (...)

XANANA GUSMÃO

Timor-Leste, aos 23 de Janeiro de 1986.

INTERNACIONAL

DEMOCRACIA CRISTÃ

No Congresso da Internacional Democrata-Cristã, que se reuniu em Lisboa de 4 a 6 de Junho, o C.D.S., partido anfitrião, apresentou uma moção sobre Timor-Leste que foi aprovada por unanimidade. Eis o texto da moção:

"Desde 1975 que o povo de Timor-Leste conhece a ocupação do seu território pela Indonésia, continuando a resistir pelas mais diversas formas, com vista à sua afirmação e reconhecimento pela comunidade internacional.

A resistência armada nas montanhas, a que um dos exércitos dotados de maior capacidade operacional do mundo não consegue pôr termo provocou, da parte das autoridades da Indonésia, uma política de verdadeiro genocídio.

O relato de entidades independentes (Igreja Católica, Cruz Vermelha, etc.) permitem estimar que mais de 200.000 pessoas - 1/4 da população - foram mortas nos últimos anos..

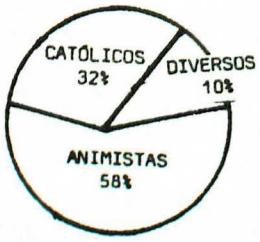
A resistência do povo timorense tem vindo a expressar-se por diversas formas, em particular, pelo facto do número de cristãos ter aumentado de 30% para 80% na última década.

O Congresso da I.D.C. reunido em Lisboa:

- Condena a ocupação pela Indonésia do território de Timor-Leste, que se tem traduzido na total violação dos direitos humanos.
- Incita os representantes do povo de Timor-Leste, no exterior, em particular em Portugal e na Austrália, a formularem conjugadamente propostas concretas de solução do problema do seu País.
- Preconiza a salvaguarda da identidade cultural do povo timorense, independentemente das opções de soberania que venham a recair sobre o seu território.
- Recomenda aos Governos Português e Indonésio a encontrarem, pela via do diálogo com as Nações Unidas, soluções que possam conduzir à autodeterminação do povo de Timor-Leste, no mais curto prazo.
- Saúda a presença dos representantes da U.D.T. neste Congresso, como força política democrática vivamente empenhada na defesa dos valores da liberdade e dignidade do Homem, a quem manifesta a sua total solidariedade."

A IGREJA EM TIMOR-LESTE

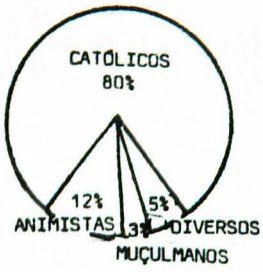
dossier



1975 - População total: 689.000 hab.

Os primeiros missionários desembarcaram em Timor-Leste no seculo XVI. A evangelização, no entanto, só teria verdadeiramente começado em 1875. Cem anos depois, em 1975, contavam-se em Timor-Leste 220000 católicos e 5.000 catecúmenos numa população total de 689.000 habi - tantes. A maioria da população mantinha-se fiel àos seus ritos religiosos tradicionais (400.000 animistas) havendo também alguns adeptos de outras religiões ou confissões, nomeadamente muçulmanos e cristãos protestantes.

Em 1984, numa população total que decrescia devido ao genocídio (578.000 habitantes), havia 438.000 católicos e 30.000 catecúmenos. Os animistas não eram mais do que 100.000 aproximadamente, havia 15.000 muçulmanos - indonésios na grande maioria (militares e funcionários) - e os protestantes eram o grupo mais importante depois dos muçulmanos.



1985 - População total: 578.000 hab.

Entre 1975 e 1984 realizaram-se campanhas visando obter conversões ao islão. Ofereciam-se vantagens materiais (alimentação, emprego...) aos timorenses que aceitavam converter-se ao islão mas os resultados foram reduzidos. A recusa do islamismo reflectia a recusa do invasor com o qual essa religião estava identificada. É, no entanto, necessário reconhecer que o governo indonésio apenas favorecia o islão para melhor dividir os timorenses e não por convicção religiosa ou em perseguição declarada contra a Igreja católica.

Os esforços de islamização continuam, 40 timorenses foram enviados à escola islâmica de Java em 1985 e assinalam-se casos de conversão ao islão nas zonas de Liquiça, Same e Lospalos.

CULTURA E IDENTIDADE TIMORENSE

Como os números o indicam, a grande maioria dos timorenses volta-se para a religião católica. *"Trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós a defesa da sua identidade"*, afirmou Mons.Belo a um jornal de Macau ('O Clarim' - 12/8/83).

A Igreja é o refúgio da identidade timorense.

A cultura e a identidade timorense correm grave perigo devido à acção das forças de ocupação. A classe mais instruída e os jovens que frequentam a escola, e que estão em contacto quotidiano com o ocupante, são obrigados a agir e falar em indonésio. A Igreja, através da liturgia, pastoral e catequese, é o único espaço onde lhes é possível manter a cultura timorense.

Para a maior parte da população, camponesa e analfabeta, só a Igreja mantém ainda os traços dos seus costumes e tradições.

Neste contexto compreendem-se melhor as palavras do Papa João Paulo II ao embaixador indonésio junto do Vaticano, em Julho de 1984:

"A Santa Sé continua a seguir a situação (em Timor-Leste) com preocupação e a esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias, para a identidade étnica, religiosa e cultural do povo".

→

O GOVERNO E A IGREJA

O povo timorense, privado de quase todas as possibilidades de organizar-se e defender-se, vê na Igreja o apoio das suas aspirações, tanto humanas como espirituais. Depois do fracasso das suas tentativas de islamização, as autoridades indonésias compreenderam que a melhor maneira de atingir os timorenses seria fazê-lo através da Igreja. Foi, em parte, por se ter recusado a participar nesse jogo que Mons. da Costa Lopes se tornou o seu principal alvo em 1981-1983. As autoridades indonésias, civis e militares, pretendem servir-se da autoridade da Igreja para os seus próprios fins políticos. A existência de um Departamento Religioso oficial (correspondente ao Ministério dos Cultos em certos países socialistas), cujas orientações devem ser aplicadas em Timor como nas Províncias indonésias, facilita o trabalho dessas autoridades. Estas tentam, através de numerosos meios (construção de igrejas, escolas, autorizações de entrada para novos missionários), aproximar-se da Igreja. Tenta-se tudo para obter o apoio do bispo, dos padres e dos catequistas para a política do governo e até para os levar a colaborar na luta contra as forças nacionalistas.

Tudo é oferecido ou prometido: construção de igrejas, escolas, entrada de missionários ... para obter o apoio da Igreja

"Esta táctica é utilizada todos os dias pelos militares. É a continuação da tentação: dar-te-ei todas estas coisas se, prostrando-te aos meus pés, me adorares", diz Mons.Belo .

Como a Igreja de Timor-Leste não se presta suficientemente a fazer este jogo, o governo tenta intervir através da Igreja indonésia e pela indonesianização da Igreja em Timor-Leste.

A IGREJA DA INDONÉSIA E TIMOR-LESTE

Em 1975, as autoridades indonésias agitavam o espantalho do comunismo para justificar a sua intervenção em Timor-Leste. Para a Igreja indonésia foi este aspecto de luta contra o comunismo que se impôs. Um missionário australiano,que viveu na Indonésia durante esses anos, escreve:

Porque é que os timorenses rejeitam os religiosos indonésios?

"A Igreja respondeu generosamente enviando dinheiro e pessoal, e muito desse pessoal viveu como se se tratasse de uma verdadeira aventura missionária" mas *"com o passar dos anos os indonésios começaram a ficar desiludidos. Porque é que os timorenses regeitavam os religiosos enviados para lá?"*.

Os testemunhos sobre a violência e as atrocidades praticadas pelas tropas indonésias não cessavam. A Igreja, que enviava para Timor ajudas humanitárias, decidiu continuar a fazê-lo mas, em privado, começou a transmitir também queixas ao governo e aos militares.

A Igreja alivia os sofrimentos e facilita a integração.

Por um lado a Igreja alivia os sofrimentos, mas por outro facilita o processo de integração. *"Só após um longo contacto ela começou a compreender que os timorenses odeiam cada vez mais o que ela está a fazer ao seu país"*, continua o missionário australiano já citado.

1981 - Um documento enviado pelos religiosos de Timor-Leste aos religiosos da Indonésia, preparado com a ajuda de alguns padres indonésios, marcaria, segundo esse padre australiano, uma viragem na atitude da Igreja indonésia. Esta teria então passado da ajuda humanitária aos apelos a favor da justiça *"que só será possível terminando a guerra e as injustiças e dando ao povo o direito de exprimir a sua esperança de liberdade"*.

Esta mudança sendo real é também lenta. Por ocasião de uma visita ad-limina, os bispos indonésios pedem ao Vaticano a exoneração de Mons. da Costa Lopes, pedido ao qual o Vaticano dará uma resposta positiva em Maio de 1983.

Com o novo Administrador Apostólico, Mons.Belo, que adoptou a nacionalidade indonésia para entrar em Timor, as relações são mais cordiais. Em Outubro de 1983, a Conferência Episcopal envia uma carta de solidariedade a Mons.Belo, aos padres, religiosos e religiosas de Timor-Leste.

1983- Os bispos enviam uma carta de solidariedade à Igreja timorense, vítima de "cruel opressão".

Esta carta, cuja única versão conhecida é inglesa, escrita em papel timbrado da própria Conferência Episcopal (MAWI), foi distribuída, por ocasião de uma reunião internacional de organismos de solidariedade ligados às Igrejas, pelo representante indonésio. Alguns meses mais tarde Mons. Soekoto, Secretário da Conferência Episcopal, declarava que o termo "cruel opressão" ("cruel oppression") empregue no documento se devia a uma má tradução.

O drama do povo timorense é inteiramente devido ao sub-desenvolvimento

Em Pentecostes de 1985 houve nas paróquias de Jacarta uma referência ao problema de Timor-Leste: a desgraça desse povo era inteiramente atribuída ao sub-desenvolvimento económico resultante da colonização portuguesa.

Os cristãos indonésios recusam debater o problema de Timor.

Os delegados indonésios opõem-se regularmente, nas reuniões internacionais, à discussão do problema de Timor, ameaçam boicotar a reunião, ou até a organização internacional respectiva, se a questão de Timor devesse ser debatida. Por ocasião da última Assembleia das Igrejas Cristãs, em Seul, em 1985, um representante das Igrejas japonesas tentou explicar esta atitude, afirmou: *"O meu país invadiu vários outros países em 1940. Nós, o povo japonês, estávamos completamente controlados pela informação do nosso governo. Não soubemos o que aconteceu"*.



PADRES < 1975 - 44 / 1986 - 42





RELIGIOSOS NÃO-PADRES - 18



RELIGIOSAS - 58

O PESSOAL RELIGIOSO

O governo indonésio possui numerosos meios para influenciar a Igreja de Timor, incluindo meios que não controla por completo mas que poderão ajudá-lo muito: um dos principais meios consiste na entrada de padres e religiosas indonésias na Igreja de Timor-Leste.

Em 1975 havia 44 padres e 56 religiosas para 220.000 católicos; em 1986 há 42 padres e 58 religiosas, mas o número de católicos aumentou para mais de o dobro. Muitos padres timorenses (43%) vivem no exílio e os missionários partiram. O governo indonésio controla severamente as entradas de novos missionários limitando-as, favorecendo, pelo contrário, a entrada de padres e religiosas da Indonésia. A chegada destas religiosas e padres indonésios é, em geral, muito mal aceite pelos timorenses; o próprio Mons. Belo, obrigado a recorrer a eles por falta de pessoal, vê aí um "perigo": seguir a liturgia, as orações e o catecismo indonésio. A Igreja, que em grande parte é o refúgio da identidade timorense, da sua cultura e das suas aspirações, e que pretende continuar a sê-lo, sofre assim um ataque contra estes valores por parte dos seus próprios membros. No extremo oposto haveria outro perigo: posto que os contactos com outras Igrejas, para além da indonésia, lhe estão proibidos ou extremamente limitados, esta pequena Igreja corre o risco de fechar-se sobre ela própria, ou de viver em 'ghetto'. Mons. Belo sente o primeiro destes riscos como todos os timorenses e está advertido quanto ao segundo pelo Núncio em Jacarta, que sempre insistiu na abertura à Igreja da Indonésia.

Abrir-se demasiado à Igreja da Indonésia seria o corte com o seu povo e a maioria do clero; uma posição de grande rigidez custou ao seu antecessor, Mons. da Costa Lopes, o lugar que Mons. Belo ocupa hoje.

ESTATUTO JURÍDICO DA DIOCESE DE DILI

A entrada da Diocese na Conferência Episcopal indonésia obrigá-la-ia a adoptar as normas indonésias

Em tempos ligada à Conferência Episcopal portuguesa, a Diocese de Dili depende hoje directamente da Santa Sé.

A entrada da diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia (MAWI) obrigaria rapidamente a Igreja de Timor-Leste a adptar as normas vigentes nas outras dioceses (língua indonésia, liturgia, catecismo...). Esta é, sem dúvida, uma das razões que levam as autoridades indonésias (civis e religiosas) a pedir esta entrada, e Mons. Belo a recusá-la.

O Vaticano reserva a sua posição

O Vaticano nunca cedeu às pressões vindas de Jacarta para esta "integração religiosa", a simples manutenção de um Administrador Apostólico desde há 9 anos na chefia da diocese, e não a nomeação de um bispo, mostra que o Vaticano reserva a sua posição.

O clero desejaria afastar o espectro da integração

Mons. da Costa Lopes, convidado pelo Núncio a participar nas reuniões da Conferência Episcopal indonésia, manifestara que apenas assistia como observador. Mons. Belo não parece ter clarificado a sua posição mas opõe-se à entrada da diocese na MAWI. Mons. Belo e o clero de Timor-Leste desejariam afastar definitivamente o espectro da integração e ter-se-iam pronunciado a favor da constituição de uma Província Eclesiástica própria, por subdivisão da actual diocese de Dili.

RELIGIOSOS

Os religiosos presentes em Timor-Leste pertencem a três Ordens/Congregações.

As entradas de missionários estrangeiros são raras e condicionadas

Os Jesuitas e Salesianos encontravam-se em Timor-Leste antes da invasão e o seu número diminuiu. Nota-se, no entanto, uma diferença: enquanto que os Jesuitas não puderam receber reforços, a não ser indonésios, os Salesianos tiveram mais sorte. Yusuf Wanandi, director do Centro Internacional de Estudos Estratégicos, em Jacarta, e responsável, por esse cargo, por todas as entradas de estrangeiros em Timor-Leste, autorisou a entrada de novos missionários salesianos e teria prometido a Mons. Belo (ele próprio salesiano) a continuação das entradas se Monsenhor solicitasse a integração da diocese na MAWI.

Os indonésios substituem os que partem

Os Missionários do Verbo Divino (indonésios), que estão presentes no Timor-indonésio, entraram a pedido de Mons. da Costa Lopes para substituir os padres que tinham deixado Timor-Leste. Estabeleceram-se primeiro no enclave de Oe-Cussi, depois nas missões próximas da fronteira e, em Janeiro de 1986, foi-lhes confiada a missão de UATO LARI, a primeira na parte leste do território. Por essa altura a pressão militar aumentava em redor de UATO LARI, a aldeia estava cercada de arame farpado e a população era obrigada a ficar encurralada no interior do cerco a partir das 17 horas.

RELIGIOSOS-PADRES EM TIMOR-LESTE		
	1975	1986
JESUITAS estrangeiros	6	3
JESUITAS indonésios	0	2
SALESIANOS estrangeiros	16	9
VERBO DIVINO indonésios	0	7

RELIGIOSAS

As religiosas CANOSSIANAS e CARMELITAS MISSIONÁRIAS fizeram uma evolução semelhante.

As Canossianas continuam a ser o grupo mais numeroso por terem 15 timorenses nas suas fileiras, mas não se renovou a entrada de portuguesas.

As Carmelitas receberam reforços sobretudo de Espanha (será porque o Núncio é Espanhol?), mas duas congregações desapareceram por completo (Dominicanas e Servas da Santa Família).

Surgiram quatro novas congregações mas exclusivamente com religiosas indonésias.

RELIGIOSAS EM TIMOR-LESTE		
	1975	1986
CANOSSIANAS	32	21 (15 são timorenses)
CARMELITAS	4	14 (3 são timorenses)
DOMINICANAS	16	0
SERVAS DA SANTA FAMÍLIA	4	0
... indonésias	0	23

Casas de formação para timorenses... em JAVA.

Curiosamente, é de salientar que congregações implantadas em Timor-Leste, mas não na Indonésia, abrem casas de formação em JAVA (Salesianos em Jacarta, Canossianas em Semarang, Carmelitas em Malang) para os seus membros timorenses. Tal parece corresponder a uma nova exigência do governo indonésio, com o intuito de apressar a indonesianização.

SEMINÁRIO

25 jovens no Seminário Menor

O Seminário Menor de Dili é frequentado por 25 seminaristas internos (15 a 17 anos). Estes frequentam, à tarde, aulas fora do seminário no externato S. José (ensino em português) ou no liceu indonésio (18 e 6 alunos, respectivamente).

80 aspirantes

Para além destes números, existem 80 aspirantes: vêm passar um Domingo no seminário, em grupos de 30, cada grupo por sua vez. Estes jovens vivem em casas de famílias em Dili, durante um ou dois anos, que é a duração normal desta etapa.

Entretanto desenvolvem-se esforços para que esta experiência se alargue a outras missões.

Pressões para retirar os jesuitas portugueses do Seminário.

O seminário é dirigido por dois jesuitas portugueses e um padre timorense. Em 1985 houve fortes pressões sobre Mons.Belo para que este retirasse os jesuitas do seminário mas a firme reacção do clero e de uma parte da população permitiu ultrapassar esta crise. Neste caso, o que está em causa é suficientemente importante para que se possam esperar novos ataques.

8 alunos no Seminário Maior.

No Seminário Maior encontram-se 8 alunos; a filosofia e a teologia são feitas na Indonésia:

- 1º ano de filosofia (Java) - 4
- estágio em Timor - 3
- 2º ano de teologia (Flores) - 1

CATEQUISTAS

Formados por religiosas indonésias

Existem, actualmente, entre 900 e mil catequistas. Desde Agosto de 1984 os novos catequistas são formados na escola de catequistas (SPGAK) de BAUCAU, dirigida pelas religiosas indonésias da Congregação de Santa Ursula. O Estado indonésio financiou inteiramente esta escola e paga as religiosas que nela ensinam.

Pagos pelo Estado indonésio.

Todos os catequistas são agora pagos igualmente pelo Estado (dez mil rupias por mês), sendo considerados como funcionários públicos. Há casos de antigos catequistas obrigados a trabalhar sob as ordens de padres indonésios que se recusaram a fazê-lo, tendo-se demitido.

Como prenda: catecismos em indonésio.

Embora exista um catecismo em TETUM, a língua usual de Timor-Leste, a Igreja indonésia oferece gratuitamente catecismos e outros livros religiosos - em indonésio - não tendo a diocese meios para editar o seu catecismo.

ESCOLAS E OBRAS DE ASSISTÊNCIA

O ensino em Timor-Leste compreende

- 6 anos de escola primária (90.437 alunos em 1982/1983)
- 3 anos de escola secundária primária (SMP)
- 3 anos de escola secundária superior (SMA)

Existem também algumas escolas especiais: técnicas, formação de professores e formação de catequistas.

O conjunto destas escolas (SMP, SMA, especiais) abrangia em 1982/1983 6.554 alunos.

Testes políticos antes da entrada no ensino superior.

Terminado este ciclo, alguns timorenses são em seguida enviados para diversas ilhas indonésias para prosseguirem os seus estudos, incluindo em universidades. Estes estudantes são geralmente escolhidos após terem trabalhado algum tempo em Timor, particularmente na administração. Sendo submetidos préviamente a testes políticos, estes estudantes seriam em número de 600.

Em 1985 havia 92 escolas dependentes da Igreja.

- 74 escolas primárias (Sekolah Dasar),
- 11 escolas secundárias (SMP),
- 1 escola secundária superior (SMA),
- 1 escola de formação de professores (SPGK),

→

→

- 1 escola de catequistas (SPGAK),
- 2 escolas técnicas (ST e STM),
- 1 creche.

Escolas católicas:

O total de alunos que frequentavam estas escolas era de 23.644. Dos 424 professores, 317 eram pagos pelo governo e 65 pela diocese (Fundação S.Paulo).

"Tudo é indonésio" afirma Mons.Belo.

O governo tem inteira liberdade para nomear e mudar os professores destas escolas sem sequer avisar as autoridades religiosas; os programas são os programas das escolas oficiais indonésias e o ensino é ministrado em indonésio. *"TUDO É INDONÉSIO"*, afirma Mons.Belo que vê aí *"o problema mais grave da diocese"*.

Apenas uma escola escapa a esta regra: o externato de S. José, em Dili, que conta com 800 alunos do ensino primário até ao liceu e onde o ensino é ministrado em português. Esta escola destina-se essencialmente aos filhos dos antigos funcionários da administração portuguesa à espera de poder emigrar para Portugal.

Em 1984, alunos e professores da escola católica de Baucau foram maltratados e torturados mas, exceptuando este caso ou outros mais restritos que se devem a militares muçulmanos fanáticos, estas escolas (que, na verdade, em tudo são dependentes do Estado) funcionam normalmente.

O mesmo não acontece, segundo Mons.Belo, com outras obras de assistência social. Estas, em geral, são mal recebidas pelas autoridades militares que levantam obstáculos à importação de medicamentos, ao reconhecimento das enfermeiras católicas, às pessoas que trabalham nas missões...

Cada missão possui as suas obras de ajuda social mas mas falta uma organização das obras a nível diocesano, diz Mons. Belo que sonha com a criação de um hospital, dado que os hospitais civis não desempenham a função que se esperaria deles.

A IGREJA NA INDONÉSIA E A IGREJA EM TIMOR-LESTE

Na sua carta de solidariedade à Igreja de Timor-Leste, após ter citado Gaudium et Spes: *"a paz não é apenas a ausência de guerra,... nem provém de uma ditadura, mas é obra da justiça"*, os bispos indonésios afirmavam:

"No caminho para este fim a Igreja em Timor-Leste será a vanguarda, mantendo-se com fortaleza até que sejam atingidos os ideais acima referidos. Esta luta trará grandes bençãos não só para o povo de Timor-Leste, mas será também fonte de muitas graças para a Igreja na Indonésia".

Fórmula de circunstância ou, pelo contrário, profecia evangélica? A Igraja na Indonésia e a Igreja em Timor-Leste não são Igrejas rivais ou, menos ainda, inimigas; se existe um perigo real, na ordem humana das coisas, de ver uma Igreja associada à força do Estado esmagar uma Igreja fraca, na ordem do Evangelho esta pequena Igreja pode acordar na Igreja indonésia aspectos que pareciam profundamente adormecidos mas que não são de somenos importância para revelar o verdadeiro rosto da Igreja: *"muitas graças para a Igreja na Indonésia"*...



PORTUGAL

PORTUGAL - MAIOR CLAREZA DE POSIÇÕES?

O problema de Timor-Leste parece suscitar, nestes últimos tempos, mais interesse por parte dos círculos oficiais portugueses, embora continue a ser difícil destrinçar entre as "palavras ocas" destinadas a satisfazer a opinião pública, e a vontade real de recuperar terreno perdido.

Multiplicam-se as notas do M.N.E. e as respostas do Governo sobre a questão, enquanto nas conversações de Nova Iorque parece delinear-se um plano que facilitaria a aceitação pelas Nações Unidas da integração de Timor-Leste realizada pela força há dez anos.

Este plano preveria a inclusão, nas eleições legislativas indonésias de Abril de 1987, de uma cláusula especial para Timor-Leste. A O.N.U. seria convidada a enviar observadores e o resultado seria considerado como o reconhecimento 'a posteriori' da integração pelo povo timorense.

Ignora-se qual será o futuro deste plano após a visita do Presidente da República ao Parlamento Europeu. A intervenção de Mário Soares e o sucesso da moção votada no dia seguinte (163 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções - com inúmeras ausências devido à hora avançada na madrugada) podem dar um novo impulso à diplomacia portuguesa. O próprio Presidente da República, após a sua intervenção perante o Parlamento Europeu, debateu o mesmo problema com Perez de Cuellar e com o Presidente francês F. Mitterand, que deverá visitar a Indonésia em Setembro próximo.



PEREZ DE CUELLAR EM LISBOA:

Palavras ocas sobre Timor

Foi com este título que o diário 'O Dia' sublinhou as declarações proferidas pelo Secretário Geral da ONU, em Lisboa.

Logo à chegada, Perez de Cuellar afirmou que a ONU trabalha "continuamente" para proteger os interesses dos timorenses; que tem "frequentes" contactos com representantes destes; que a ONU poderá admitir a participação desses representantes no diálogo entre Portugal e a Indonésia; que espera "resultados satisfatórios a curto prazo" desse diálogo e mesmo que, de um ponto de vista humanitário, a situação tinha melhorado "um pouquinho".

Afirmações posteriores, particularmente em respostas a um jornalista da TV, sempre optimistas, iriam mostrar a falta de fundamentos de certas declarações.

Quanto aos contactos com representantes das forças de Timor, efectuam-se entre Ahmed Rafeundin, representante de Perez de Cuellar, e José Ramos Horta (tendo-se realizado, a nosso conhecimento 2 encontros :

Sobre a participação da Fretilin nas conversações em Nova Iorque, Perez de Cuellar negou a sua possibilidade dado que a Fretilin não tem estatuto oficial nas Nações Unidas, negando, ao mesmo tempo, de maneira evasiva, a hipótese de adquirir tal estatuto - como têm a OLP ou a SWAPO.

O Secretário Geral da ONU acabou por se mostrar *"confiante que a Indonésia vai respeitar os direitos políticos, económicos e sociais dos timorenses"*. Sobre as razões de tanto optimismo Perez de Cuellar não disse nada.

A 9 de Julho o S. G. da ONU encontrou-se com Mário Soares para analisar a questão de Timor-Leste à luz da nova situação política na região: democratização nas Filipinas e mudança na posição australiana, bem como o apoio da CEE à posição portuguesa.

INTERNACIONAL

E. U. A.

VISITA DO PRESIDENTE REAGAN À INDONÉSIA

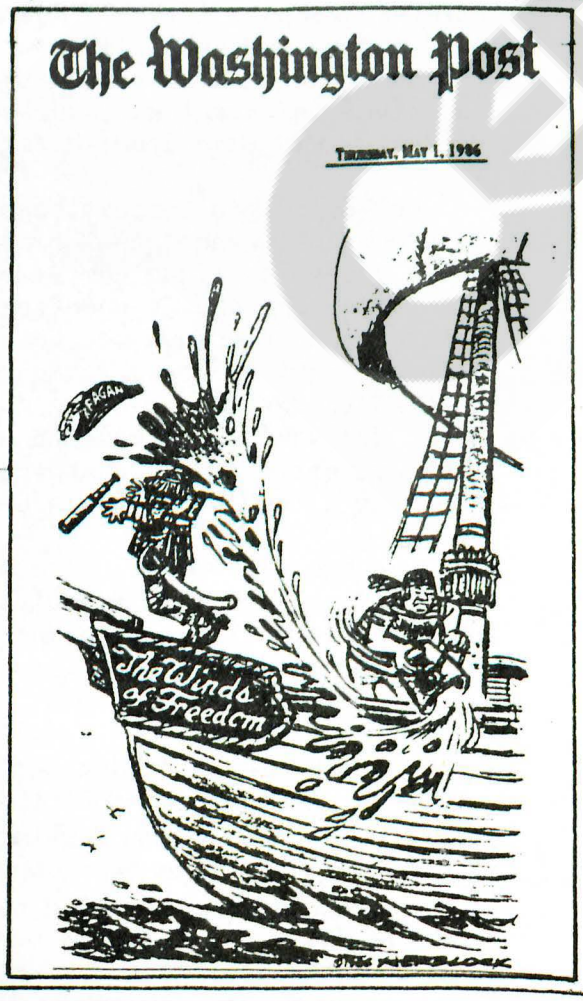
Por ocasião da visita do Presidente Reagan à Indonésia, 125 Congressistas norte-americanos assinaram uma carta na qual exprimem a sua preocupação pela tragédia de Timor-Leste e pedem ao Presidente que seja porta-voz do sofrimento do povo timorense.

Os congressistas assinalavam na sua carta a prática de abusos sobre os direitos humanos no território, nomeadamente desaparecimentos, execuções sumárias, tortura e limitação forçada dos nascimentos.

Citando relatórios da Amnistia Internacional e outros, os congressistas denunciam as prisões "clandestinas" e campos de detenção aos quais os organismos humanitários internacionais não têm acesso.

O Presidente Reagan, que se recusou a abordar a questão de Timor-Leste nos seus encontros com as autoridades indonésias, classificou o problema como *"um assunto interno"*.

Os *"Ventos de Liberdade"* ('Winds of Freedom') como o Presidente auto-proclamou a sua visita ao Sudeste Asiático, não parecem ter soprado no sector dos Direitos Humanos.



AUSTRÁLIA

POSIÇÕES CONTRADITÓRIAS

Há cerca de um ano, o Primeiro Ministro australiano causou alguma celeuma no seu próprio Partido, o Partido Trabalhista, ao declarar perante as câmaras de TV indonésias que a Austrália reconhecia a soberania indonésia sobre Timor-Leste.

Em Maio passado, o Governo australiano anunciava uma revisão da sua posição, considerando que se mostrara *"demasiado conciliatório face às exigências que a Indonésia tem feito quanto ao território e às águas de Timor"*. A menção das águas referia-se, sem dúvida, às nagociações sobre os jazigos de petróleo no mar de Timor. As relações entre a Austrália e a Indonésia pareciam estar deterioradas quando, em resposta a artigos da imprensa australiana sobre a colossal fortuna do Presidente Suharto e paralelos entre ele e o deposto Presidente Marcos das Filipinas, a Indonésia proibiu a entrada de jornalistas australianos para a cobertura da visita de Reagan a Bali.

As circunstâncias pareciam, assim, favoráveis à minoria que no Partido Trabalhista mantém a posição de apoio ao povo de Timor-Leste - e que o Partido defendia quando estava na oposição. O senador McIntosh, representante dessa minoria, escreveu ao Primeiro Ministro português pedindo-lhe para clarificar a posição de Portugal. Cavaco Silva agradeceu o apoio dos trabalhistas australianos nas iniciativas que possam contribuir para solucioanr o problema e criticou as posições conciliatórias assumidas pelo Governo de Camberra. Sabe-se também que o Governo português pediu ao Governo australiano que não prossiga as conversações sobre o petróleo do mar de Timor enquanto se mantiver o litígio na ONU.

Sendo difícil manter a posição declaradamente pró-indonésia que o M.N.E. australiano habitualmente assume, Bill Hayden elaborou para o Congresso do Partido Trabalhista uma moção na qual *"manifesta a sua preocupação sobre a forma como a integração de Timor-Leste ocorreu, sem que tenha havido um acto de auto-determinação supervisionado pelos organismos internacionais"* mas, estimando que a revogação do reconhecimento seria considerado pela Indonésia como um *"severo acto de hostilidade"*, pedia que se mantivesse o *"reconhecimento de jure da integração de Timor-Leste na Indonésia"*, reconhecimento feito pelo anterior governo conservador. Foi essa posição, que saiu vencedora no Congresso de Julho, que o M.N.E. português lamentou.



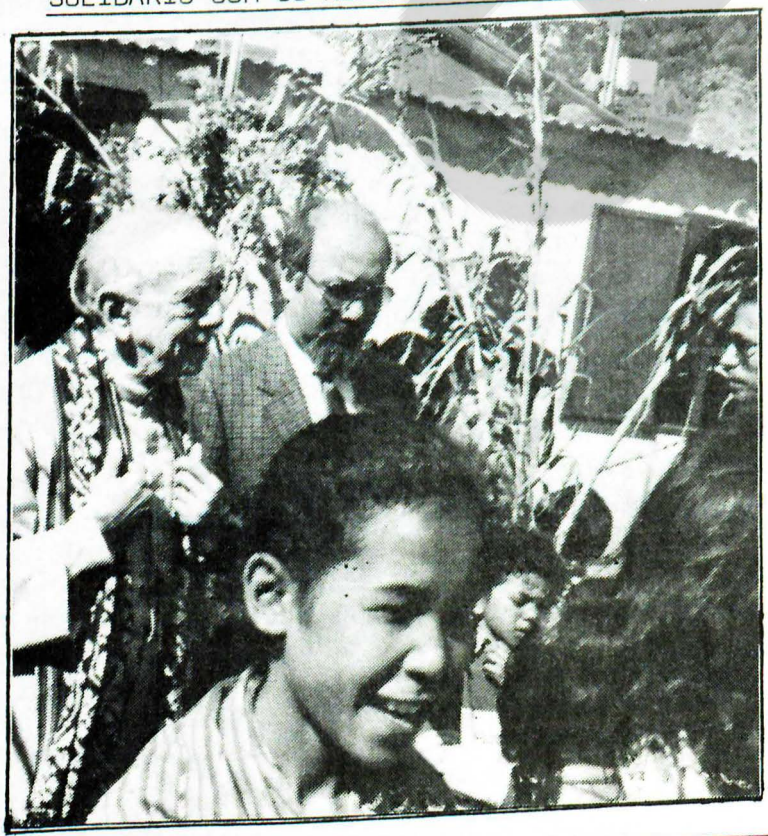
PAX CHRISTI

O Conselho Internacional da Pax Christi, reunido em Vincenza de 7 a 10 de Maio, adoptou por unanimidade uma Resolução "*convidando as secções nacionais a exercer pressões sobre os seus respectivos Governos, sobre as Conferências Episcopais e outras organizações*" para apoiar "*o direito à autodeterminação e o respeito pelos direitos humanos para o povo de Timor-Leste*".

O Conselho Internacional pediu também aos Estados membros da Comunidade Europeia, ao Parlamento Europeu e aos países não-alinhados que inscrevam a questão de Timor-Leste nas suas preocupações, e pressionem o Governo indonésio para pôr fim aos abusos dos direitos humanos e para reclamar a participação de representantes de Timor-Leste nas negociações relativas ao seu futuro.

D. HÉLDER CÂMARA

SOLIDÁRIO COM OS REFUGIADOS TIMORENSES



D. Hélder Câmara, arcebispo, resignatário, brasileiro de Olinda e Recife, "o bispo das favelas", esteve em Lisboa em Abril passado e visitou os refugiados timorenses no Vale do Jamor, a convite do grupo "A paz é possível em Timor-Leste".

Para os timorenses presentes foi uma manifestação de solidariedade e apoio à sua luta. "*Eu ouvi dizer, aqui, que os bispos de Portugal, da Indonésia, Holanda, Japão e Estados Unidos manifestaram a sua solidariedade para com o povo timor. Mas não ouvi falar dos brasileiros. Quando regressar ao meu país, vou ver essa história e posso-vos prometer que a Conferência Episcopal Brasileira irá tomar uma posição sobre as vossas legítimas aspirações*". Esta declaração de D. Hélder tocou profundamente o coração dos timorenses que enchiam o salão de uma das associações existentes na comunidade do Balteiro, onde os problemas e dificuldades são numerosos, desde os alojamentos ao desemprego, da dificuldade de acessos à falta de condições de vida elementares.

Apesar das dificuldades nessa tarde foi uma festa. Acolhido pelos tambores e as danças timorenses, D. Hélder escutou em seguida uma exposição sobre a situação dos cerca de mil refugiados timorenses em Portugal. Nesse documento a par da denuncia da falta de planos para a sua inserção na sociedade portuguesa, os refugiados apelavam para que lhes sejam facilitadas "*as condições elementares para levarmos aqui uma vida digna*" e para que se utilizem todos os meios "*para alcançar uma solução política justa ao nível internacional, que nos permita voltar um dia para a nossa terra*".

D. Hélder afirmaria, depois, com a simplicidade e calor humano que lhe são próprios: "*Eu já havia estado com timores na Austrália, logo que aquilo aconteceu. Foi uma aberração, aquela invasão. Vocês tinham o direito de ficar na vossa terra e de escolher a independência. Porque é tão justo aquilo que desejam!...*" O momento de oração que se seguiu era o sinal de esperança viva no meio de todos. E também da emoção.

Levando sobre os ombros o 'tais'(pano típico timor) que lhe foi oferecido à sua chegada, D. Hélder visitou o campo e partiu e partilhou o 'bolo de honra', indispensável na festa.

O bispo dos pobres, voz dos sem voz, soube aqui lançar uma desafio aos timorenses "*fiquem unidos, não admitam divisões.*", e partilhar os seus sentimentos " *Não podemos perder a esperança de ver, um dia, estas crianças integradas e com todos os seus direitos naquela terra de Timor*".

ENCONTRO INTERNACIONAL DOS GRUPOS DE SOLIDARIEDADE

Decorreu na Holanda, a 11 e 12 de Junho, o 2º encontro de organizações cristãs sobre Timor-Leste. As 15 organizações presentes, católicas e protestantes, provenientes de 6 países europeus, debruçaram-se sobre a situação de Timor-Leste, no interior e na cena internacional. Elas procuraram meios de alargar a base de apoio ao povo de Timor-Leste, desde governos e organizações não-governamentais, às Igrejas (nomeadamente as Igrejas asiáticas e indonésias- estas procurando sempre evitar o debate sobre esta questão).

Não é fácil obter o consenso sobre os pontos essenciais a defender neste processo de alargamento das bases de apoio, uma visão "realista" levando por vezes a melhor sobre a defesa dos legítimos direitos do povo timorense: direito à autodeterminação e independência. Um texto que pretende recolher um amplo apoio nas Igrejas será publicado em breve para discussão.

A presença de agências de ajuda ao desenvolvimento fez levantar várias questões. A sua actividade em Timor, estreitamente limitada, não resultará em benefício do governo? As escolas, por exemplo, a propósito das quais Mons. Belo afirma que "tudo nelas é indonésio", favorecem a assimilação. O governo indonésio utiliza constantemente a presença destes organismos e organizações humanitárias na sua propaganda.

Para poder permanecer em Timor-Leste estas organizações devem calar muitas violações dos direitos humanos de que têm conhecimento; o problema torna-se inquietante quando elas publicam relatórios que dão uma imagem falseada da situação real. Citou-se, muito particularmente, o Comité Internacional da Cruz Vermelha cujos relatórios ou artigos são publicados antes de reuniões internacionais (Comissão dos Direitos Humanos, por exemplo) e são peças chave nas campanhas da diplomacia indonésia.

Preocupantes foram igualmente consideradas as visitas de observadores estrangeiros, importantes sobretudo porque são raras e porque o feliz contemplado faz figura de quem sabe junto de quem não viu... Citou-se o caso de um padre católico alemão, o padre R. Seifert, que além de declarações entusiásticas sobre o desenvolvimento levado a cabo pela Indonésia em Timor-Leste, participou num debate organizado pela embaixada indonésia na Alemanha para denegrir organizações que denunciam as violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

As Igrejas não podem desinteressar-se dos centros de decisão política nos quais é preciso que o caso de Timor-Leste seja debatido: ONU, comissões dos Direitos Humanos e de Descolonização; Cimeira dos Países Não-Alinhados; Parlamento Europeu ...

As eleições legislativas indonésias em Abril próximo mereceram também a atenção. Nas últimas eleições, em 1982, 99,5% dos timorenses teriam votado a favor do partido governamental, se se der crédito aos resultados oficiais. A Indonésia pretende ver neles a manifestação da vontade popular de integração que a ONU se recusou a reconhecer. As eleições de 1987 poderiam incluir uma pergunta sobre a integração - mas que confiança conceder a eleições organizadas pelo país que ocupa militarmente Timor-Leste e o isola do mundo?

Uma nova reunião ficou projectada para Fevereiro de 1987.

Ainda na Holanda, nos dias 14 e 15 de Junho, realizou-se mais um encontro internacional sobre Timor-Leste, desta vez com os comités de solidariedade de 10 países europeus.

Foi realçada a importância da resistência armada, isolada de qualquer apoio externo mas que, segundo um mapa capturado aos militares indonésios pela Fretilin, se mantém presente em quase todo o território. (Ver artigo pág. 2 e ss.) A superioridade bélica do ocupante e as sucessivas operações de aniquilamento e cerco foram vãs contra um pequeno povo decidido a sobreviver.

Os grupos de solidariedade congratularam-se com o acordo efectuado entre a Fretilin e a UDT, as duas principais forças políticas na altura da invasão que tinham mantido as suas rivalidades. Essa coligação contra o inimigo comum permitirá novos avanços, em particular na frente diplomática.

A longa passividade de Portugal deixa alma preocupação e dúvidas sobre as conversações que decorrem entre Portugal e a Indonésia, em Nova Iorque, negociações onde os representantes do povo timorense estão ausentes e que, até agora, não obtiveram qualquer resultado quanto ao fundo da questão: o direito de Timor-Leste à autodeterminação.

PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu votou em 11 de Julho uma moção sobre Timor-Leste, que obteve 163 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções. Eis o texto da moção:

" O Parlamento Europeu:

A. CONSIDERANDO que a Indonésia ocupa pela força, no desprezo pelo Direito Internacional, o território de Timor-Leste desde Dezembro de 1975;

B. VENDO as recomendações da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, assim como as resoluções adoptadas pela Comissão dos Direitos Humanos e pela Sub-Comissão das Minorias dessa Organização que reconhecem o direito à autodeterminação de Timor-Leste, e convidam a Indonésia a retirar as suas forças do território;

C. LEMBRANDO a posição adoptada pelos bispos indonésios e portugueses e, sobretudo, as palavras do Papa João Paulo II, em 7 de Julho de 1984, recomendando à Indonésia o respeito dos direitos humanos em Timor-Leste e manifestando a sua esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias, pela identidade étnica, religiosa e cultural do povo maubere;

D. CONVENCIDO de que não é possível celebrar tranquilamente o Ano Internacional da Paz (1986) enquanto existirem povos impedidos de exercer livremente o direito à autodeterminação;

E. RECONHECENDO o sentimento do povo português, assim como as posições assumidas pelos orgãos de soberania representativos, no sentido da defesa do direito inalienável à autodeterminação e à independência do povo de Timor-Leste;

F. RECONHECENDO que Portugal é, desde 1 de Janeiro de 1986, um Estado membro da Comunidade Europeia, e que a Constituição da República Portuguesa institui no seu artigo 297 que " Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste":

1. APELA ao Governo da Indonésia para que cessem imediatamente todas as hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste, ponha fim à ocupação desse território e respeite o direito à autodeterminação do povo maubere;

2. CONVIDA as Instituições da Comunidade Europeia a desenvolver as acções necessárias para que sejam criadas as condições que permitam ao povo de Timor-Leste exercer livremente o direito à autodeterminação;

3. CONVIDA os Estados membros da Comunidade Europeia a utilizar todos os meios diplomáticos possíveis afim de obter o estabelecimento da paz e da legalidade em Timor-Leste;

4. CONVIDA os Estados membros da Comunidade Europeia a exigir a participação dos representantes do povo maubere em todas as negociações acerca da definição do estatuto futuro de Timor-Leste;

5. CONVIDA o Estado Português a associar-se a todos os esforços comunitários para que sejam respeitadas as disposições da Constituição da República Portuguesa, isto é, para que seja garantido o direito à independência de Timor-Leste;

6. ENCARREGA o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho de Ministros, à Comissão, aos Governos dos Estados membros da Comunidade e ao Governo da Indonésia."

últimas

A Assembleia da República aprovou no dia 17 de Julho, por unanimidade, um voto em que reafirma o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e rejeita a integração deste território na Indonésia.

A aprovação do voto foi precedida da leitura de um relatório elaborado pela comissão eventual encarregada da apreciação da situação em Timor-Leste. O texto critica asperamente as comemorações realizadas pela Indonésia do 10º aniversário da anexação de Timor-Leste: "O Governo indonésio demonstrou à comunidade internacional o seu total desprezo pela Carta dos Direitos do Homem, pelas mais basilares normas de relacionamento internacional, pelas recomendações e decisões das Nações Unidas".

Para o Parlamento português, a conduta da Indonésia "ultrapassa tudo o que internacionalmente é admissível", pois que tenta convencer o povo timorense da sua polí-

(continua na pág. 3)

JORNAL DO BRASIL
20/11/2001.
CADERNO B.
PÁGINA 01.

Com a África na ponta da língua

Pesquisadora baiana garante que Brasil africanizou português de Camões

ELIANE AZEVEDO

A etnolingüista Yeda Pessoa de Castro, de 65 anos, levou 40 anos de estudos na Bahia, no Congo, na Nigéria e em Trinidad y Tobago para trazer à tona uma tese polêmica: o idioma que se fala no Brasil não é europeu. Trata-se de um português africanizado – uma extraordinária convergência entre o banto (grupo etnolingüístico da África meridional) e a língua de Camões. "No encontro entre as línguas africanas e o português arcaico, em lugar de surgir um conflito, houve um nivelamento, um processo de africanização", garante a ex-diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrante do Comitê Científico Brasileiro do Projeto Rota do Escravo, da Unesco.

Yeda não poupa filólogos e estudiosos acadêmicos para apontar que só o preconceito etnocêntrico fez com que palavras que garante ser banto, como mocotó e moranga, tenham atribuição indígena nos dicionários. E que só se estudou a cultura iorubá porque era um povo que tinha escrita. "Chegou-se a um estereótipo de que os iorubás eram superiores. Zumbi dos Palmares era banto, mas, no filme de Cacá Diegues, os palmarinos falam iorubá, quando não havia um deles ainda no Brasil", argumenta, furibunda. A tese de Yeda está exposta no recém-lançado *Falares africanos na Bahia* (Topbooks, 368 págs., R$ 40) – que o colunista do **Jornal do Brasil** Millôr Fernandes classifica como sua "atual bíblia". A seguir, a entrevista de Yeda.

– A senhora defende a tese de que o português falado no Brasil é africanizado. Por quê?

– Dos séculos 16 ao 19, os bantos foram o grupo negro de maior densidade populacional no Brasil e se distribuíram por várias regiões. Do ponto de vista da linguagem, os aportes, os empréstimos africanos do português no Brasil, graças à escravidão, são todos de origem banto. E tão integrados ao sistema lingüístico do português (o que já demonstra uma antigüidade maior e, portanto, uma aproximação e uma influência maiores), que deles se formam derivados em português a partir de uma raiz banto. De molambo vem esmolambado, molambento; de fuxico, fuxiquento, fuxiqueiro. Além disso, as denominações das religiões afro-brasileiras são de origem banto: candomblé, macumba, catimbó, calundu – que é a forma mais antiga de denominação dessas religiões e já se encontra registrada em Gregório de Mattos (*poeta barroco*) no século 17.

– Houve uma integração das palavras banto ao português?

– Totalmente. É uma integração tamanha que a gente não se apercebe de sua origem. É o caso, por exemplo, de caçula, única palavra que temos para designar o filho mais novo. A palavra em português é benjamim, que, no Brasil, é uma extensão de tomada. O mesmo acontece com cochilar: ninguém diz dormitar, no Brasil. E bunda que, graças à mídia, substituiu nádegas. Bunda é banto. Estamos sentados no banto!

– Por que pouco se estuda essa influência, se é assim tão profunda?

– Há pouca informação sobre as línguas banto no Brasil. A posição das nossas universidades é não admitir que línguas sem tradição de letras, sem escritura, pudessem influir numa língua de tradição literária como a portuguesa. Passa-se a idéia de que os africanos só começaram a falar língua de gente quando aprenderam o português, como se antes não falassem língua humana nenhuma.

– A maioria dos estudos sobre o tema concentra-se na influência iorubá, não é?

– Isso aconteceu a partir do trabalho do médico Nina Rodrigues, nos anos 30. Os iorubás, que foram trazidos para o Brasil no final do século 18 e, mais marcadamente, no século 19, já no fim do tráfico negreiro, enraizaram-se em Salvador, um centro urbano. Por isso, tiveram condições de resistir mais à língua e à religião dos portugueses e se conservar mais próximos às suas raízes do que os demais povos, que estavam aqui há dois, três séculos. Em seu filme *Quilombo*, Cacá Diegues pôs os palmarinos falando iorubá quando nem havia iorubás no Brasil. Zumbi dos Palmares era banto. Depois, a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, patrocinou uma versão televisiva em que os palmarinos falavam língua de preto-velho, cheio daqueles *zi*, que existem no banto, sim, mas só em algumas palavras. Acontece que os iorubás tinham uma escrita, o que criou o estereótipo de que eram superiores aos demais, que teriam sido absorvidos por eles.

Divulgação



> "A integração entre português e banto é tamanha que a gente não se apercebe da origem africana de palavras como cochilar ou marimbondo"

– E não foi assim?

– Ora, qualquer falante de uma língua tem a tendência de introduzir numa nova língua adquirida seus hábitos articulatórios, de pronúncia. Como esses bantos, maioria no Brasil até o século 19, não teriam deixado nenhum vestígio de seus falares no português que falamos no Brasil? A minha perplexidade começou a partir daí.

– E a que conclusão a senhora chegou?

– A de que, no encontro das línguas africanas, o banto, em particular, com o português arcaico, em vez de emergir uma nova língua – uma forma crioula, como no Caribe – aconteceu um processo de africanização. Por quê? Em função da semelhança estrutural entre o banto e o português arcaico.

– Como assim?

– As línguas banto têm sete vogais orais, do ponto de vista da pronúncia. Acontece o mesmo no português do Brasil e o português arcaico: nós temos a, é, ê, i, ó, ô, u. É uma estrutura extremamente vocalizada. Não existe uma sílaba que não seja acompanhada de uma vogal. Mesmo as sílabas átonas são pronunciadas no Brasil como nas línguas banto. No Brasil, a gente diz: menino. Em Portugal, hoje, fala-se apenas a vogal central: m'nino. Por conta do banto, nossa tendência é não pronunciar os erres finais dos infinitivos. Por exemplo: *falá* e não falar. Temos também a vocalização do *l* final. Só Getúlio Vargas dizia trabalhadores do Brasi*l*. Mas mesmo os apresentadores do *Jornal Nacional*, um padrão de português, falam *Brasiu*. No gol do Brasil, berra-se *Brasiuuuuu*. Como no banto, uma sílaba não é fechada com consoante e sim, com vogal.

– Se o que falamos é uma mistura de português com banto, onde foram parar as línguas indígenas?

– Os índios cedo se retiraram das cidades para as matas. A influência das línguas indígenas é mais localizada em determinadas áreas rurais, enquanto que os negros africanos, majoritários, influenciaram cidades e zonas rurais. Aos vestígios indígenas no português, foram sobrepostos os falares africanos.

– A senhora acha, então, que existe uma supervalorização da influência indígena no português?

– Exatamente. E o grande incentivador dessa corrente no Brasil, que procurava origem indígena em termos que não se identificavam como lusitanos, foi o lingüista Teodoro Sampaio. É o caso, por exemplo, de mocotó. Para Sampaio, mocotó viria de *mboko'tog*, uma coisa que treme, que é mole, numa relação com o aspecto visual da comida. Mas é uma palavra banto. Os índios não conheciam gado bovino, não podiam ter uma palavra para isso. Há uma tendência até hoje de não dizer que as palavras são africanas. A academia sempre quis mostrar que o português do Brasil não é africanizado.

– Pode dar outros exemplos?

– No *Aurélio*, balangandã aparece como um termo onomatopaico, a imitação de ruído de objetos que tilintam enquanto se movem. O balangandã é palavra banto, que não imita ruído de espécie alguma: quer dizer penduricalho e também testículos. Veja o ridículo de dizer que testículos tilintam.

– Quer dizer que, apesar dos esforços dos colonizadores, não falamos uma língua européia?

– Não. Chegamos a uma convergência, graças à extraordinária coincidência de estruturas entre o banto e o português. Arrisco dizer que a alegada unidade lingüística do português se deve sobretudo aos falantes africanos. Eles foram os agentes transformadores e difusores da língua portuguesa em território brasileiro.

– É uma idéia polêmica.

– Sei que estou pregando no deserto. Tenho uma história curiosa para ilustrar esse esquecimento da influência africana no português. Certa vez, encontrei o ex-presidente José Sarney e o cumprimentei: 'O senhor deu um excelente exemplo de africanização do português no Brasil'. Como se sabe, o Maranhão se orgulha de falar um português castiço. Mas Sarney entrou para a Academia Brasileira de Letras tendo como carro-chefe o livro *Marimbondos de fogo*. Eu disse para ele: 'Deveria ser *Vespas de fogo*, porque marimbondo é uma palavra africana'. Ele ficou espantadíssimo.

O glossário da polêmica

Balangandã

O *Aurélio* e o *Houaiss* juram tratar-se de uma onomatopéia, ou seja, uma palavra que representa o som do objeto – no caso, o tilintar dos colares das escravas. Mas Yeda registra: vem do banto *mbalanganga*, que significa tanto penduricalho como testículos.

Caçula

A origem é, em quicongo, *kasuka* e em quimbundo, *kasule*. Em português castiço, a palavra inexiste. O filho mais novo é chamado de 'benjamim'.

Cafuzo

Para o *Aurélio*, pode ser uma corruptela de '-cara fusca', já que existe a forma 'carafuzo'. Para Yeda, não há dúvidas. É banto: *nkaalafunzu*, que significa mestiço.

Cochilar

Soa português lusitano, mas é banto. Vem de *kushila*. Na terrinha, diz-se 'dormitar'.

Marimbondo

Vem de *(ma)di(m)bondo* em quimbundo e *alimbondo* em umbundo, embora seja outra que pareça totalmente natural em português. Em tempo: o termo lusitano é vespa.

Minhoca

O *Houaiss* diz que a palavra tem origem desconhecida e cita autores que descartam uma raiz africana. O glossário de Yeda registra *(mi)nyoka*, ou seja, cobra, como a chave do mistério.

Mocotó

Yeda sustenta que a palavra vem do banto *(ma)kooto*, termo que designa pernas ou patas. *Houaiss* e *Aurélio* trazem a antiga versão de que a origem é tupi: *mboko'tog*, ou 'que faz balançar'.

Moranga

O *Aurélio* aposta na origem tupi, *mo'rãg*, que teria como referência os gomos arredondados da abóbora. *Houaiss* traz a etimologia adotada por Yeda: *manyangwa*, que significa, exatamente, abóbora.

Quilombo

Embora não haja dúvidas sobre o fato de ser um termo banto *(kilombo)*, no filme de Cacá Diegues, *Quilombo*, os personagens que viviam em Palmares falavam iorubá...

Songamonga

Parece gíria de tempos antigos. Os dicionários garantem que tem origem espanhola: *songa*, ou burla (zombaria), sendo o *monga* apenas uma rima aleatória. Em banto, porém, há *sungumuka*, usado, inclusive, para adjetivar uma roupa que caísse de forma desajeitada na pessoa.

fúrdias como, por exemplo, dar o Candango de melhor roteiro para *Santo forte* (1999), de Eduardo Coutinho, documentarista que se orgulha de não adotar roteiros. Este ano, o júri foi escalado com os cineastas Carlos Reichenbach e Orlando Senna; o exibidor Adhemar Oliveira; o produtor André Luís da Cunha; a atriz Cristina Aché e os pesquisadores Ivana Bentes e João Luiz Vieira.

Vaias – Se o corpo de jurados muda a cada ano, o público mantém o perfil. Composta principalmente por estudantes universitários, a platéia é o outro grande encontro do cinema brasileiro.

Gramado, este ano, mandou lembranças a Brasília. Despachou seu conterrâneo *Netto perde sua alma*, vencedor de quatro Kikitos. Trata-se de uma parceria entre o ex-curta-metragista Beto Souza e o romancista Tabajara Ruas, autor do livro que deu origem à fita. A seu modo, Tabajara tenta o bi. Há quatro anos, *Anahy de las Missiones*, de Sérgio Silva, inspirado em outra de suas obras, foi vencedor no voto popular. Naquele 1997, o júri oficial preferiu Brasil no Festival de Veneza, em setembro, quatro anos depois da polêmica vitória de *Miramar*, e três anos depois de *São Jerônimo*.

Suzana Amaral também tem tradição em Brasília. Seu *A hora da estrela* (1985) ainda hoje é o recordista da história do festival, conquistando 12 prêmios. Desta feita, Suzana trocou Clarice Lispector pelo Autran Dourado de *Uma vida em segredo*. Outro que volta a Brasília é o paulista Beto Brant, depois de apresentar seu primeiro filme, *Os matadores* (1997), como hors concours. Seu Guimarães corre por fora com *Samba Riachão*. Pretende contar a história do samba, de Dorival Caymmi a Carlinhos Brown. O festival ainda terá mostras competitivas em curtas de 35mm e filmes em bitola 16mm. E homenageia Juscelino Kubitscheck, às vésperas do centenário do construtor de Brasília. Esta noite, a cerimônia de abertura traz, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, com projeção para convidados, a cópia restaurada de *A noite do espantalho*, dirigido pelo músico Sérgio Ricardo, em 1973.

Curta – *O poeta*, de Paulo Munhoz (PR)

Quinta

Longa – *Netto perde sua alma*, de Beto Souza e Tabajara Ruas (RS)
Curtas – *Retrato pintado*, de Joe Pimentel (CE), e *O tempo dos objetos*, de Bruno Carneiro (SP)

Sexta

Longa – *Uma vida em segredo*, de Suzana Amaral (SP)
Curtas – *Glauces – Estudo de um rosto*, de Joel Pizzini (SP), e *Negócio fechado*, de Rodrigo Costa (RJ)

Alfredo Guimarães (BA)
Curtas – *O comendador*, de Armando Lacerda (DF); *Palace II*, de Fernando Meirelles e Kátia Lund (RJ); e *A revolta do videotape*, de Rogério de Moura (SP)

Domingo

Longa – *O invasor*, de Beto Brant (SP)
Curtas – *Um pouco mais um pouco menos*, de Marcelo Masagão (SP), e *Françoise*, de Rafael Conde (MG)

Segunda

Longa – *Dias de Nietzsche em Turim*, de Júlio Bressane (RJ)
Curtas – *Zagati*, de Edu Felistoque e Nereu Cerdeira (SP), e *Seu Nenê*, de Carlos Cortez (SP)

Foliões sem anonimato

Mostra exibe documentários que enfatizam a função cultural do carnaval

RODRIGO FONSECA

Fotos de divulgação

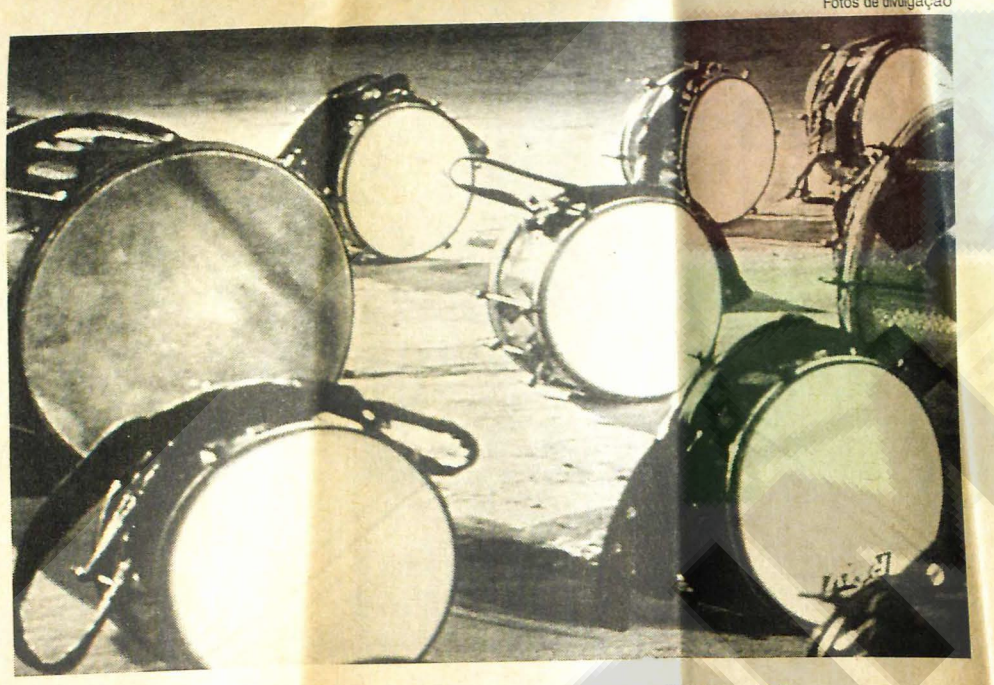




Imagem de Ensaio geral *(acima), filme centrado na bateria da Mocidade, e personagem de* Samba, *sobre a dança no Morro da Mangueira*

Aos olhos dos câmeras de TV, a principal atração do carnaval carioca é procurar rostos famosos na multidão ou registrar o duelo de egos entre modelos vitaminadas em trajes microscópicos. Mas, visto sob as lentes de cineastas brasileiros, o desfile na Marquês de Sapucaí é pretexto para um ensaio sobre a diversidade humana ao som do samba. É esse painel heterogêneo que a mostra de documentários *O cinema cai no samba*, que será inaugurada hoje, às 16h, no Centro Cultural Banco do Brasil, pretende exibir a partir de filmes sobre três das mais populares escolas do Rio.

Em *Imperatriz do carnaval*, o diretor Medeiros Schultz acompanha a ansiedade nos barracões da premiada Imperatriz Leopoldinense. *Ensaio geral* apresenta a fama da bateria campeã da Mocidade a partir de estudo feito pelo diretor Arthur Fontes e o jornalista Flávio Pinheiro. Já em *Samba*, Thereza Jessouroun expõe uma delicada investigação sobre a dança no Morro da Mangueira. No encerramento, dia 25, os realizadores participam de um debate com o público.

Oba oba – Apesar de diferentes na maneira de narrar o dia-a-dia dos componentes das escolas, as fitas têm em comum a preocupação de enfatizar a importância cultural do desfile para a integração de cada uma das comunidades participantes. "A idéia de fazer uma mostra sobre o carnaval fora dele é uma maneira de tratá-lo com uma perspectiva mais aprofundada que aborde seus aspectos mais sérios para a população e não se resuma ao oba oba da festa", explica Medeiros Schultz.

Samba é o destaque da programação, graças às imagens do cinegrafista Dib Lutfi, um dos mais importantes fotógrafos do cinema brasileiro, responsável por filmes emblemáticos como *Como era gostoso o meu francês* (1971), de Nelson Pereira dos Santos. Com 54 minutos, o média-metragem levanta o histórico da dança na Mangueira através dos relatos de moradoras da região. "A dança é um aspecto muito mais importante para o samba do que a forma como normalmente é tratada nos desfiles. É uma tradição que atravessa gerações na Mangueira, sendo parte de sua identidade cultural", afirma a diretora Thereza, que está filmando *Arturos*, sobre a congada mineira.

Atento a cada uma das etapas de preparação para o desfile, *Imperatriz do Carnaval*, de Medeiros Schultz, acompanhou as atividades na escola do bairro de Rados para o desfile de 2000, registrando desde a disputa pela canção até a entrada na Avenida. Por isso, a alegria dos torcedores da escola, mesmo no árduo trabalho de elaboração de fantasias e carros, ganha a mesma projeção das belas tomadas da Sapucaí captadas pelo cineasta. "Se você for à Imperatriz, vai encontrar sempre as mesmas pessoas, seja no ensaio das quintas-feiras ou em um sábado qualquer. É um verdadeiro grupo familiar", diz Schultz.

Bastidores – A mesma preocupação em destacar os personagens mais discretos da festividade está na edição da produção feita por Arthur Fontes, a partir do argumento de Flávio Pinheiro. Parte da série de programas *Seis histórias brasileiras*, parceria da produtora Videofilmes com o canal GNT, *Ensaio geral* mostra os bastidores da Mocidade Independente de Padre Miguel para o desfile de 2000.

Em clima de *making of*, a fita é ilustrada por exemplos de dedicação ao samba por parte de moradores da Vila Vintém, como o do eletricista Jonas, que dedica (a melhor) parte de seu tempo ao comando do naipe de tamborins da escola. "Optamos por acompanhar o desenvolvimento do desfile desde seu nascimento, com a escolha do tema que, naquele ano, foi o descobrimento do Brasil. Um processo que dificilmente é retratado na cobertura sobre o carnaval", diz Flávio Pinheiro.

A memória dos negros pela arte

ANA CECILIA MARTINS

Ao apostar num percurso histórico iluminado pelas manifestações artísticas brasileiras, a mostra *Para não esquecer: negras memórias – memórias de negros* reúne os ingredientes africanos e os temperos mestiços presentes no caldeirão cultural brasileiro. A exposição faz uma arqueologia da memória e da história dos negros no Brasil ao mesmo tempo que propõe uma releitura da construção da identidade cultural do país.

O evento, que abre hoje às 19h30, dentro das comemorações do Dia da Consciência Negra, apresenta, no Museu Histórico Nacional, 500 obras, entre pinturas, esculturas, objetos, jóias e fotografias assinadas por nomes como Aleijadinho, Mestre Valentim, Debret e Pierre Verger, artistas que contam uma história sem maquiagens.

O negro revelado na mostra está distante do exotismo. Essa é a premissa do curador do projeto, Emanoel Araújo, diretor da Pinacoteca de São Paulo e responsável pela curadoria do módulo *Negro de corpo e alma*, que integrou a mostra do Redescobrimento, comemorativa dos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. "Em *Negro de corpo e alma* apresentamos olhares estrangeiros. Visões perversas e exóticas sobre o negro", afirma Emanoel. "Agora estamos revelando a memória da cultura negra através de uma visão íntima e próxima e do trabalho dos próprios negros. Queremos falar do estigma da escravidão e dar outra dimensão para uma história escamoteada", acrescenta.

Continente-mãe – O percurso histórico-cultural oferecido pela mostra tem início na ligação entre a África e o Brasil. As referências aos ancestrais estão presentes nos tambores, nos vestuários dos Eguns (os mortos), nas imagens do continente-mãe. O passo seguinte é o Oceano Atlântico, por onde passavam os navios negreiros, caminho de chegada das crenças religiosas, do panteão dos orixás. A atuação dos artistas negros e mestiços no país dá continuidade ao trajeto. "O negro está na dança, na música, na comida, nas crenças, na alegria, nos vocábulos brasileiros. Está nos versos de Jorge de Lima e Cruz e Souza, nos traços de Mestre Valentim, na música de Dorival Caymmi, nas notas de Padre José Maurício Nunes Garcia", afirma Emanoel.

Grande parte das obras que integra a mostra faz parte da coleção particular de Emanoel Araújo, que há mais de 15 anos mergulha no universo da cultura negra brasileira. Outras peças foram recolhidas em coleções particulares e no acervo do próprio Museu Histórico Nacional. Entre os trabalhos figuram documentos históricos, além de obras contemporâneas como as fotografias de Mario Cravo Neto, Walter Firmo e André Cypriano.

Reprodução



Yemanjá, *escultura em madeira do século 19*

em timor-leste

a paz é possível



TESTEMUNHO

Nº 15 - ABRIL 1986

ATAÚRO: CAMPO DE DESTERRO E DE MORTE LENTA

Ataúro, ilha já tradicionalmente conhecida como ilha dos desterrados desde o fim da 2ª Guerra Mundial, na qual morreram muitos dos melhores filhos de Timor, terra de sol escaldante e árida, de praias amenas e de gente modesta e hospitaleira. O 1º grupo que lá chegou foi no dia 1 de Julho de 1980, proveniente da capital. A 2ª caravana chegou no dia 5 de Setembro do mesmo ano. Atrás destes, iam chegando outros, de todos os pontos do território nacional, principalmente dos concelhos da ponta-leste: Lospalos, Baucau, Viqueque, Manatu o; dos concelhos da Região Central: Dili, Aileu, Same e Ainaro; dos concelhos da Região fronteiriça: Liquiçá, Ermera e Bobonaro. Nos princípios de 1982, já totalizavam cerca de seis mil pessoas naquela ilha.

Vivia-se em barracões de zinco e paredes forradas de plásticos pretos que os tornavam insuportáveis ao calor. Não havia nada, nem camas, nem luz, nem água suficiente. Cada pessoa, semanalmente, recebia do comando militar da zona umas 900 gramas de milho podre. Mais nada. Cada um procurava auto-abastecer-se. Vendia tudo o que tinha: roupa, "tais", etc. Percorria as aldeias para fazer permuta. Mas a terra é pobre como é pobre a sua gente. Não havia medicamentos. A mortandade crescia de dia para dia, ceifando vidas às crianças e velhos especialmente, nos meses de Dezembro de 1981 e Janeiro, Fevereiro e Março de 1982. O trabalho do Estado era pesado. Homens e mulheres trabalham no aterro das estradas das 7 às 12 ou até à uma da tarde. Os mais hábeis começaram a "mexer-se". Muitos iam oferecer a sua mão de obra na construção da capela local, ganhando uns tostões por dia; outros iam para a extracção do sal, do azeite de coco, venda de lenha para funcionários indonésios "pegawais"; alguns começaram a fazer cadeiras, mesas, camas para vender e outros trabalhavam com bambus; enquanto outros faziam a criação de alguns animais. Tudo com o fim de procurar o mais depressa possível minorar aquela miséria reinante que estava a levar dia após dia muitas vidas para o cemitério. Nesta difícil situação, surge

A acção benfazeja da Igreja Católica junto dos presos, na ilha de desterro de Ataúro.

Foi notável a acção da Igreja Católica de Timor junto dos presos políticos na ilha de Ataúro. Se não fosse ela, a fome e a doença teriam dizimado a maioria da população desterrada, antes que a Cruz Vermelha Internacional lá penetre. Dentro das suas possibilidades, procurava a todo o custo, minorar aquela situação desumana e lamentável. Ia-nos fornecendo, através do seu representante na ilha, os catequistas Marcos de Araújo e Benjamim, arroz, milho, leite, roupa, medicamentos e outros utensílios de uso doméstico. Na sede da missão, funcionava uma farmácia que atendia os doentes diariamente. Visitava os doentes e os mais necessitados eram assistidos urgentemente. Quando a Missão já nada tinha e a fome se agudizava, os dois catequistas faziam apelos aos naturais, na igreja. Solidários com os seus irmãos presos, a população local ia juntando na sede da missão tudo quanto se podia conseguir: algumas espigas de milho, batatas, frutas, que, imediatamente, eram distribuídos aos mais atingidos pela fome. D. Martinho da Costa Lopes deu mesmo instruções a todas as missões da sua Diocese para olharem pelos presos de Ataúro. A atenção da Diocese estava voltada para os seus filhos presos em Ataúro.

→

Rua de Campolide, 215, 4.º Dto. 1000 Lisboa Portugal

(→ P.1)

A ENTRADA DAS DELEGAÇÕES DA CVI E DOS DIREITOS HUMANOS EM ATAÚRO

Correm rumores entre os desterrados de que uma delegação composta pelos elementos da Cruz Vermelha Internacional e dos Direitos Humanos da ONU ia chegar à ilha. Reina a alegria entre os presos. Notam-se os primeiros sinais. O Comando militar da zona anda atarefado. Chegam de Dili, triplex para substituir as paredes de plástico, canos e canalizadores que começam a puxar mais água para o abastecimento dos presos e electricistas que começam também a montar a luz eléctrica para todos os barracões, apesar de a luz ser muito fraquinha, parecendo a de uma lamparina de azeite. Foram distribuídos 12 aparelhos de rádio e 6 TV (foram depois recolhidos todos mais tarde). Chegou o suspirado dia. O campo de aterragem do helicóptero estava à cunha de um mar de gente ruidosa e ansiosa para ver o que ia acontecer. O helicóptero chegou. Nessa manhã de 15 de Fevereiro de 1982, Ataúro estava em festa. Saíram do "heli" algumas caras novas e entre a delegação conta-se uma senhora que falava bem português. Era a senhora Romênia. Trocaram-se as primeiras impressões entre os presos e a delegação. Foram vividos em cheio esses três dias (15-18) da presença da delegação entre nós, em Ataúro. Entravam em todas as casas. Conversavam com todos. Inteiravam-se dos nossos problemas. Regressaram com a pasta cheia de apontamentos. Prometeram-nos voltar daí a 6 meses. Passados alguns meses, instalou-se, em Ataúro, junto dos presos, o representante permanente da CVI. Foi trabalho aturado e incansável de D. Martinho da Costa Lopes. A partir daí, a situação dos presos no tocante à saúde, ao comer, ao vestuário, etc., foi-se melhorando sensivelmente. O fantasma da fome passou a ser uma recordação do passado. Não há queixa de fome.

ATAÚRO: NOVO CAMPO DE LUTA

Após a entrada da 1ª delegação internacional em Timor e, nomeadamente, em Ataúro, outras delegações, a nível de nações e organizações internacionais começaram a afluir à ilha. O campo de desterro de Ataúro é tema de conversa da actualidade nas órbitas internacionais. Entre as várias delegações que nos visitaram contam-se: Austrália e Nova Zelândia, mais de uma vez, América, França, Itália, Guiné-Papua, Portugal e Noruega. Todos queriam saber o que se passava na realidade, em Timor, em Ataúro. Os anos de 1982 e 83 foram de constantes entradas de estrangeiros em Timor Leste.

Assim, internacionalmente, vão sendo conhecidas não só a miséria que grassa em Timor Leste, mas também as atrocidades praticadas pelo carnificino invasor. Ao mesmo tempo, desenvolve-se um poderoso movimento de solidariedade. Facto que levou o governo de Jakarta a cancelar a entrada dos estrangeiros em Timor Leste no ano de 1984, com excepção de uma delegação da Austrália chefiada pelo embaixador do mesmo país, em Jakarta.

As visitas das delegações são sempre ocasiões para o inimigo reforçar a sua rede de espionagem. Entre os presos, as tropas e polícias,os agentes secretos, nesse dia, andam todos disfarçados, vestidos de lipa, camisas rotas,metidos no meio da malta, para ver e ouvir com quem se fala e de que se fala.As armas são escondidas. Um dia antes da ida da delegação, costumam ir lá algumas autoridades militares e civis de Dili, para instruir os presos como devem falar, como devem responder e como devem comportar-se à frente das delegações. Mas, quais... Após o regresso da delegação, são sempre chamados alguns presos para prestar declarações no Comando militar da zona. A maior rede montada até à data, foi por altura da visita da delegação portuguesa, em 15 de Fevereiro de 1983. Logo após o seu regresso, ainda os jornalistas estavam no helicóptero, foram chamados os camaradas Jorge, o catequista Alberto, o "catuas" Jaime e o Guilherme. Depois de cruelmente torturados, foram enviados para Dili. Regressaram um mês depois. Em 28 de Junho de 1985, portanto ainda há pouco tempo, os 3 primeiros foram conduzidos para a comarca de Dili, com mais 29 camaradas, entre os quais 2 mulheres e uma criança.

PRESSÕES INDONÉSIAS PARA A INTEGRAÇÃO RELIGIOSA

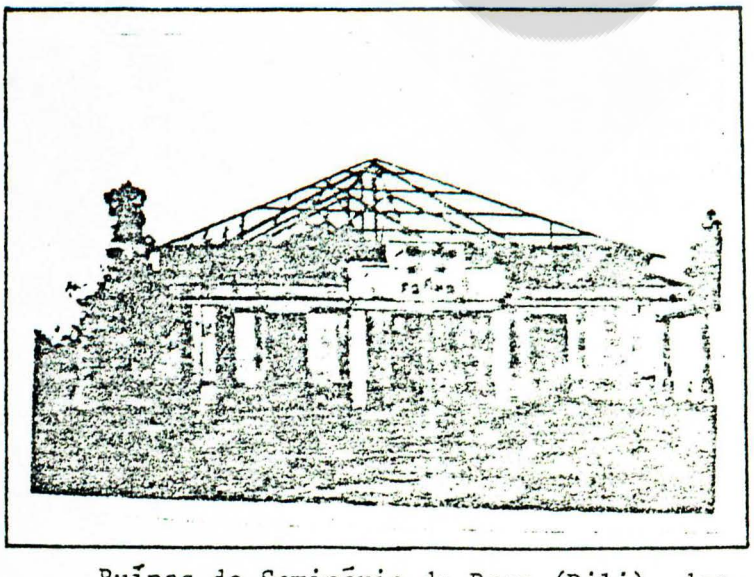
Circularam em Dili rumores acerca da subs tituição de padres jesuítas do Seminário Menor. O problema foi levantado numa reunião do clero da diocese pelo próprio Mons.Belo. A maioria do clero ter-se-ia imediatamente manifestado contra esta eventualidade.

Interrogado sobre as razões de uma tal mudança Mons.Belo não teria respondido.

Quando este plano foi conhecido em Dili os fiéis começaram a manifestar-se contra a substituição dos Padres do Seminário e - como já o tinham feito por ocasião da de - missão de Mons.da Costa Lopes - alguns assinaram uma carta colectiva pedindo a manutenção dos padres que sempre os ajudaram e socorreram corajosamente.

Os jesuítas portugueses que dirigem o seminário, em caso de saída, seriam provàvelmente substituídos por indonésios, já que a diocese tem falta de padres e a en - trada de missionários estrangeiros está praticamente bloqueada pelas autoridades indonésias - em 10 anos apenas 2 padres estrangeiros foram autorizados a entrar em Timor. Em 1984 a escola de formação de catequistas já foi confiada a religiosas indonésias.

Com efeito, a Indonésia redobra os seus esforços para utilizar a seu proveito o capital de confiança que a Igreja católica timorense tem adquirido ao longo destes 10 anos de ocupação militar. Conscientes de que será difícil conquistar as simpatias dos timores sem passar pela Igreja, as autoridades indonésias multiplicam as pres - sões. →



Ruínas do Seminário de Dare (Dili), destruído pelos indonésios no começo da invasão.

Em Outubro de 1985, o deputado Sudharmono, Secretário Geral do Golkar - o partido no poder em Jakarta - participou com Mons. Belo na inauguração de uma gruta dedicada a Nossa Senhora em Comoro (Dili). Curiosamente, a construção da gruta de Nossa Se - nhora foi financiada por um muçulmano indonésio. A data da inauguração coincidiu, acidentalmente, com uma visita de Sudharmono a Timor. A sua presença no acto foi considerada "inesperada mas bem-vinda" por Mons.Belo, que aproveitou a oportunidade para lembrar mais uma vez "a necessidade de respeitar a identidade religiosa do povo timor". A presença de tão alta personalidade política numa cerimónia religiosa,e no jantar que se seguiu, não passou despercebida aos timores que a relacionam com as ofertas,e promessas de ofertas,de dinheiro para construir igrejas (igreja paroquial de Vila Verde em Dili, e mesmo uma nova catedral). O financiamento da nova catedral estaria directamente ligado à aceitação por Mons.Belo da incorporação da diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia(MAWI).

O jornal indonésio Sinar Harapan (16/10/ /85) conclui a sua reportagem sobre a visita de Sudharmono a Timor dizendo: *"Talvez estes passos sejam positivos para a integração da diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia, o que significa, talvez, a última etapa de todo um processo de integração de Timor-Leste que dura desde há dez anos"*.

Mais recentemente foi Yusuf Wanandi, o director do Centro Internacional de Estudos Estratégicos de Jakarta, que encontrou Mons. Belo. O Centro é um organismo importante, sendo dele em particular que relevam as autorizações de entrada em Timor-Leste. Além de renovar as promessas para a construção das igrejas, Yusuf Wanandi teria prometido autorizações para a entrada de novos missionários Salesianos (a Ordem a que pertence Mons.Belo), se Monsenhor aceitar a integração da Diocese na Conferência Episcopal.

FICHA TÉCNICA

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE - Boletim

Director interino - José Manuel P. Almeida
Sede - R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Periodicidade - bimestral
Preço deste nº - 20$00
Assinatura por 6 nºs - 150$00
Tiragem - 1.000 ex.
Composto e montado na R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Impresso na Associação 'O NINHO'
R.Actor Taborda, 30, 3º D 1000 Lisboa

Julgamentos em Timor-Leste

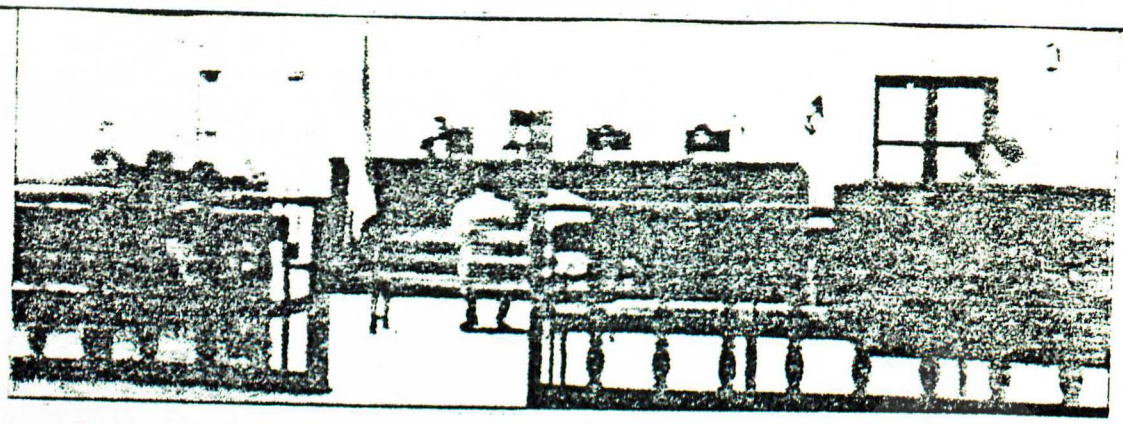


Imagem de uma sala deserta durante um "julgamento" político em Timor-Leste.

[Asiaweek, 2 August, 1985]

Documentos oficiais clandestinos da Indonésia revelam os nomes de 199 timores que foram julgados pelo tribunal de Dili. Todos foram condenados. O motivo da acusação é sempre de pertencerem aos GPK (grupos para a desestabilização da segurança), nome que os indonésios dão à FRETILIN. As penas aplicadas pelo tribunal variam entre os 2 meses e os 17 anos de prisão, sendo a média de 3 anos e 9 meses.

Entre as dezenas de milhares de timores que passaram pelas prisões nestes 10 anos de ocupação indonésia, e nos milhares que ainda continuam nelas, só 199 terão tido direito a um julgamento; mas que julgamento?

«Eles confessam tudo»

O Tribunal de Dili é um tribunal civil, os réus têm direito a um advogado e podem recorrer da pena, dizem os diplomatas indonésios perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU. Pelo contrário, mons. Belo considerava, numa carta escrita em 1984, que se tratava de um tribunal militar e manifestava dúvidas sobre a sua imparcialidade.

Um advogado indonésio, A. Hasibuan, que é também deputado do partido governamental, Golkar, visitou Timor e falou com o Juiz-presidente do Tribunal de Dili, L. P. Siregar. Algumas declarações publicadas no jornal «Sinar Harapan» não deixam de ser significativas.

«Nem um único preso julgado desde o fim de 1983 se declarou não-culpado ou contestou as acusações», afirmou o presidente do tribunal de Dili; «não houve absolvições e nenhum dos condenados apelou contra as suas sentenças».

Ao deputado que lhe perguntava o porquê desta atitude, o juiz respondeu: «A evidência contra eles é demasiado clara e a maioria foi apanhada em flagrante.» Descreveu os réus como «gente muito honesta», «eles confessaram tudo simplesmente. Não negaram nada do que estava na folha de acusações, o que significa que tudo corre sem dificuldades». Satisfeito com a sua obra, o juiz acrescentou: ingenuamente, «Se todos os julgamentos (nas outras províncias) decorressem como os de Timor-Leste, a tarefa dos nossos agentes da Lei seria muito facilitada.»

Valerá a pena, apesar de tudo, lembrar que a Amnistia Internacional afirmou, no relatório publicado no ano passado, que um réu tentou contestar o seu julgamento, mas teve de desistir após ter recebido ameaças de morte.

«A defesa procura apenas tornar a sentença mais leve»

Outro jornalista, correspondente da *Far Eastern Economic Review*, publicada em Hong-Kong, teve oportunidade de contactar os advogados indonésios nomeados pelas autoridades indonésias para defender os réus. Merri Dobo Asmah Achmad e Saartje Seubelan são os três advogados que assistiram à totalidade dos presos julgados em Dili, e disseram ter passado «meses e meses em Dili... tudo a expensas do Estado, que maior prova se pode pedir ao Governo da sua sinceridade em querer proporcionar a estes réus um julgamento justo?». Os advogados disseram ainda ao jornalista que declarar-se culpado «economiza tempo», «a acusação estabelece simplesmente as circunstâncias do alegado crime», explicaram os advogados de defesa, «e a defesa procura apenas tornar a pena mais leve».

«Ninguém conhecedor dos julgamentos da Indonésia ignora que os juízes e a acusação trabalham de mãos dadas», afirma a publicação inglesa *Tapol*, especializada em assuntos indonésios, mas «em Timor-Leste a colaboração estende-se até aos advogados de defesa». Segundo a mesma revista, os advogados indonésios ligados a organizações de defesa dos direitos humanos não foram autorizados a defender os timores. Sabe-se também que a Amnistia Internacional viu recusado o seu pedido para mandar um observador ao tribunal de Dili. Perante tais revelações as dúvidas levantadas por mons. Belo sobre a imparcialidade do tribunal de Dili parecem tímidas.

O privilégio de ser julgado

Apesar destas anomalias, os 199 timores que constam das listas de julgados podem ser considerados como privilegiados: primeiro, porque foram oficialmente recenseados como presos, o que poderá tornar mais embaraçoso o seu desaparecimento; segundo, porque foi estabelecida uma data para a sua libertação da prisão.

Julgamentos sumários para ganhar tempo e dinheiro

Testemunhos vindos de Timor aludem, por vezes, a um tribunal existente no campo-prisão de Sae-Lari, próximo de Baucau. Para as autoridades indonésias, todavia, existe um único tribunal para toda a província. O jornal indonésio *Sinar Harapan*, de 29/10/85, traz um certo esclarecimento sobre o assunto: em seis dos treze subdistritos existe um escritório de comissário (Kejaksaan), estes «comissários e a Polícia fazem frequentemente justiça imediata (?) longe de Dili, porque custaria tempo e dinheiro trazer as pessoas para Dili a fim de serem julgadas».

Cumprir a pena... e muito mais

Três dos presos constantes das listas indonésias, Jorge Marques, Alberto da Conceição e Jaime Sequeira, condenados, respectivamente, a um ano e meio, dois anos e meio e três anos de prisão, estavam já na ilha-prisão de Ataúro antes de Fevereiro de 1983. Na altura do julgamento tinham, portanto, cumprido um tempo de prisão superior ao que o tribunal lhes imporia. Continuaram, todavia, detidos após o julgamento, tudo indicando que a prisão preventiva não é descontada nas penas.

A média das penas atribuídas pelo tribunal é de três anos e nove meses, mas a maioria dos presos já cumpriu entre quatro e cinco anos de detenção. Na data em que foram elaboradas as listas (entre Março e Julho de 1985), um único condenado tinha sido solto. Outro, Cosme Cabral, condenado, em Outubro de 1984, à pena de três meses de prisão, deveria ter sido solto em Janeiro de 1985, mas continuava detido quando as litas foram elaboradas. Será que nem as decisões dos tribunais indonésios serão respeitadas?

Falta de vontade política de Portugal

Estes múltiplos atropelos aos direitos humanos não espantarão os que têm seguido minimamente a evolução da situação em Timor-Leste desde a invasão indonésia, faz agora dez anos.

Uma coisa, todavia, é completamente nova: pela primeira vez existem listas oficiais indonésias que confirmam as queixas dos timorenses. As listas incluem os nomes de 53 pessoas, assinaladas pela FRETILIN ou pela Amnestia Internacional como presas ou desaparecidas; elas confirmam, portanto — sem o querer —, a credibilidade de informações que as autoridades indonésias costumam repudiar em bloco.

'Diário de Notícias', 11/3/86.

NEGOCIAÇÕES PORTUGAL-INDONÉSIA CHEGAM AO FIM

No próximo Outono Pérez de Cuellar acaba o seu mandato de Secretário Geral da ONU; terminam pela mesma ocasião as negociações Portugal-Indonésia que o Secretário Geral promoveu no quadro da missão que lhe foi confiada pela Assembleia Geral da ONU em 1982.

Perez de Cuellar apresentará na próxima Assembleia Geral os resultados da sua missão; o seu relatório terá a maior influência sobre qualquer futura decisão da A.G. a respeito de Timor-Leste.

A missão do Secretário-Geral

Em 1976, menos de um ano após a invasão indonésia de Timor-Leste, 73 governos condenavam a Indonésia e 9 votavam a seu favor; em 1981 só 54 continuavam a condená-la e 42 já votavam a favor.

Em 1982 Portugal patrocinou pela primeira vez a resolução anual sobre Timor. Essa moção era diferente das anteriores, não condenava directamente a Indonésia mas, baseando-se no "Direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e independência, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas" a Assembleia Geral confiava ao seu Secretário-Geral a missão de consultar "TODAS AS PARTES DIRECTAMENTE INTERESSADAS" e fazer no ano seguinte um relatório sobre o assunto. A Resolução foi apoiada pelos defensores do povo timor assustados pela perda progressiva de apoios. A reposição d do problema na perspectiva do Direito Internacional,e da própria Carta das Nações Unidas, pareceu a melhor maneira de ganhar o apoio activo do S.G. e de vários governos que se deixavam arrastar por interesses económicos e estratégicos representados pela Indonésia.

A moção foi aprovada por 50 votos contra 46.0 elevado número de abstenções (50) mostra bem as hesitações de numerosos Governos entre os princípios das Nações Unidas e outros interesses.

O difícil início das conversações

Perez de Cuellar iniciou logo esforços para levar os representantes de Portugal e da Indonésia à mesa das conversações. A Indonésia não se opôs frontalmente à realização destas negociações mas atrasou o mais possível a sua marcha.

No fim de quase um ano o embaixador indonésio na ONU aceitou sentar-se à mesa com o seu homólogo português para... jantar! Foram precisos dois anos inteiros para se realizar a primeira reunião de trabalho.

Para facilitar as primeiras reuniões Portugal propôs um ponto prévio de fácil resolução: a saída dos antigos funcionários da administração portuguesa que queriam deixar Timor. A própria Indonésia tinha interesse nessa saída - já a utilizou efectivamente na Comissão dos Direitos Humanos para demonstrar a sua boa vontade.

Não queremos menosprezar o facto de 400 timores terem conseguido, ou estarem em vias de condeguir, escapar à dramática situação vigente em Timor-Leste ocupado, mas este ponto era marginal em relação aos objectivos globais da resolução da Assembleia Geral. Ao conseguir que ele ocupassa quase todo o tempo das conversações a Indonésia reforçou a sua pretensão de reduzi-las a meros contactos com fins puramente humanitários. Não o conseguiu totalmente todavia porque a presença de um representante do S. G. em todos os encontros e a publicação dos seus resultados pelo Secretário Geral provam o enquadramento das conversações no contexto da resolução da Assembleia Geral.

Os resultados

O relatório do S.G. de 1985 diz-nos que, além do tratamento do caso dos ex-funcionários, foram abordadas questões como as liberdades religiosas, a preservação do património cultural timorense e a situação económica e social. Sobre todos estes pontos a Indonésia deu garantias e informações que nenhum observador independente pode averiguar sériamente pois que a Indonésia impede a entrada de tais observadores no território.

Apesar das numerosas informações sobre violações massivas dos direitos humanos em Timor-Leste, o relatório do S.G. não registou qualquer contradição apresentada pelos negociadores portugueses contra as alegações indonésias, o que leva a pensar que os negociadores ou não fizeram tais contradições ou não as mantiveram.

A passividade nas conversações assemelha-se à passividade da diplomacia noutras circunstâncias, na Comissão dos Direitos Humanos, por exemplo. Em várias ocasiões e sob diversos Governos os diplomatas interroga-

(→ P. 6)

NEGOCIAÇÕES PORTUGAL-INDONÉSIA

(→ p.5)

dos confessaram não receber instruções de Lisboa e, quando as solicitam, são aconselhados a não fazer mais do que no ano anterior.

Vantagem para a Indonésia

Embora a Indonésia tenha saído vencida da votação da Assembleia Geral em 1982, e a realização de conversações no contexto da resolução votada - direitos humanos e direito à autodeterminação - seja a priori favorável às teses portuguesas, o resultado foi outro. A leitura do relatório do Secretário Geral dá uma nítida vantagem para a Indonésia: as suas afirmações sobre a situação em Timor-Leste aparecem nestes relatórios como a posição consensual saída das conversações. O sinal mais evidente dessa vantagem foi a retirada do assunto de Timor da agenda da Comissão dos Direitos Humanos em 1985.

A próxima fase será determinante

O S.G. anunciou no seu relatório que as conversações tinham criado "uma atmosfera construtiva" e que deveriam agora abordar "aspectos políticos, civis e outros para encontrar uma solução justa, global e aceitável internacionalmente".

Em declarações públicas Portugal afirma o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação enquanto a Indonésia continua a recusar simplesmente pôr a questão, afirmando que ele já escolheu a integração na Indonésia.

"A próxima fase das conversações será determinante", disse o Embaixador Costa Lobo perante a Comissão dos Direitos Humanos em Fevereiro de 1986.

As negociações de Nova Iorque aparecem assim como o principal objectivo imediato da diplomacia portuguesa em relação a Timor-Leste.

Não se pode adiar mais o debate dos problemas políticos como também a questão da participação de representantes do povo timor nas conversações; lembremos a este propósito a tomada de posição de 400 deputados de várias nações europeias, afirmando que estas negociações não terão significado sem essa participação.



ACORDO FRETILIN - UDT

Pela primeira vez, desde há dez anos, a FRETILIN e a UDT, os dois partidos políticos timorenses que antes da invasão indonésia se tinham envolvido em luta armada, chegaram a um acordo em Lisboa, onde estão exilados representantes dos dois partidos.

Os encontros iniciaram-se em Dezembro de 1985, sob os auspícios do CDS. Delegações dos dois partidos foram recebidas em conjunto pelos candidatos à Presidência da República.

Há já vários anos que as notícias vindas de Timor afirmam que, no interior de Timor-Leste, os antigos partidários dos dois movimentos lutam lado a lado contra os ocupantes e desejariam que o acordo se faça também a nível diplomático no exterior.

Destes encontros é de salientar "o consenso existente quanto à necessidade de manter a autonomia e independência das opções políticas, filosóficas e doutrinárias patentes nos Programas Políticos da Fretilin e da UDT", sublinhou a Fretilin. A instauração de um regime democrático parlamentar, pluripartidário, em Timor-Leste, é também "um consenso sério e profundo entre as duas formações políticas", afirmou a UDT.

Assinalando também a passagem do 3º aniversário das Conversações Preliminares entre o Comando das Forças Indonésias em Timor-Leste e o Comando das Forças de Resistência Nacional timorense (23 de Março de 1983), as duas organizações promoveram conjuntamente uma conferência de imprensa, em Lisboa. Apresentamos alguns extractos do comunicado conjunto.

1 - A FRETILIN e a UDT, através das suas estructuras em Lisboa, tomaram a iniciativa de encetar encontros bilaterais, cientes das suas responsabilidades para com o seu Povo e para corresponder desse modo às expectativas que lhes foram manifestadas nesse sentido por diversos sectores de opinião;
(...)
4 - As duas Delegações reafirmam o papel preponderante de Portugal pelas responsabilidades que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e pelo Direito Internacional. Daí, apontam a necessidade de uma maior articulação, tanto a nível de informação como no da acção político-diplomática entre os representantes do Estado Português e os legítimos representantes do Povo de Timor-Leste;

5 - Manifestam a sua preocupação pelo facto de a Indonésia prosseguir uma impor-

→

ONTEM A LISBOA

MEDO CALA TIMORENSES

REGRESSADOS DE TIMOR RECUSAM DECLARAÇÕES

Eles temem falar

Funcionários de Timor-Leste acordam do pesadelo

No passado dia 22 de Janeiro, 31 refugiados timorenses chegaram a Lisboa, acompanhados pela Cruz Vermelha Internacional. Tratava-se de 7 antigos funcionários da administração portuguesa, e respectivas famílias. Em 22 de Fevereiro chegou o 2º grupo: 4 famílias, num total de 26 pessoas.

À sua chegada ao aeroporto os refugiados, uns como outros, recusaram fazer qualquer declaração. "A situação em Timor-Leste é mais ou menos aquela que conhecem aqui; não posso adiantar mais nada, porque poderia prejudicar os meus companheiros que estão para vir", afirma um dos repatriados.

Depois de 10 anos de terror não é fácil habituar-se a poder falar. Como poderão fazê-lo, enquanto temem represálias sobre os os familiares que ficaram em Timor?

→

Chegaram mais 26 a Lisboa

Repatriados de Timor obedecem à lei do silêncio

A situação em Timor «é mais ou menos aquela que conhecem aqui», disse Joaquim Gusmão, um dos 26 repatriados portugueses que chegou sábado a Lisboa. «Não posso adiantar mais nada, porque poderia prejudicar os meus companheiros que estão para vir», acrescentou.

Segundo a Cruz Vermelha Internacional, encarregada de conduzir esta operação de repatriamento, 54 outros antigos funcionários, ou seja, com as respectivas famílias 400 pessoas, estão autorizados a deixar Timor. Sairão em grupos de 30, de 3 em 3 semanas, aproximadamente. A operação terminaria, assim, em fins de Outubro. Várias centenas de outros esperam, entretanto, a sua vez. Com este ritmo os últimos deverão esperar anos! A Indonésia guarda assim reféns para diminuir as revelações que estes refugiados poderiam fazer.

Este programa de repatriamento é o resultado das conversações entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário Geral da ONU, como referimos noutro artigo. Quando estas conversações começaram, em Novembro de 1984, após 2 anos de contactos preliminares, o problema da evacuação dos funcionários da administração pública foi o primeiro a ser abordado por ser o de mais fácil resolução...

ACORDO FRETILIN - UDT

(- p.6)

tante ofensiva diplomática, tanto no seio da CEE como nos Países Não-Alinhados, e a ausência de uma resposta adequada por parte de Portugal junto dos seus aliados, apesar da existência de um amplo consenso na opinião pública portuguesa no apoio e defesa da luta do Povo de Timor pela autodeterminação e independência;

(...)

7 - Nesta hora difícil, as duas Delegações desejam curvar-se perante a memória de todos os que deram a sua vida pela Liberdade do povo de Timor-Leste e apelam a todos os timorenses no exterior e a todos os homens de boa vontade e amantes da Liberdade dos Povos para apoiarem sem desânimos a heróica luta dos que, nas montanhas de Timor-Leste, continuam a resistir animados pelo ideal de liberdade e independência.

→

Por isso, saúdam todos os Povos, Nações e Estados que têm vindo a apoiar a causa do povo timorense, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Saúdam também o Sr. Secretário Geral das Nações Unidas, a quem apelam, mais uma vez, no sentido de fazer respeitar e aplicar as Resoluções da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança.

Ao Povo Português manifestam o seu profundo reconhecimento pela estima com que os timorenses têm sido acolhidos e tratados em Portugal.

8 - Finalmente, as duas delegações assinalam como facto positivo e extremamente significativo a posição claramente assumida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, no discurso proferido no Acto Solene da tomada de posse, ao afirmar perante os mais altos representantes de vários países as responsabilidades de Portugal na defesa do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

Lisboa, 24 de Março de 1986.

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

42ª SESSÃO

Reuniu-se em Genebra, de 3 de Fevereiro a 15 de Março, a 42ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU (CDH). A CDH é composta por 43 Estados membros das Nações Unidas (mandato de 3 anos) e aceita como observadores todos os outros Estados membros da ONU, Estados Não-Membros da ONU, Agências Especializadas, organizações intergovernamentais, Movimentos de Libertação e Organizações Não-Governamentais (ONG) dotadas de estatuto consultivo junto das Nações Unidas.

Timor-Leste foi mais uma vez objecto de diversas intervenções, nomeadamente nos pontos da Ordem do Dia sobre "o direito à autodeterminação" (ponto 9) e sobre"a questão da violação dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, onde quer que se produzam no mundo, em particular nos países e territórios coloniais e dependentes" (ponto 12).

Verificou-se que um maior número de ONG conhecem e estão sensibilizadas para o caso de Timor-Leste: no ponto 9 tomaram a palavra a Pax Christi, a Pax Romana, a Indigenous World Association e a Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos. Iniciativa inédita, 15 ONG assinaram um breve documento reconhecendo o direito à autodeterminação do povo timor e denunciando e alertando a opinião pública internacional para as práticas de violação dos direitos humanos por parte das forças indonésias, referindo concretamente:as execuções sumárias, os desaparecimentos, a tortura, as condições prisionais, as ilegalidades dos julgamentos dos "elementos subversivos" efectuados em Dili, a inexistência da liberdade de circulação e o isolamento imposto ao território.

Portugal, representado pelo Embaixador António da Costa Lobo, começou por referir que o direito à autodeterminação é explicitamente reconhecido na Constituição da República Portuguesa e sublinhou depois o problema da aplicação efectiva deste direito: *"O governo português considera que a única via possível é a procura de uma solução que respeite os direitos legítimos, sobretudo os direitos civis e políticos do povo de Timor-Leste. É necessário que os timores sejam livres de escolher o seu próprio destino e os seus representantes por um processo reconhecido pela comunidade internacional. Trata-se ainda do exercício do direito à autodeterminação".*

A intervenção oral da Pax Romana, após referir uma vez mais o que foi a invasão de Timor-Leste e a ainda presente ocupação deste território, após 10 anos de Resistência, fez referência ao último relatório da Amnistia Internacioanl (Dezembro 1985), onde esta Organização menciona novas práticas de tortura, detenções e ainda irregularidades nos processos judiciais nos julgamentos em Dili. *"Temos informações recentes respeitantes a 200 detidos que foram julgados até agora. É preciso notar, primeiro que tudo, que estes representam uma ínfima percentagem dos timores que foram capturados pelas autoridades ocupantes. Note-se também que todos os detidos são considerados culpados e que nenhum deles recorreu da pena, o que se explica pelo de os advogados de defesa serem indonésios ."*

A Pax Romana terminou a sua intervenção dizendo que esta situação só terminará quando o povo de Timor-Leste exercer o seu direito à autodeterminação, consoante o relatório do S.G. da ONU (Setembro/85), encontrando-se uma "solução justa, desejável e internacionalmente aceite para a questão de Timor-Leste". *"Oiçamos o grito deste povo que quebra o silêncio imposto pela força ao seu redor".*

A Pax Christi disse que *"Timor-Leste encontra-se hermèticamente fechado".* As únicas visitas aceites são aquelas que são muito bem preparadas pelo ocupante. *"...Depois de vários anos, pedimos autorização para enviar uma missão de averiguação in loco. Enquanto este território não estiver completamente aberto à opinião pública mundial a Indonésia não terá credibilidade nesta matéria".* E termina dizendo: *"É urgentemente necessário que as Nações Unidas tomem medidas para que cessem estas violações graves e massivas dos direitos humanos em Timor-Leste".*

A Indonésia utilizou o seu "direito de resposta" para refutar as acusações feitas, declarando uma vez mais que o povo de Timor-Leste tinha já exercido o seu direito à autodeterminação ao escolher a integração na Indonésia e que o que motivara certas delegações e ONG era apenas o desejo de molestar a Indonésia.

(→P.10)



SEM PREVENIR AS INTERESSADAS

ESTERILIZAÇÃO FORÇADA DE MULHERES EM TIMOR-LESTE

Medicamentos anticoncepcionais ainda em fase experimental estão a ser testados em mulheres de Timor-Leste, refere um comunicado do Grupo a Paz é Possível em Timor Leste.

Mulheres de Timor são esterilizadas

• Igreja Católica acusa a Indonésia

Indonésios utilizam timorenses como cobaias

As autoridades indonésias de ocupação de Timor Leste estão a utilizar as mulheres timorenses como cobaias de experiências com medicamentos anti-concepcionais que ainda estão a ser testados.

A informação é divulgada por um comunicado emitido em Lisboa pelo grupo «A paz é possível em Timor Leste». O documento cita uma carta pastoral sobre planeamento familiar da autoria de monsenhor Belo, bispo de Timor.

O POVO MAUBERE É MERA COBAIA NO PLANEAMENTO FAMILIAR

CONDENADO O PROGRAMA IMPOSTO PELA INDONÉSIA EM TIMOR

Crítica ao planeamento familiar imposto pela Indonésia a Timor

O GRUPO A Paz É Possível em Timor-Leste acusou as autoridades governamentais indonesias de «falta de seriedade» na aplicação do novo metodo de planeamento familiar a população timorense.

Em comunicado ontem divulgado, aquele grupo explica que 31,7 por cento das mulheres timorenses praticam o controlo de nascimentos através de injecções. No entanto, continua o comunicado, só agora a Organização Mundial de Saúde anunciou a primeira experiência humana de vacinas para o controlo da natalidade.

Deste modo, e afirmando ignorar «se a vacina agora testada na Austrália e anunciada pela OMS tem a mesma composição que as injecções indonesias utilizadas em Timor-Leste», o grupo A Paz É Possível em Timor-Leste salienta que a apresentação feita pela OMS das experiências australianas como sendo as primeiras a nível mundial «não abona a favor da prática indonesia» naquele território ocupado...

A O.M.S. ANUNCIA PRIMEIRA VACINA PARA CONTROLO DOS NASCIMENTOS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou em 17 de Fevereiro a primeira experiência humana de vacinas para o controlo dos nascimentos. Trinta mulheres ofereceram-se para esta primeira experiência a nível mundial de uma vacina sintética para o controlo da natalidade. A experiência, que começou em Adelaide (Austrália), em Fevereiro de 1986, é conduzida pelo Centro Médico Flinders com a colaboração da OMS. A OMS refere que, se as experiências forem satisfatórias, a vacina poderá ser utilizável para meados da década de 1990.

Este anúncio da OMS vem confirmar as preocupações manifestadas acerca do Programa de Planeamento Familiar que a Indonésia está a promover em Timor. Lembramos as declarações do Director do Centro de Planeamento Familiar de Dili, doutor Gorde, quando em Abril de 1985 afirmava que 31,7% das mulheres timorenses praticando o controlo de nascimentos já utilizavam 'injecções' como método de planeamento familiar.

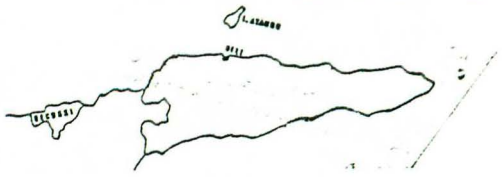
Ignoramos se a vacina agora testada na Austrália tem a mesma composição que as injecções indonésias utilizadas em Timor-Leste. Notamos somente que a OMS, ao apresentar as experiências australianas como sendo as primeiras a nível mundial, não abona a favor da prática indonésia em Timor.

Notamos também o contraste entre a prudência da OMS, que considera ser preciso esperar cerca de dez anos, se as experiências forem satisfatórias, para que a vacina seja utilizável, e a utilização já em curso pela Indonésia.

Essa diferença de critérios mostra, no mínimo, a falta de seriedade dos médicos e das autoridades governamentais indonésias na aplicação do novo método e, no máximo, uma vontade deliberada de tratar a população timorense como cobaia.

A primeira vantagem, citada pela OMS, deste novo método de controlo da natalidade reside na sua simplicidade de aplicação, essa vantagem podendo ser também o seu maior inconveniente: tornar possível a imposição desta vacina a mulheres que não deram o seu consentimento ou que nem tiveram conhecimento do tipo de vacina que lhes está a ser ministrado. As acusações feitas por Mons. Belo numa carta pastoral de Março de 1985 (v. Bol. nº 13) mostram que esta prática é já corrente em Timor-Leste e poderá sê-lo amanhã com outros governos ou médicos sem escrúpulos.

→



PEQUENAS NOTÍCIAS DE TIMOR

* Um novo Batalhão, incluindo uma Compa - nhia de Artilharia Pesada, chegou a Timor-Leste vindo de BOGOR (Java).

* Outro Batalhão foi colocado em LACLÓ, região de ATSABE, próximo da cordilheira dos montes Ramelau. Ignora-se se a sua função é de impedir os contactos entre a resistência armada e a população rendida de Atsabe, ou mesmo de preparar um ataque à Companhia da Fretilin que actua nesta zona.

* Os postos de vigilância indonésios foram reforçados em toda a região de ERMERA.

* Em DILI só os militares indonésios e os polícias são autorizados a circular nas ruas depois das 19 horas. Durante o dia realizam-se periódicamente controlos de identidade.

→

* LAMBERTO XIMENES, ferido e capturado em Julho de 84 na região de Lospalos e condenado a 9 anos de prisão, desapareceu da prisão da Comarca (Dili) em Agosto.

* PAULO RODRIGUES, retirado por militares indonésios da prisão da Comarca (Dili) em Março de 84, encontrar-se-ia na prisão de KUPANG (Timor indonésio).

* Dos 16 presos retirados da Comarca na mesma época não há motícias:

1. Claudio Ferreira
2. Augusto Porfírio
3. João Aleixo
4. Laurindo Tilman
5. Manuel Augusto Camacho
6. João de Carvalho Belo
7. Domingos Mesquita
8. Augusto
9. Rodolfo Cunha
10. Francisco de Deus Barros
11. Joaquim Barreto
12. Humberto Smith
13. Adelino da Costa
14. Paulo Barreto
15. Bernardo Pinto
16. Antônio Bernardo

(→ p.8) COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre desaparecimentos forçados ou involuntários publicou no seu relatório anual a referência de 76 casos concretos de pessoas desaparecidas, cujos dados foram transmitidos ao governo da Indonésia com um pedido de esclarecimento sobre o seu paradeiro. O governo indonésio escusou-se a responder alegando um acordo com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, mas o Grupo de Trabalho não aceitou a resposta e exigiu o esclarecimento pedido. A troca de correspondência prossegue sem que nenhuma das partes altere a sua posição.

Diversos documentos mais recentes sobre a violação dos direitos do homem em Timor-Leste foram distribuídos aos diplomatas presentes, nomeadamente um da Amnistia Internacional e outro de "A Paz É Possível em Timor-Leste", ambos focando a dramática situação dos presos políticos em Timor-Leste, as torturas a que são sujeitos, os desaparecimentos dos detidos e os julgamentos ilegais a que uma pequena minoria tem sido submetida.

últimas

RETIRAR TIMOR-LESTE DA O.N.U.?

O Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio anunciou a intenção do seu país de não discutir o problema de Timor-Leste na Assembleia Geral da ONU deste ano, e de propôr a sua retirada definitiva em 1987.

Perante estas notícias o M.N.E. português emitiu uma nota dizendo que *"não se confirmam"* essas declarações indonésias e que o mandato do Secretário Geral se mantém em vigor.

Um alto funcionário da embaixada portuguesa na ONU, interrogado pelo 'Expresso', afirma que *ninguém estaria interessado em levantar o problema nas Nações Unidas nesta altura em que os contactos (com a Indonésia) prosseguem".*

Como relatamos noutro lugar (v.p.5/6), o mandato do Secretário Geral termina este ano e não debater o problema de Timor-Leste, no quadro favorável desse mandato, é oferecer à Indonésia condições para ela vencer em 1987. Será isso que a diplomacia portuguesa pretende?

em **timor-leste**

a paz é possível

Nº 18 - JANEIRO 1987

NOVA OFENSIVA INDONÉSIA

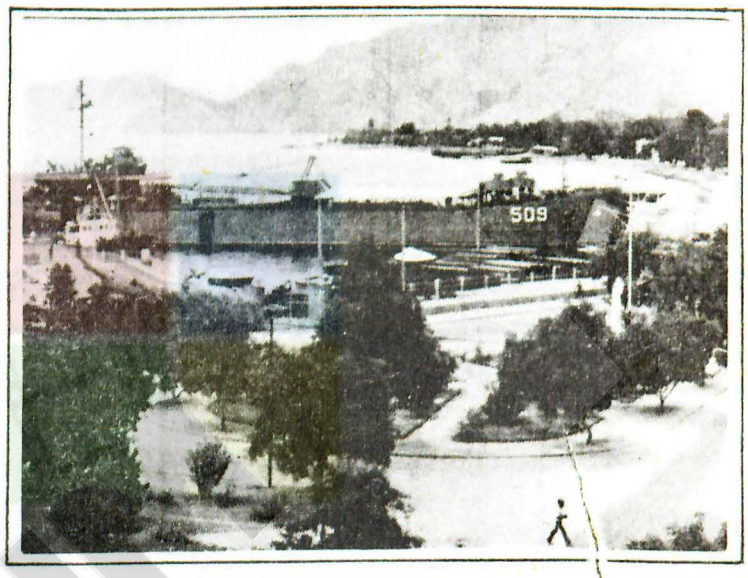
Desde Julho de 1986 as Forças Armadas indonésias têm vindo a lançar novas ofensivas em Timor-Leste. Relatórios vindos do interior referem as operações militares em curso:

"O inimigo aumentou a sua presença militar em Timor-Leste para 50 batalhões, cerca de 40.000 homens. 12 batalhões foram enviados para Viqueque e Lospalos, na ponta Leste, em perseguição do comandante Xanana Gusmão, com bombardeamentos por 4 caças e 2 mini-jactos. Nas áreas de Lospalos e Same, durante o mês de Julho, população e estudantes foram obrigados a participar nas operações militares." (Doc. de 19/9 e 26/9/86).

A nova ofensiva, denominada 'Operasi Kikis' (= Operação Extinção), concentra-se na zona Centro e Leste do território. Estas operações militares coincidem com as recentes notícias de vagas de prisões e desaparecimentos. O caso dos estudantes timorenses presos em Jacarta é o mais conhecido, mas houve muitos outros em todo o território especialmente em Dili e Baucau (80) nas vésperas do 10º aniversário da anexação, em 17 de Julho; cerco e prisão de timorenses numa igreja em Atsabe; massacre de uma aldeia inteira, Fo-Mano, (3/8/86); desaparecimento em 5 e 23 de Agosto de 10 ex-prisioneiros vivendo em Ainaro e Aileu.

As populações civis de Baguia, Quelicai, Baucau e Venilale foram obrigadas a participar numa grande operação de cerco do Monte Matebia para isolar as bases da resistência.

Na zona Centro, a ofensiva tem carácter de clássica operação militar. Seis batalhões e 12 tanques foram enviados para Soibada, Barique, Bubur-Laran e Weberec; 1 batalhão e 6 tanques operam em Maubisse, 4 batalhões em Tibar, a oeste de Dili, 4 em Aipelo, 4 em Bemos, 2 em Areia Branca, 2 em Hera, 2 em Metinaro e 2 em Beban.



Alguns dos recentes destacamentos de tropas desembarcaram em reconditas praias ao longo da costa norte, na baía de Tibar.

Uma carta de 26/9/86 refere que a 5 de Setembro 3 batalhões desembarcaram no cais de Dili, a bordo do "509". Depois, em viaturas militares "deram voltas à cidade numa manifestação para criar o pavor no seio da população tendo, em seguida, partido em direcção às montanhas". O autor faz ainda referência ao facto de "muitas viaturas militares estarem agora a usar a chapa de matrícula das viaturas civis, talvez por causa da presença de estrangeiros em Timor-Leste".

O jornal britânico 'Independent' (6/11 cita fontes diplomáticas ocidentais confirmando que o exército indonésio tem vindo a preparar actividades em Timor-Leste desde há vários meses. Sabe-se igualmente que materiais utilizados nesta ofensiva, aviões caças-bombardeiros, barcos de guerra, tanques e paraquedas, têm sido fornecidos à Indonésia por governos europeus, nomeadamente a Grã-Bretanha e a Suécia (v. pág.13).

Rua de Campolide, 215, 4.º Dto. 1000 Lisboa Portugal

Estas operações militares levadas a cabo pela Indonésia provam que a oposição dos timorenses à ocupação indonésia e a tenacidade da resistência militar no território continuam bem vivas.

RECENTES ACÇÕES DA RESISTÊNCIA

Em Outubro a resistência atacou Viqueque, tendo ocupado a cidade durante 3 dias. 7 soldados indonésios e 4 hansips (timorenses das tropas auxiliares indonésias) morreram no ataque. Foram destruidos 2 veículos militares mas a maioria dos militares indonésios retirou-se para Baucau.

Em Dezembro a resistência lançou um ataque às forças indonésias aquarteladas em Lospalos causando-lhes cerca de 30 perdas e recuperando grande quantidade de material militar e medicamentos. Em 15 de Dezembro fizeram um ataque semelhante a Baucau, a cidade mais importante do território depois de Dili.

"PACIFICAR" TIMOR-LESTE ANTES DAS ELEIÇÕES

A ofensiva militar indonésia aparece, assim, com o objectivo primordial de "limpar o terreno", antes e durante as próximas eleições gerais indonésias em Abril de 87, para acabar com a resistência armada e dissuadir o povo timorense de apoiar ou, simplesmente, manifestar simpatia à resistência. A pacificação de Timor-Leste, ou aterrorização, antes de Abril de 87 é particularmente importante para Jacarta que planeia convidar representantes estrangeiros para observarem as eleições, esperando provar que os timorenses aceitam a integração. □

ESTUDANTES TIMORENSES RETIDOS EM JACARTA

Dois dos três estudantes presos em Jacarta no mês de Setembro, Antonino Gonçalves e João Freitas da Câmara, além de dois outros estudantes, Abílio Sereno e Fernando da Silva, esperam autorização das autoridades indonésias para sair do país. Eis o resumo dos acontecimentos e situação actual dos estudantes:

1. Os três estudantes detidos (os 2 acima citados e Francisco Fernandes de Sousa) foram levados para a cadeia num carro fechado e de olhos vendados. Foram submetidos a trabalhos forçados (escavações, acarretamento de pedras e areia) e foram obrigados a assinar um documento em que negavam ter sido maltratados durante o processo de investigação e interrogatórios.

2. No dia 11 de Outubro os três estudantes foram inesperadamente libertados, sob ameaças, no caso de relatarem como tinha decorrido o período de detenção.

3. Desde então sucederam-se as intimidações e a permanente vigilância por parte da polícia política indonésia.

4. No dia 17 de Outubro os três estudantes e ainda dois outros, Abílio Sereno e Fernando da Silva, foram abordados por um elemento da polícia política que lhes ofereceu passagens gratuitas para regressarem a Dili no dia 22 do mesmo mês, a fim de aí passarem um curto período de férias. Isto em altura de pleno funcionamento das aulas na Universidade.

5. No dia 20 de Outubro 4 dos 5 estudantes citados entraram na Embaixada da Holanda em Jacarta.

6. No dia 22 de Outubro o Ministro dos Negocios Estrangeiros holandês encontrou-se em Jacarta com o seu homólogo indonésio, tendo-lhe este assegurado que as autoridades indonésias se dispunham a conceder os vistos de saída para os quatro estudantes timorenses. Nesse mesmo dia, pressionados e ameaçados por funcionários holandeses da Embaixada e por visitantes indonésios, os estudantes abandonaram a Embaixada.

7. O governo português decidiu, passados alguns dias, conceder aos citados estudantes o passaporte português e responsabilizar-se pelas viagens para Lisboa, pelo que instruíu o governo holandês, representante dos interesses portugueses em Jacarta, nesse sentido.

8. Em meados de Novembro, os quatro estudantes timorenses foram informados pela Embaixada holandesa em Jacarta de que esta já tinha em seu poder os passaportes portugueses. Desde então eles esperam a autorização das autoridades indonésias para sair. Os quatro estudantes mantêm contacto com a Embaixada mas, constantemente pressionados pelas visitas da polícia política, cahamadas telefónicas anónimas e ameaças de morte, encontram-se num estado psicológico de grande ansiedade.

9. Não restam dúvidas de que foi a pronta actuação da comunidade internacional, alertada pela Amnistia Internacional, que lhes poupou a vida. Enquanto centenas de timorenses foram presos durante os últimos meses em Timor-Leste, não se sabendo do seu paradeiro, a prisão destes quatro estudantes em Jacarta deu origem a uma cadeia de protestos, in

(cont. pág.10) →

O 'CATHOLIC RELIEF SERVICE' (CRS) E TIMOR

Ao ser criticada por não abrir o território de Timor-Leste aos organismos de ajuda humanitária, a Indonésia mneciona alguns organismos para provar o contrário:

- O Comité Internacional da Cruz-Vermelha, que tem uma única enfermeira não indonésia na ilha-prisão de Ataúro e efectua missões muito limitadas na ilha de Timor;
- a UNICEF;
- e o Catholic Relief Service (CRS).

O CRS é um organismo americano que depende, essencialmente, da Administração americana e, em proporção reduzida, dos bispos católicos dos EUA. Apesar do seu nome seria, portanto, abusivo considerá-lo quer um organismo católico, quer uma Organização humanitária Não-Governamental.

A actuação do CRS em Timor foi por vezes criticada, particularmente porque os meios postos em prática estariam inadaptados às necessidades das populações locais: a utilização de tractores teria feito passar, subitamente, os camponeses atingidos que não conheciam sequer a charrua, ao uso de meios técnicos que não poderão manter quando o CRS se retirar.

Estas críticas não são inteiramente desprovidas de fundamento, mas as condições especiais de um território ocupado militarmente limitaram a liberdade de acção do CRS e influenciaram algumas das suas escolhas.

PROGRAMA DE URGÊNCIA - 1979/1981

O CRS entrou em Timor-Leste em 1979, três anos depois da invasão indonésia. O primeiro programa, de 1979 a 1981, foi um programa de urgência; desde 1982 desenvolve-se um programa de agricultura. Os directores americanos do CRS residem em Jacarta a 2.500 km de Timor. Na direcção dos programas no local terá, portanto, uma grande importância a personalidade do 'project manager'.

Em 1975-76 a maior parte da população timorense refugiara-se nas montanhas para escapar aos invasores indonésios. Depois de intensas operações militares, bombardeamentos, destruição das culturas (1977-78), esta população foi obrigada a descer e render-se às tropas indonésias que a concentraram em campos especiais onde faltava tudo. O programa de urgência do CRS destinava-se a distribuir alimentos, vestuário, medicamentos, gado... Pouco se sabe sobre este programa que teve como 'project manager' um indonésio. Empregados do CRS, entrevistados em 15 de Março de 1982, descrevem assim as condições pouco habituais em que este organismo aceitava trabalhar em Timor:

"O nossa trabalho era ir ao Kabupaten ou Kecamatan contar o número de famílias. Depois fazíamos o relatório e eram-nos entregues 10 kg de alimentação por pessoa, assim como medicamentos. Devíamos distribuir os géneros alimentares mas, de facto, éramos forçados a entregá-los ao Koramil, posto militar distrital. Eles não permitiriam que distribuíssemos tantos alimentos de uma só vez porque, diziam, seriam dados à Fretilin. Assim, só davam 5 kg. Deviam distribuir os restantes 5 kg mais tarde mas só os davam quando novos mantimentos eram enviados pelo CRS. O resto, diziam, serviram-se para eles próprios ou venderam ou utilizaram como salários para projectos de construção (para os quais o governo já tinha fundos disponíveis) ou trocaram por ovos e galinhas, etc. Sabemos que foram vendidos alimentos pelos militares (TNI) nos seguintes locais - e relatámos isso no gabinete do CRS em Dili - :Maubisse, Ermera, Hatobuilico, Liquiça, Manatuto, Baucau, Lospalos, Suai, Laga.

Os artigos de vestuário eram escolhidos de maneira que a roupa melhor era guardada pelos militares.

Se o trabalhador do CRS protestasse era maltratado e ameaçado com uma pistola: 'deves ser um da Fretilin - eu mato-te...".

Uma pessoa que participou na distribuição de gado afirma que este era dado aos 'liurais' (chefes locais), aos 'hansips' (timorenses incorporados nas tropas auxiliares indonésias), aos funcionários públicos e até aos comandantes militares indonésios. →

PROGRAMA AGRÍCOLA - 1982/1987

O programa começou em Julho de 1982, depois de um longo período de preparação (de Abril 81 a Junho de 82) e devia concluir-se em fim de 1985. Após uma consulta aos camponeses foi decidido prolongá-lo por mais 18 meses, até Junho de 1987.

O projecto agricola, estabelecido na parte ocidental de Timor-Leste, próximo da fronteira indonésia e à beira do mar, estende-se sobre uma superfície de 1200 hectares na junção das ribeiras Loes, Glano e Marobo. Trata-se de terras baixas pertencentes a famílias timorenses. No tempo da colonização portuguesa fora eleborado um vasto plano de desenvolvimento agrícola, do qual resta um começo de canal de irrigação feito em cimento, com apenas 200 metros de comprimento.

Os agricultores que trabalham com o CRS são cerca de 1500. Incluindo as respectivas famílias e pessoas a cargo, serão cerca de 13.000 a 15.000 pessoas directamente envolvidas pelo projecto.

O projecto teve como primeiro responsável um suiço , HANS MAIER, que já tinha trabalhado em Sumatra (Indonésia). Hoje é um cidadão holandês, nascido na Indonésia, que dirige o CRS em Timor, tendo antes chefiado um projecto agrícola em Sumba.

ENTRE A PLANÍCIE E OS MONTES

A população da zona de intervenção do CRS viveu sempre na montanha onde se encontram, aliás, as casas se residência das famílias. É na montanha que têm as suas plantações de café e os campos de milho e legumes. A planície não era habitada em permanência devido às condições de insalubridade sobretudo durante a estação húmida (malária). As terras da planície, contudo, foram divididas entre as aldeias e, depois, entre as famílias, sendo trabalhadas para a cultura do arrôz. Chegado o tempo de preparar as terras, o sector da população que se dedica a essa actividade deixa a montanha e vem instalar-se no vale durante o tempo necessário a esses trabalhos.

NAS MONTANHAS

Depois da invasão o exército indonésio quis estabelecer aldeias estratégicas na planície para controlar mais fácilmente a população. Esta opôs-se violentamente a essas tentativas e os indonésios acabaram por renunciar à ideia. Um dos elementos determinantes na mudança de opinião das forças de ocupação pode, no entanto, ter sido ... o café!

Para além das plantações particulares de café existia nos montes uma importante "Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho" cujo administrador português fez o jogo indonésio quando as tropas indonésias chegaram. Este administrador vive ainda hoje em Dili, sendo as plantações de café da "Sociedade" exploradas por uma empresa indonésia, a PT Denok.

Se a população tivesse sido concentrada nas aldeias estratégicas na planície teria sido impossível, ou pelo menos muito difícil, manter a cultura do café. Ora, a PT Denok é a principal empresa comercial que opera em Timor-Leste e conta, entre os seus accionários, altas autoridades militares do regime.

A zona atribuída ao CRS para o seu projecto agrícola foi a terra da planície mas, como acabamos de ver, dado que a população da planície e da montanha é a mesma, era normal que a actividade do CRS se estendesse também à montanha. À montanha sim, mas não ao café, que a PT Denok cosiderava ser propriedade sua! O CRS interessou-se, então, pelas hortas.

AS HORTAS

A horta tradicional timorense produzia mandioca, feijão, abóbora, batata doce... tudo de maneira um pouco empírica: semeava-se e deixava-se crescer o que crescesse. O CRS introduziu novas espécies (cebolas...) e sementes importadas do Japão; mas também novas técnicas, em particular na criação de terraços nas encostas da montanha.

O CAFÉ

Ainda que o CRS nunca tenha querido interferir na cultura do café, de que a PT Denok detém o monopólio da comercialização para todo o território de Timor-Leste, é ao café que se devem as suas principais dificuldades com as autoridades indonésias. Desde o tempo da colonização portuguesa o café de Timor é reputado e constituiu a principal riqueza da colónia. Segundo os dados fornecidos pelos indonésios para 1986 o café é a única exportação significativa de Timor-Leste: 6.000 toneladas, representando 2% da produção total indonésia.

Esta produção provém de grandes plantações mas também de numerosos pequenos produtores, dando lugar nos dois casos a uma exploração escandalosa.

Toda a produção deve ser vendida à PT Denok, a única empresa que pode comercializar o café tanto no interior de Timor como para exportação. Os preços fixados pela PT Denok correspondem a cerca de 1/3 do preço praticado nas províncias indonésias, sendo reconhecida a qualidade do café de Timor.

Chegada a época da colheita do café, a PT Denok obriga a maioria dos homens válidos a fazê-la nas grandes plantações que ela explora. O trabalho é muito mal remunerado: as 25 rupias pagas por cada kg de café colhido e transportado até aos longínquos armazéns na planície não permitem ganhar mais do que cerca de metade do salário normal de um trabalhador.

Hans Maier, o primeiro 'project manager', cuidadoso em evitar qualquer problema com as autoridades, nunca interveio nestes problemas. No entanto, quando o recrutamento obrigatório para a colheita do café desorganizou os próprios serviços do CRS, Hans Maier foi queixar-se às autoridades civis e militares de Ermera, a aldeia vizinha e,mais tarde, ao próprio Governador da Província, Mário Carrascalão. Obteve, assim, que os camponeses que trabalham com o CRS fossem dispensados da colheita do café mas, a partir desse dia, os militares começaram a molestar os funcionários timorenses do CRS, acusados de serem comunistas.

Quanto a Hans Maier recebeu uma encomenda de ópio proveniente de Sumatra, onde ele estivera antes de ir para Timor. As autoridades acusaram-no de tráfico de droga, ameaçando julgá-lo e condená-lo se não abandonasse rápidamente Timor e a Indonésia. Hans Maier considerou que não valia a pena esperar justiça dos tribunais indonésios e deixou o país.

NA PLANÍCIE

O essencial do programa agrícola do CRS situa-se na planície. Esta já era cultivada antes da invasão indonésia. Na estação das chuvas crescem nas terras húmidas ervas altas, que chegam a atingir 6 e 7 metros de altura. Estas ervas devem ser destruídas e incorporadas à terra para a fertilizar antes de nela se deitarem as sementes do arrôz. Tradicionalmente os camponeses timorenses utilizavam para esta preparação da terra os rebanhos de búfalos, que calcavam as ervas e a terra molhada. Antes da invasão existiam nesta zona 7.500 cabeças de gado, as famílias que não possuiam animais em quantidade suficiente podiam recorrer aos rebanhos dos criadores de gado das regiões vizinhas mas esse recurso podia ser a ruína:quem emprestava o gado exigia até metade da produção, tornada possível pelo trabalho dos seus animais.

Com a invasão o gado foi morto ou roubado pelos invasores.

Quando o CRS se instalou na zona em 1981, a solução considerada mais normal para obviar à falta de gado foi a introdução de tractores. Estes (26 últimamente) pertencem ao CRS, que formou e paga os tractoristas.

Foi esta intervenção do CRS que tornou possível o retomar da actividade agrícola na planície, depois do desaparecimento dos rebanhos de búfalos. Os camponeses podem vender o seu arrôz quando e como querem mas a ausência de meios para a sua comercialização coloca-os na dependência dos comerciantes de Ermera, a vila mais próxima, que vêm comprar o produto ao local. Os camponeses estão neste ponto, como no da produção, em posição de inferioridade em relação aos camponeses indonésios da aldeia de transmigração de TONOBI-BI (v. quadro) onde uma empresa indonésia, DOLOG, construiu um armazém e que comercializa o arrôz com destino à administração e ao exército.

Os tractores postos à disposição dos camponeses da planície de Loes pelo CRS, assim como as ajudas à horticultura e, mais recentemente, a piscicultura, transformaram a zona do programa agrícola do CRS numa ilha de prosperidade no contexto timorense. A guerrilha existia na região quando o CRS nela se implantou mas os seus chefes locais, que eram eles próprios camponeses, regressaram às suas actividades agrícolas depois de terem obtido das autoridades regionais a garantia de que não seriam perseguidos. O CRS funcionou como elemento de apaziguamento mas tudo poderá ser posto em causa quando o CRS se retirar.

Em 1985, antes do programa chegar ao fim, os camponeses pediram a sua prolongação por 5 anos. As autoridades indonésias já tinham anunciado a retirada do CRS mas chegou-se a um acordo para uma prolongação de 18 meses, devendo o programa terminar em meados de 87.

Desde 1984 o problema da retirada do CRS tem causado grandes temores entre os camponeses devido à situação política que vive Timor-Leste. Já no período do responsável suiço Hans Maier foi pensada a hipótese de constituição de uma cooperativa de agricultores ou um organismo não-governamental especial, no qual se chegou a pensar fazer participar o Governador da Província, o timoren

TONOBIBI

A aldeia de Tonobibi foi criada em 1982 na planície perto de Malia - na, próximo da fronteira. Às 50 famí lias de camponeses vindos da ilha de Bali foram associadas 10 famílias ti morenses. A empresa teve um apoio im portante do Estado e devia servir de aldeia-modelo. De facto, as ajudas permitiram fazer dela um modelo ini- mitável dado que nenhuma aldeia timo rense goza dos apoios fornecidos a Tonobibi. Nas terras bem irrigadas de Tonobibi os transmigrantes prati- cam 2 colheitas anuais: prática im - possível nas terras não irrigadas dos arredores. A cooperação da empre sa indonésia DOLOG e a prioridade da da na comercialização do arrôz refor çam os privilégios desta aldeia que, pela sua composição étnica diferente tende, aliás, a fechar-se sobre si própria.

→

se Mário Carrascalão, e a Igreja católica, de Timor e da Indonésia, para reconhecer a este organismo um certo peso diante das au toridades indonésias. Esta solução não ob- teve o acordo de todos os interessados e o debate prossegue ao nível do CRS na Indoné sia,como entre os camponeses e funcionári- os timorenses do CRS.

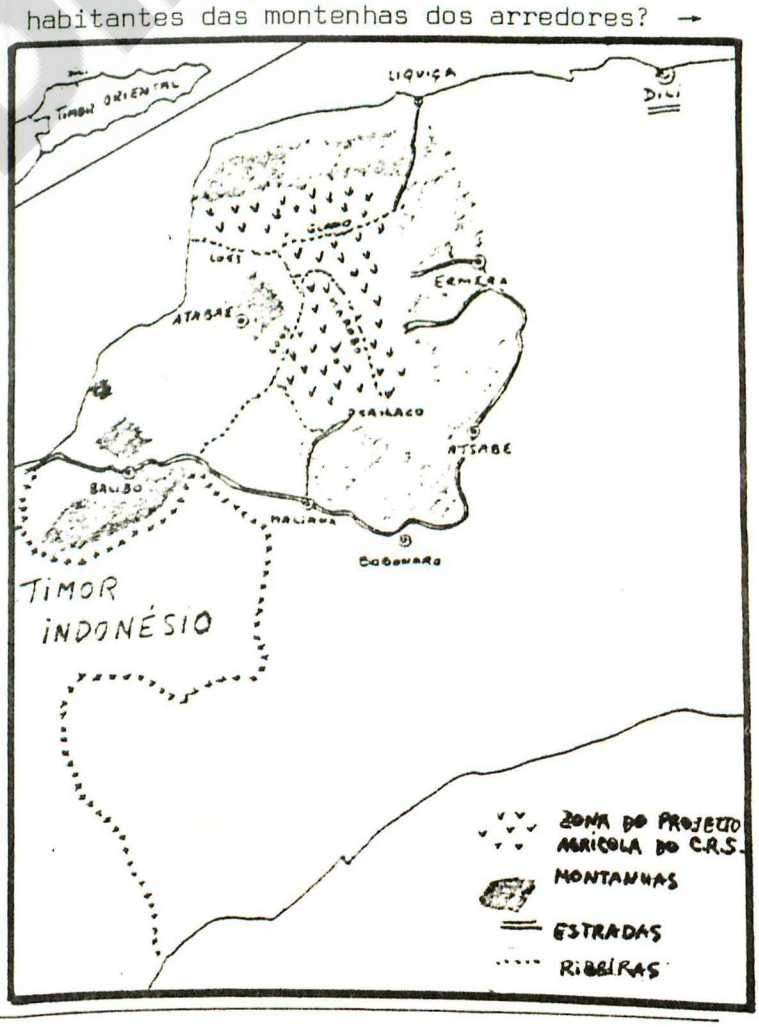
Ainda em 1984, para encorajar os campo- neses a procurar soluções alternativas, o serviço dos tractores que tinha sido gra - tuito em 1982 e 83 passou a ser pago. A quantia de 30.000 rupias indonésias pagas pelo camponês do CRS pela preparação de um hectare de terra era de novo depositada pe lo CRS numa conta aberta em nome do campo- nês e destinada exclusivamente à compra de máquinas agrícolas. O CRS favoreceu, no en tanto, a introdução de charruas de tracção animal,dado que a manutenção dos tractores pelos camponeses após a retirada do CRS pa recia fora do seu alcance, mesmo sendo as sumida colectivamente.Tentou-se, assim, a experiência com as charruas que não deu os resultados esperados devido às fortes raí- zes das ervas a destruir.

O CRS,tendo compreendido que tanto os tractores como até a tracção animal não respondiam às necessidades concretas da si tuação após a sua partida, decidiu recente mente retressar aos métodos tradicionais timorenses da utilização dos búfalos para lavrar a terra. Em Julho de 1986 introdu - ziu 600 cabeças de gado, mas os estudos efec tuados indicam que o número necessário seroa de 7200. Não parece possível reconstituir es se rebanho até Junho de 1987.

Se os agricultores devem recorrer a outra entidade que não seja o CRS, para o serviço dos tractores ou o gado, depressa se cobri- rão de dívidas. Ser-lhes-á difícil, igualmen te, assegurar a complexidade das tarefas de senvolvidas actualmente pelo CRS: como poderão, por exemplo, manter os contactos com os fornecedores japoneses se a censura impede todos os contactos dos timorenses com o es- trangeiro? Todas estas dificuldades poderão servir de pretexto às sociedades indonésias, aos militares e ao governo para intervirem directamente.

A partida do CRS em Junho de 1987 é, as- sim, considerada pelos camponeses timorenses da planície de Loes como uma verdadeira amea ça sobretudo tendo em conta que, ainda que as terras pertençam,desde há muito,a famíli- as em regime de propriedade privada, nunca foram atribuidos (excepto num caso) títulos de propriedade. Os esforços desenvolvidos pe lo CRS e os camponeses no sentido de obter a medição das propriedades e seus títulos con- seguiram alguns resultados: foram tiradas me didas... mas os títulos ainda não foram dis- tribuídos!

Que futuro para a planície de Loes e os habitantes das montenhas dos arredores? →



P U R G O A - UM CAMPO DE DEPORTAÇÃO NAS TERRAS DO CRS

Em 1982, para aliviar as pressões internacionais que começavam a sentir devido aos milhares de deportados políticos da ilha da Ataúro, os militares indonésios quiseram deslocar uma parte deles para novos campos na ilha de Timor. Um dos lugares escolhidos foi a confluência das ribeiras Glano e Marobo, na zona recentemente confiada ao projecto agrícola do CRS. Dado que as terras escolhidas já tinham sido preparadas para a cultura do arrôz, Hans Maier, 'project manager' na altura, opôs-se à implantação prevista e o campo foi instalado mais ao sul, entre as ribeiras Loes e Marobo - trata-se do campo de Purgoa, a norte de Cailaco. Nele encontram-se 650 deportados políticos originários da zona leste, muitos dos quais estão separados das suas famílias desde 1980-1981, não podendo sequer receber visitas.

Estando o campo instalado na zona confiada ao CRS, este começou a trabalhar com os deportados de Purgoa tal como fazia com todos os outros habitantes da região, mas foi obrigado pelas autoridades a suspender essa colaboração.

Com o tempo o rigor policial do campo de Purgoa atenuou-se e alguns deportados obtiveram salvos-condutos para se deslocarem aos mercados das redondezas. Contudo, em 1985, uma mulher que fora ao mercado de Maliana, atrasou-se e não pôde regressar no mesmo dia. Quando se apresentou em Purgoa no dia seguinte foi violentamente maltratada. O caso provocou um escândalo que chegou até ao governador de Dili. A situação melhorou em seguida e alguns deportados conseguiram mesmo obter salvos-condutos para irem até Dili.

As autoridades continuam, 5 ou 6 anos após a deportação, a opôr-se ao repatriamento dos interessados para às suas zonas de origem. Tal como o fazem com a maioria dos deportados e ex-deportados de Ataúro, as autoridades indonésias pretendem que são os próprios prisioneiros que rejeitam a ideia do regresso devido às condições de insegurança. Mas, enquanto que para os indonésios a insegurança viria de pretensas represálias das populações timorenses contra familiares ou simpatizantes dos guerrilheiros, para os deportados a insegurança viria do próprio exército indonésio.

Ainda que o CRS seja completamente mudo, tanto sobre a sua acção como sobre casos semelhantes ao de Purgoa, a sua presença tão-só já é sentida como uma protecção. □

CARTA DO INTERIOR

"A intimidação é exercida contra o bispo de Dili. Ele é vigiado noite e dia. Quem passa em Lecidere pode aperceber-se do vergonhoso espectáculo: indivíduos mal dissimulados, dois a dois ou isolados, vigiam. O luxo de vigilância ao bispo chega a exibir a presença do oficial superior a controlar e supervisionar a montagem...

"Dez anos depois"...está tudo por fazer! Ninguém aceita a anexação. É necessário o terror a todos os níveis: desde o humilde varredor ao bispo. São vigiadas portas e janelas da casa do bispo. Toda a gente o sabe em Dili; por isso o povo tem medo de visitar o bispo e ir desabafar com ele. São controladas as portas, as janelas, e as conversas do bispo. E se chega um hóspede a visitá-lo, tem de funcionar a sofisticada aparelhagem de escuta e espionagem...

"É tema assente que desde 1975 o bispo é um problema. Perante os governantes invasores ele cede, fraqueja, condescende. Mas chega a um ponto que não aguenta e...fala. Falou D.José, falou D.Martinho ...e tiveram de sair!

"Porém, nenhum como o bispo actual foi submetido a tanta degradação e chantagem. Várias vezes o desconsideraram a título ou em forma de o desmentirem ou pressionando a que se desminta. Como se um bispo de Dili pudesse ignorar as brutalidades incessantes e desmedidas do exército regular indonésio em Timor-Leste, quer directamente quer pelas forças militarizadas sob as suas ordens. →

"Os jornais informaram-nos como o bispo de Dili aparecia como a pôr em dúvida afirmações que teria feito, ou assuntos de cartas suas a D.Martinho. Recentemente, consta de fontes indonésias que o bispo de Dili está submetido a ameaçadora intimidação para o forçar a retirar um protesto por ele apresentado contra brutalidades do exército indonésio.

"O episódio que deu lugar ao protesto e denúncia do bispo foi a agressão de um militar indonésio na estrada de Lospalos contra um padre católico de nacionalidade belga, salesiano. O dito padre foi esbofeteado em público pelo indonésio quando pretendia explicar-se e defender um auxiliar da missão católica salesiana de Lospalos. Alguém no momento clamou para o indonésio dizendo que aquele era o padre... Mas o padre salesiano belga foi agredido, mesmo assim.

"O bispo protestou públicamente em Dili na concorrida missa dominical. Em seguida se soube em Dili, dos próprios militares indonésios, que estes estavam mais furiosos do que nunca, pois o bispo enviara o seu protesto e denúncia para as autoridades superiores dos ocupantes, e para o exterior.

"É neste ambiente que dizem situar-se a ameaçadora pressão para que o bispo retire o seu protesto e, mais uma vez, se desminta a si mesmo públicamente...".

(Carta de Timor-Leste, chegada a Lisboa em fim de Outubro, não datada).□

TIMOR E A SUA IGREJA

VISTOS POR UM INDONÉSIO

Este documento foi escrito por um membro da Igreja católica da Indonésia para explicar à sua Igreja a atitude da Igreja de TImor-Leste.

Publicamos na íntegra este documento já que as diversas opiniões nele formuladas se esclarecem mútuamente.

O autor parece sincero na sua compaixão pelo povo timorense (quanto ao relato dos factos o seu testemunho não difere muito dos que saiem de Timor) mas, ao mesmo tempo ele é profundamente indonésio: procura atenuar as causas e efeitos de violações tão graves e tão extensas como as que descreve.

Embora condene as violações, o autor não põe em causa o envio de tropas indonésias nem as acções da polícia política (Intel), apresentando razões que não critica. Ele vai ao ponto de reconhecer num novo adiamento da questão de Timor na ONU uma oportunidade para o seu governo de acabar com a Fretilin.

Apesar de toda a sua simpatia pela Igreja de Timor e a atenção, que diz ser a da Igreja indonésia, perguntamo-nos se esta Igreja não terá tendência, tal como o Estado, a impôr os seus pontos de vista à Igreja e ao povo de Timor-Leste. Dever-se-á interpretar nesse sentido a referência feita à dependência do Vaticano? Não será exagerado considerar que isso dificulta o desenvolvimento da Igreja, enquanto em 10 anos o número de católicos passou de 30% para 80% da população total?

NB - O documento original em indonésio encontra-se disponível, a pedido.

"CONHECER UM POUCO TIMOR-LESTE
especialmente
A IGREJA DE TIMOR-LESTE na sua luta.

"Timor é uma ilha situada a leste do arquipélago da Indonésia. A ilha de Timor está dividida em duas partes: Timor Ocidental que já era parte integrante da Indonésia e Timor-Leste, ex-colónia portuguesa, cuja integração na Indonésia se está processando. Contudo este processo de integração está criando alguns problemas de ordem política e cultural. Como estes problemas abrangem toda a parte oriental de Timor, é óbvio que se façam sentir sobre a população que constitui a Igreja de Timor-Leste.

"Falando sobre raças, existem os timorenses nativos, os portugueses e os mestiços. Até ao tempo da guerra de integração existia, durante o regime português, uma certa classe à qual eram concedidas certas prioridades.

"Por exemplo:aos descendentes de régulos e outras pessoas com posições privilegiadas tanto no governo como na Igreja eram-lhes concedidas todas as oportunidades e regalias relativas ao ensino(mesmo no estrangeiro: Macau, Portugal e Austrália).

"Durante o regime português havia como uma mistura do poder do governo com o poder da Igreja, que por vezes se equiparavam.

"Antes da guerra o povo de Timor-Leste estava dividido em 3 partidos: 1. UDT
2. APODETI
3. FRETILIN

"Uma família podia estar dividida por causa destes partidos. Por exemplo, o pai podia ser simpatizante da UDT enquanto o filho podia ser seguidor da APODETI, ou vice-versa.

"Antes da entrada das tropas indonésias já em Timor havia guerra entre os três partidos. Esta guerra civil era um campo fértil para a infiltração das ideias do PKI (Partido Comunista Indonésio) e, como a Indonésia queria proteger Timor-Leste destas infiltrações do PKI, para lá enviou alguns batalhões das suas Forças Armadas para pôr fim àquela situação.

"Entre 1974/1976 a guerra tornou-se mais feroz até que 2 dos 3 partidos (UDT e APODETI) se uniram com as forças indonésias enquanto a FRETILIN lutava por uma independência. A guerra entre estes três partidos é na realidade uma guerra civil, uma guerra entre famílias, agravada depois com a entrada das forças indonésias que, com as suas atrocidades e atitudes menos dignas que não condizem com a Pancasila, provocam problemas contribuindo assim para o sofrimento e pobreza do povo e da Igreja. Nem todos os soldados enviados a Timor-Leste querem ajudar o povo, e também nem todos são honestos nos seus serviços. Dizemos isto porque há muitos soldados que roubam as riquezas da população, extorquem as pertenças da Igreja e colégios femininos e até chegam à pratica de actos imorais (violação de raparigas, viúvas naturais de Timor), abandonando depois às vítimas irresponsávelmente.

"A situação da Igreja em Timor é agora motivo de muita preocupação por parte da Igreja indonésia. As arbitrariedades e actos discricionários exibidos pelos soldados indonésios, destituídos de tacto e de sentido de aproximação, fizeram que muitas individualidades do governo e da Igreja fugissem para Portugal.

"Os soldados indonésios, por não saberem comunicar com o povo em tétum (língua/dialecto de Timor) ou em português, prendem, encarceram, torturam, roubam e queimam as casas do povo. Estas atitudes ferem bem fundo no coração da população. Muitos experimentaram na própria carne estas torturas e muitos outros viram com os seus próprios olhos como os seus pais foram mortos, suas mães aprisionadas, seus irmãos torturados, o que contribuiu para que vivessem sempre em ambiente de grande e profunda depressão mental.

"É por isso que os timorenses sempre viram os indonésios como novos colonialistas. Esta opinião também é perfilhada pelos clero de Timor até agora.

"De facto, há muitos funcionários civis indonésios que chegam a Timor com o único objectivo de se enriquecerem através das práticas de crorrupção, de modo que a maioria dos timorenses receia aproximar-se deles e com eles trabalhar por desconfiarem das suas intenções.

"Muitas terras do povo, casas das missões, são utilizadas como base ou quartel dos soldados e algumas plantações de café da diocese foram confiscadas pelo governo. Também foram abatidos cafézais para aí se construirem estradas ou postos militares, não concedendo o governo indemnizações por essas plantações. É difícil a comunicação entre as pessoas porquanto o povo não sabe a língua indonésia e, em contrapartida, os soldados e os funcionários indonésios não procuraram conhecer o dialecto de Timor.

"As cerimónias religiosas são geralmente dificultadas pelas autoridades militares, na maior parte das vezes apenas porque eles precisam de dinheiro. É por causa desta situação de instabilidade que todas as actividades, quer escolares, quer paroquiais, ou ainda religiosas, requerem sempre a presença da INTEL e que todas as conversas são sempre gravadas. Todo este controlo e segurança faz a população sentir-se ameaçada e perseguida pelo medo. O medo é ainda maior quando os alunos da escola preparatória e do liceu são levados sem prestar nenhuma informação aos responsáveis (director da escola ou chefe da povoação) e presos sem nenhum motivo. Estas atitudes discricionárias,além de prejudicarem os alunos, assustam os pais e desiludem a Igreja local.

"Porém a conjuntura actual de Timor apresenta uma enorme dificuldade para aqueles que queiram diferenciar o político di religioso. A esmagadora maioria da população de Timor é católica, embora o conhecimento da sua religião seja insuficiente - o que não diminui o fervor e devoção com que participam nas cerimónias religiosas - demonstrando nas suas conversas e atitudes uma honestidade e transparência extraordinárias.

"Mostremos um exemplo: eles só praticam a corrupção, desviam,e usam contraceptivos e drogas depois da chegada dos indonésios, isto é, durante a guerra que agora se desenrola em Timor.

"Por isso, pode dizer-se que a situação desta interminável guerra causou grandes estragos materiais e espirituais, sendo um dos prejuízos espirituais precisamente a erosão moral (especialmente a moral cristã). A Igreja está continuamente lutando,com o objectivo de restaurar o espírito cristão, o que atestam os programas e actividades que estão sendo levados a efeito nas escolas católicas e igrejas. Portanto não nos admiramos se a situação da Igreja em Timor ainda não se escontra totalmente estabilizada, e por vezes mesmo flutuante devido a várias interferências.

"As cerimónias religiosas ainda usam o ritual antigo (para a Indonésia) porque o desenvolvimento da liturgia e os serviços da igreja estão sob directa jurisdição de Roma. Por isso é difícil efectuarem-se mudanças ou envolver missionários indonésios em termos de evangelização. Neste sentido, até agora a Igreja ainda está fechada sobre si mesma dificultando, portanto, o seu desenvolvimento e a sua própria missão.

"A liturgia e outras funções religiosas e morais são tarefas do bispo e seus missionários. Contudo, se atendermos à realidade, veremos que a guerra provocou a fuga de muitos padres e madres para Portugal ou Austrália, restando em todo o Timor apenas 35 missionários, cerca de 40 religiosas e mais ou menos 20 religiosas provenientes da Indonésia. No entanto, nem todos estão de perfeita saúde. As cicatrizes da guerra contra a Fretilin ainda se fazem sentir em muitos padres que foram maltratados pela Fretilin.

"O Vigário Geral adoeceu em fins de Abril de 1984 e por isso a sua paróquia foi interinamente entregue a outro que também tinha muito que fazer. O Chanceler que acumulava a função de Director da Educação e a de Presidente do Conselho Pastoral está hospitalizado no hospital Carolus em Jacarta, devido à doença do coração e dos rins, agravada com outras complicações, e teve de ser substituído. É muito defícil encontrar-se um substituto para ele, dado que acumulava vários postos e também porque os outros padres já têm as suas funções como párocos, directores de escolas, responsáveis pelos orfanatos e, além disso, estão colocados no interior.

"É sensivelmente grande o esforço quando se celebram os grandes dias da Igreja (como Natal e Páscoa) e nestes dias os padres não têm descanso : trata-se de atender os fiéis na confissão, baptisar, celebrar casamentos.

"Tudo isto é apenas um esboço da situação da Igreja em Timor que, até ao presente momento, constitui motivo de preocupação da Igreja indonésia. A integração de Timor na Indonésia não é oficialmente reconhecida. Na verdade, este mês de Maio de 1984 coincide com as decisões da ONU sobre este caso. Contudo, ao governo indonésio é dada mais uma oportunidade de um ano para acabar com a Fretilin que, até ao presente, ainda não foi totalmente eliminada. Porque os adeptos da Fretilin na vida real são católicos (os seus líderes foram até seminaristas) a Igreja de Timor sempre se esforçou no sentido de proteger as suas vidas e a sua fé.

"Outros pormenores específicos dos serviços religiosos da Igreja de Timor: na comunhão a hóstia é recebida na língua; os fiéis têm de deslocar-se à paróquia ou à igreja mais próximas; devoção profunda à Virgem Maria e aos santos; procissões com o rosário; adoração do Santíssimo Sacramento e veneração dos objectos religiosos através do beijo. Além disso os cristãos ainda beijam as mãos do bispo, dos padres, religiosas, como meio de expressarem a seu respeito e pedirem a benção. Há ainda muitas tradições interessantes."

SUPRATMAN - 14/5/1984 □

(ESTUDANTES TIMORENSES - cont. pág. 7)

cluindo uma manifestação de funcionários da CEE junto da Embaixada indonésia,em Bruxelas e, por parte das Embaixadas da Austrália e dos Estados da América, da sua preocupação quanto ao caso.

10. É necessário continuar a pressionar os governos holandês e indonésio para que a situação, que ainda apresenta riscos, não se arraste. □



FICHA TÉCNICA

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE - Boletim

Director interino - José Manuel P. Almeida
Sede - R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Periodicidade - bimestral
Preço deste nº - 20$00
Assinatura por 6 nºs - 150$00
Tiragem - 1.000 ex.
Composto e montado na R.de Campolide, 215, 4º D 1000 Lisboa
Impresso na Associação 'O NINHO'
R.Actor Taborda, 30, 3º D 1000 Lisboa

TIMOR-LESTE NA DIPLOMACIA INTERNACIONAL

A posição de Portugal continua a ser importante dado que ainda é considerado pela ONU como potência administrante legítima da antiga colónia que não pôde auto-determinar-se devido à ocupação militar pela Indonésia.

POSIÇÃO DE PORTUGAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mário Soares, desde que é Presidente da República, ao contrário da sua falta de interesse pela questão enquanto era Primeiro Ministro, não tem perdido quase nenhuma ocasião de levantar o problema de Timor-Leste nos seus contactos oficiais com outros Presidentes ou chefes de governos.

Assim, ele abordou a questão com o Presidente francês, F. Mitterand, antes e depois da viagem que este efectuou à Indonésia mas, segundo parece, sem nenhum resultado.

Com os reis da Suécia, em visita a Portugal, a sua intervenção terá produzido mais efeitos e sido responsável, em parte, pelo escândalo surgido acerca da venda de armas suecas à Indonésia com a consequente demissão do Ministro do Comércio Externo.

Poucos resultados terá obtido, pelo contrário, a sua intervenção junto de M. Thatcher, então Presidente da CEE, a quem Mário Soares pediu a solidariedade da CEE na questão de Timor-Leste e a quem comunicou a decisão, já anunciada, de Portugal não participar na reunião CEE-ASEAN, em Jacarta (ver 'CEE e Timor', pág. 13). Por ocasião desta visita à Grã-Bretanha, M. Soares encontrou-se com Lord Avebury, presidente da comissão parlamentar dos Direitos Humanos, e conhecido defensor dos direitos do povo timorense.

Na recepção do corpo diplomático, em 17 de Dezembro, o Presidente da República afirmou a importância dada por Portugal ao problema de Timor-Leste, "território que a Indonésia ocupou pela força e cuja população reivindica o legítimo direito de se autodeterminar". Depois de ter sublinhado que "não tem sido dado o relevo suficiente a este problema", Mário Soares expôs as razões desta preocupação:

"Portugal apoia esse direito, cuja população de Timor reivindica, de se autodeterminar, porque assim o exigem as disposições da Carta das Nações Unidas e porque é esse o seu indeclinável dever como potência administrante".

GOVERNO

A imprensa referiu que o Primeiro Ministro, Cavaco Silva, em visita aos E.U.A. teria afirmado que a ocupação de Timor pela Indonésia era um "facto consumado".

Estas notícias levaram imediatamente a Presidência da República a declarar que a posição oficial portuguesa sobre o direito de Timor-Leste à autodeterminação não tinha sofrido qualquer modificação.

De regresso a Portugal o Primeiro Ministro apressou-se a desmentir as palavras que lhe tinham sido atribuídas, afirmando não ter falado de Timor-Leste nos diversos encontros que tivera (o que tão-pouco abona em seu favor).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que também não parece muito preocupado por este problema, reafirmou no entanto a posição oficial de Portugal na sessão de abertura da Assembleia Geral da ONU.

Entretanto, no princípio de Outubro, o Governo tomou uma posição firme ao decidir não participar na reunião CCC-ASEAN, em Jacarta, apesar dos protestos que esta decisão levantou e, na 2a. quinzena de Novembro, ainda no quadro da CEE, o embaixador de Portugal abandonou uma sessão destinada a jovens diplomatas quando o embaixador da Indonésia pronunciou o seu discurso. Segundo o semanário 'Expresso': "observadores atentos" pensam que o convite simultâneo dos dois embaixadores, português e indonésio, "poderá ter sido feito para mostrar que não há qualquer diferendo entre os dois países", e isto pouco tempo depois da recusa portuguesa em participar no encontro de Jacarta. Colocada diante do facto consumado a delegação portuguesa abandonou a sala quando o embaixador indonésio começou o seu discurso. Este facto parece confirmar igualmente que as negociações Portugal-Indonésia se encontram num impasse, em Nova-Iorque.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deputados portugueses intervieram, em várias ocasiões, e a vários níveis, sobre a questão de Timor.

→

Na Assembleia Interparlamentar mundial, realizada na Argentina, os deputados portugueses condenaram a ocupação militar indonésia, ao que os representantes indonésios responderam citando, em particular, o deputado português Anacoreta Correia, que visitou Timor em Julho, sobre o desenvolvimento por ele constatado.

O deputado A. Correia manifestou a sua surpresa e descontentamento por uma utilização parcial e tendenciosa do seu relatório. Será para lhe respnder que o deputado declarou ao 'Correio da Manhã' que o progresso material desenvolvido em Timor pela Indonésia não era senão uma estratégia para tentar desmotivar a resistência popular mas que era necessário não confundir desenvolvimento com o facto de o seu povo não ter tido direito à autodeterminação.

Um "instrumento de trabalho"

A Assembleia da República elaborou e tornou público em fins de Novembro um documento que faz um breve percurso da história de Timor-Leste desde 1974. Este texto de 27 páginas dactilografadas pretende ser "um instrumento de reflexão sobre o sofrimento de um povo que viu negado o seu legítimo direito à autodeterminação por uma nação pertencente ao Movimento dos Não-Alinhados, cujo princípio fundamental é precisamente o respeito e auxílio à autodeterminação dos povos", afirma o texto de apresentação do relatório.

O relatório é constituído por 8 capítulos:

1. A descolonização dos territórios administrados por Portugal.
2. Evolução do caso de Timor em 1974 e 1975: posições da Indonésia e processo de descolonização de Timor.
3. Intervenção indonésia.
4. Evolução no plano internacional 1975/1986.
5. Evolução da resistência armada.
6. Violações dos direitos humanos.
7. Posição da Assembleia da República de Portugal.
8. Conclusões.

Esta análise aponta essencialmente para uma "irrefutável colonização daquele território por parte da Indonésia, à revelia de todo e qualquer direito internacional, para os atropelos aos mais lídimos direitos do homem bem como para o irrefutável repúdio do domínio indonésio por parte do povo de Timor-Leste e para o clima de medo e repressão actualmente existente naquele território", refere ainda o texto de apresentação.

Este relatório, que deverá ser traduzido em inglês, francês e espanhol, destina-se, particularmente, aos contactos dos parlamentares portugueses com parlamentares de outros países e às entidades internacionais interessadas por este problema. □

POSIÇÃO DA FRANÇA

Segundo a imprensa, o Presidente da República, Mário Soares, teria pedido ao seu amigo F. Mitterand de intervir a favor de Timor-Leste por ocasião da sua viagem à Indonésia. Tanto quanto sabemos François Mitterand não discutiu esta questão com os seus hospedeiros que, em compensação, se abstiveram de levantar a da Nova Caledónia.

A um jornalista que lhe perguntou se queria desempenhar o papel de intermediário entre Portugal e a Indonésia, F. Mitterand respondeu:

"Um medianeiro que não fosse pedido pelas duas partes desempenharia uma estranha figura. É um assunto em que não pensei e não parece, a avaliar pelos debates na ONU, que o problema já esteja suficientemente amadurecido, dado que existem oposições de princípios.

"o problema de Timor foi colocado em termos que conhecem, visto que me fazem a pergunta: é certo que a sociedade internacional fixou uma regra de autodeterminação que se encontra em oposição a considerações nacionais da Indonésia. Muito bem! A França compreendendo os pontos de vista, e em razão das boas relações que mantém com as duas partes, absteve-se nas Nações Unidas sobre este assunto".

Julgaríamos a França mais respeituosa do Direito! Entre o que F. Mitterand apelida "REGRA internacional" e as "considerações nacionais indonésias" a França abstém-se...

Roland Dumas, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros francês já afirmara: "a diplomacia francesa sempre se absteve de tomar posição em favor da Indonésia sobre esse ponto nos foruns internacionais" (resposta escrita ao deputado Bernard Lefranc, 3/2/86), mas tão-pouco toma posição a favor do Direito internacional ou dos Direitos Humanos.

No entanto, foi bem o senhor Mitterand que escreveu: "Os Direitos Humanos, com as

maiusculas que lhes conferem os discursos oficiais, estão no centro de tudo.

"Não existe política externa que, no fim de contas, não se defina por eles, consoante ela serve a liberdade ou a prende, ajuda a viver ou mata".

(F. Mitterand - 'Réflexions sur la politique extérieure de la France' - Fayard/1986). □

C. E. E. E TIMOR-LESTE

Após a decisão da CEE e da ASEAN(Nações do Sudeste Asiatico) de se reunir em Jacarta, em 20 e 21 de Outubro, deputados portugueses do Parlamento Europeu decidiram interpelar o Conselho da CEE acerca da escolha deste país da ASEAN, com o qual Portugal rompeu relações diplomáticas. Mantendo-se a reunião em Jacarta, queriam os deputados saber se o Conselho da CEE iria incluir o problema de Timor-Leste no exame da situação política da região e propôr medidas "para pôr termo à ocupação militar e repressão exercida pela Indonésia".

Sendo claro que nada iria ser feito neste sentido, o governo português anunciou a sua recusa em participar no encontro, num país com o qual rompera relações diplomáticas.

Claude Cheysson, comissário europeu para as relações com a Ásia, imediatamente criticou a atitude do governo português, tendo-o acusado de boicotar e ameaçar as relações CEE-ASEAN. Vários governos pressionaram Portugal para que modificasse a sua posição.

O encontro realizou-se sem Portugal, mas nos trabalhos finais da reunião C. Cheysson - que foi embaixador da França na Indonésia - repetiu as suas críticas a Portugal, considerando "deplorável" a atitude do governo português: "Seria profundamente chocante que este encontro se tivesse inviabilizado devido a um diferendo entre um país membro da CEE e outro da ASEAN", declarou Cheysson. Antes dele, Mochtar Kusumaatmadja, Ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, lamentara também a ausência de Portugal: "eles são livres de participar ou não, mas não haverá problemas devido à ausência de Portugal", declarara Mochtar.

De facto não houve! A atitude da CEE e particularmente a de Claude Cheysson é tanto mais de lamentar quanto o problema de Timor-Leste não é uma questão bilateral, entre Portugal e a Indonésia. Trata-se de um problema de Direito Internacional e de Direitos Humanos. Em várias ocasiões, a ONU, e por maioria, pediu à Indonésia que retirasse as suas tropas e reconheceu o direito do povo timorense à autodeterminação.

O argumento de C. Cheysson, segundo o qual Portugal perdeu uma ocasião de dizer em Ja carta o que pensa da situação, não pode ser levado a sério, como aliás o provam as reacções da Indonésia e de Cheysson a ausência terá marcado mais fortemente o protesto de Portugal.

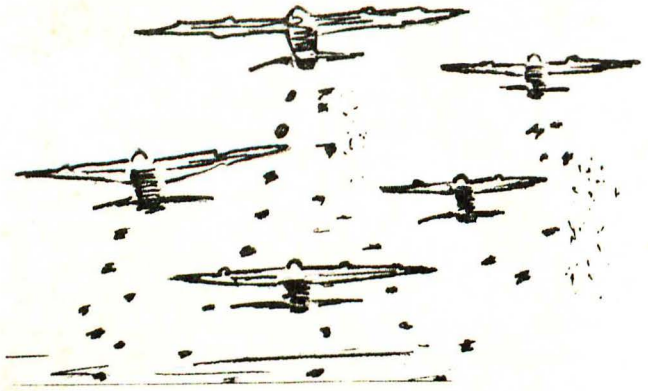
A CEE não parece disposta a aceitar o ponto de vista português. Recentemente, o convite simultâneo dirigido aos embaixadores português e indonésio para intervir no decurso de uma sessão organizada pela CEE para jovens diplomatas, não esconde a disposição de mostrar que não existe diferendo algum entre Portugal e a Indonésia. □

SUÉCIA

Segundo a imprensa portuguesa as notícias divulgadas em Portugal acerca da venda de armas suecas à Indonésia, e a referência feita pelo Presidente da República a este caso por ocasião da visita dos reis da Suécia a Lisboa, poderiam estar na origem da tranferência do Ministro do Comércio Externo, Mats Hellström, para a pasta da Agricultura.

Certos meios políticos suecos consideram que Hellström caiu em desgraça devido ao apoio que prestava à exportação de armamento com destino a países do Terceiro Mundo, como a Índia, Arábia Saudita, Singapura, Indonésia. Este comércio contraria a política de neutralidade da Suécia e, no caso da Indonésia, contraria o papel que Estocolmo pretende desempenhar na ONU.

As críticas portuguesas poderão ter sido o empurrão final que fez cair o Ministro. □



SOLIDARIEDADE

7 DEZEMBRO - 11º ANIVERSÁRIO DA INVASÃO DE TIMOR

O 11º aniversário da invasão indonésia - mais precisamente dos ataques aéreos e marítimos e das largadas de paraquedistas sobre Dili, a capital, já que a invasão a partir da fronteira começara antes de 7 de Dezembro - foi assinalada em Portugal com várias iniciativas.

* A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, uma moção na qual manifesta a sua solidariedade com a resistência do povo timorense contra a ocupação indonésia e "condena as violações dos direitos humanos perpetradas em Timor pelas forças invasoras".

* O ex-Presidente da República, Ramalho Eanes, visitou o campo de refugiados do Vale do Jamor onde foi recebido pelos responsáveis da Fretilin e da UDT. Ramalho Eanes salientou que visitava os refugiados timorenses na sua qualidade de ex-Presidente da República e que não aceitará que o problema de Timor seja partidarizado, uma vez que "é um problema dos portugueses, nacional".

* As organizações timorenses UDT e Fretilin prestaram homenagem a todos aqueles que, desde 1975, morreram pela autodeterminação de Timor e menifestaram-se dispostos a prosseguir o combate pela "libertação de um povo que não se considera indonésio". As duas formações políticas consideram muito positivo o grande consenso que se criou em Portugal sobre este problema.

* A 'Comissão para os Direitos do Povo Maubere' levou a cabo uma acção de sensibilização, com distribuição de informação na qual participaram refugiados timorenses. Por iniciativa desta mesma Comissão, conhecidas personalidades da cultura portuguesa assinaram uma Declação de solidariedade com Timor-Leste.

* "A Paz é Possível em Timor-Leste" contribuiu para que o acontecimento fosse sublinhado na imprensa e na rádio, tendo obtido várias intervenções na 'Rádio Renascença', das quais uma mesa redonda com a participação de representantes da Fretilin e da UDT. Por outro lado, foi enviada a todos os párocos do país uma informação sobre as mais recentes violações dos direitos humanos e as pressões indonésias exercidas sobre Mons. Belo, pedindo-lhes uma atenção especial para o problema nas missas de Domingo, 7 de Dezembro, e a manifestação por carta da sua solidariedade com Mons. Belo e a Igreja de Timor. Este apelo foi bem acolhido e algumas paróquias enviaram a Mons. Belo mensagens de apoio e solidariedade com centenas de assinaturas; num caso, pelo menos, foi feita inclusive uma colecta de fundos em favor da diocese de Dili.□

CARDEAL SIN ESCREVE A MONS. BELO

Em 21 de Julho último o Cardeal Sin, Arcebispo de Manila, escreveu uma carta de apoio a Mons. Belo.

O Cardeal Sin esteve activamente envolvido no apoio à campanha pública nas Filipinas que levou à queda do Presidente Marcos em Fevereiro 86. O seu apelo à desobediência civil lançado nos últimos tempos da presidência de Marcos, bem como a sua defesa dos "meios não-violentos de luta pela justiça", conferem ainda mais peso às recentes palavras do Cardeal Sin.

"Caro Monsenhor Belo,

Desejo expressar-lhe os meus sentimentos de profunda solidariedade para consigo, na sua aspiração à autêntica libertação do seu povo. Aceite, por favor, a minha garantia de contínuo apoio fraterno ao esforço para libertar o seu povo das cadeias de um sistema opressor.

Que o Deus de justiça, liberdade e paz a bençoe sempre os seus trabalhos apostólicos, e que Mons. veja a realização com êxito de todos os seus belos sonhos.

(...)
Jaime, Cardeal Sin
Arcebispo de Manila"□



TIMOR-LESTE

UMA REFLEXÃO CRISTÃ

Declaração de um grupo internacional de cristãos
Genebra, Fevereiro, 1987

CEDIM

TIMOR-LESTE — Desde Dezembro de 1975, 200.000 timorenses, mais de um quarto da população, morreram na sequência da invasão e ocupação militar. O povo continua a viver sob um regime militar e a sua cultura é sufocada. Os timorenses lançaram um apelo ao mundo exterior, pedindo a sua compreensão e apoio. Neste documento de reflexão, cristãos da Europa, América do Norte, Austrália e Oceania respondem a esse apelo.

TIMOR-
-LESTE
UMA REFLEXÃO CRISTÃ

Esta 'Reflexão' é o resultado de uma série de encontros internacionais de cristãos de diversas Igrejas. Os participantes representam vários níveis no seio da Igreja Católica e das Igrejas Protestantes — igrejas nacionais, organismos para o desenvolvimento e organizações leigas de defesa dos direitos humanos. Este processo de reflexão representa para nós uma tentativa de responder como cristãos e organizações eclesiais ao desafio que a tragédia de Timor-Leste lança à nossa fé e consciência.

Este documento de reflexão é também um convite. Os signatários convidam aqueles que partilham a análise feita no documento a associarem-se a esta iniciativa assinando a declaração que segue junto, e participando no debate sobre esta questão.

A 'Reflexão' é apresentada ao público por:

- Catholic Institute for International Relations (CIIR), Londres
- Justitia et Pax Nederland, Haia
- Kommissie Rechtvaardigheid en Vrede, Bruxelas
- Pax Christi International, Genebra.

Desde há mais de uma década temos seguido a evolução da situação de Timor-Leste e escutado com tristeza o testemunho e a experiência da Igreja timorense.

Conscientes do sofrimento do povo de Timor-Leste, cristãos e não-cristãos de numerosos países manifestaram a sua preocupação. Em 1975, enquanto Portugal e Timor-Leste se empenhavam num processo difícil de descolonização, as forças armadas indonésias invadiram o território que, desde então, se encontra sob ocupação militar. Desde então a questão de Timor-Leste tem sido objecto de um diferendo nas Nações Unidas e entre os governos em causa, dado que levanta problemas importantes de direito internacional e de justiça.

A PREOCUPAÇÃO DAS IGREJAS

Repetidas vezes, as Igrejas manifestaram a sua preocupação em relação a Timor-Leste. Fizeram-no pela voz de Bispos e das Conferências Episcopais da Indonésia, Portugal, Holanda, Estados-Unidos e Japão, assim como pela voz de Comissões Justiça e Paz e de Igrejas locais em numerosos países.

A Igreja Católica reconhece que Timor-Leste é um território em conflito: a diocese de Dili, ao serviço dos católicos de Timor-Leste, é administrada directamente por Roma, e gerida por um Administrador Apostólico, que não depende da Conferência Episcopal indonésia. "A Santa Sé continua a seguir a situação em Timor-Leste com preocupação e espera que em todas as circunstâncias a identidade étnica, religiosa e cultural deste povo merecerão uma consideração particular", declarou o Papa João Paulo II em 1984. Sublinhou ainda a necessidade de salvaguardar os direitos humanos ao dizer: "A Santa Sé deseja ardentemente que todos os direitos dos indivíduos sejam respeitados e que não se poupem esforços para aliviar os sofrimentos do povo, facilitando o trabalho das organizações humanitárias e assegurando que tenham acesso à ajuda humanitária todos os que dela necessitam". Quando o Administrador Apostólico, Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo, foi recebido pelo Papa em Junho de 1985, João Paulo II exortou-o a "trabalhar pela Igreja, combater o sofrimento do povo e procurar uma solução justa de paz para Timor".

Em Novembro de 1983, os bispos católicos da Indonésia escreveram ao clero de Timor-Leste. Nessa carta reconheciam o sofrimento e a opressão vividos pelo povo de Timor-Leste e afirmavam que era responsabilidade da Igreja indonésia "lutar para

que fosse reconhecido e respeitado o que há de mais sagrado para o povo de Timor-Leste: a sua religião, a sua família e a sua terra". Os bispos indonésios insistiam para que a Igreja timorense fosse "a vanguarda de uma paz que seja mais do que uma ausência de guerra, do que um mero equilíbrio de forças adversas ou do que uma situação causada pela ditadura".

Em Março de 1984, os bispos católicos portugueses publicaram uma declaração de apoio semelhante, na qual declaravam que "não podem deixar de manifestar a sua viva e profunda solidariedade para com o povo desta martirizada terra, vítima de uma tragédia (...). Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio 'cultural', este mais grave do que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras". Em Novembro de 1985, o Conselho Português das Igrejas (protestantes) publicou também uma declaração. "Juntamos a nossa voz à de quantos, em todo o mundo, requerem o fim imediato da situação que se vive em Timor-Leste".

Igrejas protestantes debateram esta questão em numerosos países e apresentaram-na junto dos respectivos governos. Na Ásia e no Pacífico, grupos e comunidades, católicos e protestantes, tomaram posição publicamente a favor do direito do povo timorense à autodeterminação. Esta questão foi recentemente objecto de controvérsia no seio da Conferência Cristã Asiática.

O TESTEMUNHO DA IGREJA EM TIMOR-LESTE

É sobretudo a Igreja de Timor-Leste, que trabalha num isolamento considerável e sob constrangimentos políticos evidentes, que tem dado testemunho da experiência trágica do povo deste território.

Mons. Belo e o seu predecessor, Mons. Martinho da Costa Lopes, denunciaram ambos as atrocidades cometidas contra a população e as vicissitudes sofridas pelo povo desde 1975. Os religiosos que trabalham em Timor e o clero timorense têm regularmente relatado violações dos direitos humanos e não ocultaram até que ponto a população do território, cristã e não-cristã, se sente oprimida na sua vida quotidiana e na sua esperança de liberdade e de paz.

"O povo experimenta agora uma opressão sem fim; os seus direitos não são reconhecidos. O povo não tem voz e vive no medo. De facto, o povo vive numa situação de guerra contínua, tem de

manter-se calado e submisso. Mas mantém uma posição muito clara quanto aos seus ideais. No meio de tudo isto a sua fé mantém-se firme e é fortalecida, apesar de nem sempre poder exprimir-se por palavras". (Os religiosos de Timor-Leste, numa carta aos religiosos da Indonésia).

"A guerra ... continua e em proporções sempre crescentes", escrevia o Conselho Presbiteral dos padres de Dili, em 1985, "atendendo ao contínuo desembarque de tropas indonésias juntamente com material bélico pesado ...".

"Estamos a assistir em Timor a uma convulsão de proporções gigantescas e trágicas no tecido sócio-cultural do povo timorense, e vemos ameaçada de morte a identidade deste mesmo povo". (Declaração do Conselho Presbiteral de Dili, de 1 de Janeiro de 1985).

UM DESASTRE HUMANO

Quando se fala do conflito em Timor-Leste, das graves dificuldades sociais e humanitárias com as quais o povo timorense é confrontado, é praticamente impossível exagerar os efeitos da invasão e do conflito que se lhe seguiu, tão grande é o desastre.

Em primeiro lugar está a crueldade da violência física. Estima-se que mais de 200.000 pessoas morreram, como consequência directa e indirecta do conflito, numa população avaliada no início do conflito em menos de 700.000 pessoas.

Na ausência de uma solução, as autoridades indonésias fazem face à resistência de largos sectores da população, resistência que só pode ser quebrada pela repressão violenta e formas inaceitáveis de controlo social. A manifestação mais visível desta resistência é a guerra de guerrilha que se mantém desde há 11 anos.

Comunidades inteiras foram deslocadas das suas terras e instaladas em aldeias sob vigilância militar. As zonas rurais foram bombardeadas pela artilharia e força aérea. A agricultura de subsistência, base da vida da maioria dos timorenses, tornou-se impossível em numerosas regiões. O país viveu também um importante período de fome em 1978/79, e verifica-se ainda regularmente escassez de alimentos em numerosas zonas.

A guerra tem-se caracterizado por violações graves e massivas dos direitos humanos, entre os quais a tortura, a prisão sem processo judicial, os desaparecimentos e execuções sumárias. Amnistia Internacional recolheu documentos sobre a situação durante este

período e publicou um importante relatório em 1985: "As forças indonésias presentes no território envolveram-se de maneira sistemática e persistente numa prática cruel e brutal que causou graves violações dos direitos humanos" (pág. 10).

O medo e a desconfiança condicionam a vida da população que, durante mais de uma década, tem estado verdadeiramente isolada do mundo. Dentro do próprio território de Timor-Leste a população não pode circular livremente, corresponder-se e telefonar abertamente, ou exercer actividades económicas normais. Não pode confiar ou falar livremente. As pessoas suspeitas de simpatizar com quem continua a resistir ao jugo indonésio são punidas com a morte e a tortura, bem como a detenção e prisão.

"No interior do país, em muitas vilas e campos de concentração, o povo não tem condições de vida como um povo. É percorrermos, por exemplo, as vilas de Luro, Laivai, Tutuala, Loré, Iliomar, Uatolári, Cajularan, Lacluta, etc., para vermos que o povo vive num autêntico cerco. As pessoas não circulam mais de 3 km. Fora disto, têm de ir munidas de um "salvo conduto" passado pelas autoridades militares da área ou por elas acompanhadas. Fácilmente são acusados de contactarem com os guerrilheiros, logo são alvos de torturas, massacres,etc. O povo vive nas cabanas e à noite é obrigado a dormir em abrigos cavados dentro ou fora de casa. O povo vive numa tensão constante de medo". (Extracto de uma carta particular, datada de 20 de Fevereiro de 1986, enviada a Mons. Martinho da Costa Lopes, Administrador Apostólico da diocese de Dili, de 1977 a 1983).

Os problemas humanitários e sociais resultantes do actual conflito são enormes. Famílias foram destruídas pelos assassínios e as transferências forçadas de população. O governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, declarou recentemente que nas regiões sobre as quais existe informação disponível, contam-se actualmente 20.000 órfãos, 13.000 viúvas e 7.000 pessoas idosas e doentes, todos necessitando de assistência.

As famílias estão separadas. O caso melhor documentado é o da ilha de Ataúro, ao largo da costa timorense, para onde vários milhares de pessoas foram levadas das suas aldeias e detidas durante vários anos, antes de serem enviadas para outras regiões, muitas vezes distantes das suas comunidades de origem.

Os serviços de saúde no campo são práticamente inexistentes e na cidade o seu custo é demasiado elevado para a maioria dos timorenses. Existem menos centros de saúde do que centros de controlo da natalidade. Numerosos protestos se levantaram contra o programa de controlo da natalidade implementado pelo governo

indonésio. Mons. Belo e Mons. da Costa Lopes denunciaram o seu carácter forçado e a aplicação de métodos de esterilização sem informação prévia às pessoas interessadas.

Escolas foram destruídas; os professores e alunos foram dispersos. O governo indonésio reconstrui, entretanto, um grande número de escolas, mas a introdução da língua indonésia bem como dos valores e cultura indonésios no sistema escolar continua a ser objecto de contestação, dada a situação política. Muitos timorenses consideram que a sua língua e cultura são vítimas de medidas de desencorajamento e mesmo de supressão.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

É efectivamente necessário promover o desenvolvimento económico de Timor-Leste. O povo timorense beneficiou bem pouco do longo período de colonização portuguesa.

Mas a guerra causou estragos imensos na infraestrutura territorial, na administração e organização tradicional. Timor foi saqueado na altura da invasão. Os timorenses estão ainda a sofrer as consequências. Além disso, o governo prossegue em Timor-Leste a sua política de transmigração, oferecendo aos imigrantes provenientes de Java, Bali e outras regiões da Indonésia, créditos e assistência que não são concedidos aos timorenses. Os funcionários indonésios, de preferência aos timorenses, ocupam os melhores lugares na administração.

Daqui resulta uma dependência generalizada dos timorenses que, segundo Mons. Belo, se estão a tornar cidadãos de segunda classe no seu próprio país.

A política anti-insurreccional afecta sobretudo a população civil. Numerosas comunidades agrícolas foram transferidas para novas aldeias sob vigilância militar. Esta política paralisou a agricultura de subsistência da qual dependia a grande maioria da população.

Os que continuam a sua actividade agrícola não conseguem comercializar as colheitas. O café, nomeadamente — a única exportação significativa — é comprado a preços muito baixos por uma empresa privada indonésia que detém o monopólio da sua comercialização.

As políticas económicas actualmente implementadas pelo governo indonésio dão prioridade aos produtos de exportação e à mono-cultura, ignorando as necessidades da população, em

particular dos mais pobres e desprotegidos. Tais políticas não podem conduzir a um verdadeiro desenvolvimento.

QUESTÕES POLÍTICAS

Tornou-se evidente que uma vitória militar de qualquer das duas partes é improvável. Deste modo, é cada vez mais necessária uma solução política.

Logo após a invasão de Timor-Leste pela Indonésia em 1975, as Nações Unidas condenaram a acção indonésia e convidaram as partes a resolver o diferendo pela negociação.

A Assembleia Geral adoptou em 1982 uma resolução, que ainda se mantém em vigor, "reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração do Tratado de Independência para os Países e Povos Coloniais contida na sua resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e outras resoluções das Nações Unidas". A Assembleia Geral pede ao Secretário-Geral das Nações Unidas para "iniciar consultas com todas as partes directamente interessadas, com vista a explorar vias para uma completa resolução do problema".

Actualmente, o papel de Portugal é particularmente importante no plano diplomático, dado que este país é reconhecido pela comunidade internacional como Potência Administrante do território. Este estatuto implica a responsabilidade de Portugal buscar, através da comunidade internacional, uma solução que respeite claramente os direitos do povo da sua ex-colónia.

Contudo, é o governo indonésio que actualmente tem o poder de permitir ou impedir qualquer progresso. Apelamos ao governo indonésio para que dê provas de sabedoria e encontre uma via para uma resolução que permita ao povo de Timor-Leste exercer uma verdadeira escolha quanto ao seu futuro. A nosso ver é a única maneira de assegurar relações de boa vizinhança com Timor-Leste e uma paz a longo prazo na região.

É NECESSÁRIO CONSULTAR O POVO

Estamos convencidos de que é indispensável consultar o povo deste território de uma forma devidamente autorizada e supervisionada antes de concluir um acordo final entre os governos que são parte interessada no processo diplomático.

Tendo em conta a profunda desconfiança resultante de todos os factos passados, pensamos que seria inaceitável conferir a uma das partes em conflito a responsabilidade de organizar a consulta à opinião timorense. Só um processo eleitoral organizado e supervisionado internacionalmente permitirá ao povo de Timor-Leste exprimir livremente os seus desejos e exercer plenamente o direito à autodeterminação. Para que a consulta tenha significado, devem participar nela representantes da opinião timorense.

DIREITOS DO POVO

É necessário salvaguardar os direitos do povo no território, em particular o direito à vida e a protecção contra a violência política ou a arbitrariedade. Apoiamos as actividades de organizações tais como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e a Igreja Católica local e condenamos as restrições impostas à sua acção, bem como qualquer tentativa de utilização política da sua presença.

Apoiamos as organizações de desenvolvimento na sua tentativa de auxiliar o povo de Timor-Leste, ele próprio empenhado na valorização do seu território; este auxílio deve ter por objectivo alcançar os mais pobres.

Um verdadeiro desenvolvimento implica abertura e participação: não se pode dizer que tal desenvolvimento é prosseguido quando as políticas que visam o crescimento económico são implementadas pela força, à custa das populações locais, não trazendo nenhum benefício aos pobres e desprotegidos, ou fazendo apenas aumentar a riqueza das elites. As organizações de desenvolvimento indonésias e europeias reconhecem que "uma estratégia de desenvolvimento baseada na negação dos direitos civis e políticos, ou dos direitos sociais, económicos e culturais, ou de ambos, não constitui apenas uma violação das normas internacionais dos direitos humanos, mas é a negação da própria concepção do desenvolvimento". (Nota apresentada ao Grupo Intergovernamental sobre a Indonésia — IGGI — pelo Grupo Inter-ONG sobre as Questões IGGI, Abril de 1986).

ACESSO

Nestes dois campos de acção, de alívio quer da pobreza quer do sofrimento devido à guerra, reafirmamos a importância da abertura do território aos contactos com o mundo exterior.

Actualmente, o acesso ao território está reservado a um pequeno número de observadores seleccionados, que efectuam as suas visitas sob estreita vigilância, bem como a um número restrito de organizações humanitárias. Esta limitação de acesso ao território apenas desacredita a pretensão do governo indonésio de ter o apoio do povo timorense à integração.

A IGREJA EM TIMOR-LESTE

É responsabilidade dos dirigentes cristãos colocarem-se ao lado do seu povo, e estamos solidários com Mons. Belo e a Igreja em Timor-Leste nos seus esforços para acompanharem o povo timorense.

Reconhecemos que as Igrejas indonésias se encontram numa posição delicada e difícil. Consideramos, no entanto, essencial que elas deixem à Igreja local a possibilidade de decidir o seu próprio estatuto.

Na nossa opinião, a liberdade religiosa deve incluir a liberdade de culto de acordo com as tradições locais, o direito do clero visitar os paroquianos em todas as partes do território, e o direito das Igrejas disporem das suas próprias instituições humanitárias e educacionais. A Igreja local deve ter o direito de convidar missionários estrangeiros para trabalhar no território.

CONCLUSÕES

Ao descrever a situação em Timor-Leste como acabamos de o fazer, expressamos os nossos pensamentos e sentimentos de cristãos conscientes de pertencer à mesma família humana, e desejosos de promover uma verdadeira comunhão com os membros de outras religiões.

Reconhecemos que, no passado, as nossas Igrejas faltaram frequentemente às suas responsabilidades. Tal foi o caso, nomeadamente, no período em que os nossos países foram potências coloniais. Consideramos, no entanto, que isso não deverá impedir-nos de falar com franqueza da situação que prevalece hoje em Timor-Leste.

Enquanto cristãos comprometidos na promoção da paz e da justiça, estamos preocupados antes de mais com a vida e o sofrimento do povo de Timor-Leste. Dado que este extremo sofrimento, após tantos anos, não quebrou a vontade de resistência, é necessário rendermo-nos à evidência de que a força militar não resolverá este

conflito. Uma reconciliação duradoura só poderá verificar-se por meio de uma resolução justa, através de negociações em que participarão os representantes do povo timorense.

Sentimo-nos desafiados pelo grito do povo de Timor. Irmãos e irmãs das Igrejas da Ásia, assumamos juntos a nossa parte de responsabilidade na tragédia que se abate sobre Timor-Leste.

Genebra, 15 de Fevereiro de 1987

original: inglês
tradução: APPTL, Lisboa

DECLARAÇÃO DE APOIO

Entre as organizações que já manifestaram o seu apoio a este Documento de Reflexão contam-se:

Asian Bureau, Vitória, Austrália; Australian Student Christian Movement; Développement et Paix, Canadá; Catholic Commission for Justice, Peace and Development, Papua Nova-Guiné; Catholic Institute for International Relations, Londres, Reino Unido; Catholics for Peace, Melburno, Austrália, Clergy for Peace, Austrália; Church Office for International Relations (CONTAK), Manila, Filipinas; Ecumenical Movement for Justice and Peace, Manila, Filipinas; Good Shepherd Provincialate, Abbotsford, Austrália; Hitoyoshi Catholic Church, Hitoyoshi, Japão; Justiça e Paz, Austrália; Justiça e Paz, Holanda; Justiça e Paz, (Flandres), Bélgica; Pax Christi Internacional, Anvers, Bélgica; Sisters of Mercy, Melburno, Austrália; Trocaire, Dublin, Irlanda.

Se deseja dar o seu apoio ou contribuir para este processo de reflexão, em nome da sua organização ou a título pessoal, queira dirigir-se a **"A Paz é Possível em Timor-Leste"**, Lisboa, na morada abaixo indicada.

Indique claramente, por favor, se deseja ou não que o seu apoio seja tornado público.

Manifesto o meu apoio ao
'Documento de Reflexão sobre Timor-Leste' ☐

Junto alguns comentários sobre o 'Documento de Reflexão' ☐

Estaria interessado (a) em assistir aos futuros
Encontros Cristãos sobre Timor-Leste ☐

Desejaria receber mais informação
sobre a situação em Timor-Leste ☐

Aceito ☐ Não aceito ☐ que a minha adesão seja tornada pública

Organização .....

.....

Nome .....

.....

Morada .....

.....

Enviar para:
"A Paz é Possível em Timor-Leste"
Rua de Campolide, 215 - 4.º D.
1000 LISBOA — PORTUGAL

CEDIN

CEDIM

EAST TIMOR
A CHRISTIAN REFLECTION

Statement by an international group of Christians
Geneva, February 1987

TIMOR ORIENTAL
UNE REFLEXION CHRETIENNE

Déclaration d'un groupe international de chrétiens
Genève, février 1987

CEDIM

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
R. de Campolide, 215 - 4.º D. - 1000 Lisboa - Portugal

PREÇO 50$00

DOSSIÊ SOBRE

ÁFRICA DO SUL

APARTHEID

CEDIM

EXECUÇÕES POLÍTICAS NA ÁFRICA DO SUL

DOSSIÊ DE CASOS*

SETEMBRO DE 1987

---

* Dossiê elaborado pelo Congresso Nacional Africano - CNA, traduzido pelo INESC

CEDIM

DOSSIÊ INESC - ANTI-APARTHEID

DOCUMENTOS:

01. Execuções Políticas na África do Sul (dossiê de casos);

02. Prisioneiros de Guerra: Uma questão de vida ou morte (Revista Up Front-Feature);

03. Presos libertados acusam a polícia de Ndebele de tortura (Revista Facts and Reports);

04. Assassinatos aumentam os temores da CNA de uma defensiva renovada (F.E.R.);

05. Congresso Nacional Africano - CNA - Admite: Temos sofrido alguns reveses (F.E.R.);

06. Um líder com coração de ouro (Cyriz Ramaphosa (F.E.R.);

07. Homenagem a importante editor negro da África do Sul (F.E.R.);

08. África do Sul - Dossiê - Histórico (INESC/3º Mundo);

09. Manifesto de Campinas;

10. SOS Moçambique: Humanismo de Double Face (ADUNICAMP);

INTRODUÇÃO

No período em que este dossiê foi elaborado, pelo menos 31 pessoas, 30 homens e 1 mulher, estavam condenadas à pena de morte na África do Sul por envolvimento em ações políticas.

Em todos os casos documentados, os incidentes que levaram à condenação pela pena capital, tiveram origem no envolvimento em ações de protesto contra aberrações do sistema repressivo do Apartheid. Os casos variam desde protestos de massas populares, disputas em áreas industriais e bairros, até ações armadas contra o Estado. Evidentemente, são casos semelhantes onde a pena de morte foi imposta com a intenção de intimidar a população ou de criminalizar toda forma de resistência anti-apartheid.

Várias dessas ações, que levaram à imposição dessas penas de morte, foram violentas, mas podem ser vistas, em quase todos os casos, como uma reação espontânea à verdadeira violência e terrorismo de Estado, inerente ao sistema do Apartheid, frequentemente, em situações confusas de grande comoção. Este dossiê contém detalhes de casos levados ao conhecimento público envolvendo mais de 30 pessoas. Outras quatro sentenças de morte foram declaradas na última semana, sendo que os detalhes desses casos ainda não estão disponíveis, porque com o atual Estado de Emergência de âmbito nacional na África do Sul, associado às restrições nos meios de comunicação, as informações de alguns julgamentos são imprecisas.

CASO A

Moses Mnyanda Jantijies (21 anos)
Mlamli Wellignton Mielies (22 anos)

Esses dois homens, de Uitenhage, foram condenados à morte em novembro de 1986, pelo Juiz T.M. Mulling do Supremo Tribunal de Port Elizabeth. Eles foram considerados culpados pelo assassinato do

vereador da comunidade de Uitenhage, Benjamim Kinikini, e de outros membros de sua família mortos durante incêndio no seu escritório.

Existem sérias dúvidas legais sobre este caso, assim como evidências de intensas provocações da família Kinikini, a qual mantinha profundos vínculos com a polícia e com um grupo de vigilantes locais (The Peacemakers), responsável pelo seqüestro de crianças e jovens na área. Dois dias antes do assassinato, policiais mataram 20 acompanhantes de uma procissão fúnebre entre as cidades de Langa e Uitenhage durante as comemorações do 25º aniversário do massacre de Sharpeville. Uma comissão de inquérito exonerou a polícia de qualquer responsabilidade pelas 20 mortes ocorridas.

As provas, no julgamento, incluíam dois depoimentos feitos por Mielies, considerados admissíveis apesar do questionamento da defesa. Mielies já estava cumprindo 6 anos de sentença pelo uso de bombas de petróleo (coquetel molotov), quando fora levado a julgamento por assassinato. A defesa argumentou que um policial testemunha já tinha apresentado provas falsas contra ele anteriormente naquele julgamento. Outra testemunha do Estado, anônima, foi trazida da prisão para testificar. O que indica o grau de coerção a que eram submetidas as testemunhas.

O protesto no prédio de negócios de Kinikini, no dia 23 de março, foi realizado por parentes angustiados e outros moradores do bairro que exigiam saber o paradeiro de crianças e jovens seqüestrados de suas casas ao amanhecer pelos "peacemakers", inclusive por um dos filhos de Kinikini (Silumko), que foi também assassinado no protesto.

Posteriormente, soube-se que após serem detidos no necrotério durante o funeral de Kinikini, eles foram levados para a delegacia de polícia. Uma adolescente de 16 anos, depondo em estado de extenuação total, contou como ela fora seqüestrada, agredida, estuprada e jogada num caixão por vigilantes, entre eles Silunko Kinikini. Ela precisou de tratamento hospitalar, mas o caso nunca foi levado à Corte. Silumko Kinikini já enfrentava acusações, por participação em tiroteios, na época de sua morte.

Em janeiro os advogados de defesa tentaram recorrer com base numa "petição especial", dizendo que os processos estavam irregulares e em desacordo com a lei. Os assessores foram autorizados a fazer um grande número de perguntas as testemunhas do Estado e aqueles acusados que prestaram depoimento. Comentou-se que o interrogatório fora muito longo e calculado de tal forma para intimidar o acusado e evitar que os assessores mantivessem uma atitude imparcial sobre as questões apresentadas a eles.

O Juiz Mullins rejeitou o pedido de recurso no Supremo Tribunal de Port Elizabeth. Embora fazendo algumas concessões houve atritos freqüentes entre ele e a defesa durante todo o julgamento. Ele considerou que não houve nenhuma tendência ou parcialidade por parte dos assessores. Afirmou ainda que o julgamento (que durou 1 ano), foi caracterizado por uma inquirição prolixa das testemunhas da acusação, fato que ele salientou mas não achou muito excessivo. Porém, durante o julgamento, a defesa teve seu tempo limitado para interrogar uma testemunha de acusação importante. O Juiz declarou que a corte tinha o poder de abreviar o que ela podia considerar um interrogatório enfadonho, e levar ao cansaço da testemunha.

No final de maio houve informação de que Mielies e Jantjies tiveram o pedido de recurso negado no Tribunal de Apelação de Bloemfntein. Entretanto, nenhum detalhe foi dado a este respeito.

A recusa também incluía dois outros acusados no mesmo processo que foram setenciados com longas penas de prisão.

EM SETEMBRO DE 1987 MIELIES E JANTJIES FORAM EXECUTADOS EM PRETÓRIA APESAR DOS APELOS DE CLEMÊNCIA NA ÁFRICA DO SUL E DE ÂMBITO INTERNACIONAL.

CASO B

Mojalefa Reginald Sefatsa (30 anos)
Oupa Moses Diniso (30 anos)
Duma Joshua Lji,sçp (26 anos)
Francis don Mokhesi (29 anos)

Reid Malebo Mokoena (22 anos)
Theresa Ramashamola (24 anos)

Esses cinco homens e uma mulher foram sentenciados à morte em dezembro de 1985, no Tribunal Supremo de Pretória, pelo Juiz W.J. Human. Eles foram considerados culpados por assassinato, imediatamente após a morte do conselheiro da cidade de Lekoa - Jacob Dlamini - no dia 03 de setembro de 1984.

Este dia, (3 de setembro) foi marcado pelo início de protestos de massas populares, com origem na região de Vaal, que se espalharam por toda a África do Sul durante alguns meses seguintes, incentivadas pelas tentativas do governo de legitimar o Apartheid através de mudanças na Constituição, em particular a imposição dos conselhos locais para que tivessem autoridade sobre as comunidades. Os habitantes das comunidades eram contra esses conselhos que, portanto, careciam de representatividade. Pelo contrário, os conselhos e conselheiros eram considerados como apologistas e colaboradores do sistema do Apartheid e se tornaram o alvo de grande parte dos protestos verificados na época. Protestos que levaram à decretação de dois Estados de Emergência e à morte e detenção de milhares de pessoas.

Foi durante um comício contra os aumentos de aluguéis, impostos pelo conselho local, em Sharpeville, no dia 3 de setembro de 1984, comício ao qual assistiram milhares de residentes daquele bairro, que ocorreu a morte de Jacob Dlamini. Depois de uma passeata pacífica em frente das residências dos vereadores, dois desses vereadores atiraram na multidão, um deles era Dlamini. No tumulto que se seguiu Dlamini e outro vereador foram mortos e várias pessoas ficaram feridas.

Os seis homens foram presos entre os dias 2 de novembro de 1984 e 9 de abril de 1985. Várias testemunhas do processo que foi instaurado posteriormente testificaram quanto à importância da multidão e alegaram a dificuldade de identificar ações particulares de indivíduos. Os seis, junto com mais duas pessoas, foram acusados de as

sinato, de pertubação da ordem pública e de subversão. As provas do Estado se baseavam nas testemunhas fornecidas por pessoas anônimas, conhecidas como Sr. X e Sr. Y. Ambos testemunharam em audiência particular com o juiz, determinando este que o depoimento do Sr. X não poderia ser examinado pela defesa, já que este depoimento tinha sido privilegiado (feito a um advogado). O Sr. X admitiu, quando interrogado, que havia sido agredido por vários policiais na hora de sua prisão. A acusação declarou que Dlamini havia sido apedrejado, agredido e jogado no seu carro em chamas.

Durante o julgamento muitas provas foram obtidas com tortura e agressão aos acusados. Além dissso, Sefatsa, Mokoena e Ramashmola foram submetidos a tratamento de choque elétrico (Ramashamola foi também ferido naquele comício de setembro e teve seu braço quebrado quando trafegava num camburão). Todos esses fatos foram desprezados pelo juiz (para mais detalhes do processo, das torturas e dos antecedentes deste caso, veja a publicação SATIS, intitulado "Salve os seis de Sharpeville!").

O julgamento dos seis começou no dia 23 de setembro, perante o Tribunal Superior de Pretória, que os considerou culpados no dia 03 de dezembro de 1985. A apelação de recurso deveria ser julgada no dia 10 de setembro de 1987, mas infelizmente foi recusada.

Vários documentos e publicações sobre este caso foram divulgados pela SATIS, e campanhas para salvar as vidas dessas seis pessoas têm sido realizadas na Grã-Bretanha e em outros países.

CASO C

Alex Matshapa Matsepane (23 anos)
Solomon Mankopane Maowaha (20 anos)

Esses dois jovens de Tràneen foram sentenciados no Tribunal da Circunscrição de Tzanen pelo Juiz F. H. Grosskopf. Condenados por assassinato de dois policiais informantes, em setembro de 1985, no Cemitério de Ga-Maupe.

Disseram que um grupo de jovens, situado numa montanha fora de Tzaneen, havia apedrejado as vítimas, mandado um terceiro jogar gasolina sobre o corpo das mesmas e depois atear fogo.

O Tribunal considerou que Maowasha era o chefe do grupo, embora este "tivesse negado qualquer envolvimento nos assassinatos". Ele declarou que os jovens na montanha estavam fugindo da polícia que atacara seus pais.

Um professor que declarou ter sido ameaçado pelos jovens um dia antes dos assassinatos era a testemunha principal da acusação, e sobre os acontecimentos daquele dia confirmou que Maowasha era o líder do grupo. Matsepone declarou também que não estava na área quando ocorreram os incidentes. Outros dois foram acusados de agressão com a intenção de provocar ferimentos graves. Michael Mosutene Masinamela, de 16 anos, foi setenciado a um ano efetivo de prisão; Philip Lesetja, de 23 anos, foi setenciado a 18 meses de prisão (a idade de Masinamela pode ter sido dada erroneamente, porque, no caso de ser menor, seu nome não poderia ser divulgado).

Ambos os acusados prestaram depoimento e teriam pedido clemência após o Juiz Grosskopf constatar que não existiam circunstâncias atenuantes.

EXECUTADOS NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 1986 - EM EXECUÇÃO SECRETA. NÃO HÁ DETALHES DISPONÍVEIS.

CASO D

Elili Webushe

Setenciado à morte em junho de 1986. Condenado por assassinato depois de um "necklacing"* em Janseville(relatório do Departamento de Informações, sem maiores detalhes disponíveis).

Não existe nenhum relatório deste julgamento - foi anunciado apenas no dia 18.06.86, no Departamento de Informações, em uma conferência de imprensa, que um homem negro - Elili Webushe, havia

---

* "NECKLACING" - termo usado na África do Sul para casos de enforcamento promovido por populares sumariamente (tipo linchamento).

sido setenciado à morte por "Necklacing" alguém em Jansenville.O porta-voz do Departamento foi o Sr. Leon Mellet.

EXECUTADO EM 1987 - NÃO HÁ DETALHES DISPONÍVEIS.

CASO E

Dickson Madikane(26 anos)
Desmond Majola(27 anos)
Patrick Manginda(23 anos)

Esses homens, de Oudtshoorn, foram setenciados à morte em setembro de 1986, no Tribunal Superior da Cidade do Cabo, após condenação pelo assassinato do Conselheiro Comunitário Patrick Marenene , em Bridgton, Oudtshoorn, em novembro de 1985.

A morte de Patrick Marenene ocorreu depois de um período de excepcional repressão em Oudtshoorn em 1985. Mais de duzentas pessoas, algumas com apenas 9 e 10 anos de idade, foram apanhadas em Bongoletho(população de 4 mil habitantes) em novembro de 1985, e acusadas de delitos diversos. Vinte e seis pessoas foram acusadas da morte de Marenene, embora somente 8 foram julgadas posteriormente, dentre as quais três foram sentenciadas à morte.

Marenene foi morto quando retornava para sua casa,queimada por uma massa enfurecida dois dias antes. Ele voltou armado com um revólver para apanhar quaisquer pertences que não tivessem sido destruídos. Uma grande massa de aproximadamente 100 pessoas apedrejou-o , e embora ele tivesse disparado primeiro contra a mesma e tentado fugir,não conseguiu escapar.

A defesa alegou que uma testemunha-chave do Estado (Hendrick Japhta) era um informante pago pela polícia. Ele negou tal acusação, mas admitiu ter prestado depoimento em pelo menos um outro julgamento político. Negou também ter sido pago pela informação, dizendo que ganhava dinheiro com o tráfico de maconha.

Depoimento atenuante foi prestado pelo Professor Peter Du Preez, da Universidade da Cidade do Cabo, centrando-se na falta de

responsabilidade individual quando as pessoas agiam como parte de uma multidão.

Esse argumento foi rejeitado pelo Juiz A. J. Lategan. Posteriormente foi comentado que as mães de Madikane e Majola teriam dito que iriam apelar. Falou-se que Madikane teria começado a sofrer das faculdades mentais aproximadamente dois anos antes. A apelação foi em vão. Madikane, Majola e Manginda foram executados em novembro de 1986.

CASO F

Daniel Maleke (19 anos)
Josiah Tsawane (29 anos)

Os dois são originários de Zona 13, em Sebokeng, e foram sentenciados à morte em setembro de 1986, no Tribunal da Circunscrição do Vanderbijlpark, pelo Juiz H.P. Van Dyk. Eles foram considerados culpados pela morte de um policial responsável pela prisão de membros da COSAS, incluindo o irmão de Tsawane.

Há somente um relatório deste caso que cobre as sentenças de morte.

CASO G

Paul Tefo Setlaba

Condenado à morte em dezembro de 1986, no Tribunal da Circunscrição de Colesberg. Ele foi considerado culpado pela morte de um policial suspeito como informante em outubro de 1985.(Não há mais detalhes - relatório do Departamento de Informações).

Não houve informações na imprensa, exceto os dados do próprio Departamento de Informações, utilizados em 8 de janeiro de 1986, que mencionavam a decisão do Tribunal, em 12/12/86, em Colesberg. Foram mencionados três acusados, mas somente Setlaba recebeu a sentença de morte.

Em outubro de 1985, surgiram algumas informações sobre brutalidade policial, na região de Karoo. Em Colesberg, a luta por melhores instalações e aluguéis mais baixos tinham se incrementado durante o ano. Em julho foi lançado um boicote selecionado contra lojas de brancos - os lojistas que eram solidários com as exigências dos negros foram excluídos. Houve evidência de tiroteios e espancamentos por parte da polícia assim como uso de gás lacrimogêneo, tendo como resultado a morte de quatro crianças pequenas. O fornecimento de água para o município de Bongweni foi cortado numa ocasião, e as lojas que tinham sido excluídas foram fechadas pela polícia, sendo ambas as medidas um intento de quebrar o boicote. O sentimento contra a polícia aumentava a medida que as incursões da mesma continuava e os líderes da comunidade eram presos. A mulher morta em outubro esteve sob suspeita durante algum tempo, após ter sido vista com um policial na sua casa.

CASO H

Similo Lennox Wonci (21 anos)
Mziwoxolo Christopher Makeleni (22 anos)
Ndumiso Silo Siphenuka (25 anos)
Mackezwana Manze (40 anos)

Todos os quatro eram membros do "Addo Youth Congress" e foram condenados à morte em janeiro de 1987, no Supremo Tribunal de Port Elizabeth, pelo juiz Kroon, após serem considerados culpados pelo assassinato de um fazendeiro e sua esposa, em junho de 1985.

A defesa pediu a atenuação da sentença com base num laudo clínico psicológico sobre os antecedentes dos acusados, além de sugerir que eles tinham agido sob pressão. Como nenhum dos acusados optou por dar ele mesmo evidência referente a tal pressão, isto foi aparentemente considerado como não válido.

Existem poucos detalhes sobre este caso e nenhum sobre apelação.

CASO I

Robert John McBride (23 anos)

Mcbride foi condenado à morte em abril de 1987, no Tribunal Superior de Pietermaritzburg, pelo Juíz Douglas Shearer. Membro da ala armada do Congresso Nacional Africano, ele foi considerado culpado do assassinato de três mulheres mortas num atentado à bomba em Marine Parade, Durban, em junho de 1986.

No início de fevereiro de 1987, Mcbride e Greta Margaret Apelgren (30 anos) foram a julgamento em Pietermaritzburg em meio a severa segurança. Mcbride, professor e estudante, e Apelgren, assistente social, enfretaram acusações de assassinato, tentativa de assassinato e "terrorismo" por ocasião da luta armada do Congresso Nacional Africano. Apesar da defesa ter apelado, logo de início, para que toda evidência fosse ouvida em tribunal público o caso foi mantido em sigilo. A maior parte da evidência contra eles provinha de antigos associados que estavam presos e foram persuadidos a prestar testemunho em troca de imunidade por parte da acusação.

As principais acusações basearam-se na libertação do preso Gordeon Wesbster, combatente do CNA, do hospital Edendale em maio de 1986 e na explosão de uma bomba em Marine Parade, Durban, no mês seguinte, no qual três mulheres morreram.

Numa declaração juramentada, Mcbride admitiu ter ajudado na fuga de Webster e tê-lo acolhido antes de levá-lo à Botswana, posteriormente. Ele também admitiu ter atirado num policial armado quando achou que o mesmo iria atirar nele. Dois policiais que vigiavam Webster sofreram pequenos ferimentos durante a fuga e falaram que se esconderam enquanto Webster era retirado numa cadeira de rodas por Mcbride e seu pai. Uma testemunha do promotor admitiu, sob interrogatório, que enfermeiras e outras pessoas aplaudiram e incentivaram os McBride na sua missão.

MacBride negou ter atirado no segurança do hospital, Mlungisi Buthelezi que foi morto durante a fuga, e o juiz aceitou que não

existia evidência que ligasse McBride diretamente com esse délito.

O juiz aceitou um pedido da defesa no sentido de que, para ajudar ao Tribunal a decidir sobre o papel de McBride, fosse ouvido o depoimento de Gordon Webster. Os advogados da defesa e da acusação viajaram a Londres onde Webster prestou testemunho perante uma comissão especialmente constituída. Cem páginas de evidências foram submetidas ao Tribunal, de acordo com o procedimento especial permitido pela Lei do Código Penal.

Três supostos cúmplices prestaram declarações anonimamente - (conhecidos como A, B e C.). O Senhor B admitiu ter cooperado com a polícia para evitar ser preso, enquanto o Senhor C declarou que temia ser enforcado - ele tinha participado tanto na fuga de Webster como no atentado à bomba de Marine Parade. Outra testemunha que também fez declarações após um longo período de detenção foi a irmã mais jovem de Apelgren, Jeanette. Ela tinha sido detida desde o primeiro dia do atual Estado de Emergência - 12 de junho de 1986, primeiramente como uma Detenta de Emergência, e posteriormente sob a Lei de Segurança Interna. Ela ainda descreveu a si própria como simpatizante das metas do CNA, mas contrária à violência. Sua declaração ligava McBride a um dispositivo explosivo colocado no estacionamento de Pinetown Parkad, em maio de 1986, e também descreveu viagens a Botswana com os acusados e Webster.

McBride deu depoimento em defesa própria e rejeitou muitos aspectos dos depoimentos, especialmente daquele do Senhor C, que tinha sido acusado pela defesa de minimizar seu próprio papel no atentado à bomba de Marine Parade. Ele admitiu que tinha feito isto porque temia que as pessoas feridas na explosão pudessem vingar-se nele. McBride disse que ele planejou a explosão em protesto ao Estado de Emergência imposto dois dias antes. Ele desejava uma explosão de grandes proporções para que não pudesse ser ocultada pelas autoridades e escolheu, primeiramente, um grande supermercado em Weststreet, Durban, que tinha grandes vidraças. Ele admitiu que na época não estava preocupado com a possível perda de vidas, mas sustentou que o alvo posterior - em frente da varanda do Bar Magoo - fora escolhido

pelo Senhor C.

Sob inquirição, o Senhor C admitiu ter sugerido um hotel como alvo, dizendo que fizera isto para "impressionar" McBride e por que ele estava revoltado com o Estado de Emergência e com o que a polícia estava fazendo. No restante da sua declaração ele procurou mostrar que somente tinha executado ações armadas por medo de McBride e desejo de recompensa em dinheiro. Ele foi contestado pela defesa quanto à sua declaração de que estava revoltado com as mortes e ferimentos causados pela explosão já que ele tinha realizado mais um atentado à bomba na semana seguinte.

McBride disse que ele se sentiu "mal" e "assustado" após o atentado, porque ele tinha ignorado a política do CNA de evitar vítimas civis. Ele achava que tinha "ido além dos limites da organização". Declarou também que Apelgren, que tinha reservado uma vaga no estacionamento fora do hotel para os homens, não sabia nada sobre a bomba no carro até a mesma ser colocada. Negou ainda que ela pertencesse a uma unidade de combate. Apelgren não prestou depoimento.

O depoimento atenuante concentrou-se nas deploráveis condições dos distritos negros de Wentworth e Austerville, em Duban, que tinham contribuído para a politização dos acusados. McBride contou sobre a rejeição que sofreu pela comunidade branca. Ele estava na faculdade de Treinamento de Professores de Bechet, no SRC, que fizera um boicote em 1985, protestando porque nos 30 anos, desde que fora inaugurada, nunca tinha tido um edifício permanente, enquanto um edifício com a mesma função, para brancos, encontrava-se meio desocupado.

UM RECURSO DEVERÁ SER APRESENTADO.

CASO J

Tjeluvuyo Mgedezi(28 anos)

Solomon Mangaliso Nongwati(38 anos)

Paulos Tsietsi Tsehlana(38 anos)

Esses três homens, todos membros do Sindicato Nacional de Mineiros,foram sentenciados à morte em maio de 1987, no Tribunal da Circunscrição de Klerksdorp, pelo juiz J.J.Strydom. Foram considerados culpados pela morte de quatro dirigentes de grupo na mina de ouro de Vaal Reefs, em fevereiro de 1986.

Eles estavam entre oito mineiros acusados de assassinato e tentativa de assassinato após violentos incidentes na que é a segunda maior mina de ouro do mundo, com mais de 40 mil empregados.

Na época de sua prisão, em fevereiro de 1986, 19 mil mineiros entraram em greve exigindo sua libertação. Durante os dois dias de greve a mina perdeu R5 milhões de produção; isto ocorreu depois de um período, em abril de 1985, quando mais de 14 mil mineiros foram despedidos em sinal de protesto por ações "indevidas" no trabalho.

Mgedezi, Nongwati e Tsehlana apareceram primeiramente no Tribunal com outros dois homens (Siphiwe Mngondo Mbalumdaka, de 28 anos, e Joseph Thoo, de 26 anos), em 27 de fevereiro de 1986, acusados de violência pública, mas o promotor disse que posteriormente seriam acusados de assassinato. Foi-lhes recusada a fiança com base de que poderiam interferir com as testemunhas. A situação na mina foi descrita como "explosiva". Os advogados dos acusados pediram que fossem libertados sob fiança, baseando-se em que eles teriam que passar um longo período em custódia aguardando o início do julgamento.

O julgamento teve início depois de mais de um ano, sem nenhuma cobertura por parte da imprensa até a confirmação das sentenças de morte. Mgedeli, um escrivão, foi acusado de haver liderado um grupo entre duzentos homens que assassinou o grupo de quatro dirigentes. Posteriormente foi relatado por Mgedeli que o mencionado grupo de dirigentes, considerados traidores, queria vingar-se pessoalmente deles. Em 1985, ele foi levado a um comitê disciplinário acusado de ter ameaçado as vidas dos quatro dirigentes. Ele foi considerado culpado e depois absolvido com um recurso. No Tribunal, seu advogado de defesa argumentou que o ataque ao grupo de dirigentes foi precipitado pela recusa da diretoria da mina de realizar uma busca de armas junto a esse grupo, como havia sido requerido por Mgedeli um dia an

tes das mortes.

Um estudo conjunto sobre as causas da violência nas minas, realizado em 1986 pelo NUM* e a "Anglo American Corporation Gold Division" (proprietária da Vaal Reefs), relatou queixas sobre as tentativas feitas pela diretoria com o objetivo de desestabilizar o "NUM". Os diretores do NUM disseram que a diretoria estava dando tratamento especial aos empregados não sindicalizados e salientaram "a coincidência entre o não apoio ao sindicato e a posição de liderança no grupo". Aos dirigentes do grupo eram concedidos refeitórios separados, box para banhos especiais e melhores acomodações para dormir.

Seis mineiros foram considerados culpados de assassinato, mas em três casos (Makhanya, Masike e Mbalumdaka), circunstâncias atenuantes foram admitidas e eles foram condenados a sentenças de reclusão de seis até dez anos. Joseph Thoo faleceu um dia antes do início do julgamento, supostamente por causas naturais, e o sétimo acusado, Monwabasi Sketi (27 anos), foi absolvido.

As penas capitais foram pronunciadas numa sala do Tribunal lotado de dirigentes de grupos e supervisores das minas. As famílias dos acusados moram a uma distância de pelo menos 300 milhas da área, no Antustan Transkei. Os três condenados teriam se entreolhado surpresos quando a sentença foi pronunciada. Todos esses homens trabalharam na Vaal Reefs durante muitos anos. Um pedido de recurso está sendo discutido entre os advogados de defesa e o NUM.

CASO K

Mzwandile Gqeba (22 anos)
Wantu Salinga (27 anos)
Lundi Wana (20 anos)
Thembikosi Pressfeet (30 anos)
Mzwndile Roro Mninzi (27 anos)
Mond Trevor Tingwe (23 anos)

---

* National Union our Mineworkes: Sindicato Nacional dos Mineiros

Esses seis homens foram sentenciados à morte em 24 de julho de 1987, no Supremo Tribunal de Port Alfred. Eles foram considerados culpados pelo assassinato de uma mulher em Queenstown, em dezembro de 1985.

Esse julgamento não teve nenhuma cobertura da imprensa até as sentenças serem pronunciadas, não existindo, portanto, provas de defesa disponíveis. Os advogados de defesa informaram que tinham pedido um recurso e indicaram que esperavam pedir evidência de peritos com relação a psicologia de massas e diminuição de responsabilidade.

A situação em Queenstown nos últimos meses de 1985 estava extremamente tensa em conseqüência da repressão brutal a um boicote por consumidores, coroado de êxito. Num incidente, no dia 17 de novembro, quatorze pessoas foram fuziladas pela polícia num comício na Igreja Metodista de Nonzwakasi. Uma testemunha ocular disse que a polícia em Caspirs deu a população cinco segundos, em vez de cinco minutos para se dispersar antes deles atirarem bombas de gás lacrimogêneo e balas verdadeiras contra a igreja. Mais de 15 mil pessoas assistiram ao enterro coletivo de onze das vítimas. Vários líderes da comunidade foram presos, entre eles Mbuyiba Songelwz que morreu 10 meses depois de uma crise de asma, pois as autoridades do cárcere não o trataram a tempo.

A mulher morta em Queenstown estava sendo acusada de confraternizar com um membro da polícia bantustan (Kwazulu).

CASO L

Bekisizwe Ngidi (19 anos)

Sentenciado em maio de 1987, no Supremo Tribunal de Rand , pelo juiz T. Spoelstra, ele foi considerado culpado por assassinato de um policial em abril de 1986.

O incidente que levou a esta sentença ocorreu em 25 de abril de 1986, quando uma massa de 400 crianças escolares atacou um oficial de polícia - Sargento Mpedi Mokhlane. Este, estava armado

com uma pistola e um rifle, os quais foram tirados dele depois de ter atirado nos estudantes.

A denúncia apontava que os estudantes estavam caçando os assassinos de um colega de escola morto por uma turma (gang) de Soweto. Entretanto, uma notícia da imprensa daquela época disse que o crime ocorreu quando a "polícia e a tropa de choque enfrentavam jovens e interromperam uma passeata contra um Tribunal" onde 15 outros estudantes compareciam acusados da morte de outro policial na semana anterior.

Ngidi fora primeiramente acusado com outros três jovens (Nkabinde, Kwela e Ngomezulo - e só os dois primeiros compareceram com ele) e foi considerado culpado em 14 de maio. Kwela foi absolvido e nenhuma menção foi feita sobre Nkabinde que compareceu com Ngidi.

Ngidi confessou após sua captura, que depois negou no Tribunal, afirmando que havia sido pressionado. Entretanto, o Juiz determinou que a primeira confissão era válida e admissível. As provas mostraram que um grande número de estudantes estava envolvido na morte do policial. Kwela foi absolvido com base no fato de que o Estado não conseguiu provar sua participação nesse caso, embora o juiz tenha dito que o Tribunal ainda não estava totalmente convencido de que, conforme Kwela alegava, durante o incidente ele se encontrava na escola.

Houve uma controvérsia legal quanto a pronúncia da sentença, que fora feita pelo Juiz Spoelstra e apenas um assessor, tendo o segundo adoecido durante o intervalo para o almoço e sido levado para o hospital.

É obrigatória a presença de dois assessores, na África do Sul, quando a sentença de morte é suscetível de aplicação. O juiz declarou que um dos assessores havia sido hospitalizado após os três terem chegado a um veredicto unânime, e que só após uma deliberação entre os três, o juiz tinha resolvido pronunciar a sentença de morte.

Várias outras sentenças de morte foram noticiadas na imprensa em setembro de 1987, mas ainda não temos informações suficientes.

Entre eles: Michel Lucas de Queenstown; Gilindoda Gxekwa (22 anos) de Uitenhage, sentenciada à morte pelo Supremo Tribunal de New Brigton, no dia 13 de agosto, pelo juiz Mullins. Considerada culpada pelo assassinato de um suspeito informante da polícia em março de 1985; Sibusiso Sehece Masuku (22 anos) e Josias Mbonane (21 anos) de Mamelodi foram sentenciados à morte no dia 31 de agosto de 1987, no Tribunal Superior de Pretória, pelo juíz Human. Eles foram considerados culpados pelo assassinato de um policial em fevereiro de 1986. Masuku já está cumprindo pena de 10 anos de reclusão por "terrorismo" imposta no começo desse ano. Ele foi acusado de ter praticado ações armadas em apoio à luta do CNA.

CEDIM

PRISIONEIROS DE GUERRA: UMA QUESTÃO DE VIDA OU MORTE*

Uma campanha foi lançada para salvar a vida daqueles que esperam sua execução por crimes de traição e terrorismo. O UpFront examinou a situação desses indivíduos e os seus direitos em uma sociedade onde são vistos como terroristas pelos juízes, mas seu povo os considera heróis da libertação.

Há 32 pessoas no corredor da morte, esperando a sua execução por crimes de terrorismo ou traição.

Os 700 mil membros do "Congresso da Juventude Sulafricana" (SAYCO) têm desenvolvido uma campanha a nível mundial, apoiada pelo Sindicato Nacional dos Mineiros e pela UDF, para salvar suas vidas e forçar o governo a assinar o Tratado de Genebra.

Mas, são essas pessoas traidores ou patriotas ? São eles terroristas ou combatentes dos movimentos de libertação nacional, lutando em uma guerra e, portanto, habilitados aos direitos dos prisioneiros de guerra(PoW) quando capturados ?

Joseph Malusi Ngoma, trabalhador comunitário e um dos seis condenados por terrorismo na Suprema Corte neste ano, disse que ele e os seus companheiros acusados não aceitam que suas atividades sejam consideradas atos de terrorismo.

"Estou orientado para exercer as pressões necessárias no governo para a liberdade de todo o povo, negro e branco, e por um governo democrático e a paz", disse ele.

Sazi Veldtman, membro do MK, outro dos julgados em Cape Town neste ano, fez uma distinção muito clara entre terrorista e e lutador da liberdade.

"De acordo com a lei deste país eu sou chamado agora de terrorista. Os brancos me chamarão de terrorista. Mas isto não é verdade, não para o meu povo".

Ele viu o Estado de Emergência como uma declaração de guerra: as pessoas nas cidades vivem com medo das forças de defesa

* Artigo publicado na Revista Upfront - Feature, pág. 6 e 7, agosto 1987, traduzido pelo INESC.

e da polícia. Morreram crianças "e quase todas as famílias africanas conhecem esses trágicos eventos pelo seu preço nas suas próprias experiências familiares. Como é que nós podemos nos sentar e não fazer nada ?".

Robert McBride, 23 anos, que foi setenciado a morte por bombardear o Bar Magoo, de Durban, tem sido descrito "como um soldado lutando pelo seu povo".

Eric Apelgren, irmão da companheira e co-acusada de McBride, Greta, explicou suas ações: "De uma maneira que uns poucos brancos possam entender, ele foi apaixonadamente patriótico. O incidente no "Trojan Horse", em Athlone, e os assassinatos em Langa tiveram um efeito profundo nele e quando foi declarado o estado de emergência, ele viu isto como uma declaração de guerra para o seu povo".

A irmã de Greta, Jeanette, disse: "Não tivemos escolha se não entrar(no CNA). Foi uma progressão natural. Não foi uma escolha. A única questão foi que estávamos interessados em defender nosso povo contra a violência do apartheid".

"No que concerne, o terrorismo urbano morreu faz muito tempo. Isto é guerra, embora o governo não queira reconhecê-la".

Em um caso ouvido recentemente em Natal, alguns dos acusados recusaram reconhecer a validade do Tribunal dizendo que eles eram prisioneiros de guerra. Sua instância foi rejeitada e eles foram forçados a permanecer no julgamento.

A CONVENÇÃO DE GENEBRA

Em termos dos Protocolos de 1977 da Convenção de Genebra de 1949, uma tentativa foi feita para classificar a situação dos membros da libertação e resistência e dar-lhes o direito da condição de prisioneiros de guerra.

O Protocolo 1 definiu os conflitos internacionais e incluiu:"conflitos armados nos quais os povos estão lutando contra a

dominação colonial e ocupação estrangeira e contra os regimes racistas, em exercício do seu direito de autodeterminação".

A África do Sul não tem assinado, ratificado ou acedido a este acordo.

O CNA, de qualquer forma, se converteu no primeiro movimento de libertação a ser reconhecido como um beligerante legítimo nos termos da Convenção.

Em 1980, Oliver Tambo, presidente do CNA, entregou uma declaração ao Presidente da Cruz Vermelha Internacional, na qual ele disse que o CNA ia aplicar a Convenção de Genebra e os seus protocolos "onde houvesse possibilidade prática".

Em teoria, a condição de prisioneiro de guerra garante que o prisioneiro será tratado humanitariamente, e não sujeito a tortura ou interrogatório, embora o prisioneiro permaneça sujeito a prisão.

A vantagem principal é que o prisioneiro de guerra não pode ser executado.

"TENDÊNCIA" INTERNACIONAL

Tem sido argumentado nos tribunais de Namibia, Transvaal e Natal que, embora a África do Sul não seja signatária dos protocolos, os juízes deveriam reconhecer a Convenção como uma "tendência" internacional a ser levada em conta na sentença.

Se os protocolos tornaram-se parte da lei consuetudinária internacional, a África do Sul deveria estar sujeita a eles.

Mesmo Israel, que também negou-se a assinar a Convenção, não executa os membros da OLP capturados.

O professor John Dugard, da Universidade de Witwaters, tem aparecido como uma testemunha experiente de defesa em dois casos chaves.

No primeiro, o julgamento de Sagarius e outros, transcorrido em Windhoeck em 1983, o Juiz Bethune levou em conta os protoco

.os e setenciou os julgados, todos eles membros da SWAPO, à prisão de 9 a 10 anos.

Este argumento não teve muito sucesso no julgamento de Mogoerane e outros no qual os membros do CNA foram acusados de traição e setenciados a morte pelos ataques a três delegacias de polícia no Transversal do Norte.

O caso foi ouvido pelo Juiz Curlewis, que sugeriu que os valores da comunidade internacional eram "desvirtuados e inaplicáveis para os sulafricanos com bom senso e os negros decentes".

No caso contra Buthelezi e outros, o Juiz Didcott mostrou se mais solidário com os sentimentos internacionais.Os acusados não foram condenados a morte porque ele foi compreensivo com a motivação do CNA e estava preparado para levar em conta a realidade política da situação na África do Sul.

Para John Dugard, estes casos demonstram que a determinação de sentença para prisioneiros é subjetiva, e depende da atitude do juiz.

Murphy Morobe, o atual secretário de publicidade da UDF comentou no lançamento da campanha: "Não podemos aceitar jamais a situação onde 32 jovens sulafricanos, que, em circunstâncias normais, poderiam ter alguma oportunidade de contribuir no avanço da sociedade, estejam esperando no corredor da morte".

Presos libertados acusam a polícia de Ndebele de tortura

Por VUSI GUNENE*

Uma revoada de atividade por parte da polícia de KwaNdebele, operando em Johannesburg - e afirmações de ter praticado grave tortura na sua região - deverão conduzir a uma série de ações judiciais contra os agentes da lei e da ordem e a polícia do território.

Em casos separados, um membro ativo do Conselho de Igrejas de Pretória e três membros executivos do Congresso Juvenil Sul-africano pretendem processar os agentes por agressões, detenções e prisões supostamente ilegais em novembro e dezembro do ano passado.

Ativistas do Sayco (Congresso Juvenil Sul-Africano) - Fawcett Mathebe, Joseph Nkuna e Andy Seflotelo - foram detidos pela polícia de KwaNdebele, num hotel de Johannesburg, no dia 18 de novembro e mantidos na prisão até 28 de dezembro. Um tribunal declarou ilegal essa detenção.

Asseverações extraordinárias surgiram de uma declaração sob juramento feita pelo outro detento, Michael Ncube, que foi preso em 27 de novembro e passou 18 dias detido.

Tais asseverações podem ser publicadas porque o julgamento que propiciou a liberação dos ativistas do Sayco estabeleceu que a polícia de KwaNdebele não possuia poderes para agir sob o Estado de Emergência na África do Sul.

A declaração de Ncube, em posse de WM, dá detalhes sobre suas experiências:

"Cheguei ao Aeroporto Jan Smuts às 02:45 horas de 27 de novembro de 1987. Um homem branco aproximou-se de mim ... mais tarde ele se apresentou como o Oficial da Polícia Bothma, e me deu voz de prisão."

"Ao chegar a KwaMhlanga (em KwaNdebele) os veículos se dirigiram a uma casa particular onde se encontravam alguns policiais ... eu fui longamente interrogado. Fui algemado a uma janela por um policial negro cujo nome era "Zakes".

"Pouco depois, três policiais à paisana chegaram ao local, um certo Sargento Loots ... transpirou que ele era o oficial investigador".

"Ele me submeteu a interrogatório ... mandaram-me, mais tarde, tirar a roupa".

"Levaram-me a outra sala onde o conteúdo da minha bagagem foi examinado ... mandaram-me deitar no chão e o Sargento Loots colocou um tubo de borracha sobre o meu rosto, fazendo com que ficasse quase sufocado".

"Os três policiais passaram a me chutar enquanto eu permanecia no chão. Fui levado, depois, a outra sala vazia onde novamente colocaram o tubo no meu rosto e fui violentamente espancado e chutado".

"Mandaram alguém comprar bebida e iniciou-se uma sessão de bebedeira".

"O Loots pegou um cabo de picareta e me bateu no peito com toda força :::

"O Capitão Klopper voltou e passou a vista nos documentos ... Ele mandou, então, que os três policiais usassem novamente o tubo. Klopper disse que eu deveria ser detido sob o regulamento de Emergência. Fui forçado a assinar uma declaração mas não tenho idéia do que estava escrito nela."

CEDIM

* Artigo publicado na Revista Facts and Reports - International press cuttings on Southern Africa, pg 02, 29.01.88
Tradução: INESC.

Assassinatos aumentam os temores do CNA de uma ofensiva renovada*

Por David Beresford, Johannesburg

Mais um misterioso assassinato na Suazilândia, após a explosão de um carro-bomba dois dias antes no Zimbábue, onde morreram duas pessoas, tem aumentado os temores no sentido de que Pretória esteja incrementando sua guerra encoberta contra o proscrito Congresso Nacional Africano.

A polícia suazi confirmou ontem que a vítima, Sipho Ngema, era um refugiado que morreu após dois homens se aproximarem dele num restaurante de Manzini e atirarem nele. Suspeita-se que Ngema fosse membro do CNA.

Pelo menos dezesseis pessoas têm sido assassinadas ou seqüestradas em áreas com suspeita de operações dirigidas por Pretória na Suazilândia nos últimos três anos, incluindo um alto dirigente do CNA, em julho passado.

O CNA disse, numa declaração feita ontem em Lusaka, que um carro-bomba estacionado na frente de uma casa na cidade de Bulauaio, na segunda-feira à noite, fora detonado por seus próprios homens, que atiraram num veículo suspeito. Declarou, ainda, que os dois homens mortos na explosão eram sabotadores, prováveis agentes de Pretória.

Numa outra declaração divulgada ontem em Lusaka, o CNA disse estar pronto para negociar com Pretória, mas reiterou suas condições para iniciar as negociações, a saber, a libertação incondicional dos presos políticos na África do Sul, o fim do estado de emergência e a anulação das "leis repressivas".

* Artigo publicado na Revista Facts and Reports - International press cuttings on Southern Africa, pg. 05, 29.01.88.
Tradução: INESC.

7 Assassinatos Notificados em Lutas entre Grupos de Natal*

United Press International

JOHANNESBURG - A polícia notificou a morte de 7 pessoas na segunda-feira, incluindo uma criança de 2 anos, na última rodada de lutas entre grupos negros rivais disputando o controle político nos guetos na periferia da cidade de Pietermaritzburg, na província de Natal.

As mortes ocorreram no domingo, elevando o saldo de mortes do fim de semana para nove e fazendo um total de 42 negros mortos neste ano na região, aproximadamente 300 milhas (480 quilômteros) ao sul de Johannesburg. Os dois grupos que se degladiam são a Frente Democrática Unida e o Movimento Inkatha, politicamente mais moderado, liderado por Mangosuthu Buthelezi.

---

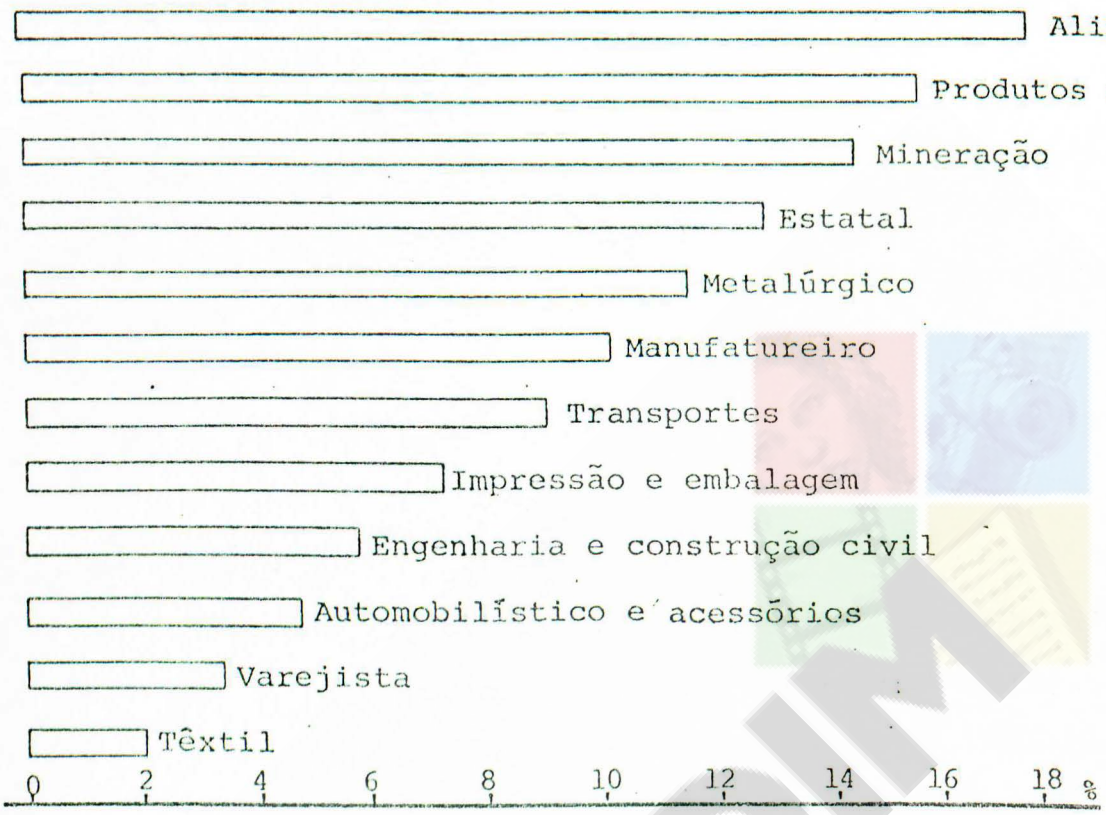
10 GREVES PRINCIPAIS DE 1987

Duração (dias)	Grevistas, nº estimado	Companhia	Sindicato	Fator detonador
63	11.000	Correios	POTWA	Paridade de salários com os brancos
46	2.600	Mercedes Benz	NAAWU	Salários
30	20.000	SATS	SARHWU	Demissões
28	270	Kohler	FWAWU	Salários
22	600	Lebowa Transport	TAWU	Reconhecimento
22	7.000	Iscor	NUMSA	Salários
21	250.000	Câmara das Minas	NUM	Salários
20	5.000	Correios.	POTWA	Demissões
18	85	Revertex	CWIU	Salários
16	970	Mining Industrial Rubber	CWIU	Salários

Fonte: Giles Files

Número de greves

Distribuição por setor 1987



Fonte: ALA

O impacto incerto das sanções contra Pretória*

Michael Holman

escreve sobre um relatório que questiona o valor da principal arma anti-apartheid

---

A lógica sugere que mais uma onda de protesto e violência na África do Sul provocaria uma nova série de sanções

---

O impacto incerto das sanções contra Pretória

Uma avaliação abrangente das sanções contra a África do Sul, publicada ontem pelo Departamento de Inteligência do jornal "Economist", chega a uma conclusão pessimista quanto ao seu provável impacto.

Houve três estágios distintos na escalada da pressão internacional contra a África do Sul, de acordo com a Sra. Merle Liptón, no seu relatório de 170 páginas.

O primeiro foi desencadeado pelos fuzilamentos de Sharpeville, em 1960; o segundo, pela revolta de Soweto, em 1967 e o terceiro, pelos motins políticos a partir de 1984.

"A lógica sugere que mais uma onda de protestos e violência na África do Sul provocaria uma renovada série de sanções. Na prática, a dinâmica das sanções é tão complexa e imprevisível que não seria possível descartar a possibilidade de uma guinada para a aplicação obrigatória de sanções abrangentes nem de uma perda de interesse nessa estrategia em particular para acabar com o apartheid, com o conseqüente esvaziamento da campanha".

A Sra. Lipton prossegue examinando os antecedentes das limitadas sanções atualmente em vigor, os custos e os benefícios das sanções para os governos ocidentais que as impuseram, o papel da África do Sul na economia mundial.e considera, ainda os efeitos políticos e econômicos das sanções na própria África do Sul.

Existem, ela escreve, pelo menos cinco cenários possíveis:

. As medidas existentes continuam em vigor, mas não havendo

um levante de importância na África do Sul, não será feito mais nada.

. A escalada gradual de sanções, incluindo a proibição por parte da Comunidade Européia e do Japão de importações de carvão e produtos agrícolas, assim como por Israel, como resposta à pressão dos Estados Unidos.

. Um enfoque mais complexo e diferenciado, com a eliminação de algumas sanções, por exemplo, sobre os esportes e sobre empregadores que satisfazem certos critérios.

. Uma importante intensificação das sanções, algumas delas, ou mesmo todas, tornadas obrigatórias pelo Conselho de Segurança da ONU, induzida por um desastre dentro da África do Sul ou da região.

. O desgaste ou eliminação de algumas das atuais sanções, quer devido à elevação dos custos econômicos, quer por causa da preocupação crescente por outros assuntos, tais como, por exemplo, o agravamento da crise no Oriente Médio, ou o estado da economia mundial, que eclipsariam a atenção sobre a África do Sul.

" O prognóstico mais provável para o futuro," escreve a Sra. Lipton, "é a contínua escalada de sanções;" mas ela prossegue levantando dúvidas sobre sua praticidade ou conveniência como uma força para a mudança construtiva na África do Sul.

A Sra. Lipton salienta que as sanções existentes têm tido efeitos não pretendidos. O final efetivo das exportações da Krugerrand em 1985-86 não levou a uma diminuição das vendas do ouro

sul-africano. Em vez disso, o país beneficiou-se, junto com todos os produtores de ouro, com a demanda crescente desse metal, já que a emissão e promoção de novas moedas no Canadá, os Estados Unidos, o Japão e em outros lugares levou, na maioria dos casos, a uma inesperada resposta favorável por parte do público" aponta o relatório.

Embora o ouro, que é responsável por entre um terço e a metade, aproximadamente, das exportações da África do Sul, seja um "alvo tentador" para os aplicadores de sanções, a Sra. Lipton acredita que qualquer embargo somente conseguiria aumentar seu preço. Tentativas feitas pelos Bancos Centrais de forçar a queda do preço, mediante a posta em circulação de suas reservas de ouro poderiam "ameaçar a precária estabilidade do sistema monetário internacional."

Os vizinhos da África do Sul, governados por negros, sujeitos a retaliações por parte de Pretória, fazem crescentes reservas às sanções, ela diz. As suas tentativas de construirem rotas alternativas para transporte, àquelas através da África do Sul, mediante a reabilitação das estradas de ferro regionais "proporciona alvos muito expostos para a Força de Defesa da África do Sul."

O relatório observa que o interesse próprio é um fator do "lobby" pró-sanções. Os grupos protecionistas nos Estados Unidos (carvão, têxteis, agricultura) trabalharam ativamente na elaboração do pacote de sanções de Washington, em 1986.

O relatório questiona o impacto do anti-investimento, observando que as cerca de 100 companhias americanas que se "reti-

raram" em 1987, a maioria não cortou suas ligações, "mas reestruturaram seus interesses em uma forma que reduz seu envolvimento direto mas conserva suas relações comerciais."

A última parte do relatório é um exame que busca os resultados das sanções que estão agora em vigor, e as possíveis conseqüências de medidas mais duras. "A questão central do seu impacto sobre a África do Sul tem sido pouquíssimo explorada".

O registro histórico mostra que os efeitos das sanções são imprevisíveis e indiscriminados: "mesmo quando produzem os pretendidos efeitos econômicos adversos, nem sempre são seguidos automátimente pelos efeitos políticos desejados".

Existe o perigo de que o Governo da África do Sul se sinta "apanhado numa situação do tipo "Catch 22", isto é, sem saída, na qual mesmo as reformas genuínas não conseguem a diminuição das sanções, e poderiam até levar a sua intensificação, com base no argumento de que as sanções estavam fazendo efeito.

O impacto das sanções na "altamente diversa comunidade negra" não será uniforme, diz o relatório, observando que enquanto um dos principais grupos de homens de negócios negros inclina-se a dar apoio às sanções, os sindicatos mais radicais "permanecem altamente ambivalentes".

Longe de enfraquecer o Governo, a ameaça de sanções - e mesmo mais do que a sua própria imposição - tem contribuído para fortalecê-lo vis-a-vis outros segmentos da sociedade.

O relatório termina com um comentário pessimista. As sanções

que realmente "machucam" erodindo o nível de vida dos negros, criando, possivelmente, desilusão e reações contra seus defensores, poderiam ter conseqüências não desejadas para a luta do poder negro".

"As contínuas sanções em aumento não têm probabilidades de derrubar o Governo, sendo possível que impeçam, ao invés de acelerar, a reforma ... a longo prazo poderiam contribuir para a erosão do controle dos brancos. Mas o resultado poderá não ser o governo dos negros sobre um país sem divisões".

"Se as sanções tiverem os efeitos desejados, o declínio econômico poderia erodir os laços econômicos que tem aglutinado os diversos povos da África do Sul, fortalecendo as tendências de desintegração e, portanto, dando maior possibilidade à divisão, tendo como pano de fundo a crescente violência em toda a região".

---

* Artigo publicado na Revista Facts and Reports - National Press Cuttings on Southern Africa, págs. 6/7, 29.01.88
Tradução: INESC

O Congresso Nacional Africano - CNA - admite: Temos sofrido alguns reveses

O CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (CNA) admitiu ter sofrido graves contratempos como resultado de operações contra-insurreição, por parte das forças sul-africanas, no ano passado.

A admissão do CNA fazia parte de um comunicado durante uma reunião em Lusaka, Zâmbia, em comemoração do seu 76º aniversário, que contou com a presença do seu Presidente, Oliver Tambo.

Essa admissão causou surpresa. Acredita-se que esta seja a primeira vez que o CNA reconheceu ter sofrido reveses na sua luta militar contra o regime sul-africano.

A Organização também reconheceu que tanto ela mesma quanto os movimentos internos que a apoiam sofreram contratempos devido à imposição do estado de emergência.

O CNA disse que embora ele estivesse disposto a negociar um acordo com a África do Sul sob as "condições corretas" estava ciente de que o governo sul-africano não estava interessado.

Fontes chegadas à inteligência militar de Pretória alegam que essa admissão reconhece o "sucesso sem precedentes" que as forças contra a insurreição e de segurança alcançaram em 1986 e 1987 contra o CNA. Essas fontes afirmam que no ano passado a polícia esmagou toda a rede ocidental do Cabo, do CNA, com a prisão de 50 colaboradores e "terroristas", uma rede que o CNA tinha levado anos para construir. Uma rede do CNA no Transval foi destruída, e foram também notificadas operações bem sucedidas em Natal e em

outras localidades.

As forças de segurança acreditam que a proposta do CNA de iniciar uma guerra do povo com base nas massas populares, declarada em 1986 como um objetivo quando o estado de emergência fora imposto, foi sustada.

Na reunião de Lusaka, o CNA divulgou estratégias para a linha de ação a ser seguida no próximo ano, entre as quais, a tentativa de repetir conversações do tipo das realizadas em Dakar, que na época foram por ele aclamadas como um rompimento dos africânderes com o governo e um passo adiante para o movimento de liberação.

O CNA planeja fazer um grande esforço para aumentar o isolamento internacional e alargar o boicote comercial da África do Sul, assim como incrementar sua ofensiva diplomática. Fontes britânicas comentaram que o CNA ainda está ressentido do ataque da Sra. Tatcher na Conferência da Comunidade Britânica de Vancouver, em novembro, quando ela rotulou a organização como "terroristas com os quais ela não trataria".

Embora a Sra. Tatcher tenha ficado aborrecida por causa das perguntas agressivas que lhe fez o representante do CNA, Johnny Makatini, e apesar de diplomatas britânicos e americanos terem deixado claro em Londres e Nova York que continuariam conversando com o CNA, a Organização Ficou preocupada com o acontecido; acredita que a condenação da Sra. Tatcher, junto com a campanha movida pela direita americana para apresentar o CNA como uma ferramenta comunista, tenha ajudado Botha em sua tentativa de isolar o CNA.

Especula-se em Londres que Pretória libertará o líder do CNA, Walter Sisulu, nas próximas semanas e que a Sra. Tatcher estaria disposta a visitar a África do Sul, mas somente com a condição de que o próprio Mandela seja solto.

Comentário:

Com a proximidade de importantes eleições suplementares em áreas rurais conservadoras, há pouca probabilidade de que Sisulu seja libertado e ainda menor esperança para Mandela.

A incapacidade do governo de aceitar as conseqüências da recente libertação "incondicional" de um dos líderes do CNA, Govan Mbeki, banindo-o para evitar que aparecesse em reuniões, é uma clara indicação dessa improbabilidade.

O autor britânico Anthony Sampson, que mantém estreito contato com o CNA em Londres e é um observador experiente da África do Sul, escreveu recentemente na "Análise Africana" que o CNA estava correndo perigo de receber o pior dos dois mundos - ser considerado terrorista pelos conservadores enquanto suas atuais campanhas não eram suficientemente eficazes para impressionar os militantes negros.

Contudo, ele considerou sua posição política muito mais poderosa do que seu desempenho militar poderia sugerir. Sampson compara a posição do CNA com a FLN dos revolucionários árabes na Argélia, por volta da metade da sua guerra civil com a França, em 1958.

Embora os franceses tivessem esmagado militarmente a FLN den-

tro da Argélia, essa organização tinha vencido do ponto de vista político e internacional e foi isso o que realmente teve importância a longo prazo.

A comparação pode ser oportuna. A África do Sul está, de fato, ganhando a guerra interna contra o CNA e seus simpatizantes, mas a ofensiva diplomática do CNA tem sido mais eficaz nos últimos três anos e, ao aumentá-la neste ano, o CNA está reconhecendo as possibilidades que oferece.

O governo está ciente do seu perigo, e esta é uma das razões para a imposição das severas restrições à imprensa quanto à promoção da imagem do CNA.

NOTA AO PÉ DA PÁGINA: Mbeki foi internado no Hospital Groote Schurr, na Cidade do Cabo, para uma investigação sobre "uma fraqueza nos seus membros inferiores e nas mãos", embora o seu estado geral tenha sido descrito como "muito bom".

* Artigo publicado na Revista Facts and Reports - International press cuttings on Southern Africa, pg. 05, 29.01.88
Tradução: IN C.

UM LÍDER COM CORAÇÃO DE OURO - Cyril Ramaphosa*

A greve dos mineiros sul-africanos, de 1987, que afetou o poder das gigantescas minerações, foi apenas "um ensaio geral do que vai acontecer em 1988", diz Cyril Ramaphosa, o advogado que se tornou organizador de sindicatos e encabeçou a ação dos 350 mil membros negros do forte Sindicato Nacional de Mineiros.

A greve de três semanas do maior sindicato sul-africano quebrou a estrutura das relações industriais, custando aos proprietários das minas mais de 150 milhões de dólares. Mais das duas terças partes da força de trabalho de 46 minas de ouro e de carvão participaram da mesma - muito mais do que os chefes das minas esperavam.

Numa entrevista, meses após o fim da greve, Ramaphosa ainda mantinha uma atitude de desafio. "A luta por um salário para viver ainda não terminou. Nós, assim como os membros do NUM (National Union of Mineworkers - Sindicato Nacional de Mineiros), sabemos muito bem que é necessário nos envolver numa luta conjunta para elevarmos salários e níveis de vida".

Ramaphosa disse que estava bem claro para o NUM que a luta seria contra intransigentes chefes de minas. "Essa intransigencia fez com que percebessemos que seremos forçados a convocar mais uma greve por salários em 1988", acrescentou, "e, dessa vez, um número bem maior de mineiros estará envolvido, e durante mais tempo. Isto é algo que não poderemos evitar. Nós demos uma lição muito cara aos chefes das minas. Eles não nos deram a lição que esperavam nos dar - eles não quebraram a união."

A greve parece ter promovido o prestígio do sindicato nas minas. Um fator que indica que o NUM irá atacar novamente em 1988 é a rápida expansão havida no movimento sindical como um todo, acompanhada por um aumento da ação nas indústrias. O número de membros dos 13 sindicatos afiliados à Confederação de Sindicatos Sul-Africanos - um pouco mais de 400 mil em 1985 - quase dobrou até meados de 1987.

Ao ser interrogado sobre como o seu sindicato poderia deixar de lado a cláusula antigreve de um projeto de emenda que deverá passar pelo parlamento da minoria da África do Sul neste ano, Ramaphosa disse: "P.W.Botha e seu governo estão procurando o confronto com os mineiros negros. Se eles desejam frustrar as aspirações dos mineiros com leis como essa, os mineiros vão demonstrar até onde eles podem ir para melhorar a parte que lhes corresponde."

Ele tem sido uma figura chave no espantoso crescimento do NUM, e tem sido o leme do sindicato desde sua fundação, em fevereiro de 1982. A experiência de Ramaphosa na indústria da mineração teve início quando ele ainda era criança. Seu avô foi mineiro de diamantes. Suas lembranças da infância incluem ter sido jogado dentro de uma vala por um policial branco - um evento que se repetiu, de maneira muito mais séria, quando foi preso por atividades políticas após a revolta estudantil de 1976.

"O movimento sindical representa, para mim, uma das maneiras mais práticas de avançar na nossa luta pela liberação e por uma sociedade livre da exploração. Eu não poderia continuar a viver diante da injustiça a que fomos submetidos todos estes anos

- muito antes do meu avô se tornar um mineiro. Tentar reparar as injustiças cometidas contra o meu avô foi uma das principais razões pelas quais decidi unir-me à luta dos trabalhadores."

Ramaphosa, um homem de fala suave que gosta de vestir uma jaqueta curta de couro, está sendo descrito como o equivalente sul-africano do líder polonês do Solidariedade, Lech Walesa. Seu sindicato é o maior dos afiliados a cada vez mais poderosa COSATU - Confederação de Sindicatos Sul-Africanos -, com quase 400 mil membros.

Os comentários de Ramaphosa refletem a precaução que adquiriu nos seus anos de treinamento jurídico. Ele evita condenar a violência que tem grassado no país nos últimos três anos, mas acredita que uma nova e mais disciplinada direção é necessária na campanha contra o governo da minoria - o tipo de disciplina que escorou o sucesso da greve dos mineiros no ano passado.

O sindicato nomeou o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, atualmente na prisão, como seu presidente honorário, e adotou a Carta da Liberdade - o projeto inspirado no Congresso Nacional Africano - para uma África pós-apartheid.

No congresso anual do ano passado, o NUM formulou um claro desafio político contra o sistema de trabalho migrante, sob o qual a maioria de seus membros vivem e trabalham. Os mineiros negros da África do Sul passam até nove horas no fundo dos poços das minas mais profundas do mundo, a mais de 4 mil metros da superfície e em temperaturas que atingem os 38°C. Eles têm que se agachar em cortes transversais cheios de água que às vezes têm apenas um metro

de altura.

Em 1986, o minério que eles extrairam rendeu 638 toneladas de ouro, com um valor de 17 bilhões de dólares, 14 por cento a mais que no ano anterior. Quase 600 mineiros morreram no processo. Desde a virada do século, mais de 48 mil já morreram, e o número de feridos é de um milhão, comenta Ramaphosa. Os trabalhadores ganham em média 289 dólares mensais pelo seus esforços - apenas a quinta parte do salário médio dos mineiros brancos.

Sob o sistema estabelecido há um século, Pretória admite migrantes negros para extrair ouro, mas mantém fora as suas famílias. A maioria dos mineiros mora em hospedarias só para homens, nas quais freqüentemente existe segregação tribal, administradas com um regime semi-militarizado; esses mineiros ficam muito isolados do restante da sociedade negra. Dentro dos limites artificiais das hospedarias,o homossexualismo, a prostituição e o alcoolismo são comuns, resultantes de frustrações que levaram centenas de milhares de trabalhadores das minas a ingressarem no NUM quando foi estabelecido, em 1982.

Em 24 de outubro do ano passado, Ramaphosa tornou-se o primeiro contemplado com o prêmio comemorativo Olaf Palme, estabelecido em memória do Primeiro-Ministro sueco que fora assassinado. Os curadores do prêmio descreveram Ramaphosa como "tendo mostrado extraordinária coragem e sabedoria" na qualidade de líder do NUM durante a greve. Os curadores disseram que o prêmio era um tributo aos membros do NUM, que "mostraram solidariedade na sua luta em prol dos direitos humanos".

Ramaphosa, como presidente do comitê de recepção do líder do Congresso Nacional Africano, Govan Mbeki, libertado após 25 anos atrás das grades, recebeu a honra de presidir sua primeira conferência de imprensa em Johannesburg. Com um status desse tipo, não surpreenderia se o líder dos mineiros se tornasse Ministro de Trabalho no primeiro Gabinete Sul-Africano Pós-Apartheid.

Por Mono Badela, Johannesburg

CEDIM

* Artigo publicado na Revista "Facts and Reports", International Press cuttings on Southern Africa, pg.2, 29.01.88.
Tradução: INESC.

HOMENAGEM A IMPORTANTE EDITOR NEGRO DA ÁFRICA DO SUL

SOWETO: Ativistas anti-apartheid, diplomatas e negros, assíduos leitores dos jornais de Percy Qoboza durante 20 anos, renderam ontem homenagem a este jornalista, um dos principais jornalistas negros da África do Sul, durante o seu funeral, que esteve sujeito a restrições por parte da polícia.

O Sr. Edward Perkins, primeiro embaixador negro dos Estados Unidos, estava entre as 1.500 pessoas que abarrotaram a igreja católica Regina Mundi, de Soweto, para uma cerimônia fúnebre de quatro horas de duração, marcada pela oratória ativista anti-apartheid e a condenação da repressão policial.

O Sr. Qoboza era o editor do "City Press", o jornal para negros de maior tiragem do país, e durante os 25 anos de sua atividade jornalística foi um persistente crítico das políticas raciais do governo.

Morreu em 17 de janeiro, no dia de seu 50º aniversário, após um ataque cardíaco.

"O jornalismo sul-africano, que tem sofrido muito, sofre mais agora," dizia uma mensagem, lida durante o funeral, do Sr. Derek Bok, reitor da Universidade de Harvard. O Sr. Qoboza esteve em Harvard de 1975 a 1976.

Uma ordem da polícia proibiu qualquer pessoa, que não fosse sacerdote, de falar sem autorização do comandante da polícia de Soweto. Foi também proibida a apresentação de faixas, bandeiras ou cartazes.

Os planos de que falassem membros de dois grupos militantes anti-apartheid, a Frente Democrática Unida e a Organização do Povo Azaniano, tiveram que ser abandonados devido a essa ordem.

Contudo, um importante ativista, que não constava da lista no programa do funeral, o Sr. Aubrey Mokoena, do Comitê de Libertação de Mandela, pronunciou um violento discurso após dizer à multidão que as restrições da polícia "não podiam ser toleradas".

"Descanse em paz" ele disse olhando para o caixão. "Nós conseguiremos a nossa liberação".

A Sra. Winnie Mandela, esposa do líder preso do CNA, entrou na igreja pouco antes do discurso do Sr. Mokoena, mais o menos na metade da cerimônia, com uma escolta de jovens vestindo macacões com as cores do CNA - ouro, verde e negro.

O Sr. Qoboza iniciou sua carreira como repórter do jornal "World" em 1963, tornou-se seu editor de notícias em 1968, e seu editor geral em 1974.

O governo fechou o "World" em 1977, na seqüela dos distúrbios de Soweto, do ano anterior, e o Sr. Qoboza foi detido durante cinco meses sem acusação alguma.

Posteriormente ele publicou o "Post", que o governo fechou em 1980, enquanto ele estava nos Estados Unidos como editor hóspede do agora extinto "Washington Star".

* Artigo publicado na Revista "Facts and Reports", International Press cuttings on Southern Africa, pg.05, 29.01.88:
Tradução: INESC:

ÁFRICA DO SUL: APARTHEID E CAPITALISMO CONTRA O POVO NEGRO

DOSSIÊ ÁFRICA DO SUL

I) A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SOCIAL SUL-AFRICANA *

1. Separar para lucrar

Para os 21 milhões de negros, o país se chama Azania e foi ocupado por uma minoria estrangeira que se apossou das melhores terras, depois de expulsar pela força os habitantes originais da região, implantando um sistema onde a cor da pele separa os bons dos maus. Os cinco milhões de cidadãos brancos da República da África do Sul são descendentes de colonos holandeses e ingleses que chegaram ao extremo sul da África há três séculos e acreditam tranqüilamente que os brancos são melhores que os negros.

Essas duas maneiras radicalmente diferentes de ver um mesmo país estão na origem da crise gerada pelo único sistema do mundo onde a discriminação racial é oficial. Uma discriminação que, nos últimos 40 anos, tem desafiado todas as condenações e pressões. O "apartheid", nome que os brancos sul-africanos deram ao sistema de supremacia racial, é a pedra básica de um modelo econômico que adquiriu uma enorme importância para a estrutura do mundo capitalista.

2. A colonização

Os primeiros colonos holandeses chegaram à Cidade do Cabo em 1652, mais de um século e meio depois de o navegante português ter dobrado o Cabo da Boa Esperança. Mas os portugueses estavam com as atenções voltadas para a Índia e por isso não se preocuparam em enfrentar o povo "Khoikhoi", estabelecido na região havia mais de mil anos.

Jan Van Rebeeck foi o primeiro holandês a desafiar a desconfiança dos Khoikhoi, ao desembarcar no local onde se ergueria a Cidade do Cabo, para implantar um núcleo de colonização, destinado ao cultivo de vegetais e à criação de animais para o abastecimento das tripulações de navios em viagem para a Indonésia. Os holandeses, portanto, chegaram para ficar. Em 1688, cerca de 600 "boeres" (boer é o nome holandês para fazendeiro) já estavam instalados na região do Cabo, dividindo suas atividades entre a agricultura e a guerra contra os Khoikhoi. Por estarem em grande minoria, os primeiros colonos holandeses eram extremamente unidos e agressivos, duas características que mais tarde viriam marcar toda a civilização boer no sul da África.

As armas de fogo tornaram sangrenta a campanha militar contra os africanos. Os holandeses não tardaram em perceber que não adiantava entrincheirarem-se em posições fixas, pois a única maneira de garantir sua segurança residia na ampliação constante das áreas sob seu domínio. A rigor, os boeres não eram colonos típicos: Recebiam salários da Companhia Holandesa das Índias Orientais, não podiam trocar produtos com os nativos e o que produziam devia ser entregue às tripulações dos navios. Assim, logo passaram a se sentir explorados por seus patrões da metrópole, que não admitiam o rompimento do monopólio comercial da companhia, nem simpatizavam com a idéia do uso do trabalho escravo para ampliar as plantações e a pecuária. Os empresários de Amsterdã achavam que a captura de escravos tornaria os colonos mais ricos e, portanto, menos dependentes. Nesta disputa, os boeres ganharam lentamente vantagem, e, no final do século XVII, os chamados colonos livres, os burghers, já eram majoritários. A população de origem européia dividiu-se então em dois setores: um ligado ao comércio com o exterior e outro que se embrenhava pelo interior em busca de novas terras.

Durante o século XVIII, os conflitos entre brancos e negros aumentaram de intensidade, a ponto de a história registrar nada menos do que sete grandes guerras entre os boeres e os "kafirs" (nome pejorativo dado pelos holandeses aos negros em geral), no período de 1770 a 1840. Na metade do século XVIII, os colonos passaram a se chamar de "afrikaaners", uma denominação que os individualizava em relação aos compatriotas da Europa.

3. Boeres contra ingleses

O enfraquecimento do império colonial da Holanda abriu aos ingleses, em 1806, a possibilidade de se instalarem na Cidade [illegible] mentalidade basicamente comercial. O interesse britânico era explorar as bases econômicas lançadas pelos boeres para criar uma burguesia local que vendesse produtos primários e importasse bens manufaturados produzidos pela florescente indústria inglesa. Londres não queria o controle direto das populações nativas, mas a administração indireta. Assim, os ingleses foram contra as guerras pela captura de escravos, preferindo os acordos para troca de mercadorias e a transformação das lideranças tribais em intermediários. Essa ideologia liberal entrou em choque com o escravismo intransigente dos boeres.

Os conflitos entre os boeres e ingleses se tornaram tão agudos que, em 1834, cerca de 14 mil afrikaaners resolveram emigrar em massa mais para o interior e em direção ao norte. Com a mesma obstinação e agressividade de seus antepassados, iniciam então a "great trek" (grande migração) que viria a levá-los pelo Transvaal, depois de sangrentos combates com os xhosas que viviam na área. Outro grupo foi para a região que hoje é conhecida como Orange. Em busca de uma nova pátria onde pudessem praticar livremente a escravatura e a exploração intensiva da terra, os afrikaaners proclamaram em 1852 a independência do Transvaal, e, 1854, a de Orange.

Os ingleses da Cidade do Cabo não deram maior importância à rebeldia dos boeres. Reconheceram as duas áreas independentes porque, no

* N. da Redação — Transcrito do "Guia do Terceiro Mundo", p. 475 e adaptado pela redação — dossiê divulgado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), Brasília, em 21 de outubro de 1985.

fundo, os teimosos colonos brancos estavam servindo ao jogo de Londres. A ocupação de novas áreas garantia a segurança do Cabo e abria novos mercados, porque os boeres inevitavelmente tinham que escoar a sua produção pelos portos do Atlântico. Mas Londres também não tomou a defesa das tribos negras que estavam sendo dizimadas pelos boeres.

Embora a história oficial minimize a resistência negra, ela foi extremamente forte e até organizada. Durante a sua expansão para o norte, os holandeses se defrontaram também com os "zulus". Liderados por um jovem guerreiro chamado Shaka, um verdadeiro gênio da estratégia militar, os zulus conseguiram bloquear o avanço dos brancos durante cinqüenta anos, ao longo da fronteira do que é hoje o sul do Zimbábue e de Botsuana. Shaka chegou a chefiar um grande império, que acabou desmoronando, pouco antes da "great trek", mais por problemas internos ligados sucessão real do que por pressões externas.

A convivência pacífica entre os boeres e a coroa britânica acabou em 1867 quando foram descobertas ricas jazidas de ouro e diamantes no Transvaal. A corrida do ouro e a constatação de que a região tinha um grande interesse estratégico levou os ingleses a proporem uma federação entre a província do Cabo e os Estados livres de Orange e Transvaal. A idéia foi rejeitada pelos boeres e, em 1899, a guerra estourou — muito violenta, apesar de se tratar de brancos contra brancos. A Inglaterra teve o apoio da maioria dos países da Commonwealth, enquanto os boeres contavam com as simpatias da Alemanha. Os boeres adotaram tática da guerrilha contra as tropas britânicas, que em represália promoveram vários massacres e colocaram mais de cem mil prisioneiros em campos de concentração. Depois de três anos de guerra, em que morreram cerca de 50 mil pessoas, os boeres se renderam, aceitando a tutela britânica em troca de algumas concessões em termos de autonomia regional.

A vitória inglesa na guerra dos boeres marcou o fim da hegemonia do capital agrário em Orange e no Transvaal, e o início da fase áurea do capital mineiro.

4. Os africanos

Para os colonos boeres as populações negras não passavam de selvagens que deviam ser domesticados à força e submetidos ao trabalho escravo. Esta era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os descendentes de holandeses. A ideologia da superioridade branca e o sistema de discriminação racial foram estabelecidos para justificar a submissão servil que fornecia mão-de-obra barata para uma agricultura atrasada e pouco lucrativa, em comparação com os cultivos extensivos que a burguesia de origem inglesa punha em prática nas províncias do Cabo e em Natal.

Os britânicos estavam imbuídos da mentalidade comercial e liberal, que considerava a escravidão como um obstáculo à criação de mercados consumidores. Mas nem por isso deixaram também de estabelecer barreiras rígidas para impedir que os negros sul-africanos tivessem condições de ascensão social e econômica. Já em 1809 existia o chamado decreto Caledon que tornava obrigatório um contrato de trabalho do qual constavam severas punições para o trabalhador que resolvesse mudar de emprego. Em 1843, surgia o "Master and Servant Act", que, junto com outros decretos posteriores, qualificava como crime a ruptura do contrato de trabalho.

Por volta de 1850, os ingleses começaram a contratar trabalhadores negros em Moçambique, Lesoto e Botsuana, assim como indianos e chineses. O trabalhador "importado" não podia trazer família; recebia apenas uma parte de seu salário e era obrigado a voltar se perdesse o emprego. Os africanos que trabalhavam na agricultura tinham que pagar em produção ou dias de trabalho para o fazendeiro branco.

A discriminação racial e as leis do contrato de trabalho tinham, no caso das províncias dominadas pela Inglaterra, o objetivo de forçar a redução do salário dos trabalhadores brancos mediante a utilização de mão-de-obra negra quase gratuita. Quando começou a exploração das minas de ouro e diamantes, os grandes capitais europeus tiveram que recorrer a operários brancos com alguma especialização e preparo intelectual. Muitos deles eram ex-fazendeiros boeres que haviam perdido tudo na guerra de 1899/1902 e outros tinham vindo da Europa atraídos pela corrida do ouro. Tanto um quanto o outro grupo fizeram exigências em termos de vantagens econômicas, acostumados que estavam ao funcionamento do sistema capitalista industrial.

Esta situação foi habilmente manipulada pelos interesses mineiros, que prometeram vantagens aos trabalhadores brancos desde que se tornassem cúmplices na exploração da mão-de-obra negra. Em 1896, o chamado "colour bar" (barreira da cor) já estava plenamente instaurado em todo o setor mineiro e também nos núcleos de maioria britânica. E, pouco tempo depois, quando foi aprovada a Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), os negros foram privados do direito ao voto, à terra e aos demais direitos civis. Quatro grandes leis segregacionistas selaram, a partir de 1910, a implantação definitiva do racismo no país, que a esta altura já havia se tornado independente, como domínio da coroa britânica, nos mesmos moldes que o Canadá e a Austrália.

O "Native Labor Act", de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas. Essa lei dividiu a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional (os chamados "bantustans") foi deixado aos negros, que formavam 75% da população nacional. Os restantes 93% de terras, as melhores, foram entregues aos brancos (menos de 10% da população). Essa disparidade na distribuição de terras tinha como principal objetivo instituir dois sistemas de produção independentes. Nas reservas negras, superpovoadas, predominava a agricultura de subsistência, e, no resto, a exploração capitalista intensiva das terras. O segundo setor passou a viver às custas do primeiro, que funciona como uma reserva permanente de mão-de-obra barata.

O "Native Urban Area Act", de 1923, limitou drasticamente a possibilidade de os negros se instalarem

em cidades consideradas como redutos brancos. Os trabalhadores negros passaram a ser considerados assalariados migrantes, cujos movimentos ficaram sujeitos ao controle total, seja por medidas policiais, seja pela proibição de casamentos ou outras medidas. Finalmente, o "Native Affairs Act" coroou o complexo estabelecimento de uma legislação segregacionista, que no decorrer dos anos iria totalizar mais de mil decretos e leis regulando o sistema de exploração do trabalho negro.

5. O "milagre" branco

A Primeira Guerra Mundial surpreendeu a África do Sul num momento em que o preço dos metais estava em baixa no mercado internacional. A economia branca baseava-se numa aliança dos interesses mineiros com os da agricultura intensiva. Como a taxa de lucratividade das minas caíra, devido à recessão no mundo capitalista, por volta de 1920, as grandes companhias resolveram abrir empregos para negros, provocando um choque com os assalariados brancos. Houve uma série de greves, como as do Rand, em 1922, violentamente reprimidas pelo governo.

A maior parte dos grevistas era formada por "brancos pobres", descendentes dos boeres. Frustrados porque haviam perdido a guerra e as terras, e não podiam ter acesso à nascente estrutura industrial do país, os "brancos pobres" passaram a ser atraídos pela propaganda de extrema direita, que erguia a bandeira do ultranacionalismo. Esse clima favoreceu os interesses da burguesia agrária, que ganhou as eleições de 1924 e deu aos nacionalistas a possibilidade de assumir o poder em aliança com o partido da burguesia nacional urbana, o Partido Trabalhista.

Os vitoriosos nas eleições romperam com a política econômica liberal implantada pelos grandes monopólios mineiros e impuseram o protecionismo. A mudança tinha por objetivo neutralizar a evasão de lucros das companhias mineiras sediadas no exterior e usar os recursos da agricultura branca para iniciar um processo de industrialização interno, capaz de satisfazer as exigências dos assalariados de origem européia.

Todos esses fatores, somados ao surgimento de um capitalismo de Estado promovido pelos nacionalistas (criação de siderúrgicas, estradas de ferro e centrais elétricas), permitiram que o país tivesse um rápido crescimento, classificado por muitos como um "milagre econômico". Mas, no final da década de 20, o período de euforia foi substituído por uma nova crise. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o ouro entrou em baixa, a burguesia urbana mergulhou numa crise e os nacionalistas abandonaram a aliança com o Partido Trabalhista para sobreviver, juntando-se desta vez ao outrora detestado capital estrangeiro. Os afrikaaners se sentiam satisfeitos porque tinham o poder e matinham a segregação racial, com os negros como reserva de mão-de-obra. Daí a reconciliação com a elite pró-britânica, que resolveu fechar os olhos ao passado e ao racismo, também em busca de maiores lucros. O novo surto industrial provocou um aumento do número de negros empregados na indústria, reabrindo o debate entre nacionalistas e liberais anglófilos. Os

nacionalistas voltaram a apelar para conceitos como raça, tradição e religião, ainda profundamente impregnados na cultura afrikaaner. A isto foram se somando elementos francamente nazistas e fascistas, como o fortalecimento da "Afrikaaner Bond" (Irmandade Afrikaaner, uma sociedade secreta que se tornou o principal reduto ideológico da extrema direita branca.

Com a recessão posterior à Segunda Guerra Mundial reapareceu o mesmo problema anterior à eleição de 1924. Os "brancos pobres" se rebelaram diante da possibilidade de perderem empregos e vantagens. O racismo entrou novamente em ebulição política com o slogan "Gevaar K.K.K." ("Cuidado, com os negros, indianos e o comunismo — Kaffer, Koelie, Komunismus"). E o resultado não poderia ser outro. Em 1948, os nacionalistas ganharam sozinhos o poder e, através de uma avalancha de decretos e leis, tornaram ainda mais rígidas as proibições aos negros. Os interesses estrangeiros continuaram manipulando a economia. As contradições dos nacionalistas com a burguesia anglófila são menos importantes que o conflito entre o capital internacional e os movimentos negros.

6. A luta anti-racista

A primeira organização política dos negros sul-africanos surgiu em 1912. O Congresso Nacional Africano (ANC) foi criado por um grupo de ex-alunos de escolas mantidas por missionários europeus. Os primeiros líderes do ANC acreditavam que os afrikaaners poderiam acabar convencidos da injustiça das leis racistas. Achavam também que os liberais anglófilos poderiam admitir um [illegible] negros na política.

Essas ilusões [illegible] por volta de 1920, quando 40 mil mineiros negros entraram em greve. Pouco depois foi fundada a ICU (Sindicato do Comércio e Indústria) que reunia os trabalhadores africanos. O primeiro sindicato negro foi rapidamente ilegalizado pela polícia e enfrentou uma dura perseguição dos sindicatos dominados pelos trabalhadores brancos. Em conseqüência, os negros não participaram das greves dos trabalhadores brancos no Rand, em 1922.

O movimento sindical da ICU não conseguiu romper o cerco da sociedade branca e entrou em declínio depois de ter mais de duzentos mil associados. O sindicato buscava uma integração à estrutura moldada pelos afrikaaners e não pôde apresentar alternativas no momento em que os brancos lhe fecharam as portas. Em 1921, surgiu o Partido Comunista Sul-Africano, integrado majoritariamente por brancos.

Na década de 40, o Congresso Nacional Africano adotou uma estratégia de resistência não violenta contra as leis racistas, como na greve geral de 1950 e na campanha pacifista de 1952. Em 1955, a frente anti-racista amplia-se com a chamada Carta da Liberdade, subscrita também pelos movimentos de indianos, mulatos, liberais e socialistas. A carta — uma violenta denúncia do "apartheid" — afirmava que a África do Sul pertence às maiorias e pregava a abolição do racismo e uma redistribuição de riquezas.

Entre 1939 e 1945, a crise econômica gerou um período de intensa movimentação sindical. Mais de 300

greves, envolvendo 58 mil negros e 60 mil trabalhadores brancos, alteraram drasticamente o sistema político imposto pelos afrikaaners. As greves provocaram o surgimento, dentro da ANC, de um setor jovem mais radical, liderado por Nelson Mandela e Oliver Tambo, que lentamente foi assumindo posições de comando dentro da organização. Em 1958, setores da ANC que não concordavam com a política multi-racial do movimento criaram o Congresso Pan-Africanista (PAC). O PAC convocou uma manifestação na cidade de Sharpeville, em 1960, para protestar contra a lei do passe, que limitava o movimento dos trabalhadores negros dentro de áreas reservadas aos brancos. A passeata foi duramente reprimida pela polícia, que causou 70 mortes. Logo depois do chamado massacre de Sharpeville[1], o PAC, a ANC e o Partido Comunista foram postos na ilegalidade e a luta anti-racista sofreu uma mudança radical. O Congresso Nacional Africano criou o seu braço armado, a "Umkhonto we Sizwe" (A Lança da Nação), enquanto o PAC organizava outro grupo guerrilheiro, o "Poqo" (Apenas Nós). E, em 1963, a repressão aumentou com a prisão de todos os principais dirigentes da ANC. Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua, e Oliver Tambo assumiu a chefia do movimento.

A violência da ação governamental impediu que os guerrilheiros conseguissem progressos rápidos, capazes de levar a grande massa dos africanos a participar da luta armada. Outro fator que contribuiu decisivamente para o impasse no terreno insurrecional foi a falta de bases de apoio em países vizinhos, todos eles dominados, na época, por regimes aliados aos afrikaaners.

7. Soweto

Parte da força do sistema racista veio do fato de que, na década de 60, a África do Sul passou a ser um dos principais Eldorados do capitalismo internacional. Aproveitando-se da fartura de dinheiro no mercado mundial, os investidores estrangeiros aplicaram em massa seus recursos na economia sul-africana, cujo principal elemento de atração era a existência de um enorme mercado de mão-de-obra barata. Os investimentos estrangeiros, especialmente norte-americanos, quintuplicaram de valor entre 1958 e 1977. A política protecionista dos afrikaaners, adotada logo após as eleições de 1948, criou a infra-estrutura necessária para a instalação de grandes fábricas, cujos objetivos eram criar um pólo industrial capaz de se expandir para todos os países da África austral.

O novo "milagre" econômico dos anos 60 teve como conseqüência imediata um enorme afluxo de trabalhadores negros para a periferia das grandes cidades. As reservas negras eram insuficientes para abastecer a massa de africanos pobres. A miséria dos bantustans, onde a terra é ruim e pouco produtiva, onde inexistem serviços médicos, escolares e assistenciais, e onde não há nenhum tipo de auxílio financeiro para a produção agrícola, provocou o êxodo em busca de comida e à procura de migalhas da sociedade consumista branca.

1. O massacre de Sharpeville ocorreu em 21 de março de 1961.

Os contrastes vinos se tornaram gritantes demais e atingiram também os mulatos, cujas esperanças de integração na economia branca ficaram ameaçados pelo afluxo de desempregados negros vindos dos bantustans. Os marginalizados do sistema se rebelaram nos subúrbios de Johanesburgo, em 1976, fazendo tremer todo o edifício racista. A rebelião dos jovens desempregados de "Soweto" (South West Township — Favela do Sudoeste) mostrou aos brancos que a crise atingia as próprias cidades, onde os europeus se sentiam seguros e protegidos.[2] A miséria dos distantes bantustans chegou bem perto do "paraíso" racista e provocou uma polêmica sobre o futuro do apartheid.

O problema central passou a residir na dependência do capitalismo racista em relação à mão-de-obra negra. O crescimento econômico não poderia mais ser limitado, porque o sistema necessitava de lucros constantes para pagar o aparelho repressivo e o complexo industrial-militar. E, para crescer, as indústrias precisam de mão-de-obra. Em termos globais, os africanos forneciam, em 1950, cerca de 45% da mão-de-obra para a mineração, agricultura, indústria e serviços. Vinte anos mais tarde, a percentagem aumentou para 65% e acredita-se que, em 1990, 75% da força de trabalho da África do Sul será de negros. Isto porque a indústria cresceu mais do que o aumento demográfico branco, enquanto que a taxa de natalidade nas populações de origem africana ou mulata teve uma elevação acentuada. A participação dos não brancos em empregos especializados triplicou nos últimos 20 anos.

A dependência da mão-de-obra negra levou o governo a propor reformas no apartheid, para assimilar a incorporação dos novos trabalhadores necessários à manutenção do ritmo industrial, e aumentar a oferta de empregos para impedir uma explosão social entre os trabalhadores expulsos dos bantustans para a periferia das cidades, onde não acham ocupação para sobreviver. A dinâmica da integração da África do Sul no sistema econômico ocidental quebrou a base dos setores mais conservadores, cujo saudosismo não impediu os esforços do capital transnacional para manter a taxa de crescimento do nível de emprego. Esta última medida visa a impedir o crescimento da militância dos sindicatos negros, que desde 1980 promoveram mais de 200 greves reivindicatórias, e tentar neutralizar a influência do movimento *Consciência Negra*, surgido entre os mulatos desde o levante de Soweto.

O governo ainda tentou recorrer à solução artificial de dar a independência a bantustans como Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana, com o objetivo de frear a migração interna de trabalhadores desempregados. Estes não poderiam mais viver nas cidades brancas porque eram considerados "estrangeiros". A solução do apartheid para afastar os "indesejáveis" foi, no entanto, condenada mundialmente, a ponto de nenhum país estrangeiro ter reconhecido os governos títeres dos quatro bantustans.

8. Posição estratégica

A independência de Angola e Moçambique, em 1974/75, e do Zimbá-

2. O massacre de Soweto ocorreu em 16 de junho de 1976.

"MANIFESTO DE CAMPINAS"

PELO DESENVOLVIMENTO DA SOLIDARIEDADE DO POVO BRASILEIRO COM OS POVOS DA ÁFRICA AUSTRAL

A trajetória da África Austral, na época do colonialismo e do imperialismo, é a história da cobiça de seus territórios e da exploração desenfreada das suas riquezas naturais e da subjugação nas condições as mais inumanas e humilhantes dos seus povos, práticas essas que adquiriram particular impulso com a nova partilha das colonias européias na África, na Conferência de Berlim (1885).

A onda independentista que varreu o continente africano após a II Guerra Mundial resultou na conquista da independência por 48 países, a partir da independência da Líbia, em 1951. Tal não excluiu a África Meridional, à exceção da Namíbia até hoje ocupada ilegalmente pela República da África do Sul.

A independência política, para a grande parte dos países da África Austral, não significou automática e necessariamente um rompimento com a exploração e a dominação estrangeiras e muito menos um reencontro com a tão almejada paz. Muito pelo contrário. Os fatos apontam para a existência de uma situação

de tensão, perigosamente explosiva, naquele subcontinente africano, à raíz de dois grupos de causas intimamente associados: a política neocolonial de potências ocidentais e a crescente agressividade do regime do apartheid, baseado na doutrina racista, elevada à categoria de política de Estado (1948) e até mesmo apoiada pelas potências ocidentais.

De fato, a história mais recente e a realidade atual vivida pelos países independentes da África Austral, e que se opõem de forma militante ao apartheid como o são os países da Linha da Frente (Angola, Bostswana, Moçambique, Tanzania, Zambia e Zimbabwe), é ? sofrimento e dor. São frequentes as ações hostís que lhes move o regime do apartheid, que vão desde sabotagens econômicas, passando por chantagens políticas, até a violação das fronteiras terrestres, do espaço aéreo e das águas territoriais através de incursões de comandos especiais, os reckies, integrados por soldados profissionais e mercenários da SADF - o exército racista. Em vários desses países operam organizações fantoches de potências neo-coloniais e do regime racista como o são os secionistas da "UNITA", em Angola, os bandidos armados da "RENAMO", em Moçambique, os "MUSHALA GANG" na Zâmbia, os contra-revolucionários da "Associação Popular Unida de Matabeleland", no Zimbabwe dentre outros; criados e mantidos pelos órgãos de segurança da África do Sul com a tarefa de promover a subversão interna, realizar sabotagens econômicas, criar o caos social na perspectiva de desestabilização política do poder estabelecido e sua substituição por governos marionetes.

A efêmera independência política arduamente conquistada pelos povos já libertos da África Austral encontra-se, por isso mesmo, seriamente ameaçada. A recusa dos principais aliados e dos demais países que mantém relações com a República da África do Sul em adotar sanções econômicas, militares, comerciais e outras, nos termos em que elas foram aprovadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), pela Organização da Unidade Africana (OUA), pela Conferência dos países não alinhados e outros foruns internacionais, não só legitimam na prática os crimes do regime do apartheid, como alongam a sua existência.

Por detrás dessa obstinada recusa, escondem-se os interesses dos grandes monopólios na exploração de minerais estratégicos dos territórios da África do Sul e da Namíbia, bem como da preservação dos superlucros obtidos com investimentos industriais e bancários naqueles países, por parte de potências como os EUA, República Federal da Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Suiça, Canadá e Japão.

A política brasileira para a África Austral registrou nos anos recentes, alguns avanços positivos, quer no sentido da busca de aproximação com países do subcontinente africano, quer na condenação pública ao abominável regime do apartheid e da ocupação ilegal da Namíbia pela República da África do Sul.

Contudo comparado ao grande perigo que a perpetuação do regime do apartheid encerra para os povos da África Austral, do Continente

Africano e do Mundo, as medidas até aqui adotadas são ainda tímidas e superficiais.

Agregue-se a isto o fato de que operam no Brasil grandes corporações multinacionais sul-africanas, intimamente comprometidas com o sistema de dominação racista, para além de empresas menores com interesses em diversificados setores e ramos da economia brasileira. Apenas para mencionar o caso da Anglo-American Co., esta multinacional pertencente ao mais poderoso magnata de Johannesburg, Harry Oppenheimer, controla 83% da produção e comercialização do ouro, 72% do níquel, 45% do nióbio e 4% da prata em território brasileiro.

Não obstante o Decreto N. 91.524 estabelecendo sanções de caráter cultural, esportivo, artístico e comercial com a África do Sul, o intercâmbio de mercadorias entre ambos os países continua sobrepondo-se às relações comerciais do Brasil com os demais países da África Austral. Por outro lado empresas brasileiras ligadas ao comércio de armamento e a indústria bélica tem promovido visitas à África do Sul na busca de parceria para a compra de componentes para a indústria aeronáutica e outras.

A política brasileira para a África Austral tem igualmente mostrado sinais de debilidade pela falta de uma diretriz clara de cooperação que privilegie os países da Linha da Frente, particularmente Moçambique, com o qual, por exemplo, mantém o governo brasileiro congelada a linha de crédito comercial há aproximadamente cinco anos.

Tal situação segue as disjuntivas e pressões impostas àquele país pelo Fundo Monetário Internacional e pela África do Sul.

Impõe-se assim a todos os democratas e patriotas brasileiros uma ação coordenada, sistemática, de Norte a Sul e de Leste a Oeste do território brasileiro no sentido de desenvolver a luta contra o apartheid: desenvolver a solidariedade com os povos da África do Sul e da Namíbia - apoiar governos dos países da Linha da Frente, a partir da mobilização organizada de setores amplos da sociedade brasileira, em torno da seguinte Linha Programática:

1. Considerando o caráter plurirracial e anti-racista do povo brasileiro:
exigência da adoção, por parte do governo brasileiro, de medidas mais enérgicas, direcionadas ao maior isolamento internacional do regime do apartheid através de sanções econômicas e comerciais efetivas incluindo o fim do intercâmbio aéreo e o encerramento da filial da Varig em território sul africano. A urgente imposição de medidas restritivas à operação, em território brasileiro, de empresas sul-africanas e suas associadas; extensão do boicote a intercâmbio técnico, científico e empresarial, incluindo as atividades internacionais sediadas em território sul-africano ou que conte com a participação oficial de representantes do regime racista.

2. Considerando a forte propaganda favorável à África do Sul, sua política racista e o ocultamento sistemático das violações aos

direitos humanos e aos direitos dos povos promovidas pelo regime do apartheid:

exigência do desenvolvimento compulsório de campanhas de esclarecimento e denúncia do apartheid e dos seus crimes a ser veiculado pelos meios de comunição social, estatais e privados sob o patrocínio oficial.

3. Considerando que os povos da África Austral têm direito de livremente escolher a sua forma de governo e a sua independência, da mesma maneira que nós brasileiros a temos:

propor ao governo a adoção de uma política de solidariedade com os povos em luta da África do Sul e da Namíbia e de irrestrita colaboração no âmbito do (SADCC) - Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral e apoio aos governos da Linha da Frente na sua luta pela instauração de um clima de paz na África Austral e pela reconstrução de suas respectivas economias de forma independente e soberana.

4. Considerando a crescente penetração de interesses sul-africanos no Brasil à revelia da ação do nosso governo e a vontade contrária de nosso povo:

exigência de recusa, por parte do governo de utilização ou emprego do território ou de recursos brasileiros para o desenvolvimento de propaganda ou outras ações subversivas contra os governos legítimos da RPAngola e da RPMoçambique e doutros governos submetidos à política agressiva de Pretória e das potências neocoloniais.

Os signatários do presente Manifesto, entidades jurídicas e pessoas físicas, comprometem-se pública e solenemente em unir seus esforços e energias para, por todos os meios legais possíveis, desenvolver, intensificar e ampliar nos termos propostos a luta pela solidariedade do povo brasileiro com os povos da África Austral!

240887 08.23

589

08.32 i
40701 wgk nl
320776 saebc sa

from: southern african catholic bishops' conference

for immediate release

press statement 33/87

feelings are running high among certain sections of the population over 32 persons awaiting execution. they were found guilty of certain acts of violence, including two episodes of 'necklacing' and one bombing that caused three fatalities. among the deaths attributed to them are those of three community councillors, three alleged informers and two policemen. the courts have found the guilty of murder and they are due to be executed in terms of south african criminal law.

great numbers of people, including a powerful youth movement, consider that what these persons stand condemned of are 'acts of war' performed in the liberation struggle, in which the south african state is responsible for even greater and more widespread violence. in the eyes of their supporters the condemned persons are patriots and heroes. execution will endow them with the crown of martyrdom.

whatever we may think of this assessment, however we may recoil in horror from deliberate killing, indiscriminate bombing and the brutality of 'necklacing', the assessment described is a reality of political life in south africa.

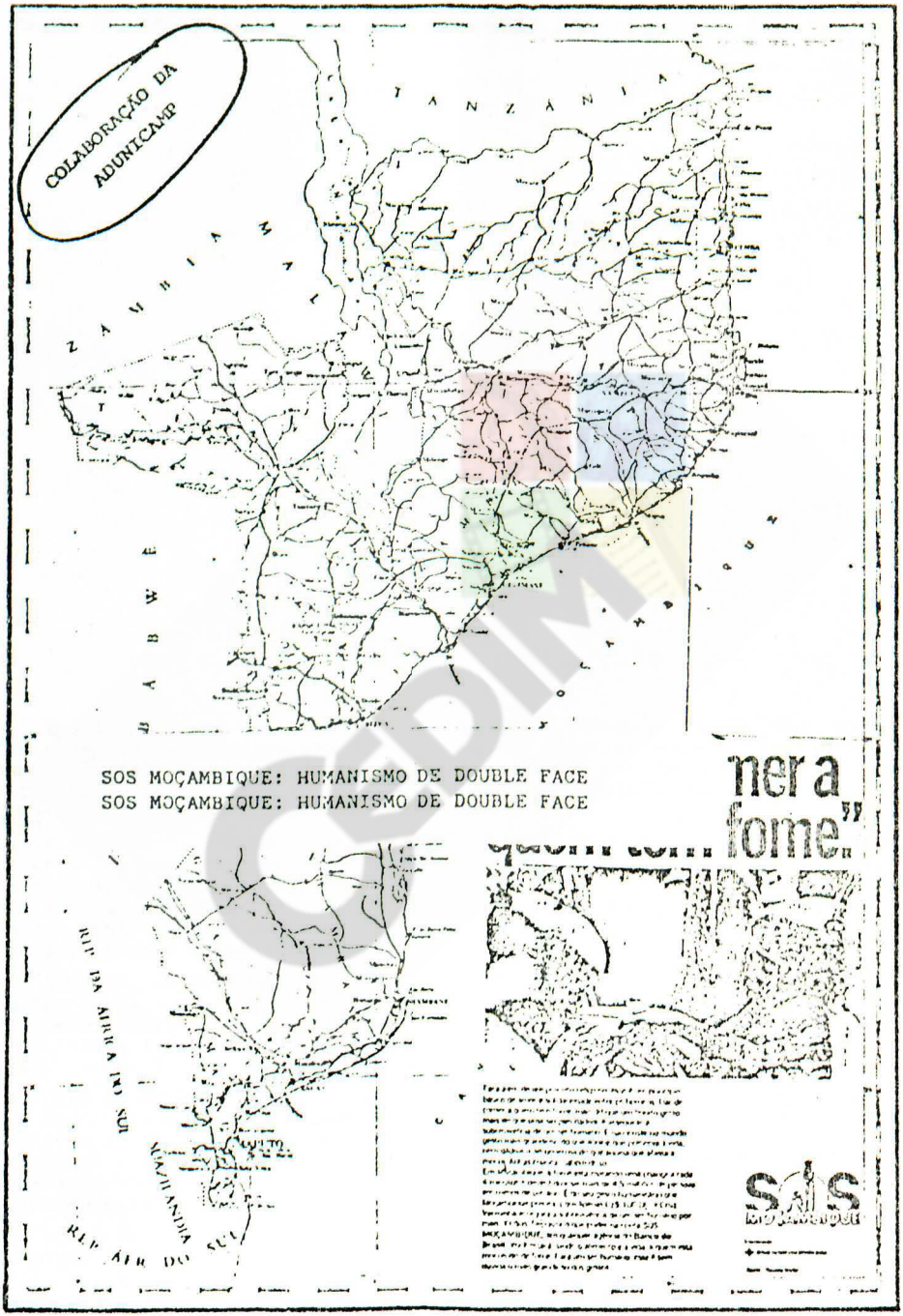
the state must calculate how much it is contributing to further inflaming political passions by going ahead with the executions.

we earnestly recommend commutation of the death sentences.

we also note how necessary it is for all concerned to talk about the issue of capital punishment.

issued: saebc administrative board

i
40701 wgk nl
320776 saebc sa



SP, BRASIL 1987 G. ALMEIDA

S.O.S. MOÇAMBIQUE: HUMANISMO DE DOUBLE FACE

01. Épocas houve em que o apelo à caridade, em situações de calamidade, produzia um profundo sentimento de comiseração, constituindo-se, por sua vez, numa inusitada oportunidade de contrição e redimissão dos pecados e ofensas dirigidas contra o Todo Poderoso, na pessoa do próximo. Daí o adágio popular: "quem dá aos pobres empresta a Deus".

02. A humanidade atinge o umbral do século XX com concepções diferenciadas, em grau e gênero, acerca da prática do humanismo. É na Alemanha do final do século XIX que surgem as primeiras instituições filantrópicas, cujos objetivos são explicitados nas seguintes palavras de A. Krupp: "Nós desejamos ter apenas trabalhadores dedicados, os quais nos sejam gratos de corpo e alma por lhes darmos o que comer".

03. Contudo, só na época do capitalismo monopolista de estado a filantropia atinge a sua idade adulta e registra um verdadeiro boom, tendo nos Estados Unidos da América do Norte o seu referencial mais notável, onde as fundações e entidades filantrópicas prosperam na seguinte razão: 1910 - 18; 1930 - 260; 1940 - 1640; 1950 - 8164; 1960 - 8912; 1970 - 26000; 1980 - 40000.

04. Para se entender esse impetuoso florescimento das fundações e entidades filantrópicas é mister lembrar que elas surgem exatamente como reação à legislação anti-truste, implantada a partir da administração Roosevelt, constituindo-se numa forma sui generis de fuga ao fisco, bem como, em mecanismo associado de criação de reserva de capital financeiro do capitalismo monopopista de estado, nos EUA e noutros países industrialmente desenvolvidos.

05. Mercê dessa metamorfose, a filantropia transmutou-se passando duma manifestação de caridade humanitária à uma diabólica arma de pressão, de subordinação a até, quando não principalmente, de subversão, conforme atestam as palavras do ex-diretor do Plano Marshal, P. Holffmamm: "A Fundação Ford, mais do qualquer outra entidade privada, dispõe de meios para manter a liberdade aqui e em qualquer outra parte do mundo".

CEDIM

06. A República Popular de Moçambique, dentre os inúmeros casos conhecidos a nível dos países do Terceiro Mundo, constitui uma situação exemplar em que a ajuda humanitária mostra sua face dupla, pois que, por um lado, ela estimula a subversão, na perspectiva de fazer gorar a opção de desenvolvimento independente, soberano e progressista adotada pelo país, enquanto por outro lado, através de donativos em espécie, em dinheiro e sob outras formas, se traveste com a pele de cordeiro... tal qual o lobo da fábula!

07. É pois, nesse contexto que interessa ordenar e descodificar a mensagem verdadeira, escamoteada por detrás da autopropalada campanha S.O.S. Moçambique. Antes contudo, convém, ainda que de forma resumida, apresentar um quadro expositivo da realidade vivida naquele país da África Austral, desde a proclamação da sua independência política a 25 de Junho de 1975.

08. Desde a criação da República Popular de Moçambique, inicia-se um verdadeiro e silencioso cerco a esse país. A República da África do Sul (RAS) e a então Rodésia do Sul, escudeiros dos interesses de potências ocidentais na África Meridional, não davam seis meses de existência para Moçambique livre. Iniciam-se as ações desestabilizadoras nas frentes econômica e político-militar destinadas a sufocar Moçambique. As ações de subversão armada contra o governo dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), iniciadas na Rodésia do Sul e que eram organizadas pelo serviço secreto do regime racista encabeçado por Iam Smith a partir da mobilização, do recrutamento e do treinamento de portugueses fugidos de Moçambique pelo seu comprometimento com a repressão colonial e por desertores da própria FRELIMO, são assumidas, com a independência do Zimbabwe, em 1980, pelo regime do apartheid da África do Sul, que converte a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) numa extensão do exército racista para a desestabilização do governo de Maputo.

09. Desde o início as ações de desestabilização promovidas por intermédio da RENAMO no interior de Moçambique se dão através de práticas cruéis que vão desde chacinas em larga escala seguidas de maltratos aos poucos sobreviventes que são libertados, depois de verem cortadas suas orelhas, nariz ou lábios, para servirem de lição e advertência para as autoridades locais do "poder e impunidade da RENAMO". O recente massacre de Homoíne e outros que se lhe seguiram onde foram friamente assassinadas mais de 400 pessoas indefesas, na sua maioria crianças, anciãos e mulheres é apenas uma mostra duma atividade subversiva que já soma um saldo superior a 100 mil mortos! As agências internacionais e a imprensa e grande parte dos meios de comunicação ocidental, sobre tudo isso, tem guardado um quase absoluto silêncio. Quando instados, mas mais por conveniências próprias, a BBC, a Voz da América e congêneres, bem como as agências internacionais ligadas aos interesses de potências ocidentais, têm preferido dedicar-se a projetar para a opinião pública a imagem da RENAMO, como um "movimento de oposição interna ao regime marxista e unipartidário da FRELIMO". Este último é apresentado como "incompetente e inflexível, incapaz de governar e muito menos de dialogar com a RENAMO". Os fatos reais são destorcidos ou simplesmente omitidos, primando-se pela total e absoluta falta de compromisso para com a verdade. Assim tem sido a regra, a postura adotada como norma no que concerne a realidade moçambicana, ainda que hajam, é claro, algumas excessões, raríssimas excessões, sobretudo em artigos ou matérias assinadas.

10. É preciso sublinhar que 1986 foi um ano repleto de fatos políticos relevantes para Moçambique. Foi o ano do desaparecimento, em condições estranhas, do Presidente Samora Machel. Foi também o ano que os países da "Linha da Frente" deram um ultimato ao Malawi para que retirasse seu apoio aos bandidos da RENAMO, que vinham recebendo todo tipo de guarida em seu território, enquanto mais ao Sul, o regime do apartheid, com o beneplácito e a conivência de países ocidentais urdia o maquiavélico plano de secionar Moçambique ao meio, passando o Norte às mãos dum governo fantoche de Pretória e o Sul dirigido pelo Partido Frelimo. A neutralização do Malawi e o posterior fracasso da projetada secessão, abortada devido à contraofensiva, bem sucedida, do exército moçambicano (FPLM), em operação conjunta com tropas do Zimbabwe, cujo exército já vem operando desde algum tempo em território moçambicano a fim de proteger o pipe-line que transporta o petróleo a partir do porto da Beira e para defesa das fronteiras comuns, alvos privilegiados da RENAMO, desencadeada nos primeiros meses deste ano desagradaram profundamente a Pretória e os seus aliados ocidentais que, por isso mesmo, e na espectativa de contrabalançar as derrotas sofridas no terreno de batalha militar, através duma ofensiva na frente diplomática e política externa, deslancharam uma campanha de proporções internacionais, para revelar a seu modo, a situação de Moçambique, na perspectiva de projeção da RENAMO como suposta organização de oposição política ou, em perspectiva duma alternativa a esta última, devido seu elevado grau de desgaste político, e, para intesificar a pressão orientada a forçar o governo constitucional de Moçambique a entabular conversações com vista à partilha do poder e a consequente renúncia ao projeto de desenvolvimento progressista e independente traçado.

11. Desde o início da sua atividade, a RENAMO vem desenvolvendo sua ação de propaganda a partir, principalmente, dos territórios da RAS, onde se encontra sua principal base de sustentação logística e operacional, e de Portugal. Contudo, em consequência da assinatura, em 16 de março de 1984, do Acordo de Nkomati e, por conveniência do regime racista, Lisboa foi convertida durante longo tempo no ponto de enlace privilegiado da RENAMO, na Europa Ocidental. A docilidade com que as autoridades portuguesas assistem à frenética atividade da RENAMO, bem como a UNITA dentro de suas fronteiras, levou a que os governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, em reunião do "Grupo dos Cinco", tornassem pública uma declaração exigindo das autoridades portuguesas uma postura de não conivência com a utilização do seu território para promover a desestabilização dos governos legítimos de Moçambique e Angola, sob o risco de um maior agravamento e mesmo do rompimento das relações diplomáticas e da cooperação econômico-comercial, já em si bastante deterioradas.

12. É nesse pano de fundo da inviabilização do território português para ponta de lança externa na estratégia de desacreditar o governo constitucional de Moçambique dirigido pelo Partido Frelimo, e de esforço de viabilização duma propaganda favorável à RENAMO ou à uma alternativa similar, objetivando fazer vingar a idéia da necessidade de negociação política sob pretexto de "por fim a prolongada e fraticida guerra civil responsável pela dizimação de milhares de vidas inocentes", que o Brasil aparece como uma opção alvissareira. Agregue-se ademais, que no cenário internacional, muito especialmente no âmbito dos países do Terceiro Mundo a política brasileira em relação às ex-colônias portuguesas de África desfruta de certo prestígio porque, conduzida com uma forte dose de pragmatismo. Foi o Brasil o primeiro país a reconhecer oficialmente o governo de Luanda, dirigido pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), e estabelecer relações cordiais com o governo de Maputo, dirigido pela FRELIMO, mantendo igualmente boas relações com São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde concedendo aos mesmos linhas de créditos substantivas para o incremento das relações econômicas e do intercâmbio comercial bilaterais.

13. Conhecidos o contexto e as circunstâncias, fica claro o porquê do intempestivo surgimento no cenário nacional brasileiro da campanha S.O.S. Moçambique. Para se compreender o verdadeiro conteúdo desse chamamento virtualmente de cunho beneficiente, de manifestação de humanismo e de solidariedade é preciso conhecer seus atores públicos e as circunstâncias em que atuam. Neste particular, interessa chamar a atenção para o fato de que o aparelho público legal, a partir do qual a campanha é desencadeada, ser o escritório central do jornal O Estado de São Paulo (OESP), o mesmo que edita e distribui o encarte semanal "Nicaragua Hoy", destinado a dar repercussão à partir do Brasil, à campanha de desestabilização do governo constitucional da Nicarágua, dirigido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), ação essa, conforme atesta a Comissão do Congresso Norteamericano sobre o escândalo "Irã-Contras", planejada e financiada pela administração Reagan e executada sob os auspícios da CIA, do Pentágono e outros órgãos do poder executivo estadunidense.

14. A tropa-de-choque da campanha é constituida por um pequeno grupo de pessoas (aproximadamente dez), dentre as quais se incluem moçambicanos e portugueses que abandonaram Moçambique às vésperas ou imediatamente após a proclamação da sua independência, às quais causa asco e desperta ódio até a nova toponimia das cidades moçambicanas e cujo espírito revanchista não tolera ouvir sem desacato o nome da capital: "-Maputo não! Isto para mim não existe! Lourenço Marques, faz favor!".

15. O enlace do grupo com o público e os virtuais beneficiários dos donativos (uma espécie de sub-produto virtuoso, pelo seu efeito subliminar, da campanha) conta também com o envolvimento da Cruz Vermelha, do Itamaraty, da Embaixada do Brasil em Maputo que lhe emprestam cobertura legal e lhe conferem certa legitimidade pública. Para uma maior compreensão de aspectos intrínsecos dessa campanha, eis alguns dados sobre o seu desencadeamento.

16. Nos primeiros dias do mês de maio os jornais OESP e o Jornal da Tarde (JT) divulga, profusamente, a seguinte nota: "Um grupo de moçambicanos de São Paulo, quer reunir sexta feira, dia 8, às 14:30, na sede do Jornal da Tarde (Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, Bairro do Limão), todos os moçambicanos que quiserem ajudar, com suas idéias e sugestões os 4 milhões de seres humanos que estão morrendo de fome, neste momento, em Moçambique. Mais informações com Milai (telefones: 852.2153 e 856.2153). Essa ajuda, porenquanto, tem caráter exclusivamente humanitário. Nenhum moçambicano que more em São Paulo, acredita aquele grupo, pode ficar indiferente à tragédia que se abateu sobre o seu país".

17. Posteriormente, resumindo o que teria sido o resultado da reunião, o jornal OESP veicula na edição de 4 de junho, através da coluna permanente Cidades e Serviços, a seguinte comunicação: "No Brasil, a campanha S.O.S. Moçambique, que reúne um grupo de portugueses, brasileiros e moçambicanos, com objetivos exclusivamente humanitários, foi iniciada no dia 11 de maio, e nas semanas que vem aparecerá em jornais, revistas, rádios e tevês do Brasil inteiro, pedindo ajuda.
"A campanha desenvolveu-se com extrema rapidez. A partir da primeira reunião, no dia 11 de maio, o grupo, de cerca de 10 pessoas, contatou a Cruz Vermelha Brasileira, o Itamaraty e a Embaixada de Moçambique, a resposta foi imediata.
"No dia 14 de maio, na primeira reunião com a Cruz Vermelha, foram iniciados os estudos para logística da operação. A Cruz Vermelha esclareceu que o ideal seria a contribuição em dinheiro, numa primeira fase, porque o transporte de alimentos e roupas, por exemplo, é muito difícil até Moçambique.
"Após essa fase de coleta de dinheiro, o S.O.S. Moçambique pedirá certos alimentos que entram na composição de produtos já experimentados, exclusivos para uma alimentação de sobrevivência.
"Quanto aos medicamentos, o S.O.S. Moçambique está aguardando informações da África: não adianta enviar remédios a esmo, é preciso saber quais são as prioridades.
"Há um plano, também, de adquirir calções e camisetas, verdes e amarelos, em grandes confecções nacionais. Os remédios e as roupas deverão seguir pela FAB, e o grupo pretende cobrir Moçambique com as cores do Brasil, um símbolo da nossa solidariedade.
"Por fim, o S.O.S. Moçambique irá contratar empresários para que ofereçam estágios técnicos a jovens moçambicanos. Aprendendo no Brasil, eles poderão voltar para reconstruir seu país. A idéia é formar uma nova nação, independente da opção política dos moçambicanos".
A clareza do texto e a opulência das propostas de curto, médio e longo prazo dispensam quaisquer análises e considerações políticas maiores sobre as verdadeiras intenções que se escondem sob o "guarda-chuva" da solidariedade, ou como prefere o grupo: "Exclusivamente humanitária, por enquanto...".

18. Num segundo momento, inicia-se todo um trabalho de sensibilização da opinião pública brasileira e orientada particularmente para as camadas médias e altas da sociedade prevenindo-a da campanha prestes a ser desencadeada. O jornal OESP alerta através de suas páginas: "A partir do dia 12 deste mês (maio) semana que vem, você irá ler em algum jornal, ouvir em rádio ou tevê um apelo para ajudar Moçambique". Seguindo a contra-regra da batuta do OESP, a TV Globo dispara em horário nobre, inicialmente no Jornal Nacional e, depois, no Globo Reporter e no Fantástico, extensas reportagens de elevado cunho, uma das quais com a chancela RENAMO VÍDEO, retratando a situação em Moçambique. Também a TV Manchete não poupa esforços para competir com a sua rival, apresentando igualmente em horário nobre reportagens sobre Moçambique.

19. Lugar comum na programação de ambos os canais, e, de um modo geral, dos meios de comunicação social que se alinharam nessa campanha propagandística, ou publicitária, como prefere o empresário Geraldes Cardoso, "um dos coordenadores do movimento S.O.S.Moçambique em São Paulo", é a procedência do material e a orientação política cujo conteúdo da mensagem consiste em veicular a idéia da existência duma guerra civil, isto por um lado, de inferioridade logística e combativa das FPLM e superioridade dos destacamentos da RENAMO, que são apresentados diante dos telespectadores envergando uniformes e portanto equipamentos e armamentos bélicos modernos, contrastando com os soldados do governo marxista de Maputo, andrajosos, maltrapilhos e famélicos, manejando armas obsoletas e tornados reféns dos primeiros.

20. Neste mesmo espírito, a revista Visão de 17 de junho adverte seus leitores: "A partir da próxima semana, a vida dos moçambicanos voltará às páginas dos principais jornais e revistas e às emissoras de rádio e TV brasileiras... Trata-se do S.O.S. Moçambique, uma campanha publicitária destinada a angariar fundos para minorar a situação de miséria e penúria de 13 milhões de pessoas, que nunca chegaram a aproveitar efetivamente sua independência".

21. Com efeito, despoletou-se a partir da reunião realizada na sede do OESP uma ampla campanha publicitária, das mais caras no seu gênero, quer pela extensão, cobrindo todo o território nacional, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, quer pelos meios de comunicação mobilizados, quer também pela duração temporal. Inúmeras revistas de circulação nacional e regional têm dedicado anúncios de página inteira dando publicidade à campanha. Só no Estado de São Paulo foram afixados várias dezenas de Outdoors, afora os espaços reservados em ampla rede de rádio e televisão, através da divulgação de entrevistas e spots alusivos à campanha. Ainda que se não disponha dos custos reais diretos e indiretos da campanha, não é difícil prognosticar que os recursos dispendidos e a dispender estarão muitíssimo além dos óbulos a recolher.

22. Indubitavelmente, a força da mensagem formal transmitida pelos meios de comunicação social, como toda a campanha com elevado profissionalismo, tem-se revelado eficaz e vem produzindo um forte impacto sobre a sensibilidade e, nalguns casos, sobre a consciência de milhares de brasileiros, principalmente a nível da classe média que, como na campanha de triste memória "Dê Ouro para Ajudar o Brasil", vem reagindo favoràvelmente, na piedade ingênua crença ou esperança de estar contribuindo para "minorar a fome em Moçambique".

23. Não está em discussão se, na etapa atual, a campanha destinará ou não, parcial ou integralmente, o produto da caridade aos seus proclamados potenciais beneficiários. O importante é enfatizar que, como já foi anteriormente referido, a solidariedade soa aqui, mais como álibi destinado a propiciar o trânsito a atividades mais arrojadas e ambiciosas envolvendo interesses estratégicos, no contexto de políticas externas e das relações internacionais e, para cujo aliciamento e envolvimento ainda que aparentemente passivo do Brasil, é de fundamental importância um prévio e intenso trabalho preparatório do terreno, e no qual, a familiarização da opinião pública, dos círculos oficiais e individualidades com o tema e atores constitui apenas o "segundo ato".

24. Vale a pena recordar que, não obstante a política oficial seguida pelo governo brasileiro em relação à África, e à Moçambique, em particular, polpudos recursos tem seguido a rota da desestabilização do poder da FRELIMO a partir do território brasileiro, pelas mãos de Champalimaud & Cia, arrimados ços do decompostosistema colonial português, e que, por isso mesmo, com a vitória da "Revolução dos Cravos", em 1974, perderam seu império do cimento (o primeiro), indústrias, plantações e outros bens em Portugal e nas ex-colônias ultramarinas, encontrando, aqui no Brasil, a guarida necessária para manter-se a salvo dos processos e da Justiça portuguesa.

25. Como se pode inferir, a campanha S.O.S. Moçambique indica tratar-se nada mais nada menos que a ponta do iceberg, cuja dimensão e extensão tem seu contôrno perspectivado na tendência de um maior agravamento da situação interna de Moçambique a partir do exterior (e não como pretende o ex-ministro Delfim Neto, ao fazer côro e dar eco à campanha publicitária atual, tornando pública a despropositada declaração: "Se essa esquerda tiver mais poder vai transformar o Brasil num grande Moçambique e o que se vê hoje na televisão, o recolhimento de óbolos para atender Moçambique, talvez daqui a alguns anos seja publicado no mundo inteiro apelo semelhante para atender ao

moçambicão brasileiro..." - numa pretensa alusão a incompetência das esquerdas para governar), e um maior envolvimento de terceiros países, dentre os quais o Brasil deve situar-se como alvo privilegiado, pela trajetória histórica similar, traços culturais comuns e pragmatismo terceiromundista, criando as condições para a formação de uma virtual "conexão brasileira" ou componente brasileira da desestabilização.

26. Malgrado a impossibilidade prática de neutralização das atividades e dos efeitos produzidos, devido ao grande poder-de-fogo da campanha que se utiliza, para além de consideráveis recursos materiais e financeiros, da fraseologia humanitária como biombo, porque palatável junto à opinião pública, cabe aos setores democráticos e progressistas da sociedade brasileira redobrar sua vigilância, no sentido de acompanhar e denunciar todos os esforços de envolvimento e utilização do território brasileiro, como ponta de lança na desestabilização de governos e povos amigos, como é o caso de Moçambique, tendo particularmente em conta que a consolidação do governo da FRELIMO em Moçambique é, na atual etapa, uma condição importante para o avanço da luta contra o regime do apartheid na África do Sul, para o aceleramento da luta pela independência da Namíbia ocupada e para o desenvolvimento progressista dos países da África Meridional. Cabe-lhes, igualmente, ter presente que a sociedade brasileira deve ser mobilizada através dos seus segmentos mais expressivos e atuantes, a intensificar as lutas destinadas ao aumento do cerco ao regime do apartheid, à luz dos esforços dos países da "Linha da Frente" (Angola, Bostwana, Moçambique, Tanzania, Zambia e Zimbawe), das resoluções da Organização da Unidade Africana (OUA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros foros internacionais orientados à intensificação do isolamento do regime racista e de aumento do apoio por todos os meios aos países vizinhos vítimas das incessantes agressões do regime de Pretória, pois que, enquanto persistir o racismo como doutrina de estado na África do Sul, não será possível respirar clima de paz na África Austral.

Agosto, 1987.

DOSSIÊ SOBRE A SITUAÇÃO

NA

ÁFRICA DO SUL

CEDIM

Í N D I C E

1. África do Sul: histórico
   - Separar para lucrar
   - A colonização
   - Boeres contra ingleses
   - Os africanos
   - O "milagre" branco
   - A luta anti-racista
2. Investimentós estrangeiros
3. Dados econômicos, políticos, sociais
4. Partidos políticos
5. A posição dos partidos não alinhados sobre a África do Sul
6. A estratégia do Congresso Nacional Africano sobre o "apartheid"
7. Pronunciamento de Oliver Tambo, Presidente do Congresso Nacional Africano sobre o "estado de emergência", feito a 22.07.85
8. O governo encurralado

CEDIM

ÁFRICA DO SUL

HISTÓRICO

(Transcrito do "Guia do Terceiro Mundo", p. 475)

Separar para lucrar

Para os 21 milhões de negros, o país se chama Azania e foi ocupado por uma minoria estrangeira que se apossou das melhores terras, depois de expulsar pela força os habitantes originais da região, implantando um sistema onde a cor da pele separa os bons dos maus. Os cinco milhões de cidadãos brancos da República da África do Sul são descendentes de colonos holandeses e ingleses que chegaram ao extremo sul da África há três séculos e acreditam transqüilamente que os brancos são melhores que os negros.

Essas duas maneiras radicalmente diferentes de ver um mesmo país estão na origem da crise gerada pelo único sistema do mundo onde a discriminação racial é oficial. Uma discriminação que, nos últimos 40 anos, tem desafiado todas as condenações e pressões. O apartheid, nome que os brancos sul-africanos deram ao sistema de supremacia racial, é a pedra básica de um modelo econômico que adquiriu uma enorme importância para a estrutura do mundo capitalista.

A colonização

Os primeiros colonos holandeses chegaram à Cidade do Cabo em 1652, mais de um século e meio depois de o navegante por

tuguês ter dobrado o Cabo da Boa Esperança. Mas os portugueses estavam com as atenções voltadas para a Índia e por isso não se preocuparam em enfrentar o povo Khoikhoi, estabelecido na região havia mais de mil anos.

Jan Van Rebeeck foi o primeiro holandês a desafiar a desconfiança dos Khoikhoi, ao desembarcar no local onde se ergueria a Cidade do Cabo, para implantar um núcleo de colonização, destinado ao cultivo de vegetais e à criação de animais para o abastecimento das tripulações de navios em viagem para a Indonésia. Os holandeses, portanto, chegaram para ficar. Em 1688, cerca de 600 boeres (boer é o nome holandês para fazendeiro) já estavam instalados na região do Cabo, dividindo suas atividades entre a agricultura e a guerra contra os Khoikhoi. Por estarem em grande minoria, os primeiros colonos holandeses eram extremamente unidos e agressivos, duas características que mais tarde viriam marcar toda a civilização boer no sul da África.

As armas de fogo tornaram sangrenta a campanha militar contra os africanos. Os holandeses não tardaram em perceber que não adiantava entricheirarem-se em posições fixas, pois a única maneira de garantir sua segurança residia na ampliação constante das áreas sob seu domínio. A rigor, os boeres não eram colonos típicos. Recebiam salários da Companhia Holandesa das Índias Orientais, não podiam trocar produtos com os nativos e o que produziam devia ser entregue às tripulações dos navios. Assim, logo passaram a se sentir explorados por seus patrões da metrópole, que não admitiam o rompimento do monopólio comercial da companhia, nem simpatizavam com a idéia do uso do trabalho escravo para ampliar as plantações e a pecuária. Os empresários de Amsterdã achavam que a captura de escravos tornaria os colonos mais ricos e, portanto, menos dependentes. Nesta disputa, os boeres ganharam lentamente vantagem, e, no final do século XVII, os chamados colonos livres, os burghers, já eram majoritários. A população de origem européia dividiu-se então em dois setores: um ligado ao comércio com o exterior e outro que se embrenhava pelo interior em busca de novas terras.

Durante o século XVIII, os conflitos entre brancos e negros aumentaram de intensidade, a ponto de a história registrar nada menos do que sete grandes guerras entre os boeres e os kafirs (nome pejorativo dado pelos holandeses aos negros em ge

ral), no período de 1770 a 1840. Na metade do século XVIII, os colonos passaram a se chamar de afrikaaners, uma denominação que os individualizava em relação aos compatriotas da Europa.

Boeres contra ingleses

O enfraquecimento do império colonial da Holanda abriu aos ingleses, em 1806, a possibilidade de se instalarem na Cidade do Cabo, com uma mentalidade basicamente comercial. O interesse britânico era aproveitar as bases econômicas lançadas pelos boeres para criar uma burguesia local que vendesse produtos primários e importasse bens manufaturados produzidos pela florescente indústria inglesa. Londres não queria o controle direto das populações nativas, mas a administração indireta. Assim, os ingleses foram contra as guerras pela captura de escravos, preferindo os acordos para troca de mercadorias e a transformação das lideranças tribais em intermediários. Essa ideologia liberal entrou em choque com o escravismo intransigente dos boeres.

Os conflitos entre os boeres e ingleses se tornaram tão agudos que, em 1834, cerca de 14 mil afrikaaners resolveram emigrar em massa mais para o interior e em direção ao norte. Com a mesma obstinação e agressividade de seus antepassados, iniciam então a great trek (grande migração) que viria a levá-los pelo Transvaal, depois de sangrentos combates com os xhosas que viviam na área. Outro grupo foi para a região que hoje é conhecida como Orange. Em busca de uma nova pátria onde pudessem praticar livremente a escravatura e a exploração intensiva da terra, os afrikaaners proclamaram em 1852 a independência do Transvaal, e, 1854, a de Orange.

Os ingleses da Cidade do Cabo não deram maior importância à rebeldia dos boeres. Reconheceram as duas áreas independentes porque, no fundo, os teimosos colonos brancos estavam servindo ao jogo de Londres. A ocupação de novas áreas garantia a segurança do Cabo e abria novos mercados, porque os boeres inevitavelmente tinham que escoar a sua produção pelos portos do Atlântico. Mas Londres também não tomou a defesa das tribos negras que estavam sendo dizimadas pelos boeres.

Embora a história oficial minimize a resistência negra, ela foi extremamente forte e até organizada. Durante a sua expansão para o norte, os holandeses se defrontaram também com os zulus. Liderados por um jovem guerreiro chamado Shaka, um verdadeiro gênio da estratégia militar, os zulus conseguiram bloquear o avanço dos brancos durante cinqüenta anos, ao longo da fronteira do que é hoje o sul do Zimbábue e de Botsuana. Shaka chegou a chefiar um grande império, que acabou desmoronando, pouco antes da great trek, mais por problemas internos ligados à sucessão real do que por pressões externas.

A convivência pacífica entre os boeres e a coroa britânica acabou em 1867 quando foram descobertas ricas jazidas de ouro e diamantes no Transvaal. A corrida do ouro e a constatação de que a região tinha um grande interesse estratégico levou os ingleses a proporem uma federação entre a província do Cabo e os Estados livres de Orange e Transvaal. A idéia foi rejeitada pelos boeres e, em 1899, a guerra estourou - muito violenta, apesar de se tratar de brancos contra brancos. A Inglaterra teve o apoio da maioria dos países da Commonwealth, enquanto os boeres contavam com as simpatias da Alemanha. Os boeres adotaram a tática da guerrilha contra as tropas britânicas, que em represália promoveram vários massacres e colocaram mais de cem mil afrikaaners em campos de concentração. Depois de três anos de guerra, em que morreram cerca de 50 mil pessoas, os boeres se renderam, aceitando a tutela britânica em troca de algumas concessões em termos de autonomia regional.

A vitória inglesa na guerra dos boeres marcou o fim da hegemonia do capital agrário em Orange e no Transvaal, e o início da fase áurea do capital mineiro.

Os africanos

Para os colonos boeres as populações negras não passavam de selvagens que deviam ser domesticados à força e submetidos ao trabalho escravo. Esta era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os descendentes de holandeses. A ideologia da superioridade branca e o sistema de discriminação

racial foram estabelecidos para justificar a submissão servil que fornecia mão-de-obra barata para uma agricultura atrasada e pouco lucrativa, em comparação com os cultivos extensivos que a burguesia de origem inglesa punha em prática nas províncias do Cabo e em Natal.

Os britânicos estavam imbuídos da mentalidade comercial e liberal, que considerava a escravidão como um obstáculo à criação de mercados consumidores. Mas nem por isso deixaram também de estabelecer barreiras rígidas para impedir que os negros sul-africanos tivessem condições de ascensão social e econômica. Já em 1809 existia o chamado decreto Caledon que tornava obrigatório um contrato de trabalho do qual constavam severas punições para o trabalhador que resolvesse mudar de emprego. Em 1843, surgiu o Master and Servant Act, que, junto com outros decretos posteriores, qualificava como crime a ruptura do contrato de trabalho.

Por volta de 1850, os ingleses começaram a contratar trabalhadores negros em Moçambique, Lesoto e Botsuana, assim como indianos e chineses. O trabalhador "importado" não podia trazer família; recebia apenas uma parte de seu salário e era obrigado a voltar se perdesse o emprego. Os africanos que trabalhavam na agricultura tinham que pagar em produção ou dias de trabalho para o fazendeiro branco.

A discriminação racial e as leis do contrato de trabalho tinham, no caso das províncias dominadas pela Inglaterra, o objetivo de forçar a redução do salário dos trabalhadores brancos mediante a utilização de mão-de-obra negra quase gratuita. Quando começou a exploração das minas de ouro e diamantes, os grandes capitais europeus tiveram que recorrer a operários brancos com alguma especialização e preparo intelectual. Muitos deles eram ex-fazendeiros boeres que haviam perdido tudo na guerra de 1899/1902 e outros tinham vindo da Europa atraídos pela corrida do ouro. Tanto um quanto o outro grupo fizeram exigências em termos de vantagens econômicas, acostumados que estavam ao funcionamento do sistema capitalista industrial.

Esta situação foi habilmente manipulada pelos interesses mineiros, que prometeram vantagens aos trabalhadores brancos desde que se tornassem cúmplices na exploração da mão-de-obra negra. Em 1896, o chamado colour bar (barreira da cor) já estava plenamente instaurado em todo o setor mineiro e também nos núcleos

de maioria britânica. E, pouco tempo depois, quando foi aprovada a Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), os negros foram privados do direito ao voto, à terra e aos demais direitos civis. Quatro grandes leis segregacionistas selaram, a partir de 1910, a implantação definitiva do racismo no país, que a esta altura já havia se tornado independente, como domínio da coroa britânica, nos mesmos moldes que o Canadá e a Austrália.

O Native Labor Act, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas. Essa lei dividiu a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional (os chamados bantustans) foi deixado aos negros, que formavam 75% da população nacional. Os restantes 93% de terras, as melhores, foram entregues aos brancos (menos de 10% da população). Essa disparidade na distribuição de terras tinha como principal objetivo instituir dois sistemas de produção independentes. Nas reservas negras, superpovoadas, predominava a agricultura de subsistência, e, no resto, a exploração capitalista intensiva das terras. O segundo setor passou a viver às custas do primeiro, que funciona como uma reserva permanente de mão-de-obra barata.

O Native Urban Area Act, de 1923, limitou drasticamente a possibilidade de os negros se instalarem em cidades consideradas como redutos brancos. Os trabalhadores negros passaram a ser considerados assalariados migrantes, cujos movimentos ficaram sujeitos ao controle total, seja por medidas policiais, seja pela proibição de casamentos ou outras medidas. Finalmente, o Native Affairs Act coroou o complexo estabelecimento de uma legislação segregacionista, que no decorrer dos anos iria totalizar mais de mil decretos e leis regulando o sistema de exploração do trabalho negro.

O "milagre" branco

A Primeira Guerra Mundial surpreendeu a África do Sul num momento em que o preço dos metais estava em baixa no mercado internacional. A economia branca baseava-se numa aliança dos interesses mineiros com os da agricultura intensiva. Como a taxa

de lucratividade das minas caíra, devido à recessão no mundo capitalista, por volta de 1920, as grandes companhias resolveram abrir empregos para negros, provocando um choque com os assalariados brancos. Houve uma série de greves, como as do Rand, em 1922, violentamente reprimidas pelo governo.

A maior parte dos grevistas era formada por "brancos pobres", descendentes dos boeres. Frustados porque haviam perdido a guerra e as terras, e não podiam ter acesso à nascente estrutura industrial do país, os "brancos pobres" passaram a ser atraídos pela propaganda de extrema direita, que erguia a bandeira do ultranacionalismo. Esse clima favoreceu os interesses da burguesia agrária, que ganhou as eleições de 1924 e deu aos nacionalistas a possibilidade de assumir o poder em aliança com o partido da burguesia nacional urbana, o Partido Trabalhista.

Os vitoriosos nas eleições romperam com a política econômica liberal implantada pelos grandes monopólios mineiros e impuseram o protecionismo. A mudança tinha por objetivo neutralizar a evasão de lucros das companhias mineiras sediadas no exterior e usar os recursos da agricultura branca para iniciar um processo de industrialização interno, capaz de satisfazer as exigências dos assalariados de origem européia.

Todos esses fatores, somados ao surgimento de um capitalismo de Estado promovido pelos nacionalistas (criação de siderúrgicas, estradas de ferro e centrais elétricas), permitiram que o país tivesse um rápido crescimento, classificado por muitos como um "milagre econômico". Mas, no final da década de 20, o período de euforia foi substituído por uma nova crise. Ás vésperas da Segunda Guerra Mundial, o ouro entrou em baixa, a burguesia urbana mergulhou numa crise e os nacionalistas abandonaran a aliança com o Partido Trabalhista para sobreviver, juntando-se desta vez ao outrora detestado capital estrangeiro. Os afrikaaners se sentiam satisfeitos porque tinham o poder e mantinham a segregação racial, com os negros como reserva de mão-de-obra. Daí a reconciliação com a elite pró-britânica, que resolveu fechar os olhos ao passado e ao racismo, também em busca de maiores lucros. O novo surto industrial provocou um aumento do número de negros empregados na indústria, reabrindo o debate entre nacionalistas e liberais anglófilos. Os nacionalistas voltaram a apelar para conceitos co

mo raça, tradição e religião, ainda profundamente impregnados na cultura afrikaaner. A isto foram se somando elementos francamente nazistas e fascistas, como o fortalecimento da Afrikaaner Bond (Irmandade Afrikaaner), uma sociedade secreta que se tornou o principal reduto ideológico da extrema direita branca.

Com a recessão posterior à Segunda Guerra Mundial reapareceu o mesmo problema anterior à eleição de 1924. Os "brancos pobres" se rebelaram diante da possibilidade de perderem empregos e vantagens. O racismo entrou novamente em ebulição política com o slogam "Gevaar K.K.K." ("Cuidado, com os negros, indianos e o comunismo" - Kaffer, Koelie, Komunismus). E o resultado não poderia ser outro. Em 1948, os nacionalistas ganharam sozinhos o poder e, através de um avalancha de decretos e leis, tornaram ainda mais rígidas as proibições aos negros. Os interesses estrangeiros continuaram manipulando a economia. As contradições dos nacionalistas com a burguesia anglófila são menos importantes que o conflito entre o capital internacional e os movimentos negros.

A luta anti-racista

A primeira organização política dos negros sul-africanos surgiu em 1912. O Congresso Nacional Africano (ANC) foi criado por um grupo de ex-alunos de escolas mantidas por missionários europeus. Os primeiros líderes do ANC acreditavam que os afrikaaners poderiam acabar convencidos da injustiça das leis racistas. Achavam também que os liberais anglófilos poderiam admitir uma co-participação dos negros na política.

Essas ilusões começaram a ruir por volta de 1920, quando 40 mil mineiros negros entraram em greve. Pouco depois foi fundada a ICU (Sindicato do Comércio e Indústria), que reunia os trabalhadores africanos. O primeiro sindicato negro foi rapidamente ilegalizado pela polícia e enfrentou uma dura perseguição dos sindicatos dominados pelos trabalhadores brancos. Em conseqüência, os negros não participaram das greves dos trabalhadores brancos no Rand, em 1922.

O movimento sindical da ICU não conseguiu romper o cerco da sociedade branca e entrou em declínio depois de ter mais

de duzentos mil associados. O sindicato buscava uma integração à estrutura moldada pelos afrikaaners e não pôde apresentar alternativas no momento em que os brancos lhe fecharam as portas. Em 1921, surgiu o Partido Comunista Sul-Africano, integrado majoritariamente por brancos.

Na década de 40, o Congresso Nacional Africano adotou uma estratégia de resistência não violenta contra as leis racistas, como na greve geral de 1950 e na campanha pacifista de 1952. Em 1955, a frente anti-racista amplia-se com a chamada Carta da Liberdade, subscrita também pelos movimentos de indianos, mulatos, liberais e socialistas. A carta - uma violenta denúncia do apartheid - afirmava que a África do Sul pertence às maiorias e pregava a abolição do racismo e uma redistribuição de riquezas.

Entre 1939 e 1945, a crise econômica gerou um período de intensa movimentação sindical. Mais de 300 greves, envolvendo 58 mil negros e 60 mil trabalhadores brancos, alteraram drasticamente o sistema político imposto pelos afrikaaners. As greves provocaram o surgimento, dentro da ANC, de um setor jovem mais radical, liderado por Nelson Mandela e Oliver Tambo, que lentamente foi assumindo posições de comando dentro da organização. Em 1958, setores da ANC que não concordavam com a política multirracial do movimento criaram o Congresso Pan-Africanista (PAC). O PAC convocou uma manifestação na cidade de Sharpeville, em 1960, para protestar contra a lei do passe, que limitava o movimento dos trabalhadores negros dentro de áreas reservadas aos brancos. A passeata foi duramente reprimida pela polícia, que causou 70 mortes. Logo depois do chamado massacre de Sharpeville, o PAC, a ANC e o Partido Comunista foram postos na ilegalidade e a luta anti-racista sofreu uma mudança radical. O Congresso Nacional Africano criou o seu braço armado, a Umkhonto we Sizwe (A Lança da Nação), enquanto o PAC organizava outro grupo guerrilheiro, o Poqo (Apenas Nós). E, em 1963, a repressão aumentou com a prisão de todos os principais dirigentes da ANC. Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua, e Oliver Tambo assumiu a chefia do movimento.

A violência da ação governamental impediu que os guerrilheiros conseguissem progressos rápidos, capazes de levar a grande massa dos africanos a participar da luta armada. Outro fator que contribuiu decisivamente para o impasse no terreno insurrecional foi a falta de bases de apoio em países vizinhos, todos eles

dominados, na época, por regimes aliados aos afrikaaners.

Soweto

Parte da força do sistema racista veio do fato de que, na década de 60, a África do Sul passou a ser um dos principais Eldorados do capitalismo internacional. Aproveitando-se da fartura de dinheiro no mercado mundial, os investidores estrangeiros aplicaram em massa seus recursos na economia sul-africana, cujo principal elemento de atração era a existência de um enorme mercado de mão-de-obra barata. Os investimentos estrangeiros, especialmente norte-americanos, quintuplicaram de valor entre 1958 e 1977. A política protecionista dos afrikaaners, adotada logo após as eleições de 1948, criou a infra-estrutura necessária para a instalação de grandes fábricas, cujos objetivos eram criar um pólo industrial capaz de se expandir para todos os países da África austral.

O novo "milagre" econômico dos anos 60 teve como conseqüência imediata um enorme afluxo de trabalhadores negros para a periferia das grandes cidades. As reservas negras eram insuficientes para abastecer a massa de africanos pobres. A miséria dos bantustans, onde a terra é ruim e pouco produtiva, onde inexistem serviços médicos, escolares e assistenciais, e onde não há nenhum tipo de auxílio financeiro para a produção agrícola, provocou o êxodo em busca de comida e à procura de migalhas da sociedade consumista branca.

Os contrates urbanos se tornaram gritantes demais e atingiram também os mulatos, cujas esperanças de integração na economia branca ficaram ameaçadas pelo afluxo de desempregados negros vindos dos bantustans. Os marginalizados do sistema se rebelaram nos subúrbios de Johanesburgo, em 1976, fazendo tremer todo o edifício racista. A rebelião dos jovens desempregados de Soweto (South West Township - Favela do Sudoeste) mostrou aos brancos que a crise atingia as próprias cidades, onde os europeus se sentiam seguros e protegidos. A miséria dos distantes bantustans chegou bem perto do "paraíso" racista e provocou uma polêmica sobre o futuro do apartheid.

O problema central passou a residir na dependência do capitalismo racista em relação à mão-de-obra negra. O crescimento econômico não poderia mais ser limitado, porque o sistema necessitava de lucros constantes para pagar o aparelho repressivo e o

complexo industrial-militar. E, para crescer, as indústrias precisam de mão-de-obra. Em termos globais, os africanos forneciam, em 1950, cerca de 45% da mão-de-obra para a mineração, agricultura, indústria e serviços. Vinte anos mais tarde, a percentagem aumentou para 65% e acredita-se que, em 1990, 75% da força de trabalho da África do Sul será de negros. Isto porque a indústria cresceu mais do que o aumento demográfico branco, enquanto que a taxa de natalidade nas populações de origem africana ou mulata teve uma elevação acentuada. A participação dos não brancos em empregos especializados triplicou nos últimos 20 anos.

A dependência da mão-de-obra negra levou o governo a propor reformas no apartheid, para assimilar a incorporação dos novos trabalhadores necessários à manutenção do ritmo industrial, e aumentar a oferta de empregos para impedir uma explosão social entre os trabalhadores expulsos dos bantustans para a periferia das cidades, onde não acham ocupação para sobreviver. A dinâmica da integração da África do Sul no sistema econômico ocidental quebrou a base dos setores mais conservadores, cujo saudosismo não impediu os esforços do capital transnacional para manter a taxa de crescimento do nível de emprego. Esta última medida visa a impedir o crescimento da militância dos sindicatos negros, que desde 1980 promoveram mais de 200 greves reivindicatórias, e tentar neutralizar a influência do movimento Consciência Negra, surgido entre os mulatos desde o levante de Soweto.

O governo ainda tentou recorrer à solução artificial de dar a independência a bantustans como Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana, com o objetivo de frear a migração interna de trabalhadores desempregados. Estes não poderiam mais viver nas cidades brancas porque eram considerados "estrangeiros". A solução do apartheid para afastar os "indesejáveis" foi, no entanto, condenada mundialmente, a ponto de nenhum país estrangeiro ter reconhecido os governos títeres dos quatro bantustans.

Posição estratégica

A independência de Angola e Moçambique, em 1974/75, e do Zimbábue, em 1980, mudou radicalmente a situação dos afrikaaners

na África austral. Os novos governos de tendência revolucionária surgidos nesses países vizinhos passaram a servir de retaguarda para o Congresso Nacional Africano. Angola, Moçambique e Zimbábue, junto com os demais países da Linha de Frente, colocaram também em prática projetos em busca do fim da dependência em relação ao capitalismo transnacional da África do Sul.

Esses países tornaram-se, portanto, inimigos naturais do racismo e passaram a ser objeto de represália desestabilizadoras que vão desde o nível econômico até o militar. O ponto central da chamada guerra na África austral está localizado na Namíbia, uma ex-colônia alemã que a África do Sul ocupou militarmente na Primeira Guerra Mundial e anexou de fato a partir da Segunda. Os países da Linha de Frente (Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) exigem a independência da Namíbia, com o apoio de todos os países da OUA, mas enfrentaram a omissão e manobras protelatórias das potências ocidentais.

A mudança da conjuntura política na África austral coincidiu com o aumento da importância das reservas de minerais estratégicos existentes na área. A África do Sul é o maior exportador mundial de metais do grupo da platina , ouro, vanádio, cromo, alunita e manganês. O segundo em vermiculita, antimônio, diamantes, flúor e asbestos: e o terceiro em titânio, urânio e zircônio. A soma da produção sul-africana com a soviética estabeleceria um virtual monopólio de seis dos 14 minerais estratégicos mais importantes para a indústria moderna. Além disso, a África do Sul está situada numa região geográfica por onde passam 25 mil navios que transportam 70% do petróleo consumido na Europa e 30% nos Estados Unidos.

Esses dados foram usados por membros da assessoria do governo de Ronald Reagan para estabelecer um plano através do qual os Estados Unidos jogarão todo o peso de seu poderio militar e econômico para impedir uma mudança revolucionária na África do Sul. E nisto contam não só com o apoio de outras potências ocidentais como com a colaboração ativa dos afrikaaners, que, desde a década de 60, vêm perdendo o seu nacionalismo extremado para se integrar cada vez mais no sistema econômico liderado pelos Estados Unidos. Os interesses estrangeiros controlam hoje 60% da mineração, 30% da agricultura, 88% dos bancos e 68% da indústria da África do Sul.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Segundo dados oficiais dos Estados Unidos, os investimentos norte-americanos na África do Sul dobraram de valor nos últimos cinco anos. Os dados a respeito podem ser ainda maiores, levando-se em conta que numerosas companhias transnacionais dos EUA têm fortes interesses em empresas britânicas que, por sua vez, mantêm o primeiro lugar em termos de investimentos diretos na economia sul-africana. Cerca de 400 empresas dos Estados Unidos têm interesses na África do Sul, e apenas 12 delas foram responsáveis por 2/3 das aplicações feitas na economia do apartheid. E se forem tomadas em conta as ligações existentes entre acionistas e diretores das grandes empresas, pode-se afirmar que os grupos Rockefeller e Morgan são os mais influentes em todo o conjunto dos interesses norte-americanos na África do Sul.

As empresas transnacionais norte-americanas controlam também, junto com interesses sul-africanos, aproximadamente 90% das exportações minerais da Namíbia. Os EUA, Inglaterra, França Alemanha Ocidental e Canadá são hegemônicos em 70% da economia da ex-colônia alemã, situação que tem influência direta nas atividades do chamado Grupo de Contato, um organismo informal composto por representantes oficiais dessas cinco potências ocidentais. O grupo procura evitar uma radicalização ainda maior da luta dos guerrilheiros da Namíbia contra as tropas do exército sul-africano, para permitir que os interesses transnacionais sejam preservados, quando a ex-colônia obtiver a independência.

Foi no Grupo de Contato que surgiu a idéia de propor uma vinculação entre uma retirada sul-africana da Namíbia em troca da saída dos cubanos de Angola. A vinculação foi rejeitada pela maioria dos países africanos por ser considerada ilegal. As cinco potências ocidentais ainda não abandonaram a idéia, porque a pressão norte-americana e inglesa é muito forte. Os Estados Unidos, especialmente, querem a todo custo impedir que um governo negro nacionalista chegue ao poder na Namíbia, porque isso significaria um grave revés para os racistas sul-africanos e a possibilidade de uma alteração drástica no fornecimento de minerais estratégicos da África do Sul.

DADOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS, SOCIAIS

A TERRA: 1.221.041 Km^2. Situada no extremo sul do continente africano, com litorais sobre o Índico e o Atlântico, se divide em três regiões naturais: uma estreita faixa costeira de terras baixas com clima cálido e úmido, onde se cultivam principalmente a cana-de-açúcar em grandes plantações, e vinhedos na região do Cabo. Essas planícies são dominadas por montanhas elevadas com grandes escarpas, o Drakensberg. Para o interior se estendem os vastos planaltos do Veld, que incluem 40% do território e onde foram instaladas grandes explorações agrícolas (trigo e milho) e fazendas de bovinos e ovinos. Ao noroeste, o Rand é a região mineira, com grandes cidades e indústrias. É o mais industrializado país africano. A exploração dos recursos minerais é a base da economia: é o maior produtor mundial de ouro e diamantes, o segundo de manganês e o oitavo de carvão. **Capital:** Cidade do Cabo (capital legislativa), 1.107.763 hab; Pretória (capital administrativa), 563.384 hab. em 1970. **Outras cidades:** Joanesburgo, 1.441.366 hab. (1970).

O POVO: 30.130.000 hab. em 1981. A maioria da população (mais de 70%) é de origem africana, entre as quais predominam etnias pertencentes ao tronco bantu: pouco mais de um quarto são zulus, outro tanto xhosas, cerca de 20% são sothos e em torno de 10% tswanas; existem minorias de origem khoi-khoi (bosquímanos) e hotentotes. A população de origem européia representa 16,5% do total, os mestiços (rigorosamente classificados pela etnia não-branca de origem) são um pouco menos de 10% e os asiáticos, predominantemente indianos, não chegam a 3%. **Religião:** majoritariamente cristã. Entre os brancos, 55% são protestantes não-anglicanos. Entre os africanos, mais de 20% pertencem a igrejas "cristãs africanas", muitas das quais são seções "para negros" de igrejas européias. Também se praticam cultos tradicionais africanos. **Idiomas:** afrikaaner (dialeto "boer") e inglês, oficiais; as línguas autóctones mais faladas são zulu, xhosa e sesotho.

O GOVERNO: Marais Viljoen, presidente. Pieter Willem Botha, primeiro-ministro. O sistema se baseia numa rígida divisão racial, na

qual os brancos monopolizam o governo (são os únicos eleitores do Congresso); os assuntos dos mestiços são regulados por um Conselho Representativo de 60 membros (20 nomeados pelo ministro correspondente); os indianos têm seu próprio Conselho de 30 membros (15 nomeados pelo ministro de Assuntos Indianos), e os negros se vêem reduzidos aos "bantustaês", de teórica auto-administração, fora dos quais são considerados estrangeiros. **Festa Nacional:** 31 de maio, Dia da República (1861).

DEMOGRAFIA: 25 hab/km^2. **População urbana:** 47,9% (1981). **População economicamente ativa:** 10.935.000 (1981). Desse total 30% se dedicam à agricultura, 29% à indústria e 41% ao setor de serviços. **Crescimento demográfico anual:** 2,8% (1975/81). No ano 2000 serão 52 milhões.

ECONOMIA: 2.300 dólares de PNB per cápita em 1980. **Crescimento anual:** 2,3% (1960/80). Moeda: rand; flutuação livre; 1,095 por dólar (mar. 1983). **Taxa de inflação:** 12,5% anuais (1970/80), **Índice de preços ao consumidor:** (para a população branca) 100 em 1970, 377 em set. 1982. Um operário negro ganha 295,86 dólares por mês (1977) e um operário branco ganha 718,85 dólares por mês (1977). Desemprego: 24.500 pessoas, todas "não-brancas" (set.1982).

Importações: 18,55 bilhões de dólares (1980). **Exportações:** 12,5 bilhões de dólares (1980); 16% pedras preciosas; 7% transações "especiais", 5% carvão; 5% aço (1978).

EDUCAÇÃO: Há 43% de analfabetos (1979).

COMUNICAÇÃO: Circulam 66 exemplares de jornais diários para cada 1.000 hab. (1977).

FORÇAS ARMADAS: 81.400 efetivos (53.100 conscritos) em 1982 (exército 67.400, marinha 5.000, força aérea 9.000). **Forças paramilitares:** comandos 90.000; polícia 35.500. **Gastos militares:** 2,76 bilhões de dólares em 1981, 15,5% do orçamento (1981).

PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDOS POLÍTICOS: Partidos uni-raciais: Partido Nacional (NP), fundado em 1912 e dirigido atualmente pelo premiê Botha. No governo desde 1947, é o idealizador e executor da política de "apartheid". Sua base política são os "boers" e tem 131 deputados. **Partido Federal Progressista** (PFP), fundado em 1977 com a união do Partido Reformista Progressista e parte do extinto Partido Unido. Se apresenta como uma alternativa democrática, propondo o abandono gradual do "apartheid" (26 deputados). **Novo Partido da República** (NRP), fundado em 1977 por ex-membros do Partido Unido. Defende uma organização federal do país, com autonomia para cada grupo étnico. Dirigido por Vause Raw, tem 8 representantes. Herstigte Nasionale Party (HNP), fundado em 1969 por membros de ultra-direita e calvinistas do Partido Nacional. Seu líder é Jaap Marais, e não tem deputados. **Partido Conservador da África do Sul** (CPSA), fundado em 1981 com a fusão dos antigos Partido Nacional Conservador e Movimento para o nosso Futuro. Seu líder é A. Treuicht. **Partido Sul-Africano** (SAP), fundado em 1977 e dirigido por Myburgh Streicher; propõe uma federação de estados racialmente separados, com predomínio branco. Existem ainda duas organizações paramilitares de extrema direita: Movimento de Resistência Afrikaaner e Kappil Kommando. **Novo Partido da Liberdade da África do Sul** (ex-Partido Federal), é o representante legal dos grupos mestiços. **Convenção do Povo Negro** (BPC), fundado em 1972 como partido exclusivamente negro. Foi proscrito em 1977, depois da rebelião de Soweto, e seu líder Kenneth Rachidi ainda está preso. Junto da Organização Estudantil Sul-Africana (SASO), a Federação de Sindicatos Sul-Africanos (FOSATU) e a organização feminina Black Sash, a BPC fundou o **Movimento de Consciência Negra**, ideologicamente ligado ao movimento negro dos Estados Unidos e inimigo da "psicologia de submissão". **Congresso Pan-Africanista** (PAC), fundado em 1959 por dissidentes do ANC, sustenta que a sociedade democrática será construída pelos africanos e não por organizações multiraciais. Foi reconhecido como Movimento de Libertação pela OUA e pelos países. Não-Alinhados; seu principal dirigente é Potlako Leballo. **Partidos multi-raciais: Congresso Nacional Africano** (ANC). Fundado em 1912, foi o primeiro movimento de libertação do continente, e é reconhecido pela OUA e pelos países Não-Alinhados. Pluralista, defende a instauração de uma sociedade aétnica na África do Sul. Seu líder Nelson Mandela está em prisão perpétua desde 1960, assim como seu secretário-geral,

Walter Sisulu. Atualmente é dirigido por Oliver Tambo. Seu braço armado "Umkhonto we Sizwe" (Lança da Nação) iniciou as ações militares em 1960. **Congresso Nacional Indiano da África do Sul** (INCSA), fundado em 1896 com bases indianas, trabalha no exílio junto ao ANC. Seu líder é Yusuf Daddoo. **Aliança Negra Sul-Africana** (SABA), formada em 1978 com a união do movimento Inkhata Zulu, de origem zulu; do Partido Reformista Indiano (IRP), de Y.S. Chinsamy, que tem a maioria dos representantes eleitos no Conselho Indiano; do Partido Trabalhista (LPSA) de H.J. Hendrickse, com bases mestiças, e do Partido Linkoanketla, de Kenneth Mopele, cujo apoio principal é a etnia sotho do sul. O presidente da Aliança é o chefe Gatsha Buthelezi, do Inkhata Zulu, que conta com o apoio ocidental como oposição legal "moderada". **Partido Comunista Sul-Africano**; fundado em 1921 com a fusão de vários grupos marxistas, foi ilegalizado em 1950.

CEDIM

A POSIÇÃO DOS NÃO-ALINHADOS (NOVA DÉLI, 1983):

(Transcrito do "Guia do Terceiro Mundo", pág. 479)

A Conferência condenou severamente o regime racista de Pretória pelos seus bárbaros e sistemáticos atos de opressão e discriminação contra a esmagadora maioria da população da África do Sul. Chamou a atenção para os sinistros planos destinados a perpetuar o colonialismo sob a capa da bantustanização e assim privar os povos da África do Sul dos seus direitos e liberdades políticas, econômicas e sociais para mantê-los sob a contínua subjugação à minoria branca.

Os persistentes esforços do regime do apartheid para adquirir um arsenal de armas nucleares constituem mais uma indicação da sua determinação em manter o seu domínio. A colaboração constante de certos países ocidentais e de Israel com o regime sul-africano nesse campo, bem como os investimentos e o auxílio econômico que prestam à África do Sul, tem contribuído unicamente para encorajar o referido regime na sua intransigência. A Conferência exprimiu o seu profundo pesar pelo fato do Conselho de Segurança ter sido repetidamente impedido de impor sanções amplas e obrigatórias de acordo com o capítulo VII da Carta. Insistiu com todos os governos e organizações para que cortem os seus contatos com o regime racista da África do Sul. Os chefes de Estado ou de governo pediram o fim de todo o auxílio do FMI e restantes organismos especializados das Nações Unidas à África do Sul, dado que a concessão do referido auxílio e créditos tem sido utilizada pelo regime de Pretória para fazer face às suas crescentes despesas com fins militares e de repressão contra a população majoritária.

Os chefes de Estado ou de governo exigiram a libertação incondicional de Nelson Mandela e de todos os demais presos políticos, seis dos quais se encontram cumprindo o vigésimo ano da sua condenação à prisão perpétua, e que seja concedida a condição de prisioneiro de guerra a todos os combatentes pela liberdade captu

rados.

A Conferência registrou com indignação a introdução, por parte do regime da África do Sul, das chamadas reformas constitucionais e condenou sem reservas esse ato como mais de um passo para dividir o povo oprimido da África do Sul e consolidar e perpetuar o apartheid e o regime de minoria branca. Ao mesmo tempo que felicitava as chamadas pessoas de cor e as de origem indiana por rejeitarem categoricamente as chamadas reformas constitucionais, alertava os elementos não representativos do Partido Trabalhista e do Conselho Indiano Sul-Africano para que não participassem nos fraudulentos acordos constitucionais.

Os chefes de Estado ou de governo do Movimento dos Países Não-Alinhados exprimiram a sua solidariedade e o seu firme apoio à luta do povo oprimido da África do Sul, conduzida pelos seus autênticos representantes - os movimentos de libertação nacional - fazendo uso de todos os meios ao seu alcance. (...) Felicitaram os heróicos combatentes pela liberdade, do ANC, pelas espetaculres vitórias alcançadas, e pediram a todos os Estados membros do Movimento dos Países Não-Alinhados e à comunidade internacional para aumentarem o seu auxílio aos movimentos de libertação da África do Sul reconhecidos pela OUA, para que possam intensificar ainda mais a sua luta.

A Conferência condenou a política de "compromisso construtivo" dos Estados Unidos, por esta ser destinada a contrariar a campanha internacional em prol do isolamento total da África do Sul do apartheid. A proclamação pública do regime racista de Pretória como amigo e aliado tem-no encorajado a intensificar sua repressão contra o povo da África do Sul, a aumentar sua agressão contra os países vizinhos e a mostrar-se intransigente na questão da independência da Namíbia.

Os chefes de Estado ou de governo manifestaram sua profunda preocupação pelas persistentes informações sobre os propósitos de alguns países latino-americanos de criarem uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), juntamente com o regime racista da África do Sul. Avisaram que uma aliança militar desse gênero com a África do Sul poria em perigo a segurança da África, a paz e a segurança internacionais, e enfraqueceria os esforços da comunidade internacional em prol da independência da Namíbia e da liber

tação da África do Sul. (...)

A Conferência verificou com grave preocupação que aumenta cada vez mais o número de desportistas e artistas que são aliciados para visitar a África do Sul do apartheid, e saudou as posições de princípios adotadas por alguns artistas e homens do esporte que têm rejeitado ofertas lucrativas feitas por esse regime. Elogiou muito também os governos e as organizações esportivas nacionais que adotaram sanções punitivas contra jogadores de cricket e artistas que jogaram ou atuaram na África do Sul, e pediu a todos os outros governos e organismos esportivos nacionais que adotem medidas semelhantes.

A Conferência observou com profunda preocupação os crescentes atos de desestabilização militar, política e econômica perpetrados pelo regime racista da África do Sul contra os Estados vizinhos independentes de Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Seychelles. Condenou o regime sul-africano por criar, armar, financiar e utilizar grupos contra-revolucionários, bandidos e mercenários como um prolongamento do seu exército regular para provocar a instabilidade na região. A Conferência reafirmou que as políticas e práticas do regime sul-africano constituem uma grave ameaça, não só para a estabilidade regional, como também para a paz e a segurança internacionais. (...)

A ESTRATÉGIA DO CONGRESSO NACIONAL AFRICANO SOBRE O APARTHEID

Conferência encoraja a "tomada do poder pelo povo".

O Congresso Nacional Africano (CNA), movimento de libertação da África do Sul, realizou sua 2ª Conferência Consultiva Nacional, na Zâmbia, de 16 a 23 de junho (a primeira dessas conferências foi em 1969).

Contando com a presença de 250 delegados, procedentes tanto da África do Sul quanto de diversos países, a Conferência reafirmou a estratégia ampla do CNA de derrubar o apartheid através da ação política das massas e da luta armada. (Essa estratégia já havia sido esboçada em vários documentos, inclusive no discurso de 8 de janeiro, do Presidente do CNA, Oliver Tambo, e no "Apelo ao Povo", de 25 de abril, lançado pelo Comitê Executivo Nacional do CNA. Esses documentos foram reimpressos nos números de 4 de março e de 10 de junho, respectivamente, da "Intercontinental Press").

A Conferência, pela primeira vez, também abriu todos os órgãos do CNA, incluindo suas células clandestinas, na África do Sul, e os órgãos de liderança, para sul-africanos de todas as raças. Antes eles eram formalmente restritos a africanos, embora indianos, mestiços e brancos pudessem ser membros das organizações do CNA no exílio e pudessem ter atividades de apoio dentro da África do Sul.

O texto a seguir é o comunicado oficial da Conferência do CNA, como foi lido, em reunião com a imprensa, em Lusaca, no Zâmbia, no dia 25 de junho, pelo Presidente Tambo. Os subtítulos e notas de rodapé são da "Intercontinental Press".

Realizou-se a 2ª Conferência Consultiva Nacional do CNA. Ela foi aberta em 16 de junho, no nono aniversário do levante de Soweto, de 1976, e terminou no dia 23. Originalmente, tínhamos

planejado encerrá-la no dia 26 de junho, nosso Dia da Liberdade. Mas foram tão amplas e completas as discussões entre os membros, nas pré-conferências que foi possível concluir nosso trabalho 3 dias antes do que fora planejado. O local da Conferência foi o Zâmbia. Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para agradecer sinceramente a Sua Excelência o Presidente (Kenneth) Kaunda e ao Comitê Central do UNIP[1] por nos permitirem realizar nossa Conferência nesse país. Somos especialmente gratos pela assistência inestimável que nos foi dada, apesar do curto prazo de comunicação, a fim de assegurar que tivéssemos todos os requisitos materiais necessários a uma Conferência da grandeza da nossa. Estaremos sempre em débito para com o povo zambiano e seus dirigentes por esta notável contribuição para a nossa luta.

Da Conferência participaram 250 delegados, representando toda a nossa organização. Eles vieram de todas as partes do mundo onde temos membros, de todos os grupos nacionais de nosso país. Entre eles se encontravam líderes do nosso movimento, todos os nossos funcionários diplomáticos, os principais representantes, comandantes e outros membros do nosso exército, ativistas políticos, sindicalistas, trabalhadores das áreas de administração, produção, saúde e cultura, propagandistas, estudantes e outros membros, empregados fora dos quadros da nossa organização.

Nos encontramos para debater o tema "Da Conferência à Vitória". Assim, as tarefas centrais do encontro foram avaliar nossa situação, especialmente na África do Sul, e decidir sobre as medidas que devemos tomar para alcançarmos a vitória sobre o apartheid. Caracterizamos a Conferência como um conselho de guerra pela razão óbvia de que, quando abríamos nossa reunião, o ininterrupto massacre do nosso povo causava grande impacto em nossas mentes, evidenciado pela invasão criminosa de Botswana e o assassinato de gente inocente em Gaborone.[2] Quiséssemos guerra ou não, o regime de Pretória estava nos dizendo, de fato, que a única forma de acabarmos com o derramamento de sangue era indo para a guerra.

---

(1) - O United National Independence Party, UNIP, é o partido governante no Zâmbia.

(2) - No dia 14 de junho, comandos sul-africanos atravessaram a fronteira do vizinho Botswana, atacando várias casas e escritórios, em Gaborone, a capital do país, onde residiam refugiados sul-africanos. Doze pessoas foram mortas no ataque.

Consideramos essa Conferência venturosa pois a ela se dirigiram os nossos líderes que estão na prisão e que Botha ainda se recusa a libertar. Pouco antes de seu início, recebemos uma mensagem dos líderes que estão nas prisões de Pollsmoor e Robben Island, assinada, em nome deles, por Nelson Mandela.[3] Eis o que eles dizem:

"Nós ficamos muito felizes ao saber que o CNA realizará, em breve, outra conferência. Esperamos, sinceramente, que esse acontecimento se constitua em mais um marco na nossa história. É muito gratificante, principalmente na nossa condição atual, pertencer a uma organização experimentada, que exerce um impacto tão grande na situação do nosso país, que se firmou como portadora de uma rica tradição e que nos trouxe tão cobiçados lauréis.

Como vocês sabem, sempre tentamos harmonizar nossas próprias opiniões e respostas com aquelas do movimento que estão em liberdade. Por essa razão, achamos realmente recompensador saber que, a despeito da enorme distância e dos anos que nos separam, assim como da falta de canais de comunicação reais, continuamos uma organização estreitamente unida, sempre consciente da importância crucial da unidade e da necessidade de resistir a todas as tentativas feitas para nos dividir e confundir.

Estamos certos de que todos os delegados que vão participar da Conferência irão a ela com uma questão central predominando em suas mentes: que o CNA sairá da Conferência muito mais forte do que antes. A unidade é a rocha sobre a qual o CNA foi fundado; é o princípio que nos tem guiado através dos anos à medida que tateamos nosso caminho para a frente.

No curso de sua história, o CNA sobreviveu a inúmeras tempestades e se tornou conhecido, em parte, por causa das qualidades genuínas de seus membros e, em parte, porque cada membro se considerou o principal guardião daquela unidade. Todas as discussões, contribuições e críticas têm sido equilibradas e construtivas e, sobretudo, têm sido, invariavelmente, sujeitas ao princípio predominante de máxima unidade. Perder de vista este princípio básico é vender nossos direitos, trair aqueles que pagaram um preço alto pa

---

(3) - O Presidente do CNA na época, Nelson Mandela, foi capturado pela polícia em 1962, e, subsequentemente, condenado à prisão perpétua.

ra que o CNA florescesse e triunfasse.

Com relação a isto, as posições tomadas por Oliver Tambo em várias questões e reafirmadas por Joe Slovo nos inspiraram tremendamente. Ambos chamaram a atenção para pontos vitais que, em nossa opinião, são muito oportunos. Eles devem ser enfatizados e levados, conscientemente, em conta, ao tentarmos resolver os complicados problemas com que se defronta o movimento e ao tentarmos definir as diretrizes do progresso futuro.

Essas observações são a mais clara expressão da duradoura identidade de princípios dos membros do movimento, onde quer que estejam, e um resumo das realizações de que temos, com razão, orgulho.

Em particular, compartilhamos, integralmente, a opinião de que o CNA contribuiu para aumentar a consciência política das massas a um nível desconhecido em nossa experiência. É com esse espírito que enviamos a vocês nossas saudações e melhores cumprimentos. Seguramos as suas mãos firmemente, à distância."

Assim, a conferência "definiu as diretrizes 'do progresso futuro". E quais são essas diretrizes?

Ação de massas e luta armada

Nossa Conferência concordou, unanimemente, que o regime de Botha ainda está determinado a defender o sistema do apartheid, da dominação da minoria branca, pela força das armas. Por este motivo, concluiu que não havia razão para que mudássemos nossa estratégia mais ampla, que objetiva a tomada do poder pelo povo através de uma combinação da ação política das massas e da luta armada.

Entretanto, também concluiu que a possibilidade de vitória é maior agora do que em qualquer outra época de nossa história. Isto exige que aumentemos nossa ofensiva política e militar de maneira decisiva e sem demora. As massas do nosso povo estavam e estão engajadas numa luta de importância histórica, que tem por finalidade tornar o apartheid inviável e o país ingovernável. Elas estão criando as condições para a intensificação do ataque que nos levará à situação que possibilitará a derrubada do regime de segregação racial.

Os delegados concordaram que era vital que tomássemos todas as medidas necessárias ao fortalecimento do CNA e do Umkhonto we Sizwe dentro de nosso país, exatamente para nos adequarmos às exigências do nosso povo e da situação, de uma maior e mais coordenada ofensiva política e militar.

A Conferência também decidiu que não podemos levar nem mesmo em consideração a proposta de um acordo negociado da questão sul-africana enquanto nossos líderes estiverem na prisão. Concordou que devemos continuar a campanha para a libertação imediata e incondicional desses líderes. Sobre a situação que se estabeleceu no país, de crise continuada do sistema de segregação racial, concluiu que a Carta da Liberdade contém os fundamentos necessários à satisfação das aspirações da esmagadora maioria do nosso povo. Com referência a este ponto, os participantes resolveram que era importante que conquistássemos tantos brancos quanto possível para o nosso lado. Devemos, também, nos manter fiéis à nossa oposição e à nossa luta contra os bantustões, assim como contra o parlamento tricameral e instituições afins. Temos de continuar sendo a alternativa para uma África do Sul unida, democrática e não-racial.

A Conferência endossou a opinião emitida por nossos líderes presos sobre a importância da unidade. Num apelo ao nosso povo, em nosso país, os delegados afirmaram:

"Aqueles dentre nós que são verdadeiros libertários não devem lutar entre si. Não permitamos que os truques sujos do inimigo sejam bem sucedidos e nos façam brigar uns com os outros."

A Conferência lembrou e reverenciou a contribuição que a Frente Democrática Unida deu para o fortalecimento da unidade das forças democráticas de nosso país e condenou a prisão e incriminação de seus líderes e ativistas.[4]

Os participantes também concordaram em que a unidade deve ser expressa na atividade de massa de todo o nosso povo contra o **apartheid**. Conseqüentemente, é importante que todo o povo seja organizado e mobilizado, nas cidades e no campo, incluindo os bantustões. Os trabalhadores negros têm particular importância nesse sen

---

(4) - A Frente Democrática Unida, formada em 1983, é uma coalizão ampla de 600 grupos comunitários, organizações de mulheres, entidades estudantis, sindicatos e outras organizações anti-apartheid. O total de seus membros é de quase 2 milhões.

tido e são, como já dissemos anteriormente, a espinha dorsal e a força dirigente de nossa luta pela libertação nacional.

"Declaram o apartheid ilegítimo."

A Conferência também avaliou a situação internacional e concluiu que precisamos expandir mais nosso sistema de relações internacionais para atingirmos até mesmo a regiões, países e governos com os quais não tivemos contato antes.

Ela pediu à comunidade internacional que "declare o regime de minoria branca do apartheid ilegítimo".

Tratando especificamente da questão da excursão programada pelo time de rúgbi da Nova Zelândia à Africa do Sul, a Conferência reiterou que "se a excursão acontecer, a responsabilidade por qualquer consequência adversa à Nova Zelândia, sua reputação e sua participação futura em competições esportivas internacionais, assim como qualquer ameaça à vida dos jogadores, estará nas mãos da Confederação de rúgbi da Nova Zelândia". Ao mesmo tempo que saudou a oposição do Governo da Nova Zelândia à excursão, também pediu a esse Governo que tomasse outras medidas para impedi-la.[5]

Dentre outras coisas, a Conferência enviou saudações especiais a cada um dos Estados da Linha de Frente, ao Lesoto, à OUA e à SWAPO.[6] Também fez um apelo à comunidade internacional.

A Conferência foi honrada com muitas mensagens de solidariedade da comunidade internacional, originárias de governos e organizações de todos os cantos do mundo. Elas incluíram mensagens dos presidentes de Botswana, Algéria, República Democrática da Alemanha e Guiné-Bissau; dos ministros das Relações Exteriores da Finlândia, Gana e Zimbábue, dos Comitês Centrais ou equivalentes da União Nacional Africana do Zimbábue (Frente Patriótica), da

---

(5) - No dia 15 de julho, a União de Rugbi da Nova Zelândia anunciou que a planejada excursão à África do Sul havia sido cancelada.

(6) - Os Estados da Linha de Frente são Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue; a Organização da Unidade Africana é um organismo intergovernamental da África; a Organização dos Povos do Sudoeste da África (SWAPO) é o movimento de libertação que luta pela independência da Namíbia da dominação sul-africana.

Frelimo,[7] do Partido Trabalhista Britânico, do Partido Social Democrático Sueco, do Partido Social Democrático Alemão, dos Partidos Comunistas da União Soviética, da Romênia, da Bulgária e de outras organizações, tais como sindicatos, entidades estudantis, de mulheres, de jovens, religiosas, de solidariedade e do movimento pela paz.

Naturalmente, nós discutimos questões relacionadas à nossa estrutura e ao pessoal necessário à implementação das decisões históricas tomadas pela Conferência. Diretrizes constitucionais foram adotadas, que estabelecem que devemos realizar uma Conferência uma vez em cada 5 anos, pelo menos, e que o Comitê Executivo Nacional deve nos dirigir pelo mesmo período. A Conferência reafirmou a posição de constituições anteriores do CNA de que a filiação ao partido é aberta a sul-africanos de todas as raças que aceitem a política do nosso movimento.

O encontro decidiu, ainda, aumentar o tamanho do Comitê Executivo Nacional para 30 membros, e deu poderes à Executiva para cooptar 5 membros extras se houver necessidade.

A Conferência reelegeu 19 dos 22 membros do Comitê Executivo Nacional. Dos 3 não-reeleitos, 1 não se candidatou à reeleição. Portanto, 11 novos membros do CEN foram eleitos. Dentre estes, 1 camarada branco, 2 indianos e 2 mestiços. Os ocupantes dos 3 mais altos cargos do CEN - o presidente, o secretário-geral e o tesoureiro - foram mantidos, sem oposição e unanimemente.

Nós saímos de nossa Conferência mais unidos do que nunca. Quando o nosso povo e a comunidade internacional assistirem ao Dia da Liberdade na África do Sul, amanhã, 26 de junho, e 30º aniversário da Carta da Liberdade, o CNA estará lá, grandemente fortalecido, como uma só cabeça voltada para todas as questões, e determinado a levar a guerra ao inimigo e a persistir na luta até a vitória.

---

(7) - A União Nacional Africana do Zimbábue (Frente Patriótica) é o partido governante enquanto que a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) é o partido dominante em Moçambique.

Pronunciamento de Oliver Tambo, Presidente do Congresso Nacional Africano (CNA)*

"Nosso lema deve ser mobilização, organização, luta".

Compatriotas,

Há 48 horas P. W. Botha (o Presidente da África do Sul) decretou um estado de emergência que atinge o Leste do Cabo, o Witwatersrand e o Triângulo de Vaal. Muitas pessoas já foram presas nessas áreas. Unidades combinadas de militares e policiais se movimentam para ocupar certas áreas destinadas a não-brancos, como Kwathema. Pessoas foram assassinadas por essas forças de ocupação. A verdade sobre os atos criminosos desses bandos de abutres tem sido mantida fora do conhecimento do público pelo endurecimento da censura à imprensa.

Inevitavelmente, as medidas fascistas de repressão extrema que Botha impôs serão estendidas a outras áreas do nosso país. Ele, finalmente, decidiu decretar a lei marcial. Garantiu às suas forças armadas poderes totais para governarem certas áreas do nosso país. Esta é uma eventualidade para a qual o regime de Botha se preparou e para a qual, repetidas vezes, chamamos a atenção. Este regime não pode mais esconder sua verdadeira face. O que ficou claro para todos foi a realidade da ditadura militar e não a reconfortante mas espúria imagem de reformador que Botha procurou cultivar e difundir.

O regime de Pretória fala sobre lei e ordem. Diz que decretou a lei marcial em grandes áreas de nosso país a fim de restabelecer a ordem e a estabilidade.

[Este texto é um "Pronunciamento à Nação", de Oliver Tambo, Presidente do Congresso Nacional Africano (CNA), da África do Sul. Foi transmitido no dia 22 de julho, da Etiópia, Zâmbia, Tanzânia e outros países africanos para a África do Sul, pela Rádio Liberdade, do CNA. O texto do pronunciamento foi fornecido à Revista "Intercontinental Press" pelo CNA. Os subtítulos e as notas são de autoria da revista].

Num cínico desrespeito pelos interesses da maioria do povo do nosso país, o Governo dos Estados Unidos, o principal aliado do regime do apartheid, não hesitou em aprovar as novas medidas de repressão que os seus amigos de Pretória adotaram. A administração de Reagan disse claramente que tem esperanças de que essas medidas terão sucesso no seu objetivo. Botha e Reagan esperam e rezam para que a grande campanha de terror contra o povo e o nosso movimento democrático consiga parar a marcha para a libertação. Eles estão desejosos de assegurar que a lei racista e a ordem do apartheid continue a prevalecer.

Esta é a missão perdida que o regime de Pretória e seus sustentáculos estabeleceram para si.

As nossas próprias tarefas são muito claras. Para criar o tipo de sociedade que é delineado na Carta da Liberdade,[1] nós temos que derrubar e destruir a velha ordem. Temos que tornar o apartheid inviável e o nosso país ingovernável. Nos concentramos, de forma correta, no elo mais fraco da cadeia de comando e controle do apartheid. Por meses mantivemos uma ofensiva ininterrupta contra autoridades governamentais locais fantoches, nas áreas urbanas negras, assim como contra outros funcionários do estado, tais como a polícia e seus agentes, nas áreas destinadas a não-europeus.

Ao decretar estado de emergência nessas áreas, Botha admitiu que seus órgãos de governo ruíram. Reconheceu que a única maneira de reconstruir o regime de segregação racial nas áreas destinadas aos negros é através da lei marcial e, ainda, que ele não pode mais governar da velha maneira.

A perspectiva à nossa frente é intensificar a luta exatamente nessas áreas que estão sob lei marcial. Devemos tornar impossível ao nosso inimigo governar, mesmo que seja de uma nova forma. Devemos enfrentar os novos órgãos do governo nos bairros negros — as unidades combinadas do exército e da polícia que foram trazidas para o nosso meio exatamente para reafirmar o regime do apartheid e, portanto, perpetuar nossa opressão e sofrimento.

Ao mesmo tempo que saudamos aqueles dentre o nosso povo que responderam tão maravilhosamente ao nosso apelo para fazer o país ingovernável, devemos também chamar a atenção para o fato de

---

(1) - A Carta de Liberdade é um programa de exigências democráticas para a abolição do apartheid, formulado no Congresso do Povo, em Klipstown, na África do Sul em junho de 1955. Foi adotada pelo CNA como seu programa.

que nem todas as áreas do nosso país e nem todas as seções, dentre as oprimidas, responderam com o mesmo nível de atividade e determinação. Isto permitiu ao inimigo concentrar forças em certas regiões. Mesmo agora, sob o estado de emergência, o regime de segregação racial tem a possibilidade de concentrar sua ofensiva em um número de lugares selecionados em nosso país.

Esta é uma situação que devemos corrigir. É essencial que todas as áreas do nosso país se unam na ofensiva geral para tornar o apartheid inviável e a África do Sul ingovernável. Não há uma única pessoa negra, em nenhum lugar do nosso país, que possa dizer que viva em condições de liberdade. Estamos todos sujeitos à dominação por órgãos do governo impostos a nós pelo regime de discriminação racial. E isto acontece quer vivamos em cidades ou no campo.

No passado, todos nos juntamos para rejeitar o apartheid em qualquer forma que ele tomasse. Por essa razão, rejeitamos firmemente o sistema de bantustões e os conselhos de comunidade. Também repelimos, esmagadoramente, o parlamento com 3 câmaras de Botha, assim como os órgãos de governo locais definidos pela última constituição segregacionista.[2] Mas, como tínhamos previsto, todas essas instituições foram-nos impostas a despeito do fato de não as querermos. Como de hábito, o regime de segregação racial recusou-se a agir de acordo com o desejo do povo.

Nós, de nosso lado, não submetemos nossa causa à ditadura dos racistas. Dissemos que somos contra as suas instituições. Elas nos foram impingidas contra nossa vontade. Não temos outra escolha senão destruí-las. Isto foi o que fizemos a Leste do Cabo, no Witwatersrand, no Triângulo de Vaal e no Estado Livre. Devemos estender esta ofensiva para que atinja todas as outras partes do nosso país.

Em todos os lugares, onde quer que seja, devemos nos levantar e destruir os órgãos de governo do **apartheid** que são usados para nos manter na servidão. Fazemos esse apelo a todos os povos negros — os africanos, os indianos e os chamados mestiços.

---

(2) - Os 10 bantustões são reservas rurais africanas, destinadas a manter separados os africanos, de acordo com a língua que falem, e a negar-lhes a cidadania no país como um todo. Os conselhos de comunidade são órgãos administrativos locais do apartheid, ocupados por negros. O parlamento de três câmaras, estabelecido em 1984, consiste nas câmaras novas, de mestiços e indianos, ao lado da câmara de brancos, que já existia anteriormente — mais um esforço para separar os mestiços e indianos do resto da população negra.

Nosso povo, em algumas partes do país, está sofrendo sob o calcanhar de ferro de uma ditadura militar. Ele está enfrentando todo o poder do Estado defensor do **apartheid** porque ousou se levantar para lutar pela nossa libertação. Não importa o que os executores da lei marcial façam, as massas da nossa gente continuarão a luta, nessas áreas, pela nossa emancipação. Chegou a hora em que o resto das massas negras de nosso país, todos os 25 milhões que somos, deve se unir em uma ofensiva decidida para fazer nosso país ingovernável. Se for necessário, vamos forçar o regime do apartheid a depor suas forças armadas em todas as vilas e áreas negras de nosso país. Vamos agir juntos para fazer toda a África do Sul ingovernável.

Levar a luta para áreas brancas

A racista África do Sul branca está, sem dúvida, aplaudindo P. W. Botha pela decretação do estado de emergência. Os brancos de mente estreita que se acreditam superiores vêem este ato de desespero do regime do apartheid como uma demonstração de firmeza e como uma determinação de proteger os privilégios dos brancos a todo custo. Eles estão convencidos de que Botha esmagará, com sucesso, a nossa luta, e salvará o sistema do apartheid do colapso.

A África do Sul branca não acordará desse sonho enquanto a nossa luta estiver concentrada nas áreas negras. Não podemos e não devemos permitir que exista uma situação de relativa paz e tranquilidade nos territórios brancos do nosso país quando as regiões negras estão em chamas. Devemos levar a luta para as áreas brancas da África do Sul e atacar o regime do **apartheid** e suas forças de repressão nesses locais que ele considera sua trincheira.

Por muitos anos, o regime de Pretória deu aos brancos que o apóiam uma sensação de falsa segurança, induzindo-os a acreditar que a frente de batalha da luta estava nas fronteiras do nosso país. Nós destruímos esse mito e trouxemos a luta para as portas do opressor colonialista. O inimigo, entretanto, continua a crer que conseguirá manter nossa luta naquele limite, fora das cidades brancas. Assim como enterramos a ilusão de o confronto acontecer nas fronteiras do nosso país, também devemos por um fim, agora, à idéia de que o combate ficará confinado às áreas negras.

A África do Sul branca não deve mais conviver com a idéia de que ela pode continuar sua vida como habitualmente fez, enquanto nosso povo está morrendo às centenas, fora das vistas das famílias brancas, que enviaram seus filhos às nossas áreas, armados até os dentes, com uma única intenção: matar, matar e matar.

Nossa tarefa de levar a luta para o meio do inimigo coloca para todos os revolucionários do nosso país o desafio de planejar as táticas corretas para realizar esse objetivo. É um desafio que todos nós, trabalhadores, mulheres, jovens, devemos vencer. E que também representa uma responsabilidade especial para os compatriotas brancos que estão comprometidos com uma África do Sul democrática: agir agora para mostrar à população branca de nosso país que não importa o quanto ela tente fechar seus olhos ao que está acontecendo. O fato é que nosso país está em crise.

A África do Sul branca deve entender que Botha não pode garantir a sua segurança. Quanto maior a repressão a que ele recorrer em defesa do governo de minoria branca e em nome dos brancos de nosso país, maior o nível de insegurança para esses mesmos brancos. Para garantir sua própria segurança, a África do Sul branca tem que passar para o lado das forças que lutam por uma sociedade democrática e não-racial. A alternativa que Botha lhes oferece — aquela de lutar contra a esmagadora maioria do povo de nosso país — é apenas uma armadilha mortal. Nada resultará disso exceto sofrimento para toda a África do Sul branca.

Oferecemos aos nossos compatriotas brancos a única alternativa para a crise que certamente os destruirá num futuro próximo: "abandonem Botha e sua república do **apartheid**; juntem-se às forças anti-racistas em luta por uma África do Sul democrática".

"Não há caminho alternativo".

Chegou também a hora de aqueles que participam do parlamento tricameral do **apartheid**, e que dizem apoiar uma África do Sul democrática, abandonarem a ilusão de que esse parlamento pode fazer alguma coisa para resolver os problemas do nosso país. Essa instituição é parte da estrutura do governo de segregação racial, tanto quanto o exército racista, a polícia e o sistema penitenciário. É um instrumento para a perpetuação do governo da minoria bran

ca. Manter a esperança de que ele pode fazer alguma coisa por uma ordem social justa é tentar enganar o povo e ajudar a encorajar o regime de Pretória a perpetuar o seu governo de terror. Se há algum grupo de esquerda anti-racista genuíno no parlamento de Botha, agora é a hora dele abandonar essa casa de iniquidades e se juntar às massas do povo que estão em luta por uma sociedade verdadeiramente justa.

Grande parte do nosso país está sob estado de emergência. Outra parte é tratada como se o estivesse. Esta situação não mais permite a atuação de partidos inconseqüentes, apresentada como um esforço de reforma. Ela requer que cada um de nós escolha um lado: ou se está do lado das mudanças reais ou se está do lado da repressão contínua. Não há um caminho alternativo.

Aqueles, dentre os negros, que persistem em se recusar a parar de servir ao exército, enfretam, agora, as conseqüências inevitáveis de sua obstinação mercenária. Eles se transformam em um exército de ocupação e em administradores da lei marcial. Se, no passado, eles consideraram suas tarefas como normais, não podem mais fazer isso. Não há nada normal numa emergência. Nem as tarefas reais que eles terão de desempenhar serão normais. Os seus patrões lhes exigirão os mais atrozes atos de brutalidade contra o seu próprio povo. Neles recairão as cargas mais pesadas da campanha de repressão extremada de Pretória.

Uma vez mais conclamamos esses negros a deixarem as fileiras do inimigo, que os usa para aterrorizar suas próprias mães, pais, irmãs e filhos. Convocamos aqueles que o inimigo armou, a virar suas armas contra os que têm invadido nossas áreas, e não contra as massas desarmadas do nosso país que estão lutando para se libertar.

Há negros em nosso país que, proclamando-se líderes e representantes do nosso povo, uniram-se ao clamor pela manutenção da lei e da ordem do **apartheid**. O inimigo está usando estes chamados defensores da lei para justificar a intensificação da campanha de repressão que lançou sob o estado de emergência. Convocamos estes indivíduos equivocados a dirigir sua ira contra aqueles que levaram nosso país à situação em que se encontra hoje.

Apenas recentemente os intelectuais afrikaners,[3] do Conselho Nacional para Pesquisa Social, financiado pelo Estado, co

locaram, corretamente, a culpa pelo conflito em nosso país no apartheid. É o cúmulo da servilidade que os negros que se denominam líderes se recusem a tomar conhecimento dessa verdade e que, em vez disso, procurem assegurar sua própria sobrevivência culpando a vítima do terror pelo mal feito a ela.

O apartheid está em crise. O estado de emergência não vai tirar os racistas dessa situação. Tudo o que ele fará será favorecer o aprofundamento da crise e aumentar o custo, em vidas humanas, para se por fim à dominação da minoria branca em nosso país. Nós avançamos muito em direção à realização do nosso objetivo de uma África do Sul unida, democrática e não-racial. Não devemos parar agora. Não devemos voltar atrás.

Vamos, portanto, nos mobilizar e marchar juntos, com maior unidade ainda, em direção à liberdade. Sabemos que a cada hora o inimigo responderá com mais repressão. Precisamos suportar essas campanhas de terror com a mesma determinação que mostramos por tantos meses. E, mais ainda, devemos derrotar essas campanhas e elevar nossa luta a níveis muito mais altos.

Nosso lema deve ser mobilização, organização, luta. Todo o nosso povo deve ser mobilizado para a ação. Todo o nosso povo deve ser organizado para a ação. Todo o nosso povo deve se engajar na luta. Esta deve ser nossa resposta para a contra-ofensiva desesperada do inimigo.

Nesta luta, temos que aumentar nossa ofensiva armada. Numa situação de lei marcial, a necessidade de as massas oprimidas recorrerem a uma guerra popular se torna evidente. Portanto, a ordem do dia para todas as unidades do Umkhonto we Sizwe[4] é que elas devem fortalecer os seus laços com o povo. Elas devem agir junto com o povo para causar o maior número possível de baixas no inimigo armado. Elas devem levar a luta ao inimigo e, lado a lado com as massas heróicas do nosso país, derrotar os seus esforços para governar de uma nova maneira; devem retirar a sua iniciativa e levá-lo a recuar. Milhares e milhares de pessoas do nosso povo têm obrigado o inimigo a se engajar na confrontação armada, usando meios primiti

---

(3) - Os afrikaners compreendem a maioria da população branca e são a principal base eleitoral do Partido Nacional, que está no poder. Eles são descendentes dos primeiros colonizadores holandeses e falam uma língua derivada do holandês, chamada afrikaans. (O resto dos brancos fala inglês).

(4) - A Lança da Nação, o braço armado do CNA.

vos para atacá-lo. Agora é o momento de enfrentá-lo usando armas de guerra modernas.

Nesta hora de aumento da contra-ofensiva do inimigo, todos os progressistas do mundo se juntaram a nós, como nunca acontecera antes. Todo mundo denunciou o estado de emergência decretado por Botha e deu seu apoio à nossa luta. A comunidade internacional vai adotar novas medidas para isolar o apartheid, que declarou guerra ao nosso povo.

Extraindo forças desse apoio internacional, devemos marchar com maior confiança ainda para a vitória. O estado de emergência decretado por Botha é um reconhecimento da derrota. Cada atitude desesperada que ele toma é um sinal de que estamos atingindo nosso objetivo.

Façam o apartheid inviável!
Tornem a África do Sul ingovernável!
Preparem as condições para a tomada do poder pelo povo!
Amandla ngawethu! ("Poder para o povo!")
Makla ke a rona!
Ihlomile!

CEDIM

O GOVERNO ENCURRALADO

O Presidente sul-africano P.W. Botha tem cada vez menos saídas para a crise do apartheid, exceto uma negociação direta com a maioria negra do país.

(Transcrito da revista "Cadernos do Terceiro Mundo", nº 82, setembro/85, p. 85).

Reforma e mudança são as duas expressões mais frequentes em todas as conversas hoje na África do Sul. Todos os atores políticos, com exceção talvez dos grupos neonazistas afrikaaners, admitem hoje que a estrutura do apartheid não é mais aceitável, a esta altura da luta pelo poder no país. Enormes diferenças aparecem, no entanto, quando os vários protagonistas colocam suas cartas na mesa e anunciam as soluções para inicialmente acabar com a onda de violência que atinge a África do Sul desde o ano passado e, depois, alcançar uma paz estável num sistema sócio-econômico mais justo.

A diversidade de perspectivas políticas e de tomadas de posição diante da crise atual fica evidenciada através da atitude do Partido Nacional, representante da população afrikaaner. O partido surgiu há 30 anos, na localidade de Goori, tendo como plataforma política a dominação do país pela minoria branca e um sistema de discriminação racial chamado apartheid. Nestas três décadas, o racismo foi implantado da maneira mais brutal. A maioria negra foi privada dos seus direitos humanos mais essenciais, variando desde a proibição de votar até a de morar com a família.

Essa política obviamente encontrou uma heróica resistência da população não-branca do país, incluindo os dois milhões de mulatos e um milhão de indianos. A onda de protestos deflagrada a partir de setembro do ano passado já provocou mais de 650 mor

tes, na maior e mais intensa campanha de manifestações já ocorrida na África do Sul.

Diante da pressão interna e externa, o Partido Nacional, sob a direção do presidente P.W. Botha, foi obrigado a introduzir algumas reformas, que em vez de acalmar a maioria negra, serviram para alimentar a frustação geral. A mais significativa das chamadas reformas foi a introdução no ano passado do Parlamento tricameral, que deu um número limitado de cadeiras para os indianos e mulatos, em organismos segregados.

Mas menos de 25% dos indianos e mulatos preocuparam-se em votar, desacreditando seriamente o novo parlamento. Em meados de agosto, o governo sul-africano anunciou novas mudanças, após consultas do ministro das Relações Exteriores "Pik" Botha com o assessor de segurança nacional dos Estados Unidos, Robert MacFarlane. A imprensa ocidental preparou o terreno para uma ampla expectativa em torno do pronunciamento do presidente Botha através de uma cadeia nacional de rádio e TV. Mas o discurso acabou se constituindo numa enorme frustação, porque o chefe do governo, numa atitude de desafio, disse que a África do Sul não será pressionada e que as reformas serão feitas, sem no entanto adiantar detalhes.

Quaisquer que sejam as reformas que os racistas tenham em mente, é pouco provável que elas eliminem o princípio da segregação racial e o de que o poder continuará nas mãos dos brancos.

A frente anti-racista

Outro importante ator político envolvido na crise sul-africana é a Frente Democrática Unida (UDF), a maior frente de oposição ao racismo existente no país. A UDF foi formada em agosto de 1983 para se opor ao projeto do novo Parlamento tricameral proposto por Pretória. O movimento é uma coalizão de quase 600 organizações políticas, sociais, comunitárias, religiosas e sindicais. Ele goza de um apoio maciço em toda a África do Sul e é acusado pelo governo de funcionar como uma fachada do proscrito Congresso Nacional Africano (ANC). Dezesseis líderes da UDF

estão atualmente detidos e acusados de traição nacional, porque o governo afirma que a organização promove o ANC em seus discursos e material escrito.

A UDF endossa a Carta da Liberdade, um documento de tendência socialista, aprovado pelo ANC e seus filiados num congresso popular em 1955. A Carta, que fixa as metas básicas para uma futura África do Sul não-racial, se tornou cada vez mais popular com o passar dos anos. Ela é hoje a plataforma central em muitas concentrações de massa e sepultamentos de líderes negros, que vêm se repetindo nas favelas negras das principais cidades sul-africanas.

Para a maioria dos líderes da UDF, mudança significa nada mais nada menos do que o voto direto para cada cidadão, num estado unitário. Como o movimento é uma organização de frente, mais do que um partido politicamente unificado, ele não antecipou o programa econômico que pretende ver implantado num país livre do racismo e da opressão branca. A UDF acredita que no momento é mais importante unificar as massas oprimidas numa luta frontal contra o apartheid, como passo inicial e essencial para a criação de uma sociedade multi-racial no país. A Frente rejeita as reformas de Botha porque entende que elas não passam de uma tentativa de adaptar o apartheid, um sistema que a maioria dos negros sul-africanos quer destruir em vez de apenas mudar.

Existem especulações de que a UDF poderá vir a ser proscrita a exemplo do que já acontece com o ANC. Isto é, obviamente, uma possibilidade, mas o mais provável é que líderes do movimento sejam detidos ou assassinados por agentes do regime. Este processo aparentemente já começou a ser adotado diante do aumento do número das prisões de oposicionistas do apartheid e do assassinato ou desaparecimento de pelo menos doze membros da UDF, apenas este ano.

Os outros atores políticos

Outros movimentos negros que também se opõem à política racista são a Organização Popular da Azânia (Azapo) e a or

ganização Inkhata, formada basicamente por membros da etnia zulu e liderada pelo Chefe Gatsha Buthelezi. Muito menor que a UDF, a Azapo distingue-se desta última pelo fato de que se opõe ao caráter não-racial. Enquanto a UDF aceita a participação de brancos que apóiem os objetivos da organização, a Azapo exclui os descendentes de europeus de uma luta conjunta com os negros contra o apartheid. A filosofia política da Azapo se origina no movimento Black Power ("Poder Negro") dos Estado Unidos, na década de 60. O movimento aceita, porém, a participação de mulatos e indianos. Ele defende um papel majoritário para os negros num futuro regime unitário e propõe um Estado socialista baseado nos princípios do marxismo-leninismo. A Azapo, no entanto, não esclarece em detalhes o que entende por este sistema nas condições objetivas da África do Sul. Também não possui nenhum documento como a Carta da Liberdade para apresentar ao povo como alternativa para a estrutura racista atual.

O Inkhata, por seu lado, é considerado um movimento moderado pelo governo, sendo o seu líder, Buthelezi, uma das figuras mais controvertidas do país. Como chefe do bantustão 'Kwazulu, recebendo salários pagos pelo governo, ele é acusado pelo ANC, pela UDF e pela Azapo, de ser um alido do regime. Buthelezi se opõe à luta armada promovida pelo ANC, condena a campanha organizada nos Estados Unidos contra investimentos na África do Sul, e também critica a imposição de sanções econômicas contra o apartheid. Sua posição nestas questões cruciais o coloca firmemente ao lado do governo branco.

Buthelezi recusa no entanto a idéia da independência dos bantustões e propõe a eliminação da segregação racial em todos os níveis. Mas ele está preparado para negociar com Pretória uma solução que fique aquém do papel majoritário para os negros, sugerindo em contrapartida uma divisão de poderes com os brancos, num sistema federativo. Caso a luta de libertação avance na África do Sul e Pretória seja obrigada a negociar, é muito provável que Buthelezi seja um dos trunfos da minoria branca. Ele tem bons contatos em Washington, Londres e Bonn.

Mas como líder de um grupo étnico e sem apoio nacional, qualquer acordo ou negociação envolvendo Buthelezi não so-

mente fracassará na tentativa de acabar com o conflito racial, como também poderá provocar conflitos entre os quase seis milhões de zulus (embora nem todos eles apóiem a Inkhata) e outros grupos étnicos.

A liderança do ANC

Criado em 1912, o ANC é sem sombra de dúvidas o porta-voz mais autêntico da luta de libertação na África do Sul. O apoio interno e externo dado ao Congresso Nacional Africano é atualmente o mais intenso da história do movimento. O seu dirigente, Nelson Mandela, apesar de preso há 23 anos, é o líder indiscutível da maioria dos sul-africanos. Poucos acreditam, até mesmo em algumas capitais européias, que uma solução para os conflitos na África do Sul possa acontecer sem a libertação de Mandela e a participação dele em conversações com os brancos.

O ANC desenvolve a sua ação contra o apartheid combinando a luta armada com a ação clandestina nos guetos negros. Na ausência de bases de apoio em países vizinhos, o movimento chegou à conclusão de que o trabalho interno deve ser enfatizado, tornando os bairros negros (townships) ingovernáveis como passo prévio para uma insurreição popular.

Embora conversações privadas já tenham acontecido entre membros do ANC e do Partido Nacional, os contatos não foram oficiais. Os líderes do Congresso Nacional Africano afirmam que negociarão apenas numa posição de força. Mesmo reconhecendo que a luta contra o racismo avançou rapidamente nos últimos 12 meses, eles ainda não se sentem suficientemente fortes para que suas exigências sejam atendidas. A Carta da Liberdade continua sendo o eixo central das reivindicações do ANC, e nada aquém do desmantelamento completo do sistema do apartheid, bem como de um movimento irreversível em direção a um governo de maioria negra, levará o movimento à mesa das negociações.

No lado dos brancos, o principal partido de oposição ao racismo é o Partido Federal Progressista (PFP), que representa os interesses do grande empresariado (mas não todo) e que ainda é

controlado grande parte por sul-africanos de origem britânica. A maior e mais conhecida das grandes empresas deste setor é a gigantesca Anglo-American, uma das maiores companhias de mineração do mundo. O PFP defende uma divisão de poderes com a maioria negra num sistema federativo, dentro de uma proposta firmemente pró-capitalista, e é contra as sanções econômicas ao país. Mesmo apoiado por um número substancial de sul-africanos de origem inglesa, e de afrikaaners liberais, o partido tem poucas chances de vencer uma eleição geral. Mas se as reformas do apartheid avançarem, o Partido Federal Progressista pode vir a ter um papel importante numa eventual coalizão de brancos liberais e negros conservadores, para tentar atenuar o racismo e salvar o capitalismo na África do Sul.

Mas alguns brancos também fazem oposição ao regime de uma perspectiva de extrema-direita. São os adeptos do Partido Conservador, que deixaram o Partido Nacional em 1980. Eles representam os afrikaaners tradicionais que ainda se apegam à velha escola da dominação branca e do apartheid em todos os níveis da sociedade. O principal apoio do Partido Conservador está nas áreas rurais, entre os fazendeiros brancos. Embora não tenha chances de vencer uma eleição geral, o partido é o principal obstáculo às reformas de Botha, por considerar que estas mudanças podem levar a uma integração racial, capaz de destruir em última análise os princípios do apartheid.

Os desdobramentos dos conflitos tornaram a crise sul-africana extremamente complexa, sem que seja possível muitas vezes fazer previsões. Mas se as pressões internas e externas aumentarem, como está acontecendo, é provável que o regime faça cada vez mais concessões. Neste processo não se pode eliminar a possibilidade de que o presidente P.W. Botha converse com Buthelezi e até mesmo com o bispo Desmond Tutu, que o governo considera um radical, mas que na realidade é um moderado. Tutu é politicamente inexperiente e comprometido com a não-violência. Por isso, pode ser tentado a entrar em conversações em torno de alguma divisão de poderes, sem que isto represente um governo de maioria. Respeitado por um amplo número de negros atualmente, o bispo permanecerá com alguma credibilidade, mesmo se entrar em negociações com o governo, antes da libertação de Nelson Mandela.

Para os negros sul-africanos, e inclusive alguns brancos liberais, o conflito racial no país somente poderá acabar com a legalização do ANC, com a libertação de Mandela e outros presos, com o retorno dos exilados e negociações para desmontar o apartheid, dando aos negros um papel preponderante nas decisões nacionais. Mas muita violência e um número ainda maior de vítimas ficarão pelo caminho, antes que o dia amanheça. (Govin Reddy - IPS)

CEDIM

O TRÁGICO RITUAL DE VIOLÊNCIA NOS ENTERROS

(Transcrito da revista "Cadernos do Terceiro Mundo", nº 82, setembro/85, p. 88).

Vicent, oito anos de idade, decidiu por sua própria conta boicotar as aulas na sua escola administrada por brancos, no bairro negro de Tsakane, na província do Cabo. Naquela terça-feira, Vicent estava entre os que foram ao enterro do líder sindical negro Andries "Lasi" Raditsela, morto pela polícia depois de ser preso em maio. Vicent já conhece as canções de lua dos negros sul-africanos, os gritos de guerra dos sindicatos e o ritual dos enterros das vítimas do apartheid. Ele é um dos milhares de meninos negros de Tsakane, que vivem em tempos de medo, gás lacrimogêneo, hippos, casspirs (1)...e esperança. Aos oito anos, Vicent, já tem a sua própria máscara contra gases feita por ele mesmo. Enquanto as pessoas vão para a igreja, junto com outros garotos, ele enche de água as latas colocadas em frente a cada casa do bairro e que são uma precaução contra os efeitos do gás.

Quando as latas já estavam cheias, mais de 20 mil moradores negros de Tsakane e líderes sindicais formavam uma compacta multidão em frente à igreja ocre e azul, com capacidade para apenas 300 pessoas. Bandeiras e cartazes sobre a unidade sindical entre os trabalhadores africanos aparecem em vários lados. Dentro da igreja começa um hino que logo em seguida é repetido pelos que estão fora. É um lamento negro, que começa baixo e devagar mas vai crescendo enquanto o mesmo estribilho é cantado sucessivamente. Em pouco tempo, o ritmo do hino está acelerado, o ódio aparece nos olhares, punhos se erguem na multidão, surgem gritos com os nomes de heróis negros presos ou mortos. As pessoas que estavam paradas começam a dançar no ritmo da música cada vez mais rápida, enquan

---

(1) Carros blindados da polícia.

to cartazes surgem acima das cabeças pedindo "Matem o apartheid, não os presos", ou "Expulsemos a polícia das townships (bairros negros)". Dois carros de assalto do tipo Casspir cruzam rapidamente o fim da Xhosa Street. As cabeças se voltam sincronizadamente, mas ninguém se move. A explosão parece iminente, mas os carros desaparecem deixando um rastro de poeira avermelhada no ar.

O sino da igreja começa a tocar, e as atenções voltam a se concentrar no pequeno templo medodista. O pastor fala num microfone, mas sua voz é inaudível para quem está do lado de fora. O canto diminui, mas não cessa. O silêncio só é feito quando o sino pára de tocar e na última badalada, aparece na porta o caixão de "Lasi" Raditsela, 29 anos, membro da diretoria da Federação Sul-Africana de Sindicatos (Fosatu) e membro do sindicato dos trabalhadores químicos. Em cima do caixão envernizado há apenas uma flor branca. Quando o cortejo começa a se mover pela Xhosa Street, a multidão volta a cantar e passa a acompanhar o féretro num misto de corrida e dança. Os dois quilômetros que separam do pequeno cemitério negro nas encostas de uma colina são percorridos rapidamente, com muita gente olhando sempre para trás, de onde podem vir os blindados da polícia. Jornalistas brancos se movem no meio da massa sem serem hostilizados. Uma pergunta é repetida várias vezes a fotógrafos e repórteres: por que eles nos odeiam tanto?

O sepultamento é rápido e silencioso. Quando o pastor diz a última frase da encomendação do corpo e o caixão já está coberto de terra, a multidão fica subitamente elétrica. A tensão no ar é enorme. Pouca gente se move. Todo mundo já sabe que este é o momento crítico. É a hora do ataque. E como vem acontecendo em quase todos os enterros de negros registrados desde novembro, os hippos e casspirs aparecem sinistramente em cada esquina da Ndabezitha Street, cheios de policiais com armas apontadas para a multidão. O comandante branco grita e os veículos avançam para dentro da massa tentando dispersá-la. Alguns correm, uma pedra é jogada contra os policiais e em fração de segundos a rua se transforma num front de guerra. A poeira não permite ver direito o que acontece. Os cães da polícia latem e correm atrás de mulheres e crianças. Os gritos se somam aos tiros e explosões de

gás. A nuvem branca das bombas se mistura com a poeira avermelhada da terra. É o inferno. Os moradores negros de Tsakane queimam jornais perto do rosto para diminuir o efeito do gás. Mulheres choram impotentes. As crianças fogem apavoradas enquanto os homens com ódio jogam contra os blindados tudo que encontram ao alcance da mão. É uma batalha desigual. Ela dura 15 ou 20 minutos. Logo depois a multidão se dispersa. Ficam mulheres arrastando feridos. Dois jovens procuram se afastar com o rosto ensanguentado. Um homem caído ao lado de um poste tenta se levantar mas não consegue. Tem as duas pernas quebradas. Grupos de socorro ajudam os feridos leves. Quando o movimento diminui mais ainda, ficam na rua apenas três grupos de pessoas que olham para o chão chorando. São três corpos caídos no pó. Um homem, uma mulher e um adolescente. Eles terão enterros quase iguais ao que acaba de acontecer, e que terminarão possivelmente da mesma maneira. Com novas vítimas a alimentar uma batalha racial cujo front sinistramente é quase sempre as vizinhanças de algum cemitério. (Condensado de reportagens publicadas nos dias 18 e 19 de maio no jornal sul-africano "Star")

O CERCO INTERNACIONAL

(Transcrito da revista "Cadernos do Terceiro Mundo", nº 82, setembro/85, p. 90).

Na interseção da Segunda Avenida com a rua 42, em pleno coração de Manhattan, surgiu um dos símbolos mais recentes da pressão internacional contra o regime racista sul-africano. É a esquina Nelson e Winnie Mandela, batizada oficialmente com placa e tudo pela prefeitura de Nova Iorque, quase na entrada da Universidade Duke. O nome do mais importante líder negro sul-africano e de sua mulher entraram para a geografia de Manhattan no auge de uma campanha iniciada em novembro do ano passado para forçar a administração Reagan a adotar sanções cada vez mais duras contra o governo minoritário e racista de Pretória.

A campanha "África do Sul Livre", ganhou uma repercussão muito acima do esperado nos seus primeiros nove meses de existência. Os protestos organizados em frente à embaixada sul-africana em Washington se tornaram diários e foram incorporados à rotina da capital norte-americana. Uma rotina quebrada com as sucessivas prisões de personalidades como a filha do ex-presidente Carter, do cantor Stevie Wonder, do pastor Jesse Jackson, do bispo John Walker, do senador Lowel Weicker, além do deputado Charles Heyes.

Em maio, o "África do Sul Livre" já tinha representações em 30 cidades norte-americanas onde protestos idênticos foram organizados com o objetivo de obrigar as autoridades a usar todo o tipo de pressão possível sobre o apartheid sul-africano. O comitê de direção do movimento inclui desde a organização Trans Africa (o mais poderoso lobby parlamentar a favor dos negros no Congresso dos EUA), até grupos como a Associação Nacional de Negros (NAACP), a Liga Urbana, sindicatos, igrejas, entidades estudantis e de direitos civis. Até agora, a polícia de Washington

já prendeu mais de mil ativistas norte-americanos que se recusaram a abandonar o bloqueio à entrada da embaixada sul-africana.

A ampla cobertura da imprensa e a posição dos envolvidos no protesto da capital norte-americana fizeram com que a questão do apartheid rapidamente se transformasse num tema de discussões não só nas demais cidades dos Estados Unidos como no Canadá, Europa e Austrália. A repercussão do movimento foi imediata e crescente. O próprio presidente Reagan começou a levar a sério as manifestações do "África do Sul Livre" (Free South Africa), a ponto dos principais porta-vozes do Departamento de Estado terem começado a usar uma linguagem mais crítica em relação ao governo sul-africano, sem no entanto romper com a política oficial chamada de "engajamento construtivo". A Casa Branca revelou ter sentido também os efeitos do aumento das pressões dentro do Congresso norte-americano a favor de um endurecimento contra a África do Sul.

O desinvestimento

Em julho, o Senado dos EUA aprovou uma lei proibindo novos empréstimos bancários ao regime de Botha, ao mesmo tempo em que veta a venda de equipamentos nucleares, computadores e equipamentos eletrônicos. A lei pede também que as empresas norte-americanas com mais de 25 empregados na África do Sul dêem aos funcionários negros o mesmo tratamento dado aos brancos. Caso essas disposições não provoquem nenhuma alteração das leis do racismo, dentro dos próximos 18 meses, os senadores norte-americanos ameaçam um bloqueio total dos investimentos na África do Sul. Semanas antes a Câmara de Representantes havia aprovado uma moção ainda mais dura do que a do Senado. As duas Casas chegaram depois a um compromisso para levar até o presidente Reagan um projeto mais brando, capaz de evitar o prometido veto da Casa Branca.

A nível popular, a resposta foi mais imediata nos Estados Unidos. Em Boston, manifestantes obrigaram a firma Deak-Perera a interromper a venda de moedas de ouro krugerrand, sul-

africanas, o mesmo acontecendo na Filadélfia e em Missouri. Nas universidades, os estudantes da costa leste e da costa oeste estabeleceram uma rede comum via computador para trocar informações sobre a mobilização contra a apartheid e contra a ação das firmas norte-americanas na África do Sul. Na universidade de Columbia começou em maio uma luta para que o estabelecimento retire 32,5 milhões de dólares investidos na bolsa de valores sul-africana. Na Califórnia, é cada vez maior a pressão estudantil para que a Universidade de Berkeley suspenda aplicações no valor de 1,7 bilhão de dólares em fundos sul-africanos. Em New Hampshire e Iowa dois colégios do segundo grau anunciaram que venderão todos os títulos que possuem em firmas norte-americanas envolvidas em transações financeiras com o apartheid. No total, cerca de 40 escolas em todos os Estados Unidos já retiraram cerca de 175 milhões de dólares em investimentos na África do Sul. O mesmo já aconteceu com as universidades de Nova Iorque, Washington e Evergreen.

A nível sindical a campanha nos Estados Unidos contra o racismo também deu um salto nos últimos seis meses. Além da pressão para que as empresas transnacionais dêem aos trabalhadores negros os mesmos direitos dos brancos na África do Sul, os sindicatos norte-americanos iniciaram uma série de reuniões com seus colegas sul-africanos. Os trabalhadores da Ford Motor Co. já têm contatos frequentes com o sindicato da fábrica em Port Elizabeth, que recentemente foi semiparalisada pela matriz norte-americana. Os funcionários da Tidwell Industries em Alabama estabeleceram uma frente comum com empregados da mesma empresa na fábrica de Kwazulu, um dos bantustões sul-africanos. Em Nova Iorque, um grupo de 20 sindicatos conseguiu que várias lojas de departamentos deixassem de vender produtos fabricados na África do Sul.

A posição da igreja

Desde 1979, os empregados da indústria automobilística Chrysler têm o direito de vetar investimentos da companhia em fundos sul-africanos, exemplo seguido no ano passado pelo sin

dicato da General Motors. O esforço para aumentar o bloqueio financeiro contra a África do Sul foi seguido também pela igreja dos Estados Unidos. O Centro Ecumênico por Empresas Responsáveis (Interfaith Center for Corporate Responsability - ICCR) anunciou em maio uma lista de 12 empresas, entre elas a Burroughs, Chevron, Citicorp, Ford, General Eletric, IBM, Mobil e Texaco, que não receberão mais fundos religiosos. O ICCR administra um total de 10 bilhões de dólares aplicados por igrejas e organizações religiosas em empresas norte-americanas.

A igreja presbiteriana já aprovou a posição do ICCR em junho, numa atitude que deve ser seguida também pela igreja católica, pela metodista e luterana. No terreno político, o Conselho Nacional das Igrejas dos Estados Unidos organizou em maio um protesto de quatro dias em frente à embaixada sul-africana em Washington. Durante a manifestação, da qual participaram bispos batistas, presbiterianos, ortodoxos e judeus, foram presos mais de 24 dirigentes religiosos. Vários bispos também têm se mostrado ativos nos corredores do Congresso norte-americano onde pressionam senadores e deputados.

Vinte e cinco prefeituras de cidades norte-americanas já retiraram fundos municipais aplicados em empresas que negociam com a África do Sul. Seis estados já adotaram legislação idêntica e 28 outros a questão está em debate nas assembléias estaduais. Os governos de Nova Iorque e Newark foram os que adotaram leis mais duras, proibindo qualquer compra de bens ou títulos sul-africanos. Outros colocaram em prática moções mais brandas, algumas das quais só prevêem sanções a longo prazo. Mas nos meios políticos norte-americanos existe a certeza de que a tendência é de aumentar o número de restrições a negócios com o apartheid por causa da pressão popular e sindical.

Todo o esforço está concentrado em diminuir a participação de empresas e do governo norte-americano na economia sul-africana para tentar minar as bases do racismo. De acordo com o Investor Responsability Research Center (IRRC) de Washingtom, existem atualmente 280 firmas norte-americanas instaladas na África do Sul e Namíbia com um total de 380 subsidiárias. Os investimentos diretos norte-americanos alcançavam dois bilhões de dólares no final de 84, 600 milhões de dólares a menos do que em dezem-

bro de 83. Os empréstimos de bancos dos EUA ao apartheid totalizavam em 84, 4,7 bilhões de dólares e a participação de interesses privados norte-americanos em minas sul-africanas chegou, também segundo o IRRC, a 6,5 bilhões de dólares. A posição norte-americana só é ultrapassada pela da Inglaterra, o maior investidor estrangeiro na África do Sul, enquanto a Alemanha Ocidental fica no terceiro lugar, logo abaixo dos EUA.

O envolvimento das transnacionais

As estatísticas mostram que desde 1982 até 1984, 45 empresas norte-americanas se retiraram da África do Sul, enquanto 11 outras iniciaram negócios com o apartheid. Duzentas e quarenta e sete empresas dos EUA empregam nas subsidiárias sul-africanas um total de 114 mil trabalhadores, 37% dos quais são negros. O setor onde o envolvimento norte-americano é mais crucial é o dos combustíveis. A África do Sul tem quatro grandes refinarias, das quais duas são norte-americanas (Caltex e Mobil) enquanto as restantes são uma da Shell e outra do governo. Como o país não tem recursos petrolíferos e importa todo o combustível que consome, há um enorme interesse em explorar campos na plataforma continental da África do Sul. A Mobil está envolvida no projeto de exploração do campo de Kudu, no oceano Índico. A firma Fluor está ligada à manutenção de equipamentos nucleares e da estratégica refinaria de combustíveis a partir do carvão, de propriedade da Sasol (South African Coal, Oil and Gas Corp.).

Mais de 40% dos computadores instalados na África do Sul foram fornecidos pela transnacional IBM. Outra empresa de equipamentos eletrônicos, a Burroughs, tem 30% dos seus lucros no apartheid ligados a contratos com o governo racista, enquanto a Control Data forneceu os computadores para o Escritório de Energia Atômica do governo sul-africano. A maior firma norte-americana no país é a Ford, com três mil empregados em três fábricas. Mas a empresa já começou a reduzir seus investimentos, numa tendência seguida também pela Chrysler, que há dois anos vendeu 25% do seus bens na África do Sul.

No setor financeiro, os bancos norte-americanos detêm um total de 4,5 bilhões de dólares da dívida externa global da África do Sul, calculada em 15 bilhões de dólares em dezembro de 84 pelo BIS (Banco Internacional de Compensações - com sede na Suíça). Os bancos ingleses detêm a grande maioria dos créditos externos do apartheid, além de dominarem o setor nas operações dentro do território sul-africano. A campanha de desinvestimento levou o Citibank a eliminar o fornecimento de novos créditos em março deste ano. Um mês antes, o Banco da Carolina do Norte havia tomado posição idêntica, e em abril o Morgan paralisou a concessão de empréstimos para a África do Sul. Outros bancos norte-americanos que também adotaram medidas restritivas em relação ao apartheid, pressionados pela opinião pública norte-americana, foram o Banco de Boston, o Chemical Bank, o Wells Fargo, Hanover e Security Pacific.

Se a pressão já era grande em junho, ela aumentou ainda mais em julho depois da decretação do estado de emergência em 36 distritos sul-africanos e do discurso do presidente Botha em agosto, rechaçando reformas profundas no apartheid. Todos os países da Comunidade Econômica Européia, com destaque especial para a França, começaram a reduzir os laços econômicos e diplomáticos com a África do Sul. Na Austrália também surgiram movimentos contrários a relações econômicas com o apartheid, enquanto nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança condenou duas vezes seguidas o racismo sul-africano em menos de dois meses.

A pressão deve agora aumentar na Inglaterra, que tem 14 bilhões de dólares investidos na África do Sul. Delegados de conselhos municipais britânicos estavam entre os 700 prefeitos de 26 países do mundo que no final de agosto em Washington decidiram numa Conferência Internacional promover atos legislativos destinados a cortar qualquer envolvimento econômico com a África do Sul. (Extraído de "Africa News")


CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ